

200 103096

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Profa. Dra. IZABEL ANDRADE MARSON

O império da “conciliação”: política e método em Joaquim Nabuco - a tessitura da revolução e da escravidão.

**Tese para Concurso de Livre Docência, na
Disciplina HH-483 – História do Brasil II –
junto ao Departamento de História do IFCH-
UNICAMP.**

CAMPINAS

agosto 1999

**UNICAMP
Biblioteca - IFCH**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

Marson, Izabel Andrade
M 359 i Império da “conciliação” : política e método em Joaquim
Nabuco – a tessitura da revolução e da escravidão / Izabel Andrade
Marson. - - Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Tese (Livre - Docência) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Escravidão Brasil. 2. Liberalismo – Séc. XIX.
3. Historiografia. 4. Brasil – História – Império, 1822-1889.
5. Brasil – História – Movimentos liberais. I. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
II. Título.

**Para Peter Eisenberg e
Carlos Alberto Vesentini**
In Memoriam

Índice

Introdução.....	5
 Cap. 1: O domínio sobre as fontes: Nabuco e a revolução.....	15
<i>A História do Brasil</i> de John Armitage.....	21
<i>O Libelo do Povo</i>	29
<i>Ação, Reação, Transação</i>	38
<i>A Circular</i> de Teóphilo Ottoni.....	48
<i>Um Estadista do Império</i> : a revolução como “turbilhão popular”.....	64
 Cap. 2: O domínio sobre o tempo: Nabuco, a Escravidão e o Abolicionismo.....	84
<i>Antigo Regime, feudalismo, escravidão</i> : a reforma pacífica de Henry Koster.....	90
<i>Feudalismo, Latifúndia, servidão</i> : a revolução social d’ O Progresso	123
<i>Antigo Regime, feudalismo, servidão, escravidão</i> : O Abolicionismo e a reforma/revolução da monarquia.....	144
 Cap. 3: O domínio sobre a memória: Nabuco e a Revolução Praieira.....	185
Uma guerra de textos e interpretações.....	188
Uma batalha de revoluções.....	200
 Cap. 4: O domínio sobre a história: Nabuco e o engenheiro Milet.....	230
A revolução social do engenheiro Milet.....	245
Milet e a Comissão Parlamentar.....	255
A polêmica com outros proprietários.....	280
Milet e a Comissão do Congresso Agrícola do Recife de 1878.....	294
A atuação no Congresso do Havre.....	304
Nabuco e o engenheiro Milet.....	314
 5. Considerações Finais: a “Política com P”.....	336
 6. Fontes e Bibliografia.....	350

"(...) a 'conciliação' no Brasil sempre pressupôs o desequilíbrio, a dissemetria dos parceiros e não o equilíbrio (...) 'a conciliação' não se desenvolveu para evitar brigas incertas ou custosas entre contendores de força comparável. Mas, ao contrário, para formalizar e regular a relação entre atores desiguais, uns já dominantes, outros já dominados".
 (DEBRUN, Michel – **A conciliação e outras estratégias**, p. 15)

*"Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter este aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se a suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. essa tempestade é o que chamamos progresso." (Benjamin, W.- "Sobre o conceito da História, 9". Walter Benjamin, **Obras Escolhidas** p. 226.*

Introdução*

"Fui e sou monarquista, mas essa é uma caracterização secundária, para mim acidental; a caracterização verdadeira, tônica, foi outra: liberal, - liberal não no sentido partidário, estreito, mas no sentido que decorre destas duas consciências profundas que tenho em mim, de criatura de Deus e membro da humanidade. Essa é a caracterização política da minha vida, como a afetiva é a brasileira. São essa três grandes correntes morais - Deus, Pátria, Humanidade, que formaram a zona temperada do meu liberalismo, a única em que vivi. Por isso, chamaram-me na monarquia republicano e por isso fiquei na república monarquista. (Carta a Domingos Alves Ribeiro, abril de 1899).

"Nesses cinco anos [1893-1898] fiz pela história da Monarquia muito mais do que podiam fazer, do que teriam feito todos os outros que a servem. Eu levantei os homens de Estado do Antigo regime, levantei o Imperador, ao mesmo tempo que com piedade filial procurei cumprir um dever com a memória sagrada de meu pai". (Discurso proferido em julho de 1905)¹

Esta reflexão aborda um historiador e dois temas essenciais para a história do Império: analisa as interpretações que Joaquim Nabuco construiu para a *Revolução* e a *Escravidão* em seus livros *Um Estadista do Império* e *O Abolicionismo*.²

Justificar para os historiadores a importância de Nabuco e de seus textos chega a ser quase redundância, uma vez que suas obras, estas duas especialmente, tornaram-se fontes privilegiadas para estudo da história do Brasil do século XIX. Nelas Nabuco periodizou o percurso do Império e do abolicionismo, e suas leituras sobre a revolução, especialmente a Praieira, e a escravidão estabeleceram explicações e marcos para a trajetória da nação, respeitados por gerações de

* Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq

¹ NABUCO, J.- *Cartas a Amigos*. S. Paulo, IPÊ, 1949. vol II, p. 24-25; Discurso proferido em julho de 1905 Apud GALVÃO, Sebastião V. - "Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo" IN: RIHGB, n. LXXIV, 1912, p. 48-49..

² ARAUJO, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de - *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. 1ª ed. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, livreiro-editor, 1897-99, 3 v.; as citações desta obra estão remetidas à: NABUCO, J.- *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo - sua vida, suas opiniões, sua época*. 2ª ed. S. Paulo/Cia Ed. Nacional; R. de Janeiro/Civ. Brasileira, 1936, 2 v. *O Abolicionismo*. Londres, Typ. de Abraham Kingdon, 1883. 256 p. ; as citações desta obra estão remetidas a NABUCO, J.- *O Abolicionismo*. Introdução de Marco Aurélio Nogueira. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1988

estudiosos.³ Além disso, seu desempenho como político, historiador e homem de letras, sobretudo enquanto “*reformador social*”, tornou-se, neste século, exemplo para muitos intelectuais de diferentes especialidades.⁴

Indagando-se sobre as razões da sobrevivência de *Um Estadista*, apesar de “*suas imperfeições documentais e duvidosos pressupostos historiográficos*”, Raymundo Faoro enfatizou com pertinência o perfil artístico do texto: “*O livro ornamento, o livro luxo de eruditos, o livro diversão de letrados encontrou afinidade com o leitor de Joaquim Nabuco, artista que fez da história obra de arte*”. Este perfil o tornaria “*invulnerável à necessária revisão crítica (...) permanecendo vivo no elegante estilo imagístico, metafórico, como convém às suas inspirações românticas*.”⁵ Esta opinião foi retomada no prefácio da quinta edição de *Um Estadista* lançada em 1997, momento em que novamente valorizou os traços artísticos da obra e considerou suas matrizes historiográficas românticas: Ranke, Macaulay, Burckhardt, Mommsen, Renan, Taine.⁶

Entretanto, é preciso lembrar, que a história/arte de Nabuco – exercida com inegável maestria como oratória no Parlamento e nos *meetings*, ou como texto – foi também uma decorrência do “ofício” de político, contingência que deu origem e conferiu sentidos precisos a todas suas obras historiográficas.⁷ Assim como os historiadores artistas que lhe serviram de exemplo, exercitando

³ A periodização da história do Brasil até o século XIX e as imagens criadas por Nabuco sobre a revolução e a escravidão estão presentes em textos de autores clássicos para a história do Brasil, a exemplo de Caio Prado Jr, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, Florestan Fernandes, dentre outros.

⁴ Lembro testemunhos mais recentes: BEIGUELMANN, Paula - *Joaquim Nabuco. Política*. S. Paulo, Ática, 1982; NOGUEIRA, Marco Aurélio - *As desventuras do liberalismo*. Joaquim Nabuco, a monarquia e a república. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1984; BOSI, Alfredo - “A Escravidão entre dois liberalismos” *Revista Estudos Avançados*. S. Paulo/USP. 2(3):4-39, set-dez. 1988.; MELO, Evaldo Cabral de - “Pós-fácio – Um livro elitista”. *Um Estadista do Império*. R. de Janeiro, 5ª. ed. Topbooks, 1997, vol 2, p. 1321-1327. CARDOSO, Fernando H.- “Discursos de posse”. *Folha de S. Paulo* 2/1/1995; 2/1/1999.

⁵ FAORO, Raymundo - *Existe um pensamento político brasileiro?* S. Paulo, Ática, 1994. p. 120-121.

⁶ FAORO, R. - Prefácio IN: NABUCO, J.- *Um Estadista do Império*. 5ª. ed. R. de Janeiro, Topbooks, 1997. v. 1. p.21.

⁷ Conforme nos adverte Peter Gay, em Ranke, Macaulay, Burckhardt, o exercício do estilo na confecção da história/arte era também um ofício – ou seja, aprendido e praticado com método e disciplina – e mediado pela política e pela história: “O estilo é um centauro, reunindo o que a natureza como que decretou que se mantivesse apartado. É forma e é conteúdo, entrelaçados para formar a tessitura de toda arte e todo ofício – e também a história. Salvo por alguns artifícios mecânicos de retórica, a maneira se encontra indissoluvelmente ligada à matéria; o estilo molda e é por sua vez moldado pelo conteúdo(...)Apenas parte dele é dom do talento: é ainda ato da vontade e exercício da inteligência. É tributo que a capacidade de expressão paga à disciplina. O estilo é um instrumento da razão prática. As palavras, com certeza, fazem muitas coisas: transmitem informações, demonstram afeto, expõem advertências; é frequente serem a transcrição

com talento a arte de representar e exercendo o ofício que lhe garantia a sobrevivência, Nabuco proferiu magníficos discursos. Praticando como poucos a arte de escrever, preparou muitos artigos para a imprensa no Brasil e na Europa e escreveu livros para o debate político numa fase crucial da vida do Império e da República. Ou seja, praticou com rara competência, ao mesmo tempo, arte e política, fato que Faoro também não deixou de lembrar ao considerar Nabuco um “*nostálgico*” da monarquia, um “*liberal utilitário*” porque “*o renovador também era um aristocrata*” e “*entre a arte e a história há um abismo, que não será atravessado com as asas chumbadas ao passado, lastimando as excelsas glórias perdidas*”⁸. Portanto, Faoro admite que se os textos de Nabuco são “*invulneráveis*” enquanto obras de arte, eles podem ser interrogados enquanto ofício da política e nos revelar muito sobre a história do Brasil neste final do XIX.

Exercitando a política como arte, ou a arte como política, Nabuco logrou um domínio sobre o tempo, uma vez que seus escritos continuaram a ensinar história, política e arte às gerações de intelectuais que o sucederam. A constatação deste encanto/competência/domínio desdobra outras indagações: qual teria sido o conteúdo e os compromissos da política que Nabuco exerceu com sua arte? Quais os significados da expressão “*Política com P*” por ele estabelecida em **Minha Formação**⁹ para nomear seu desempenho político? Ou, quais os sentidos que o seu liberalismo assumiu? Teria ele efetivamente, como entendeu Faoro, feito política apenas como um “*aristocrata com as asas chumbadas ao passado, lastimando as excelsas glórias perdidas*”? Haveria “*um abismo*” entre a história e a arte criadas pelo autor de **Um Estadista**? Entre o “*renovador social*” e o “*nostálgico da monarquia*”? Seria apenas a vestimenta artística de sua obra política a razão de sua sobrevivência?

Para indicar possíveis respostas a estes problemas, vamos analisar dois temas centrais da argumentação de **Um Estadista** e **O Abolicionismo**: revolução e escravidão. E acompanhar o

verbal de emoções sem retoques. Mas o estilo é a utilização de meios para um fim, embora, como bem sabemos também possua seu lado passional e faça suas revelações involuntárias há vezes em que a política é um indício para o estilo, tal como o estilo é um indício para a política”. GAY, Peter – **O Estilo na História**. Trad. Denise Bottmann. S. Paulo, Cia das Letras, 1990.p. 17,25, 29.

⁸ Uma vez mais lamentando a persistência de estruturas arcaicas herdadas das instituições ibéricas, responsáveis pela destruição do reformador social, Faoro registra, também em Nabuco, o desvirtuamento do liberalismo que gostaria de ver bem sucedido: “Surpreendente o contraste entre o Joaquim Nabuco nostálgico e o Joaquim Nabuco abolicionista? Como abolicionista, ele foi tachado de anarquista, comunista, petroleiro – quem lembrará hoje dessa palavra para injuriar os adversários? -, mas, no fundo, o renovador era um aristocrata, também ele um liberal utilitário.. **Idem, ibidem**, p. 135.

⁹ ARAUJO, Joaquim Aurélio Nabuco de.- **Minha Formação**. 1ª ed. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, 1900. 311 p; as citações estão referenciadas a NABUCO, J.- **Minha Formação**. Introdução de Gilberto Freyre. 5ª ed. Brasília, Ed. da UNB, 1963.

desempenho de Nabuco como político e historiador/artista para procurar esclarecer mediações que se estabeleceram entre eles, ou seja, o método, o princípio político e os pressupostos que orientaram tanto sua atuação político-parlamentar quanto seus textos. O objetivo desta reflexão é compreender historicamente as interpretações construídas por Nabuco para a *Revolução* e a *Escravidão*, assim como os marcos por ele estabelecidos para a história do Brasil do século XIX. Ela se referenciou em sugestões de teoria e método colocadas por vários autores. De Marc Bloch e Lucien Febvre, apreendeu a idéia de “complicar” o que parecia simples e de refletir sobre o ofício do historiador: interrogar figuras “desencarnadas”, temas, marcos e também os “*atos*” históricos. O Marx do 18 Brumário alertou para a complexidade das circunstâncias e a indefinição do jogo político, dada a versatilidade dos partidos no século XIX; para a teatralidade da política burguesa concebida sempre como representação; e para a força dos acontecimentos e dos personagens históricos desencarnados (da fantasmagoria histórica) quando utilizados como argumento da política. Jacques Le Goff, Pierre Nora e Michel de Certeau auxiliaram no entendimento da escrita como prática histórica e na problematização do discurso construído como memória. Walter Benjamin denunciou que a obra criadora e triunfante do progresso deixava atrás de si vencidos e ruínas que também ficavam perdidos para a memória. Claude Lefort indicou as múltiplas exteriorizações possíveis para a política, dentre elas o exercício do pensamento; explicitou o imbricamento entre ciência e ideologia e demonstrou como considerar o texto como uma peça argumentativa viva e não apenas um banco de fragmentos mortos. Roberto Romano esclareceu os pressupostos do pensamento e as matrizes românticas do pensamento autoritário. E Maria Sylvia Carvalho Franco demonstrou os vínculos originários entre liberalismo e escravidão e a oportunidade desta ideologia na constituição da história do Brasil do XIX. Aqui ela fora instrumentalizada com precisão e, embora nem sempre vestida com os trajes modelares que agradariam ao investigador, não estava fora do lugar.¹⁰

¹⁰ : BLOCH, M.- *Introdução à História*. Trad. Maria Manuel e Luís Grácio. Lisboa, Publicações Europa América, s/d; FEBVRE, L.- “Combates pela História” IN: MOTA, C.G.- (org.) *Febvre. História*, trad. Adalberto Marson, Paulo de S. Oliveira e M. Elisa Mascarenhas. S. Paulo, Ática, 1978; *Martinho Lutero, um destino*. Trad. Tomás Segovia. Mexico, Difel, 1956; *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais*. Trad. Rui Nunes. Lisboa, Ed. Início, s/d; LE GOFF, J. e NORA, P.- *História: novos objetos*. Trad. terezinha Marinho. R. de Janeiro, Francisco Alves, 1976; . LE GOFF, J. – *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al.] Campinas, Ed. da Unicamp, 1990. CERTEAU, M.- *A Escrita da História*. Trad. M. de Lourdes Menezes. R. de Janeiro, Forense Universitária, 1975; BENJAMIN, W.- “Sobre o conceito da História” IN: *Walter Benjamin. Obras Escolhidas*. Magia e Técnica, arte e Política. trad. Sérgio Paulo Rouanet. S. Paulo, Brasiliense, 1985, p. 222-234; LEFORT, C.- *As Formas da História*. Trad. Luiz Roberto S. Fortes e Marilena Chauí. S. Paulo, Brasiliense, 1979; MARX, K. O 18 brumário de Louis Bonaparte., IN: *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José A. Giannotti. trad. José Carlos Bruni [et al.] 2ª. ed. S. Paulo, Abril Cultural, 1978. ROMANO, Roberto – *Corpo e Cristal. Marx Romântico*. R. de Janeiro, Ed. Guanabara, 1985; FRANCO, M. Sylvia C.- “As idéias estão no lugar”. *Cadernos Debate* 1:59-64. S. Paulo Brasiliense

As concepções de Nabuco sobre a revolução e a escravidão despertaram meu interesse quando comecei a estudar a revolução praieira. Então, à exceção de Barbosa Lima Sobrinho, constatei a persistência de sua interpretação sobre estes temas e sobre a sociedade pernambucana, na esmagadora maioria dos autores que haviam tratado daquele episódio, apesar das restrições por eles colocadas a uma leitura notoriamente compromissada com a repressão aos envolvidos, e ao texto “nostálgico da monarquia” inscrito n’*Um Estadista*.¹¹ Meus estudos sobre a sociedade pernambucana principiaram com a análise da disputa entre liberais e conservadores na imprensa político-partidária entre 1842 e 1848¹², momento que precedeu ao movimento armado; e prosseguiram explorando a guerra civil que envolveu Pernambuco e as províncias vizinhas da Paraíba e de Alagoas, nos anos de 1848-50¹³. Foi na pesquisa sobre o movimento da Praia que, pela primeira vez, questionei as imagens projetadas por Nabuco sobre a revolta liderada pelos praieiros. Isso porque me defrontei com a complexidade da formação social destas províncias, nas quais sobretudo os proprietários de médios e pequenos engenhos, defendendo seu direito à cidadania - aos negócios, ao exercício da política e à vivência de uma monarquia constitucional de viés mais democrático - lutaram contra a implantação de medidas políticas e administrativas centralizadoras que impediriam a conquista de uma representação efetiva no Senado e privilegiariam um restrito contingente de homens de negócio, em especial comerciantes de grosso trato, e poderosos proprietários de engenhos.

A guerra civil entre liberais “*praieiros*” e *guabirus*” conservadores revelou a existência de uma camada proprietária diferenciada em sua composição, na qual os senhores dos *bangüês* de

1976; “*All the world was America*. John Locke, liberalismo e propriedade como um conceito antropológico. *Revista USP*. 17:30-53, março-maio 1993.

¹¹ Embora referencie Nabuco inúmeras vezes, Barbosa Lima insiste na presença de muitos senhores de engenho na revolta da Praia, questionando seu estrito traço popular. LIMA SOBRINHO, A. Barbosa – *A Revolução Praieira*. (Conferência realizada no Instituto Histórico Brasileiro). Recife, Imprensa Oficial, 1949.

Apesar da introdução de algumas nuances, acompanham Nabuco, especialmente na tese da imaturidade ou incompetência das lideranças e da sociedade brasileira, do “feudalismo” vigente em Pernambuco, e do “turbilhão popular”: FREYRE, Gilberto – *Sobrados e Mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 3ª. ed. R. de Janeiro, José Olympio, 1961; PRADO Jr, Caio – *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 4ª. ed. S. Paulo, Brasiliense, 1963, p. 73-82; QUINTAS, Amaro – *O Sentido Social da Revolução Praieira*. R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 3-53; CHACON, Vamireh – *História das idéias socialistas no Brasil*. R. de Janeiro, civilização Brasileira, 1964, p. 21-98; CARNEIRO, Edison – *A Insurreição Praieira (1848-1849)*. R. de Janeiro, Conquista, 1960.

¹² MARSON, Izabel Andrade – *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. S. Paulo, Moderna, 1980..

¹³ MARSON, I.A.- *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco - 1842-1855*. S. Paulo, Brasiliense, 1987.

dimensões modestas, e os plantadores de algodão se destacaram por seu número e organização política. Testemunhou ainda um momento de expansão das lavouras de algodão e apogeu destes engenhos acessíveis a pequenos investidores por não demandarem capitais vultosos nem recursos técnicos sofisticados: suas moendas eram movidas a água ou pela força de animais; as caldeiras, aquecidas pela chama direta das fomalhas, eram abastecidas com madeira proveniente das matas dos próprios engenhos; o gerenciamento da produção dependia da experiência dos mestres de açúcar, adquirida na vivência de sucessivas safras; o trabalho conjunto de escravos e homens livres assalariados ou agregados dos engenhos. A expansão dos *bangüês* na Província foi resultado de uma efetiva conquista política -- a Independência -- que promoveu importantes mudanças nas leis que regulamentavam o acesso à terra e aos pequenos empreendimentos, ao extinguir as Sesmarias e os Morgados e ao liberar o direito à livre iniciativa no que dizia respeito à montagem de empresas de pequeno porte. Dessa forma, entre 1830 e 1875, os *bangüês* reinaram na produção açucareira da Província e abriram as portas da cidadania a um significativo número de médios e pequenos proprietários pernambucanos.

A diversidade de proposições e interesses intrínsecos aos proprietários pernambucanos emergiu, novamente, quando pesquisamos as discussões registradas nas Atas da Assembléia Provincial, nos Relatórios dos Presidentes da Província no período de 1840 a 1890, nos debates do Congresso Agrícola do Recife de 1878 e na atuação do engenheiro Henrique Augusto Milet.¹⁴ O depoimento deste representante dos pequenos empresários do açúcar é o testemunho mais bem elaborado da complexidade dos empreendimentos e dos interesses presentes na sociedade pernambucana em particular e nas províncias do norte em geral. expressa também as relações dos *bangüês* com o mercado internacional de açúcar e do embate vivido nas décadas de 1870 e 1880 entre os velhos engenhos e as fábricas centrais incentivadas pelo governo imperial e montadas por companhias estrangeiras ou por grandes produtores da província. Os debates nos quais Milet se envolveu - com outros proprietários de Pernambuco, com a Comissão Parlamentar designada pelo Governo Imperial para estudar medidas que minorassem a crise da lavoura no Império, e com economistas europeus - são um contundente vestígio de que os proprietários dos *bangüês* não poderiam ser simplesmente identificados a partir de designações amplas como *feudalismo*, *despotismo*, *servidão e atraso*, presentes em muitas falas de seus adversários. Eles revelam que o

¹⁴ **Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife - outubro de 1878.** Introdução e notas de Gadiel Perruci. Ed. Fac.Similar Comemorativa do Primeiro Centenário - 1878-1978. Recife, Fundação Estadual do Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978. MILET, H.A.- **O Quebra Quilos e a Crise da Lavoura.** Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1875; **Auxílio à Lavoura e Crédito Real.** Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1876; **A Lavoura da Cana de Açúcar.** Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1881; **Miscelânea Econômica.** Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1882.

discurso tributário do “*progresso*” que propunha as medidas signatárias do “*laissez-faire*” – inclusive a extinção da escravidão – dentre os quais se inscreveria poucos anos depois O **Abolicionismo**, resguardava em seu interior, no caso das províncias do norte, uma política concentradora da propriedade e da riqueza e uma significativa dissonância interna entre os proprietários de engenhos. Mais ainda, ao propor a criação de engenhos centrais como empresa cooperada de pequenos produtores, além de muitas outras possibilidades de empreendimentos, conforme explicitaremos ao longo do quarto capítulo, Milet construiu um projeto substitutivo ao apresentado por Nabuco no livro de 1883 e em seu programa eleitoral de 1884. Prescindindo do *laissez-faire* e de uma abolição imediata da escravidão, sem indenização, Milet apontou um caminho alternativo para a (re)construção de uma “*classe média*” já potencializada no Império, e que seria a regeneradora da monarquia constitucional.

Constatado o contraponto que havia entre os testemunhos dos praieiros e do engenheiro Milet de um lado, e a argumentação de Nabuco de outro, colocou-se então um último problema a resolver no estudo da Praieira: compreender como e por quais razões o mais conhecido abolicionista havia construído aquelas imagens para a revolução e a sociedade pernambucana de meados do século XIX ou, dito em outros termos, interrogar a fonte responsável por sua memória. Este objetivo nos levou a analisar os textos historiográficos que haviam imortalizado aquelas imagens para apreender as origens e fontes dos argumentos, como haviam sido instrumentalizadas, e quais suas relações com a política.¹⁵ Ou seja, a investigação sobre os textos de Nabuco abriu um instigante campo de reflexão

¹⁵ Estudo ao qual nos dedicamos nos últimos anos e cujos resultados preliminares compuseram, vários artigos, que agora, neste texto, retomam seu lugar de origem assim como sua razão de ser: MARSON, Izabel A. - “O cidadão-criminoso: o engendramento da igualdade entre os homens livres e escravos durante o segundo reinado”. R. de Janeiro, **Estudos Afro-Asiáticos**, 16:141-156, março 1989; “Entre a ‘vertigem’ e a razão: representações da revolução na política pernambucana: 1838-1850”. S. Paulo, **Revista Brasileira de História**, 20:171-210, 1991; “Liberalismo e Escravidão no Brasil: Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na re(criação) do progresso”. S. Paulo, **Revista USP**, 17:102-113, março-maio 1993; “O engenheiro Vauthier e a modernização de Pernambuco no século XIX: as contradições do progresso”. IN: BRESCIANI, M. Stella M.- **Imagens da Cidade. Séc. XIX e XX**. S. Paulo, ANPUH-Marco Zero-FAPESP, 1994, p. 35-60; “Política, Ciência e Utopia: a Revista *O Progresso* e a re(criação) da monarquia constitucional no Brasil (1846-1848)”. S. Paulo, **Revista Brasileira de História**, 23-24:99-110, 1994 (Cultura e Política); “Performances da Nação Liberal no Brasil do século XIX: o projeto do engenheiro Milet para a crise da lavoura açucareira nas Províncias do Norte”. Belo Horizonte, **Varia Historia**, 13:5-25, jun. 1994; “Imagens da condição feminina em ‘Travels in Brazil’ de Henry Koster”. Campinas, **Cadernos Pagu**. (4):219-242, 1995; “Feudalismo e Escravidão: representações da sociedade pernambucana no ‘Travels in Brazil’ de Henry Koster”. **Clio. Revista de Pesquisa Histórica da UFPE**. 16:83-109, 1996; “Minha Formação: autobiografia, política e história”. S. Paulo, **Revista Brasileira de História**, 33(17):78-97, 1997.; “O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica” IN: FREITAS, Marcos C. de (org.)- **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. S. Paulo, Contexto/USF, 1998, p. 73-102; “Política e

sobre as mediações entre pensamento e ação, política e memória, historiografia e história, que se tornou possível, por um lado, devido às novas leituras que este campo de estudos ganhou nos últimos anos e, por outro, pela emergência, a partir da década de 60, de uma vasta bibliografia que reinterpretou episódios e temas da história política, social e econômica do Império e conferiu novos contornos a todos os integrantes da sociedade monárquica. Dessa maneira, o conjunto de estudos realizados nas últimas décadas, e que hoje compõem uma bibliografia obrigatória para os cursos de História do Brasil Império, constituiu recurso essencial na tarefa de interrogar Nabuco e problematizar sua obra historiográfica, auxiliando no reconhecimento das premissas que informaram sua prática política, em especial o princípio que orientou as “políticas de conciliação” vivenciadas no Império (“*poupar os submissos e debelar os soberbos*”) e o pressuposto “feudalismo, latifúndia, servidão, escravidão”, assim como na leitura de outras fontes importantes.

16

Dessa forma, o primeiro capítulo, “O domínio sobre as fontes: Nabuco e a revolução” retoma as principais textos que informaram a interpretação de Nabuco para as revoluções liberais ocorridas no Império, especialmente as obras de Armitage, Timandro, Ottoni e Justiniano J. da Rocha¹⁷, para compreender como ele as utilizou e explicitar o princípio político que orientou sua análise, o lema da política de “conciliação”, “*poupar os submissos e debelar os soberbos*”.

O segundo capítulo, “O domínio sobre o tempo: Nabuco e a Escravidão”, acompanha a trajetória, ao longo do século XIX no Brasil, do argumento – “feudalismo, latifúndia, servidão, escravidão” - instrumentalizado pelo historiador para construir o conceito de civilização, revolução,

Memória: a revolução Praieira e suas fontes”. *Idéias*. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, 5(1): 75-130 jan/jun.1998.(Dossiê Revolução Praieira).

¹⁶ Esta bibliografia estará arrolada no final deste trabalho. Faremos referência específica a estes estudos no decorrer do texto, na medida em que for pertinente.

¹⁷ Respectivamente: ARMITAGE, John - *História do Brasil desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista de documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey*. 2a. ed. B. Horizonte-Itatiaia; S. Paulo-EDUSP, 1981; HOMEM, Francisco Sales Torres - *O Libelo do Povo* IN: MAGALHÃES JR, *Três Panfletários do Segundo Reinado*, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956, p.47-126 ; ROCHA, Justiniano José da - *Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade*. IN:MAGALHÃES JR, *Ob. Cit.* p. 161-218; OTTONI, Teophilo Benedito - *Circular dedicada aos senhores eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio actual e especialmente dirigida aos senhores eleitores pelo 2o. districto eleitoral da mesma província para a próxima legislatura, pelo ex-deputado Teophilo Benedito Ottoni*. Prefácio de Basílio de Magalhães. 2a. ed. *Revista do I.H.G.B.* Tomo LXXVIII (2a. parte) R. de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916.

escravidão e abolicionismo. Aborda também o método e os temas que teceram o texto d' **O Abolicionismo** e as circunstâncias históricas que deram origem ao livro.

Os dois últimos capítulos contrapõem as representações construídas pelo historiador para a revolução praieira e a abolição da escravidão com outras falas derrotadas que ficaram perdidas para a memória, para demonstrar as dimensões políticas da interpretação de Nabuco e como ela foi confeccionada. O terceiro, "O domínio sobre a memória: Nabuco e a Revolução Praieira", recupera o confronto que se feriu em 1848 entre vários projetos de revolução, não revelado na versão consagrada n' **Um Estadista**. E o quarto, "O domínio sobre a história: Nabuco e o engenheiro Milet", retoma as circunstâncias históricas que gestaram o projeto abolicionista defendido por Nabuco, destacando a existência de outras proposições para a abolição da escravidão e a instituição dos engenhos centrais - em especial a do engenheiro Milet. Tem por objetivo retomar os compromissos d' **O Abolicionismo** na batalha em que se decidiu como se deveria, ao mesmo tempo, superar a escravidão e remodelar os engenhos em Pernambuco.

As considerações finais sistematizam como Nabuco concebeu o "*verdadeiro liberalismo*" ou, em suas palavras, o exercício da "*Política com P*", e de que maneira registrou em **Minha Formação** a memória de seu desempenho no ofício de político e homem de letras.

O trabalho ora apresentado definiu-se na associação das atividades de pesquisa, docência e orientação. Quero, portanto, registrar meu agradecimento a instituições, colegas de departamento e alunos, que de uma forma ou de outra, certamente, estimularam e enriqueceram seu conteúdo. 'A FAPESP, que financiou minhas pesquisas de mestrado e doutorado, das quais este trabalho é, ainda tributário, e ao CNPq que, através da bolsa produtividade, incentivou a confecção dos estudos e publicações dos quais resultou esta reflexão.

A meus colegas das linhas de pesquisa "Jogos do Político: conceitos, representações e imaginário" (Stella Bresciani, Vavy Pacheco Borges e Italo Tronca) e "História da Escravidão e do Racismo" (Silvia Hunold Lara, Bob Slenes, Sidney Chalhoub, Leila Mezan Algranti e Celia Marinho de Azevedo) e do grupo de pesquisa "Razão e Paixão na Política" (Cristina Lopreato, Jacy

Seixas, Marion Magalhães, Marcia Naxara, Elizabeth Cancelli, Iara Schiavinato de Souza) com os quais tive a oportunidade de trocar idéias, debater textos e discutir minhas reflexões. Aos colegas de departamento que, liberando compromissos da docência, propiciaram o tempo de dedicação necessário à finalização do trabalho.

Aos meus orientandos, com quem venho partilhando um amplo projeto de pesquisa e experiências na busca de soluções para problemas teóricos, metodológicos e temáticos que emergiram em seus próprios projetos mas que acabaram por contribuir também para o encaminhamento de minha pesquisa. Dentre eles, uma menção especial a Célio Tasinafo, meu assistente de pesquisa, cuja colaboração foi fundamental para que este trabalho chegasse a seu termo. Aos alunos das linhas de pesquisa e dos cursos de graduação e pós-graduação, uma vez que o preparo de cursos para atender às suas dificuldades, criou oportunidades de um aprendizado comum.

A algumas pessoas muito queridas que, com seu incentivo intelectual e seu carinho, me proporcionaram um inestimável suporte afetivo e material. À Cecília e Paulo de Salles Oliveira, muito mais do que amigos; Guilherme e Henrique, meus filhos, agora também companheiros de sucessos e preocupações. E Adalberto, pelo apoio em todos os momentos.

Capítulo 1: O domínio sobre as fontes: Nabuco e a revolução

Parcere subjetis, debellare superbos.¹⁸

Conflitos de natureza diversa marcaram a história do Brasil durante o Império e se exteriorizaram numa multiplicidade de acontecimentos indicativos de uma sociedade intrincada em sua configuração e interesses. Contudo, a vasta bibliografia que estudou o período desde o século XIX registra que nos recintos parlamentares eles afloraram na disputa entre grupos ou partidos políticos. Durante o primeiro reinado, enfrentaram-se *portugueses* e *brasileiros*, defensores de projetos políticos opostos; na regência, opuseram-se *restauradores* e *liberais*, *exaltados* e *moderados*; e no segundo reinado, *liberais* e *conservadores* ocuparam a cena política até 1870, quando a emergência oficializada em partido dos *republicanos* veio adensar a disputa partidária.

Todavia, fora do Parlamento, a agitação se evidenciou mais ampla. Ao longo da história da monarquia, os principais centros urbanos (Rio de Janeiro, Salvador e Recife) assistiram a inúmeros episódios de confronto físico entre *nacionais* e *portugueses* (estes ligados ao comércio a retalho e ao artesanato), os *mata-marinheiro*. Ocorreram também, particularmente na regência, movimentos de insubordinação da tropa de linha ou participações de militares em eventos mais significativos, como a abdicação de D. Pedro I em 1831 e os acontecimentos que se seguiram. Notou-se, ainda, intensa atuação popular nas vilas e cidades, desencadeada pelas sociedades patrióticas de tendência restauradora ou liberal. Entre 1824 e 1848, explodiram levantes liberais de diferentes matizes, organização e composição social: a Confederação do Equador, a Farroupilha, a Sabinada, a Revolução de 1842 em S. Paulo e Minas e a Praieira. Por sua vez, os homens livres pobres e os escravos aquilombados marcaram sua presença em insurreições como as Cabanadas do Pará e de

¹⁸ Poupar os submissos e debelar os soberbos. *Enéida*, 6, 853. Foi o lema do gabinete Alves Branco (2.2.1844), que propôs a primeira configuração da *política de conciliação* entre os partidos do Império, fundada na “moderação”, na paz e na lei. Aludia diretamente à obra heróica dos romanos por saberem reger o mundo, na passagem em que Enéas, em sua descida aos infernos, ouve os conselhos do pai sobre a construção do futuro império. VIRGILE – *Énéide*. Textes établies par Henri Goelzer. 12^a ed. Paris, Le Belles Lettres, 1966..

Alagoas, a Balaiada, o Ronco da Abelha e o Quebra-Quilos. E, acompanhando esses episódios de maior projeção, é importante lembrar a atuação escrava, tanto nos enfrentamentos cotidianos e nas pequenas rebeliões quanto na revolta dos Malês na Bahia, em 1835.

Tal quadro de confrontos e tensões foi, certamente, uma forte razão para que o tema da revolução se projetasse na história do Império em todo seu percurso. Sem dúvida, ele é o ponto de referência principal do debate político desde a independência até 1850, debate revigorado na década de 1870 com a emergência dos “novos liberais”, e seu projeto de reforma da monarquia, e da proposta republicana cobrando a finalização do regime monárquico.

Todavia, apesar da multiplicidade dos confrontos políticos, três eventos se destacam nos textos que fundaram a memória e a trajetória deste tema no século XIX (a independência, a revolução do 7 de abril e a Praieira) embora outros acontecimentos sejam, rapidamente, lembrados pelos autores que refletiram e se manifestaram sobre a questão, a exemplo da revolta do Pará, do Rio Grande do Sul, de Minas e S. Paulo e das “desordens” que acompanharam o 7 de abril na Corte.

Buscando motivos destas privilegiadas referências – os episódios da independência, do 7 de abril e da Praieira – para marcar a história da revolução no Império, poderíamos considerar o fato de que tais circunstâncias foram momentos cruciais na definição da monarquia constitucional, da cidadania e da nação.¹⁹ Mas a razão essencial desta correspondência se esclarece quando localizamos a origem deste recorte. Ou seja, descobrimos que o texto que hegemonicamente informa os historiadores do século XX sobre a revolução no Império é a obra de Joaquim Nabuco **Um Estadista do Império**, e que nela o autor define este tema inspirando-se, sobretudo, nos três acontecimentos mencionados.

Nabuco fundamentou sua leitura da revolução em documentos do arquivo do senador Nabuco de Araújo mas, também, incluiu informações de outros autores que, assim como o pai do escritor, haviam testemunhado e refletido sobre os episódios revolucionários das décadas de 1820 a 1860. Foram eles John Armitage, Francisco Sales Torres Homem, o Timandro, Justiniano José da Rocha e Teófilo Ottoni. No entanto, apesar da intenção de fidelidade aos documentos, manifestada pelo escritor no prefácio da obra, quando retomadas, suas fontes revelam outros entendimentos sobre a

¹⁹ Lembra-nos Hannah Arendt das singularidades que estes conceitos assumiram na revolução americana e na francesa, singularidades que se expressariam nitidamente no Brasil. ARENDT, H. **Da Revolução**. Trad. José R. Miney. S. Paulo, Ática; Brasília/E. da Universidade de Brasília, 1988.

revolução liberal, a monarquia e a sociedade monárquica, diversos daqueles projetados pelo historiador Nabuco. Verifica-se que haviam sido “conciliadas” para compor uma proposição outra que, desconhecendo suas proposições básicas, as anulava. Além disso, quando contrapostas, demonstram uma ágil barganha de argumentos, testemunhando que o tema da revolução realizou um percurso ao longo da vida do Império, percurso ignorado pelo texto que as registrou.

Dessa forma, o comerciante inglês, assíduo freqüentador do paço imperial durante o primeiro reinado, John Armitage, escrevendo em 1835, sob o impacto do falecimento de Pedro I e das decorrências do Ato Adicional, desenhou uma revolução necessária, quando conduzida por mãos habilitadas, como um momento inevitável na construção da civilização e do progresso. E, nas circunstâncias da independência e do 7 de abril, o autor - pressupondo a razão e a ação conseqüente dos políticos brasileiros – considerou-a madura e pertinente para o aperfeiçoamento da monarquia constitucional. Isto porque as circunstâncias políticas e sociais do Império brasileiro não espelhavam, exatamente, as européias, na medida em que aqui o feudalismo fora uma criação artificial e tardia, instituída no reinado de Pedro I. No Brasil, o feudalismo fora uma prática agregada a uma sociedade que, embora ainda abrigasse a barbárie da escravidão e tivesse convivido com o despotismo político inerente à condição colonial, vinha sendo gerenciada por cidadãos sensatos e inteligentes que aprendiam, rapidamente, desde a independência, o exercício conseqüente e moderado da monarquia constitucional. Nesse sentido, Armitage valorizou a revolução de inspiração francesa e girondina como prática instauradora da civilização.

Entendimento um pouco diverso projetaria o deputado liberal Torres Homem, o Timandro, quando, em 1849, engajado na defesa da Rebelião Praieira, escreveu **O Libelo do Povo**. Preservando o sentido inequívoco de progresso e a prevalência da razão para avaliar todas as experiências revolucionárias dirigidas pelos cidadãos proprietários, alinhou, num mesmo processo, a Revolução da Independência, o 7 de abril e a Revolta Praieira. Espelhando-se nos exemplos da revolução americana e das revoluções liberais européias de 1848, ele compreendeu estes confrontos como atos políticos, encaminhamentos adequados e incontornáveis na conquista e conformação da soberania da nação e da monarquia constitucional, direitos representativos do progresso e afinados com as idéias do século. Nessa medida, os patriotas brasileiros, assim como os cidadãos da república americana e dos reinos europeus, enfrentavam a resistência e as reiteradas intervenções de forças absolutistas e retrógradas que procuraram fazer naufragar este processo de construção da soberania da nação em 1824, em 1837 e em 1848. Descartando a idéia de que resquícios do passado colonial pudessem se tornar entraves à construção desta soberania, como a escravidão, por exemplo,

Timandro interpretou a situação brasileira como perfeitamente preparada para assumir o perfil da república norte-americana ou das monarquias constitucionais da Europa. Ainda, considerou-a, do ponto de vista político, como mais avançada do que a européia, fato sobejamente comprovado pelo desempenho da nação na experiência regencial. Para Timandro a revolução é legítima porque foi uma luta dos cidadãos contra a opressão.²⁰

Na leitura realizada em 1855 pelo deputado conservador Justiniano José da Rocha, viria um contundente contraponto. Certamente inspirado por leituras críticas da revolução francesa,²¹ interpretou as revoluções experimentadas, tanto no 7 de abril quanto na rebelião pernambucana - dado seus parentescos com a democracia - como sintomáticas da imaturidade e inexperiência da nação. Valorizando a obra da independência - em especial a intervenção do príncipe e dos "*homens provectos*" que acabaram por criar uma constituição moderna - Rocha, embora considerando o 7 de abril e a Revolta Praieira como inevitáveis, avaliou negativamente suas realizações, em especial o Ato Adicional, a recorrência às armas e a proposta de uma Constituinte feita pelos praieiros. Para ele, a revolução que resultara na abdicação - sinônimo de desordem e anarquia - fora potencialmente uma etapa, porém não necessariamente um passo da nação rumo à maturidade. A lei do progresso não se revelaria a partir do desenvolvimento espontâneo e linear das sociedades, mas da intervenção deliberada de alguns homens argutos e experientes, preparados para o exercício da política como razão. A eles caberia a missão de reverter o repetitivo movimento de ação/reação, inscrito nas leis mais primitivas da natureza, que dominava a história dos povos ainda imaturos, povos que, a exemplo do Brasil até aquele momento, faziam desta história tão somente um império de paixões. O progresso, resultado da atuação de verdadeiros estadistas, etapa subsequente à ação e à reação, se consolidaria numa transação política, entendida como "conciliação" entre alguns princípios democráticos e práticas já comprovadamente eficientes da reação monárquica. Estes seriam os fundamentos de uma sólida monarquia constitucional.

²⁰ A semelhança entre as colocações de Timandro e as dos revolucionários americanos se projeta quando acompanhamos a análise de Hannah Arendt para aquela revolução. ARENDT, H.- *Ob. Cit.* p. 53-78; 113-143.

²¹ É difícil avaliar com precisão os textos que fundamentam Rocha, assim como os de outros políticos interpretadores da revolução ocorrida no Império, uma vez que, salvo raras exceções, eles não citam suas fontes. Entretanto, é possível perceber, nos argumentos de Rocha, ressonâncias de uma tradição liberal autoritária e crítica da revolução francesa cujos primeiros expoentes foram Burke e Hegel. Sobre estas matrizes do pensamento contra-revolucionário e romântico ver a análise de ROMANO, R.- O sublime e o prosaico. Revolução contra reforma. *Revista Brasileira de História*. 10(20):39-62. março-dez.1990. Sobre a presença hegeliana no texto de Rocha assim como seu significado político ver JANOTTI, Maria de Lourdes M.- A falsa dialética. *Revista Brasileira de História*. 2(3):3-17, mar. 1982.

Outra, ainda, seria a interpretação do veterano político liberal Teófilo Ottoni. Na *Circular* endereçada a seus eleitores, quando do pleito para a Câmara temporária de 1860, denunciou as arbitrárias intervenções do Poder Moderador que vinham inviabilizando uma política de efetiva “*conciliação*” entre os partidos, e a vigência de uma genuína monarquia constitucional. Nela, a revolução do 7 de abril “*concilia*” imagens já consagradas por Armitage e Timandro; ou seja, havia sido sinônimo de progresso, de ação presidida pela razão e de ponto de chegada inevitável, porque sintonizada com as conquistas do século. Contudo lembrando Rocha, os políticos e a sociedade do Império não estavam preparados. As revoluções intentadas na independência, no 7 de abril e na revolta de S. Paulo e Minas haviam sido ainda prematuras para as circunstâncias do país. Embora signatárias do progresso e desta atualidade, e concretizadas por alguns políticos efetivamente imbuídos de bom senso e de espírito liberal, que perseguiram uma aproximação com as nações mais avançadas do tempo – sobretudo com a república norte-americana e com algumas monarquias européias²² – elas não haviam atingido os objetivos esperados. Refém dos trezentos anos de vivência da escravidão e ainda enredada no movimento mecânico e natural de ação e reação, a nação era, por um lado, presa fácil do reacionarismo de muitos políticos apegados ao absolutismo; e, por outro, ameaçada pela anarquia e desordem típicas da ignorância que ainda dominava grande parte da população. Esta imaturidade política também se expressou nos equívocos de seus ministros e parlamentares que, pautando sua conduta na lisonja e nos interesses pessoais, vinham confundindo o Poder Moderador com o poder pessoal do Imperador, inviabilizando o sucesso das revoluções progressistas e a prática de uma verdadeira monarquia constitucional. Dessa maneira, a intervenção dos retrógrados, dos moderados, dos exaltados e de uma “*oligarquia*” que se estabelecera no poder no segundo reinado, desviara a revolução de seu curso natural – a construção de uma monarquia constitucional modelar, regime intermediário entre a monarquia e a república, a ser construído pela intervenção do Parlamento.

Quando cotejada com suas fontes, a leitura que Joaquim Nabuco criou n’ *Um Estadista*, para as revoluções ocorridas na história do Império revela-se como uma (re)criação de proposições originalmente díspares, que tiveram seus argumentos desmembrados e habilidosamente às vezes “*conciliados*”, outras vezes problematizados, outras recusados. Tal interpretação, inscrita num texto que assumiria o estatuto de conhecimento, projetou as revoluções como uma prática política irremediavelmente signatária da república girondina (ou jacobina) e da democracia sendo sinônimo

²² A sintonia com os objetivos da revolução americana é fundamental na concepção de Ottoni, assim como fora também para Timandro. Mas, conforme veremos adiante, ensaiando uma leve autocritica sobre sua atuação no 7 de abril e em 1842, seu texto associa alguns traços da argumentação contra-revolucionária de Rocha.

de anarquia, desordem e inexperiência, procedimento efetivado sob o domínio das mais primitivas leis da natureza e, portanto, sob o império dos instintos, exceção feita à Praieira, na qual Nabuco considera, além destas razões, ter havido abusos cometidos por potentados locais, verdadeiros senhores feudais que dominavam Pernambuco.

Afinado com intérpretes profundamente críticos da revolução – a exemplo de George Sand, Taine e Renan – e, possivelmente, com estudiosos da psicologia das massas que escreveram no final do século XIX,²³ Nabuco viu as revoluções como fenômenos típicos da adolescência do país e como um testemunho da imaturidade de uma nação não constituída. Assim, nela ainda imperavam relações feudais, herança da escravidão, traço denotativo de seu descompasso com os regimes europeus já integrados à civilização, cujo exemplo maior era a monarquia constitucional inglesa. Tais revoluções poderiam ter sido evitadas se a nação, superando as práticas fundadas nos instintos, tivesse sido conduzida todo o tempo por estadistas sábios e experientes, a exemplo do Imperador Pedro I e daqueles que haviam atuado no primeiro e segundo reinados: Caxias, Honório Hermeto, Eusébio de Queiroz, o visconde do Rio Branco ou mesmo o senador e conselheiro Nabuco de Araújo. Apenas estadistas deste porte poderiam contornar as revoluções, manifestações evidentes dos erros inevitáveis às sociedades inexperientes e ainda presididas pelo impulso mecânico das ações e reações inscritas na natureza.

Quando retomamos os textos utilizados como fontes por Nabuco, percebemos que as imagens e concepções sobre a revolução liberal, a monarquia constitucional e a sociedade monárquica projetadas por **Um Estadista**, resguardam vestígios, conciliam entendimentos mas, também, que ocultam outras leituras dissonantes feitas no passado. Na verdade, elas denotam mais um momento da polêmica e movimentada história da revolução no Império, aquele em que se construiu a mais

²³ Em estadia de um ano na Europa (1873-1874), Nabuco teve a oportunidade de conhecer pessoalmente George Sand, Renan e Taine. Em sua autobiografia comenta ter sido este o momento em que se decidiu definitivamente pela monarquia. NABUCO, J.- **Minha Formação**, cap. 6,6,7; VIANA FILHO, L.- **A vida de Joaquim Nabuco**. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1952. Ca. IV: "A viagem romântica". p. 47-60. O texto também sugere conhecimento dos debates sobre os comportamentos das massas, que seriam divulgados no momento em que Nabuco escreve **Um Estadista**, nos livros de Gustave Le Bon, (*La psychologie des foules*, 1895); e Gabriel Tarde (*Essais e Mélanges*, 1895). A importância dos acontecimentos da Comuna na definição das concepções contra-revolucionárias de Taine, Renan e Sand, assim como os argumentos desqualificadores incorporados pelos estudiosos da psicologia das multidões são apresentados por COCHART, Dominique – As multidões e a Comuna. Análise dos primeiros escritores sobre a psicologia das multidões. **Revista Brasileira de História**. 10(20):13-128. março-agosto 1990. Sobre o percurso da revolução, de tema da política a objeto da ciência ver BRESCIANI, M. Stella M.- Da perplexidade política à certeza científica: uma história em quatro atos. **Revista Brasileira de**

severa e restritiva versão da revolução liberal que ocultou qualquer vínculo desta revolução com a experiência americana, pois nela imperaram as mais desencantadas versões francesas e inglesas sobre a revolução²⁴. O objetivo deste capítulo é justamente acompanhar as configurações, os fundamentos e a trajetória do conceito de revolução, de monarquia e da sociedade monárquica presente nas principais fontes que Nabuco utilizou para, sob o seu entendimento do princípio da “conciliação”, compor a independência, o 7 de abril e, especialmente, a Praieira.

A História do Brasil de John Armitage

*“Se a transição no Brasil tivesse sido mais violenta, sua estabilidade teria perigado. O regime a que o povo estava acostumado era o monárquico, e este foi o instrumento mais próprio para a introdução da civilização que faltava, e para se adotarem os aperfeiçoamentos sociais que formam uma parte inerente e essencial do sistema representativo.”*²⁵⁾

A **História do Brasil** escrita pelo comerciante inglês John Armitage foi publicada em Londres em 1836 e traduzida no Brasil em 1837, pretendendo ser uma continuação da **História do Brasil** de Robert Southey²⁶. Teve como objetivo imediato divulgar os “negócios políticos e financeiros do Império do Brasil, país com o qual as relações da Grã-Bretanha eram muito vastas”²⁷. Para isso, o autor traçou a história dos confrontos entre os grupos atuantes na política no período de 1808 e 1831 - *realistas, liberais moderados e exaltados*-, destacando e apreciando o desempenho de alguns personagens: D. Pedro I, Evaristo da Veiga, o senador Vergueiro, José Bonifácio, Feijó, Bernardo de Vasconcelos, Borges da Fonseca, dentre outros. Num sentido mais

História 12(23-24):31-54. set.91/ag.92; e Carlyle: a revolução francesa e o engendramento dos tempos modernos. **Revista Brasileira de História**. 10(20):101-112, março/dez. 1990.

²⁴ Hannah Arendt constata a hegemonia da concepção de revolução relacionada à revolução francesa, mesmo na América: “Foi a Revolução Francesa, e não a Americana, que ateou fogo ao mundo, e foi, conseqüentemente, do curso da Revolução Francesa, e não do desenrolar dos acontecimentos na América, ou dos atos dos “Pais Fundadores” que o atual uso da palavra revolução recebeu suas conotações e matizes em todos os lugares, inclusive nos Estados Unidos”. ARENDT, H.- **Ob. Cit.** p. 44.

²⁵ ARMITAGE, J.- **Ob.cit.**p.227. OLIVEIRA, Cecília H.L. de Salles - **A Astúcia Liberal: relações de mercado no Rio de Janeiro (1820-1824)**. Bragança Paulista, EDUSF-Ícone, 1999, p.20-28.

²⁶ SOUTHEY, R.- **History of Brazil**. Londres, 1819. 3 v. A obra tratou da história da colônia portuguesa até a instalação da Corte no Brasil. Armitage faz uma rápida retomada da situação colonial e dos acontecimentos do século XVIII para em seguida relatar detalhadamente o período joanino e especialmente a independência e o primeiro reinado.

específico, descreveu e avaliou um processo de mudanças de grandes proporções, ou a *revolução*, que atingiu seu ápice em 1831, ou “*o progresso gradual de um povo desde a barbárie até uma relativa civilização*”, do qual resultou a superação do *sistema colonial* e do *regime absoluto*, empecilhos para o acesso à civilização. A *barbárie* mencionada foi identificada com o *despotismo*, configurado na tirania da Corte Portuguesa e na administração dos Capitães-Generais; com o *isolamento* imposto pela condição colonial, expresso na privação da comunicação e do comércio com outras nações da Europa; com a *ignorância* e vícios derivados do desconhecimento da educação e cultura existentes em outras regiões diferentes da metrópole portuguesa e da convivência com a escravidão. De tudo isso decorreu a formação de “*castas*”; de um “*povo indolente e apático*” e em sua maior parte “*ignorante*”; de “*uma multidão de patriarcas altivos e arrogantes, divididos entre si, por intrigas, vaidades infantís e pequeninos interesses*”; e a falta de uma efetiva “*organização social e sociabilidade*”, necessárias a uma nação exemplar, homogênea e articulada. Apesar dessas lacunas, Armitage não deixa de apontar a presença de alguns atributos positivos encontrados em setores desta sociedade, vestígios de uma potencialidade latente, dentre eles, “*as maneiras gentís*” e a hospitalidade com os estrangeiros, a inteligência de muitos de seus membros, e a “*não existência de uma nobreza de grandes proprietários e de autoridades eclesiásticas*”. Fundamentando-se em Saint Hilaire, esclarece:

No fim do século passado, a população podia ser estimada em cerca de três milhões e seiscentas mil almas, das quais dois quintos eram escravos, sendo a maior parte da gente livre uma raça mista de origem africana, índia e européia; mas a branca continuou a ser a única a quem eram confiados os poderes políticos. É óbvio que não podia existir homogeneidade de idéias e de costumes em um povo composto de tantas castas; contudo, o caráter mais geral era aquele que facilmente se pode calcular, segundo a natureza das instituições. Mantido pelo trabalho dos escravos, habitando um clima onde as produções da terra, são quase espontâneas, privado do estímulo e das ciências que a livre comunicação com as nações estrangeiras teria ministrado, era pela maior parte um povo indolente e apático. (...)

Pode-se, entretanto dizer, em geral que suas maneiras são gentís, que são bondosos, generosos, hospitaleiros, mesmo magnificientemente hospitaleiros; e que especialmente em algumas províncias são notáveis pela inteligência e vivacidade. O sistema colonial, porém, conservava-os na mais profunda ignorância; e a introdução da escravidão tornara vulgar o exemplo dos mais abjetos vícios; e desde o tempo da chegada da corte de Portugal ao Rio de Janeiro a venalidade de todas as classes tornara-se um hábito. Uma multidão de patriarcas altivos e arrogantes, divididos entre si, por intrigas, vaidades infantís e pequeninos interesses, estava disseminada por toda a superfície do Brasil, e contudo, ainda não existia organização social. Dificilmente se poderia descobrir quaisquer elementos de sociabilidade. (...)

A condição dos brasileiros era na verdade miserável comparada com a de que gozam os europeus pela sua civilização; contudo, a tirania sobre eles exercida apresentava mais um caráter negativo do que positivo. Suas necessidades eram poucas, e em razão da quase não existência de nobreza, de grandes proprietários, e de poderosas dignidades eclesiásticas, havia uma certa

²⁷ ARMITAGE, J.- Ob. Cit., p.25

*igualdade entre todos, que não fazia sensíveis as privações a que estavam adstritos. Se não tivesse sido impelido por ocorrências extraordinárias, o Brasil teria por séculos continuado a ser conhecido pela Europa, unicamente como um colosso submisso, sem pretensões, e dependente de Portugal. Porém, nos outros pontos do mundo, e pelos fins do XVIII século, os acontecimentos se sucediam, e seus efeitos deviam estender-se aos confins da terra."*²⁸

Mas a obra de Armitage teve ainda outras finalidades: apontar incorreções em textos que divulgavam, na Europa, imagens equivocadas sobre o Brasil, para o que teve a preocupação de respaldar seu relato em depoimentos e fontes oficiais e da imprensa²⁹. Também, demonstrar a singularidade da ex-colônia frente às nações civilizadas e a importância das ligações comerciais com a Grã-Bretanha no processo de constituição do país³⁰; e ressaltar a experiência positiva da monarquia para a formação do Império brasileiro, e a inevitabilidade da revolução de 1831, imprescindível, dadas as circunstâncias históricas, para a configuração da nação brasileira. Inspirando-se em Herschel, destacou a importância da história do Brasil na comprovação da viabilidade de um projeto liberal:

*"Talvez não haja país algum com o qual as relações da Grã-Bretanha sejam tão vastas, e do qual, conheça tão pouco, como o Império do Brasil. A carência de quaisquer meios de referência sobre os negócios políticos e financeiros do país foi tão vivamente sentida pelo Autor, durante a longa residência no país, o induziu a empreender a história que se segue, principalmente a consideração das vantagens que, do ponto de vista comercial, lhe adviriam do conhecimento perfeito dos fatos aqui assinalados. '...a história não pode ser considerada como mera resenha de tiranias e carnificinas, mas antes como arquivo das experiências tendentes a mostrar a maneira de assegurar aos governados a vantagem do governo'"*³¹

Assim, o autor projetou uma imagem positiva da experiência brasileira e da monarquia constitucional. Insistiu na importância da atuação de D. Pedro I para a construção do Império, nas vantagens da prática política enquanto moderação e na pertinência, para o lugar e o momento, do movimento conduzido pelos liberais brasileiros em 7 de abril de 1831. Para ele, a história da nação expressou um processo de amadurecimento político – o trânsito entre *a barbárie e uma relativa civilização* – de uma elite majoritariamente nativa. Nesse sentido, empenhou-se em reconstituir as

²⁸ ARMITAGE, J. - Ob. Cit. p. 30-31; 232.

²⁹ Menciona, por exemplo, na nota 17, o **Jornal de uma viagem ao Brasil**, de Maria Graham e **Notícias do Brasil**, do Dr. Walsh, mais especificamente o livro do reverendo R. Walsh, **Notices of Brazil in 1828 e 1829**. London, Frederick-Westley and A.H. Davis, 1830. 2 v. O autor fundamenta a imparcialidade de seu relato não apenas no fato de ser estrangeiro, condição que lhe permitia avaliar com isenção acontecimentos e personagens, mas ainda na recorrência a provas documentais. ARMITAGE, J. Ob. cit. p. 25, 236

³⁰ Nessa valorização do livre comércio como pedagogia de civilização a ser desenvolvida pela Inglaterra, Armitage acompanha outras opiniões registradas no início do século, dentre elas a de Robert Southey e de Henry Köster, que abordaremos no cap. 2.

³¹ ARMITAGE, J. - Ob. Cit. p. 25

etapas de formação do grupo liberal moderado que dominava a política regencial em 1836. Reconheceu seus primeiros passos, no final do XVIII e início do XIX, nas manifestações de rebeldia contra a restritiva política colonial portuguesa, na sedição de Vila Rica, na revolta dos Alfaiates e na conspiração e revolta de Pernambuco em 1817. Destacou a importância da Revolução Francesa nas transformações que levaram o Brasil à independência política. O traslado da Corte para o Rio de Janeiro, se por um lado acarretou dificuldades financeiras e venalidade política devido aos gastos e à venda de títulos e concessões, por outro viabilizou a implantação de instituições e medidas civilizadoras. A criação da imprensa, do Banco do Brasil, a abertura dos portos, e a conseqüente agilização do comércio e das comunicações, haviam resultado na formação de uma opinião pública, no envolvimento da elite brasileira com os negócios, a administração e a cultura, fazendo com que ela superasse a ignorância em que vivia sob o sistema colonial.

"De todas estas medidas, e principalmente da franqueza dos portos, seguiram-se para o Brasil grandes vantagens. As produções do país altearam de preço, ao mesmo tempo que diminuíram os de todas as mercadorias estrangeiras; modificou-se o despotismo dos Capitães-Generais pela instituição de novos tribunais; e a civilização e as artes receberam um grande impulso da livre admissão dos estrangeiros, que concorreram em avultado número a estabelecerem-se às margens deste novo El-Dourado.

De mistura com estas vantagens, alguns males sobrevieram: um enxame de aventureiros, necessitados e sem princípios, acompanhou a Família Real; foi necessário admiti-los nos diferentes ramos da administração. A rivalidade sempre prevaleceu entre os portugueses e os brasileiros natos, e este procedimento da parte do Governo Português tendia a aumentá-la. Os novos hóspedes pouco se interessavam pela prosperidade do País: consideravam temporária a sua ausência de Portugal, e propunham-se mais a enriquecer-se à custa do Estado" ³²

Para Armitage, os anos de 1820 a 1831 assistiram ao despertar e ao amadurecimento político dos cidadãos do Império do Brasil, que inicialmente imitaram os portugueses e, depois, rapidamente ganharam autonomia. Num primeiro momento - 1820-21 - ainda exaltada e desordenadamente, eles procuraram se impor à Coroa exigindo o direito de assento e voto nas Cortes, a permanência do príncipe-regente no Brasil e o juramento da futura constituição portuguesa e, diante das incertezas de seu conteúdo, da constituição espanhola:

"O desenvolvimento gradual destas ocorrências (que encaminharam a escolha dos Deputados brasileiros para as Cortes) despertaram entre os brasileiros natos do Rio de Janeiro um espírito que não havia ainda aparecido nos acontecimentos anteriores. Nos primeiros movimentos do Rio de Janeiro, os europeus haviam tomado a precedência aos brasileiros, que se haviam conservado em posição secundária por timidez; mas tendo entrado nas eleições com crescente entusiasmo, e observando o projeto das instruções que eram delineadas para os seus Deputados em Portugal, demonstraram oposição a todos os planos, do que já se principiava a denominar

³² Idem, *Ibidem*, p. 30-33

recolonização: a facção portuguesa sentiu então que se achava no povo, senhores e não escravos. Já ela se arrependia de ter avançado com tanta precipitação; mas era impossível retroceder(...)

Completo-se satisfatoriamente a eleição paroquial, e o principal magistrado da Capital, o Ouvidor da Comarca, em cumprimento das ordens de S. M., convocou os eleitores para lhes significar um decreto que punha D. Pedro à testa do governo provisório, que se deveria instalar quando El-Rei partisse. (...) Sucedeu o que facilmente se podia conjecturar. A confusão não tardou a chegar ao auge, que o Presidente achou-se na impossibilidade nem de dirigir, nem de regularizar as deliberações da assembleia. Desconhecendo as formas das assembleias deliberantes, conduzidos por idéias exaltadas, e ignorando o termo de suas atribuições, os eleitores procederam a decretar medidas, que não só afetavam os interesses gerais da nação, como a pessoa augusta de S.M.F. Tal era o estado de exaltação que só o número dominava, e que se adotaram por aclamação as mais violentas resoluções.(...) por bem fundado receio, de que a constituição que decretassem as Cortes só favorecesse os interesses de Portugal, em detrimento dos do Brasil, decidiu-se que a Constituição Espanhola fosse adotada, e que se enviasse uma deputação a El-Rei, a requisitar-lhe a sua imediata aceitação." ³³

Num segundo momento, 1822-23, aliaram-se ao Príncipe D. Pedro e, já com mais habilidade, negociaram a independência ³⁴. Num terceiro, 1824, radicalizaram novamente, e enfrentaram o Imperador na Confederação do Equador, mas foram derrotados ³⁵. Num quarto momento, 1826-30, transferindo a luta para o Parlamento, apesar das inúmeras concessões inevitáveis - a exemplo das dívidas com o reconhecimento da Independência, a aceitação dos tratados de comércio e determinações sobre o tráfico e as dotações do Imperador - neutralizaram, habilidosamente, muitas das imposições de D.Pedro I - em especial os novos impostos; e, finalmente, em 1831, desarticularam com prudência manobras dos *realistas* e dos *federalistas* e conduziram a revolução que consolidou a independência e preservou a unidade do Império:

"O partido moderado, à frente do qual se distinguia a Aurora estava longe de partilhar estas opiniões exageradas. Reconhecendo que muitas vantagens poderiam resultar da federação em abstrato, concebia que ela só se poderia efetuar por meio de uma revolução, e receiava que essa revolução terminasse pela completa desorganização social. A natureza heterogênea das castas, o entusiasmo vago das idéias, e a rivalidade das diversas províncias, eram outras tantas causas de susto, além do que sabia muito bem que esses clamores por um governo federal, longe de ter origem nas províncias que com mais probabilidade fossem por ele beneficiadas, só eram suscitados

³³ *Idem, ibidem*, p. 39.

³⁴ "A proporção que se aproximava a crise, os partidistas da independência melhor concebiam as dificuldades da empresa. Todas as cidades marítimas do Brasil estavam ocupadas pelas tropas portuguesas; as comunicações eram dificultosas e incertas, e as *Províncias* estavam em *dissensão* umas com as outras. Sem que se obtivesse a cooperação do Príncipe, parecia impossível conseguir-se tanto restabelecer a integridade do Reino, como evitar uma contenda sanguinolenta e duvidosa." *Idem, ibidem*, p. 50.

³⁵ "Não era de esperar que um povo tão disposto à rebelião prestasse obediência cega e explícita à dominação arbitrária da Corte; pelo contrário, havia declarado por intermédio de seus jornais, que tanto lhes valia ser colônia de Portugal, como do Rio de Janeiro; e recebendo a notícia do que acontecera nesta Corte em 12 de novembro, tomou a deliberação de proclamar o Governo Republicano". *Idem, ibidem*, p. 98.

*por certos teóricos ociosos residentes no centro e na capital do Império. (...) De fato, o partido moderado mais anelava fazer da Constituição uma realidade, do que procurar outros sistemas; contudo, a presença dos elementos que se aglomeravam para uma revolução ameaçavam tornar impossível a continuação da neutralidade. Assim terminaram de improviso as sessões da primeira Câmara dos Deputados, fraca e vacilante em 1826, inquieta em 1827, exigente em 1828, e finalmente aventurando-se a opor uma barreira contra as agressões do poder em 1829”*³⁶

Considerou que os acontecimentos de 1831 constituíram um desfecho incontornável, dado o impasse que se instaurara entre o Ministério e o Imperador, por um lado, e a maioria representada pela Câmara, por outro. Na avaliação das origens deste impasse associa razões históricas com a atuação dos personagens. Para isso, somaram-se a peculiar configuração social e eleitoral do Brasil e os equívocos políticos, sobretudo os de D. Pedro I. Argumentou que, diferentemente da Europa, a base do sistema eletivo no Império era bastante ampla, dada a inexistência de uma nobreza e pelo fato de que *“a quase totalidade da população livre goza do privilégio de votar”*, garantindo representatividade na Câmara. Por isso, o governo ficava impossibilitado de constituir maiorias no Parlamento e seus Ministros continuamente se chocavam com o Legislativo :

*“...Em Inglaterra, onde então muitos membros do Parlamento eram nomeados pela nobreza e na França, enquanto foi governada pelos Bourbons, onde o voto duplicado dos grandes colégios, e o pequeno número de cidadãos qualificados para serem eleitores mantinham uma representação fictícia do país, era possível ao Ministério ter a maioria na Câmara sem tê-la na Nação. Porém no Brasil, onde a base do sistema eletivo é mais ampla, e a quase totalidade da população livre goza do privilégio de votar, é isto impossível. O Ministério, em consequência de sua política antinacional, via-se sempre em minoria; o partido denunciado como republicano, sempre dominava o Governo, e a ele se deviam todas as leis secundárias de que o Brasil tinha de se congratular. Pode-se dizer afoitamente, no sentido mais positivo da expressão, que a oposição era governo. Mas os inconvenientes e os embaraços que nasciam desta falsa posição eram óbvios (...) Os ministros viam-se continuamente na necessidade de cumprir leis promulgadas em oposição às suas próprias idéias e sentimentos; seguiu-se a desunião do Gabinete, primeiramente com o corpo Legislativo, e depois com o povo. Daí resultou um Governo olhado com aversão – seus Delegados nas províncias, impopulares – uma extrema irritabilidade no espírito público – exageração de idéias ao ânimo da população”.*³⁷

Foi justamente esta dessemelhança entre a situação do Brasil e da Europa, em especial a inexistência de uma aristocracia enraizada,³⁸ que o Imperador não soube apreender. Ao se espelhar

³⁶ *Idem, Ibidem*, 194, 209-210.

³⁷ *Idem, Ibidem*, p. 211.

³⁸ “A abolição da lei dos morgados, que os jornalistas liberais asseveravam ser ela só digna dos esforços de uma sessão, mas que no ano seguinte caíra no Senado, tinha antes o fim de impedir a instituição de uma aristocracia hereditária, do que prevenir mal algum existente. Desde 1824, quando os absolutistas haviam recebido tanta proteção, principiou no público o receio de que o Senado fosse para o futuro substituído por uma câmara hereditária; e esta suspeita havia por último ganho maior peso, em razão das freqüentes concessões de títulos que se davam aos

em outros soberanos (especialmente os Bourbons), apesar de não ser um tirano e demonstrar muitas habilidades políticas, D. Pedro não conseguiu identificar-se com os brasileiros natos e pareceu aproximar-se dos interesses estrangeiros, particularmente os portugueses. Não atuou com a prudência exigida pelas circunstâncias: empregou forças estrangeiras, assinou um tratado com Portugal considerado lesivo aos interesses nacionais, interferiu continuamente nos negócios de Portugal, e nomeou portugueses naturalizados para altos cargos do Estado, com a suposta exclusão de brasileiros natos. Enquanto o Império solicitava um negociador, procurou projetar-se como herói militar (daí o envolvimento na desastrosa Campanha da Cisplatina) e agiu de forma considerada inconstitucional, nociva aos interesses da nação, fato que o privou da força moral necessária para a condução da política. Em suma, não soubera tornar-se *um homem do seu povo*.³⁹ Todavia, o autor não deixa de ressaltar a contribuição do reinado de D. Pedro e da preservação da monarquia, para a consolidação do novo Império: por terem impedido a anarquia, desfecho esperado numa sociedade despreparada para a vivência da república e fundada na escravidão:

*"Bem que tenha sido ineficaz e errônea em muitos pontos a administração de D. Pedro, a sua elevação ao trono foi mui provavelmente o meio de preservar o Brasil de uma anarquia ainda mais fatal do que a que tem assolado as outras colônias espanholas. Quaisquer tentativas prematuras para o estabelecimento da república, teriam sido seguidas de uma guerra sanguinolenta e duradoura, na qual a parte escrava da população teria pegado em armas, e a desordem e destruição teriam assolado a mais bela porção da América Meridional.. Ainda mesmo que a expulsão dos portugueses tivesse sido conseguida, a ignorância do povo, e as comoções políticas, teriam sido mais fatais do que as guerra estrangeira....) Se a transição no Brasil tivesse sido mais violenta, sua estabilidade teria perigado. O regime a que o povo estava acostumado era o monárquico, e este foi o instrumento mais próprio para a introdução da civilização que faltava, e para se adotarem os aperfeiçoamentos sociais que formam uma parte inerente e essencial do sistema representativo."*⁴⁰

descendentes da atual aristocracia. A Câmara dos Deputados, simpatizando pouco com a supremacia de um Senado, cujos membros fossem criados sem atenção alguma a respeito de seus talentos e habilitações, decidiu-se em anular completamente as leis em questão, convencida de que sem ela nenhuma instituição hereditária poderia existir." *Idem, ibidem*, p. 174.

³⁹ "D. Pedro não era um tirano; ninguém, a não ser um dos seus caluniadores, jamais o designou como tal; porém, os seus erros foram grandes e de variadas espécies. Dotado de talento natural, mas destituído de prudência; admirador da forma de governo representativo em perspectiva, mas afastando-se sempre da sua execução prática; enérgico, mas inconstante; estava mais próprio para empreender a libertação do Brasil, do que para dirigir a subsequente marcha do seu governo. Elevado ao título de herói, durante a luta da Independência, parece ter sido guiado pelo exemplo de outros potentados, do que pela madura consideração do estado social, e das necessidades do Brasil. Foram, porém, estes erros de menor importância. O maior de todos, o que causou a queda de D. Pedro foi, (...) nunca ter ele sabido (ao menos desde a dissolução da Assembléia Constituinte) mostrar-se verdadeira e inteiramente brasileiro". *Idem, ibidem*, p.212-213; 226-227

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 227.

Por estas mesmas razões, a revolução de 1831 pautou-se pela *prudência e moderação* e foi articulada por homens ilustrados que recebiam a *recolonização* do país, dentre os quais se destacaram o senador Vergueiro, o jornalista Evaristo da Veiga, o padre José Custódio Dias e os irmãos Lima. Combinou uma conspiração entre setores civis e militares, uma sedição militar e a manipulação controlada da *população*, procedimentos que evitaram uma guerra civil e criaram a pressão necessária que promoveu, embora não deliberadamente, a oportuna e sensata abdicação do Imperador. Assim, preservou-se a ordem e a integridade da nação. Se conduzida pelos exaltados federalistas, o Império ter-se-ia esfacelado, ou pela guerra civil, ou devido a uma rebelião escrava. As origens deste indesejado desfecho podiam ser pressentidas na inexperiência política deste grupo, demonstrada na imprensa e nas agitações de rua, assim como em sua ignorância, atributos de homens despreparados e sem ilustração.

*"Cumpre também notar que, se não tivesse aparecido esta sedição, ou se houvesse sido abalada à sua nascença, o que, talvez não teria sido muito difícil, teriam reaparecido movimentos insurreccionais nas províncias; e, atenta a impopularidade do Imperador, o seu êxito não teria sido duvidoso. Por mais indignos que possam ter sido os agentes empregados na revolução, deve-se reconhecer que foi o único meio de se firmar o trono na dinastia de D. Pedro, e de se prevenir a guerra civil, que só teria terminado pela separação das províncias."*⁴¹

Empenhado em apontar a singularidade do Brasil frente à Europa, e a imprescindibilidade da revolução de teor moderado superadora da opressão política, Armitage cristalizou as tensões inerentes à sociedade em três formas de rivalidades: entre brasileiros e portugueses, moderados e exaltados, e senhores e escravos. A primeira tinha raízes na antiga condição colonial e corporificava-se nos privilégios preservados pelos portugueses de nascimento, mesmo após a independência. Os conflitos existentes entre os membros do *povo* do Brasil fundamentava-se em diferenças sociais criadas pela posse da propriedade e pela formação política e cultural. Por fim, o confronto entre senhores e escravos tinha sua origem na escravidão, instituição necessária no passado mas a ser superada no presente.

Ainda, registrou alguns traços dessa sociedade já anotados por outros estrangeiros, em especial a presença de castas, a ignorância e a imaturidade de sua população. Entretanto, decidido a defender a oportunidade da *revolução* levada a termo pelos moderados, destacou outro argumento positivo: os homens livres desta sociedade tinham uma voz política desconhecida para os europeus, até porque no Brasil não se constituíra uma nobreza semelhante à européia. Aqui a nobreza tinha

⁴¹ *Idem, ibidem*, p.216-226

sido uma criação do Império, pois o feudalismo não havia tido uma oportunidade histórica para se fixar e desenvolver:

As freqüentes e extensas criações de nobreza foram também um erro manifesto: a nobreza no Brasil não era, como na Europa, uma instituição que nascera espontaneamente do sistema feudal, e que, como sua inseparável companheira, a lei da primogenitura, fora ditada pelo manifesto interesse da sociedade, desde sua origem; não podia aquela ser considerada no Brasil senão uma recompensa honorífica do mérito; logo a maneira profusa e pouco judiciosa com que foram dados os títulos, em lugar de elevar aqueles a quem eram conferidos, tendia, pelo contrário, a deprimir e envilecer a instituição.”⁴²

Tal singularidade histórica, juntamente com as mudanças e experiências dos últimos anos, os habilitava para o exercício de sua *revolução*, entendida como uma prática necessária na construção da civilização, fundada na razão, vontade e determinação política dos homens que gerenciavam a nação naquele momento. Ou seja, na percepção de Armitage, a singularidade brasileira combinava traços de *barbárie* e resquícios da condição colonial com traços de progresso que a avantajavam com relação à Europa. Consequentemente, a *revolução moderada* não era, aqui, uma proposta descabida. Pelo contrário, tornara-se necessária.

O Libelo do Povo

“A revolução da independência, que devolveu-nos a posse de nós mesmos, firmava como dogma fundamental da nova ordem social o grande princípio da soberania do povo. No interior como no exterior, esse princípio, que é a pedra angular dos estados livres, tornava-nos os árbitros únicos, supremos e absolutos de nossos próprios destinos. Só do povo; só de suas luzes, e espontânea deliberação pendia a escolha da organização política, que desde então devia reger-lo; só a ele e a mais ninguém cabia traçar e erguer o novo edifício, em que havia de abrigar-se a nascente nacionalidade. Todos os laços, que prendiam-nos ao passado, estavam mortos; tínhamos recebido uma segunda vida, uma segunda natureza, que anulava e excluía as pretensões da realeza, da conquista.”⁴³

Diferentemente da obra de Armitage no que concerne à pretensão de imparcialidade, o panfleto do deputado liberal Francisco Sales Torres Homem, escrito quando da dissolução da Câmara em fevereiro de 1849, foi criado expressamente para a disputa partidária. O comprometimento político é, portanto, seu traço mais significativo e transparece tanto no conteúdo e estrutura do texto - a contundente defesa da Rebelião Praieira e o ocultamento do autor sob o

⁴² “*Idem, ibidem*, p. 226-227.

pseudônimo **Timandro**⁴⁴ - quanto nas condições de sua emergência: um opúsculo apresentado na Corte, que acabou censurado e recolhido pelo governo imperial. O sentido eminentemente político e o fato de o autor tê-la renegado posteriormente, parece ter sido a razão mais evidente para o esquecimento a que a obra foi relegada. O apoio à *Conciliação*, em 1855, e a adesão ao Partido Conservador, em 1858 - a quem Torres Homem seria fiel até o fim de sua carreira e prestaria inestimáveis serviços - fizeram com que ele próprio, assim como seus antigos correligionários, se empenhassem em apagar os vínculos do panfletista com a causa liberal.⁴⁵

O **Libelo do Povo** reconstituiu, em forma de drama, a história da *revolução* no Brasil desde a independência até o ano de 1849, para recolher argumentos que justificassem os direitos históricos conferidos pela lei do progresso às revoltas liberais ocorridas no Império até aquele momento, em especial a *Revolta de Pernambuco* de 1848. Ou, em outros termos, historiou os episódios da luta entre o Partido Liberal (signatário do progresso) e o Poder Moderador, exercido pelos príncipes da Casa de Bragança e por uma *facção anti-nacional, retrógrada e recolonizadora*:

*"A obra da inversão que na política do Brasil o paternal governo da côrte houve por bem decretar, e a que os mantenedores da facção antinacional puseram mãos açodadamente, arrebatados uns da bárbara alegria de rivalidade, que se vingam, aliciados outros pela perspectiva de tirarem da guerra civil e do sangue derramado larga porcentagem em proveito de sua ambição e fortuna, tal inversão, digo eu, não é senão uma fase nova da mesma crise, que há vinte e cinco anos começou, enlutando as últimas cenas de nossa incompleta independência."*⁴⁶

Timandro procurou fundamentar a pertinência e legitimidade da conduta dos praieiros. Relacionou-a com o procedimento de um Partido Liberal Nacional indistinto no tempo (1822-49) e a um também genérico *povo* brasileiro. Identificou suas origens e percurso, nos sucessivos confrontos

⁴³ HOMEM, F.S. Torres- **Ob.cit.** p.62

⁴⁴ Torres Homem inspirou-se na figura de Tímon de Atenas, o misântropo, mas fez uma apropriação invertida e ambígua do personagem ao associar desencanto e ironia com uma certa esperança no futuro e no progresso. O autor foi acusado de plágio pelos conservadores que apontaram semelhanças no texto com o famoso panfleto do visconde de Cermenin, "Entretiens du village" traduzido no Brasil com o título de "Colóquios aldeões". MAGALHÃES JR, R. **Ob.Cit.** p. 18. O pseudônimo seria retomado pouco tempo depois, em 1852, por João Francisco Lisboa - um liberal que militava na política maranhense desde a década de 1830 - quando, já atuando como historiador, fundou o **Jornal de Timon**. Nele apresentou uma extensa e bem fundamentada crítica, e externou apenas um profundo desencanto com as práticas monárquicas estabelecidas no Império, em especial o sistema eleitoral. Lisboa também produziu um discurso em 12.9.1849, publicado em vários jornais do país, denunciando o tratamento dado aos rebeldes praieiros, recém julgados em Recife, e condenados à prisão perpétua, embora sem demonstrar pleno apoio à revolta da Praia. Sobre Lisboa, ver JANOTTI, M. de Lourdes - **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador**. S. Paulo, Ática, 1977, p.28,49.

⁴⁵ HOMEM, F.S. Torres - **Ob.cit.** p. 26.

⁴⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 61.

que vinham desenrolando-se desde a independência entre a “soberania nacional e a prerrogativa real”, ou entre o povo e o Imperador e sua camarilha. A rebeldia armada era também uma tentativa de desmascaramento da Monarquia Constitucional praticada no Império, desfigurada pela ação recorrente do Poder Moderador, que se constituía ora numa “comédia de mau gosto”, quando este poder intervinha nos Ministérios e no desempenho da Câmara, ora em “drama sanguinolento”, quando os cidadãos, reagindo às interferências inconstitucionais dos Príncipes, recorriam às armas e eram violentamente reprimidos.⁴⁷

Apresentou, também, a pertinência e representatividade da reação praieira aproximando-a das revoltas européias de seu tempo, aquelas que em 1848 impuseram constituições aos Bourbons e aos Habsburgos.

“Enquanto o velho mundo mudava de pele, e regenerava-se no meio das tormentas da guerra civil, nós, mais felizes, elaborávamos pacificamente os elementos de nossas reformas, sob os auspícios do governo do partido da liberdade (...) Num instante, toda esta seguridade é trocada pelo alarma; e ameaça-se nossa liberdade, que nenhuma culpa tivera dos trances porque passaram na Europa os cunhados e parentes do reposteiro. Qual será o desenlace desta agressão, que começa atroz e horrível, arrancando nossas províncias do sossego de que gozavam, e tornando-as vítimas das misérias e calamidades da conquista? Vencerá aqui a tirania, que sucumbe no resto do mundo? Não; o ídolo insaciável, a quem não fartou o sangue dos Mineiros e Paulistas, e que hoje devasta Pernambuco, há de reconhecer, que a rocha em que está firmada a liberdade do Brasil, e que é a natureza mesma das coisas, não se abala sem perigo para quem o tenta.”⁴⁸

Assim, a revolta da Praia foi interpretada como sucedâneo nacional da luta entre “a liberdade e a tirania”, característica política essencial do século XIX. Para o autor, a América em geral e o Brasil em particular estavam próximos das conquistas deste século, uma vez que aqui a realeza e o feudalismo não tinham raízes históricas. Portanto, as prerrogativas políticas dos cidadãos e o direito de resistência à opressão tinham plena legitimidade:

“Já das florestas da nossa América tinha partido a famosa declaração de princípios que fez tiritar de susto os opressores e ateou o facho da revolução francesa de 89 (...) A maioria da sociedade brasileira não estava longe do nível do século XIX; o fanatismo, o gênio da servidão, o embrutecimento e degradação das classes industriais, que em outros lugares abrem passagem às pretensões do mando arbitrário, aqui felizmente não existiam. A resistência e a guerra civil estavam pois contidas como consequências indeclináveis no atentado à dissolução da constituinte, e no regime abominável, com que em seguida tornou-se cada vez mais flagrante o antagonismo entre o trono e a liberdade, entre o espírito nacional e o interesse recolonizador.”⁴⁹

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 108-111

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 60.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 65.

Timandro historiou o embate entre *o espírito nacional e o interesse recolonizador*, para apontar os momentos de sucesso e os revezes da causa liberal. Assinalou o primeiro marco desta luta na “*revolução da independência*”, quando ter-se-ia estabelecido um *novo pacto* entre a nação e a monarquia, esta última entendida como livre escolha da nação:

“...preferiu a nação a monarquia do mesmo modo que poderia preferir a República de Franklin e de Washington; aclamou por seu rei o primogênito da casa de Bragança como aclamaria o filho do Grão Turco, se fora isso do seu gosto. Esse rei era simples feitura de nossas mãos; nenhum título antigo e preexistente o assistia, porque tudo era novo, tudo datava de ontem nesta situação; o solo estava varrido e limpo; seu único título de legitimidade vinha da eleição nacional(...); seu trono, contemporâneo de nossa liberdade, repousava sobre a mesma base que ela – a revolução.”⁵⁰

Este pacto foi desrespeitado pela primeira vez em 1824, quando o Príncipe, que herdara os vícios dos Braganças,⁵¹ associado com uma “*facção anti-nacional*”, arvorando direitos que não possuía, confiscou os poderes da nação fechando a Assembléia Constituinte, outorgando a Constituição e reprimindo a reação de legítima defesa dos cidadãos na Confederação do Equador. Diante de tal agressão, “*a consciência pública ofendida jurou vingança*”, concretizada no 7 de abril com a abdicação. Assim como Armitage, Timandro acentua a inabilidade do Imperador em identificar-se com os anseios do “*povo*” brasileiro, mas explica o desencontro entre eles pela discrepância entre a simplicidade da vida e vocação agrícolas da nação e o fausto da vida aristocrática das cortes europeias:

“Que glória não seria a dele, e que ventura a nossa, se compreendendo tudo o que a sua missão tinha de sublime, aceitasse a liberdade por companheira de sua fortuna, e se identificasse com os destinos do povo! (...) Preocupado de sua pessoa, de seus direitos, de suas paixões e prazeres, nenhuma relação estabeleceu entre a felicidade dos súditos e a sua; e isolou-se no meio da nação a mais dócil, e agradecida. Como Luiz XIV, fez de seu eu o Estado, sem imitar contudo do grande rei outras coisas, mais do que o despotismo, o fausto, os favoritos, as concubinas. Para suprir o apoio moral da opinião que fugia, promoveu mais que nunca o espírito militar, forçando o caráter pacífico e industrioso que deve convir a um povo agrícola habilitador de terreno amplíssimo, despovoado e sem vizinhos formidáveis. Com as mesmas vistas fez consistir a

⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 62.

⁵¹ Assim estreou Pedro I a sua omissa carreira; e que outra coisa tinham os Brasileiros que esperar de um príncipe da casa de Bragança? Não era ele a vergonha dessa estirpe sinistra, a que Portugal deveu durante dois séculos o fatal declínio do seu poder e importância como nação, o aniquilamento de sua indústria, e a supressão de suas franquezas? Examinai a história de qualquer outra raça Real, e entre a longa sucessão de reis ignorantes, cruéis e depravados, um ou outro encontrareis sobre quem a posteridade possa repousar os olhos com satisfação. Na dinastia bragantina, porém, nenhum há que esteja neste caso.” *Idem, ibidem*, p. 67-69.

prosperidade do Brasil, não no progresso de suas artes e lavoura, mas no fofo esplendor de uma corte aparatosa, para o que era mister fomentar com enganosas seduções a paixão de um luxo destruidor, e galardoar com distinções honoríficas os que haviam consumido a rica herança de seus progenitores. Nada faltou ao espetáculo desta grandeza inerte, aparente e ridícula, nem mesmo uma aristocracia achinelada, entretida à fiúza do orçamento, e para cujos brasões heráldicos o povo não podia olhar sem rir-se.

*De tudo isto nem sequer o fumo remanesce em 7 de abril; e Pedro I estendendo os braços em roda de si, não encontrou senão a solidão, o vácuo, as trevas, e a desesperação!"*⁵²⁾

Os anos de 1831 a 1837 assistiram ao governo da revolução. Ele saneou as finanças da nação, abaladas pela bancarrota resultante da política de gastos de D. Pedro I, com austeridade, trabalho e economia, quitando quase completamente as dívidas públicas. Instaurou a verdadeira democracia: substituiu a hipocrisia, a lisonja, a troca de favores e o artificialismo que grassavam na Corte pelo nacionalismo, a lealdade, a franqueza e a igualdade. Dispensou o cerimonial, a etiqueta e os títulos de nobreza; separou o público do privado⁵³. Ainda reprimiu a *desordem*, reorganizando e salvando o país da anarquia remanescente do governo anterior. Timandro fez questão de marcar as diferenças existentes entre a revolta liberal de 1842 - "*que reuniu a flor da sociedade brasileira*"- da "*desordem que não se pode conjurar*" durante o exercício da Regência, "*acidente funesto e lamentável*" que exteriorizou as "*paixões e os instintos grosseiros da escória da população*":

*"Nas revoltas subsequentes à abdicação, o que aparecia era o desencadeamento das paixões, dos instintos grosseiros da escória da população; era a luta da barbaridade contra os princípios regulares, as conveniências e necessidades da civilização. Em 1842 pelo contrário o que se via à frente do movimento a braços com o soldado mercenário, era a flôr da sociedade brasileira, tudo o que as províncias contavam de mais honroso e eminente em ilustração, em moralidade e riqueza; espetáculo, que se renova hoje em Pernambuco, com o mesmo séquito de atrocidades e infâmias."*⁵⁴

Acentuou ainda a diversidade entre conservadores e liberais no tratamento dado às rebeldias. Enquanto os primeiros as instigaram para "*conquistar e exterminar o adversário*", os liberais trataram a "*desordem que não podiam evitar*", com moderação, promovendo a "*conciliação dos ânimos*"

"Os resultados destas duas políticas são dessemelhantes como os sentimentos que as animam. Uma popular e generosa, considera a desordem, que não podem conjurar um acidente funesto e lamentável; e logo que a desarma, apressa-se a apagar-lhe os derradeiros vestígios, promovendo pela moderação de seu proceder o arrefecimento das paixões, a conciliação dos

⁵² Idem, *ibidem*, p. 67, 74-75.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 76-80

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 82.

*ânimos. A outra, aristocrática primeiro que tudo, rival implacável da liberdade, saúda com satânica alegria os sintomas precursores das revoltas, instiga-as, acelera-lhes a marcha, porque vê nisso feliz oportunidade de conquistar e exterminar sua inimiga; e uma vez alcançado este objeto de seu anelo, solta todas as fúrias da reação e da vingança, que vão repartir a população de nossas províncias em vítimas e algozes e eternizar o ressentimento dos partidos. Não é isto o que agora mesmo está produzindo em Pernambuco essa política selvagem e abominável que especula sobre discórdias civis, e bate amoeda de sua ambição sobre a carnificina dos Brasileiros?"*⁵⁵

Contudo, o feito mais significativo da revolução cristalizou-se no Ato Adicional de 1834, que instaurou o princípio da eleição dos regentes e delegou às províncias o direito de intervir na escolha de seus administradores, praticamente instaurando o *"regime federativo, seiva animadora da civilização...porque multiplica os focos de vitalidade e de movimento a esse imenso corpo entorpecido, onde a vida aparece aqui e ali, mas em cujo restante não penetra"*.⁵⁶

Porém, a queda de Feijó em 1837, resultado da *"rotação caprichosa do destino"*, assinalou um segundo rompimento do pacto constituído na independência, pois a regência de Araújo Lima deu início à desconstrução da obra revolucionária. Instaurou-se o princípio do *regresso*, e, com ele, retomaram-se as práticas do primeiro reinado: *"o culto exclusivo do ouro; o reinado bruto do interesse; a corrupção e a imoralidade; o particular se sobrepondo ao público; o enriquecimento não pelo honesto trabalho e generosa indústria, mas pela ruína do Estado e dos cidadãos"*.⁵⁷

A partir deste momento os liberais teriam poucas chances de realizar sua missão progressista porque a *facção recolonizadora* aliada ao Poder Moderador dominaria a cena política interferindo, inconstitucionalmente, na formação dos ministérios e nas dissoluções da Câmara. Foram manobras deste teor que propiciaram, em 1840 e 1841, a aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional e a Reforma do Código do Processo, destruindo-se a obra da revolução e embargando as tentativas de reformas limitadoras das atribuições do Poder Moderador e restauradoras da autonomia da Câmara:

"Enchendo a boca de – trono, fidalguia, e de regresso, - e escarnecendo de suas mesmas antecêdências, assentava ele que estavam agora dispostos os elementos para uma reação contra o princípio liberal, e que poderia sem dificuldade habilitar-se da herança do primeiro reinado. O Ato Adicional, obra do governo interregno, e único liame que pôde manter então ligadas entre si as dezoito estrelas do pavilhão imperial, foi o primeiro alvo contra que se assestaram as baterias da facção retrógrada. Sob o falso título de interpretação, e a pretexto de uma ou outra imperfeição, que naquela carta das liberdades provinciais escapara a nosso tirocínio, ele a reforçou, ou antes anulou com cerebrina hermenêutica o texto da lei constitucional, defraudando a assembléia de suas

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 83.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 90.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 87.

mais preciosas atribuições; e isto de um só jato, e preteridos os trâmites que a mesma constituição impusera como outros tantos preservativos contra a precipitação em matéria de tal magnitude. Foi deste jeito que os homens que sonham para a nossa terra extensíssima uma centralização à moda das pequeninas monarquias do antigo mundo, cuidaram apertar os laços da comunidade Brasileira, e realizar as pretendidas doutrinas da reorganização e do futuro."⁵⁸

As investidas do Partido Liberal para romper esta hegemonia não tiveram sucesso por causa das *traições* de membros do próprio partido e às manobras dos adversários. A antecipação da maioria do Imperador, em 1840, resultou numa verdadeira **journée des dupes** pois, oito meses após a ascensão de D. Pedro II ao trono, os Luzias foram traiçoeiramente afastados dos cargos de representação devido à dissolução da Câmara e à realização de eleições fraudulentas. Foi este golpe que deu origem à revolta de S. Paulo e Minas de 1842, quando, novamente, os liberais recorreram às armas para impedir a violação da lei do progresso, ou a restauração do passado indesejado; para tentar preservar os ganhos históricos da revolução já vivenciada e para garantir seus direitos usurpados. Mas, foram duramente derrotados e perseguidos:

*"Por semelhante forma, o novo reinado constituía-se solidário e continuador do antigo, riscava da nossa história o grande fato da revolução que os devia separar e discriminar; inutilizava o tempo, os acontecimentos, o caminho andado; e restaurava o passado, não só com suas deploráveis tradições e tendências, mas até com seus homens, com seus erros e seus crimes! (...) O que tinha de produzir tal política que só de per si era um manifesto de guerra dirigido contra o partido liberal e Brasileiro, e a que vieram associar-se os professores corruptos da última regência, estava calculado, previsto e esperado. Os atos de incrível agressão, e inqualificável perversidade que logo se seguiram uns após outros, revoltando por sua qualidade, e intimidando pelo seu número, e que a necessidade de aterrar e levar de rastos a nação para onde ela resistia a ir, impunham ao gabinete imperial, são fatos que vivem e viveram na memória pública acompanhados de toda a execração que inspiram e merecem. Sim; o povo Brasileiro dificilmente se olvidará desse governo, que acobertado pelo manto do imperador, e secundado pela baixa servilidade e prostituição de um espectro de parlamento, proscreeu das formas do processo judiciário garantias afiançadas ao cidadão no código fundamental do estado; (...) desse governo que depois de embriagar-se no sangue dos Mineiros e Paulistas, a quem uma série de insultos e requintadas atrocidades chamara às armas e à resistência, deu o sinal de saque e pilhagem pelo horroroso decreto do confisco, e açulou sobre a propriedade privada, sobre o patrimônio inviolável das famílias a cabilda famélica que seguia-lhe o carro do triunfo!"*⁵⁹

Para Timandro, os gabinetes empossados entre 1844 e 1848 não representaram o Partido Liberal, visto que, contrariando o propósito de *conciliação* (entendida como efetiva combinação dos partidos) que apregoavam, haviam sido moldados pelo Poder Moderador e constituíam apenas um *"amálgama de entidades heterogêneas, onde apenas um ou outro liberal era incluído"*. Ou seja, a

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 89-90; 100-102.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 92-97.

revolução teve seu curso obstruído pela intervenção do Poder Moderador restaurado do primeiro reinado. Uma única exceção é feita para o ministério Holanda Cavalcanti (5.5.1846-21.5.1847) que respeitou e ouviu a Câmara e realizou uma verdadeira aproximação entre os partidos. Foi ele o responsável pelo *apaziguamento* do Rio Grande do Sul, pelo saneamento financeiro do Império e pela recuperação da ordem.⁶⁰ Todavia, a partir de 1847, instaurara-se completo descompasso entre os gabinetes e os deputados liberais, que não se rebelaram naquele momento, não por oportunismo, mas por temerem que uma guerra civil ocasionasse o “*desmoronamento do país*”. Eles agiram “*com a prudência que seus adversários não tinham*”

*“Se o partido liberal ama e respeita os princípios da organização política que abraçamos, também consagra iguais sentimentos à ordem e à paz pública; e não queria expô-las a medonhas contingências, rompendo logo com o poder fútil e desassinado que não olharia às conseqüências de sua vingança. Cumpria-lhe no interesse do país ter prudência por si, e por quem não a tinha; cumpria-lhe de dois males preferir o melhor; e dar tempo ao tempo, usando da mesma circunspecção de sua conduta, da diuturnidade de sua paciência, e dos triunfos da razão pública, que se chegasse a aceitar francamente o governo da constituição com todos os seus corolários.”*⁶¹

Esta cautela se inviabilizou quando, após a demissão do Ministério Paula Souza em setembro de 1848, o governo imperial interveio na atuação da Câmara, impediu o assento dos liberais no Senado e agiu com violência em Pernambuco, ameaçando vidas e propriedades. A partir daí a revolta se tornou o único meio possível para denunciar o desvirtuamento da monarquia constitucional,⁶² e reivindicar a convocação de uma Assembléia Constituinte, com poderes para

⁶⁰ “Em breve foi apagado o terrível incêndio que há tanto tempo devorava S. Pedro do Sul, e firmada a concórdia nessa província, que o imperador pode então viajar sobre caminhos juncados de flores, naqueles mesmos lugares onde, apenas dois anos antes só encontraria rastilhos da rebelião e os destroços sangrentos dos combates. Bastou a força moral de nossa moderação, e de nossa lealdade; bastou a ascendência de nossos princípios de nacionalidade, de fraternidade, e conciliação, para que caíssem as armas das mãos daqueles a quem um decênio de porfiadas lutas, tantos exércitos e riquezas destruídas não puderam domar.(...) Da mesma forma, e pelo mesmo meio foi restabelecida a confiança e plantada a ordem na totalidade do império; ordem honrosa, que se livrou na espontaneidade da obediência do cidadão; que harmonizou-se com o livre e amplo exercício de todos os direitos, com respeito de todas as garantias; ordem sólida que deu ao país cinco anos de repouso e bonança, quais nunca se vira antes, e que duraria ainda, se não houvesse quem se julgasse com direito de imolar a seu capricho as mais sérias conveniências de uma nação inteira.” *Idem, ibidem*, p. 98-99.

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 100-102.

⁶² “O que é positivo, é que Sua Majestade não pode em circunstância alguma, sem arrogar-se um direito que não é o seu, escolher e impor a política que deve dirigir o Estado, nem levantar e fazer cair alternadamente os partidos a seu alvedrio. Lá isso é da privativa competência da nação, a qual, delegando à coroa certos poderes, guardou para si o de indicar, periodicamente por meio da eleição, qual o sistema porque entende dever ser regida, qual o partido mais capaz de realizá-lo. Sua opinião simbolizada nos nomes próprios que saem das urnas, eis a lei suprema a que nenhum pretexto pode dispensar a realeza, poder neutro e imparcial, de cingir-se pontualmente.” *Idem, ibidem*, p. 109.

restringir os atributos do Poder Moderador e do Senado vitalício e ampliar a atuação da Câmara. A conduta arbitrária e ilegítima do Ministério e do Imperador impelira os praeiros, assim como os liberais europeus, às armas para completar a “revolução da independência”:

“O que os liberais pleiteiam hoje nas margens do Beberibe, debaixo do fogo de metralha, não é interesse local; é a causa do direito geral e do interesse comum; as liberdades do Brasil inteiro estão lançadas na mesma balança em que ora pesam os destinos de Pernambuco. Ele foi a primeira vítima arrastada ao altar do sacrifício; e se sucumbir em sua resistência magnânima, igual sorte aguarda as demais províncias, onde ninguém se reputará seguro contra o furor da proscrição. (...) A imensidade da crise que nos ameaça confunde a imaginação, e não deixa abertas a mesma esperança que, em outras épocas do excesso dos males, renascia. O despotismo da tríplice aliança embargando o curso das reformas e dilacerando o país, acabou com todas as soluções regulares do problema social, e privou até do remédio ordinário sofrimentos, para que são precisos meios heróicos e radicais. (...)”

Quando raiará o dia da regeneração? Quando estiver completa a revolução, que há muito se opera nas idéias e sentimentos da nação; revolução que caindo gota a gota arruinou a pedra do poder arbitrário; revolução que não poderão conter as cabalas palacianas, nem as baionetas, nem a corrupção; revolução que trará insensivelmente a renovação social e política sem convulsões e sem combate, da mesma maneira que a natureza prepara de dia em dia, de hora em hora a mudança das estações; revolução finalmente, que será o triunfo definitivo do interesse brasileiro sobre o capricho dinástico, da realidade sobre a ficção, da liberdade sobre a tirania”⁶³

A revolução era então um compromisso histórico inadiável da “flor da sociedade brasileira” com o progresso e com o séc. XIX, uma vez que, nas mãos da “escória da população”, ela se metamorfosearia, de ordem e regularidade (conforme estava sugerida na natureza) em “desordem e anarquia”, ameaçando a sobrevivência dos cidadãos, da monarquia e do Império. Este entendimento da revolução cristalizou as tensões inerentes à sociedade em duas oposições. A primeira contrapôs o povo e a facção recolonizadora aliada ao Poder Moderador; a segunda antagonizou o “povo (a flor da sociedade)” com a escória da população.

Ao interpretar a especificidade da sociedade brasileira, Timandro, no entanto, diferenciou-se de Armitage. Embora admitisse os problemas herdados da colonização portuguesa, tivesse recusado a existência do feudalismo e de uma nobreza enraizada; e entendido o curso da história como processo contínuo derivado da atuação determinada dos homens, não aceitou – conforme fizera o comerciante inglês – os direitos da dinastia dos Braganças sobre ela, nem a concebeu como resguardando alguma defasagem com relação às mais progressistas nações européias. Aqui, tratava-se da opção “pela realeza, porém feita por “um país livre.” Do ponto de vista político, apesar da

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 126.

presença da escravidão, a América e o Brasil estavam plenamente afinados com o século XIX, ou com o progresso, certeza que reforçou sua esperança no futuro da nação:

"E já é tempo que a única realeza que na América existe, abandone suas tradições góticas, e expurgando-se do que tem de fantástico e de contrário à dignidade do homem e aos foros do povo por sua repugnante mistura de democracia e feudalidade, abraça a verdadeira lei, e deixe de confundir em si dois princípios opostos"(...) ⁶⁴

Também não reivindicou a imparcialidade do observador, e não conferiu rostos precisos aos personagens do drama que criou sobre as revoluções experimentadas pelo partido liberal. Ao narrar, em forma de farsa, a tragédia que envolveu os membros deste partido, suas fontes mais recorrentes foram alguns documentos e muitas figuras literárias. Seu poder de convencimento provem, justamente, do seu profundo envolvimento com os episódios deste drama.

Ação, Reação, Transação

"A revolução apareceu, e triunfou na noite de 7 de abril de 1831, na capital do império, e cumpre dizê-lo e proclamá-lo, invocando as reminiscências dos coevos, que tudo no país para ela estava tão disposto que o seu triunfo era infalível...Na manhã de 7 de abril de 1831 a nação brasileira achou-se em perfeita anarquia". ⁶⁵

Se o opúsculo de Timandro foi um libelo em defesa da causa liberal, o folheto **Ação, Reação, Transação**, do jornalista e deputado conservador Justiniano José da Rocha, pretendeu fazer uma avaliação *"franca, justa e leal"* do desempenho de *"ex-adversários e ex-aliados"*, ou seja, de liberais e conservadores, no período de 1822 a 1852. Teve por preocupação mais evidente compreender as razões de sua conduta, apontar erros e orientá-los como *"um farol que acendemos à borda do abismo"* no caminho a seguir, daí por diante, na montagem da *transação*. Foi publicado às vésperas das eleições de 1855, quando amainavam os ressentimentos provocados pela rigorosa punição aos praieiros e, também, já despontavam desentendimentos entre os conservadores a propósito da política de *conciliação* do marquês de Paraná.

⁶⁴ **Idem, ibidem**, p. 111. Note-se a ressonância dos pronunciamentos dos revolucionários americanos, especialmente do sentido do ineditismo da experiência americana, constatação que conferia inteira liberdade e a vantagem de não precisar espelhar-se nas práticas européias.. ARENDT, H.- Ob. Cit. p. 18, 26, 40, 58-59, 79, 118 e ss.

*"Para apreciar esta atualidade e suas esperanças e seus perigos, para bem compreender-se a teoria política pela qual a julgamos, um artigo de jornal, um discurso de tribuna não oferecem as necessárias larguezas. Cumpre dar a tal exposição o trabalho meditado e amplamente desenvolvido de um folheto. Resolvemos fazê-lo; queremos esclarecer as posições, consegui-lo-emos se o pudermos; queremos servir ao país, e não irritar paixões e suscetibilidades; não é pois um manifesto de guerra que lançamos, é um farol que acendemos à borda do abismo, para que dele nos desviemos. Escrevemos este folheto, de improviso, nos momentos roubados a mil ocupações, escrevemo-lo sem ter tempo, nem sequer de lhe limar o estilo; escrevemo-lo, porque entendemos que era um dever nosso, e esse dever cumprimos-lo com toda a sinceridade de nossa convicção, sem influência alguma de malquerença individual, antiga ou recente. Estamos certos de que nesse ponto o leitor far-nos á justiça; no mais, sem desvanecimentos de vaidade, muito folgaremos se houvermos despertado alguma reflexão fecunda, e lançado sobre a atualidade alguma luz que aproveite nos que a têm de dirigir".*⁶⁶

Na introdução e no último capítulo (**último período: 1852-1856: transação**)⁶⁷ definiu o conteúdo e o significado histórico da **transação**. Foi apresentada como uma fase histórica superior e privilegiada da *"eterna luta entre a autoridade e a liberdade"*, aquela circunstância em que, cumpridos os ciclos de hegemonia da *ação democrática e da reação monárquica*, a nação poderia ingressar numa era de *"quietação, equilíbrio e moderação"* das paixões políticas. A transação era uma intervenção deliberada no movimento da história, sinônimo de maturidade política, progresso e racionalidade, a ser concretizada pela *"sabedoria dos governantes e estadistas"*. Portanto, não deveria ser confundida – tal como vinha ocorrendo, com a simples conciliação de interesses individuais. Muito mais do que isso, pressupunha a combinação de práticas fundadoras da ordem e da autoridade, com procedimentos preservadores dos direitos dos cidadãos. A transação previniria que a reação iniciada em 1840 exorbitasse e degenerasse em *moscovitismo*, provocando o instinto de ação e, com ele, novas revoluções:

"Chegamos à fase da transação; muitos espíritos refletidos o haviam compreendido; compreenderam os estadistas chamados pela coroa à direção dos públicos negócios; como porém lhe satisfizeram?

Oh mesquinhez do espírito humano! A uma necessidade política, a uma satisfação moral no triunfo das idéias, substituíram uma satisfação de interesse no aviltamento dos indivíduos e a isso chamaram - conciliação.

Os dias da transação vão passando, e não têm sido utilizados; já quem sabe se não desponta no horizonte do país o sinal precursor de nova ação(...)Se porém perder-se o ensejo; se os anos de 1855 e 1856 correrem tão infecundos para a grande causa da transação como correram os três anos que lhes precederam; se o poder compreender tão mal o seu dever para com a pátria, que

⁶⁵ ROCHA, J.J.da- *Ob.cit.*, p. 175.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 165; 218. As discordâncias de Justiniano José da Rocha com Paraná insinuadas neste texto foram pertinentemente apontadas por JANOTTI, M.L.M.- *A Falsa Dialética. Revista Brasileira de História*. 2(3):3-17, mar. 1982.

⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 165-167; 216-218.

*continue exagerando cada vez mais as suas conquistas, então... Ah! quem sabe se os defensores da causa nacional, da causa da liberdade e da ordem, não terão de ir defendê-la contra as exagerações de uma nova reação democrática... O moscovitismo, se lá chegássemos, traria necessariamente a anarquia e a demagogia (...)*⁶⁸

Apoiando-se neste arcabouço teórico que combinou traços orgânicos e mecânicos na criação de um esquema elucidativo do percurso da história da nação, o autor ordenou os eventos políticos do passado em três períodos necessários: um de domínio da **ação** (1822-1836), outro da **reação** (1837-1852), e um terceiro de **transação** (1852-1856). Depois os subdividiu em cinco fases: **ação: luta** (1822-1831), **ação: triunfo** (1831-1836); **luta da reação** (1836-1840); **triunfo monárquico** (1840-1852); e **transação** (1852-1856). Além de periodizar a história política, disciplinou-a, submetendo-a a duas leis existentes na natureza. A primeira, de **ação-reação**, compreende etapas cíclicas sucessivas e inevitáveis, resultantes do confronto instintivo e “eterno entre a liberdade e a autoridade”. A segunda, a **lei do progresso**, imprime a este ritmo a possibilidade de algum avanço, quando a luta **ação-reação** fosse substituída pela moderação e racionalidade da **transação**.⁶⁹ Tal esquema interpretativo concebeu a política como ciência e atrelou-a quase que exclusivamente ao movimento da natureza, tornando suas origens e desenvolvimento transparentes e previsíveis. Dessa forma, pretendeu superar outras explicações para as ocorrências históricas, consideradas mais instáveis e subjetivas, em voga na época: os interesses pessoais, a moral, o destino, o drama, a farsa, e a tragédia. Fundamentando-se num imaginário espelhado na natureza e capaz de explicitar comportamentos mediados pelo instinto, ou pela razão, assim como “no estudo refletido da história e na ciência do político demonstrada”, almejou colocar-se acima das paixões partidárias, e, professoralmente, fazer uma releitura do passado para retirar lições a serem ensinadas aos políticos do presente:

“O estudo refletido da história nos patenteia uma verdade, igualmente pela razão e pela ciência do político demonstrada. Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito

⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p. 164; 217-218

⁶⁹ A importância e significado da associação entre o imaginário mecânico e orgânico na tessitura do pensamento liberal autoritário emergente nas Luzes, especialmente em Hegel e nos românticos alemães, foi demonstrada por ROMANO, R.- *Ob. Cit.*; **Conservadorismo romântico. Origens do totalitarismo**. S. Paulo, Brasiliense, 1981; e “A fantasmagoria orgânica” IN: **Corpo e Cristal: Marx Romântico**. p. 113-124. O conceito de tempo como sequência de momentos de ação seguidos de momentos de reação proposto por Rocha foi devidamente problematizado a partir do estudo da luta política vivenciada entre 1830 e 1850 por MATTOS, Ilmar R.- **O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial**. 2ª. ed. S. Paulo, Hucitec, 1990. cap. II. Luzias e Saquaremas: liberdades e hierarquias. p. 109-129.

*humano, e se firma a conquista da civilização. As constituições modernas mesmas não são senão o trabalho definitivo dos períodos de transição".*⁷⁰

Rocha compreende o primeiro período da história da nação brasileira de maneira essencialmente diversa daquelas apresentadas por Armitage e Timandro. Enquanto aqueles autores interpretaram o processo da independência e da abdicação como uma trajetória presidida pelo progresso, de superação da barbárie, ou de demonstração de maturidade política, Justiniano reconheceu no comportamento dos políticos liberais brasileiros apenas um natural despreparo e irracionalidade típicos da infância das nações. Dessa forma, os anos de 1822 a 1836 assistiram à luta e ao triunfo da ação democrática, o que pode ser reconhecido na acolhida que os princípios republicanos tiveram junto "*às camadas superiores da inteligência brasileira*", e na recusa da moderação como conduta política, procedimentos que inspiraram vários episódios: a independência, a convocação da Constituinte, a revolta de Pernambuco em 1824, a revolução de 7 de abril e as rebeliões regenciais

*"Diremos todavia, e isso é incontestável que, pelo menos nas camadas superiores das inteligências dessa época, dominavam instintos e aspirações republicanas. Nasceram tais aspirações de três causas diversas, igualmente eficazes: a educação clássica e a juvenil admiração dos heróis de Roma e da Grécia; a reação contra o sofrimento e a iniquidade do absolutismo; e o prestigioso encantamento da prosperidade dos Estados Unidos."*⁷¹

O período de luta entre a ação democrática e a reação monárquica (1822-1831) caracterizou-se menos por *inspirações interesseiras* ou pela *falta de patriotismo* e mais pela *inexperiência política e falta de conhecimentos práticos* da oposição que, por diversas razões, entre as quais se destacou o ódio aos portugueses e o receio da recolonização, antagonizaram radicalmente o governo⁷². O poder, entretanto, contornou esta inexperiência, reagindo ponderada e habilmente pela mão do Imperador, salvando o Império da desagregação em 1823, dissolvendo a Constituinte; em 1824, outorgando uma Constituição afinada com as mais avançadas proposições liberais e com o progresso; e em 1831, abdicando e evitando uma guerra civil:

⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 163

⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 166.

⁷² "O mal da época não provinha da falta de patriotismo, ou de inspirações interesseiras; pelo contrário; todos queriam o bem, todos almejavam a ventura da pátria, o mal provinha das duas fontes que indicamos, a falta de conhecimentos práticos, e a inexperiência política. Uma singularidade: a oposição não buscava a conquista das pastas [ministeriais]; estava convencida que seu fim era abnegar-se, renunciar à direção do governo, lutar permanentemente, não tendo por fim do combate, por vitória, senão a ruína do poder." *Idem, ibidem*, p. 174-175.

"Ainda mais uma perfeição nessa obra admirável da sabedoria constituinte: todas as constituições de que há exemplo são feitas para a eternidade, e por isso são mais ou menos efêmeras, nelas nada se estatui quanto aos meios de alterá-las para acolher a lição da experiência e a lei do progresso; com elas essa lição, essa lei perdem-se, ou só podem triunfar por meio de revoluções: a constituição brasileira deixou uma porta aberta ao progresso; (...) não quis ser eterna(...)"

*A revolução apareceu, e triunfou na noite de 6 para 7 de abril de 1831, na capital do império, e cumpre dizer-lo e proclamá-lo, invocando reminiscências dos coevos, que tudo no país para ela estava tão disposto que o seu triunfo era infalível. Se na corte houvesse o príncipe achado regimentos fiéis, e com eles comprimido a revolta, a explosão apareceria infalivelmente em outro e em outros pontos. Bem inspirado foi pois o príncipe retirando-se, tão bem inspirado como o havia sido em 9 de janeiro de 1822 ficando; assumir a ditadura, ao tentar por meio dela uma luta de compressão era impossível; com que elementos o faria? Aniquilar-se-ia. E consigo levaria ao precipício a sua dinastia, e a monarquia brasileira."*⁷³

A revolução do 7 de abril, inevitável devido à *inexperiência* da nação ainda dominada por um comportamento puramente instintivo, marcou o início do triunfo da ação democrática que perduraria até 1836: *"estava senhora do governo a democracia"*.⁷⁴ O traço característico deste momento foi o extravasamento das paixões e a ambigüidade política, pois a conciliação da ordem com a democracia só foi possível pela *"compressão da anarquia"*, com a contínua recorrência ao despotismo:

*"O governo democrático compreende, como todos os governos, que é sua rigorosa obrigação defender a ordem pública, dar paz e segurança aos cidadãos; tendo porém de combater os excessos provenientes da aplicação dos mesmos princípios sobre que assenta, recorre mais à violência da ação, aos meios excepcionais, do que à prudência política, que nega ou cerceia o princípio, para não ter que reprimir a consequência.(...) As mesmas causas que atuavam na capital, influam nas províncias; as revoltas se sucediam, como para dar testemunho, quer da fraqueza da autoridade, quer da impaciência das aspirações democráticas, quer dos elementos de conflagração acumulados durante o primeiro reinado. Por toda a parte era ela comprimida, sim, mas não neutralizados, não destruídos os seus elementos."*⁷⁵

Justiniano, ao mesmo tempo, lamentou e elogiou o desempenho dos homens que conduziram a revolução. Lamentou pela *inexperiência* que havia provocado a abdicação do Imperador e levado a nação ao caos. E elogiou sua iniciativa na administração do inesperado, já que a abdicação fora uma completa surpresa e *"ninguém estava preparado para assumir o poder"*, então *"o país*

⁷³ *Idem, ibidem*, p. 178

⁷⁴ "Na manhã de 7 de Abril de 1831 a nação brasileira achou-se em perfeita anarquia; o Imperador a bordo de uma nau inglesa, havia abandonado a sua jovem família à magnanimidade da nação; o ministério não podia governar, pois contra ele fora dirigida a revolução; as câmaras representativas ausentes, pois o movimento se fizera no intervalo das sessões; ao pé do trono, em torno do poder, ninguém, nem um príncipe, nem um cidadão que tivesse alguma popularidade, que sobre si pudesse assumir a responsabilidade da governança". *Idem, ibidem*, p. 177.

⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 180-181.

mergulhou na anarquia". Tendo como preocupação essencial apontar os perigos inscritos no governo democrático, encontrou uma maneira de fazê-lo mais enfaticamente, valorizando o *instinto* patriótico que inspirou os revolucionários de 1831 a debelar a anarquia. Eles haviam encontrado argumentos que "iludiram" os subversores da ordem, e tomado medidas que, controlando o motim e a subversão, possibilitaram a preservação da sociedade:

"Dado esse caos de elementos, que político não dirá 'daqui só pode sair a subversão, daqui só uma conflagração geral que não se extinga nem nas ondas de sangue derramado pelos ódios?' Pois enganar-se-iam as sinistras previsões do político: a ordem se fez no caos(...) O nobre instinto do coração brasileiro bradou: 'Perdão para os iludidos! A causa de todos os males já não está entre nós!' calúnia generosa que às paixões vencedoras oferecia, como vítima expiatória, o príncipe que abandonara o trono Essas paixões aceitaram essa vítima; a calúnia teve os foros de verdade, e serviu de escudo para todos os vencidos.(...) Honra e glória aos que acharam nos seus corações esses sentimentos, ou nas suas inteligências essas inspirações! A anarquia foi comprimida!

Fora do parlamento, a opinião inflamava-se em todos os devaneios de uma imprensa em que o talento político, e até a habilidade do escritos, eram substituídos pela fúria da paixão, pela violência do estilo, e pelas ameaças de subversão.(...) Contra o motim e a insurreição empregou a democracia dois remédios heróicos, o licenciamento do exército, e a criação da guarda cívica. Foram dois grandes fatos e das mais notáveis consequências: a ordem pública na capital achou-se defendida, e pode superar todos os acometimentos".⁷⁶⁾

Para o autor, a desordem estava instalada nas próprias leis que regiam a democracia, isto é, no texto do Ato Adicional, "*gérmen da anarquia, ruína da unidade brasileira*"⁷⁷, porque aniquilador do poder. Ele promoveu a soberania das Câmaras sobre o executivo e concedeu todo o poder eleitoral, policial e judiciário às freguesias e municípios:

"...Assim achou-se consumada a obra da democracia; ela por toda a parte, mais ou menos intervindo em tudo, tudo subordinando: o poder legislativo era todo seu; o judicial o não era menos; pois tinha o júri, e os juízes de paz, e os promotores, e os juízes de órfãos e os municipais. Não lhe escapava o poder executivo; pois tinha o regente, filho imediato da mesma eleição que os deputados;...tinha esse regente limitadíssimas atribuições; pois os seus delegados imediatos, os presidentes de província, estavam subordinados às assembleias provinciais. Não havia exército, e a força armada que existia era a cidade inteira, obedecendo temporariamente a chefes da sua escolha.

Por toda a parte nessa organização política, em todos os atos legislativos de então, em todas as opiniões dominadoras, aparecia, como um eterno pesadelo, a desconfiança do poder, considerado como inimigo nato da liberdade, em luta com os cidadãos a quem só desejava oprimir; o dever dos legisladores era pois cercear-lhe o mais possível as forças, as atribuições(...)"⁷⁸⁾

⁷⁶ Idem, ibidem, p. 176-182

⁷⁷ Idem, ibidem, p. 193.

⁷⁸ Idem, ibidem, p. 187-188.

Entre 1831 e 1833, o governo “defendeu a sociedade” e a ordem recorrendo ao despotismo: reprimiu motins, sedições e insurreições militares e a paixão que eclodiu na imprensa, licenciando o exército, criando a guarda cívica e promulgando leis contra os ajuntamentos. Mas, à medida que apareceram os resultados práticos da legislação democrática, e a rebeldia se instalou no Pará e no Rio Grande do Sul, o “regente percebeu que não tinha meios para agir contra a anarquia”.⁷⁹ A partir de então, formou-se um consenso entre os políticos de que era preciso recompor o poder para salvar a unidade da nação. Em 1837 a obra democrática atingia seu limite e chegava o tempo da reação: era o começo do *regresso* que se consubstanciaria, posteriormente, na lei de interpretação do Ato Adicional e na maioria:

“Foram essas duas fatalidades [a revolta no Pará e no Rio Grande do Sul] o termo da ascendência das idéias democráticas na opinião. O poder deixou de ser considerado o inimigo nato da sociedade, foi sendo aceito e invocado como seu natural defensor; então não cumpria mais desarmá-lo, cumpria, pelo contrário fortificá-lo; mas como, mas em quê?”

Alguns espíritos arrojados conceberam a idéia de arrancá-lo à democracia substituindo o regente eleito à regência de uma princesa; a idéia porém não vingou; apenas serviu para mostrar o princípio da reação monárquica que despontava”.⁸⁰

A reação monárquica iniciada com a regência de Araújo Lima em 1837, e concretizada com a maioria do Imperador em 1840, não significou um retorno ao passado, nem foi tão somente realização de uma *facção recolonizadora* como queriam os liberais, e referendara Timandro. Pelo contrário, constituiu, ao mesmo tempo, o sinal do esgotamento, inevitável, de uma fase histórica; um ato instintivo do poder, no sentido de sua conservação; uma demonstração da experiência e amadurecimento que políticos de várias origens, haviam adquirido com a desastrosa vivência democrática; e um testemunho da lei eterna da ação, da reação e do progresso:

“Paremos um pouco: estamos no fim de 1840; a maioria é apressada, antecipando o seu termo; no campo de Santa Ana, junto ao palácio do senado, onde se acham em tumulto reunidos senadores e deputados, está o povo; quantos indivíduos entre eles estariam, que nove anos antes, estavam no mesmo lugar, e a quem para comprimir as impaciências republicanas que os arrastavam, dizia com patriotismo: ‘Temos treze anos; em treze anos podemos nos preparar!’

Não foram treze anos, não; bastaram nove!(...) Ria-se algum Demócrito da grande comédia humana; dessas variações inconsistentes, dessa versatilidade; não temos nós a desgraça dessa ironia, não desdenhamos da humanidade, antes a vemos grande e admirável; vêmo-la nessas variações obedecendo à lei eterna da ação, da reação. A ação democrática havia triunfado em 1831; que importam seus instrumentos, as paixões, os interesses que lhe deram o triunfo? A reação monárquica triunfou em 1840; que importam seus instrumentos, as paixões e os cálculos que lhe deram o triunfo? A grande lei do progresso achou-se cumprida; foi essa a segunda fase da luta;

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 188.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p.195-198.

*era tão necessária quanto a primeira, tão necessária quanto a terceira. Felicitemo-nos; que nessas jornadas da nossa organização política a pátria conservou-se inteira (...)*⁸¹

A inevitabilidade da reação pode ser reconhecida na forma e no conteúdo dos atos que instauraram seu triunfo absoluto entre 1840 e 1852: liberais e conservadores trabalharam em projetos que desconstruíram a obra da democracia. A Maioridade, encaminhada pelos liberais em 1840, antecipou em 4 anos o retorno do Imperador, e as leis que se seguiram, proposição dos conservadores, restauraram a ordem. A Lei de Interpretação do Ato Adicional retirou o poder dos municípios e freguesias e o devolveu ao centro; a reativação do Poder Moderador submeteu as Câmaras; a reforma do Código do Processo tornou a magistratura escolha do governo, retirou poderes do júri, centralizou a ação policial; a reforma da Guarda Nacional burocratizou a milícia cidadã, subordinou-a ao Estado e militarizou as cidades; a reforma eleitoral submeteu os escrutínios à autoridade policial.⁸² A tarefa centralizadora prosseguiu entre 1844-48, quando gabinetes majoritariamente liberais a complementaram com a aprovação do “veto presidencial e a interpretação dos dois terços”. Dessa forma, conferiu para a reação monárquica uma origem e um significado inverso àquele dado por Timandro. Ao invés de compreendê-la como resultado da intriga e conspiração que teriam caracterizado tanto os procedimentos dos conservadores quanto dos liberais, interpretou-a positivamente como uma fase do inevitável do curso da história. Mas, também como Timandro no texto do **Libelo do Povo**, não deixou de reiterar o traço de uniformidade da política inscrita nesta etapa de reação monárquica:

*“...Confundamos pois na obra da reação monárquica todos os ministérios que de 1840 até 1851 se sucederam; todos foram instrumentos mais ou menos voluntários, mais ou menos hábeis dessa reação. Tal foi a obra da reação monárquica, tão completa como havia sido a da ação democrática; uma partira do medo e suspeita contra o poder e o aniquilara; a outra do medo da turbulência e do horror ao tumulto e à anarquia, e aniquilara a liberdade Na sociedade brasileira organizada pela democracia, toda a força, toda a autoridade parte das freguesias e dos municípios, da eleição local, do povo; (...) Na sociedade organizada pela reação a influência da localidade desapareceu; tudo partiu do governo, tudo ao governo se ligou(...) e tanto que hoje não há brasileiro que mil vezes por dia não manifeste a convicção de que a sociedade está inerte, e moria, de que só o governo vive”.*⁸³

O período de hegemonia da reação se completou apenas em 1851, pois o “poder estava muito forte para aceitar imposições da democracia”. A insensibilidade para perceber esta exigência histórica - fundada na devoção a um conceito equivocado do progresso - explica o insucesso das

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 198-199.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 207-212

⁸³ Idem, *ibidem*, p. 203, 211-212

tentativas de reformas liberais que buscaram o equilíbrio entre ação e reação, tentadas pelo gabinete Paula Souza, e pelas rebeliões de 1842 e 1848. Impulsionados pela insensata e equivocada “*vertigem revolucionária*” dos movimentos europeus, pela impaciência das paixões típicas da imaturidade política, os liberais praieiros ignoraram a negociação, a razão pública e os recursos da Constituição, “*que não fora feita para ser eterna*”⁸⁴ e estava preparada para acolher a lição da experiência e a lei do progresso. Preferiram recorrer às armas para atingir seus objetivos:

*“O partido liberal não compreendeu que o campo da razão pública era o único, as armas da inteligência as únicas que lhe podiam ser salutares. Tratava-se de defender algumas das conquistas do período democrático; pois a defesa é tão difícil, que exija meios extraordinários e violentos, quando é sabido que: ‘o que está tem muita força?’ A imprensa, a associação pacífica, a petição não são armas eficazes, quando há constância, e quando se confia nas próprias convicções? (...) O partido liberal não teve fé em si, nem confiou no futuro; quis tudo apressar, e tudo comprometeu; quis evocar as paixões da revolta, e teve de exagerar suas pretensões, a fim de dar arras a essas paixões...”*⁸⁵

Com esta consideração, Justiniano reiterou um conceito de revolução que já aparecera nos comentários sobre a Confederação do Equador e o 7 de abril. A revolução é sinônimo de violência, despotismo, domínio da paixão sobre a razão, ignorância da “*ciência do político*” demonstrada pela história; incompreensão do verdadeiro significado do progresso; ato ameaçador da nação, próprio de homens despreparados para o exercício do poder - a grande maioria da população do Império. Diante dela qualquer procedimento de contenção se justificaria, mesmo as mais drásticas medidas tomadas pela reação monárquica contra os liberais em 1842 e 1848.

Mas, o tempo da hegemonia da reação se cumprira em 1852 com a “*quietação dos ódios e das paixões*”. Se mantida, a reação monárquica corria o risco de transformar-se em *moscovitismo*, e desencadearia um novo ciclo de ação democrática. Chegara o momento da transação, ou recurso a atenuantes democráticos capazes de reativar a sociedade que se tornara “*inerte e morta*”. Por exemplo, a restauração da garantia dos direitos individuais (o *habeas corpus*), a recuperação de parcela do poder local e a gradativa desmilitarização da sociedade:

“Cumpra que o poder espontaneamente se desarme de quanto lhe foi dado, não por ser-lhe essencial para desempenhar os seus tutelares encargos, mas em atenção às circunstâncias excepcionais da posição em que ele se viu colocado; cumpra-lhe renunciar ao arbítrio com que suprime a liberdade individual, com que subjuga a nação militarizada. Cumpra-lhe ver entre as

⁸⁴ Idem, *ibidem*, p.168.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p.205.

*idéias que os liberais puseram por diante nos dias de suas lutas (idéias que felizmente foram escritas em três programas notáveis), quais as que satisfazem as verdadeiras necessidades públicas, quais as que, sem perigo, dão ao elemento democrático algum quinhão na organização política do país; cumpre que o que é do povo seja restituído ao povo".*⁸⁶

Apesar dos protestos de franqueza, lealdade, moderação e justiça de *sua pena*, e da preocupação em compreender, absolver os procedimentos dos políticos no passado, sob o sofisticado esquema interpretativo colocado como argumento de objetividade, é nítida a preferência do autor pela obra da reação monárquica. Ela se projeta, não apenas na qualificação da revolução e da ação democrática, mas também na valorização das decisões do poder moderador. na defesa do texto da Constituição e na recusa da idéia de convocação de uma Constituinte; no reiterado reconhecimento da imprescindibilidade da reação para a sobrevivência do Império, neutralizando armadilhas criadas pela ação democrática, e finalmente, no ato de conceber a *transação*, ou a "conciliação", como aprimoramento da reação monárquica, ou como progresso autoritário. A transação, momento de cristalização do progresso, era uma descoberta dos pressupostos e do saber conservadores:

*Assim igualmente, no dia que, depois de tantas revoltas mal sucedidas, uma derradeira se fez concitando todos os elementos de conflagração, e sem embargo de tudo, sucumbiu, entrou em todos os espíritos a convicção da improficuidade da turbulência; as paixões refrearam o seu ardor, puseram silêncio às suas exigências, retiraram as suas ameaças; então cessou naturalmente a aversão e o divórcio, e sob o prego do progresso conservador apareceu a época da transação."*⁸⁷

Entretanto, o compromisso conservador é ainda mais nítido nas concepções de sociedade e de história que o texto pressupõe. Elas aparecem submetidas a um repetitivo movimento determinado pela lei de ação/reação e de percurso lento da vida dos seres vivos. As nações eram constituídas de uma maioria de homens ignorantes e dominados pelos instintos (a quem é vedada a superação desta condição) que deveriam ser governados por estadistas dotados de experiência e saber, os únicos a quem era concedido o direito de perceber e concretizar a lei do progresso. Nesta concepção há apenas uma oposição: aquela que confronta ignorantes e sábios, traço significativo da imaturidade do país e da sua defasagem frente às nações européias, já que, ainda distante do progresso, não superara o exercício da política enquanto um império de paixões.

⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 216-218

A Circular de Teophilo Ottoni

*"...Somos da opinião que se deve lentamente republicanizar a constituição do Brasil, cerceando as fatais atribuições do poder moderador, organizando em Assembléias provinciais os Conselhos Gerais de província, abolindo a vitaliciedade do Senado...Mas se, contra nossa humilde opinião, a Câmara dos Deputados se conservar estacionária, nem por isso apelaremos para golpes da nação, pelo contrário, continuaremos a reprovar altamente os meios violentos que podem levar-nos à anarquia, e depois ao despotismo militar, que oprime a quase todas as chamadas Repúblicas ex-espanholas..."*⁸⁸

A Circular dedicada aos senhores eleitores de senadores pela província de Minas Gerais, de autoria do ex-deputado liberal Teophilo Ottoni, foi escrita para a campanha eleitoral de 1860, momento em que se decidia a ocupação de uma vaga para a Câmara dos Deputados. Teve por objetivos imediatos agradecer aos eleitores que haviam apoiado sua candidatura para o Senado nos escrutínios de 1859 e 1860, nos quais Ottoni fora o candidato mais votado pela província mas, por duas vezes, o preterido quando da escolha imperial. E, também, diante da impossibilidade de assumir um lugar na câmara vitalícia, pedir votos para um mandato de deputado geral na legislatura de 1861 a 1864. Tais objetivos ficam explícitos na *Dedicatória*:

*"A generosidade com que nestes últimos três anos, sem distinção de parcialidades me haveis galaradoado, incitou-me a publicar uma exposição de minha modesta vida política e um julzo crítico sobre os fatos contemporâneos em que eu pudesse ter participação. Confesso que um dos fins a que mirava era provar que não sou indigno da vossa confiança."*⁸⁹

Mas a Circular, no entanto, resguarda outras finalidades. Em primeiro lugar, pretendia divulgar um programa político clássico dos liberais: a supressão do governo pessoal no Império; a extinção da vitaliciedade do Senado; a abolição da prisão arbitrária e do recrutamento forçado; e a retirada das funções judiciárias dos agentes policiais, estabelecidas pela lei de 3 de dezembro de 1841. Em segundo, confundindo a biografia do autor com a história da nação (entre 1822 e 1860), comprovar sua fidelidade a este programa⁹⁰ assim como sua coerência e moderação políticas, traços

⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 214.

⁸⁸ OTTONI, T.B. - *Ob.cit.*, p. 73.

⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 53.

⁹⁰ A fidelidade ao programa é demonstrada pela inserção no texto de inúmeros fragmentos da *Sentinella do Serro*, jornal redigido pelo autor entre 1831 e 1834, e trechos de discursos proferidos na Câmara (entre 1834 e 1848) quando Ottoni atuara como deputado provincial pelo partido liberal. Além disso, declara na introdução: "Firmado nestes exemplos (dos políticos romanos) ousarei por diante dos vossos olhos o meu modesto passado. Ao menos poderei provar-vos que desde os mais tenros anos tenho sido constante servidor da liberdade e do governo constitucional. 'A

que a recente aproximação com os “conciliados” do partido conservador não iria alterar. Eles se identificam com o recorrente senso de equilíbrio e conciliação que havia caracterizado sua carreira, desde 1831, e que haviam estabelecido seu igual distanciamento tanto da exaltação quanto da moderação reacionária. Em terceiro, denunciar a falácia do sistema constitucional no Brasil, desvirtuado pela intervenção do governo pessoal, e manipulado pelos interesses de uma **oligarquia** acobertada pelo Conselho de Estado e o Senado vitalícios.

Otoni rememorou as circunstâncias de sua vida pública nas quais pugnou pela igualdade entre os cidadãos e pelo respeito à vontade popular e às decisões da Câmara; e outras em que foi vítima de perseguição por defender estes princípios. Iniciou a narrativa lembrando seu incondicional apoio, e de sua família, à causa da independência, “*assunto de meus ensaios poéticos nos verdes anos*” e episódio que alterou substancialmente a trajetória de vida do filho de comerciantes. Neste aspecto, o testemunho de Otoni exemplifica as possibilidades que a emergência da nação representou para muitos indivíduos que, com a independência, tiveram acesso à cidadania:

*“Eu contava apenas 13 anos de idade, quando em 1821 ecoou pelo Brasil o grito de liberdade.(...) Foi uma falsa elétrica que, passando através do espírito patriótico de meu pai, o sr. Jorge Benedito Otoni, me abrasou também a jovem imaginação. (...)Era o tempo das emoções patrióticas. Primeiro a liberdade, depois a independência, foram o assunto de meus ensaios poéticos, desses comuns nos verdes anos e de que não restam vestígios nem na memória dos autores. Mas que obtinham aplausos nas reuniões entusiásticas da época (...) e enraizavam no meu espírito as idéias liberais. Foi desenrolando diante de mim os novos horizontes que ia abrir aos homens ilustrados o estabelecimento de um governo livre, que meu pai me passou das lidas comerciais, em que estava me iniciando, para o banco dos estudos intermédios”.*⁹¹

Sua primeira reivindicação da “*igualdade dos cidadãos perante a Constituição*” ocorreu ainda quando aluno da Academia da Marinha. Em 1827, ascendeu, por méritos próprios (fora um estudante aplicado) e por empenho político, ao grau de praça de aspirante graduado em guarda marinha, posto que “*os que tinham quatro avós nobres*” obtinham “*por favor*” sob o argumento de bom aproveitamento escolar:

“Os paisanos como eu, que não tinham quatro avós nobres só podiam conquistar o direito à praça de aspirantes obtendo aprovação plena em todas as matérias do 1º ano. Eu estava no 1º ano em 1827. Era ministro da marinha o falecido Sr. Marques de Maceió, que apesar daquelas regras estabelecidas nas disposições orgânicas da academia, no meio do ano letivo, por puro favor,

educação, diz Capifigue, deixa em cada um de nós um selo indelével – as mudanças posteriores não penetram além da epiderme; nascemos e morremos com a mesma idéia ou o mesmo sentimento”
Idem, *ibidem*, p. 57.

⁹¹ OTTONI, T.B.- Ob.cit. p. 59.

mandou que assentassem praça de aspirantes diversos condiscípulos meus paisanos como eu, e que, portanto, só podiam obter as duas estrelas sendo no fim do ano aprovados plenamente em todas as matérias. E, como o motivo do favor se dizia ser o aproveitamento dos agraciados, aleguei o meu direito, requerendo que se verificasse, mediante as informações acadêmicas, se eu estava em circunstâncias idênticas e reclamando no caso afirmativo igualdade de tratamento. (...) Assim, o primeiro ato de minha vida cívica era um protesto em nome do princípio da igualdade consagrada na constituição, e obtinha em resultado uma distinção honorífica: a praça de aspirante graduado em guarda marinha".⁹²

Foi o primeiro posto que perdeu devido à sua origem e convicções políticas: por participar da sociedade liberal dirigida por Evaristo da Veiga - de quem Ottoni foi também professor de geometria - e Bernardo de Vasconcelos; e por envolver-se nas disputas políticas na imprensa criticando o governo, em especial o ministro da guerra, o general Joaquim de Oliveira Álvares. Em 1830, também foi impedido de continuar o estudo de matemática na Academia Militar, (acompanhando as lições do mestre, então liberal, Joaquim José Rodrigues Torres, futuro marquês de Itaboraí) que lhe permitiria tornar-se engenheiro.⁹³ Ao receber ordens de embarque para a costa da África e o baixo Amazonas, preferiu deixar a corporação e deslocar-se para a Vila do Príncipe, onde instalou uma tipografia e passou a publicar a *Sentinella do Serro*, folha engajada na luta dos patriotas liberais contra o arbítrio imperial.

O 7 de abril foi um marco importante deste embate, no qual Ottoni atuou intensamente. No Serro, comandou a resistência contra as imposições do governo *absolutista* (as prisões decorrentes da noite das garrafadas na Corte e a demissão do Ministério liberal), angariando fundos e munições, reunindo e organizando a Guarda Nacional e fundando a Sociedade Promotora do Bem Público. Considerou-se o responsável pela moderação com que a revolução foi ali conduzida:

"Na noite de 22, de 10 para 11 horas, um expresso que meu pai me expedira de Ouro Preto, trouxe-nos a notícia da revolução de 7 de abril e d abdicação do imperador. (...) Nessa noite, sem a generosa e enérgica intervenção do redator da Sentinella do Serro, os primeiros ímpetos do povo triunfante teriam sido fatais e alguns poucos desafetos à nova ordem de coisas e mesmo a pessoas

⁹² *Idem, ibidem*, p. 60-61

⁹³ "Tinha completado o curso da academia de marinha, sem perder, apesar das distrações referidas, o lugar de primeiro estudante. E por isso foi cheio de confiança que requeri licença para continuar na academia militar os estudos matemáticos. Seria difícil cre-lo! Mas não obtive permissão para matricular-me. Estudava, porém como ouvinte, por especial favor do lente de mecânica, o Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, que me distinguia como estudante e como correligionário político.(...) Um estudante que naquele tempo tinha as boas graças de seu mestre, se esse mestre era o Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, incorria por este simples fato no desagrado do governo. (...) Ordens de embarque para a Costa d' África e para o Baixo Amazonas, inspeções de saúde, já pelo cirurgião dos guardas-marinhas, já pelo physico e cirurgião-mór da armada, tudo foi posto em prática para que eu não ouvisse as lições do Sr. Joaquim José Rodrigues Torres." *Idem, ibidem*, p. 63.

inofensivas.(...) A exacerbação dos espíritos prognosticava cenas horrorosas; mas minha influência, graças a Deus era imensa. À porta do ouvidor, depois de uma cena tumultuosa, pude conseguir silêncio e atenção. Arenguei ao povo, pregando e exigindo moderação e generosidade, e pedindo que os *morrás* somente ecoassem contra o tirano, e que não manchássemos com excessos criminosos a bela vitória que nossos irmãos fluminenses acabavam de ganhar. Minha palavra tinha autoridade, e coube-me a glória de salvar um magistrado honrado e os portugueses que residiam na povoação, alguns dos quais até fraternizavam com as nossas idéias.(...)

Revolucionário de véspera, o redator da *Sentinella do Serro* era o ordeiro tipo no dia do triunfo. Não significa este procedimento que eu houvesse de aprovar a direção que os moderados iam dar à revolução. " 94

Otoni empenhou-se em projetar para si mesmo a imagem de um singular "ordeiro tipo" – a rigor, seria um político sem partido definido em 1831 - equidistante de todos os grupos existentes naquele momento. Alegando defender profundas reformas na Constituição - pretendia *republicanizá-la* por meios pacíficos - não se solidarizou, da maneira como Timandro fizera, com o encaminhamento que os liberais moderados da Corte deram ao 7 de abril; nem com os procedimentos dos exaltados. A revolução seria edificada pelos representantes do povo, no Parlamento. Assim como Timandro, desaprovou o radicalismo da oposição exaltada partidária de métodos violentos mas, diversamente daquele antigo correligionário, discordou da excessiva cautela dos moderados que, assim como os *retrógrados*, freqüentemente respeitaram os dispositivos da Constituição vigente. Sua interpretação sobre o 7 de abril - por ele designado como "*um verdadeiro journée des dupes*" - tornar-se-ia célebre pelo texto de Joaquim Nabuco justamente por recriminar esta excessiva moderação. A expressão não era inédita, e já tinha sido utilizada por Timandro n' **O Libelo do Povo** embora, para reforçar a imagem da traição conservadora no episódio da Maioridade. Inovadora era a instrumentalização que a alocava em outra circunstância, no 7 de abril, expediente que lhe conferia outro sentido: uma crítica liberal à cautela dos próprios liberais. Otoni, possivelmente inspirando-se em Justiniano J. da Rocha, deslocou-a para o momento da abdicação do Imperador, confirmando as fissuras internas à revolução liberal assinaladas por Rocha e ocultadas por Timandro. Entretanto, o procedimento teve um objetivo diferente daquele proposto pelo texto inspirador: assinalar a existência de uma moderação e de uma concepção de monarquia diversas tanto daquela dos liberais que conduziram à revolução, dentre eles Timandro, quanto do texto de **Ação, Reação e Transação**. Tratava-se de uma revolução que deveria instituir uma monarquia republicanizada, o mais próximo possível da república norte-americana e de seus pressupostos para a cidadania e a ordem:

⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 68-69.

*"...O 7 de abril foi um verdadeiro *journée des dupes*. Projetado por homens de idéias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratclifes, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra. Secretário do Club dos Amigos Unidos, iniciado em outras sociedades secretas, que nos últimos dois anos espreitavam somente a ocasião de dar com segurança o grande golpe, eu vi com pesar apoderarem-se os moderados do leme da revolução, eles que só na última hora tinham apelado conosco para o juízo de Deus!(...)"*

*Mas ainda na agitação e devaneio da luta o redator da *Sentinella do Serro* nunca sonhou senão democracia pacífica, a democracia da classe média, a democracia da gravata lavada, a democracia que com o mesmo asco repele o despotismo das turbas ou a tirania de um só. (...)"*

*A ordem de idéias que depois de 14 de julho predominou no governo do 7 de abril não me agradava por certo. E se a democracia criasse então uma oposição regular, eu me não chegaria para os moderados. Porém, a oposição começou a revolver na Corte e na Bahia, os mais perigosos instintos da nossa sociedade, chamou em seu apoio a espada de soldados indisciplinados, quando se tratava da solução das mais graves questões institucionais. Órgão e defensor da democracia pacífica, o redator da *Sentinella do Serro* em tal contingência preferiu acostar-se ao princípio monárquico, contando que a monarquia fizesse por meio de reformas legais na constituição largas concessões ao princípio democrático."*⁹⁵

Após as "desordens" ocorridas no Rio de Janeiro em 1831, ter-se-ia convencido da "imaturidade da nação", justificando que "300 anos de escravidão não podem preparar um povo para entrar no gozo da mais perfeita liberdade"⁹⁶. Retomando o exemplar da *Sentinella do Serro* de 25.6. 1831, bem como argumentos mencionados por Armitage e Rocha, concluiu que o Império não estava devidamente preparado para usufruir de instituições equivalentes àquelas dos americanos do norte. A escravidão criara "um povo acomodado na ignorância e no despotismo" a quem faltava instrução pública e moralidade política, por isso as circunstâncias recomendavam muita prudência e moderação. Neste sentido, a monarquia, a junção dos princípios do partido liberal, a presença de bons guias, e a união das províncias em torno da Assembléia dos Deputados eram os recursos políticos, em 1831, para a preservação da imprescindível unidade da nação. Procurando explicitar e justificar os excessos e a turbulência que presidiram a abdicação, aproximou-se de Armitage e Rocha na avaliação das razões que estavam na origem deste comportamento; e de Timandro no modelo referenciado, a república norte-americana. Todavia, fez uma combinação inusitada: transferiu a imaturidade da nação que Armitage e Rocha reportavam à Inglaterra, para uma comparação com os Estados Unidos, e enxergou desigualdade entre o Império e a República Americana naquela relação que Timandro percebia como similute. Rememorou:

"Trezentos anos de escravidão não podem bem preparar um povo para entrar no gozo da mais perfeita liberdade. Um povo educado no despotismo, sem idéias algumas sobre a organização

⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 69-70. Explicita Hannah Arendt os vínculos desta revolução com a reivindicação da liberdade como luta contra a opressão. ARENDT, H.- *Ob. Cit.* p. 56, 58, 74-78.

⁹⁶ *Idem, ibidem*, p.71-72

do corpo social, de mais imbuído pelos seus tiranos em princípios errôneos, fautores do despotismo, precisa de ótimos guias para se não desvairar e perder nas ignoradas veredas que devem conduzi-lo ao templo da divina liberdade. Maus guias, podem levar os homens à anarquia, ou entregá-los de novo às garras do poder absoluto. Estes os dois medonhos cachopos que ameaçaram a nau do estado desde os primeiros ensaios que fizemos para a nossa regeneração política. Ora a anarquia, ora o despotismo, parecia tragar-nos, apesar da nobre resistência de alguns espíritos generosos; (...) Desde então, começou o rebate contra os traidores que nos oprimiam; os clarins da liberdade conseguiram um, acordaram o povo do letargo(...) Este resultado maravilhoso e quase inesperado é devido à espantosa revolução que operou no espírito nacional a imprensa livre! (...) conhecemos nossos direitos e estamos na firme resolução de sustentá-los. Mas, porventura está na mesma linha de perfeição o conhecimento de nossos deveres? O amor da verdade nos obriga a dizer que não. (...) E nem a educação que tivemos nos habilitou para estarmos hoje ao nível dos americanos do norte. Faltam-nos instrução e moralidade política, que tanto distinguem estes nossos conterrâneos”.

E reiterou:

“Nunca fui separatista. Com o direito das gentes do século atual, a maior das desgraças para uma nação é ser pequena”.⁹⁷

Achava possível conciliar a monarquia com a republicanização da Constituição, desde que a “monarquia fizesse por meio de reformas legais largas concessões ao princípio democrático”, entre elas, restrições ao poder moderador, ao Senado e à ampliação das prerrogativas das assembleias provinciais. Em 1831, na *Sentinella*, já propunha dispositivos que, mais tarde, seriam incorporados pelo Ato Adicional.⁹⁸ Naquele momento, porém, suas propostas para uma *democracia pacífica* e, sobretudo, sua atuação na Sociedade Promotora do Bem Público da vila do Serro em defesa das reformas que seriam incluídas no Ato Adicional, já aprovadas pela Câmara mas obstruídas no Senado, não agradaram nem aos exaltados, nem aos moderados que conduziam a revolução no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1832, tais descontentamentos resultaram no fechamento do jornal, num processo contra o redator e no seu isolamento político. Dessa forma, Ottoni explicita divergências inconciliáveis e retaliações que aconteceram entre os moderados, questões omitidas no relato de Timandro:

⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 208.

⁹⁸ “Somos de opinião que se deve lentamente republicanizar a constituição, cerceando as fatais atribuições do poder moderador, organizando em assembleias provinciais os conselhos gerais de província, abolindo a vitaliciedade do senado e isto desde já. Mas, se contra nossa humilde opinião, a câmara dos deputados se conservar estacionária, nem por isso apelaremos para golpes de nação; mas, pelo contrário, continuaremos a reprová-los altamente todos os meios violentos, que podem nos levar à anarquia e depois ao despotismo militar, que oprime a quase todas as repúblicas da América ex-espanhola. (...) Estamos intimamente convencidos de que só assim poderemos marchar em segurança para o estado de perfeição e felicidade a que se elevou a pátria dos Washington, dos Jefferson e dos Franklin. Estamos intimamente persuadidos de que, se Washington, Franklin e todos os outros patriarcas da liberdade americana tivessem nas atuais circunstâncias o leme dos negócios do Brasil, eles nos encaminhariam assim”. *Idem, ibidem*, p. 73-74.

“Tão arrojada iniciativa da Sociedade Promotora do Bem Público, devia causar grande abalo no país. Os moderados, que estavam no governo, não podiam dar de súbito a sua adesão à ousada medida, planejada numa vila do interior sem o seu beneplácito. Demais, na ocasião, a regência e o ministério ainda se achavam na esperança de que os homens do velho regime – os homens que se diziam partidistas e entusiastas do pai – não seriam contraditórios a ponto de quererem derribar por meios violentos o governo do filho.(...)A perseguição política dos constituintes do Serro Frio tomou vastas proporções. A Sentinella do Serro cedeu, menos prudentemente, às provocações das gazetas moderadas: foi processada, e viu-se na necessidade de suspender a sua publicação() Homem impossível para o partido conservador, repudiado pelos moderados que me perseguiram, e sentindo a mais pronunciada repugnância pelos anarquistas, democrata pacífico, recolhi-me a quartéis de inverno e passei a viver retirado na mais perfeita abstenção”⁹⁹

Todavia, “o homem impossível” não ficou afastado da política por muito tempo pois, ameaçados pelos partidários de Pedro I, os moderados da corte voltaram a compor e a apoiar as proposições dos liberais perseguidos na véspera. Em março de 1833, uma sedição militar restauradora em Ouro Preto depôs o presidente da província Manoel Inácio de Mello e Souza e o vice Bernardo Pereira de Vasconcelos, que solicitaram o apoio da Guarda Nacional de Queluz e do Serro.¹⁰⁰ A ameaça do retorno do Imperador reaproximou as facções liberais, solidificando as bases políticas que encaminhariam o Ato Adicional de 1834 e as reformas defendidas por Ottoni, exceção apenas da extinção da vitaliciedade do Senado. Mas, para ele, a incorporação na lei da cláusula que suprimiu o Conselho de Estado preencheu esta lacuna, uma vez que teria anulado a essência do poder moderador:

“(...)foi com grande entusiasmo que vi consignado no ato adicional (...) o programa que três anos antes eu havia oferecido à consideração pública em o número 43 da Sentinella do Serro (...) das três bases propostas por mim só não tinha vingado a abolição da vitaliciedade do senado, que aliás, fora rejeitada pela maioria de um voto apenas em sessão promiscua da assembléia geral legislativa. Os conselhos gerais de província estavam convertidos em assembléias legislativas de amplas faculdades. A supressão do conselho de estado vitalício era também um grande triunfo da idéia liberal, pois que anulava em sua essência o poder moderador, causa de tantas apreensões durante o primeiro reinado. (...) Abolido o Conselho de Estado, os ministros, mais desassombrados em presença do Senado, se inspirarão, se apoiarão na seiva de uma camada popular, renovada periodicamente, e assim poderiam, mais facilmente, levar à legislação as reformas que houvessem amadurecido no seio da nação”¹⁰¹.

⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 81

¹⁰⁰ “Tratava-se de combater o princípio retrógrado, e por isso, eu não podia ficar neutral. A voz do grande cidadão, que havia assumido em S. João del Rey a vice-presidência, fiz-me centro do movimento no serro e marchei comandando uma companhia da guarda nacional (...)que dali foi até Caeté, e que não custou um vintém de despesa ao tesouro público. Os serranos não tiveram que bater-se, porque durante a sua marcha, os sediciosos se haviam rendido às forças da legalidade”. *Idem, ibidem*, p. 85.

¹⁰¹ *Idem, ibidem*, p.86; 93

A partir daí Ottoni se engajou permanentemente na defesa das conquistas liberais contidas no Ato Adicional, tanto no Parlamento quanto fora dele. Tal como Timandro, acreditava que, se suas determinações, ou princípios nos quais *“acreditavam os simplórios que queriam ainda tomar a sério a revolução de 7 de abril(...)* fossem respeitadas, *o sistema representativo se tornaria entre nós uma realidade”*; os liberais então poderiam confiar mais *“no progresso da razão pública do que nas lutas revolucionárias”*.¹⁰² Poderia ter sido o *“penhor de aliança entre os liberais adiantados e os moderados”*, esperança que, entretanto, não se concretizou porque *“a concessão tinha sido arrancada aos moderados, não às convicções, mas ao medo do retorno do Duque de Bragança”*.¹⁰³ Por isso, a morte de Pedro I em setembro de 1834 (um mês após a aprovação das reformas) separou, novamente, as facções liberais e aproximou os moderados dos ex-restauradores, que se uniram para formar uma **oligarquia** política e de interesses, cujo objetivo maior estava na *“restauração da monarquia e na aniquilação do sistema constitucional”*. Para atingir este propósito encaminharam a *interpretação* do Ato Adicional¹⁰⁴, a restauração do Conselho de Estado e a instalação de uma nova modalidade do poder moderador, entendido como governo pessoal:

“Reabilitado por uma lei inconstitucional, a do conselho de estado, o poder moderador, ressurgiu com pretensões que ninguém se atreveu a emprestar-lhe no primeiro reinado, quando era um poder constitucional. Sofismando a constituição, pretende-se hoje que não há responsabilidade para os atos do poder moderador, e que o poder moderador, filho do direito divino, não tem no exercício de suas funções outra sanção senão o foro interno, para não dizer o capricho da prestigiosa individualidade a quem é delegado. (...) Questão tão importante que vejo nela comprometido seriamente o sistema constitucional.(...)”

¹⁰² Escreveu Ottoni no **Jornal do Comércio** de 9.5.1838, questionando a necessidade de uma interpretação do Ato Adicional, defendida pelos conservadores para efetuar um necessário regresso cobrado pela rebeldia instaurada em algumas províncias: “A câmara, Senhor, confia no progresso da razão pública, ajudado por uma administração, firme, liberal e prudente, severa com o crime e indulgente com o erro, acalmará a violência das paixões e firmará a obediência legal.(...) O Brasil, Senhor, ama a liberdade e a ordem. A câmara dos deputados, fiel a seus juramentos, está firmemente decidida a sustentar o ato adicional, hoje parte integrante da constituição do estado, e não se recusará, Senhor, a fixar a inteligência de algum artigo dele, quando, depois de maduro exame, se convencer ser duvidoso o seu literal sentido **Idem, ibidem**, p. 95, 98.

¹⁰² “O duque de Bragança faleceu a 24 de setembro de 1834. Se este fato se tivesse dado quatro meses antes, não teria havido reforma constitucional.” **Idem, ibidem**, p. 95.

¹⁰³ “O duque de Bragança faleceu a 24 de setembro de 1834. Se este fato se tivesse dado quatro meses antes, não teria havido reforma constitucional.” **Idem, ibidem**, p. 95.

¹⁰⁴ “Na sessão de 1839 conservou-se a oligarquia fiel ao seu programa. Destruir os monumentos levantados ao progresso no primeiro reinado e nos primeiros anos da menoridade – tal era o seu empenho.(...) A reforma inconstitucional do ato adicional, promulgada com o nome de interpretação, foi um dos seus mais atrevidos lanços de jogo. Apóstolo das franquezas provinciais, tendo fé no governo do povo por si mesmo, eu procurei por toda a sorte de embargos a semelhante lei, que considero o maior dos erros da legislatura de 1838 a 1841.” **Idem, ibidem**, p. 104.

*O conselho de estado vitalício, criatura e auxiliar nato do poder moderador, estará sempre em desconfiança contra os representantes imediatos do povo. O senado vitalício, que é essencialmente estacionário, fica reforçado em extremo com a existência de um conselho de estado vitalício. Apoiar-se-ão reciprocamente, e a comunhão de interesses facilmente se estabelecerá entre as duas corporações.(...) Com as duas corporações assim organizadas todo ministério que não esteja filiado à confraria vitalícia é impossível. E todo o progresso igualmente.*¹⁰⁵

Por sua vez, a defesa das conquistas contidas no Ato Adicional levaram Ottoni a dedicar sua carreira política à luta contra esta “*oligarquia tenebrosa, apoiada no poder e no dinheiro dos traficantes da costa da África, a cujas empresas se associara, em defesa do sistema representativo*”¹⁰⁶, um grupo político sem contornos fixos e que, no texto, se define basicamente por reunir aqueles que apoiavam o governo pessoal, o Conselho de Estado e o Senado vitalício.¹⁰⁷ Em nome desta missão, fez parte do Club da Maioridade, associação de deputados liberais que, contrariando a Constituição, propôs a antecipação da maioria do Imperador, expediente político que poderia deter as manobras da *oligarquia* no sentido de desconstruir a obra da revolução (“*derrocar os monumentos da civilização e do progresso*”). Ottoni discorreu longamente sobre este assunto, desdobrando-se em explicações; afinal, a inviolabilidade da constituição era um dos princípios mais caros ao autor e ao grupo liberal a que pertencia. Todavia, comentou, a importância da causa e as circunstâncias da nação, justificavam o expediente “*de ir além da constituição*”. Citando Jefferson, argumentou:

“Para aproveitar-se uma ocasião fugitiva de fazer o bem do país, diz Jefferson, é lícito ir além da constituição. Nestes casos, os representantes da nação, se interpretam bem as necessidades públicas, devem prescindir de sutilezas metafísicas e, arriscando-se como fiéis mandatários, pedir depois à soberania nacional um bill de indenidade. Se o fato praticado é verdadeiramente útil e honesto, a nação não desaprová-lo o procedimento de seus mandatários, e o bill de indenidade, tornando mais salientes os traços da separação da linha dos poderes, longe de enfraquecer, consolidará a constituição () Segundo meus princípios, em certas circunstâncias

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 87, 103.

¹⁰⁶ “Um grupo de ambiciosos formou desde então [a morte do duque de Bragança] essa oligarquia famosa, que no ministério ou fora dele tem sido o primeiro poder no presente reinado, e que, separando-se dos simplórios que queriam tomar a sério a revolução de 7 de abril e as garantias dos cidadãos, avassalaram ministérios, regentes, regências e a própria majestade. O que andava na berra era a seita do regresso (...) Foi a bandeira a cuja sombra os oligarcas derrocaram os monumentos de civilização e de progresso que os patriotas do primeiro reinado haviam erigido na legislação do país. É o talismã com que conquistaram o têm explorado com privilégio exclusivo o segundo reinado” *Idem, ibidem*, p. 96-97.

¹⁰⁷ “A oligarquia do sul nunca foi um partido político, mas sim um grupo de homens que associaram a sua influência e a sua inteligência, para explorar em próprio proveito o segundo reinado. Criando terrores imaginários e imaginários perigos para a monarquia, conseguiram acastelar-se em posições vitalícias rendosas, donde suscitam a seu bel prazer manifestações populares, abalos financeiros e verdadeiras sedições que, na qualidade de mestres de ofício, são chamados a comprimir. É a sua faina mais lucrativa”. *Idem, ibidem*, p. 154.

*e ocasiões, pode o executor das leis e da constituição tomar sob sua responsabilidade, o não proceder inteiramente de acordo com a letra ou mesmo o espírito da lei, quando motivos muito ponderosos justificam este seu procedimento”.*¹⁰⁸

Otoni fez questão de esclarecer que seu apoio à maioria do Imperador não pressupunha, conforme queria a **oligarquia**, a aceitação dos direitos concedidos pela tradição à família real, ou a origem divina dos soberanos. Da mesma forma que Timandro, justificou a escolha da monarquia como uma opção política fundamentada na aclamação do povo e da Constituição, princípio de onde emanava todo o poder dos Braganças no Brasil:

*“Eu confio muito que o prestígio da realeza contribuirá alguma coisa para melhorar as dificuldades do governo; entretanto não entendo que o prestígio que cerca o trono do Sr. Pedro II venha de que seus antepassados, desde séculos muito remotos, ocupassem tronos na Europa. Sr. Presidente, o prestígio do Sr. Pedro II nasce do campo da Aclamação, onde seu pai foi aclamado imperador do Brasil, não porque descendesse de uma antiga linhagem de reis da Europa, mas porque, compreendendo as necessidades do Brasil, pôs-se à frente da nossa independência, e soltou às margens do Ipiranga esse grito famoso: _ Independência ou morte!. Se acaso sucedesse que, em vez de ser o primeiro imperador do Brasil, descendente da casa de Bragança, quem se pôs à frente deste movimento verdadeiramente nacional, que nos elevou à categoria de nação, fosse outro herói, como João Fernandes Vieira, e a nação tivesse colocado a coroa sobre sua cabeça, o Sr. Pedro II, descendente desse outro herói, e não do filho dos reis, não teria menos prestígio. O prestígio do Sr. D. Pedro II nasce da constituição e da aclamação, pela qual o povo elevou o primeiro imperador ao trono que ele tinha erigido.”*¹⁰⁹

Mas, a efetivação da maioria foi, para os liberais que a tramaram, uma vitória com sabor de derrota. Vitória, pois logrou-se o consentimento imediato do imperador – o conhecido ‘*quero já*’- frustrando-se dessa forma o procedimento oligárquico de efetuar a reforma da lei à revelia da nação, ou seja, conduzida pelo *ministério das notabilidades*. Derrota, porque tal sucesso foi prontamente anulado pelas manobras de políticos que rodeavam o jovem imperador, a *facção áulica*, à qual se juntaram os oligarcas e mesmo muitos políticos liberais. A **oligarquia**, associada ao grupo palaciano, conseguiu fazer ministérios, encaminhar as indesejadas intervenções na Constituição, e conferir ao poder moderador um sentido de governo pessoal que desvirtuou por completo as atribuições que ele comportava no primeiro reinado. A ele foi atribuída a legitimidade de fazer subir e cair gabinetes, ignorando por completo os direitos da nação representados no Parlamento. A decepção de Otoni com a maioria ficou enfaticamente registrada no texto:

¹⁰⁸ *Idem, Ibidem*, p.121, 130.

¹⁰⁹ Trecho de um discurso proferido na Câmara em 13 de maio de 1840, e reproduzido no **Jornal do Comércio** de 18.7.1840. *Idem, ibidem*, p. 132.

"Mal triunfava a maioria, já sobravam razões ao partido liberal para se arrepender de have-la iniciado. Podia cobrir a cabeça mesmo no dia do triunfo. Ainda ressoavam os vivas da festa, e já o governo pessoal se inaugurava com a nomeação do chefe da facção áulica, o Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, para o ministro dos negócios estrangeiros. E os maioristas não tinham que estranhar. A deliberação do -- quero já -- que haviam solicitado e aplaudido, era de muito mais importância do que uma composição de gabinete. A doutrina do governo pessoal decorria naturalmente do precedente estabelecido. Instinto ou inspiração, o imperador nomeou livremente o seu primeiro ministério. (...) Pela minha parte vi com a mais dolorosa surpresa que, tomado o castelo, depois do assédio tão prolongado e assalto tão perigoso, os generais não houvessem içado nos torreões a nossa bandeira vitoriosa. Como, porém, fazê-lo, se a organização ministerial não era produto de uma combinação política, nem exprimia, como se devesse esperar, o triunfo do programa que a oposição sustentava desde 1838? (...) Logo no dia seguinte ao da organização do ministério, o pontífice da seita palaciana vestia com a libré de camarista os seus cinco colegas. E os Andradas, sobre cujas cabeças venerandas resplandecia o astro do Ipiranga, conforme a verdadeira frase do meu amigo o Sr. Salles Torres-Homem, tiveram de enfileirar-se nas cerimônias da corte com a criadagem imperial".¹¹⁰

A subserviência ao poder pessoal e à reação monárquica era tão completa que envolvia políticos de várias procedências, desde os palacianos, passando pelos oligarcas e chegando, inclusive, aos liberais. As demonstrações deste servilismo se expressaram em inúmeras propostas e procedimentos, dentre os quais Ottoni destacou, por exemplo, a generosa, e imprevidente, dotação pessoal de 800:000\$00 para o Imperador votada com entusiasmo, apesar da situação de penúria do tesouro¹¹¹. Ou ainda, a emenda constitucional que propunha que se riscasse o 7 de abril dos dias de festa nacional - contra a qual Ottoni se manifestou na Câmara - medida que resguardava o inequívoco sentido de, convenientemente, se banir da memória a revolução recentemente vivida que, agora, neste outro momento, tornara-se indesejável:

"Não posso deixar de protestar contra a emenda que se acha sobre a mesa, e admira-me que fosse ela proposta pelo digno representante de Pernambuco. Quando se leu esta emenda, eu recordei-me de um fato ocorrido no senado, depois do dia 7 de abril, a apresentação de um projeto do falecido Sr. Senador Gomide, riscando o dia 12 de outubro do catálogo dos dias de festa nacional. Esta coincidência penaliza-me, e ainda mais por ver que a censura merecida pelo sobredito senador podia ser aplicada a um cidadão tão distinto como o nobre deputado o Sr. Rezende. O dia 7 de abril há de ser constantemente de festa nacional; o dia 7 de abril não está nas mãos de ninguém riscá-lo da memória do povo."¹¹²

¹¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 149,150,151.

¹¹¹ "A discussão do projeto que decretava a dotação do imperador é uma página digna de estudo. Liberais e Conservadores, oposicionistas e ministeriais, disputaram entre si quem do pão do compadre havia de dar mais larga fatia ao augusto afilhado. O Sr. Antonio Carlos cobriu o lance dos outros licitantes propondo 800:000\$000, que foram votados de entusiasmo. Ainda assim a imprensa dos oligarcas invejou o ministério por não ter aceitado a emenda excêntrica do infeliz deputado Navarro, que concedia 1.000:000\$000, enquanto mais não permitisse a penúria do tesouro." *Idem, ibidem*, p. 151.

¹¹² *Idem, ibidem*, p. 152. A data de 12 de outubro marcava o aniversário de Pedro I e, sobretudo, o dia da aclamação do novo imperador. Durante muito tempo foi considerada como a data da

A batalha contra o poder moderador - entendido como governo pessoal, apoiado no Conselho de Estado e no Senado vitalício - envolveu o deputado geral em inúmeros episódios, entre 1840 a 1848, e o fez retornar à política, depois de um forçado recesso, em 1858.¹¹³ Em 1841, determinou uma intensa atuação na Câmara no intuito de defender as disposições constitucionais. Naquele ano, em debate com Carneiro Leão - que, a propósito das reformas constitucionais, brandia o argumento, “o governo é sempre legítimo” - Ottoni reiterou a hegemonia das prerrogativas da nação sobre o Imperador, uma vez que os direitos do soberano provinham da “aclamação dos povos”, princípio que garantia aos cidadãos a opção de resistir ao Rei se fosse necessário. Donde argumentou que as intervenções do governo pessoal, ignorando a lei e o Parlamento, eram tão ilegítimas quanto as decisões dos rebeldes de Piratinim:

*“Eu disse que, se o governo praticasse esse ato, que eu considerava contrário à constituição, e continuasse a praticar atos semelhantes, isto é, atos contrários à constituição, entre os quais estava sem dúvida o que eu mencionei, de anular o governo de autoridade própria o ato adicional, em tais circunstâncias o governo tornar-se-ia um governo de fato, tão legítimo como o de Piratinim.”*¹¹⁴

O insucesso liberal no episódio da maioria que franqueou o poder à **oligarquia** e ao grupo palaciano - em 1841, dominaram o ministério e lograram promulgar as leis tão temidas - impeliu o “democrata pacífico” a apoiar a revolta paulista de 1842, e, juntamente com outros deputados mineiros, a ingressar nela. Rememorando o episódio em 1860, Ottoni lamentou o *indeclinável* recurso e admitiu que o “sistema constitucional teria ganho mais se, apesar da rebelião ao governo e à constituição, a oposição mineira, em vez do recurso às armas empregasse os meios pacíficos que lhe restavam.” Contudo, também não deixou de considerar que, apesar do *erro*, os liberais não desejavam uma guerra civil, embora ela fosse um recurso aceito pelo credo liberal. Eles haviam sido impelidos à ela para dar um *basta* ao governo¹¹⁵, e para defender seus direitos e a constituição.

independência, em torno da qual se travou um longo debate político no século XIX. Sobre este assunto ver: LYRA, M. de Lourdes V. – *Memória da Independência: marcos e representações simbólicas*. *Revista Brasileira de História*. 15(29):173-206.1995 e OLIVEIRA, Cecília H.L. de Salles – *Política e memória histórica: Gonçalves Ledo e a questão da “Independência”*. IN: BRESCIANI, M. Stella; SAMARA, Eni. M.; LEWKOWICZ, Ida. (org.)- *Jogos da Política: imagens, representações e práticas*. S. Paulo. ANPUH/Marco Zero/FAPESP.1992.

¹¹³ Afastando-se da política em 1849, Ottoni se dedicou, até 1857, à Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucury. Ver Cap. XII, p. 225-232

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 167.

¹¹⁵ “Mas eu não compreendo revolução senão quando o povo se levanta em massa para dizer aos seus opressores: *Basta*”. Ottoni faz questão de assegurar o reconhecimento desta legitimidade tanto pelo empenho dos rebeldes em preservar os documentos da rebelião para serem avaliados

Então, fundamentou a legitimidade da resistência liberal ao governo naquela ocasião, conciliando renomados “publicistas”, Silvestre Pinheiro Ferreira, Vattel, Delolme, e mesmo o “legitimista” Chateaubriand¹¹⁶. Nesse sentido, havia comentado na Câmara:

“(…)Se a autoridade do príncipe é limitada e regulada por leis fundamentais, o príncipe, saindo dos limites que lhe estão traçados, governa sem direito algum e mesmo sem título; a nação, desobrigada da obediência, pode resistir às suas tentativas injustas(…)

“(…) o cidadão tem direito à resistência e à insurreição todas as vezes que é violado o contrato social...Logo que cessa o império das leis, cessa o dever de obediência(…)

(…) Foi a resistência que deu nascimento à magna carta, fundamento e base da liberdade inglesa, e os excessos de um poder estabelecido pela força foram reprimidos pela força”¹¹⁷.

O apoio aos direitos previstos no Ato Adicional e à inviolabilidade da Constituição teriam justificado, ainda, sua intervenção no apaziguamento do Rio Grande do Sul. Posicionando-se contra o projeto separatista dos rebeldes gaúchos que previa o reconhecimento da República do Piratinim mediante a federação com o Império, defendeu a pacificação e negociou com David Canavarro uma capitulação honrosa, já que “*ambicionava ver o Rio Grande livre, reforçando o partido liberal das outras províncias irmãs*”.¹¹⁸

Na luta contra o governo pessoal, Ottoni criticou intensamente a intervenção do poder moderador, especialmente quando aconselhado pelo grupo palaciano ou pela **oligarquia**, facções que se acercavam do Imperador. Ele discordou desta intervenção em 1844, quando Pedro II, ouvindo os políticos que tinham acesso ao paço imperial, inverteu a tendência política anterior (que associara áulicos e conservadores), e promoveu a aproximação dos áulicos com os liberais, fato que resultou na demissão do ministério Carneiro Leão (de 20.1.1843), e na ascensão do gabinete liberal de 2.2.1844. Discordou, também, em 1848, quando o soberano, apoiando a **oligarquia**, entregou o governo ao ministério Olinda, responsável pela dissolução da Câmara em fevereiro de 1849. E, finalmente discordou, da escolha imperial para o Senado em 1859 e 1860, momento em que a

pelos tribunais que a julgaram, quanto pelo fato dos réus terem sido unanimemente absolvidos ou anistiados. *Idem, ibidem*, p. 179 e 187.

¹¹⁶ Ottoni menciona as seguintes obras: “*Droit constitutionnel et pouvoir législatif*”, de Pinheiro Ferreira; *Droit des gens*, de Vattel; e *Constitution d'Angleterre* de Delolme. Eu poderia citar ainda Chateaubriand, cuja autoridade sem dúvida no caso presente não pode ser contestada, porque é um realista e até legitimista, como tal estimado de todos os realistas distintos e de boa fé. Quando uma facção ávida e interesseira, para fins particulares, para realizar seus projetos de ambição, procurou fazer derribar a constituição, ou uma parte dela na França, é bem sabido que Chateaubriand e muitos outros legitimistas distintos viram o perigo em que punham o monarca, especuladores políticos presididos por M. Villèle”. *Idem, ibidem*, p. 175.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 174.

¹¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 208

intervenção do poder moderador novamente insuflado pela **oligarquia**, desdenhando a vontade popular, preteriu, por duas vezes, o candidato mais votado em Minas, ou seja, o próprio Ottoni.

É na rememoração e interpretação do quinquênio liberal e da reação monárquica que Ottoni expressa com nítida clareza o quanto a “conciliação” - interpretada segundo os parâmetros liberais democráticos e moderados, ou seja, “associando” todas as interpretações sobre a revolução, particularmente Timandro e Rocha - é o fundamento teórico e político de seu texto. No trato destes temas, reúne fragmentos representativos tanto da obra de Timandro quanto de Justiniano José da Rocha, textos originariamente antagônicos. Daí, uniformiza o compromisso de todos os personagens na responsabilidade desta reação, alinhando expoentes do partido conservador que admira, em especial Carneiro Leão e Bernardo de Vasconcelos, os próprios liberais, a **oligarquia** e o grupo palaciano: todos haviam sido envolvidos pelas indeclináveis determinações do tempo regido pela natureza, sugeridas por Rocha:

“A justificação dos chefes do partido liberal que estiveram no ministério durante o lamentável quinquênio foi magistralmente escrita pela pena ilustrada e não suspeita do Sr. Dr. Justiniano José da Rocha. Do folheto a que já me referi vou copiar algumas judiciosas apreciações. À pg. 38 diz o Sr. Rocha: ‘No período de 1844 a 1848 os ministérios que sucederam compuseram-se dos seus mais notáveis estadistas,(...)e, entretanto a doutrina atualmente aceita acerca do poder moderador, doutrina tão repugnante aos princípios do regime parlamentar, foi por alguns deles invocada, por todos sustentada e firmada no país (...) Explicaremos esses fenômenos como nos dias da grande fúria faziam os partidos? Apresenta-la-emos como aviltamento dos caracteres políticos, como denúncias de falta de convicções e de pouca fé nas idéias que apregoavam? Longe de nós semelhante injustiça, que desairaria o caráter nacional; chamados ao poder os homens dessas opiniões, achavam-se tolhidos pela tendência que encontravam; ainda não era o tempo de suas idéias, ainda a sociedade não sentia a justeza, a necessidade delas, e os obrigava a recuar. Deveriam ter largado o poder? Mas o poder era-lhes uma dupla garantia, já porque os livrava, a eles e aos seus co-partidários, da preponderância de homens que a cegueira das paixões políticas lhes representava como fatais; já porque pensavam assim impedir a tendência contra a qual lutavam continuasse em novas e maiores conquistas.(...)’

De 1845 em diante, diz o meu amigo Sr. Torres Homem, foi o corpo legislativo tratado sem a mínima consideração; gabinetes se compuseram fora de sua influência, e até sem ciência sua: o ministro incumbido de os organizar propunha em palácio os nomes daqueles com quem lhe convinha servir; de acordo com o voto parlamentar, esses nomes eram rejeitados; lembrava outros, depois outros, e até finalmente, esgotada a longa lista dos impossíveis, o governo pessoal compunha um amálgama de entidades heterogêneas, onde apenas um ou outro liberal era incluído, para que se não dissesse que o pensamento dominante no parlamento havia sido desatendido.”¹¹⁹

¹¹⁹ *Idem, ibidem* p.200-203; 210-213. Nestes momentos, Ottoni incluiu longa citação, tanto de Rocha quanto de Timandro. No final do trecho deste último, para suavizar a contundência do amigo liberal comentou: “Na citação que fiz, algumas observações mais enérgicas são filhas das paixões do tempo; por isso não podem servir de argumento contra a natural amenidade de espírito do meu ilustre amigo.” p. 213. Certamente, Torres Homem, em 1860, transformado em um dos expoentes do partido conservador, concordaria plenamente com as restrições de Ottoni.

Além disso, Ottoni suaviza suas próprias divergências com as principais lideranças do partido conservador, particularmente Vasconcelos e, sobretudo, Carneiro Leão - o articulador da conciliação de 1853 - político que não se integra plenamente com a **oligarquia**. Apesar de demonstrar suas diferenças com Paraná, principalmente no entendimento dos fundamentos do poder moderador, e de denunciar o conluio entre os “Césares” (os chefes da **oligarquia**) e os áulicos na manobra que derrotou o ministério da maioria, Ottoni não deixa de registrar que, a partir de 1844, ele e Paraná, em nome da defesa do regime parlamentar, haviam feito coro nas críticas à facção áulica. Assim, os dois políticos, embora atuando em partidos diferentes, igualmente responsabilizavam esta facção pelas grandes intervenções desvirtuadoras do poder moderador, e que o tornavam tão somente arbítrio pessoal. Relembrando as circunstâncias que alijaram do poder o ministério de 20 de janeiro de 1843, liderado por Carneiro Leão, e instalaram o gabinete liberal/palaciano de 2 de fevereiro de 1844, comentou:

“A seita palaciana havia predominado desde a maioria até o dia 20 de janeiro de 1843. Os ministros da maioria tiveram de resignar o poder, por não se sujeitarem ao conselho-áulico do seu colega dos estrangeiros [Aureliano Coutinho]. A condescendência do partido conservador facilitou ao Sr. Aureliano a tarefa da reorganização ministerial de 23 de março de 1841. Quando na sessão desse ano eu denunciava na Câmara dos Deputados as invasões do reposteiro, os Césares estavam-lhe na cauda, e faziam coro com o pontífice palaciano. (...) Foi somente depois de vencido no campo de batalha em Minas e S. Paulo o partido liberal que eles se consideraram senhores da situação, e em 20 de janeiro de 1843 ousaram excluir do ministério o elemento palaciano. Manifestadamente o ministério de 20 de janeiro de 1843 foi organizado pelo enérgico e ilustre Sr. Carneiro Leão, na dupla intenção de regenerar o governo parlamentar e consagrar o domínio conservador. Rodeados de uma câmara unânime, acastelados no conselho de estado e no senado, os Césares imaginaram que o seu poder não tinha mais competidor possível. Por sua parte os palacianos bem sabiam que, se estavam arredados das doçuras do governo, não era por terem caído em desgraça, e sim por virtude das circunstâncias. Postos em disponibilidade, suspiraram pelas cebolas do Egito, e espreitavam a ocasião de vingar a injúria que em nome das desconfianças em ponto de lealdade fora irrogada ao chefe de sua seita.

Repelidos pelos conservadores, era natural que os cortesãos se voltassem para o lado liberal, e com ele se entendessem para apoiar-se qualquer ministério que não estivesse nos interesses do inimigo comum. Foi em tal circunstância que nasceu o ministério de 2 de fevereiro de 1844. Sua missão era demonstrar praticamente aos Césares que eles não eram homens necessários. Aceito este mandato, o ministério de 2 de fevereiro procurou apoiar-se simultaneamente nos palacianos e nos liberais.

‘O 2 de fevereiro (diz meu amigo Sr. Salles Torres Homem) não foi um triunfo da opinião liberal, não foi uma satisfação às exigências constitucionais do Brasil, foi uma simples vindita da corte’. (...) É exatamente o que disse no senado do Sr. Carneiro Leão, quando explicou a dissolução do ministério de 20 de janeiro, declarando que se retirara por não ter podido obter a demissão do inspetor da alfândega [irmão de Coutinho] que tomava ares de válido e pelas gazetas desafiava o ministério a que o demitisse se pudesse. Não podendo conseguir a demissão do inspetor da

*alfândega, o Sr. Carneiro Leão nobre e parlamentarmente dissolveu o ministério que organizara, e veio às câmaras tudo explicar.(...)*¹²⁰

Justamente, a proposta de uma modalidade de “conciliação” - diversa da “transação” pensada por Rocha - é o traço essencial deste texto. Ela fundamentou o recorrente apelo à moderação e à democracia pacífica, a aproximação com Honório e Vasconcelos, a combinação de Timandro com Rocha, a concordância de Ottoni com a máxima de Holanda Cavalcanti de que, pelo menos em Minas, “*não há cousa mais parecida com um luzia do que um saquarema*”;¹²¹ e, principalmente, a candidatura do autor ao Senado, em 1859 e 1860, sem filiação partidária definida, que só não se concretizou devido à intervenção do poder pessoal. Nessa perspectiva, o poder moderador, na forma como estava estruturado, tornava-se um entrave à conclusão da obra revolucionária começada em 1831, e à verdadeira conciliação proposta pelo marquês de Paraná.

Em nome desta conciliação – que associava princípios e indivíduos - da qual Rocha discordara, Ottoni bateu forte contra o governo pessoal e as instituições que o sustentavam: a “*seita palaciana*”, o Conselho de Estado, o Senado vitalício, os ministérios e, na sombra de todos eles, a **oligarquia**. Todavia, suas restrições não atingem a pessoa do Imperador, um homem culto e competente, com quem, enquanto parlamentar, se encontrara por várias vezes. O Imperador, sozinho, e a monarquia não podiam fazer mal. Responsabilizou os políticos:

*“E quem é o culpado desta situação? Será o Imperador? Não, por certo. Os culpados somos nós, e especialmente os ministros liberais, conservadores e palacianos...os nossos homens de estado nunca dizem ao Imperador a verdade. Não lha dizem, porque lho proíbem a ambição do poder e o temor de que lhes falem os graciosos sorrisos e boas graças. Desde o verdor dos anos o espírito do monarca tem estado perenemente exposto à ação corrosiva da lisonja...E os cortesãos justificam o governo pessoal...Esquecem que o papel dos reis constitucionais é essencialmente passivo”*¹²²

Como romper este círculo? Como restituir a verdade ao sistema constitucional? O candidato retomou os instrumentos da revolução pacífica e conciliadora que, fez questão de frisar, reiteradamente defendeu: a supressão da subordinação ao poder pessoal; da prisão arbitrária; do recrutamento forçado; das funções judiciárias atribuídas aos agentes policiais pela Lei de 3.12. de

¹²⁰ *Idem, ibidem*, p. 193-195.

¹²¹ *Idem, ibidem*, p. 200. O malabarismo político realizado por Ottoni na confecção desta “conciliação” foi possível porque, no avesso das inquestionáveis diferenças entre luzias e saquaremas, havia também inúmeras mediações, traços bem colocados por Ilmar Mattos em **O Tempo Saquarema**. Cap. II.

¹²² *Idem, ibidem*, p. 223.

1841; do Senado e do Conselho de Estado vitalícios. “O senado temporário é fiador da monarquia constitucional”.¹²³

Preocupado em construir uma imagem singular para ele mesmo, e esclarecer as dificuldades para uma possível conciliação – indispensável à conclusão dos objetivos do 7 de abril de 1831 - Ottoni expôs as fraturas da sociedade imperial. Por esse ângulo, seu depoimento revelou oposições de diferentes abrangências. Num plano mais geral, antagonizou o governo pessoal (que inclui o Imperador, o conselho de Estado e o Senado vitalícios, o ministério e a **oligarquia**) e a nação. Mas, adentrando a luta política, os conflitos se desdobraram. Ressaltaram-se os confrontos internos ao partido liberal, que se fragmentou em avançados, moderados e exaltados, e emergiram diferenças entre os conservadores, de um lado a **oligarquia** signatária do poder pessoal e, de outro, aqueles que não compactuavam com ela. Entretanto, na explanação destas diferenças, não deixou de valorizar a revolução - ainda inconclusa - enquanto prática legítima na fundação da nação. Era aquela revolução interrompida no passado, agora pacificada pela “conciliação” democrática, que Ottoni gostaria de retomar.

Um Estadista do Império: a revolução como “turbilhão popular”

*“Não se pode deixar de reconhecer no movimento praieiro a força de um turbilhão popular. Violento, indiferente a leis e princípios, incapaz de permitir em seu seio o mínimo desacordo, empregando sempre meios muito mais enérgicos do que as resistências exigiam, embriagando-se dos seus excessos de autoridade: tudo isto é exato do domínio da Praia, e esses são os característicos próprios da democracia. Mas a verdade é que a Praia era a maioria, era quase o povo pernambucano todo, e o povo julga o seu direito tão extenso como a sua vontade, sobretudo quando luta com as classes que se servem das delongas infinitas da lei para conservarem os seus privilégios e perpetuarem os seus abusos. Muito provavelmente a Praia representava a queixa de uma população adiantada de instintos contra a sua triste condição”*¹²⁴

Um Estadista do Império foi preparado entre 1893 e 1894, pelo ex-deputado monarquista e conhecido abolicionista Joaquim Nabuco, durante a Revolta da Armada “quando ao revolver a

¹²³ Idem, *ibidem*, p.236

¹²⁴ NABUCO, J.- *Um Estadista*, p. 74-75.

poeira de nossas lutas pacíficas eu ouvia o duelo da artilharia do mar e da terra nesta bala", e foi publicado entre 1896 e 1899. Seu texto teceu, conjuntamente, a biografia de seu pai, o ministro, senador e conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo, e a história da monarquia no Brasil até 1878.¹²⁵ Assim como Rocha, Ottoni e, sobretudo, Armitage, o autor esmerou-se na fundamentação da narrativa e preparou um minucioso trabalho de reflexão sobre o biografado e a monarquia, organizando com critério o arquivo particular de Nabuco de Araújo, artigos de jornais, discursos parlamentares, e outras obras disponíveis sobre a história do império.¹²⁶

Nabuco periodizou esta história dividindo-a em dois grandes momentos: o primeiro, de consolidação da opção monárquica (1813-1840), e o segundo (1840-1889) - período do segundo reinado, a *Grande Era Brasileira* - de vivência plena do regime. Ainda, subdividiu **grosso modo** esta última etapa em três fases: 1840-1850, momento de consolidação da ordem interna com o fim das revoluções e o aperfeiçoamento do sistema parlamentar; 1850-1878, apogeu da monarquia e, finalmente, 1879-1889, fase que não chega a explorar - pois o biografado faleceu em 1878 - etapa de declínio devido à doença do Imperador, o retorno das agitações (abolicionista, republicana e militar) e o desaparecimento dos grandes estadistas. Apesar de acompanhar todo o período de duração da monarquia, Nabuco privilegiou os anos de 1850 a 1878, época de *"lutas pacíficas e de conciliação política"*. Expôs minuciosamente a atuação de Pedro II e de Nabuco de Araújo, o funcionamento do regime monárquico constitucional, a ascensão e queda dos gabinetes, o exercício do poder pessoal, as reorganizações partidárias, em especial a reforma do partido liberal (considerada como obra magna de Nabuco de Araújo) e o encaminhamento das principais questões da política interna (a conciliação, o fim do tráfico, a emancipação gradual, a política financeira, a reforma eleitoral) e externa (as relações com a Inglaterra, a questão do Prata e a guerra do Paraguai.)

Homenagear a memória do pai e da monarquia, demonstrando a superioridade deste regime sobre a república e, sobretudo o risco das revoluções liberais de inspiração girondina e jacobina, parece ter sido a razão mais evidente do livro. Nabuco retomou o passado para destacar a

¹²⁵ A decisão de preparar a biografia de Nabuco de Araújo era uma idéia antiga, planejada desde 1881, quando Nabuco se "exilou" em Londres pela primeira vez, e foi mencionada em carta ao barão de Penedo. Todavia, outras tarefas mais prementes da campanha abolicionista, adiaram o projeto. Carta a Penedo de 8.6.1881. NABUCO, J.- *Cartas a Amigos*. S. Paulo, IPÊ, 1949. v. 1, p. 48; NABUCO, Carolina - *A vida de Joaquim Nabuco*. R. de Janeiro, Americ=Edit., s/d. p. 149.

¹²⁶ "O meu primeiro trabalho foi ler todas as peças e documentos e tirar deles o que pudesse figurar na Vida que eu planejava. Esse trabalho preparatório ocupou-me de 1893 a 1894, principalmente durante os meses da revolta(...) Uma vez terminado o trabalho de separação ou de eliminação, tratei de reunir e dispor cronologicamente o material escolhido, ligando-o peça por peça de modo a formar o arcabouço completo da obra. Depois de ter dado esta primeira forma, já de vida, à obra toda, foi que comecei a preparar para a imprensa os primeiros capítulos(...) O

contribuição do regime monárquico parlamentar para a construção, sobrevivência e progresso da nação, para o exercício e confecção do autêntico liberalismo - aquele que permitia a prática da política civilizada; além de comprovar sua adequação às condições históricas e físicas do país. Nesse aspecto, contrapôs as vicissitudes vivenciadas na independência e, principalmente, na regência - momento de uma primeira experiência republicana - com a tranquilidade propiciada pelos cinquenta anos do segundo reinado. Para ele, a república de inspiração girondina ou jacobina, sinônimo de revoluções, anarquia, despotismo e risco à integridade do império, constituía a negação da obra monárquica, e já tivera, sem sucesso, sua chance histórica. E, se fora tolerada como uma atitude imatura e de despreparo inscrita na juventude da nação, não haveria como justificá-la nestes tempos outros de amadurecimento.

Fundamentando-se nestas premissas, criou sua leitura dos acontecimentos ocorridos entre 1822 e 1837. Representou o império como um ser vivo e construiu a história de sua vida conciliando o depoimento (e os documentos) de Nabuco de Araujo, com fragmentos das interpretações de Armitage, Justiniano da Rocha e Ottoni, e informações de outras fontes.¹²⁷ O apelo ao imaginário orgânico possibilitou uma analogia entre a vida de Nabuco de Araujo e o percurso da monarquia¹²⁸, pressuposto que lhe permitiu projetar o testemunho do pai como experiência modelar na compreensão da trajetória e constituição do Império e da prática liberal no Brasil. Assim, a infância e a adolescência do estadista coincidem com o nascimento e a mocidade da nação, a saber, a independência e o período da regência. O autor mesclou as atribulações da vida do pai e do avô - que desempenhava a função de juiz da alfândega em Belém do Pará - com o desassossego vivenciado pelo país nos anos de 1821 a 1835. Integrando política e natureza, assim como Rocha, interpretou o confronto entre patriotas e portugueses e a revolução que se seguiu, como resultado de um *antagonismo de raça* que deu vazão à “*explosão demagógica do novo espírito nacional, excitada pelos especuladores políticos*”. Descrevendo os acontecimentos passados pela família, essenciais na formação do jovem Nabuco de Araujo, comentou:

importante para mim era impedir que o arquivo de meu Pai tivesse a sorte dos papéis de quase todos os homens que figuraram na história do país. *Idem, ibidem*, Prefácio, p. VII-VIII.

¹²⁷ Para os acontecimentos de 1822 a 1837 recorre também a: RAIOL, - *Motins Políticos*; ABREU E LIMA - *Compêndio de História do Brasil*; PEREIRA DA SILVA - *História do Brasil de 1831 a 1840*; MELLO MORAIS - *A Independência*; VISCONDE DE GOYANNA - *Apointamentos da vida política do visconde de Goyanna*; artigos do *Correio Mercantil* da Bahia e do Rio de Janeiro, e ao depoimento do barão de Penedo, Francisco Inácio Carvalho Moreira

¹²⁸ A narrativa destaca a coincidência entre os marcos da vida do biografado e da monarquia. Por exemplo, em 1823 acontecem as guerras da independência da nação e a morte da mãe de Nabuco de Araujo; em 1831 a abdicação e o ingresso do biografado na Academia de Olinda; em 1840, a maioridade e o casamento do jovem político; em 1850, a afirmação do Império e o reingresso de

"Com a pequena população de Belém, as comoções da praça pública alarmavam todas as famílias, principalmente as dos personagens locais. Na casa do juiz da alfândega era naturalmente ainda mais forte a repercussão do que se passava na cidade. Sua mulher, D. Maria Bárbara, estava então novamente às vésperas de dar à luz. A revolução triunfante entregava-se a todos os excessos, excitada contra os portugueses pelos especuladores políticos. A aclamação do Imperador em 12 de outubro deu lugar a uma explosão demagógica do novo espírito nacional, seguindo-se represálias, pelas quais se prenderam maior número de suspeitos do que as prisões podiam comportar. Parte destes, duzentos e cinqüenta, soldados quase todos, foram lançados ao porão do brigue Diligente, onde, (...)morreram, em poucas horas, asfixiados. Nesse mesmo dia 21 de outubro de 1823, que assinala talvez a mais triste casualidade das nossas prisões políticas no tempo das enxovias e presingangas, faleceu de parto D. Maria Barbara, aos vinte e oito anos de idade, colhida na sua delicada situação pelos abalos da guerra civil em que seu marido se achava envolvido. (...)

*A vida paraense nesses anos contíguos à Independência, foi extremamente agitada. Em nenhuma outra parte do país deixou a Independência o mesmo sulco profundo de ódio. Desde 1823...até o combate de nove dias dentro da cidade e às convulsões de 1835, Belém foi teatro de lutas políticas e nacionais de caráter selvagem peculiar. Isto causou o abandono da cidade por todos que podiam fugir dela, o estrago e a ruína das propriedades."*¹²⁹

Mas foi no 7 de abril que a vida do biografado - então um jovem acadêmico de Olinda - e da geração que o acompanhava,¹³⁰ espelhou mais nitidamente a trajetória do país. Nesta época, "a pena dos jovens escritores acadêmicos naturalmente desprendia chispas". No *Echo de Olinda* (1831-32), o primeiro jornal que escreveu, juntamente com Ferraz e Sinimbu, Nabuco de Araújo foi "de um federalismo exaltado, que não se pode diferenciar da aspiração republicana". Assim como qualquer patriota, foi "girondino, americano, melodramático":

"Brasileiros, eis chegada a época de sermos felizes... a mais bela época em que pode-se achar colocado um povo, aquela em que, como diz Pagés, sobre os destroços do despotismo se levanta o altar da liberdade. Somos americanos, em extremo amamos a liberdade; a tirania extinguiremos de qualquer parte que arrebente. Bourbons, não mais reinarão, e se, infelizes, não gozarmos do suave influxo de um governo livre, se os inimigos fados frustrarem os nossos esforços,

Nabuco de Araújo na vida parlamentar; em 1878, a morte do senador e o início do declínio da monarquia.

¹²⁹ NABUCO, J.- *Ob.cit.*, p. 4-6. Sobre o significado da perda da mãe na vida do biografado, sugerida como tão precoce quanto a independência da nação, Nabuco comenta: "Com a morte da mãe, Nabuco fica desde menino entregue a si mesmo; as influências que lhe têm de modelar o caráter, não são mais as influências do lar, são todas externas. Do pai viúvo para o filho não havia insinuação de sentimentos, havia o exemplo, nada mais.(...) Um ano depois, casava, José Thomaz (...) Sua segunda mulher era, porém, quase uma criança; assumia a direção da família numerosa do marido sem prática da vida, e não podia influir no espírito de Nabuco, quase da mesma idade que ela, e intelectualmente mais desenvolvido". p. 5.

¹³⁰ Nabuco empenha-se em demonstrar que seu pai fez parte de uma geração de grandes políticos de filiação diversificada, colegas de academia, que incluiu: Eusébio de Queiroz, Paula Batista, Ferraz, Sousa Franco, Sinimbu, Urbano Sabino, Jerônimo Vilella, Saldanha Marinho, Zacarias de Gois, Nunes Machado, Wanderley, Teixeira de Freitas, Figueira de Melo, e o barão de Penedo, Francisco Inácio Carvalho Moreira, dentre outros.

se a liberdade perdermos, então, ó destino fatal, a morte, só ela, poderá suavizar os desgraçados dias de uma existência vergonhosa; então na morte acharemos a liberdade, porque só a morte é o que melhor pode obter o homem escravo."¹³¹

Mas, no **Velho de 1817** (1833), sua segunda folha, tornar-se-ia francamente *reacionário*. A revolução brasileira, ardentemente preconizada, assim como outras revoluções liberais, perdera todo encanto porque se transfigurara em tirania e despotismo¹³². O texto do primeiro número deste jornal, que veio a público em 20 de julho de 1833, demonstra "*o progresso feito pelo redator*" que, superando a "*declamação abstrata e a ênfase vazia*", formula princípios e apresenta fatos para reavaliar o significado efetivo dos acontecimentos. Nesse sentido, Nabuco assinala o contraste entre a segurança do primeiro reinado – onde se gozou da *proteção de um monarca* domador de ambições – e a situação de risco implantada pelo 7 de abril. Ainda, contrapõe o comportamento irrefletido e despótico dos revolucionários – *ignorantes do sistema constitucional* – com a *magnânimidade* do imperador na abdicação. Dessa forma, a nação aparece como signatária da imaturidade e despreparo para o exercício da política, expresso, por exemplo, no equívoco de procurar imitar a Europa, confundindo "*a nossa situação à da França*", e de identificar Pedro I – um soberano constitucional – com um déspota, sucedâneo nacional de Carlos X da França. Sobre o significado do primeiro reinado e a decisão de Pedro I no 7 de abril – *magnânima* no respeito à Constituição e responsável no contornar a guerra civil – Nabuco partilhou da opinião e ampliou a argumentação de Justiniano J. da Rocha:

"Quem, senão o moderado, poderá sustentar que a revolução de Abril nos foi favorável? Apelemos para um contraste da nossa posição atual com aquela que abandonamos. Saídos de um governo opressor, ignorantes do sistema constitucional, nós tínhamos a necessidade da proteção de um monarca que domasse a ambição, para que pudessemos nivelar o nosso caráter com o espírito das instituições às quais éramos estranhos; carecíamos estar abrigados pela força da monarquia para não sermos arrebatados pelo espírito inovador que, tornando-nos versáteis e inquietos, destruiria certa adesão que um povo deve consagrar às suas instituições, a qual se não pode alcançar sem que o tempo dê lugar ao desenvolvimento das suas vantagens. Aquele que é patriota há de confessar que para os pequenos males não devera buscar-se remédio tão violento, cujos efeitos pesam mais sem proporção que esses mesmos males.(...) a revolução da França, dirigida

¹³¹ Trecho do **Echo de Olinda**, cuja redação Nabuco atribui a Sinimbú. **Idem, ibidem**, p. 14.

¹³² "A revolução, ardentemente preconizada dois anos antes, perdera todo o encanto para ele e apresentava-se ao espírito como um movimento infecundo, um esforço mal empregado (...) No começo das revoluções liberais, esposa-las é o impulso natural da mocidade; não assim abafar mais tarde as suas indignações e nas suas afinidades todas para se subjugar inteiramente ao partido vencedor. O entusiasmo do primeiro momento é uma expansão, e nada custa; custa, porém, muito, a solidariedade dos dias subsequentes, quando a revolução, às primeiras dificuldades que só ela opõe a si mesma, arroga-se o direito de salvar o seu princípio político arrasando a sociedade, si tanto for preciso. O assentimento à tirania, quando antes se proclamava a santidade do direito de cada um; a resignação ao despotismo, é um sacrifício para certas naturezas". **Idem, ibidem**, p. 15.

sobre fundamentos diversos, produziu no povo aquele entusiasmo que devera causar em homens livres a notícia da punição de um déspota, de um rei que trabalha para extinguir a fonte de que emana a sua dignidade, contra o pacto social onde, de mistura com os direitos de seus súditos, ele vê escritos e consagrados os seus direitos. O desejo de imitar, hábil para germinar no coração do homem a virtude, porém capaz de engendrar o vício, fez crer que as nossas circunstâncias eram as mesmas da França. Desta sorte iludiram os jacobinos muita gente que devera ser grata à monarquia; suscitou-se a mania de reformas; assoalhou-se que D. Pedro era conivente com os festeiros de março(.) Abdicou D. Pedro I, e abdicou sustentando a Constituição que dera, não quis demitir os ministros que nomeara, porque bem conheceu que dessa maneira despia-se de um direito que lhe pertencia e concorria para a degradação da monarquia. Generosa e voluntariamente, destituindo-se do trono de seus maiores, ele não quis trair a sua magnanimidade para conservar à custa de sangue o trono que restava(...) mostrou-se avesso à guerra civil”¹³³

Que argumentos estariam na origem desta guinada de Nabuco de Araújo e de seus companheiros? Nabuco procura desfazer a leitura que os praieiros, posteriormente, criaram para o episódio, segundo a qual Nabuco de Araújo teria agido por puro oportunismo¹³⁴. Contrapõe outros motivos, no seu entender, mais refletidos e fundamentados. Em primeiro lugar, o traço orgânico, “a versatilidade intelectual da adolescência. As opiniões são nessa fase apenas impressões novas. As paixões cessam de repente por motivo ignorado, ou transformam-se nas opostas”.¹³⁵ Em segundo, a voz da experiência dos Andradas que se manifestou pela boca de Antonio Carlos: “a ingrata experiência convenceu-me que nem a Liberdade, nem a Independência se arraigaria no Brasil senão à sombra da monarquia”. E a lição dos acontecimentos ocorridos em Recife, em 1831 e 1832, quando “na setembrizada a cidade foi entregue à anarquia e ao saque pela tropa que se apossou dela”.¹³⁶

Associando, à sua maneira, vários depoimentos, particularmente Armitage, Rocha e Ottoni, e certamente, Nabuco de Araújo, o autor projetou diferentes significados para o 7 de abril. Para Nabuco, se a situação tivesse sido conduzida por verdadeiros estadistas - homens de saber experiência e bom senso, cujo exemplo maior era o do próprio Imperador – e não tivesse imperado a impaciência dos exaltados, poder-se-ia ter evitado a forma tumultuada do desfecho a que se chegou, até porque “A revolução do 7 de abril, conseguiu apenas impor subitamente a Pedro I uma solução que já estava aceita por ele e para a qual faltava somente combinar as últimas

¹³³ *Idem, ibidem*, p. 15-16.

¹³⁴ “Mais tarde atribuíram a fase exaltada de Nabuco ao desejo de fazer-se eleger deputado logo que completasse o curso.(...)” Uma verrina da Praia teria criado o seguinte relato: “Entrou na Academia muito liberal; no Velho de 1817 pregava idéias retrógradas; depois escreveu o *Aristarcho* e a *Ponte da Boa Vista*”. *Idem, ibidem*, p. 16. Os confrontos entre Nabuco de Araújo e a Praia serão pormenorizadamente tratados no cap. 3

¹³⁵ *Idem, ibidem*, p. 15.

¹³⁶ *Idem, ibidem*, p. 17

providências e escolher o momento".¹³⁷ Naquela circunstância, Pedro I conciliara compromissos políticos e afetivos: fora um "*desquite amigável*" com a nação, pois evitara a guerra civil, uma medida serena e racionalmente cogitada por ele, que lhe assegurou o trono português, seu dever paternal e "*seu papel histórico de herói de dois mundos*":

*"No fundo a revolução de 7 de abril foi um desquite amigável entre o Imperador e a nação, entendendo-se por nação a minoria política que a representa. Havia de parte a parte uma perfeita incapacidade de se compreenderem, um desacordo que só se podia resolver pelo despotismo ou pela abdicação. O despotismo era repugnante ao temperamento liberal do Imperador e ao seu papel histórico de herói dos dois mundos. (...) Nada mais natural do que o esforço que Pedro I fazia em favor da filha. Daí não podia vir detrimento algum ao Brasil. Receou-se que ele quisesse a reunião das duas coroas, mas, mesmo quando se tivesse dado essa anomalia de ser o imperador do Brasil regente em Portugal, por meio de uma delegação, na menoridade da Rainha, que mal poderia causar isso à autonomia política do país, para se duvidar da sinceridade de sua intenção?"*¹³⁸

Para outros segmentos da sociedade foi um grande engano, imagem apropriada a Ottoni, mas para a qual Nabuco, ampliando o contingente de iludidos, conferiu significados diversos. Para o exército, a participação no 7 de abril fora um grande equívoco, pois enquanto o Imperador sempre promovera, os regentes o combateram e dispersaram. Conforme assinalara Armitage, o liberalismo brasileiro atribuíra pouca importância à eficiência militar, fato que podia ser comprovado nas tarefas conferidas ao exército tanto no 7 de abril quanto no 15 de novembro.¹³⁹ Para os *exaltados*, e aqui Nabuco reproduziu apenas Ottoni, foi uma verdadeira *journée des dupes*, já que, no dia seguinte, foram aliados da aliança revolucionária pelos moderados, como inimigos da sociedade. E não poderia ter sido de outro modo:

"A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar. Cada revolução subentende uma luta posterior e aliança de um dos aliados,

¹³⁷ " (...) A não ser a impaciência, o pessimismo, de políticos exaltados, que viam o embrião do despotismo em qualquer resistência do Imperador a idéias que não partilhava desde logo, e descobriam em D. Pedro I um segundo D. Miguel, a revolução de 7 de abril teria sido evitada com vantagem para a própria causa democrática." *Idem, ibidem*, p. 19.

¹³⁸ *Idem, ibidem*, p. 18-19.

¹³⁹ "A intervenção militar na revolução era sumamente injusta, porquanto o melhor amigo do exército era o Imperador. Pedro I, quaisquer que fossem suas faltas, tinha em relação ao exército uma compreensão muito mais clara da sua necessidade e do seu papel do que a legislatura cuja hostilidade o derribou. Ao liberalismo brasileiro a eficiência militar do exército pareceu sempre secundária; a sua função primordial, consagrada em 7 de abril e em 15 de novembro, é a grande função cívica libertadora. No primeiro reinado ninguém levou a mal sinceramente o malogro das armas brasileiras no Prata (...) O historiador do reinado [Armitage] atribui mesmo aos nossos desastres militares os mais salutares efeitos na ordem cívica. Segundo ele, a constante má fortuna das armas brasileiras produziu o resultado de desanimar as vocações militares e de inclinar as energias da geração nova para as carreiras cívicas, o que preservou o Brasil de uma completa anarquia [semelhante aquela ocorrida na América espanhola]. *Idem, ibidem*, p. 19-20.

quase sempre os exaltados, com os vencidos. A irritação dos Exaltados trará a agitação federalista extrema, o perigo separatista, que durante a Regência ameaça o país de norte a sul, a anarquização das províncias."¹⁴⁰

Da mesma forma, os *patriotas* que apoiaram a revolução, especialmente os soldados arregimentados pelo *ressentimento nacional*. Tal ressentimento foi compreendido, sobretudo, como *antagonismo de raça*, razão que sobrepujou outras discordâncias ou o "*fermento político ou as excessivas declamações da oposição*". Deste ponto de vista, Nabuco, divergindo de Justiniano, fez o significado do ato da independência perdurar e tornar-se apenas *instinto*, minimizando o sentido político da atuação dos patriotas na abdicação. Considerou - lembrando Ottoni mas, apenas no sentido da duração - o 7 de abril "*uma repetição e uma consolidação do 7 de setembro*", mais uma reação instintiva, antagonismo de raça, do que o resultado da propaganda política. Ele teria sido instigado, inclusive, pela imagem da "*subserviência à influência portuguesa*":

"Outro desapontamento foi o dos patriotas. A força motora do 7 de abril, a quem deu impulso o elemento militar, foi o ressentimento nacional. Em certo sentido, o 7 de Abril é uma repetição, uma consolidação do 7 de setembro. O Imperador era um adotivo, suspeito de querer reunir as duas coroas, acusado de custear com dinheiro do Brasil a emigração da Terceira. O entusiasmo da colônia portuguesa era assim grande pelo príncipe de quem esperava a vitória da causa liberal em seu país; desse entusiasmo resultaram conflitos com os inimigos do Imperador, que o ficaram sendo dos portugueses. O fermento político da revolução foi secundário, a excitação real, calorosa, foi o antagonismo de raça; então facilmente explorável. O tope nacional concorreu mais para a revolta da tropa do que as excessivas declamações da oposição"¹⁴¹.

Porém, "*a maior decepção de todas*" é atribuída à **nação**, ou à "*minoridade política que ela representa*", quer dizer, os *Moderados*;¹⁴² aquela classe representativa do país, que assumira o governo e tornara, no entender do "*espírito conservador*", "*os jovens príncipes seus reféns*". Na construção do perfil dos *Moderados* que conduziram o 7 de abril, Nabuco associou imagens apropriadas de Ottoni - tinham horror, ao mesmo tempo, à restauração de Pedro I e aos exaltados; de Rocha - eram profundamente inexperientes; e de Armitage - a nação sabia de sua dívida com Pedro I, ou seja era preciso preservar a monarquia constitucional.. Os dirigentes que "*a revolução produziu eram na sua maior parte homens novos sem tirocínio cuja inexperiência devia inspirar*

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 21.

¹⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 22.

¹⁴² "A situação política do partido Moderado era tal que se não fosse o terror da restauração ele se teria esfacelado, logo em começo, e que se não fosse o mesmo terror nenhuma reforma teria ele feito. A nação sem desejar a volta de Pedro I era todavia *caramurú*, isto é, voltava sua simpatia e confiança para os homens que a revolução tinha posto de parte." *Idem, ibidem*, p. 24.

*quase compaixão ao grupo de estadistas provectoros do primeiro reinado*¹⁴³ pois, ao fazerem a revolução, esperavam do Imperador apenas a mudança de ministério ou o “*abandono de uma camarilha suspeita*”. A abdicação os surpreendera profundamente mas, coube a eles reagir e “*voltar a máquina para trás, fato nada singular nas revoluções: os revolucionários passavam, de um momento para outro a conservadores, quase reacionários(...) A nação não podia esquecer num momento o que devia a Pedro I*”.¹⁴⁴ Referendando Justiniano José da Rocha, comentou: “*o que fez a grande reputação de Feijó, Evaristo e Vasconcelos, não é o que eles fizeram pelo liberalismo, é a resistência que opuseram à anarquia*”.¹⁴⁵

Assim, a reação monárquica de 1837 e a antecipação da maioria do Imperador em 1840 tornaram-se desdobramentos inevitáveis. Na história do império, eles sinalizaram, ao mesmo tempo, o início da superação de um estágio orgânico (a passagem da adolescência para a maturidade) e de uma circunstância histórica, a anarquia, que havia resultado da abdicação. A inspiração em Justiniano é evidente e Nabuco, citando **Ação, Reação, Transação**, reiterou: “*para o estudo da evolução monárquica ler cada palavra deste opúsculo*”¹⁴⁶ Apesar desta enfática menção, introduziu algumas mudanças significativas na concepção de história sugeridas por sua fonte. Submeteu o movimento mecânico de *ação-reação-transação* proposto por Justiniano à linearidade, ritmo e etapas do poderoso percurso dos organismos vivos, ou seja, infância, adolescência, maturidade e declínio. Assim, uma vez cumpridas, suas etapas não pressupunham nenhum retorno; e a transação tornou-se uma conquista restrita à uma fase – a maturidade.¹⁴⁷ Repetições só ocorreriam durante a vigência e no interior de uma mesma fase ainda não completamente superada. Dessa maneira, preservou espaço para alguns retrocessos necessários e suavizou, por tornar menos

¹⁴³ *Idem, ibidem*, p. 23

¹⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 22.

¹⁴⁵ “Foi esse o papel de Evaristo sustentando a todo o transe a monarquia constitucional contra os aliados de véspera. Os revolucionários passavam assim de um momento para outro a conservadores, quase a reacionários, mas em condições muito mais ingratas do que a do verdadeiro partido conservador quando defende a ordem pública, porque tinham contra si pelas suas origens e pela sua obra revolucionária o ressentimento da sociedade que eles abalaram profundamente. Foi essa a posição do partido Moderado que governou de 1831 a 1837 e que salvou a sociedade da ruína, é certo, mas da ruína que ele mesmo preparou. *Idem, ibidem*, p. 22-24.

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 30.

¹⁴⁷ Relembramos que a associação entre o imaginário orgânico e o mecânico é um dos traços mais característicos do pensamento liberal autoritário. ROMANO, Roberto – **Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo**; Corpo e Cristal. Marx romântico; MANHEIM, K. – **Conservatism. A contribution to the sociology of knowledge**. London, Routledge & Kegan Paul, 1986. (Parte II, its concept and its nature); NISBET, R. – **Tradition and revolt**. Vintage Books, n. York, 1970. (Cap. 4: Conservatism and sociology); **O conservadorismo**. Trad. M.F.Gonçalves de Azevedo. Lisboa, Ed. Stampa, 1987. Relembramos também as aproximações de Nabuco com George Sand, Taine e Renan desde o momento da Comuna.

brusca, a passagem da ação para a reação.. Esta perdeu sua característica original de luta pela sobrevivência para tornar-se o comportamento de um organismo cansado, exaurido por um longo período de turbulência, momento em que *“a nação se deixa deslizar suavemente para a monarquia”*.¹⁴⁸ Nele o progresso e a evolução assumiram uma configuração rigidamente orgânica.

A interpretação do autor sobre a revolução do 7 de abril e a regência reiterou um argumento essencial na tese que relacionou fortemente liberalismo e monarquia e rejeitou a república sob sua forma americana, encontrada nos textos de Timandro e Ottoni. Em primeiro lugar, Nabuco, muito menos condescendente que Armitage, Justiniano e Ottoni no trato com os moderados, descartou a idéia de que eles tivessem feito algo pelo liberalismo no Brasil; apenas resistiram *“à anarquia que eles mesmos haviam provocado”*. Em segundo, interpretou a regência como a *“república de fato”* praticada:

“nas condições mais favoráveis em que a experiência poderia ser feita. Ela tinha diante de si pela Constituição do Império treze anos para fazer suas provas; durante este prazo, que é o da madureza de uma geração, se o governo do país tivesse funcionado de modo satisfatório - bastava não produzir abalos insuportáveis - a desnecessidade do elemento dinástico teria ficado amplamente demonstrada”.¹⁴⁹

Concluiu que a *“experiência republicana”* no Brasil não tinha contribuído para a autêntica causa liberal. Pelo contrário, ameaçara a existência do país que, com a maioria, retornara *suavemente* à monarquia e ao liberalismo. Contudo, apesar de seus riscos, havia sido uma etapa típica dos organismos despreparados, necessária para atingir a maturidade, e que só poderia ser evitada se as circunstâncias fossem outras, e tivesse predominado a experiência e paciência seguidoras da razão. A revolução do 7 de abril e a regência poderiam ter sido *“economizadas com grande vantagem, se em certos temperamentos as loucuras da mocidade não fossem necessárias para a mais elevada direção da vida. A agitação desses dez anos produz a paz de cinquenta que se lhe vão seguir”*. Elas cumpriram uma função histórica: *“desprender o sentimento liberal da aspiração republicana”*.¹⁵⁰

Embora concordasse com as leituras de Justiniano da Rocha e Ottoni sobre a ascensão da reação monárquica em 1837, Nabuco relativizou sua força e hegemonia naquele momento. Considerou os anos de 1840 a 1848 como de *“aperfeiçoamento da monarquia parlamentar”*, porque

¹⁴⁸ *Idem, ibidem* p. 31

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 32

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 25.

nele o princípio da ação preservou ainda certa eficácia, ou seja, estava-se sob o risco da emergência de revoluções. Nesse sentido, embora tenha registrado a presença dos conservadores no governo e a importância de sua obra, deu maior projeção à atuação dos liberais. Assim, aproximou o “quinquênio liberal” (1844-48) à situação instável da regência pelo fato de, em sua vigência, a integridade do Império ter sido novamente ameaçada pelos republicanos. Exemplificou com a luta acirrada que em Pernambuco contrapôs praieiros e conservadores, ou melhor, Nabuco de Araújo e a Praia; e com o confronto entre o Imperador e o Senado, representado na figura do então visconde de Olinda. No episódio da eleição de senadores por Pernambuco, em 1846 e 1847, por duas vezes o Senado, capitaneado por Olinda, anulou as cartas da escolha imperial que recaíam sobre Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França, candidatos da Praia.¹⁵¹ No seu entender, a queda do último gabinete liberal em setembro de 1848 ainda repetiu a situação de setembro de 1837. Portanto, a reação de 1837 não consolidara plenamente a monarquia e o sistema parlamentar, questionados novamente, em 1848, pela revolução praieira:

*“Em nossa história constitucional houve dois governos fortes, que aparecem ambos no fim de situações liberais agitadas e impotentes, como uma reação da sociedade em perigo. Em ambos os casos, porém, o esforço exaure logo o organismo cansado, incapaz de coesão. Um é esse ministério de 19 de setembro de 1837; o outro, o de 29 de setembro de 1848.”*¹⁵²

Diferentemente de Rocha e Ottoni, no tratamento dado a esta rebelião liberal, Nabuco, ampliando a leitura de Justiniano, criou uma outra interpretação para o movimento da Praia. Apoiando-se nos escritos do pai publicados na imprensa pernambucana, e preparados especialmente para o confronto com a administração praieira,¹⁵³ historiou detalhadamente e comentou os acontecimentos de Pernambuco. Avaliando o “caráter da agitação praieira”, concluiu que a

¹⁵¹ “A situação parecia ter piorado para os conservadores em todo o Império. Se a maioria do Senado se mostrava ousada, o Governo, por seu lado, blasonava do apoio ostensivo da Coroa. A anulação das cartas senatoriais era pegoada pelos Praieiros no seu órgão como uma revolta contra ela (...) Com efeito, deixando de escolher quando podia o barão da Boa-Vista, o Imperador mostrara não ter ligações pessoais com os chefes da Ordem em Pernambuco. Isso causara grande desgosto entre eles, dedicados como eram à causa da monarquia e convencidos da tendência republicana da Praia, de que, ao primeiro desagrado na corte e primeira ocasião, ela chegaria aos extremos de 1831 (...) O visconde de Olinda, chefe no senado dos conservadores pernambucanos, sabia que se tratava de aniquilar seus correligionários, quando os animava à resistência legal em linguagem quase revolucionária ‘Os descendentes daqueles que souberam resistir ao Rei para melhor servirem ao Rei, saberão também resistir à opressão dos ministros para melhor servirem ao Imperador’. Era essa a proclamação que ele lhes dirigia antes da batalha”. *Idem, ibidem*, p. 61-62.

¹⁵² *Idem, ibidem*, p. 30.

¹⁵³ Recorre, especialmente, aos opúsculos: **As eleições para senadores em Pernambuco, e; Justa apreciação do predomínio praieiro ou história da dominação da Praia**. Typ. União, 1847. Utilizou também a história da rebelião escrita pelo Chefe de Polícia da Província Jerônimo M. Figueira de Melo – **Chronica da Rebelião Praieira**. Recife, Tip. M. F. de Faria, 1850, texto que abordaremos no cap. 3.; além de muitos artigos de jornais.

revolução explodiu devido a uma confluência de razões relacionadas, por um lado, ao despreparo e oportunismo dos políticos praieiros e, por outro, à peculiar situação da sociedade pernambucana, a qual representou com figuras fragmentárias apropriadas do passado, da Roma antiga e da Europa feudal. Assim, ela se projetou como um amálgama indistinto que reunia uma genérica “plebe” - integrada por fidalgos ilustrados mas, decadentes, e algumas famílias dotadas de riqueza - e uma “feudalidade territorial”. Diante deste quadro social, a revolução também foi delineada como associação de imagens das revoltas da plebe romana com traços da revolução francesa: ter-se-ia originado nas paixões e instintos constitutivos do comportamento das massas quando instigadas por demagogos(o partido da Praia), e no abuso das classes “*que se servem das delongas da lei para preservarem seus privilégios*”, estes últimos responsável pelo estado revolucionário latente em que vivia a província. Foi um “*turbilhão popular violento, indiferente a leis e princípios*”, e despótico, caracteres que, assim como Justiniano, atribuiu à democracia.¹⁵⁴ Mas tratava-se, também, de um “*movimento social*”, guerra de um genérico “*povo*” da província - uma “*plebe*” que abrigava no seu interior muitas famílias de sangue fidalgo ilustradas nas guerras holandesas, na independência, ou devido à sua posição social - destinada a “*eleva a democracia de fidalgos*” que constituía o “*povo pernambucano*”. Tal ascensão seria concretizada com a supressão de monopólios remanescentes do Antigo Regime, particularmente o domínio dos portugueses no comércio, e de uma “*feudalidade territorial*” no interior. No seu conjunto, portanto, tratava-se da “*queixa de uma população adiantada de instintos contra sua triste condição(...) mais que um movimento político, foi um movimento social, uma guerra do povo contra os portugueses que monopolizavam o comércio nas cidades e os senhores de engenho que monopolizaram a terra no interior*”.¹⁵⁵

A revolução progrediu devido aos erros do partido praieiro na orientação do movimento. E, questionando uma vez mais a segurança da reação monárquica acentuada por Justiniano, destaca a moderação com que o gabinete Olinda administrou, de início, a revolta. Sem a preocupação de suavizar comprometimentos com o desfecho dos fatos, conforme fizera Rocha, Nabuco radicaliza o

¹⁵⁴ Nas imagens sobre o comportamento das massas ressoam as opiniões de políticos ingleses *whigs* de vários momentos, ao tratar da questão social que agitou a Inglaterra e a França ao longo do século XIX mas, particularmente, o político e historiador Tomas Babington. Macaulay - figura que Nabuco considerava exemplar - além dos já mencionados românticos franceses, Sand, Renan, Taine. NABUCO, J.- **Minha Formação**. p.178. Sobre o percurso do tema da questão social na Inglaterra, ver: HIMMELFARB, G.- **La idea de pobreza. Inglaterra a principios de la era industrial**. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1988; THOMPSON, E. P.- **Formação da Classe Operária Inglesa**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. **Tradición, revuelta e Consciencia de Clase**. Barcelona, Ed. Critica, 1979; BRESCIANI, M. Stella - **Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza**. S. Paulo, Brasiliense, 1982; Metropolis. A face do monstro urbano. **Revista Brasileira de História**.8-9, 1985

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 75.

tom recriminador contra os conservadores e acusador contra a Praia. Por ser um partido sem disciplina (congregava monarquistas e republicanos e seus chefes não dominavam os correligionários), a Praia envolveu-se em, e acabou por promover, uma guerra que suas lideranças (a exemplo de Nunes Machado) não desejavam e não controlavam:

"Mas a verdade é que a Praia era a maioria, era quase o povo pernambucano todo, e o povo julga o seu direito tão extenso como a sua vontade, sobretudo quando luta com as classes que se servem das delongas infinitas da lei para conservarem os seus privilégios e perpetuarem os seus abusos(...). Pela altura das suas origens[do povo pernambucano] essa democracia tendia a subir, sentia necessidade de elevar-se e as condições da província o não permitiam; daí a sua tendência revolucionária permanente.

O povo acreditava ter dois inimigos que o impediam de ganhar a vida e adquirir algum bem-estar: esses inimigos eram os portugueses, que monopolizavam o comércio nas cidades, e os senhores de engenho, que monopolizavam a terra no interior. A guerra dos praieiros era feita contra estes dois elementos – o estrangeiro e o territorial. Ora, a dificuldade desses dois movimentos quando se organizam em partido está em descobrirem uma fórmula que os satisfaça sem ser anti-social. Uma vez levantada a bandeira, a organização torna-se quase impossível, porque os interesses individuais se lhe opõem. O partido praieiro foi um partido sem direção e sem disciplina, porque propriamente não foi senão um movimento de expansão popular. Os chefes deixavam levar-se pelo instinto das multidões que formavam o seu séquito, em vez de guiá-las e de procurar um modo prático de satisfazer, na medida do possível, o mal estar que elas sentiam sem o saber exprimir"¹⁵⁶

Por sua vez, errara o Ministério de 29 de setembro que, "por medo e finura" não enviara para a província, logo no início do rompimento, um homem forte e de "prestígio nacional"(como Honório ou Caxias) e só dissolvera a Câmara dos Deputados em fevereiro de 1849, quando poderia tê-lo feito em setembro de 1848:

"A revolução de 48 provavelmente só rebentou por se ter tido medo de mandar para a província, à vista de sua situação melindrosa, um homem forte. Se em vez de Pena tivessem mandado logo Tosta, ou melhor do que Tosta (...)Honório, ter-se-ia talvez evitado a revolta. O estado da província era quase revolucionário. A Praia, que tinha querido revoltar-se durante a própria situação liberal (...) não vacilaria em fazê-lo estando no governo os seus adversários.(...) O ministério de 29 de setembro era um ministério enérgico, mas queria ser fino, e a finura é muito difícil de aliar a força. A revolução de Pernambuco, tanto quanto se pode conjecturar sobre um fato que se deu em outras circunstâncias, não teria acontecido se o ministério, em vez de adiá-la para Abril tivesse dissolvido logo em Outubro a câmara dos deputados que só veio a dissolver em Fevereiro do ano seguinte. A demora da dissolução fazia os mais incrédulos duvidarem da solidez definitiva da nova situação e conservava os chefes da agitação em Pernambuco o prestígio perigoso dos deputados."¹⁵⁷

¹⁵⁶ Idem, ibidem, p. 75.

¹⁵⁷ Idem, ibidem, p. 69.

Mas, a revolução não se tornaria vitoriosa mesmo que a Praia tivesse tomado Recife, já que não tinha um pretexto, ou um *“princípio por causa do qual fosse legítimo ensangüentar a província”*, pois diferentemente de Timandro e Ottoni, Nabuco não acreditava que a situação do Brasil se identificasse com a dos Estados Unidos ou com a da Europa daquele momento. Além disso, os rebeldes não contavam com forças para sustentar-se por muito tempo, uma vez que não receberam ajuda de outras províncias. Ainda, a tentativa de imitar a França fracassara porque *“o efeito da revolução de fevereiro na França estava gasto”*.¹⁵⁸ Na verdade, a revolução se fundamentara, por um lado, nos equívocos e imaturidade da prática liberal jacobina: a impaciência em aguardar a sua vez na seqüência dos partidos prevista no jogo parlamentar; a facilidade com que, quando aliados do poder, recorriam às revoluções; o hábito de copiar as experiências estrangeiras, inspirando-se, neste caso, na proclamação da República na França e no *“fermento socialista”*¹⁵⁹; e a falta de coesão das lideranças do partido (não se entendiam), que resultou no seu esfacelamento, impedindo-o de *“fazer frente à cerrada falange conservadora”*, e provocando a queda do gabinete Paula Souza por falta de sustentação parlamentar, em setembro de 1848:

*“Apesar, porém, de mal satisfeita e de alguns encontros ocasionais com o governo, a Praia foi ministerial no gabinete Paula Souza. Ela pressentia a situação do ocaso; os chefes liberais não se entendiam mais entre si e não podiam, divididos fazer frente à cerrada falange conservadora do Senado, Paula Souza revelara o seu invencível desânimo com a célebre imagem em que ele, o liberal mais sincero e mais puro de nossa política, se figurava com o índio que não podendo mais lutar contra a corrente largava o remo e cruzava os braços(...) a proclamação da República na França havia agitado o nosso mundo político em suas profundezas(...) De tropeço em tropeço, sem nada conseguir, não podendo satisfazer a seus amigos, elevando à altura de uma questão constitucional o epigrama de um adversário, o ministério Paula Souza sucumbiu no parlamento quando apresentava o projeto para a repressão do tráfico.”*¹⁶⁰

E, por outro, explicava-se pela *“inexperiência política”* e o radicalismo da Praia, resultantes de sua *“história política singular”*: não eram liberais doutrinários não se identificavam com os liberais históricos de Minas e S. Paulo e, por isso, nunca haviam conseguido participar dos

¹⁵⁸ “O efeito da Revolução de Fevereiro em França estava gasto. O país vira a situação liberal de 1844-1848 nada realizar do que prometera; não tocar sequer nas leis de 1841, por causa das quais o partido fizera as duas revoluções de Minas e S. Paulo. Os chefes liberais tinham caído do poder mortalmente desalentados, descrentes uns dos outros e de si mesmos”. *Idem, ibidem*, p. 72-73.

¹⁵⁹ Referindo-se à agitação liberal de inspiração praieira e francesa que acompanhou as eleições de setembro de 1848 no Rio de Janeiro, e precedeu a queda do gabinete liberal de Paula Souza, na qual destacou-se a atuação do deputado praieiro Nunes Machado, Nabuco comentou: “A política complicava-se com um fermento socialista. Os Praieiros reclamavam a nacionalização do comércio a retalho. Era a bandeira do Recife hasteada agora na própria Câmara. Ao mesmo tempo, Nunes Machado punha-se à frente do povo nas ruidosas eleições municipais da corte e a oposição prevalecia-se da agitação das ruas para fazer crer que iam recomeçar os dias de 1831.” *Idem, ibidem*, p. 66-67.

ministérios liberais. A Praia chegara à presidência de Pernambuco graças à intermediação da facção áulica,¹⁶¹ e ali fizera uma administração truculenta que revolveu a província, colocando-a num estado revolucionário:

“Os Praieiros têm uma história política singular. Eles não eram liberais doutrinários, como foram posteriormente os liberais de Pernambuco. Durante a situação liberal de 1844-1848 a sua principal e mais íntima aliança na corte foi a chamada facção áulica(„)Eles guiavam-se pela estrela política de Aureliano. Tinham essa mistura de impulsos democráticos e instintos palacianos tão comuns em nossa raça. Apesar do talento de alguns de seus chefes, nunca se viu um partido mais inexperiente. Da incapacidade política da Praia não é preciso outra prova senão a de só se ter ela identificado com o preconceito vulgar da nacionalização do comércio. Foi essa a única idéia que ela nos deixou. No todo não eram nem os restos do antigo republicanismo de 1824 e de 1831, nem um núcleo liberal; o que eles encarnavam era o descontentamento sem fórmula concreta, sem consciência do que o pode satisfazer.(„)”¹⁶²

Na gestão de Chichorro da Gama (1845-48), para consolidar seu poder, a Praia fizera uma completa inversão administrativa e, pela violência, alterara os costumes obrigando rendeiros e moradores a votarem contra seus senhores tradicionais com quem tinham uma relação antiga e justa¹⁶³. Ainda, embora fizessem proclamações monarquistas, aliaram-se a conhecidos políticos republicanos (Borges da Fonseca, por exemplo) e adotaram um programa impraticável, que conciliava “o preconceito vulgar e retrógrado da nacionalização do comércio a retalho, com a republicana e socialista reivindicação do trabalho como garantia de vida para os cidadãos brasileiros”.¹⁶⁴

Mas, o fracasso da revolução deveria ser creditado também a três outras razões: a atuação enérgica e oportuna de dois administradores da província, o presidente Manoel Vieira Tosta e o juiz Nabuco de Araujo; a experiência adquirida pelo partido liberal para “resignar-se à vez do adversário”, e o fato de o tempo das revoluções ter se esgotado, pois “o organismo precisava de repouso”:

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 67.

¹⁶¹ A única vez, em que Nabuco corrobora e cita Timandro, se refere à conceituação desabonadora, feita pelo autor do *Libelo do Povo*, sobre a facção áulica, a qual Nabuco recupera em nota de rodapé: ‘Aquilo de que não havia ainda exemplo nas monarquias modernas, a criadagem da casa do rei ultrajar impunemente os depositários do governo da nação, estava reservado a esta triste época’. Idem, *ibidem*, p. 67.

¹⁶² Idem, *ibidem*, p. 75-76.

¹⁶³ Idem, *ibidem*, p. 57-)

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 72.65.

*“A revolução não tinha forças para sustentar-se muito tempo. O ministério estava tranqüilo quanto ao resto do Império. A quietação do Rio Grande do Sul era profunda depois de tantos sofrimentos, Nem em Minas, nem em S. Paulo, muito menos na corte, o partido liberal pensava em recorrer às armas. A reação de 1848, como a de 1837, correspondia a uma necessidade invencível de repouso; o organismo abalado precisava refazer-se pelo sono.(...) Pressentiu-se que esta seria a última das revoluções”.*¹⁶⁵

Os argumentos se complementam: a atuação providencial dos estadistas revela a ciência dos meios adequados para lograr a reeducação dos políticos inexperientes e a percepção do percurso da história fundado no efetivo progresso. Nesse sentido, eles foram também responsáveis pela superação dos obstáculos que impediam o pleno exercício do sistema parlamentar e, portanto, pelo ingresso do país em sua *grande era*, aquela das *lutas pacíficas*, e do verdadeiro liberalismo. Esclarecem-se os objetivos de Nabuco em privilegiar a análise da revolução praieira. Além de torná-la um episódio sob medida para a crítica das revoluções de caráter republicano jacobino, justificou a participação de Nabuco de Araujo no episódio, particularmente sua cerrada oposição à Praia e a rigorosa sentença, prisão perpétua com trabalhos forçados, que ele, como juiz, aplicou às lideranças rebeldes. Tratava-se de uma grande causa. Seria uma punição exemplar e necessária, com o intuito de por fim às revoluções, corrigindo a atuação dos liberais no jogo parlamentar, dispositivo que o experiente juiz sabia ter duração limitada:

*“sabia que a pena de prisão perpétua durava apenas o tempo de se acalmarem os ânimos e de deixar de ser perigoso para a ordem pública a liberdade dos chefes praieiros...tinha certeza que a condenação seria em pouco tempo nulificada pela anistia”*¹⁶⁶

O empenho em defender a missão paterna e de outros estadistas, na edificação do verdadeiro liberalismo no Brasil, bem como em de comprovar a inadequação das revoluções, a superioridade do regime monárquico sobre a república jacobina, e sua adequação ao Brasil do XIX, levou Nabuco a conciliar experiências díspares do passado da humanidade, sobretudo os conflitos da sociedade romana e européia, e a espelhar a história das sociedades no percurso de vida dos seres vivos. A partir deste referencial interpretativo, exacerbou a agitação latente na sociedade monárquica e delineou o traço que a singularizava frente a Europa: ainda na adolescência, demonstrava um enorme despreparo para o exercício da política civilizada, sendo, portanto, presa fácil dos demagogos e das revoluções. Tal *singularidade* foi um argumento essencial para explicar as limitações e, sobretudo, o perfil *desvirtuado*, negação do *self government*, que a monarquia vivenciara no Brasil. Para Nabuco, a recorrente intervenção do Imperador no jogo parlamentar (na

¹⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 73.

montagem dos gabinetes, na atuação dos estadistas, nas decisões do Senado e da Câmara e no desempenho dos Partidos) e a farsa eleitoral. Eram práticas condenáveis, sem dúvida, por isso ele próprio batalhara arduamente por uma reforma da monarquia nos anos que antecederam a república. Eram, porém, necessárias. Heranças do passado, em especial do império da escravidão, haviam impedido o desenvolvimento de uma opinião pública e criado uma sociedade imatura e dependente do governo. Nestas circunstâncias, o Imperador soubera compreender as solicitações do país e tornar-se a sua *consciência*, papel que desempenhara com competência pois, “*onde D. Pedro II naufragou qualquer outro naufragaria antes dele e talvez de pior modo*”.¹⁶⁷

Os relatos apresentados apreenderam e interpretaram, de maneira diversa, as oposições e deficiências da *nação-cidadã* no Império - aquela integrada pelos proprietários com requisitos para atuar nos escrutínios eleitorais - porque a historicidade dos textos juntamente com a opção partidária dos autores intervieram na maneira como representaram a *sociedade monárquica* e a *revolução*. Armitage, Timandro e Ottoni consideraram esta revolução, exercida como moderação, um procedimento pertinente com o objetivo de conferir soberania à nação, porque se adequava ao tempo, e seguia os princípios da razão, da ordem (livraria a nação da opressão e da anarquia), da propriedade, dos direitos dos cidadãos, e da soberania política (passagem para a civilização e resultado histórico do preparo dos povos). Tratava-se de uma conquista tributária do progresso. Contrariamente, Justiniano José da Rocha e Nabuco a compreenderam como sinônimo de barbárie, atributo de lideranças e massas despreparados, prática instintiva e irracional, negadora da política civilizada, sinônimo de violência, desordem e anarquia. Um fenômeno inerente de povos imaturos e inexperientes, que deveria ser evitado, contornado ou debelado por homens dotados de razão, estadistas hábeis e preparados.

Apesar das leituras divergentes sobre a nação e a revolução, uma premissa comum permeia todos os textos: a da singularidade do Brasil frente às nações européias. Todavia, esta singularidade assumiu conteúdos diversos em cada um dos autores. Em Armitage (1836), a singularidade advém do fato de o país estar passando, com a revolução, por uma fase de transição entre a barbárie e a

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 80.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 375-385.

civilização, na qual ele se deparava com problemas e vantagens advindos do passado colonial. Por um lado, colocavam-se os empecilhos representados pela ausência de sociabilidade, a ignorância, a violência e a presença da escravidão. Por outro, havia traços específicos da formação social que favoreciam a incorporação mais rápida do progresso: a ausência de uma nobreza laica e eclesiástica tradicionalmente estabelecida e poderosa, e a participação política mais ampla das camadas proprietárias. Por isso, os obstáculos vinham sendo gradativamente vencidos pela elite política, que naquele momento já estava acompanhando - apesar da escravidão -, *quase* compassadamente, o curso da história palmilhado pela Europa. Em Timandro (1849), as revoluções presenciadas desde a independência eram um testemunho da afinidade com o tempo do progresso e da civilização; e a singularidade se expressa justamente no fato de o país partilhar de uma condição americana, considerada - apesar da sobrevivência da escravidão - uma vantagem em relação à Europa. Dessa maneira, a nação não carregava nem a inconveniente herança do Antigo Regime - os direitos da realeza, os privilégios da nobreza e "*o fanatismo, o gênio da servidão*" - nem as decorrências indesejáveis do progresso em curso em algumas nações européias: "*o embrutecimento e degradação das classes industriais*". Daí, resultaria o preparo para a concretização da mais alvissareira das revoluções.

Em Rocha (1855), instaura-se profunda inversão na leitura tanto da revolução - vista como desordem e anarquia - quanto da singularidade da nação - entendida como descompasso em relação à Europa, de difícil mas, possível, superação naquele momento. Assim, o traço que a singulariza é o fato de o país ainda permanecer num estágio primitivo da evolução das sociedades, no qual a política se encontrava à mercê do princípio instintivo de ação-reação e, por isso, tornava-se presa fácil ou das revoluções ou do despotismo. Este estágio poderia, entretanto, ser superado em circunstâncias precisas, mediante a atuação dos estadistas, homens que partilhavam de um tempo signatário da razão e do progresso, nivelado com as sociedades civilizadas. Sua competente e segura intervenção na história poderia ser capaz de romper o ciclo de ação-reação e atingir, não obstante a presença da escravidão, o estágio superior da transação.

Em Ottoni (1860), tem-se uma combinação de seus antecessores, Armitage, Timandro e Rocha. Por um lado, a reiteração do descompasso do conjunto da sociedade em relação aos povos que haviam superado a barbárie, especificamente os Estados Unidos, resquício dos prejuízos do legado colonial: a subordinação ao princípio de ação-reação, o despotismo e a escravidão. Por outro, a certeza da identidade americana e, com ela, a esperança da superação deste descompasso justamente pela reedição da revolução liberal moderada - já tentada na regência com o Ato

Adicional- regeneradora da monarquia parlamentar. Ottoni anota a emergência de um povo acomodado na ignorância, sem opinião e moralidade, despreparado para a *vivência republicana* e impedido de atingir, no passado, a maturidade, pelo descaminho da revolução e do sistema parlamentar. Mas também reconhece que tais problemas poderiam ser superados pela conciliação de políticos responsáveis engajados na tarefa de instaurar uma verdadeira monarquia constitucional, da qual fossem banidos o poder moderador, o Conselho de Estado e o senado vitalício.

Em Nabuco (1896), retomando de forma privilegiada, se bem que não idênticamente, Rocha, trata-se de uma “conciliação” autoritária com os liberais históricos, no sentido pleno que aquela “conciliação” havia sido praticada no Império. Ou seja, “*poupando os submissos*” - submetendo Armitage e Ottoni várias vezes lembrados - e “*debelando os soberbos*” Timandro, Mello Morais e Abreu e Lima¹⁶⁸. A estes só foi dado o direito de figurar numa única nota de rodapé¹⁶⁹. Assim, fundando seu relato basicamente em fontes conservadoras devidamente arranjadas – os escritos do pai, o depoimento de Penedo, e as publicações do Visconde de Goyanna e de Justiniano José da Rocha - Nabuco construiu a mais severa e desencantada das versões sobre a revolução liberal, tornando-a um “turbilhão popular”, exteriorização dos instintos e ressentimentos, tão somente anarquia. Representando-a com imagens da Roma antiga e da Europa feudal, inscreveu-a na infância e adolescência das civilizações. Dessa forma, a singularidade da nação frente à Europa civilizada – modelarmente reconhecida na Inglaterra – transfigurou-se em despreparo e imaturidade intrínsecos a uma nação criança, cuja superação dependeria, além da intervenção dos estadistas, da lenta evolução de um natural tempo orgânico. Nesta leitura, não há salvação possível para as revoluções liberais espelhadas nos Estados Unidos ou na Europa rebelde.

¹⁶⁸ Nabuco também ignorou, desta vez completamente, o outro Timandro, João Francisco Lisboa, o Timon, do Maranhão, jornalista e historiador analisado por JANOTTI, M.L.- **João Francisco Lisboa, historiador.**

¹⁶⁹ “*Aquilo de que não havia ainda exemplo nas monarquias modernas, a criadagem da casa do rei ultrajar impunemente aos depositários do governo da nação, estava reservado a esta triste época.*” Essa reverberação de Timandro [vide pg. 152 nota] ainda sob a impressão da época, aplica-se a uma frase do deputado Jobim, médico do Paço: “*Apresentei-me no palácio de São Cristovão, abri o reposteiro, encontrei um grupo, cumprimentei-o e dirigi-me para diante.*” O grupo era o ministério” *Idem, ibidem*, p. 67. Por sua vez, o republicano Mello Morais e o “socialista” Abreu e Lima, foram lembrados em duas notas de rodapé nas pgs. 22 e 17. Da obra de Morais, *A Independência*, Nabuco incorpora a informação de que o “ato violento” de Pedro I do qual resultara na dissolução da Constituinte e a expulsão dos Andradas fora o responsável pelos dez ou doze anos de tranquilidade que se seguiram. E do *Compêndio de História do Brasil*, e da *Synopsis*, obras que recrimina porque: “*Os livros não têm valor histórico, contendo escandalosas apropriações da obra de Armitage.*” Nabuco reproduz o relato do General das Massas, um dos réus da revolução condenada, sobre as cenas de barbárie ocorrida na “setembrizada”, rebelião da tropa

A concepção de Nabuco sobre a singularidade da nação instrumentalizou a história para configurar o argumento que explicou seu descompasso em relação à Europa. Dessa maneira, a sociedade monárquica teria no XIX práticas e instituições signatárias da barbárie, inscritas no passado dos povos então civilizados: o feudalismo, a servidão e a escravidão. Este pressuposto, sistematizado na expressão *feudalismo, latifúndia, servidão, escravidão* foi essencial para Nabuco atrelar a história do Império única e exclusivamente à experiência européia. Isso porque, também, o historiador tinha um indisfarçável desprezo pela política americana, uma atividade ali abandonada - devido à preocupação essencial dos homens de bem em ganhar dinheiro - a indivíduos corruptos e pouco preparados para exercê-la. Manteve esta opinião pelo menos até o momento em que redigiu **Minha Formação**, texto no qual deixou registradas as razões de sua paixão pela Inglaterra e suas objeções à política americana¹⁷⁰.

Entretanto, o argumento utilizado para estabelecer vínculos entre o Brasil e a Europa não era inédito. Investigando suas origens e usos no Brasil, verifica-se que ele fundamentou, durante o século XIX, textos e projetos de matiz liberal reformista e autoritário, propositores de *reformas pacíficas ou revoluções sociais* substitutivas de *revoluções políticas*, questionadoras dos mecanismos restritivos da monarquia. Nabuco retomou e (re)criou e utilizou este argumento, sobretudo, para explicar e avaliar uma experiência de revolução republicana e jacobina, que tornou exemplar: a Praieira. É da história deste pressuposto/argumento que trataremos no próximo capítulo.

de linha ocorrida em Recife em 1831, sobre a qual Abreu e Lima registrara depoimentos de contemporâneos.

¹⁷⁰: "Não se pode dizer deste país que tenha um ideal. É um país prático por excelência, e que tem a admirável qualidade, bem ou mal, de governar-se a si mesmo. (...) O americano é, acima de tudo, um homem positivo, em cuja vida a metafísica tem pequena parte; reconhece a cada instante que a vida é um *business*(...) põe a arte, a ciência, a cultura, a *polity*, depois do que é essencial, isto é o *dólar*, indo sempre *ahead* como locomotiva". NABUCO, J.- *Minha Formação*, p. 130. Nessa preocupação de relacionar o Império à Europa, o historiador, relega ao esquecimento os liames da nação com os Estados Unidos. Sobre os vínculos de política e de negócios de brasileiros com americanos ver: MOTA, C.G.- *A Idéia de Revolução no Brasil. 1789-1801*. Petrópolis, Vozes, 1974; *Nordeste 1817*. S. Paulo, Perspectiva, 1972; KARASH, M.- *The Brazilian Slavers and the Illegal Slave Trade*. Madison, Un. of Wisconsin Press, 1981; HILL, L. "Abolition of the African Slave-Trade to Brazil". *H.A.H.R.*, maio, 1931; WRIGHT, A.F.P. - *Desafio Americano à preponderância Britânica no Brasil. 1808-1850*. S. Paulo/Ed. Nacional; Brasília/INL, 1978.

Cap. 2: O domínio sobre o tempo: Nabuco, a Escravidão e o Abolicionismo

"(...) o que resulta é que as reformas, as modificações serão governadas por algumas regras elementares. Uma delas será conservar do existente tudo o que não seja obstáculo invenível ao melhoramento indispensável; outra, que o melhoramento justifique – e para justificar não basta se compensar – o sacrifício da tradição(...) Dessas regras resulta o dever de demolir com o mesmo amor e cuidado com que outras épocas edificaram(...)"

"(...) há necessidade de se fazer concessões no sentido do progresso (...) é preciso ter a ousadia de enfrentar instituições e adaptar-se aos fins, e não deixar periclitar o interesse social maior por causa de uma doutrina ou aspiração. (...) " (Joaquim Nabuco, **Minha Formação.**)¹

O argumento que associa os termos "*Feudalismo, latifúndia, servidão, escravidão*" - instrumentalizado por Nabuco para definir uma historicidade descompassada entre o Império e a Europa - é recorrente entre políticos e autores de origem luso-brasileira e de outras nacionalidades que desde o final do século XVIII, e ao longo do XIX, escreveram sobre o Império em geral e a sociedade pernambucana em particular. Qual seriam as razões de sua sobrevivência?

Talvez, a mais significativa delas tenha sido sua eficácia tanto no desvendamento da origem das revoluções políticas indesejáveis que ameaçaram, primeiramente, o império português e suas colônias e, depois o império brasileiro; quanto na fundamentação da singularidade/descompasso da sociedade existente nestas regiões frente à europeia, reconhecidos na vigência de instituições signatárias do passado, e de sua dificuldade em transitar da "*barbárie à civilização*". Tal diagnóstico constituiu o primeiro passo na montagem de projetos liberais reformadores e "*pacíficos*" destes impérios, verdadeiras *revoluções sociais*, substitutivas das revoluções políticas "jacobinas" partidárias da violência, do revolvimento da sociedade, e reivindicadoras de pactos democráticos, a exemplo daqueles propostos por Timandro, Ottoni e mesmo Armitage.

Os projetos veiculadores de mudanças "*pacíficas*", que privilegiaram a sociedade pernambucana do XIX, formularam-se a partir de quatro pressupostos. 1) A certeza de que era necessário "conciliar", valendo-se dos recursos da ciência e da razão e contornando a violência

¹ NABUCO, J.- **Minha Formação**, p. 111-112; 159, 162

explícita, a tradição com o progresso, e a monarquia com o liberalismo. 2) A determinação em (re)modelar o estado e a sociedade a partir do reconhecimento de uma causa primeira, alocada fora da política e sediada nas práticas sociais herdadas do passado - invariavelmente reconhecida na *escravidão*, ou na *servidão*, ou em ambas - origem de todos os males. 3) A consciência da eficácia da utilização da história - através da rememoração de experiências dos impérios grego e romano e do feudalismo europeu - para demonstrar a necessidade de superar o passado². 4) E a certeza de que saber e poder se confundiam num mesmo ato e que, portanto, aos homens ilustrados cabia a missão de intervir na política e direcionar a história. Tais projetos se fundamentaram numa tradição reformista ilustrada emergente no século XVIII na França e Inglaterra que elaborou um preciso conceito de “civilização” - definido em oposição a uma também determinada concepção de “feudalismo” - imprescindível na expansão europeia do século XIX. Este conceito, que se constituiu na Europa com a finalidade de realizar reformas nas práticas absolutistas de governo, adquiriu um significado amplo, que associou princípios e procedimentos econômicos, sociais, políticos e comportamentais incorporados da sociedade de corte (*polidez*, *civilidade*, *domínio de si* - o *savoir-faire*) e da burguesia já constituída nestes países - as práticas sistematizadas no *laissez-faire* - o direito de opinião nos negócios de Estado, de livre circulação, e de livre empreendimento.³

² “O pressuposto que concebeu as civilizações antigas como “infância” da humanidade, experiência a ser respeitada mas, também, superada (a exemplo dos gregos e romanos), foi um dos mais importantes argumentos da concepção liberal autoritária do progresso e está cristalizada nas interpretações dos clássicos: Francis Bacon, Adam Smith e Montesquieu e, desde a segunda metade do XVIII, tornou-se um argumento recorrente em discursos de políticos liberais franceses e ingleses, a exemplo dos britânicos Edmond Burke, William Wilberforce e Tomas Macaulay. Sobre o engendramento do conceito de progresso ver: BURY, John B.- *La Idea de Progreso*. Madrid, Alianza ed. 1971, cap. 4,8,12,13; FRANCO, M. Sylvia de C.- “Teologia, adeus”. *Folhetim*. Folha de S. Paulo, 8/6/1986; “Universidade e Modernização. *Revista USP*. 39:18-37, set/nov. 1998; GAY, Peter - *O Estilo na História e The Enlightenment: an interpretation*. New York, W.W. Norton&Company, 1977. 2 v; PALM, Antonio - *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. 2ª. ed. S. Paulo, Grijalbo, Ed. da Universidade de S. Paulo, 1974.

³ O processo de constituição deste conceito é tema da obra de Norbert Elias, *O Processo Civilizador*. Procurando explicitar as razões das diferenças entre as concepções de civilização praticadas na França e na Inglaterra do século XIX, e o conceito alemão de *Kultur*, Elias faz uma reconstituição histórica da sociedade de corte na Europa ocidental, especialmente na França e na Inglaterra, para destacar como o conceito de civilização nestes países é tributário dos costumes aristocráticos: “A burguesia francesa - politicamente ativa, pelo menos desejosa de reformas, e até durante um curto período, revolucionária, permaneceu estreitamente vinculada à tradição de corte em seu comportamento e no controle de suas emoções, mesmo depois de demolido o edifício do velho regime. Isto porque graças ao estreito contato entre os círculos aristocráticos e de classe média, grande parte das maneiras cortesãs muito tempo antes da revolução, haviam sido também aceitas pela classe média. Pode-se depreender então, que a revolução burguesa na França, embora destruindo a velha estrutura política, não subverteu a unidade dos costumes tradicionais”. ELIAS, Norbert - *O Processo Civilizador. Uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. R. de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994. v. 1, p. 63. Desdobrando o significado político dos hábitos de corte estudados por Elias, especialmente a dimensão de violência e autoritarismo neles imbricada, Claudine Haroche analisa

Para os idealizadores destes projetos político-pedagógicos, a sociedade monárquica se singularizava frente a outras nações civilizadas devido à sobrevivência de “monopólios” herdados do *Antigo Regime*, vivenciados em sua configuração colonial: o monopólio da terra - o *feudalismo* - alicerçado na posse de grandes áreas territoriais, designadas – pelo espelhamento em imagens da Roma republicana ou imperial - como *latifúndia*; e o monopólio do trabalho, consubstanciado na *escravidão* africana e indígena, dos quais decorriam o *despotismo* dos senhores e a *servidão* dos homens livres. Nesse sentido, suas explicações habilmente cindiam política e costumes, deslocando o lugar de origem dos conflitos emergentes da política, ou das normas de funcionamento do regime de governo, para as práticas sociais, a moral e os costumes dos cidadãos e as instituições. Neste entendimento, os comportamentos indescrivíveis herdados do passado foram cristalizados em figuras de retórica que, conciliadas, constituíram um poderoso paradigma: *feudalismo*, *latifúndia*, *servidão* e a *escravidão*, a ser instrumentalizado, na desmobilização das revoluções sangrentas e no encaminhamento do *laissez-faire*.⁴

Dentre as experiências históricas que concorreram para a lapidação deste argumento no Brasil destaca-se aquela da sociedade pernambucana do século XIX, tanto porque Pernambuco testemunhou, neste século, revoluções liberais de cunho republicano ou monarquista e outras

textos ingleses de orientação puritana que também propõem normas de conduta que espelham as concepções de polidez, civilidade e domínio de si inscritos em autores franceses, essenciais no conceito de civilização que se generalizou no século XIX: “Assim, os tratados humanistas de civilidade (séculos XVI a XVIII), os escritos puritanos (séculos XVI e XVII), e os manuais de educação de príncipes reconhecem todos uma mesma exigência: o controle e o domínio de si entendidos como disposições necessárias ao governo da família e ao governo político do Estado. Uns e outros contribuíram para formar essa civilização de costumes que marcou a França e os países anglo-saxões. Com diferenças, no entanto, que permitem entrever as especificidades das formas de sociabilidade e de culturas políticas no mundo anglo-saxão e puritano, de um lado, francês e católico do outro. Uma relação que insiste na parte de cada um na formação de si, um espaço interior de autonomia e de responsabilidade e, além disso, um rigor moral relativo à vida privada e pública, uma injunção à transparência das condutas marcaria em especial a tradição anglo-saxã”. HAROCHE, C.- *Da Palavra ao Gesto*. trad. Ana Montoya e Jacy Freitas. Campinas, Papirus, 1998, p. 43.

⁴ Os traços do “feudalismo” são o oposto daqueles que definem a civilização: compreendem a falta de domínio sobre o próprio comportamento; a incivilidade; o desconhecimento dos hábitos disciplinadores do corpo e da mente; o abuso e desrespeito em relação ao outro. Segundo Elias, a sociedade de corte e o absolutismo teriam desempenhado uma função disciplinadora ao estabelecer normas que circunscreveram ao âmbito do Estado o direito de punir e exercício da violência, criando mecanismos específicos para que ela fosse exercida. Além disso, fixou hábitos e costumes que difundiram a concepção de polidez e civilidade, práticas que singularizaram a sociedade de corte. ELIAS, N.- Ob. Cit. A dimensão histórica e política do conceito de “feudalismo”, divulgado no século XVIII pela ilustração, e definido em oposição ao de civilização foi demonstrada por Marc Bloch em suas obras maiores *A Sociedade Feudal* e *Os Reis Taumaturgos*. BLOCH,

revoltas que questionaram a unidade e sobrevivência daqueles impérios quanto porque sua história foi referência privilegiada para as reflexões de Nabuco, n' *O Abolicionismo*, e especialmente, em *Um Estadista do Império*. Nestas obras, *escravidão/servidão* e *reforma/revolução social* se imbricaram indissolúvelmente na confecção de três grandes "fatos" ⁵ - *a escravidão, o abolicionismo e a revolução praieira* - e aquele argumento, até então alocado na disputa política, ganhou o estatuto exclusivo de conhecimento.

O pressuposto que orientou as análises de Nabuco foi recorrentemente lembrado ao longo do século XIX - por discursos abolicionistas, porem não apenas por eles - e suas figuras combinadas em diferentes arranjos nos quais a *escravidão* assumiu diferentes significados. Dessa maneira, em 1816, Koster, procurando contribuir para uma "*reforma pacífica*" do pacto colonial e do império português, utilizou uma primeira combinação, na qual, tolerando algumas formas de cativo, conciliou a escravidão com o progresso. Para isso, projetou duas escravidões, uma condenável, outra aceitável. Pensando numa supressão gradual, por um lado, recriminou a escravidão enquanto relação de trabalho; mas, por outro, tolerou-a como prática pedagógica transitória entre a "*barbárie e a civilização*", desde que respeitadora da humanidade do cativo, ou seja de seu direito à alforria.

Marc - *La Société Féodale*. Paris, Ed.Albin Michel, 1940; *Les Rois Thaumaturges*. Paris, Éditions Gallimard, 1983.

⁵ Na concepção apontada por Febvre na década de 1930 e retomada por Lefort na década de 1960. Retomando uma vertente crítica originária da filosofia política, argumentaram contra o conceito positivista e historicista do conhecimento histórico, que concebia o "fato" como um fenômeno exterior e pré-existente ao historiador que, então, se propunha reconstituí-lo realisticamente para estudá-lo e conhecê-lo com absoluta objetividade. Ironizando a concepção de "fato" e história presente no manual de Louis Halphen, *Introduction à Histoire* (de 1946), comentou Febvre: "Mas que é enfim a história? Vou dizer-lhe. Você recolhe os fatos. Para isso você vai aos Arquivos. esses celeiros de fatos. Lá, basta abaixar para recolhê-los. Encha com eles os seus cestos. Limpe-os bem da poeira. Coloque-os sobre a sua mesa. Faça como as crianças, quando se divertem com os 'cubos' e trabalham para reconstituir a bela imagem que lhes foi mostrada e depois destruída (...) FEBVRE, L.- *Combates pela História* .IN: MOTA, C.G.. (ORG.) *Febvre, História*, p. 105-6 . Mais tarde, na década de 1960, ao fazer a crítica do "realismo" e da objetividade implícitos na concepção positivista da ciência e da história Lefort comentaria: "É em virtude de uma mesma ilusão que esperamos tudo dos fatos ou tudo da teoria. A bem dizer, a ilusão começa quando imaginamos que de um lado há os fatos e de outro a teoria e quando dissimulamos a posição em razão da qual esta divisão aparece.(...) Julgamos, por exemplo - e em certo sentido com justa razão -, que a história se processa antes que o historiador faça dela seu objeto. acreditamos poder afirmar, em consequência, que fatos se produzem em data e lugar determinados e são o que são enquanto esperam vir a ser conhecidos; e ainda, que se transformam de fatos "reais" em fatos de conhecimento quando a ele se reporta um observador que se tornou capaz de apreendê-los sem nada projetar na sua superfície das paixões que o habitam. Tal é a convicção *realista*(...) O conhecimento encontra seu modelo na observação exata; esta observação encontra sua garantia de direito na convicção segundo a qual aquilo que foi possuía em si sua identidade(...)Apreendido como *alguma coisa dada a saber* o acontecimento pede apenas para ser identificado". LEFORT, C.- *Ob. Cit.*, p. 256-258.

Escrevendo para o debate político que se travava na Inglaterra a propósito da abolição do tráfico e da escravidão nas colônias inglesas, e comprometido com o African Institute – associação que reuniu abolicionistas ingleses moderados – Koster empenhou-se em demonstrar a viabilidade de um processo pacífico de superação destas práticas em todas as colônias da América. Entendeu que o comércio de cativos e a escravidão no mundo colonial - assim como na Roma imperial - eram uma “*moléstia*” moral, política e econômica e causa da decadência dos impérios. Eram “*monopólios*” que alicerçavam o “*feudalismo*” e o *Antigo Regime* e toda a *barbárie* que ele congregava : a violência, o despotismo, a reclusão, a ignorância, a negação do trabalho livre e a miséria dos homens pobres. Assim, visualizou na aplicação das orientações liberais - a instauração da livre circulação de mercadorias, a extinção de impostos, e a abolição do tráfico – o caminho para a formação de uma camada média de proprietários que denominou *secondary people*. E, conciliando interesses e necessidades, contemporizou e propôs a *supressão gradual* da escravidão - um mal ainda necessário, mas que, exercido em formas mais “*humanas*” poderia viabilizar um caminho para o trabalho livre. Em Koster, portanto, a *revolução social* previa, de imediato, apenas a abolição do tráfico.

Noutro momento, entre 1846 e 1848, compromissada com a reconquista do poder político provincial para o Partido Conservador, a equipe de redatores da revista **O Progresso** mencionou “*os latifúndia*” e a “*servidão*” dos dependentes, omitindo a escravidão. Utilizando o argumento noutra circunstância – quando o Império enfrentava os efeitos do Bill Aberdeen; a expansão dos negócios exigia o desbloqueamento dos direitos inscritos na posse da terra, embora a lavoura da cana e a produção de açúcar não pudessem prescindir do tráfico ilegal e do trabalho escravo – condenaria os fundamentos do “*feudalismo*” e batalharia pela supressão dos *monopólios* que ele congregava sobre o comércio, a terra e sobre os homens livres e, também, pela remodelação da monarquia constitucional. Dessa maneira, criou um discurso que se concebia, ao mesmo tempo, ciência e política, conciliando as proposições de Francis Bacon e Adam Smith, com Montesquieu e os utópicos Saint Simon e Fourier para justificar um projeto de reforma “*pacífica*” da política imperial. Nele a Revista responsabilizou os *latifúndia* pelos obstáculos ao exercício de uma monarquia constitucional efetiva, quer porque eles fundamentavam o poder despótico de uma “*feudalidade territorial*”, quer porque eram o obstáculo maior para a formação de uma “*classe média*”, avalizadora desta forma de governo, na província de Pernambuco e no Império. Ainda sugeriu, para viabilizar a emergência desta classe, a criação de uma lei agrária, ou um imposto territorial, meio eficiente para fragmentar os *latifúndia* e instituir a pequena propriedade. Portanto,

nesta circunstância, a *revolução social* se restringia à desmontagem da grande propriedade territorial.

Por sua vez, no final do século, Joaquim Nabuco, escrevendo para a política, construiria a versão mais difundida para o argumento n' **O Abolicionismo**, texto de 1883, e nas **Conferências** e comícios proferidos durante a campanha eleitoral de 1884. Nela a escravidão tornar-se-ia um "crime" sendo necessário, portanto, extirpá-la o mais rápido possível. Inspirando-se na atuação de Gladstone na questão irlandesa e nas colocações veiculadas pela política abolicionista inglesa em vários momentos de sua trajetória e difundidas pela Anti-Slavery Society, Nabuco idealizou um projeto de abolição da escravidão no Império, ponto de partida para uma grande *reforma* que possibilitaria a retomada do "*verdadeiro liberalismo*" e a "*regeneração pacífica*" da sociedade, dos partidos e da monarquia. Sem abalos, já que efetivada através de duas leis a serem promulgadas pelo Parlamento - a primeira concederia liberdade imediata aos escravos, sem indenização; e a segunda, uma lei agrária, criaria um imposto territorial que dismantelaria os *latifúndia*. - esta reforma pacífica aniquilaria a "*feudalidade territorial*" que escravizava "*a nação*", e viabilizaria a formação de uma "*classe média*" no Império, sustentadora de uma verdadeira monarquia constitucional. Dessa forma, recuperando as explicações de Koster e d'**O Progresso**, re(formulou) o argumento agigantando a imagem da escravidão e incompatibilizando-a por completo com o liberalismo e o progresso. Assim, transformou-a num imenso "*monopólio*" que imperava sobre o trabalho, a terra, os homens livres, o comércio, a indústria, o Estado, os partidos, expressão do "*Antigo Regime*" e da "*barbárie*" que dominavam o Brasil há 300 anos. Para ele, naquele momento, a *revolução social* cobrava o extermínio imediato e pacífico da escravidão.

Mais tarde, em 1896, n' **Um Estadista**, exercitando plenamente a política como ciência e arte, Nabuco instrumentalizaria, separadamente, todas as configurações anteriores do argumento. Então, ao tratar da abolição do tráfico e do encaminhamento da questão servil o lembraria na forma demonstrada por Koster e por **O Abolicionismo**. Entretanto, no tratamento do 7 de Abril e da Revolução Praieira retomaria a versão d'**O Progresso**. Responsabilizou os *latifúndia* e o *feudalismo* vigente no Império como um todo e em Pernambuco especialmente, e suas consequências pelo desvirtuamento do regime monárquico e pela desastrosa experiência das revoluções "*republicanas*" ocorridas no Brasil regencial e, mais particularmente, na "*Revolta Praieira*".

Neste capítulo, vamos abordar as várias configurações deste argumento para demonstrar seu sentido retórico, suas contradições, sua plasticidade e movimento. Elas testemunham momentos de uma história, e evidenciam um percurso para as relações entre liberalismo e escravidão, no qual se pode perceber que a incompatibilidade absoluta entre estes termos foi uma construção gradativa e adaptada às circunstâncias históricas. Pretende-se, também, reconhecer os traços sempre partilhados por estas configurações: o espelhamento na experiência modelar da monarquia inglesa; a instrumentalização das imagens da Roma republicana e imperial, e do feudalismo europeu para demonstrar os sinais de descompasso com o progresso; a proposição de uma “*classe média*”; a conciliação entre tradição e progresso; entre ciência e política; a defesa do “*laissez-faire*” e de reformas desmobilizadoras de outras revoluções.

“*Antigo Regime, Feudalismo, Escravidão*”: a reforma pacífica de Henry Koster

A 7 dezembro de 1809 chegava pela primeira vez a Pernambuco o inglês Henry Koster, aparentemente apenas em busca de um clima mais ameno “*se defendendo da tuberculose*”⁶. Porém, munido de inúmeras cartas de apresentação endereçadas a compatriotas seus, a maioria deles comerciantes já solidamente assentados na província, rapidamente adentrou setores da sociedade do Recife, particularmente famílias de funcionários públicos, senhores de engenho e negociantes. Em seguida, sempre pela intermediação de ingleses⁷, aproximou-se de autoridades portuguesas simpáticas ao estreitamento de relações com a Grã-Bretanha – especialmente dos governadores e capitães mores, inclusive do Governador de Pernambuco, Caetano Pinto Miranda Montenegro⁸ -

⁶ Luiz da Câmara Cascudo relata em seu *Prefácio* que Koster viera viver em Pernambuco “se defendendo da tuberculose”. Comenta também que, possivelmente, era filho de negociantes ingleses estabelecidos em Portugal, país onde nasceu, mas que teria deixado ainda jovem para estabelecer-se na Inglaterra. KOSTER, H. -**Viagens ao Nordeste do Brasil**. (Travels in Brazil). 2^a ed, Trad. E Prefácio de Luiz da Câmara Cascudo. Recife, Secretaria da Educação e Cultura, 1942, p. II. A primeira edição brasileira da obra de Koster foi publicada pela **Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano** desde o n. 51 (1898) até o 147-150, volume relativo a 1931, e não foi reunida em livro.

⁷ “Há muitos negociantes ingleses estabelecidos no Recife e mesmo aí reside um cônsul mas, na época da minha partida, não havia Capela Protestante nem clérigos, nem mesmo um Cemitério para nossos compatriotas”. KOSTER, H. **Ob. Cit.** p. 488. Embora em número muito mais restrito, havia negociantes ingleses também no Ceará e Maranhão, com os quais Koster também manteve contato. Carlos Guilherme Mota nos informa que, em março de 1817, havia cinco navios ingleses estacionados no porto do Recife e que o nome do cônsul inglês era John Lempriere. MOTA, C. G. - **Nordeste, 1817. Estruturas e Argumentos**. S. Paulo, EDUSP/Perspectiva, 1972, p. 39.

⁸ Referenciando a figura desta autoridade, Koster atribui à sua administração parte da prosperidade da capitania. Comentou: “Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que governa a

que lhe forneceram salvo-condutos para se locomover na região e, algumas vezes, até o acompanharam nos caminhos que ligavam o Recife a outros núcleos litorâneos, aproveitando a ocasião de viagens de inspeção de tropas sediadas no interior. Depois de percorrer as principais vilas da zona da Mata, Koster aventurou-se a explorar sozinho - acompanhado apenas por guias nativos e seu criado inglês, em viagem de ida e volta cheia de dificuldades por ter sido realizada num período de seca - o caminho das fazendas de gado do sertão no interior do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco. Além disso, visitou o porto de S. Luís no Maranhão antes de seu primeiro retorno à Inglaterra em abril de 1811.

Em dezembro do mesmo ano (1811), estava de volta para uma estadia mais longa que duraria até o início de 1815. Neste período, desenvolveu uma experiência ainda mais envolvente com a sociedade pernambucana pois ela o familiarizou com o universo da produção e dos negócios e o aproximou das lideranças políticas da Província, tanto dos representantes da administração colonial, quanto das oposições que organizariam, pouco tempo depois, a Revolução de 1817⁹. Alugou e administrou um engenho em Jaguaribe, e, mais tarde, em 1813, tornou-se lavrador do engenho Itamaracá.

Destas duas estadias resultou um relato de viagem condensado na obra *Travels in Brazil*¹⁰, publicada em 1816. O texto foi dividido em duas partes: um *Diário* e *Reflexões* sobre a sociedade das Capitanias do Norte. O *Diário* relata as duas passagens do autor pela região, reunindo anotações de Koster complementadas por uma pesquisa feita na biblioteca do historiador Robert Southey,¹¹ e devidamente organizadas em capítulos. A segunda parte da obra (as *Reflexões*) é

provincia nesses últimos dez anos com firmeza sistemática e prudência uniforme". KOSTER, H.- Ob. Cit. p.32.

⁹ Em especial, dos Padres Pedro de Souza Tenório, vigário de Itamaracá; João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, professor do Seminário de Olinda, do Cel. André de Albuquerque Maranhão, do Governador do R. Grande do Norte, do Cel. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, do idoso diretor do Jardim Botânico Dr. Arruda Câmara, dos comerciantes Domingos José Martins, e José Carlos Mayrink. *Idem, ibidem*, p. Ver também MOTA, Carlos Guilherme - Ob. Cit. p.39, 59.

¹⁰ KOSTER, Henry - *Travels in Brazil*. London, Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown 1816. Todas as atividades, sucessos, dificuldades e impressões vividas na primeira estadia foram registradas nos primeiros nove capítulos da obra. As informações sobre a segunda estadia abrangem cinco capítulos (do décimo ao décimo quinto). O livro foi dedicado a Robert Southey, amigo pessoal de Koster.

¹¹ As relações entre Koster e Southey eram bastante estreitas: ambos tinham liames com Portugal e se interessaram pela história e desempenho do império português; tinham ligações com abolicionistas moderados do African Institution; e desenvolviam um trabalho intelectual e político que frutificou no mesmo período. Enquanto Koster atuava no Brasil e produzia seu relato de viagem, Southey preparava e publicava sua *História do Brasil*, da qual o primeiro volume saiu em 1810, o segundo em 1817 e o terceiro em 1819. DIAS, M. Odila da S. - *O fardo do homem branco. Southey, historiador do Brasil*. S. Paulo, Ed. Nacional, 1974. p. 21

constituída por seis capítulos e um *Apêndice*. Neles Koster apresenta comentários sobre a agricultura e o comércio, a sociedade, a escravidão e uma avaliação de questões que emergiram com a vigência dos Tratados de Amizade, Aliança e Comércio assinados a 19 de fevereiro de 1810 entre as Coroas da Grã-Bretanha e Portugal. O *Apêndice* inclui dois estudos sobre plantas da região escritos pelo Dr. Manuel Arruda Câmara, os quais foram resumidos e traduzidos para o inglês por Koster.¹²

O sucesso do texto na Europa e nos Estados Unidos pode ser percebido pelo número de edições que se seguiram: duas inglesas (1816 e 1817), duas francesas (1818 e 1846), duas alemãs (1817 e 1831) e uma americana (1817). Tal interesse suscita uma indagação: quais razões poderiam estar na origem do sucesso da obra e, principalmente, das visitas de Koster a Pernambuco?

A curiosidade dos europeus sobre o Brasil e a América do Sul em geral pode parecer, hoje, o motivo mais imediato, pois o momento da confecção do livro (1810-1815), assim como sua própria existência, testemunham a abertura da Colônia portuguesa a estrangeiros. Além disso, poderia atender a outros objetivos práticos. A descrição minuciosa que acentuou as peculiaridades da terra e de seus habitantes, poderia agradar aos políticos, estudiosos e aficcionados dos relatos de viagens, um gênero de literatura e de saber que vinha se ampliando desde meados do XVIII¹³. Por outro lado, as também detalhadas informações sobre as potencialidades econômicas e naturais da região, assim como as dificuldades que se antepunham aos estrangeiros que se estabeleciam ou, simplesmente percorriam o país, acabavam por se constituir num precioso manual para os comerciantes que tinham em perspectiva investir no Brasil, agora mais acessível devido ao sedimento da Corte portuguesa em seu território, e as facilidades proporcionadas pelos Tratados de Comércio que haviam rompido algumas restrições antes impostas pelo sistema colonial.

¹² Informa-nos o tradutor que o Dr. Manuel Arruda Câmara foi médico, botânico, entomologista, filósofo e naturalista nascido em Pernambuco. Estudou em Coimbra e na França, onde tomou contato com os projetos da ilustração francesa e inglesa. Foi amigo dos pernambucanos que fizeram a Revolução de 1817. Koster o conheceu quando de sua passagem por Goiana. Os mencionados estudos de Câmara foram publicados em 1910 pela Imprensa Régia no Rio de Janeiro. KOSTER, H. - *Ob.Cit.* p. 91-92; 591.

¹³ BOURGET, Marie Noelle - "Voyage, statistique, histoire naturelle: l'inventaire du monde au siècle des Lumières". Curso proferido no Depto. de História - UNICAMP - set. 1993, que destacou o amplo interesse dos reinos europeus, em especial da França napoleônica, no conhecimento, e domínio, de outras regiões e continentes e das mediações entre viagens, conhecimento e política no final do XVII e início do XIX. Da mesma autora ver "L'esploratore" IN: VOVELLE, M. (dir.) - *L'Uomo dell'Illuminismo*. Bari, Ed. Laterza, 1992. p. 283-352.

Mas, estas razões não esgotam, certamente, o sentido específico do texto. Para além do interesse literário e empresarial, a obra de Koster, ao divulgar uma determinada imagem sobre o trabalho escravo no Brasil e ao defender proposições abolicionistas específicas – aquelas que apontam para uma supressão imediata do tráfico e gradual da escravidão – denota um indisfarçável carácter político. Nesse sentido, oferece uma avaliação positiva dos Tratados firmados entre a Inglaterra e Portugal, assim como das possibilidades e vantagens de uma possível abolição do tráfico de escravos para o Brasil. Descreve com ênfase e detalhes, uma dada experiência “*mais branda*” da escravidão – quando comparada às outras regiões da América – praticada na colônia portuguesa, aquela que em inúmeras circunstâncias respeitava a humanidade do cativo e possibilitava aos escravos o acesso à alforria. Apresenta, também, uma cuidadosa análise dos efeitos danosos do “*Antigo Regime*” (*o feudalismo e a escravidão*) – responsáveis pela constituição de uma sociedade “*semi-civilizada e feudal*” – para justificar um projeto de “*reforma pacífica*” do pacto colonial que se propunha, por um lado, aliviar sem revoluções, as tensões políticas então existentes entre colonos e portugueses, e por outro, encontrar um caminho alternativo para uma transição gradual entre a escravidão e o trabalho livre.¹⁴

O Antigo Regime” no Brasil: feudalismo, escravidão e sistema colonial.

¹⁴ A proposta de Koster vinha integrar um debate. A reformulação do pacto colonial era um dos temas políticos mais discutidos na Europa desde a independência americana, e no caso do Brasil, ganhou fôlego com a instalação da Corte no Rio de Janeiro. Muitas estudos vinham sendo realizados e memórias produzidas em Portugal e no Brasil – seguindo os parâmetros do “*reformismo ilustrado*” – desde a fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779), com a preocupação de mapear e divulgar os recursos da maior colônia americana e reformar seu estatuto político. Exemplos clássicos destes projetos, são os textos e obras de Luís dos Santos Vilhena; do bispo Azeredo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda; de D. Rodrigo de Sousa Coutinho; José Bonifácio de Andrada e Silva, João Severiano Maciel da Costa; dentre outros. Foi neste contexto, inclusive, que ganharam forma, sucessivos projetos de criação de um “*poderoso império luso-brasileiro*”. O mais importante deles foi articulado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e um grupo de intelectuais anglófilos e defensores do *laissez-faire* – dentre eles Hipólito da Costa e José da Silva Lisboa – inspirado na idéia de um império colonial informal, já visualizado por Adam Smith no clássico *A Riqueza das Nações*. Portanto, a presença do Koster em Pernambuco sinaliza também na direção de liames com esta proposta de Souza Coutinho. Sobre o plano de um “*poderoso império luso brasileiro*” de Souza Coutinho ver: LYRA, Maria de Lourdes Viana – *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política – 1798-1822*. R. de Janeiro, Sete Letras, 1994. COSTA, J. Severiano Maciel et alii – *Memórias sobre a Escravidão*. Intr. De Graça Salgado. R. de Janeiro, Arquivo Nacional/Fundação Petrônio Porteira/Ministério da Justiça, 1988; FALCON, Francisco J.C. – *A época pombalina e a monarquia ilustrada*. S. Paulo, Ática, 1982; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (177-1808)*. S. Paulo, HUCITEC, 1979. DIAS, Maria Odila Leite da Silva – “A interiorização da Metrópole”. IN: MOTA, C.G. (org.)- *1822: Dimensões*. S. Paulo, Perspectiva, 1972.

"...o Capitão-mor deixava raramente seu engenho para ir ao Recife ou Paraíba vivendo, como os outros de sua classe no Brasil, num estado de vida feudal. Derredor dele havia vários outros rapazes que o serviam mas, nem sua mulher nem qualquer das filhas apareceu...O dono da casa vestia camisa, ceroulas e um longo roupão chamado "chambre". É a indumentária típica de pessoas que nada têm o que fazer. Quando um brasileiro começa a usar um desses "chambres", têm-no logo na conta de importante e lhe dedicam(..) muito respeito."¹⁵

As considerações de Koster sobre a sociedade aparecem ao longo de todo seu texto, porém de formas diferenciadas. No *Diário* emergem esparsas e relacionadas a episódios vividos. É na segunda parte que o autor constrói capítulos sínteses, nos quais organiza as proposições gerais que, na verdade, ordenaram toda a narrativa. Nestes capítulos, dentre outros assuntos, trata da "População Livre, da Escravidão e da Impolítica do tráfico de escravos" e do "Tratado de Amizade e Aliança; de Comércio e Navegação entre Portugal e Grã-Bretanha" de 19.2.1810. Descrevendo a sociedade segundo critérios políticos e raciais, submeteu-a a classificações: primeiramente livres e escravos; depois, brancos (europeus e brasileiros), mulatos, negros creolos, mamelucos, mestiços, ciganos e estrangeiros. Os escravos, por sua vez, são separados em africanos e creolos.¹⁶

Sua preocupação inicial é demonstrar a ampla miscigenação entre brancos, negros e índios como *especificidade* da sociedade do Brasil quando comparada a outras colônias onde se constituíram "castas", particularmente as espanholas, francesas e inglesas da América.¹⁷ A existência da miscigenação, todavia, não era sinônimo de relações igualitárias pois, a despeito da mestiçagem, e de uma certa "consciência de igualdade" obtida "pela brandura das leis" que haviam permitido que "as classes mestiças ganhassem considerável terreno", os brancos preservaram privilégios, sendo a raça favorecida na legislação, administração e sacerdócio. Isto porque a miscigenação não se fundamentava em princípios éticos ou religiosos mas, na escassez de colonizadores portugueses brancos, (muitos para aqui impelidos pelo crime, não pelo trabalho), sobretudo de mulheres, e na escravidão, uma "moléstia", um sistema "radicalmente mau", bárbaro, perverso e irracional, sancionador do abuso, da degradação, da miséria e do infortúnio:

¹⁵ KOSTER, H.- *Ob.Cit.* p. 295-296; 98.

¹⁶ *Idem, ibidem*, Capítulos XVIII e XIX, *passim*.

¹⁷ "Nos domínios portugueses sul americanos, as circunstâncias não admitem essa divisão de castas nem essas tão degradadoras e mortificantes distinções, que são existentes em todas as outras nações na administração de suas colônias". *Idem, ibidem*, p. 473-475.

*"Que os escravos tenham geralmente dedicação pelos seus senhores não devemos esperar. E por que teriam eles? O contato entre estas duas espécies humanas não é uma conexão de amor e harmonia, de bondade que produz o reconhecimento e o respeito. É um intercâmbio de ódio e discórdia, de aflição e de desconfiança ininterrupta. É um comércio onde o mal é tamanho que se existe sentimento entre os que têm de um lado todos os benefícios e de outro, todas as amarguras, essa virtude provirá da natureza pessoal e não da organização da escravaria. (...) O trabalho dos escravos nessas regiões do Brasil, é muito mais favorável que o das Antilhas. Mas são escravos, e essa palavra inclui a grande miséria, a grande degradação e o grande infortúnio."*¹⁸

Na prática da escravidão se originavam os traços definidores de uma sociedade "semicivilizada e feudal". Suas características essenciais eram o despotismo dos proprietários de terras e escravos; a reclusão, a violência, a ignorância, a ociosidade, a desvalorização do trabalho e a impunidade. O despotismo poderia ser reconhecido em vários comportamentos: no domínio sobre vastas áreas de terra, homens livres pobres e escravos; no poder militar; na afronta ou desconhecimento da lei; na autonomia pessoal dos proprietários e no exercício pleno das vontades e vícios. A vivência de todo este poder era possível, em parte, pela existência de verdadeiros exércitos particulares de homens livres a serviço dos senhores de terras e, em parte, pelo isolamento das fazendas e engenhos, o qual proporcionava plena liberdade de ação para seus proprietários.¹⁹ Despotismo e reclusão engendravam e perpetuavam a violência e a ignorância, entendidas como repúdio aos estrangeiros, desregramento, autoritarismo, desconhecimento de hábitos e costumes civilizados: ausência de tipografias e mercados de livros; de boas maneiras, de vestimentas modernas, de cultura e de novas práticas agrícolas. E, por fim, a corrupção moral devido à indisciplina das paixões e à ociosidade, expressas na indolência dos proprietários e funcionários públicos; no excesso de burocratas e membros do clero e na impunidade de senhores e de escravos:

"Imaginava a vida estranha que levava e a semelhança com a época feudal na Europa aparecia-me, e não a deixava de comparar com o estado atual do interior brasileiro. O grande poder do agricultor não somente nos seus escravos mas sua autoridade sobre as pessoas livres das

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 527.

¹⁹ Koster identifica vários exemplos desses senhores em Pernambuco, alguns capitães-mores, outros proprietários comuns, geralmente imigrantes portugueses. Todavia, considera que os mais poderosos senhores do Brasil estavam concentrados na Bahia. Eles dominavam as maiores propriedades, tinham grandes plantéis de escravos e eram os grandes defensores do tráfico. Também ali aconteciam as maiores revoltas de escravos: "É na Bahia, onde os mercadores de escravos e os plantadores se mostram mais violentamente favoráveis ao tráfico. É nesta cidade [Salvador] onde se faz o maior intercâmbio com a costa da África. A província da Bahia possui grandes propriedades, tendo duzentos, trezentos e quatrocentos escravos. Os donos desses domínios são, logicamente, ricos e têm poder sobre a população livre, vivendo essa sob sua completa dependência (...) Pernambuco nunca experimentou sérias revoltas entre a escravaria, mas na Bahia, teve vários desses movimentos. Creio que a Bahia conta uma menor população livre que Pernambuco na proporção com o número de escravos(...)". *Idem, ibidem*, p. 524, 508.

*classes pobres, o respeito que esses barões exigiam dos moradores de suas terras, a assistência que recebiam dos rendeiros em caso de insulto da parte de um vizinho igual, a dependência dos camponeses... Num país atacado pela terrível moléstia da escravidão, a crueldade é freqüente, e conquanto a punição das culpas cometidas contra o senhor seja geral e imediata e proporcionada ao nível dos interesses do superior, é difícil conseguir-se o castigo dos grandes crimes contra a coletividade. É do interesse dos amos ocultar às autoridades superiores as ações de seus escravos que possa fazê-los perder seus serviços. Há exemplos em que a própria lei é desviada da retidão da justiça afim de não sofrer o ano a execução ou desterro do escravo. Guarda silêncio no que concerne aos vizinhos de sua propriedade esperando que pratiquem o mesmo a seu respeito quando necessário.*²⁰

O segmento social exemplar na identificação da “semi-civilização e do feudalismo”, e vítima da escravidão, foi identificado nas mulheres do Brasil, uma vez que elas estavam sujeitas ao confinamento doméstico e à ignorância, exteriorizada na “desumanidade” no trato com os escravos, na reserva com estranhos, no despreparo para comportar-se em público, na inadequação das vestimentas (ou no exagero nas sedas, cetins e jóias, ou na extrema rusticidade) e, sobretudo, na incapacidade de sustentar uma conversação gentil. Koster chegou a esta conclusão a partir de inúmeras situações presenciadas ao longo de sua permanência, nas quais pode observar a presença feminina nas cerimônias religiosas (na Semana Santa, na Páscoa, no Natal, nas festas de santos padroeiros, nos batizados e casamentos); nas ruas do Recife e outras vilas do litoral e do interior; no ambiente doméstico (nas visitas e festas) urbano ou na vida cotidiana dos engenhos, especialmente quando seus proprietários eram portugueses de origem. Esta forma de reclusão foi notada também entre as mulheres dos pequenos proprietários do interior, vaqueiros e rendeiros e moradores dos engenhos. Juntamente com a escravidão, o isolamento imposto às mulheres proprietárias é considerado como o principal motivo de sua ignorância:

*“...Sempre ouvi dizer, e não posso deixar de aceitar, e reparo como exato na região do país de que estou tratando, que as mulheres são comumente menos humanas...mas este fato procede, indubitavelmente, do estado de ignorância no qual elas vivem. Recebem escassamente educação e não têm a vantagem de poder obter instrução pela comunicabilidade das pessoas estranhas ao seu ambiente nem adquirem novas idéias na conversação geral. Nasceram, criaram-se e continuam cercadas de escravos, sem receber a menor contradição, tendo noções exageradas de autoridade sem que percebam o que há de erro em suas ações. Levei essas mulheres para diante, educando-as; ensinaí-lhes o que é racional, e serão iguais e em nada inferiores aos seus patrícios. Mal a criança sai do berço e lhe dão um escravo de sua idade e sexo para companheiro, ou melhor, para brinquedo. Crescem juntos, e o escravo é o objeto onde o jovem amo desabafa suas vontades...Sobre os rapazes o efeito é pouco visível na idade viril, porque o mundo os contém e reprime, mas as moças que não deixam o lar, e às vezes não há oportunidade de abandonar estes hábitos perniciosos.”*²¹

²⁰ Idem, ibidem, p. 295-96; 546.

²¹ Idem, ibidem, p. 478; sobre a reclusão feminina p. 36, 59, 83.

Além da escravidão, Koster destaca outras práticas do “*Antigo Regime*” responsáveis pelos problemas - especialmente a opressão e a sangria de recursos dos colonos - que inviabilizavam uma vida “civilizada”, dentre elas a persistência de um sistema extorsivo de arrecadação de impostos, um quadro exagerado e ineficiente de funcionários, e as obsoletas formas de recrutamento militar.

“O número de funcionários civis e militares é enorme; inúmeros inspetores sem objeto a inspecionar; um sem fim de coronéis sem regimentos para comandar, juízes para dirigir cada ramo da administração, por menor que seja, serviços que podem ser feitos por duas ou três pessoas. Os vencimentos aumentaram, o povo está oprimido e o Estado não colhe benefício algum.(...) Os impostos, pela maneira como foram estabelecidos, pesam sobre as classes baixas e não alcançam quem os poderia suportar desafogadamente...(.) Paga-se em Pernambuco um imposto para a iluminação das ruas do Rio de Janeiro, quando essas do Recife ficam em total escuridão.(...)”

Todas as taxas são negociadas ao melhor preço. Divididas em distritos extensos, são contratadas a preço razoável mas os proprietários adquirem essas taxas em menores porções, que ainda são retalhadas para outras pessoas e, como há sempre ganho em cada transferência, o povo deve ser, necessariamente, explorado (...) Não obstante as despesas do governo provincial serem avultadas e absorverem considerável parte da receita, pela razão do alto número de funcionários empregados em todos os departamentos, os ordenados são, sob vários aspectos, muito baixos para que possam garantir uma subsistência confortável. Consequentemente, o peculato, a corrupção e outros crimes decorrentes, são freqüentes e escapam à punição quase sempre, sendo apenas notados.(...)”

A grande repugnância geralmente sentida contra o serviço militar é explicada pela escassez do soldo e pelos maus fardamentos usados, e ainda o fato do trabalho incessante afastar a possibilidade de uma outra profissão ou se ocupar de um encargo que não esteja ligado à vida de soldado”.²²

De sua convivência com muitos proprietários “ilustrados” da Província, dentre os quais destaca os padres²³, Koster apreendeu bem as insatisfações dos “brasileiros” - sobretudo em relação aos “europeus” signatários da administração portuguesa, cuja conduta era “despida de generosidade e de liberalidade” e olhavam os nativos “desprezivelmente” - que fundamentariam, pouco depois, a revolução republicana de 1817. Embora expresse muito discretamente esta insatisfação no texto publicado em 1816, não deixa de insinuá-la como justificativa para um projeto

²² *Idem, ibidem*, p. 64,65,391.

²³ Referindo-se a um encontro com o padre Pedro de Souza Tenório, vigário de Itamaracá, de quem tornou-se amigo e assíduo freqüentador comenta: “Procurei-o e encontrei um grande grupo ao qual fui apresentado e que era constituído por muitos padres, que são os homens mais instruídos da região, e das pessoas ilustres da ilha.(...) Jamais estive em jantar tão agradável e a conversação era equilibrada e jovial, nada confusa nem barulhenta(...) Passava eu uma parte do dia com o vigário e seus amigos. A conversação não diminuía e eu pensava que a superioridade dessas pessoas às quais me reunira estava longe de ser calculada pelos meus amigos na Inglaterra como existentes nas residências campestres do Brasil”. *Idem, ibidem* p. 344-346.

de reformas que, evidentemente, não coincidia exatamente com as restrições e proposições dos futuros rebelados, em especial com o recurso à violência, com o regime republicano, com o separatismo político e com a manutenção da escravidão.²⁴

Um projeto de reeducação da sociedade.

*"...a negligência do Antigo Regime sob o qual o Brasil fora administrado aparece, freqüentemente, por toda parte. A vinda do soberano para esse país animou bastante as pessoas que, há tempos, estavam com os hábitos de indolência, e desenvolveu a atividade de outros que esperavam o movimento de despertar(..). O espírito, longamente contido sob a severa sujeição dos antigos governos coloniais e seus regulamentos, tem atualmente a oportunidade para expandir-se, e provou que saindo de longos sofrimentos e os suportando com resignação existe, e se, doravante, não forem tratados como homens que deixaram a infância, reagirão rompendo os ferros aos quais se tinham submetido. Espero, sinceramente, que o supremo governo veja a necessidade de reformas e que o povo não espere demasiado, considerando porém que são preferíveis as privações a uma geração de sangue, confusão e miséria. A livre comunicação com outras nações tem sido útil ao país e os benefícios auferidos vão aumentar".*²⁵

Ao mesmo tempo que diagnosticou os "hábitos perniciosos" da sociedade do "Antigo Regime", responsáveis pelo autoritarismo, impunidade, repressão e indolência, assim como o desejo de mudança dos proprietários do Brasil, Koster delineou, também, uma prática pedagógica reformista e reeducadora *pacífica* desta sociedade, visando "*afastar a devastação revolucionária e os infortúnios produzidos pelas convulsões políticas*"²⁶. Para ele, dada sua condição tão selvagem e vigorosa quanto a natureza que a circundava, a educação tornava-se essencialmente necessária na superação dos vícios de origem:

²⁴ A propósito dos objetivos, estratégias e limites dos revolucionários de 1817 com relação ao tema da escravidão ver MOTA, C.G. – *Ob. Cit.*, especialmente p.142 e ss.

²⁵ KOSTER, H. – *Ob. Cit.* p. 72.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 559-565. Koster não chega a pontuar especificamente, quais "convulsões" mas, o momento oferecia inúmeros significados para elas: as independências das colônias americanas, tanto algumas espanholas quanto os Estados Unidos; havia ainda os episódios da Revolução Francesa, as revoltas inglesas (tanto os "riots" da "plebe" quanto as manifestações "jacobinas" dos artesãos e da "classe média" inglesa) e, certamente, as ocorrências assustadoras recentemente vivenciadas na revolta escrava do Haiti, conforme demonstram: COSTA, Emília V. da – *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. S. Paulo, Cia das Letras, 1998; THOMPSON, E.P. – *A Formação da Classe Operária Inglesa; Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*; HOBBSBAWM, e. – *A Era das Revoluções*. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1977. ARENDT, H. – *Da Revolução*; RUDÉ, G. e HOBBSBAWM, E. – *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra no início do século XIX*. trad. Marco A. V. Pamplona e M. Luiza da S. Pinto. R. de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

*“Assim como a vegetação avança nesses climas, assim como certos animais atingem mais rapidamente sua maturidade que nos países menos temperados, assim a educação é duplamente necessária para levar às almas as novas idéias, reprimir as paixões inspirando o sentimento de honra, instigar a compaixão e uma espécie de orgulho que é tão indispensável para manter a linha moral na existência”*²⁷

Fundamentou-a em reformas políticas e administrativas graduais, necessárias inclusive para a segurança da monarquia como, por exemplo, uma *“taxação judiciosa e menos pesada, sobretudo para os artigos de primeira necessidade, como provisões de todo gênero”*; uma distribuição mais imparcial da justiça; a abolição de todos os monopólios e do sistema de arrendamento de impostos; e a diminuição do poder dos magistrados civis e militares da administração, *“pela existência dos quais as taxas ficam mais duras do que antigamente”*. Destaca duas medidas: a liberalização dos regulamentos coloniais e o estabelecimento da *“livre comunicação”* entre o mercado colonial e os fornecedores europeus, particularmente os ingleses; a superação do tráfico de escravos e a substituição do trabalho escravo pelo livre. A aplicação destes dispositivos poderia operar, sem abalos, *“preferíveis às privações e à uma geração de sangue, confusão e miséria”*, uma profunda transformação nos hábitos e costumes da população em geral, no comércio e na agricultura. A liberdade de relações comerciais com as outras nações estabelecida desde os Tratados de 1810, já colocara os agricultores brasileiros em contato com outras regiões agrícolas e suas práticas inovadoras de produção:

*“A agricultura no Brasil por muitos anos, não tinha recebido qualquer melhoramento, e não ser mui recentemente e, mesmo agora, é somente devagar e com muita dificuldade que as inovações são feitas.(...) A maioria dos plantadores do interior do país, e mesmo a maioria daqueles que se acham nas proximidades da costa e que moram exclusivamente em suas propriedades, estavam e ainda estão nestas condições. Eles continuam, ano após ano, com o mesmo sistema que seguiram seus pais, sem nenhum desejo de progresso, na verdade na ignorância de que poderiam fazer qualquer melhoramento. Porém, a liberdade de relações comerciais com as outras nações produziu aqui, como em tudo mais os seus efeitos, e os benefícios que surgiram dessa política vão aumentando rapidamente(...) entre homens que nem sequer ouviram falar que existiam outros agricultores além deles próprios; que ficaram admirados de saber que não era o Brasil o único país no qual se produzia açúcar, que não sabiam, até pouco tempo, que havia outra nação afóra deles; que imaginavam ser Portugal o senhor de tudo quanto havia a pena possuir-se no mundo.”*²⁸

A eficácia da abertura do mercado do Brasil às mercadorias e aos negociantes ingleses já fora registrada por Koster em 1810 quando de seu primeiro contato com a sociedade do Recife. A entrada em grande quantidade de produtos refinados e a convivência com os ingleses estabelecidos

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 478.

na cidade estimularam o comércio, retiraram as pessoas da dormência em que viviam e testemunhavam prosperidade e a existência de uma riqueza insuspeitada, até então paralisada pelas restrições do “Antigo Regime”:

“O compatriota a quem devo as atenções amáveis de fazer-me participar da aprazível sociedade de Pernambuco, é um dos primeiros ingleses a aproveitarem a livre comunicação entre a Inglaterra e o Brasil, observando já uma considerável mudança nas maneiras da classe alta do povo. A baixa dos preços de todos os artigos de tecidos, a facilidade de obter, a custo cômodo, louça de barro, cutelaria e linho de mesa, de fato foram efeitos que devem ter impressionado os brasileiros, assim como o aparecimento de um novo povo entre eles, a esperança de melhor situação para todos, o de ver o país tomar vulto reanimando em muitas pessoas as idéias que dormiam há tempos, desejando mostrar o que possuíam. O dinheiro apareceu para atender às novas exigências.”²⁹

Um ano depois, em dezembro de 1811, os resultados da pedagogia da “livre comunicação” haviam se ampliado e transpareciam desde os comportamentos (nos tecidos e modelos das roupas, na presença de senhoras nas ruas durante o dia) até na configuração urbana do Recife, onde as casas da cidade foram dotadas de vidros nas janelas e balcões de ferro, e as casas de campo, rodeadas de jardins, proliferavam. Modernizavam-se, ao mesmo tempo, famílias e moradias:

“Notei uma modificação considerável no aspecto do Recife e seus habitantes, embora minha ausência fosse de curta duração. Várias casas tinham sido reparadas e as rótulas sombrias e pesadas foram substituídas pelas janelas com vidros e balcões de ferro. Algumas famílias tinham chegado de Lisboa e três outras da Inglaterra. As senhoras das primeiras davam o exemplo, indo à missa à pé, em plena luz solar, e as damas inglesas tomaram por hábito passear todas as tardes por distração(...) As fazendas de seda e cetim foram logo vencidas pelas musselinas brancas e de cor e tecidos de algodão. Os homens que antigamente compareciam vestidos de preto, com fivelas de ouro e tricórnio, não faziam grande questão de substituí-los pelas calças de nanquim, meia botas e chapéus redondos. As cadeirinhas, em que as senhoras iam à Igreja ou pagar visitas de suas relações tinham forma mais elegante (...) Numerosas casas de campo haviam sido construídas. As terras próximas ao Recife subiam de preço(...) As residências eram edificadas tendo jardins próximos(...) A época dos melhoramentos chegara, e homens que tinham passado muitos anos sem pensar na menor transformação no interior e exterior de sua casa, estavam agora pintando e envidraçando fachadas, mobiliando o interior, modernizando eles mesmos suas famílias e suas moradias.”³⁰

Todavia, se a primeira prática reeducadora proposta por Koster se concretizava rapidamente a partir dos Tratados de 1810, a segunda proposição - a supressão do tráfico de escravos - demonstrava-se muito mais complexa e difícil de ser implementada devido a múltiplos obstáculos.

²⁸ Idem, ibidem, p. 422.

²⁹ Idem, ibidem, p. 60.

³⁰ Idem, ibidem, p. 257.

O governo do Brasil “administrava um numeroso grupo de senhores de escravos esparsos na vastidão do país, onde a autoridade do Soberano é necessariamente reconhecida com negligência”; assim, existia a possibilidade de resistência, a despeito do governo absoluto; e, principalmente, os proprietários brasileiros não estavam convencidos que a abolição do tráfico fosse uma medida de seu interesse, apesar de também haverem manifestações de apoio tanto no Brasil quanto em Portugal, a exemplo da obra de José da Silva Lisboa – “*Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais princípios da nova legislação do Brazil*”³¹ e do jornal português publicado em Londres, o **Correio Braziliense**, de Hipólito da Costa. Koster pressentia que poderia haver maior resistência na Bahia, onde havia grandes propriedades com 200 e até 400 escravos cujos senhores haviam enviado petições em linguagem arrogante ao Rio de Janeiro “protestando contra a abolição e contra as atitudes dos cruzeiros britânicos estacionados na costa da África, por terem prendido vários navios negreiros”. Por isso, aconselhou moderação no encaminhamento deste dispositivo:

“...é preciso cuidado para não ir muito longe porque haverá meios de compelir as principais províncias à obediência das leis no caso em que uma delas recuse sua fidelidade. Creio bem que o Governo esteja inclinado a seguir o exemplo da Europa, mas é preciso não ser precipitado. Seu povo deve ser preparado para essa transformação que, presentemente daria a impressão de ser prejudicial à própria prosperidade”.³²

Procurou identificar as razões das restrições dos senhores frente à supressão do tráfico. Estavam convencidos de que os africanos eram salvos da morte pelos mercadores de escravos, e se não fossem comprados pelos europeus, seriam assassinados pelos seus patricios. Havia ainda uma “ausência de crítica da classe eclesiástica” à escravidão e ao tráfico, pois os sacerdotes argumentavam que era uma vantagem para os africanos receber o batismo na Igreja Católica. Os senhores imaginavam que sem escravos suas propriedades se arrasariam, a agricultura e o comércio decairiam provocando a ruína do Brasil. Mas, ainda havia um motivo político: os brasileiros suspeitavam que a Grã-Bretanha procurava influir junto ao governo no sentido da abolição do tráfico porque suas colônias, superlotadas de trabalhadores livres, ficariam sem rivais caso se proibisse a entrada de escravos em outras regiões.³³

³¹ Koster inclui trecho de Silva Lisboa: “(...) a escravidão é o câncer terrível do organismo político que tende a impedir o desenvolvimento da raça branca”, pois, “africaniza o novo mundo”. *Idem*, *ibidem*, p. 540.

³² *Idem*, *ibidem*, p. 539.

³³ *Idem*, *ibidem*, p. 537.

Koster refutou as objeções dos senhores de escravos do Brasil, assegurando que motivações legais e humanitárias estavam na origem do empenho inglês na luta contra o tráfico. Tratava-se de uma causa que tinha o apoio de “homens honestos e perseverantes” a exemplo de Clarkson, Wilbeforce e de uma multidão de advogados.³⁴ Além disso, o receio de que a supressão do tráfico resultasse numa escassez de trabalhadores era infundado. Os efeitos desta supressão seriam muito tênues em Pernambuco porque a população livre do Brasil era superior à escrava e suficiente para preencher o “vácuo que se supõe criar com o fim da escravidão”:

*“Sua população livre é numerosa e o tempo parece ter chegado em que parte da comunidade assuma seu devido lugar na sociedade, a despeito das leis existentes (...) estou tão convencido que penso que a abolição do tráfico seria muito ligeiramente sentida em Pernambuco, desde que passasse o primeiro momento(...) Os ricos senhores de escravos comprariam imediatamente, para evitar concorrência, os africanos expostos à venda e essa operação determinaria a elevação de preços. Mas, o número de pessoas livres é perfeitamente bastante para preencher o vácuo que se suporia criado pela terminação desse elemento importado no seio da população”..*³⁵

Considerou que o tráfico e a escravidão eram “um grande desastre moral, possivelmente o maior do mundo, do qual a Inglaterra havia se libertado”³⁶ porém, era necessário “fazer com que outras nações também o proibissem”, pois eram práticas que impediam a concretização de uma sociedade ideal. Esta deveria estar fundada no trabalho livre, a única forma de trabalho que permitiria uma prosperidade geral:

*“O tráfico é impróprio relativamente ao Brasil pelo princípio de que o homem em estado de servidão não é tão útil à comunidade como aquele que age livremente cujos esforços são dedicados ao desenvolvimento de sua fortuna pelos meios regulares e esta se reúne à prosperidade geral da sociedade a cujo número pertence. Os homens livres trabalham vigorosamente alegres e os escravos indiferentes, lentos e silenciosos.”*³⁷

Tal sociedade ideal deveria comportar três categorias de homens livres: os ricos proprietários, os pobres e os colonos (*secondary people*). A escravidão impedia a estruturação destas classes porque substituíam um possível contrato livre entre os ricos proprietários e os homens livres pobres, e tolhia a prosperidade dos médios e pequenos proprietários que ficavam marginalizados, sem possibilidade de prosperar porque não encontravam trabalhadores livres dispostos ao trabalho:

³⁴ Idem, ibidem, p. 539.

³⁵ Idem, ibidem, p. 548, 543.

³⁶ Idem, ibidem, p. 537.

³⁷ Idem, ibidem, p. 541-542.

"(...) os pobres devem depender daqueles que são suficientemente ricos para lhes dar ocupações; mais, os últimos devem depender dos primeiros para a execução de seus projetos (...) Sob a organização atual, o trabalho de pessoas livres não é utilizado com vantagem. Seu tempo é mal empregado, trabalhando sozinhos, com grande dificuldade; fariam tudo facilmente, ocupadas juntas muitas pessoas"..³⁸

Alem disso, Koster, rememorando a tese de que a escravidão arruinara a Roma imperial - experiência que a razão e o progresso não poderiam deixar repetir - responsabiliza esta instituição pelo empobrecimento e marginalização de muitos homens livres, cujo trabalho passou a ser substituído por escravos. Em Roma, a escravidão teria levado à divisão da propriedade e *"ao hábito pernicioso da escravidão doméstica"* que haviam deixado *"as classes pobres de cidadãos livres sem meios de subsistência além da caridade pública"*³⁹. Em suma, a escravidão era sinônimo de desperdício: perdia-se o potencial de trabalho dos escravos porque trabalhavam com indiferença; dos homens livres pobres, dos possíveis colonos e também dos grandes investidores que não podiam contar com equipes disciplinadas de trabalhadores. A escravidão suscitava ociosidade e indisciplina, qualidades que só seriam desenvolvidas quando os homens livres fossem impelidos ao trabalho organizado, devidamente recompensado:

"A tendência geral produzida pela escravidão, examinada nos diversos pontos de vista, é despertar todas as más qualidades em quem administra e em quem é administrado. Por este sistema o governo permite a desmoralização do seu povo e que as propriedades dos vassalos sejam dirigidas de maneira mais desvantajosa. Grande número de indivíduos precisam ser tolerados, com utilidade bem limitada pela situação em que estão colocados. E outra classe da sociedade está privada de tomar sua justa posição no progresso geral do país(...)

Mas a organização do Brasil exclui as classes baixas do auxílio dos que lhes seriam dada pelo trabalho dos pobres. O agricultor humilde está sob a necessidade de plantar para a sua subsistência sem ter o capital indispensável para esse objetivo. Se a safra se perder ele fica inteiramente esgotado. Os esforços de numerosos indivíduos, cada um ocupado em limpar e cultivar, separadamente, trechos de terra, não podem realizar facilmente esta tarefa, nem com a perfeição que seria feita se todos trabalhassem unidos (...)

*Se um homem se persuade de que, para obter seu sustento depende de um esforço diário, é provável que não perca um só momento em que não adie para amanhã o que lhe beneficiará atualmente, e como sabe que o seu bem estar está ligado à regularidade de seu esforço, estará disposto a cumprir suas obrigações com pontualidade."*⁴⁰

³⁸ Idem, ibidem, p. 543-544.

³⁹ O comentário a respeito da escravidão romana é feito em nota e remete à obra "Essay on the military policy and institutions of the British Empire", de C.W. Pasley. Idem, ibidem, p. 548

⁴⁰ Idem, ibidem, p. 547, 543-544. Idem, ibidem, p. 548

Porém, considerando-se toda a narrativa de Koster - *O Diário e as Reflexões finais* - percebe-se que a imagem exposta sobre a sociedade em geral e a escravidão como instituição dotada de exclusiva negatividade, só têm efetiva ressonância em algumas cenas. Na verdade, quando tomado no seu conjunto, o texto do *“Travels in Brazil”* tem a contradição como seu traço mais característico, pois o autor também surpreende, na experiência pernambucana, iniciativas superadoras do *“Antigo Regime”*, tanto no comportamento dos proprietários quanto no dos homens livres e dos escravos. Nesse sentido, Koster registra atitudes de insatisfação com a administração portuguesa; a acolhida e divulgação das idéias e procedimentos liberais e o desejo de igualar-se à Europa e aos Estados Unidos; o empenho no exercício de novos métodos agrícolas; a existência de numeroso contingente de trabalhadores livres eficientes, especialmente, *“creolos”* e, sobretudo, duas práticas opostas da escravidão: uma negativa, porque, voltada para o lucro rápido, fundamentava-se na concepção de um escravo/máquina; outra, mais branda e humana, incentivadora das alforrias, e com elas, promotora da liberdade gradual, pacífica e responsável do escravo. A ambigüidade estampada no relato demonstra, conforme avaliou o próprio Koster, que a complexidade dos episódios vividos não poderiam caber numa “mesma regra”.

. “...não é possível julgar a sociedade por uma mesma regra”.

“Chegando em casa, meu amigo e eu, comentamos os episódios do dia, inteiramente passado com uma família brasileira...A conversação era frívola e interessante, com muita finura e graça...Pode ser observado...que não é possível julgar a sociedade por uma mesma regra. Famílias de igual posição, importância e riqueza, têm maneiras inteiramente diversas. O fato é que a sociedade sofreu uma transformação rápida. Não que o povo imitasse os hábitos europeus embora esses tivessem influência, mas à proporção que a prosperidade aumenta, maior luxo é exigido; quando a educação se aperfeiçoa, os divertimentos são mais polidos e altos e, alargando-se o espírito pelas leituras, muitos costumes tomam uma forma diversa. As mesmas pessoas vão mudando e já olham com ridículo e desgosto, em poucos anos, os hábitos que as haviam subjugado longamente.”⁴¹

O multifacetamento das situações descritas questiona a imagem exclusiva de despotismo, na forma como foi sistematizado por Koster: reclusão, ignorância, ociosidade e desperdício como traços dominadores da sociedade como um todo. A própria experiência do autor suscita nuançamentos. Introduzido inicialmente por outros comerciantes ingleses estabelecidos nas cercanias do Recife, depois por autoridades e senhores de engenho e, finalmente, acompanhado

⁴¹ KOSTER, H. - *Ob.Cit.*, p. 56.

apenas por guias indígenas e escravos, não houve maiores dificuldades para o inglês usufruir da hospitalidade das famílias brasileiras em qualquer das regiões por onde passou, fato que o levou a comentar: “Fui recebido no Ceará hospitaleiramente. O nome inglês era uma recomendação.”⁴²

Nos dias que se seguiram à sua chegada, Koster já pode partilhar das agitadas e descontraídas festas de final de ano entre as famílias ricas sediadas no Recife, as quais, neste período de verão, instalavam-se em suas casas de campo nos arredores da cidade -- Monteiro (onde também alugou uma casa temporariamente), Poço da Panela e Olinda. A descontração parece ter marcado a temporada:

*“Aqui as maneiras cerimoniais da cidade são esquecidas e as substituíam um ambiente cordial de liberdade. Nossas manhãs passam indo-se a cavalo ao Recife ou a outro lugar da vizinhança, ou ainda na conversação nas residências das famílias que conhecíamos. À hora da sesta ou à tarde, dança-se, faz-se música, joga-se prendas, janta-se com algum comerciante inglês, cujo reduzido número abandonou igualmente a cidade e reside aqui nas vizinhanças. Em várias casas portuguesas encontro mesas de jogo de baralho, ocupadas desde as nove horas da manhã. Quando uma pessoa se levanta, outra toma o lugar, e assim estão sempre repletas, exceto durante o calor do dia, quando cada um retorna ao seu lar ou, o que é menos freqüente, é convidado para ficar e tomar parte na refeição familiar”.*⁴³

Porém, as festas não se restringiam ao verão; estendiam-se a outros períodos do ano, nas comemorações familiares, ou mesmo em circunstâncias comuns. Dessa forma, Koster continuou a participar delas ao longo dos meses seguintes em residências cujos proprietários tinham atividades diversas -- senhores de engenho, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos -- e pode conhecer e relatar mais detalhes sobre o cotidiano das famílias ricas da região: “a convivência do cerimonial do século passado com a transbordante alegria de uma festa inglesa de nossos dias; as maneiras avisadas e gentis; o gosto pela dança; a conversação descerimoniosa e gentil”.⁴⁴ As festas religiosas, por sua vez, foram testemunhos de atividades públicas nas quais homens e mulheres, das mais variadas origens se mesclaram sem maiores restrições. O relato das comemorações da Semana Santa e da Páscoa de 1810 em Olinda, embora registre a separação entre homens e mulheres, nuança a imagem da estrita reclusão feminina:

“Toda a cidade estava em movimento. As mulheres todas, da alta e da baixa sociedade, enchiam as ruas pelas tardes, a pé, contrariamente ao uso local. Muitas estavam vestidas de sedas de várias cores e cobertas de correntes de ouro e outras bugigangas, e em geral expunham tudo

⁴² Idem, ibidem, p. 179.

⁴³ Idem, ibidem, p. p. 45.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 57-59.

que de mais fino tinham podido reunir...As mulheres ao entrar, sejam brancas ou de cor, ficam juntas a essa grade (do altar), sentando-se no chão, no grande espaço aberto no centro. Os homens, se postam de pé, em cada lado da nave, ou ficam perto da entrada, detrás das mulheres que, seja qual for sua posição de cor, devem ser as primeiras a serem acomodadas."⁴⁵

Mesmo as cenas que mais deram ensejo à exemplificação do isolamento e da ignorância, especialmente das mulheres, não são unificadas, pois aparecem entremeadas a episódios que registram outros comportamentos dissonantes. Por exemplo, no interior da Paraíba, Koster hospedou-se no engenho Cunhaú do coronel André de Albuquerque Maranhão, "*um cavalheiro de maneiras gentis e cortês como todos os brasileiros de educação possuem*" e, ao mesmo tempo, senhor de "*um engenho feudal com seus negros e demais serviçais*" e comandante de um regimento de cavalaria miliciano. Na região de Papari conheceu a família do português Dionísio Pinto Lisboa "*que me apresentou sua mulher*". Em S. Luís presenciou uma cena singular, significativa das contradições inerentes à condição das mulheres proprietárias neste momento, ao mesmo tempo, de descontração e obediência:

*"As senhoras de S. Luís, entretanto, não são geralmente reservadas. Uma jovem senhora em certa ocasião, indo com a mãe a uma festa, passou a um salão onde seu pai jogava com vários amigos. Este chamou sua filha dizendo-lhe que tomasse uma carta. Obedeceu. Ficou jogando até perder trezentos mil réis..."*⁴⁶

Na travessia do sertão, em pleno período de seca, Koster não encontrou apenas mulheres de vaqueiros que se mantinham afastadas da convivência com os visitantes. Presenciou circunstâncias em que mulheres livres pobres assumiram a chefia de suas famílias porque seus maridos haviam migrado para o litoral em busca de trabalho. Ainda, negociou diretamente com outras mulheres

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 48.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, pgs. 101, 105, 244-45. A propósito da família do português Dionísio Pinto Lisboa, Koster teve a oportunidade de conhecer e hospedar-se na residência de uma futura precursora da luta pelos direitos das mulheres no séc. XIX no Brasil, Dionísia Pinto Lisboa, ou Nísia Floresta Brasileira Augusta. E o caso de Nísia Floresta não foi um exemplo isolado, conforme demonstra M. de Lourdes Janotti a propósito da atuação de mulheres da elite maranhense: JANOTTI, M. de Lourdes M. - "Três mulheres da elite maranhense". *Revista Brasileira de História*. 16(31-32):225-248, 1996. Também, é importante lembrar o desempenho feminino nos episódios da independência, tema apontado por M. de Lourdes Viana. Lyra em "Perfis femininos na sociedade novecentista". Comunicação feita no IV Congresso Internacional da BRASAS - Identidade Brasileira e Globalização. Washington, 13-15 nov. 1997. Conforme demonstra Leila Algranti, mesmo as internas dos recolhimentos e conventos femininos não certamente não preencheriam as expectativas de Koster. ALGRANTI, Leila M. - *Honradas e Devotas. Mulheres da Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sul. 1750-1822*. R. de Janeiro/José Olympio; Brasília/Edunb, 1993.

livres de pequenos proprietários, quando teve necessidade de abastecer sua caravana de galinhas, porque criar e negociar galinhas era, no interior, uma atividade feminina.⁴⁷

Assim como as experiências de homens e mulheres da sociedade brasileira não espelham as imagens exclusivas da reclusão e ignorância inscritas no conceito de *feudalismo* projetado por Koster, as atividades econômicas descritas nem sempre se assemelham ao atraso e à imobilidade. O texto acentua a movimentação de homens e mercadorias tanto no porto do Recife quanto nas estradas do interior, particularmente na rota do sertão, que ele fez questão de percorrer. Nesse relato, demonstra os liames do Recife com a Europa, a Ásia, a África, os Estados Unidos e com outras capitanias do Brasil: Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul. Descreve o tráfego de produtos agrícolas conduzidos por tropeiros (açúcar e algodão) e de gado, que das fazendas do interior se dirigiam ao porto, e de manufaturados, que de Recife, Natal ou S. Luís, eram distribuídos nas vilas interioranas pelos mascates.⁴⁸ Inclusive, a estreita ligação entre a produção agrícola da região e o mercado externo testemunhada por Koster, assim como a presença de negociantes intermediando esta ligação nas cidades e vilas do interior, levantam dúvidas sobre a alegada “ignorância” dos senhores de engenho sobre a existência de outras áreas fornecedoras de açúcar e algodão para o mercado internacional.⁴⁹

Contraste maior entre as imagens delineadas nas conclusões e as experiências cotidianas aparece nas menções às atividades agrícolas, particularmente aquelas relacionadas à produção do açúcar. De início, antes de tornar-se um senhor de engenho, Koster faz vários comentários sobre a existência de terras inaproveitadas, métodos agrícolas atrasados, inoperância, ociosidade e indolência dos proprietários:

*“A parte do país entre Goiana e Espírito Santo e mesmo Cunhaú, pouco alongada do litoral, é apropriada em sua maior parte, aos canaviais. Muitos senhores de engenho, todavia, empregam parte do seu tempo plantando algodão. O aspecto geral é de terra inculta, ainda que grande quantidade seja anualmente trabalhada. O sistema de agricultura é péssimo, ou melhor, como não é necessária nenhuma ciência agrícola, pela imensidade da região e raridade dos habitantes, as terras são trabalhadas em um ano e no outro o matagal recobre totalmente os trechos que não foram aproveitados. Esse processo de plantio exige 3 ou 4 vezes mais terras do que seria necessário”.*⁵⁰

⁴⁷ Idem, ibidem, p. 195.

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 37-39; 81-82; 86-87; 202-215 passim.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 422.

⁵⁰ Idem, ibidem, p. 212.

Porém, quando arrendou um engenho em Jaguaribe, em abril de 1812, fez uma análise completamente diferente do engenho enquanto empresa:

“Um engenho de açúcar é...uma das mais difíceis espécies de propriedades para ser convenientemente dirigida. O numeroso pessoal empregado, suas diversas profissões e a troca ininterrupta de ocupações, dão ao proprietário, ou ao seu feitor, constantes motivos para exercer inumeráveis oportunidades para efetivar sua atividade. A propriedade deve possuir no seu recinto todos os operários indispensáveis ao funcionamento da indústria regular, carpinteiro, ferreiro, marceneiro, oleiro...

É uma fábrica e também uma fazenda, e ambas têm tarefas iguais e devem agir juntas em conexão com as estações do ano.”⁵¹

A descrição que Koster faz do cotidiano de seu engenho questiona sua tese sobre o tempo defasado e mergulhado na barbárie da colônia. Nela o engenho aparece como uma empresa complexa que atua num ritmo e dentro de um planejamento que exigem extrema racionalidade. O ritmo do trabalho era intenso e articulado, tanto para os feitores e escravos, como para os homens livres contratados para os serviços gerais na fábrica e no canavial e os senhores, a quem cabia a administração de todas as etapas da produção e comercialização do açúcar. Consideração, aliás, já feita por Antonil no início do século anterior, em sua obra clássica, *Cultura e Opulência no Brasil*.⁵²

Mas, a dissonância mais recorrente no texto de Koster se apresenta nas teorizações que constrói sobre a escravidão e o trabalho livre e as experiências narradas sobre estas duas práticas. Todas as menções à escravidão são ambíguas porque ora destacam os traços de irracionalidade e desperdício presentes na relação senhor/escravo -- perversidade, abuso, ódio, discórdia, desconfiança, amargura, miséria, infortúnio – ora reiteram que a escravidão no Brasil, sobretudo entre os “brasileiros”, era uma prática mais humana do que aquela presenciada em outras regiões da América, pois os escravos tinham mais vantagens do que aqueles das colônias britânicas, por exemplo: numerosos dias santos proporcionavam muitos tempo de repouso ou para trabalharem em seu próprio proveito, o que aumentava as chances de conseguir a alforria. Por outro lado, não deixa de lembrar que as alforrias estavam totalmente no campo de alvedrio dos senhores; e, enquanto eram acessíveis em 10 anos de trabalho para os negros de ganho, para grande número de escravos,

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 429-430.

⁵² ANDREONI, João Antonio (Antonil) - *Cultura e Opulência do Brasil*. S. Paulo, Ed. Nacional, 1967.

especialmente os domésticos, era quase impossível⁵³, embora, houvesse uma pressão social e religiosa no sentido de concedê-la ao escravo que tivesse juntado a quantia referente ao seu preço:

*"O numero dos dias santos para os quais a religião católica exige observância dão ao escravo muitos dias de repouso ou tempo para trabalhar em seu proveito próprio. Trinta e cinco desses dias e mais os domingos permitem empregar seu tempo como lhes agrada. Raros senhores se dispõem a restringir o direito dos escravos disporem dos dias como entenderem(...) Esses períodos dão ao escravo o que mais anhela: juntar algum dinheiro. Essa quantia, entretanto, é legalmente propriedade do seu amo, pela incapacidade do escravo possuir qualquer coisa que, de direito, pertence ao senhor. Confesso que não recorro a um só exemplo de um amo tentar apossar-se desses proveitos tão penosamente adquiridos.(...) Um escravo pode obrigar seu senhor a alforriá-lo, oferecendo a soma pela qual fora comprado, ou o preço pelo que seria vendido(...) Essa regulamentação, como toda outra feita em favor do escravo, é fácil de ser desviada, e o senhor não querendo libertar o escravo valioso, não há recurso para a vítima porque o estado jurídico da região torna difficilimo a um escravo ganhar um processo(...)"*⁵⁴

Ainda, ao escravo era freqüentemente permitido procurar outro senhor que mais o agradasse quando houvesse profunda incompatibilidade entre ele e seu proprietário, a ponto de ameaçar a sobrevivência do cativo. Um número considerável de escravos era libertado pela morte dos senhores e regularmente casados de acordo com as fórmulas da Igreja Católica, procedimento que, na maioria das vezes, garantia o direito à constituição de famílias escravas. Considera ainda que os *"europeus eram menos indulgentes com os escravos do que os brasileiros, porque os adquiriam a crédito enquanto os brasileiros os haviam herdado e, portanto, não tinham urgência em obter largos e rápidos proveitos"*, fato que remetia o ato de alforriar quase que exclusivamente à pessoa de senhores de origem brasileira. Por outro lado, enquanto os europeus alimentavam melhor seus cativos, porém exigiam mais, os senhores brasileiros (exceto os mulatos) eram *"tranqüilos e indolentes e, em nenhum caso, seus escravos eram tratados como animal bruto ou como uma máquina"*.⁵⁵

⁵³ "Os escravos que trabalham no Recife podem ser divididos em duas classes: escravos domésticos e os que pagam semanalmente aos seus donos um estipêndio proveniente do que ganham n'algumas ocupações feitas sob o olhar do senhor. A primeira classe tem poucas oportunidades de ganhar sua alforria com seus esforços e está sujeita aos caprichos do e extravagâncias dos superiores. Alguns poucos foram libertados pela bondade daqueles a quem serviam(...) a segunda classe consiste de marceneiros, sapateiros, canoeiros, carregadores, etc. e esses homens podem adquirir soma suficiente de dinheiro para comprar sua liberdade e têm a necessária prudência e perseverança para economizar seus ganhos(...) Penso que o escravo que tiver seu sustento e aparência decente e que fez mesmo despesas para uma relativa vida agradável, pode comprar a liberdade em dez anos(...)" *Idem, ibidem*, p. 509-510.

⁵⁴ KOSTER, H.. *Ob.Cit.* p. 495.

⁵⁵ KOSTER, H.- *Ob.Cit.*, p. 494-496.

Outro tema controverso no texto de Koster diz respeito ao trabalho livre. Se nas conclusões afirma com absoluta certeza que existia no Brasil um contingente de população livre capaz de substituir os escravos, todavia, encontrou dificuldades para obter trabalhadores quando deles teve necessidade para o desempenho de tarefas agrícolas no engenho e mesmo como guias, tanto que precisou recorrer aos índios aldeados.⁵⁶ E, nem sempre ficou satisfeito com tais trabalhadores, devido, sobretudo, à sua insubordinação e violência⁵⁷. As contradições aparecem também quando, em outros momentos, Koster se refere ora à abundância de terras e escassez de homens, ora à significativa presença de homens livres:

“Uma observação que freqüentemente tive ocasião de fazer é que, quando os camponeses se reúnem à porta das igrejas nos domingos e dias santos, seu número deve espantar as pessoas que viajam a região sem maiores oportunidades de um exame maior. As choupanas que estão à margem da estrada não prometem ter a população numerosa que temos ocasião de ver nestas festas...as casinhas das classes pobres do povo não são percebidas, esparsas por toda a extensão do terreno e com os estreitos caminhos que parecem impraticáveis, conduzindo a 4 ou 5 casebres, situados no meio da mata ou n’algum campo próprio para o cultivo da mandioca e do milho...As pessoas livres de cor, que habitam os trechos da região que visitei...são mais numerosas do que previra...”⁵⁸

Reunindo-se as contraditórias menções presentes na narrativa pode-se concluir que existia um numeroso contingente de homens livres pobres (em sua maioria descendentes de escravos forros) na sociedade pernambucana, porém, eles não estavam disponíveis nem desejavam assumir o estatuto de “trabalhadores livres” inscrito no projeto de Koster. Ou seja, os homens livres engendrados pela sociedade fundada na escravidão eram numerosos, mas não estavam dispostos a desempenhar o “trabalho livre” na configuração dada pelo assalariamento, porque podiam sobreviver e exercer outras formas de trabalho livre: como lavradores, rendeiros ou moradores dos engenhos; como vaqueiros ou como assalariados em tarefas sazonais especializadas nos engenhos e fazendas de gado, quando assim o desejassem. Na sua concepção, o “trabalho livre” não incluía,

⁵⁶ Empenhado em descobrir o potencial de trabalhadores livres disponíveis no Brasil, durante suas viagens, Koster dedicou atenção especial às visitas a aldeamentos indígenas, os quais descreveu minuciosamente. *Idem, ibidem*, p.105, 169-173, 289. Apesar de constatar a existência de uma população indígena numerosa acantonada nos aldeamentos, concluiu que os mulatos livres e negros forros eram os melhores substitutos dos escravos nas tarefas da lavoura. p. 299, 495.

⁵⁷ “Fiquei apenas dois dias em Goiana, onde realizei o objetivo de minha viagem, que era obter vinte indígenas trabalhadores de Alhandra. Pela manhã subsequente, os índios vieram de Alhandra, mas estavam cheios de notícias estranhas sobre a riqueza do inglês, e o chefe da malta me disse que eu era muito rico e que só trabalhariam por um jornal mais elevado que para os demais. Procurei dissuadi-los dessas histórias a meu respeito, mas não consegui. Ofereci o pagamento usualmente feito na região por tarefa, mas a característica obstinação os dominava e preferiram regressar a fazer o menor abatimento do preço pedido”. *Idem, ibidem*, p. 289-290.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 271-277, *passim*.

necessariamente, a obrigatoriedade e a disciplina exigidos pelo contrato entre ricos e pobres, ou entre empresários e empregados, prevista na sociedade ideal de Koster.⁵⁹

Apesar de insistir na disponibilidade de trabalhadores livres indígenas, libertos ou mestiços livres, o relato da experiência de Koster reúne algumas conclusões no mínimo surpreendentes para quem se dispôs, aparentemente, a fazer uma condenação cabal da escravidão. Dessa forma, o inglês considera que, naquele momento, não era possível tocar engenho ou canavial em Pernambuco sem um contingente médio de quarenta escravos, apesar de muitas tarefas na fábrica e na plantação serem realizadas por homens livres⁶⁰; que os melhores escravos eram “creolos”, ou seja negros nascidos no Brasil; que os trabalhadores livres mais eficientes eram libertos ou filhos de libertos; e que havia duas formas de escravidão, uma condenável, aquela exercitada pelos “*europeus*” (portugueses) no Brasil e outros povos nas Antilhas; e outra aceitável, a escravidão “branda” e temporária que respeitava a humanidade do escravo (o direito ao pecúlio e à família), estágio para a obtenção da alforria, conforme era praticada entre os senhores brasileiros e mais exemplarmente ainda, pelas ordens religiosas. Ou seja, indica que a escravidão, quando bem administrada poderia tornar-se um meio de formação de trabalhadores livres responsáveis. Uma experiência exemplar nesse sentido havia assistido nas propriedades dos conventos. Descortina-se aqui, uma outra mensagem do autor, a de que portugueses, brasileiros e ingleses poderiam trocar experiências: assim como a sociedade inglesa deveria ser um exemplo para os proprietários do Brasil, a prática dos senhores brasileiros, em especial dos religiosos, poderia ser um exemplo para as colônias britânicas. Ela lhes oferecia um caminho para a gradual superação da escravidão e para a formação de trabalhadores livres.

Uma pedagogia da escravidão

“A geral equidade das leis referentes às pessoas de cor livres nas possessões portuguesas da América do Sul foi, de certo modo, estendida à escravaria, tornando a vida do escravo no Brasil menos pesada e menos intolerável que a dos degradados seres que arrastam sua triste existência

⁵⁹ MARSON, Izabel A.- “Trabalho Livre e Progresso”. *Revista Brasileira de História*. S. Paulo, 4(7) : 81-93, 1984.

⁶⁰ “Nessas propriedades que visitei creio que o número médio dos negros diariamente enviados para o eito nos campos não ultrapassará uns quarenta(...) Digo que quarenta escravos são suficientes porque muitos gêneros de trabalho são confiados aos homens livres, por exemplo, os mestres de tachas, a pessoa que alveja o açúcar, o destilador, o carreiro(...)” KOSTER, H.- *Ob. Cit.*, p. 442-443.

sob o domínio de outras nações. O escravo brasileiro é instruído na religião de seu senhor e tem a esperança de poder libertar-se por seus próprios esforços. Mas, é um cativo dependendo da vontade de outro homem.

Não seria possível criar nas colônias britânicas uma lei obrigando o senhor a alforriar o escravo quando este apresentasse o preço da venda? Em todo caso, aqui não é lugar para discutir-se(...) ⁶¹

Testemunhos significativos de negação da identidade entre escravidão, irracionalidade/desperdício e infortúnio aparece nas descrições que Koster faz dos processos de alforrias aceitos pelos proprietários brasileiros, pelo sistema de trabalho dos negros de ganho do Recife e, especialmente, da organização e desempenho das propriedades de ordens religiosas, em particular de beneditinos e carmelitas. “*Nos canaviais pertencentes aos monges beneditinos e frades carmelitas são onde o trabalho é dirigido com maior atenção e ritmo e, ao mesmo tempo, com maior cuidado pelo conforto e bem estar da escravaria*” ⁶². Os engenhos destes religiosos em Pernambuco eram administrados e trabalhados por escravos e apresentavam um resultado bastante satisfatório, embora menos lucrativo do que aqueles cujos proprietários dirigiam pessoalmente a empresa e recorriam a feitores livres. Tal resultado se explicava pelo fato dos trabalhadores dos monges dedicarem parte de seu tempo a atividades que engrossavam seu próprio pecúlio, visando a alforria, e não à indolência ou menor produtividade do trabalho escravo. Segundo Koster, nos engenhos dos religiosos, as crianças tinham acesso à educação e eram poupadas do trabalho pesado; os castigos corporais eram mais restritos, as tarefas diárias eram concluídas às 15 horas (menos nos períodos de safra: de setembro a fevereiro), e os escravos dispunham dos sábados, domingos, dias santos e um dia livre na semana para tocarem suas próprias roças e, do produto deste trabalho, providenciarem sua subsistência e recursos para aquisição da liberdade. Eis dois relatos de visitas feitas por Koster a propriedades de ordens religiosas, um engenho da Ordem de S. Bento e o engenho Camassari, dos carmelitas, que se projetam como exemplos de passagem do cativo à liberdade, e demonstram uma prática pedagógica positiva do trabalho escravo, e, portanto, invertida, da própria escravidão teorizada por Koster:

“*Tinha grande alegria testemunhando a excelente administração no engenho. Os negros eram tão felizes quanto sua condição permitia. Embora os encargos fossem relativamente livres e a punição corporal se aplicasse unicamente nas crianças, o grande sonho do escravo é tornar-se livre(...)*Ocorrem freqüentemente esses casos nas propriedades pertencentes a esses e outros frades. Assim todos aspiram a ser o próprio amo, e é este o sentimento que estimula o negro de S. Bento a dar todas as suas forças para libertar-se, muito provavelmente, seja obrigado a trabalhar muito mais para garantir sua subsistência como homem livre do que como escravo. O negro

⁶¹ Idem, ibidem, p. 479, 495, 553.

⁶² Idem, ibidem, p. 511.

emancipado se torna um excelente elemento social, contraindo hábitos de indústria. Tratado brutalmente por um senhor rigoroso, desgosta-se e fica indiferente, habituado à grilheta, arrastando-se na indolência uma existência miserável”.

Sobre o engenho Camassari, dos carmelitas, comenta:

*“Está em grande ordem, isto é, os escravos e o gado em situação ótima, e tudo aparece com um aspecto promissor, mas seria mais produtivo se a vigilância fosse mais contínua. Olhei o engenho, que é movido a água, e vi algumas mulatas bonitas e moças pondo as canas na moenda. Vestiam casacos de algodão estampado, camisas de cambraia e musselina e tinham no pescoço e orelhas enfeites de ouro(...) A diferença é notável entre estes engenhos que pertencem aos conventos e os que são da posse de particulares que aí residem, e que têm o interesse direto em todos os menores aumentos e diminuições nos ganhos. A propriedade dos frades é trabalhada quase exclusivamente pela escravaria nascida no local, e tudo decorre com regularidade tranqüila. Se a produção é valiosa, o mais satisfeito é o chefe da comunidade, mas se, pelo contrário, o rendimento é diminuto, nem por isso os negócios conventuais deixam de seguir seu ritmo ordinário”.*⁶³

As imagens da escravidão destacadas nestas cenas, assim como os comentários a elas associados, sugerem que Koster havia feito do “*Antigo Regime*” e das instituições a ele agregadas – o feudalismo e a escravidão – um argumento para demonstrar, ao mesmo tempo, uma crítica ao tráfico e à escravidão, e uma alternativa de supressão gradual do trabalho escravo e de constituição do trabalho livre no mundo colonial.⁶⁴ E que estes últimos eram problemas que afligiam, naquele

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 511, 311-312. Koster também vizinhou com uma fazenda pertencente aos beneditinos, administrada por um escravo-feitor, que produzia alimentos para os conventos da ordem na província.

⁶⁴ Conforme demonstra Maria Sylvia de Carvalho Franco, as relações entre liberalismo e escravidão são mais estreitas do que os liberais, a partir do final XIX, e muitos autores pretendem conceber; nesse sentido, a autora demonstra que entre estas categorias, assim como entre escravidão e propriedade, existe um compromisso de origem, que a autora reconhece na obra de John Locke. Cf. FRANCO, M.S.C. - “All world was America: John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico”. *Revista USP*. 17:30-53.. A tolerância em relação à escravidão, no que tange às atividades na América, é colocada também por Adam Smith, alegando ser uma forma de trabalho compatível com os lucros auferidos com o tabaco e o açúcar: “O orgulho do homem faz com que ele goste de dominar os outros, e nada o mortifica tanto quanto ser obrigado a mostrar-se condescendente em persuadir seus subalternos. Sempre que a lei e a natureza do trabalho a executar o permitirem, o homem geralmente preferirá o serviço de escravos ao de homens livres. As plantações de cana de açúcar e tabaco podem permitir-se o emprego da dispendiosa mão-de-obra escrava. Ao contrário, o cultivo do trigo atualmente não pode. (...) Os lucros de um canavial em qualquer de nossas colônias das Índias Ocidentais são geralmente muito maiores do que os proporcionados por qualquer outra cultura conhecida na Europa ou na América; e os lucros de uma plantação de fumo, embora inferiores aos de um canavial, são superiores aos proporcionados pela cultura do trigo(...) Ambos podem permitir-se a despesa do cultivo por escravos, mas a cultura da cana o pode bem mais do que a do fumo(...)”. SMITH, A. - *A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Luiz J. Baraúna. S. Paulo, Abril Cultural, 1983. Vol I,

momento, tanto os proprietários do Brasil, quanto os abolicionistas ingleses e norte americanos e os fabricantes de açúcar das Antilhas inglesas. Revelam-se aí outros interlocutores e adensa-se o sentido político do livro e da presença de Koster no Brasil entre 1810 e 1815, sentido que pode ser pressentido ainda em vários vestígios ao longo do texto. Além do registro das cartas de recomendação que trouxe da Inglaterra e que obteve no Brasil; do apoio que recebeu; dos prazos que precisou cumprir, e da avaliação sobre os homens livres, a escravidão e sobre as cláusulas e a aplicação dos Tratados de 1810, alguns comentários deixam entrever que o inglês viajava a serviço de alguém ou de alguma instituição. Por exemplo:

"Oito dias depois de meu regresso do Ceará chegou um navio da Inglaterra trazendo cartas que me obrigavam a deixar Pernambuco e ir ao Maranhão".⁶⁵

Os compromissos políticos de Koster na Inglaterra se explicitaram melhor com a percepção de seus vínculos com os abolicionistas ingleses do African Institution, especialmente Thomas Clarkson e William Wilberforce, feita por Manuela Carneiro da Cunha⁶⁶. Defendendo proposições deste grupo, Koster envolveu-se, no mesmo momento de publicação do livro, numa polêmica de panfletos, que contrapôs, quando da aprovação do Wilberforce's Bill, abolicionistas e representantes dos plantadores das Antilhas, estes últimos prejudicados pela recente abolição do

Livro II: A diversidade do progresso nas diferentes nações.; cap. I, p.328-329.(Col. Os Pensadores).

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p.228. Estas considerações não invalidam as razões de saúde (comprovadas pelas várias crises de febre narradas no texto), e o gosto pela aventura de ser o primeiro olhar inglês a explorar o sertão do Ceará (p. 203). Todavia, é importante anotar que Koster retornou a Pernambuco logo após a publicação do livro e ali viveu até sua morte em 1820. Mas não deixou uma linha sequer sobre esta terceira estadia.

⁶⁶ "The African Institution was a society which consisted of the former members of the Sierra Leone Company, a trade company which had administered Sierra Leone and which had been established in 1791. It included the leaders of opponents to the British slave trade. Granville Sharp, who had sponsored the first settlement of liberated North-American slaves in the country, Thomas Clarkson and William Wilberforce, who represented the group in Parliament, were all members of its board. With the financial failure of the Company, administration of Sierra Leone passed in 1808 to the British Crown, while the former members of the board formed the African Institution." trecho da introdução de Manuela Carneiro da Cunha, ao panfleto de Henry Koster – "On the Amelioration of Slavery". **Slavery & Abolition**. 3(11): 368-398, dec. 1990. P. 370. Esta associação, fundada em 1807, organizou a atuação de um grupo abolicionista moderado, composto por membros de diferentes origens sociais e políticas, empenhado na abolição imediata do tráfico e gradual da escravidão pela via legal e parlamentar, que veio catalizar um movimento de origem quacker e jacobina já disseminado na sociedade inglesa que condenava sumariamente a escravidão. por razões religiosas e políticas. TEMPERLEY, Howard **British antislavery – 1833-1870**. Columbia, University of South Carolina Press, 1972. Ca. 1 "The antislavery tradition". p. 1-18.

tráfico nas colônias inglesas e preocupados com possíveis projetos de abolição da escravidão, pressentidos a partir do Bill recentemente aprovado no Parlamento.⁶⁷

Na verdade, quando revelados estes vínculos políticos do texto, e quando suas interpretações são cotejadas com outras informações de pesquisas mais recentes, percebe-se que o relato de Koster é extremamente rico na descrição das cenas presenciadas porém, também idealiza muitas imagens para, a partir delas projetar uma remodelação das colônias americanas, passo essencial na construção impérios fortes e esclarecidos, dotados pela supremacia, ao mesmo tempo, econômica e intelectual, um britânico outro português. Neles, a escravidão, pela escravidão, seria gradualmente banida através do incentivo aos casamentos entre escravos e, em decorrência deles, a reprodução de uma população escrava nativa – recurso capaz de substituir o tráfico - e um regime de trabalho que, abrindo caminho ao pecúlio, financiaria gradativamente as alforrias. E, com o banimento da escravidão, extinguir-se-ia também, o “*despotismo*”, a arrogância, o poder e a independência dos grande proprietários de escravos, cuja existência era incompatível com estados consolidados. Assim pensavam os “*ameliorationists*”, a respeito da escravidão, indica Stuart B. Schwarz, mencionando Koster, num estudo sobre os engenhos beneditinos no Brasil Colonial ⁶⁸. Tendo em vista as conclusões deste estudo, percebe-se que Koster escrevia para vários interlocutores, indicando orientações tanto para a administração portuguesa, para os súditos brasileiros e

⁶⁷ Os receios dos plantadores tinham fundamento, uma vez que a lei aprovada revelava um avanço dos abolicionistas no Parlamento. Ela previa o registro dos escravos nas colônias inglesas; além disso, Granville Sharp, um dos membros do African Institute havia estabelecido o primeiro assentamento de libertos norte-americanos na África.

⁶⁸ “This policy was exactly what ameliorationists and reformers suggested in the early nineteenth century as the best way to improve the condition of Brazilian slaves”. Cf. SCHWARZ, Stuart B.- “*The plantations of st. Benedict: The Benedictine Sugar Mills of Colonial Brazil*”. *The Americas*. XXXIX:1-22.july, 1982, p20-22. É preciso considerar, todavia, que a proposição de práticas melhoradas da escravidão não eram exatamente uma idéia inédita. Elas já vinham sendo propostas desde o século XVI por grupos católicos e, também, protestantes. Nesse sentido lembramos a luta de Bartolomé de Las Casas no século XVI; as exortações do padre Vieira no séc. XVII; de Antonil, no início do XVIII e de Ribeiro da Rocha, no final deste mesmo século. Ainda, no início do XIX, os padres patrocinistas de Itú, liderados por Frei Jesuino do Monte Carmelo e pelo Padre Feijó, concretizaram experiências semelhantes àquelas propostas por Koster e incentivaram seus paroquianos a segui-los. Nos Estados Unidos, por sua vez, houve a peculiar relação dos *quakers* com a escravidão, desde o século XVII. A novidade no XIX estava em utilizar as práticas “brandas” para gradativamente suprimir por completo o tráfico africano e a escravidão, ou seja, tornar, aos poucos, todos os escravos, posseiros e proprietários de sua força de trabalho. Esta proposta praticada no início do XIX tomou-se bastante moderada na medida em que competia com outra mais radical que previa uma abolição imediata sem restrições ou indenizações, defendida pelas correntes *quakers* jacobinas do movimento operário inglês. THOMPSON, E P.- *Formação* vol. 3. e TEMPERLEY, H.- *British antislavery – 1833-1870*. Columbia, University of South Carolina Press, 1972 cap. 1. Para o estudo minucioso do sentido da escravidão e de seus vínculos com o processo capitalista de produção e acumulação da riqueza ver: FRANCO, M. S. de Carvalho – “*Organização social do trabalho no período colonial*”. *Discurso*, 8:1-45. 1978.

portugueses, quanto para os políticos da Inglaterra e produtores das colônias inglesas, sugerindo uma troca de experiências entre os dois impérios.

Para valorizar o exemplo da metrópole inglesa e respaldar sua política de supressão do tráfico, da escravidão; e de implantação da “*livre comunicação*” entre o Brasil e as outras nações (particularmente com a Grã-Bretanha), considerou sem fundamento as “*denúncias levantadas sobre os prejuízos que atingiam os interesses de Portugal e do Brasil*”, e a maneira lesiva como as cláusulas dos Tratados vinham sendo interpretadas pelos ingleses.⁶⁹ Ainda, precisou demonstrar a existência no Brasil, de uma sociedade fragmentada em dois tempos: um de barbárie outro de civilização. A primeira, herança do passado, conformada segundo os parâmetros do “*Antigo Regime*”, uma “*sociedade feudal ou mourisca*”, fundada no “*despotismo, na reclusão, na ignorância e na escravidão*”. Porém, no interior dela, uma outra já em desenvolvimento, afinada com o progresso, resultante da ação pedagógica da “*livre comunicação*” promovida pela nação britânica, e pautada pela cordialidade e informalidade, livre dos entraves à circulação de pessoas e mercadorias, dotada de requinte no vestir, de boas maneiras, aficcionada dos artigos europeus (de preferência ingleses), promotora de uma forma de escravidão “branda” avalizadora do trânsito gradual e sereno entre o trabalho escravo e o livre. Nesta proposição Koster referenda uma determinada modalidade da hegemonia liberal britânica nas áreas coloniais: por sua superioridade histórica e cultural – reconhecida na posse de uma cultura material e moral privilegiada, decorrente de um percurso histórico singular que recusara o feudalismo e preservara um senso incomum de liberdade - ela deveria cumprir, legitimamente, uma “missão civilizadora” e um domínio sobre o mundo, que poderia prescindir da intervenção ostensiva do Estado, conforme ocorrera no Antigo Regime.⁷⁰ Seu texto seria importante também para fundamentar, ao longo de séc. XIX, a tese de

⁶⁹ O texto de Koster tem a nítida preocupação de refutar as críticas que os Tratados vinham recebendo, as quais denunciavam as condições humilhantes e desiguais a que vinham sendo submetidos a monarquia lusitana e o Brasil. No capítulo XXI comenta as disposições dos Tratados e defende empenhadamente a forma como suas cláusulas vinham sendo interpretadas pela Grã-Bretanha. KOSTER, H.- *Ob.Cit.* p. 549-568.

⁷⁰ Desde o final do séc. XVIII a política colonialista inglesa se fragmenta pelo menos em duas correntes: uma mais conservadora que preserva a idéia de uma intervenção mais decisiva do Estado; outra liberal moderada, de inspiração smithsoniana, que acredita na missão civilizadora das próprias práticas do *free-trade* e das relações informais. Mas todas duas se referenciam no princípio do direito da Inglaterra de, mediante sua superioridade cultural, reger o mundo, magistralmente expresso no verso que se popularizou: “Rule, Britannia, Britannia, o’er the waves. Britons never, never shall be slaves”[Reja Britânia, Britânia sobre as ondas. Britânicos nunca, nunca, serão escravos]. Ele seria reiteradamente lembrado pelos abolicionistas ingleses para justificar a abolição do tráfico e da escravidão nos domínios britânicos e nas colônias dos outros reinos europeus, constituindo a partir daí um dos mais importantes argumentos do imperialismo britânico no mundo. Derek Jarret comenta que “ele continha tanto o desafio vigoroso da raça da ilha amante da liberdade quanto o imperialismo arrogante da nação comercial e industrial que mais

abolicionistas norte-americanos e ingleses de que a escravidão praticada pelos proprietários de escravos dos estados do sul dos Estados Unidos era a “pior” da América e do mundo.⁷¹

Entretanto, Koster construiu um projeto a partir de situações idealizadas. Assim, nem a Grã-Bretanha testemunhava um universo pleno de bons modos, ilustração, e concórdia social, nem a escravidão que ele considerou “branda” estava devotada somente a tão nobres objetivos. Seria difícil reconhecer na Inglaterra, naquele momento, uma vivência que espelhasse todos os requisitos expostos por Koster. A título de exemplo, lembro a ‘guerra civil’ imbricada nos confrontos presenciados desde o final do século XVIII, nos “riots” urbanos ou rurais; o embate envolvendo abolicionistas, absolutistas, e cartistas. Ainda, a resistência dos artesãos ingleses em assumir o lugar a eles destinados nos batalhões de trabalhadores disciplinados que o sistema fabril, ainda se constituindo, exigia, conforme demonstraram os estudos de Thompson e de outros autores sobre o processo de formação da classe operária inglesa.⁷² É importante lembrar também a batalha que os *landlords* da Inglaterra e das colônias britânicas travaram no Parlamento contra os deputados liberais e os industriais emergentes, em defesa da legislação protecionista que resguardava o mercado inglês para os produtores agrícolas da Inglaterra, do tráfico de escravos e da escravidão, circunstância que esclarece a participação de Koster na confecção de panfletos a serviço da causa do African Institute.⁷³ Com relação à condição feminina, faz-se necessário também recordar a atuação de alguns homens e mulheres -- Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, George Sand, Harriet Taylor Mill, Stuart Mill, Victor Hugo e J.P.Proudhon -- que, ao longo do século XIX,

rapidamente se desenvolvia no mundo”. *England in the Age of Hogarth*. Londres, 1986, p. 40, **Apud** COSTA, e. V. da – **Coroas...** p. 47;329;408; DIAS, M.O.S – **O fardo...** cap. 1.; SEMMEL, B.- **The rise of free-trade imperialism**. Cambridge, 1970 ;CHRÉTIEN, J.P. – **L’expansion coloniale. Les grands etats à la conquête du monde**. IN: FERRO, M.-(org.) **Comprendre les faits du XXe. siècle**. Paris, Marabout, 1977.

⁷¹ Um estudo comparativo do abolicionismo norte americano e brasileiro foi feito por Célia Marinho de Azevedo em **Abolitionism in The United States and Brazil**. New York, Garland Publishing, 1995. Explorando especialmente as diferenças entre eles, a autora destaca, dentre outras razões, a importância do depoimento de Koster na fundamentação do argumento dos abolicionistas norte-americanos, ingleses europeus e mesmo brasileiros de que a escravidão americana era a pior da América e do mundo, particularmente quando comparada àquela praticada nas regiões de colonização católica, cujo melhor exemplo era o do Brasil. Cap. IV: Reflections on racism and de destiny of the ex-slave.p.83-120.

⁷² Sobre a resistência dos trabalhadores ingleses ao sistema de fábrica no final do XVIII e início do XIX ver THOMPSON, E.P.- **A formação da classe operária inglesa; Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase**. E sobre a questão da pobreza na Inglaterra e França BRESCIANI, M.Stella –**Londres e Paris no século XIX**; HIMMELFARB, G.- **La idea de la pobreza..**

⁷³ Sobre o embate no Parlamento Britânico ver HOBBSAWM, E.- **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. S. Paulo, Forense, 1986. BETHELL, L.- **A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1969**.R. de Janeiro/ Ed. Expressão e Cultura; S. Paulo/EDUSP, 1976; POLANIY, K.- **A grande transformação. As origens da nossa época**. R. de Janeiro, Ed. Campus Ltda. 1980.

denunciaram e lutaram contra a desigualdade de direitos civis e políticos entre os sexos, e as discriminações que pesavam sobre as mulheres na Europa e na América, assim como os projetos emergentes na Europa e nos Estados Unidos visando superar a difícil situação das mulheres, consideradas “*cidadãs passivas*” e “*párias*” da sociedade, mesmo pelas Constituições mais renovadoras⁷⁴. Anoto também o depoimento de européias que visitaram o Brasil na primeira metade do século XIX.⁷⁵

Por outro lado, a prática da escravidão “*branda*” e mais humana, instrumento para a alforria, não apresentava, mesmo nas propriedades das ordens religiosas, um resultado significativo no sentido da superação da escravidão. Neste caso, a alforrias promovidas pelos senhores brasileiros estavam inteiramente na dependência de sua vontade e de seus interesses imediatos, e segundo Manuela Carneiro da Cunha, não eram tão acessíveis e numerosas conforme relatou Koster⁷⁶. Por sua vez, o estudo de Schwarz, demonstra que os procedimentos responsáveis por uma “*esperança de liberdade*”, conforme aconselhava Koster – a formação de famílias escravas; a concessão de roças; de tempo para o trabalho; o gerenciamento da produção feito por escravos-feitores – efetivamente eram praticados. Todavia, submetidos, antes de tudo, ao princípio do lucro – objetivo maior destas propriedades, das quais dependiam a sobrevivência dos mosteiros e o poder da ordem – constituíam mais um estímulo à produção do que política de promoção das alforrias. Isto pode ser reconhecido pelo lucro recorrentemente auferido por estas propriedades desde o início de seu funcionamento no século XVII; pela permanência na escravidão da maior parte dos creolos nascidos nos engenhos, vistos mais como trabalhadores menos dispendiosos e melhor preparados do que os africanos fornecidos pelo tráfico; e pela dificuldade dos escravos com desempenho

⁷⁴ Sobre uma crítica à condição feminina e os projetos de instituição dos direitos da mulher na Europa e nos Estados Unidos ver: GOUGES, O. - “*Déclaration des droits de la femme*”. IN: *Oeuvres*. Apresentação de Benoîte Groult. Paris, 1986; WOLLSTONECRAFT, M. - *A vindication of rights of woman*. 1871; MILL, H.T. - e John Stuart - *La igualdad de los sexos*. Guadarrama, 1973; particularmente os ensaios “*La emancipación de la mujer*” e “*Primeros ensayos sobre el matrimonio y el divorcio*”, 1851; SAND, George - “*Au membres du comité central*” IN: *La femme au 19ème siècle*. Org. Nicole Priolland, Liv. Levi, 1983; TAYLOR, Barbara - *Eve and the New Jerusalem: socialism and feminism in the nineteenth century*. Pantheon Books, 1983; PERROT, M. - “*A mulher no espaço público*”. *Revista Brasileira de História*. 9 (18):9-18 ago.set. 1989; BRESCIANI, M.S. - “*O anjo da casa*”. *Primeira Versão*. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1991, n. 29.

⁷⁵ Particularmente Rose de Freycinet, Maria Graham, Mme. Langley Dufresnoy, Baronesa de Langsdorff e Ida Pfeiffer, estudadas por LEITE, Miriam Moreira - “*Espaço Feminino - 1800-1850*” IN: *Anais do Museu Paulista*, 30:227-240, 1981.

⁷⁶ Já comentava em nota o tradutor do livro: “*No Brasil, a alforria quando requisitada pelo escravo que pagava, era apenas um costume que nenhuma lei obrigava. No Conselho de Estado, já no segundo Império, várias vezes o problema foi discutido, em resposta a consultas que se baseavam na tradição tantas vezes citada por Henry Koster. As respostas sempre foram negativas. Era preciso respeitar o direito de propriedade*”. KOSTER, H. - *Ob.Cit.* p. 514. O direito do escravo à alforria só seria incorporado na lei em 1871, como uma das cláusulas da Lei Rio Branco.

exemplar no gerenciamento destas empresas, em obterem sua própria liberdade. Nesse sentido, é exemplar o caso do escravo Nicolau relatado pelo próprio Koster. Sendo um eficiente administrador da fazenda dos beneditinos, vizinha ao engenho arrendado por Koster em Jaguaribe, o escravo conseguira comprar, com seu trabalho, a liberdade da mulher e dos filhos, e até adquirira escravos para sua família mas, não obteve dos padres sua própria liberdade.⁷⁷ As considerações de Schwarz também encontram respaldo em trechos da narrativa nas quais Koster, na mesma cena em que descreve como os escravos podiam formar um pecúlio próprio, também esclarece que o destino de parte da produção obtida nos dias de trabalho concedidos, completava uma ração insuficiente fornecida pelos senhores; e, especialmente, a extensão da jornada de trabalho, em muitos engenhos e circunstâncias, devido à tarefas extras, chegava a ocupar parte da noite ou da madrugada:

“Não creio que a alimentação fornecida aos escravos seja suficiente(...) em relação ao trabalho que exige deles e, é indubitável que não resistiriam se não procurassem nos dias especiais que lhes são facultados, um suplemento à quota da ração que o amo lhes dá(...)Embora os negros sejam sustentados por seus amos, existindo terras com abundância, permitem aos escravos plantar o que quiserem e vender as colheitas a quem lhes aprouver(...)

*Alguns senhores seguem o sistema de terminar certas espécies de trabalho durante as primeiras horas da noite(...) destinando-se a fazer farinha de mandioca, amassar barro(...) para fazer tijolos e telhas, carregar tijolos, lenha e mais coisas. Esse serviço extra é chamado de quingingoo”.*⁷⁸

Com relação à presença e autonomia dos escravos nas propriedades das ordens religiosas, especialmente dos carmelitas, é preciso averiguar, também, se não podiam ser em parte explicadas pela dificuldade dos próprios monges assumirem esta tarefa, dado a drástica redução de seus quadros, tanto em Portugal quanto no Brasil, a partir das restrições estabelecidas pela Coroa Portuguesa desde a administração pombalina.⁷⁹

⁷⁷ “The estados submitted by the benedictines of Olinda after 1780 gave special attention to the addition of new labourers by natural increase. Between 1778 and 1793 the three Pernambucan engenhos of the Benedictines suffered twenty-two slave deaths. Eight new slaves were bought but twenty-six native-born crioulos entered service on these states. In other words, the ratio of state-born slaves to foreign-born entering the labour force was over 3:1. The continual expense of replacing slaves through the african slave trade was avoided by the Benedictines.(...)In the eighteenth century, however, the Benedictines seem to have developed a more benign attitude toward their slaves than did most planters in Brazil. In this the Fathers of St. Benedict were moved by moral and religious considerations, but their slave management practices also had positive benefits for the plantations as well”. SCHWARTZ, S.B. - *Ob.Cit.* p.19,22.

⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 517-18. Informa-nos em nota o tradutor, citando Rodolfo Garcia, que o *quingingoo* era muitas vezes obrigatório e em Pernambuco consistia principalmente na lavagem das moendas dos engenhos e limpeza das fábricas, nas primeiras horas dos domingos, ou durante a noite ou da madrugada.

⁷⁹ BENEDETTI, - *A reforma da Província Carmelitana Fluminense (1785-1800)*. Tese de Doutorado. FFCL-USP, 1987.(mimeo) p.104-105; MOLINA, Sandra R.- *(Des)obediência*,

As proposições de Koster para remodelar a sociedade brasileira, assim como a situação idealizada que tinha por objetivo atingir, constituíam um ambicioso projeto ainda a ser concretizado mesmo na Inglaterra e, naquele momento, dizia respeito tanto à Europa quanto a qualquer outro espaço colonial. A facilidade com que o autor se adaptou à vida no Brasil -- apesar da alardeada distância entre o mundo europeu e o colonial; sua dificuldade em renunciar aos bens, à liberdade e ao poder que havia apanhado em sua segunda estadia - graças à recorrência ao trabalho escravo - para retornar à Europa em 1815; e, posteriormente, sua fixação definitiva em Pernambuco, talvez sejam indícios de que as mediações entre a sociedade de costumes “mouriscos” e a Inglaterra, ou entre os empreendimentos dependentes da escravidão e do trabalho livre, fossem maiores do que os pressupostos inscritos na racionalidade liberal deveriam admitir a partir daquele momento. É o que nos sugerem as contraditórias considerações feitas pelo proprietário Henry Koster (ou Henrique da Costa, como já era chamado) no encerramento do *Diário*:

*“Pouco tempo depois recebi notícias da Inglaterra que tornavam necessária minha volta ao lar. Abandonei com relutância meu desejo de residir no Brasil...Era preciso possuir uma grande resolução para deixar o povo, a terra e tudo quanto me interessava, meus negros e os homens livres, meus cavalos, meus cães e também meus gatos e galinhas, a casa e o jardim que eu improvisara e ia cultivando, e os campos que limpava e ia semeando. Tudo isso confesso, me custava muito sofrimento deixar, mas agradeço aos que desejavam que o fizesse. Tornar-me-ia bem depressa um lavrador do Brasil...Possivelmente eu, em breve tempo, não podia ser membro de outra sociedade. Sentia-me inclinado à vida que levava. Eu era jovem, era livre e tinha poder. Embora estivesse inteiramente convicto dos males que decorrem de uma sociedade ou estado feudal, amava ter escravos. Poderia tornar-me tão arbitrário como apaixonado por essa existência meio selvagem. Podia ficar sentindo tanto sabor pela ociosidade, não tendo regras, como desgostando de tudo que fosse racional e lógico no mundo. Até recentemente acaricieei a esperança de regressar para esse país com os meios de cruzar o continente sul americano...Só Deus sabe se não seja meu destino voltar ao velho sonho...”*⁸⁰

barganha, confronto: a luta pela sobrevivência da Província Carmelitana Fluminense – 1780-1835. Tese de Doutorado. IFCH-UNICAMP, 1998.

⁸⁰ KOSTER, H.- *Ob.Cit.* p. 417-418. É importante ressaltar que Koster não falava sozinho quando teceu estas considerações. Sua interpretação tinha ressonância, embora com inúmeras variações e nuances, na fala de outros viajantes estrangeiros que estiveram ou se estabeleceram no Brasil (em províncias diversas) neste período, e mesmo em membros da elite proprietária ilustrada de Portugal e do Brasil. Faço em seguida um arrolamento de algumas obras de autores portugueses, brasileiros e estrangeiros que partilharam de muitas das opiniões de Koster: TOLLENARE, Louis François - *Notas dominicais tomadas durante a viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Trad. de Alfredo de Carvalho. Prefácio de Manuel de Oliveira Lima. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano*. Recife, vol. XI-XII, n. 61 e 62, 1904-1905; VILHENA, Luís dos Santos - *Notícias Soteropolitanas*. Notas de Braz do Amaral. 2a.ed. Bahia/Imprensa Oficial, 1922. 2 vols; LISBOA, José da Silva - *Memória dos benefícios do governo del Rei D. João VI*. 2a.ed. R. de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940; e “Carta a Domingos Vandelli, diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, 18.10.1781”. *Anais da Biblioteca Nacional*, 32(1910),pp.494-506; SANTOS, Luís Gonçalves - *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. B. Horizonte/Itaiaia; S. Paulo/EDUSP, 1981. 2 vols; SAINT-HILAIRE, Auguste - *Viagem à*

Certamente o “amor” ao poder que a propriedade de escravos e de outros bens conferiam, sentimentos que contradiziam mas, não inviabilizavam sua fidelidade aos princípios liberais, e a vontade política de prosseguir perseguindo suas convicções, estiveram na origem de seu retorno e fixação em Pernambuco. Koster tornou-se efetivamente um lavrador do Brasil e, ainda batalhando, por seu projeto “*pacífico*” de remodelação dos impérios português e britânico; da sociedade “*feudal e mourisca*” e de abolição gradual da escravidão, não se deixou envolver na revolução promovida por parte dos proprietários ilustrados da província, com alguns dos quais vinha convivendo nos últimos sete anos. Mas, não se negou a atuar como mediador entre os rebeldes e as forças do governo do Rio de Janeiro que bloqueavam o porto do Recife e, juntamente com José Carlos Mayrink, levou os termos da rendição dos revolucionários⁸¹ os quais foram recusados pelos repressores. Dessa forma, não conseguiu impedir “*a devastação revolucionária e infortúnios produzidos pelas convulsões políticas*” que tanto temia, nem a continuação do tráfico, nem ainda a expansão da forma de escravidão que condenava. Impulsionada pelo rompimento das restrições coloniais ao acesso da terra, promovida pela aplicação dos princípios da “*livre comunicação*”, pela independência, e pelos preços do açúcar no mercado internacional, a produção pernambucana ampliou-se continuamente e promoveu uma expansão de lavouras de algodão, de engenhos de pequeno e médio porte e, também da escravidão na sua forma condenável, uma vez que eram justamente estes empreendimentos que mais exigiam dos trabalhadores⁸². Ou seja, de um eventual processo de transição da escravidão à liberdade através das alforrias, conforme pensava Koster, só poderiam participar, grandes proprietários que dispunham de um grande plantel de escravos, terras em abundância, muitos homens livres pobres em sua órbita, a exemplo das famílias de “*brasileiros*” tradicionalmente estabelecidos e das ordens religiosas. Por sua vez, os engenhos e lavouras que se formaram na primeira metade do século XIX, foram condição essencial na fundamentação de uma classe de proprietários um tanto diversa dos “*secondary people*” pensados por Koster. Embora aguerridos opositores da “*feudalidade territorial*” referenciada no projeto reformista do viajante inglês, e também confeccionadores e sustentadores da independência e de

Província de S. Paulo. S. Paulo/EDUSP-Martins Fontes., 1972; **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e S. Paulo.** B. Horizonte/Itatiaia; S. Paulo/EDUSP, 1974.

⁸¹ Prefácio do tradutor; MOTA, C.G. – **Ob.Cit.** p.59. Informa-nos o tradutor que Koster viria a falecer em Pernambuco, em 1820.

⁸² Na avaliação do tratamento dado aos escravos e na concessão das alforrias, Koster apontou que, embora o trabalho nos engenhos sempre fosse estafante, as famílias mais antigas eram muito mais generosas do que os pequenos proprietários, especialmente os mulatos. KOSTER, H. **Ob.Cit.** p. 511-518.

um império diverso daquele imaginado pelo viajante inglês, tais proprietários, se tornariam, pelo respeito aos princípios liberais e pela necessidade, defensores da escravidão. Porque, embora ela fosse um “*cancro*” era, também, naquele momento, a mais eficiente das formas de propriedade, já que expandia, como nenhuma outra, a riqueza e o poder nela imbricado.⁸³ Eles realizariam a unidade do Império, a abdicação do Imperador e as revoluções liberais de cunho republicano ou monarquista, do primeiro reinado, da regência e do segundo reinado, dentre elas, conforme veremos mais adiante, a *Praieira*⁸⁴.

As contradições inscritas na narrativa de Koster, decorrente das dissonâncias entre as cenas observadas, o paradigma explicativo e as conclusões compromissadas com a política, enriqueceram as imagens da sociedade pernambucana, expuseram sua complexidade e, de certa maneira, esclarecem o epíteto – “*the accurate Koster*” conferido ao narrador por Sir Richard Burton, cônsul inglês em Santos entre 1865 e 1868.⁸⁵ Entretanto, outras reflexões produzidas algum tempo depois sobre esta sociedade - no interior de projetos também balizados pela conciliação entre a tradição e o progresso mas, para a remodelação de um império brasileiro - não mais denotariam tal multifacetamento. Plenamente imbricadas na política partidária e preocupadas em conferir um estatuto científico e positivo às narrativas, procuraram banir as ambigüidades colocadas pela

⁸³ Mesmo os envolvidos na revolução republicana de 1817, dentre eles muitos partidários da superação da escravidão, foram enfáticos no sentido dos direitos liberais imbricados na propriedade de escravos, conforme consta da proclamação lançada durante o movimento: “Patriotas Pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais; eles crêem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor, e escravos. O Governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutridos em sentimentos generosos não podem jamais acreditar que os homens por mais ou menos tostados degenerassem do original tipo de igualdade; mas está igualmente convencido que a base de toda sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impelido destas duas forças opostas deseja uma emancipação, que não permita mais lavrar entre eles o cancro da escravidão; mas deseja-a lenta, regular e legal.(...) Patriotas, vossas propriedades ainda as mais opugnantes ao ideal da justiça serão sagradas(...) Crede na palavra do Governo, ela é inviolável, ela é santa”. Apud MOTA, C.G. Ob. Cit. p. 154.

⁸⁴ A importância desta classe de cidadãos para a independência e sustentação do Império, devido especialmente à sua atuação na Guarda Nacional, já foi demonstrada por: LENHARO, A.- **As Tropas da Moderação**. S. Paulo, Símbolo, 1979; OLIVEIRA, Cecília H. L. de Salles – **A Astúcia Liberal**. Bragança Paulista, EDUSF/Ícone, 1999. Em Pernambuco eles se insubordinariam inúmeras vezes, resistindo contra a outros grupos defensores da centralização política na Corte. Sobre estas “guerras civis” ver :FERRAZ, Socorro – **Liberais & Liberais. Guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1996.

⁸⁵ BURTON, Richard F.- *Explorations of the Highlands of the Brazil, with a full account of the gold and diamonds mines, also, canoeing down 1500 milles of the Great river São Francisco, from Sabará to the sea. By captain Richard Francis Burton, F.R.G.S., London, Tinsley Brothers, 1869. 2 vols.* Koster, Southey, Armitage e Burton tinham em comum a convicção que os impérios português e britânico partilhavam uma trajetória histórica semelhante e, portanto, poderiam trocar experiências. Porém, também tinham a certeza que, tendo avançado significativamente na direção

história, circunscrevendo as imagens utilizadas às dimensões exclusivas do argumento, *feudalismo, latifúndia, servidão, escravidão*. Foi o que aconteceu, por exemplo, com as explicações da Revista *O Progresso* na década de 1840.

“Feudalidade, Latifúndia, Servidão: a revolução social d’ O Progresso. Revista Social, Litterária e Científica”.⁸⁶

Em política, assim como em qualquer outra coisa, não se restaura o passado; assim, aqueles que sonham com a cabeça voltada para o que já foi, dêem lugar à humanidade que passa, se não querem que ela os esmague na marcha em que vai. Só para os homens de estado cegos é que se dá, em política, caminhos traçados de antemão que seja preciso seguir necessariamente, e que obriguem algumas vezes a desandar, para tomar de novo o bom caminho que se deixou por um momento; não! O movimento social se efetua no vasto oceano de idéias e, seja qual for o ponto a que as correntes ou as tempestades hajam impelido a nau do Estado, o marinheiro hábil saberá daí dirigir a proa para o porto em que pretende abicar, sem que lhe seja preciso voltar ao ponto em que partira na véspera(...)”. (*O Progresso*: t.I, p. 81, julho de 1846.)

O primeiro número da revista *O Progresso* veio a público em julho de 1846 no interior de um aguerrido confronto político entre o partido conservador de Pernambuco e os liberais agrupados no Partido da Praia, organizada por funcionários públicos demitidos pela administração liberal praieira recém-empossada, liderados pelos engenheiros franceses Louis Léger Vauthier e Henri Auguste Milet, e o professor do Liceu, Antonio Pedro de Figueiredo. Eles integravam uma equipe maior que fazia oposição à administração praieira na imprensa e nas Câmaras, e que tinha à sua frente o ex-deputado conservador Antonio Peregrino Maciel Monteiro e o juiz de direito José

do progresso, cabia agora aos britânicos, dentro de sua missão de civilizar o mundo barbarizado pela escravidão, a tarefa de regenerar os povos de origem portuguesa.

⁸⁶ *O Progresso. Revista Social, Litterária e Científica*. Pernambuco, Typographia de M.F. de Faria, 1846-1848. Duração da Revista: julho de 1846 a setembro de 1848, num total de 12 números enfiados em três tomos, com uma periodicidade bastante irregular. O tomo I reuniu os volumes de 1846 e os tomos II e III reuniram os de 1847 e 1848. Utilizei a reedição organizada e prefaciada por Amaro Quintas e feita pelo Governo do Estado de Pernambuco. Recife, Imprensa Oficial, 1950. Desde o início deste século, a Revista vem despertando a atenção de estudiosos, dentre eles Pedro Calmon, Alfredo de Carvalho, Gilberto Freyre, Amaro Quintas, Vamireh Chacon, e, mais recentemente, Denis Bernardes, que, além de uma reflexão sobre o projeto da Revista, realizou um importante trabalho de identificação dos articulistas d’ *O Progresso*, uma vez que os textos vinham assinados apenas por iniciais ou pseudônimos. BERNARDES, D. A. M.- “Economia, Civilização e Progresso” IN: *Idéias*. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. 5(1):131-154, jan-jun.1998.

Thomaz Nabuco de Araujo, redator do jornal **O Lídador**. O ato de fundação do periódico foi representado para os leitores através da seguinte cena:

"Era meados de abril de 1846. Quatro homens, ...moços na idade, mas velhos pelo pensamento, seguiam juntos para o bairro de Santo Antônio. Três deles tinham bebido as sãs e generosas doutrinas da escola societária na sua mais límpida fonte; todos três eram animados de vivo amor para com a humanidade; todos três experimentavam enérgica necessidade de trabalhar para a sua regeneração. O outro ainda se achava emergido nas trevas do criticismo; ainda o lume da ciência social não tinha podido transpassar a espessa venda com que os abusões e os lugares comuns do século XVIII lhe haviam tapado os olhos: era um perfeito civilizado.

Pernambuco achava-se então no auge do total desbarato. Todos os dias publicava a gazeta oficial os nomes das vítimas da véspera..."⁸⁷

Desta forma teatralizada os redatores da Revista mostraram as circunstâncias da criação de uma das publicações mais ambiciosas da imprensa pernambucana do século XIX⁸⁸. Ela teve entre seus objetivos intervir na disputa partidária da província e do Império, para experimentar um "novo" conceito de política e com ele, operar uma revisão pacífica na prática da monarquia constitucional e na sociedade pernambucana. Enquanto Koster situou a causa primeira dos problemas da sociedade brasileira na escravidão, alicerce do poder dos grandes proprietários sobre terras e homens, a revista **O Progresso** destacaria apenas a existência dos *latifúndia*, ou o fato da propriedade territorial ser monopolizada por um pequeno número de grandes senhores, uma "oligarquia", ou "feudalidade territorial" que mantinha sob seu poder um enorme contingente de vassalos. Este foi o grande tema político que agitou as eleições pernambucanas de 1847 introduzindo uma proposta de "revolução social" na província, a ser conduzida pelo partido conservador, que associou argumentos apreendidos aos escritores liberais clássicos, Francis Bacon, Adam Smith, Montesquieu e aos utópicos – Fourier, Saint-Simon e Lammenais – dentre eles o exercício da política como ciência, voltada para a solução dos problemas da humanidade; a defesa do *laissez-faire*, de uma reforma do Estado e da administração e a criação de uma *classe média*, através de uma lei agrária que redistribuiria a propriedade da terra. Acompanhem as proposições desse grandioso empreendimento.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p397, T.II.

⁸⁸ A publicação foi assim anunciada por Antonio Pedro de Figueiredo, numa nota no **Diário de Pernambuco** de 25.5.1846: "À vista do movimento intelectual que se há manifestado em alguns pontos do Império, e que deu lugar à recente criação de vários jornais literários e científicos em Maranhão e Bahia, seria sobremaneira vergonhoso que Pernambuco se conservasse ainda impassível por mais tempo(...) entre a ruma de periódicos(...) não existe um só que, estranho às paixões pessoais e às emoções do dia [pudesse] servir de adilo ao livre pensamento e às considerações serenas da filosofia e da ciência". NASCIMENTO, L.- **História da Imprensa em Pernambuco**.(1821-1954). Recife, UFPE, 1969, 4v. V. 4, p. 248.

Política e Ciência

"Na exposição de princípios, com que abrimos o primeiro número do Progresso, francamente declaramos que a política era a mais útil de todas as ciências; e definimo-la – indagação e aplicação das condições de felicidade dos povos, – ciência da organização social".⁸⁹

O que significaria vivenciar a política como ciência? Em primeiro lugar, espelhar-se na natureza e resgatar seus princípios maiores, já indicados por Francis Bacon -- harmonia, equilíbrio e imparcialidade -- afim de superar os maiores problemas existentes na prática política vigentes: antagonismos, desordem, ou *"as vãs discussões, as lutas estêreis e as mesquinhas políticas"*. Assim como a natureza, a política deveria pautar-se em leis -- fundamento da ordem e da regularidade -- e neste caso específico, obedecer ao princípio que rege a história da humanidade, a lei do progresso:

"Na esfera das idéias filosóficas, pretendemos nós arvorar a bandeira do livre pensamento. Persuadidos de que para a razão do homem, só há legítimos os dados da razão, não aceitaremos senão aquilo que nos apresentar os caracteres da evidência, e não reconhecemos dogma algum que tenha o privilégio de dirigir os nossos atos, antes de nos ter convencido o espírito. cremos que tudo está ligado no sistema da natureza, que o mundo tem leis assim como o mundo físico e, sem pretendemos que semelhantes leis já se achem descobertas, pensamos que a sua indagação é uma tarefa destinada ao gênio do homem, tarefa sublime, que ele preencherá quanto mais estudar a natureza, e aplicar com mais independência de espírito a essas matérias os processos lógicos e os métodos de investigação e de exame, que desde Bacon não permitiram que as ciências fizessem tão rápidos progressos(...).

Abandonemos pois essas vãs discussões e abafemos com a lousa do olvido estas lutas estêreis; lembremo-nos que a política não é só a arte de falar para nada dizer; que é uma ciência, a ciência mais interessante para os homens, pois influi mais diretamente sobre a felicidade deles, e que a devem estudar aqueles que querem governar os povos."⁹⁰

Uma vez que administradas sob a égide da harmonia e da imparcialidade, as sociedades poderiam conciliar dois princípios aparentemente antagônicos -- ordem e liberdade.⁹¹ Associando os princípios baconianos, com as orientações dos utópicos, recorre às palavras da *Phalange* para

⁸⁹ O Progresso, T. II, p. 547.

⁹⁰ Idem, T.I, p. 3-4;7, jul. 1846.

⁹¹ "A ciência, entretanto, não é montão informe de pedras, é um todo composto de materiais regularmente arranjados segundo as regras da geometria divina, sobre os planos do arquiteto divino. A função do sábio, e a sua função mais alta, deverá ser pois a indagação das leis para a construção deste vasto edifício(...) conclui-se que somos partidários da ordem na sociedade, de acordo e disposição regular dos interesses e dos homens; mas, deve-se ver também que queremos a liberdade, - expansão livre dos indivíduos e das massas. E não creia alguém que ao estabelecermos semelhante princípio, ao queremos ao mesmo tempo a ordem e a liberdade, reclamemos duas coisas contraditórias." Idem, p. 4-5.

explicitar o sentido do exercício da liberdade, “o pleno desenvolvimento de todas as individualidades, espontaneamente e legitimamente ordenadas, na unidade da espécie”.⁹²

“O fim da política, tomando esta palavra na sua acepção mais elevada, é a indagação das condições de felicidade dos povos; a política é a ciência da organização social e tem como único alvo a realização da felicidade dos indivíduos”. E no que consistia a felicidade? Recorrendo a Fourier, responde: na satisfação dos desejos e prazeres, ou conforme denominou a economia política, organizar o acesso às riquezas e ao consumo:

“Ao que pode ser o objeto de desejos, deu a economia política o nome de riquezas, e o de consumo, ao ato que faz que tais riquezas sirvam ao prazer. Ora, se estas riquezas existissem naturalmente, sempre proporcionais aos desejos do homem, e sempre estivessem ao seu alcance, bastaria que ele manifestasse a sua atividade pelo fenômeno do consumo, cuja condição única seria então o tornar-se ele proporcional aos desejos ou necessidades do indivíduo que obra. Mas a distância em que as riquezas se podem achar, os obstáculos que algumas vezes se levantam entre o homem e o objeto desejado, nos fazem obrar de um novo modo, que consiste em colocar as riquezas ao alcance do consumo, a que se deu o nome de distribuição. Finalmente, a insuficiência das riquezas naturais, para satisfazerem os nossos desejos incessantes, determina uma terceira manifestação que se denominou produção.”⁹³

A felicidade dos homens e dos povos dependeria, portanto, de uma relação equilibrada, harmoniosa entre produção, distribuição e consumo das riquezas. As origens do “sofrimento social” estavam justamente no desequilíbrio, na “anarquia”, na “falta de organização” entre estes três atos. Tal “desordem” engendraria o isolamento, ou uma guerra aberta entre os produtores e seu total descompromisso com as necessidades que deveriam prover. Assistia-se, então, a emergência de forças imensas sem emprego ou empregadas de modo improdutivo; uma divisão profunda entre as classes que “gozam ociosas e as que trabalham quebrantadas pela miséria; operários sublevados contra as máquinas que os privam de trabalho e capitalistas que se coalizam para lhes rebaixar os salários.”⁹⁴

O Progresso não considerava que o avanço técnico fosse o responsável pela miséria das massas, conforme apregoavam os próprios operários. Segundo a Revista, ela se originava na falta de organização e na persistência de monopólios e privilégios que embaraçavam a livre circulação e a distribuição das riquezas. Pelo contrário, o progresso do conhecimento técnico -- princípio básico da lei que regia a trajetória da humanidade -- era justamente o meio para a superação da anarquia

⁹² Idem, T. I, pgs. 3-8, jul. 1846; p. 176, ag. 1846.

⁹³ Idem, T.I, pgs. 176-180, ag. 1846.

⁹⁴ Idem, T.I, pgs. 207-209, set. 1846.

vigente e para a conciliação entre ordem e liberdade. A técnica e o *free trade* entre todos os corpos sociais do mundo civilizado, possibilitariam a construção de uma verdadeira humanidade, farta, unida, moralizada. Daí a apologia que o engenheiro Vauthier, um dos redatores da Revista, teceu à locomotiva e às estradas de ferro, instrumentos de superação de conflitos e de promoção da sociabilidade:

*“Mas o que desejamos que fique profundamente gravado no espírito daqueles que com os próprios olhos ainda não viram os admiráveis efeitos da locomoção rápida, é a ação material e moral que dela resulta para o homem, é a influência profunda que ela exerce sobre os hábitos, sobre os costumes, sobre os fatos de todas as ordens, na esfera da sociabilidade. O caminho de ferro é um poderoso órgão de harmonia e de acordo político das nações...”*⁹⁵

Contrapondo-se a outros projetos revolucionários emergentes na Europa, particularmente os comunistas, **O Progresso** propõe as bases de uma revolução pacífica, alicerçada no desenvolvimento do saber, dos artefatos técnicos e na lei, pois acredita que os progressos materiais caminham a par das idéias sociais e das reformas políticas e comerciais.

“Em verdade, quem há aí que ainda se lembre da guerra como princípio político – alguns loucos ou alguns soldados ambiciosos! Não! A paz é decididamente o voto do XIX século; o arado e o tear despedaçaram a espada, o vapor substituiu, como força motora, na máquina de pulmões de ferro que trabalha para a felicidade dos homens, a pólvora que outrora abalava máquinas de bronze para os destruir aos milhares; as velhas barreiras nacionais desmoronam-se, e o caminho de ferro que as despedaça ao passar por cima delas, anula o espaço e confunde povos que ao encontrarem-se ficam surpresos de ver hoje mudarem-se em simpatia as antipatias de ontem. É esta política radiosa de progresso pacífico que queremos instaurar entre nós, e que será a legenda da nossa bandeira”.⁹⁶

A revolução enquanto enfrentamento, enquanto exercício da força foi superada pela forma política, pelas reformas sociais, fato que, lembra em vários artigos, já vinha sendo reconhecido pelos socialistas europeus⁹⁷. E o melhor regime para encaminhar tais reformas seria a monarquia constitucional, com o monarca hereditário e duas Câmaras eletivas, porque era garantia de estabilidade. O despotismo estava superado; a conquista da liberdade e a atuação política das massas uma conquista sem retorno, e em política não havia possibilidade de se restaurar o passado. Era preciso reconhecer as imperiosas reformas: o livre cambismo, a organização do trabalho, as

⁹⁵ Idem, T.I, p. 122, jul. 1846.

⁹⁶ Idem, T.I, p. 8,

⁹⁷ Idem, T.I, pgs. 207-209; T. II, pgs. 336-337, jan. 1847.

associações de operários, o direito ao trabalho, a assistência à população, a necessidade da instrução gratuita, o voto censitário e o direito das massas ao exercício da política.

*“ Em política, assim como em qualquer outra coisa, não se restaura o passado; assim, aqueles que sonham com a cabeça voltada para o que já foi, deem lugar à humanidade que passa; se não querem que ela os esmague na marcha em que vai. Só para os homens de estado cegos é que se dá, em política, caminhos traçados de antemão que seja preciso seguir necessariamente, e que obriguem algumas vezes a desandar, para tomar de novo o bom caminho que se deixou por um momento; não! O movimento social se efetua no vasto oceano de idéias e, seja qual for o ponto a que as correntes ou as tempestades hajam impelido a nau do Estado, o marinheiro hábil saberá daí dirigir a proa para o porto em que pretende abicar, sem que lhe seja preciso voltar ao ponto em que partira na véspera(...)”.*⁹⁸

Um projeto para o Império

O diagnóstico exposto, embora pensado basicamente a partir da história e da situação européias, adequava-se também para uma análise e para a resolução de questões políticas e sociais vivenciadas no Império. Os redatores da Revista inclusive consideravam que o império brasileiro se encontrava, naquele momento, num estágio de evolução anterior ao da Europa -- era ainda uma nação afirmando sua independência -- e por isso seus problemas eram diversos e menos agudos. Por exemplo, por aqui ainda não se assistia o espetáculo da pobreza que invadia as grandes cidades da Europa, nem a luta de classes, ou mesmo a total desorganização na circulação e distribuição de riquezas, incentivada pelas políticas protecionistas praticadas num passado recente ou ainda existentes na Inglaterra, França e Alemanha⁹⁹. Na verdade, o testemunho da Europa demonstrava o desequilíbrio que o Império poderia viver brevemente caso não fossem tomadas medidas urgentes. Cabia então ao **Progresso** alertar e instruir os políticos, despertar o povo para os seus direitos e deveres e criar um projeto que se adequasse às especificidades da Província e do Império:

⁹⁸ *Idem* T.I, p.81; 79-82; 336-337, *passim*.

⁹⁹ “As nações mais adiantadas na carreira da civilização, como Inglaterra, França e Alemanha, pelejam hoje com dificuldades sem número(...) à sombra das tarifas protetoras, e até mesmo das proibições absolutas, se desenvolveram indústrias de todos os gêneros, nestas terras, à custa da riqueza e da prosperidade geral(...) E o que resultou para estas três nações, das suas tarifas de alfândegas elevadas, e destas medidas chamadas protetoras da indústria nacional? (...) muito não sofrido as indústrias naturais destes países; as classes operárias se acham reduzidas à mais terrível miséria, e um estado de crise e de sofrimento contínuo aí persiste sem outra utilidade mais que a de permitir a poucos industriais o produzirem más condições, enriquecer ainda mais grandes proprietários de bosques, campinas, ou terras cultiváveis, e elevar as ações de algumas companhias de mineiros; tudo isto à custa da riqueza e prosperidade nacional e, até muitas vezes, em detrimento dos cofres do Estado”. *Idem*, T. I, p. 258-259.

"No estado social em que vivemos, os povos estão longe de se comporem de partes perfeitamente homogêneas. Por toda a parte, uma minoria, às vezes imperceptível, senhora, em nome da lei, de todos os instrumentos de trabalho, vai depredando a maioria. Em vários pontos do globo esta depredação há chegado a um ponto tal, que a maioria se acha reduzida a uma condição mais triste que a do escravo. Noutras paragens, onde a civilização se acha menos adiantada, entre nós por exemplo, vivem as massas, com grande custo, vida material e puramente vegetativa, privadas de todo o desenvolvimento intelectual. Até devemos confessar que há alguns anos a esta parte, as condições necessárias para esta semi-existência se vão tornando entre nós cada vez mais difíceis a se obterem. O capital defrauda desapiedadamente o trabalho, para o aluguel de cujos instrumentos exige ele doze, dezoito, vinte e quatro e até cem por cento de prêmio, isto é, mais do que o trabalho pode produzir. Junte-se a isto impostos enormes, percebidos em proveito do governo central e que se vão enterrar nos cofres do Rio de Janeiro, para proverem as prodigalidades ministeriais.

Semelhante estado de cousas, injusto, anti-harmônico, anti social, não podia deixar de atrair a nossa atenção: hêmos indagado com paciência as causas do mal; descobrimos a fonte, e encontramos os meios de curá-lo por via de atos legislativos, sem abalos, nem revoluções; sem despojar a ninguém; por meio de melhoras graduadas e de transições compassadas.¹⁰⁰

Justificando-se nestes pressupostos, passou a fazer um levantamento dos problemas mais urgentes da Província - a descontinuidade das administrações; o excesso de impostos e privilégios; a ociosidade dos homens livres pobres e a concentração da propriedade territorial nas mãos de uma "feudalidade" ignorante e truculenta; e a indicar possíveis soluções. Assim, num conjunto de artigos denominados "*Interesses Provinciais*", preparados pelo engenheiro Henrique Milet,¹⁰¹ defendeu uma lei de vitaliciedade para funcionários públicos competentes e a criação de um Conselho Provincial vitalício que gerenciasse a atuação dos presidentes, visando garantir a continuidade dos programas de governo e impedir as freqüentes inversões administrativas. Além disso, preconizou um sistema de impostos indiretos sobre bens, heranças e a propriedade territorial que substituísse a multiplicidade de pequenos impostos que oneravam a população; um projeto de lei sobre águas e matas e outro substituindo um recém-criado Banco de Economia e de Socorro por um Banco Popular. Ainda, defendeu a implantação do livre cambismo com relação às trocas internacionais e o incentivo às "*indústrias naturais*" da Província, ou seja da produção de açúcar, recusando o protecionismo para qualquer tentativa agrícola ou industrial, que demandasse um tempo na experimentação de sua viabilidade (a exemplo do chá ou da seda), principalmente se o produto por elas fornecido pudesse ser adquirido com vantagem no exterior¹⁰²; a aplicação "*útil*" e

¹⁰⁰ *Idem*, T.I, pgs. II, 260-261; T. II, p. 548-550, abril de 1847.

¹⁰¹ BERNARDES, D.- *Ob.Cit.*- pg. 151.é também da autoria de Milet um artigo "Colonização do Brasil".

¹⁰² "(...) é [preciso] prevenir a opinião pública contra os desastrosos efeitos que pode produzir o seu emprego[dos direitos alfandegários] como meio de proteger a indústria. E isto é tanto mais necessário, quando há entre nós um partido econômico, em que desgraçadamente vemos figurar todos os nossos ministros da fazenda e grande número dos nossos senadores e deputados, e o qual pretende naturalizar todas as indústrias, por meio de tarifas e proibições, sem dar-se ao

moralizadora dos “*braços ociosos*” disponíveis antes da recorrência à imigração estrangeira e, por fim, seu projeto mais ambicioso: medidas que possibilitassem a formação de uma “*classe média*” de pequenos proprietários de terra, os quais seriam signatários de uma “*opinião pública*” capaz de garantir uma experiência efetiva de regime representativo, uma vez que desmobilizaria o poder dos potentados locais.¹⁰³

Qual deveria ser a origem desta “*classe média*” e como ela obteria a propriedade? Hipoteticamente, recrutaria seus membros nos dependentes dos engenhos e nos artesãos e caixeiros do Recife, estes últimos desempregados devido à concorrência de imigrantes portugueses e ao afluxo de mercadorias européias, abundantes no comércio desde os Tratados de 1810, que facilitaram a entrada de produtos manufaturados, sobretudo ingleses. O acesso à terra seria possibilitado por um “*imposto territorial*” que, atingindo todas as propriedades, obrigaria os grandes senhores a desfazerem-se de suas possessões improdutivas.

“Ora, só se conhecem três fontes, donde possam dimanar as classes médias; o comércio, a indústria e agricultura. Mas o comércio atualmente ocupa e torna já improdutivo muito maior número de indivíduos do que aquele que exige a troca dos nossos produtos. A grande indústria, numa terra tão pobre como a nossa, de capitais e conhecimentos científicos, e onde o juro do dinheiro é tão elevado, se não a pode criar senão fazendo-se que um imposto terrível pese sobre os consumidores; e quanto à pequena indústria, já ela se acha sobrecarregada, e se queixa da concorrência. Logo, resta a agricultura. Ora, para que a agricultura possa dar lugar à criação rápida de uma classe média, é mister que os indivíduos pouco abastados possam obter terras e cultivá-las com certeza de gozar dos produtos, condições que hoje não existem, porque os senhores de engenho ou de fazendas se recusam obstinadamente a vender qualquer porção destas terras(...)

Para derribar o poder da oligarquia de proprietários territoriais que (...) sempre reinará despoticamente no interior, não há senão um meio, que é obrigá-los a vender ao povo, as terras que lhes são inúteis; e para conciliar semelhante necessidade com o direito absoluto de propriedade, tal como se acha estabelecido por lei, não há outro meio senão o estabelecimento de um imposto territorial, proporcional à superfície possuída por cada um. Em primeiro lugar, este imposto teria a vantagem de ministrar ao governo o dinheiro que lhe é indispensável para criar vias de comunicação, que são veias e artérias do país, e pode ser calculado de tal sorte que sendo mui pouco oneroso aos proprietários de terras cultivadas, obriga todavia, aos que possuem vastas extensões de terras incultas, a vendê-las ou restitui-las ao governo”.¹⁰⁴

trabalho de saber se tais indústrias, entre nós acharão condições favoráveis, se os tempos estão maduros para que elas sejam introduzidas, e se as nossas indústrias naturais, as de que vamos vivendo, obrigadas a pagarem as custas dessas naturalizações imprudentes, não sofrerão a ponto de perigarem gravemente; vindo a ser comprometida, em consequência de uma ambição prematura, a riqueza e o futuro do Império de Santa Cruz”. *Idem*, T.I, p. 260-261.

¹⁰³ *Idem*, T.I, pgs. 294-300, nov. 1846.

¹⁰⁴ *Idem*, T.I, p. 298-299.

Quanto àqueles que não lograssem tornar-se proprietários de terras, leis rigorosamente cumpridas contra o ócio e escolas profissionalizantes os impeliriam ao trabalho nas obras públicas e nos engenhos, e dessa forma constituiriam a mão de obra que, num futuro próximo, substituiria os escravos e dispensaria os imigrantes.¹⁰⁵

Todavia, todo o empenho d' **O Progresso** em viabilizar a política enquanto ciência redundou em fragoroso fracasso pois, ao invés do equilíbrio e da harmonia, contribuiu para mergulhar a Província na guerra civil de 1848. Quais seriam os motivos de um desfecho tão paradoxal?

Apreender as contradições internas às proposições desta política científica pode ser um caminho fértil para o levantamento de possíveis explicações. Ao fazê-lo, percebemos, por exemplo, que a ênfase em construir a liberdade e a igualdade dos indivíduos, assim como sua felicidade, tem como reverso a subordinação destes mesmos indivíduos a uma genérica humanidade e a tutela pedagógica do povo. Tal tutela se justificaria porque este povo é visualizado genericamente como *"homens que vivem em desgraçada condição"*, *"que tem uma vida apenas vegetativa"*, *"estão adormecidos"* à quem seria preciso *"ensinar seus efetivos direitos e deveres"*:

*"Que é um povo? – O complexo de todos os indivíduos que vivem sob leis comuns, n'um território natural ou facticiamente separado do território nas nações vizinhas. Logo, o alvo da política, no seio de qualquer nação, consiste para nós no assegurar a maior soma de gozos possíveis a cada um dos indivíduos que compõem esta nação. Assim em política, só as medidas tendentes a este fim, é que podem merecer o nosso apoio; cremos também que o primeiro dos nossos deveres consiste em indicá-las a aqueles que lhes podem determinar a adoção (...) Ensinaremos ao povo os seus direitos e deveres; mostrar-lhe-emos os seus verdadeiros amigos, os que curam de melhorar a sua desgraçada condição."*¹⁰⁶

Portanto, a liberdade e a felicidade delineadas resguardam um marcado sentido de desigualdade e, sobretudo, de subordinação a uma elite devidamente iniciada nos segredos da ciência, a quem caberia a condução da política. Reconhecida essa relação professoral entre redatores e leitores, outras discrepâncias problematizadoras da igualdade e da liberdade ou dos compromissos da Revista com os anseios dos eleitores logo se destacam. Como entender o respeito às aspirações populares quando, em nome da continuidade administrativa, se pretende atribuir o comando da administração provincial a órgãos vitalícios, prática que vinha sendo criticada em nome de maiores direitos políticos para os cidadãos, questão longamente debatida desde o primeiro

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, cps. 3 e 4; e "Trabalho Livre e Progresso" *Revista Brasileira de História*. S. Paulo, 4(7):81-93, 1984.

¹⁰⁶ *O Progresso*, T. II, pgs. 399, 548-549, abril de 1847.

reinado na disputa travada sobre a pertinência de um Senado vitalício? Mais, como conciliar o livre cambismo com os interesses dos artesãos e pequenos produtores locais, contingente eleitoral significativo na cidade do Recife, quando sabia-se de longa data que a queda das tarifas alfandegárias estava na origem da falência do artesanato? Ainda, como acreditar que a Revista defendia direitos se ela propunha medidas, o imposto territorial, por exemplo, que inviabilizariam a posse da terra incorporada após a queda das restrições inscritas na regulamentação das Sesmarias vigente no período colonial?

E quando passamos do campo dos argumentos para os resultados da aplicação do projeto d'**O Progresso**, sobressaem os descontentamentos que a pretendida "*revolução social*" provocou em significativa parcela dos homens livres da região dos engenhos. De armas na mão, senhores, rendeiros, lavradores e moradores saíram, conjuntamente, na defesa dos seus direitos já existentes, e recusaram mudanças que, no seu entender, privilegiariam os engenhos mais abastados em detrimento dos *bangüês* e dos produtores de algodão. As terras que possivelmente fossem jogadas no mercado pelo imposto territorial, devido ao seu custo, estariam fora do alcance de moradores e rendeiros, artesãos e caixeiros sem trabalho e terminariam concentradas nas mãos daqueles empresários de maiores recursos, muitos deles agiotas de origem portuguesa. Em suma, em nome da pequena propriedade e do trabalho operoso e disciplinado, desmobilizar-se-ia todo um sistema de posse da terra e de acesso a pequenos rendimentos já desfrutados pela grande maioria dos homens livres da Província e abrir-se-ia espaço para uma concentração da propriedade territorial e da riqueza, o que efetivamente acabou ocorrendo no final do século.¹⁰⁷

Ordem *versus* liberdade, instituição e desapropriação da propriedade e do trabalho, construção e desconstrução de direitos, governo vitalício de uma elite *versus* vontade popular. No seu conjunto, o discurso d'**O Progresso** demonstrou-se intrinsecamente contraditório e, portanto, não apenas pouco convincente, mas dissonante e até contrário, na solução dos interesses mais imediatos da maioria dos eleitores. Mas, além deste desencontro no encaminhamento das questões mais prementes, o texto da Revista não teve maior ressonância porque, inspirado no discurso utópico, cenifica situações intangíveis para muitos leitores, e das quais eles certamente não poderiam partilhar. Elas diziam respeito ou a um futuro longínquo, ou a um passado distante no espaço e no tempo, ou ainda, pouco diziam sobre seus problemas imediatos de sobrevivência..¹⁰⁸

¹⁰⁷ MARSON, Izabel A. - "*Trabalho Livre e Progresso*"...p. 87-89.

¹⁰⁸ Sobre as mediações entre as idéias-imagens utópicas e as representações simbólicas assim como a eficácia da utopia na interferência dos conflitos ver BACZKO, B. - *Lumières de L'Utopie*. Paris, Payot, 1978, p. 7-9. A recorrência ao imaginário foi um dos traços mais atraentes do discurso

O apelo à imaginação do leitor aparece com mais ênfase, por exemplo, no artigo em que o engenheiro Vauthier apologiza a estrada de ferro como instrumento maior na construção de uma humanidade unida civilizada e feliz, com as seguintes palavras:

*"(...) não há espetáculo mais suscetível de arroubar a alma e dar ao homem uma alta e justa idéia do seu poder, quando ele o aplica a governar harmonicamente as forças da natureza, do que ver um destes corcéis de ferro arrojarem-se com uma rapidez que aterra a vista, rejeitando de si o fumo, como uma juba, soprando de quando em quando pelos narizes metálicos vapor ardente, e obedecendo como um ente inteligente à mão que o guia, parando e voltando atrás à ordem do condutor. (...) Mas, sem que saíamos do estado atual das cousas, basta para que as pessoas que nos lêem, nesta Província, formem uma imagem sensível e admirável dos efeitos produtivos, que imaginem toda a Província sulcada de caminhos de ferro; então se poderia ir em menos de uma hora ao Pau d'Alho e Santo Antônio; em hora e meia a Goiana, e em menos de 2 horas ao Rio Formoso; bastariam 15 a 16 horas, em lugar de 17 dias, para fazer-se uma viagem da Boa Vista aqui, e enfim, um patusco, de botas envernizadas e chapéu de sol, poderia ir almoçar ao Brejo, daí ao Bonito, ou mesmo a Garanhuns visitar alguns amigos e conversar de negócios, e à noite, poderia ainda ter voltado muito a tempo para ir tomar chá a alguma casa conhecida, depois de ter andado 110 a 120 léguas em dez ou onze horas, sem o menor incômodo, enquanto que hoje seriam necessários dez ou doze dias para se fazer semelhante viagem, com grandes fadigas e perigos."*¹⁰⁹

Porém, a situação idealizada que mais desdobramentos deixou na história e na memória das ocorrências vividas em Pernambuco na década de 1840-1850, foi a imagem com que a Revista, argumentando seu projeto de "classe média", representou a sociedade e a política pernambucanas do século XIX. Ela espelhou-se, no passado, em parte, nas descrições da República Romana, e também em figuras do feudalismo europeu e no presente, nas circunstâncias vivenciadas na Irlanda:

"Hoje mais de três quartos da população da nossa província se acha concentrada a beira do mar e numa profundidade de dez a quinze léguas; mas lá, quase com poucas exceções, todas as terras pertencem a um pequeno número de grandes proprietários que dela cultivam a mínima parte e recusam vender o resto (...) Daí vem que duzentos ou trezentos mil dos nossos concidadãos, mais porventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassalos do proprietário (...) Neste fato da grande propriedade territorial, nesses novos Latifúndia, deparamos nós a base desta feudalidade que mantêm diretamente, sob jugo terrível, metade da população da província, e oprime a outra metade por meio de um imenso poder que lhe dá essa massa de vassalos obedientes (...) Reconhecemos, que a divisão do nosso solo em grandes propriedades era a maior fonte de nossos males. O projeto de lei no. 2 que apresentamos, estabelece um imposto territorial de 10 réis anuais para cada 100 braças quadradas de superfície (...) Os proprietários em breve se verão obrigados a vendê-las ao povo; e os moradores atuais, que

utópico: "O discurso utópico endereça-se ao imaginário do sujeito, pois ele cenifica as situações. Ele não demonstra, ele mostra". MONZANI, Luís R. - "Cabet e os limites do discurso utópico". *Folhetim*, 15.4.1984, p. 6-9., pgs. 7-9.

¹⁰⁹ O Progresso, T. I, pgs. 121-122, jul. 1846.

por anacronismo singular, têm tantos pontos de semelhança com os servos da idade média, se acharão transformados em pequenos proprietários(...).¹¹⁰

Latifúndio, vassalagem, despotismo e servidão. Os argumentos não ressoaram eficazmente junto aos cidadãos pernambucanos. E os conservadores, apesar de apresentarem um atraente projeto de redistribuição da propriedade, foram derrotados nas eleições de 1847. Os eleitores, sobretudo, do Recife, estavam cientes que a Revista nascera no interior de um aguerrido confronto político com os liberais praieiros para disputar o domínio sobre os eleitores primários, sobre a administração provincial, e impedir o assentamento da Praia nas Câmaras da Corte, particularmente no Senado. O autoritário projeto de poder exclusivo sobre os adversários políticos, todavia, não pretendia se esgotar na simples conquista de cargos, no exercício pleno do poder ou na tarefa pedagógica de acordar o povo adormecido. Estas seriam apenas tarefas imediatas. A lei do progresso lhes acenava, no futuro, com conquistas maiores, dentre elas o comando das forças da natureza, do tempo e do espaço, conforme expressou com meridiana clareza o engenheiro Vauthier no texto anteriormente citado sobre os “caminhos de ferro” e na passagem que segue:

*“Habitante efêmero dum ponto perdido na vastidão dos mundos, que o seu pensamento pode abraçar, e cuja carreira é infinita em relação à sua, tem o homem por inimigos naturais o tempo e o espaço; e sob certo ponto de vista, cada progresso da civilização pode ser considerado como uma vantagem obtida sobre estes implacáveis adversários, ainda não se alongou a curta duração da vida humana nem se administrou ao homem o meio de se transportar para fora do globo em que habita; e até devemos confessar que semelhantes pretensões, apesar do seu alto grau de possibilidade científica, seriam tidas como rematada loucura pelo profano vulgacho, que só acredita naquilo que vê (...)”*¹¹¹

E o engenheiro Vauthier e sua equipe de auxiliares, todos engajados no corpo editorial d’ **O Progresso**, eram personagens sobejamente conhecidos na Província, e seu desempenho objeto de intensa polêmica que vinha se desenrolando desde 1841, pois ele havia demonstrado, concretamente, os significados que o progresso imbricava.

Significados do Progresso

¹¹⁰ *Idem, ibidem*, pgs. 549-550, abril 1847.

¹¹¹ *Idem, ibidem* p. 276, nov. 1846.

A 8 de setembro de 1840 chegavam a Recife os engenheiros de pontes e calçadas Louis. L. Vauthier e Pedro Vítor Boulitreau para atuarem junto à Repartição de Obras Públicas de Pernambuco. Recem formados pela Escola Politécnica de Paris, haviam sido contratados pelo negociante brasileiro J. Lúcio Correia, amigo de Francisco do Rego Barros, então Presidente da Província. Vauthier e Boulitreau trabalhariam sob a chefia do Inspetor Geral de Obras, o tenente coronel do Imperial Corpo de Engenheiros Firmino Herculano de Moraes Âncora, que já contava com a assessoria do engenheiro Augusto Kersting e 300 artífices alemães.¹¹² Vinham substituir um outro engenheiro francês, Mr. Boyer, demitido por excesso de *"autoritarismo, extravagâncias nas despesas e incompetência"*.

Enquanto Kersting assumira o planejamento e execução das estradas de Pau d'Alho, S. Antão, Goiana e Rio Formoso, Vauthier foi incumbido das obras urbanas: o novo teatro, a planta da cidade com um projeto completo de remodelação das ruas e edificações; a construção das pontes de S. Amaro e Recife, as reformas do prédio do Convento do Carmo, futura sede do Liceu Provincial; o Cais do Colégio e a estrada de Luiz do Rego; e o projeto da estrada de Apipucos nos subúrbios da capital.¹¹³ Para cumprir estas metas, solicitou a contratação dos auxiliares Portier, Morel, Buessard e Milet, no que foi prontamente atendido, formando um grupo de engenheiros franceses que deveria acelerar a modernização da capital e providenciar sua ligação com as áreas produtoras do interior. Tal projeto tivera início em 1830 sob a chefia do engenheiro alemão J. Bloem, que foi substituído em 1839 por Boyer e os artífices alemães.¹¹⁴

Os resultados do trabalho de Vauthier e sua equipe surgiram rapidamente. Em Relatório de dezembro de 1841 -- ou seja, um ano após sua chegada -- comunicou o adiantamento das obras do teatro, a conclusão da ponte de S. Amaro, das obras do Liceu, do projeto de Apipucos e a finalização da planta da cidade. Contando com todo apoio da Presidência da província, teve rápida ascensão na Repartição de Obras Públicas. A 25 de maio de 1842 fez-se novo Regulamento para o órgão e nele o cargo de engenheiro-em-chefe concedeu ao politécnico a supervisão de todos os projetos. O grande poder acumulado nas mãos do jovem engenheiro não tardou a gerar atritos com o Inspetor Geral, o coronel Âncora, que acabou demitido em março de 1843.¹¹⁵

¹¹² VAUTHIER, L.L.- *Diário Íntimo do Engenheiro Vauthier, 1840-1846*. Prefácio e notas de Gilberto Freyre. R. de Janeiro, Serviço Gráfico do ministério da Educação e Saúde, p. 11-12.

¹¹³ FREYRE, G.- *Um engenheiro francês no Brasil*. R. de Janeiro, Liv. José Olympio, 1940, p. 102-105.

¹¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 98-100.

¹¹⁵ MARSON, I.A.- *O Império do Progresso*. p. 219-220.

Em nome dos recursos da engenharia civil, financeira e gerencial mais modernos da Europa, daí por diante, Vauthier comandaria grandes mudanças na Repartição: dividiu entre seus auxiliares a condução dos trabalhos, mas preservou para si a direção de todos eles; instalou pontes de ferro em Recife; modificou o sistema de execução das obras e interferiu no cronograma das atividades a serem cumpridas, invertendo prioridades e privilegiando novos projetos. Sob uma nova organização centralizada e hierarquizada, as realizações deslancharam: pontes, aterros, lanços de estradas e a planta urbana foram concluídos. Apenas as obras do teatro não foram terminadas.

Profundamente envolvido na remodelação da província, Vauthier ali se estabeleceu para ficar, partilhando das atividades da elite ilustrada de Pernambuco: tornou-se sócio do clube recreativo Sociedade Apolínea, do Gabinete Literário, e de uma serraria em Apipucos.¹¹⁶ Casou-se, montou confortável residência na Rua do Aragão e trouxe o irmão Eugène para viver no Recife; envolveu-se nas disputas internas à colônia francesa e na política partidária local ao lado de Francisco do Rego Barros, o Barão da Boa Vista, na defesa de quem participou escrevendo na Revista **O Progresso**.¹¹⁷

Em setembro de 1846 expirou o contrato do engenheiro em chefe com e ele não foi renovado. Derrotados pelos liberais nas eleições de 1844 e 1845, o Barão da Boa Vista e o partido conservador não dominavam mais a política pernambucana. A passagem e a saída de Vauthier de Pernambuco, assim como as teses d' **O Progresso**, provocaram intensa polêmica. Apesar das realizações do engenheiro francês, os liberais praieiros não lhe deram trégua. Despotismo, incompetência, gastos excessivos, ganância, usurpação de cargos, descompasso com os interesses da província e do Império foram as acusações mais constantes.

Não se pode negar as realizações do jovem engenheiro na Repartição de Obras Públicas. Embora parte de seus empreendimentos já estivessem planejados, as modificações por ele introduzidas representaram uma opção problemática. Dessa forma, o politécnico deu continuidade a projetos iniciados por outros técnicos estrangeiros, que também já haviam proposto um plano regional de obras prevendo tanto a remodelação urbana do Recife, quanto as vias de ligação com as principais vilas do interior. Sua originalidade consistiu na alteração dos cronogramas destas atividades, invertendo prioridades nos projetos das estradas. Preteriu aquelas que escoavam a produção dos pequenos engenhos e das lavouras de algodão do norte e centro, em favor de uma

¹¹⁶ VAUTHIER, L.L. - *Diário*...pgs. 34,59,117.

¹¹⁷ FREYRE, G. - *Ob.Cit.* pgs. 109-110, 136-140 e MARSON, I.A. - *O Império*...pgs. 290 e ss.

nova via que privilegiaria os grandes engenhos do sul. Evidentemente, os proprietários prejudicados não ficaram satisfeitos com as modificações introduzidas pelo competente engenheiro, e a acusação mais recorrente foi de autoritarismo que, aliás, seus antecessores também haviam recebido. A reforma urbana prevista por Bloem, Boyer e Vauthier -- alinhamento das ruas, demolições, padronização das edificações -- lesou muitos proprietários, originando as mesmas críticas e resistências.¹¹⁸

A diferença entre eles estava no fato do politécnico ter levado este autoritarismo ao extremo, propondo intervenções não apenas nos traçados e cronogramas, mas também nos postos de serviço, no sistema de execução e no regime de trabalho das obras. Os princípios que fundamentaram tais intervenções -- *unidade, centralização e hierarquia* -- resultaram concretamente numa desapropriação de bens e oportunidades, atributos essenciais da cidadania naquele momento. A aplicação destes princípios ao Regulamento da Repartição significou: a imposição da autoridade do engenheiro civil sobre o militar, ou de Vauthier sobre Âncora¹¹⁹; a subordinação do saber prático dos mestres-artesãos -- aos quais os arrematantes recorriam -- à arrogante ciência do engenheiro de pontes e calçadas formado por uma universidade estrangeira. É preciso avaliar historicamente a ressonância destes procedimentos, uma vez que eles aconteceram no momento em que os cidadãos proprietários do Império definiam sua própria nacionalidade recém-conquistada, num contexto interno e externo dominado pela competição estrangeira, especialmente portuguesa e inglesa¹²⁰. Além disso, a implantação do novo Regulamento resultou efetivamente em muitas demissões e na substituição de técnicos brasileiros por estrangeiros, que na maioria das vezes recebiam salários mais altos.

Por isso, nas críticas estampadas nos jornais, o estrangeiro aparece sempre como usurpador, pois suas decisões resguardavam uma perda real, já que as demissões desalojaram muitos mestres de obras e funcionários da Repartição. Afinal, os franceses não haviam vindo ao Brasil apenas para cumprir uma missão “civilizadora”, ou obter “glória e proveito” mostrando em “obras bem executadas” sua superioridade técnica, individual e cultural, conforme apregoaria posteriormente Gilberto Freyre.¹²¹ Logo ao chegar, Vauthier anotou em seu *Diário* que estava aqui para ser útil, mas também para “*ganhar dinheiro honestamente*”. E, apesar de expressar suas dificuldades em

¹¹⁸ *Idem, ibidem*, pgs. 94-97.

¹¹⁹ Sobre o movimento de separação da engenharia civil da militar na França ver WEISS, John H. “*Les changements d'ingénieur en France de 1800 a 1850*” IN: THÉPOT, André (org.)- *L'Ingénieur dans la Société Française*. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1985. p. 19-38.

¹²⁰ Lembremos os comentários de J. Armitage, T. Ottoni e Francisco S. Torres Homem.

¹²¹ FREYRE, G.- *Ob.Cit.* p. 197.

aceitar a concorrência intrínseca ao mundo dos negócios, tornou-se empresário, envolveu-se em irregularidades e instalou-se confortavelmente no Recife. Dois meses após ter chegado comentou:

"Em face de minha absoluta falta de fortuna, fiz o juramento de Aníbal: hei de chicotear e esporear tanto a vida que ela acabará por me carregar como uma montaria amestrada. Mas é preciso que eu ganhe algum dinheiro conservando-me honesto. Com o suor do meu rosto, não o suor de minha consciência (...)

*Conversei longamente com Mr. Navarre sobre nossa sociedade na serraria (...) Perspectiva soberba de negócio (...) não sou feito para o comércio. Fiquei com o coração apertado ao pensar que ia entrar em concorrência com um homem que não parece feliz e vem justamente me pedir conselhos sobre sua máquina e saída para sua madeira. Vamos talvez esmagá-lo e hoje apertamos as mãos. É a sorte do mundo atual. Concorrência assassina (...)"*¹²²

Assim, a concretização dos projetos do brilhante engenheiro pressupunham a desapropriação autoritária de direitos dos cidadãos proprietários. Uma proposta de colocação da tutela do Estado sobre as matas das nascentes para evitar seu desmatamento, provocados pelos cultivadores do algodão, e os longos períodos de seca que vinham inviabilizando esta cultura ¹²³, implicava na transferência da administração e aproveitamento da orla marítima, rios e matas, das Câmaras Municipais e dos proprietários e posseiros, para o governo provincial, exatamente como estava acontecendo nas áreas urbanas. A sugestão de Vauthier sobre a disciplinarização do espaço urbano resultou na lei no. II, de 11.5.1844 que proibia "*edificações ou reedificações, ou reparos sem licença e com multa de 30\$000 réis; banhos de roupa, tirar pedras do arrecife, abrir casas de negócio aos domingos e dias santos*".¹²⁴

Em todos estes casos o engenheiro propunha a anulação de direitos políticos e posses recém adquiridos com a Independência e o Ato Adicional.¹²⁵ Mesmo o aconselhamento de preservação das matas das cabeceiras dos rios, originalmente relacionado à seca e pragas do algodão, logo se demonstraria uma medida comprometida com a discriminação dos plantadores de algodão face os engenhos de açúcar, conforme se pode flagrar no texto d' **O Progresso**:

¹²² VAUTHIER, L.L. - *Diário*...p. 119. O engenheiro foi acusado de realizar tarefas para particulares que seu contrato de trabalho não permitia. FREYRE, G. - *Ob.Cit.* p. 208. O conforto da residência de Vauthier se expressa nos objetos que anunciou no *Diário de Pernambuco* quando deixou a Província: "*um lindo piano, vasta mobília, marquesas, cadeiras simples, cadeiras de balanços, aparadores, mesas de jantar, de meio de sala, espelhos grandes, um ótimo relógio patente inglês de cima de mesa, uma burra de ferro, louça, vidros, várias obras de prata, outros utensílios assaz necessários para a casa e alguns escravos de ambos os sexos*". *Diário de Pernambuco*. Recife, Typ. de M.F. de Faria, 10.11.1846, citado por FREYRE, G. - *Ob.Cit.* p. 110.

¹²³ *O Progresso*, T.II, 704-711.

¹²⁴ *Diário Novo*, 15.5.1844.

¹²⁵ MARSON, I.A. - *O Império do Progresso*. p. 223-224; *O Progresso*, T. II, 1847, p. 709-710.

"(...) O mal há sido causado pelos plantadores de algodão, que destruíram as matas, e depois de assim haverem arruinado quase inteiramente mais de mil léguas quadradas de nosso território vão continuando ainda, em algumas serras, que por serem mais distantes e íngremes, foram poupadas até hoje (...) Para isto, basta que o governo se aposses de todas as matas ainda existentes cuja conservação é necessária e também dos terrenos que devem ser replantados(...) O remédio consiste em parar imediatamente com todo e qualquer sorribamento nos terrenos de grandes declives e sobretudo nas serras (...) será necessário para que possamos tirar o melhor partido possível destes dons da natureza que a propriedade dos rios navegáveis, seja precisamente atribuída ao Estado".¹²⁶

Quando associamos as preocupações do engenheiro com as secas, cheias e pragas à sua crítica à atuação "predadora" dos plantadores de algodão (da qual ficam surpreendentemente isentos os produtores de açúcar), à defesa das "indústrias naturais" e do livre cambismo; à priorização da estrada da Escada e ao fato de Vauthier ser sócio justamente de uma serraria, as preocupações com o bem comum ficam comprometidas, uma vez que ressalta-se o compromisso de promover os senhores de engenho do sul em detrimento de proprietários de menores posses do centro e norte da província. Tal concepção se transfigura em meio de concentração do poder político do Estado (e naqueles que o gerenciam) e da riqueza, por legalizar a intervenção deste Estado no livre exercício da propriedade privada. A afinidade entre os projetos de Vauthier e as elites mais poderosas se evidencia ainda quando lembramos seus vínculos com o Barão da Boa Vista e sua "entourage" e deparamos com as benesses proporcionadas pelas estradas de Pau d'Alho (que dava acesso a Caxangá) e Tacaruna (que ligava Recife a Olinda):

"Vauthier fez do caminho de Pau d'Alho uma boa estrada moderna. Pós Caxangá a uma hora do Recife, transformando aquele povoado em suburbio da capital. Suburbio com casas pitorescas, onde as famílias ilustres da capital iam passar festas, tomar banhos de rio.(...) (Olinda) burgo de padres e doutores, alegrado apenas pelas troças dos estudantes do Curso Jurídico (...) reanimou-se tornando-se um ponto de recreio, de cura, de convalescença, de passamento de festas, de banhos de mar (...).¹²⁷

¹²⁶ A crítica direta de Vauthier aos lavradores de algodão não aparece explicitamente nos **Relatórios** apresentados pelo engenheiro em chefe da Repartição de Obras Públicas à administração provincial pois, nestas ocasiões, até por uma questão política, o engenheiro procurou se ater a argumentos técnicos. "*Relatórios do Engenheiro em Chefe da Província de Pernambuco (20.2.1843 e 16.9.1848)*". **Revista do Arquivo Público de Pernambuco**. Recife, imprensa Oficial, 3(5):141-306, 1^a e 2^a semestres de 1948. Muitas das proposições abordadas nos **Relatórios** foram transformadas em temas político-partidários depois do retorno de Vauthier à França, uma vez que sua equipe permaneceu em Pernambuco e continuou atuando na política provincial e n' **O Progresso**. MARSON, I.A.- **O Império do Progresso**. pgs. 290 e ss.

¹²⁷ FREYRE, G.- **Ob.Cit.** p. 188.

Porém, restringir os objetivos pessoais do engenheiro em chefe apenas a esta dimensão autoritária e elitizante seria ocultar outros objetivos e contradições do entusiasta leitor de Fourier, Lamennais, Saint Simon e outros pensadores reformistas de meados do século XIX, assim como de seus companheiros n' **O Progresso**. Este traço da obra e do perfil de Vauthier, a do "*socialista utópico*,"¹²⁸ também ficaram registrados nas páginas da Revista. Através dela podemos perceber que o competente engenheiro também pareceu pretender valer-se dos políticos ilustrados, do Estado e da Lei para reeducar os setores "*feudais*" da elite pernambucana e, inspirando-se no exemplo da França napoleônica, redistribuir a propriedade da terra. Esperava contribuir para a construção de uma sociedade equilibrada em dois grandes pólos: um grupo de empresários modernos ligados ao açúcar ou a companhias financiadoras, e uma "*classe média*", ou uma significativa camada de pequenos cultivadores de alimentos. Pretendia que todos -- através de taxaões sobre heranças e, especialmente, um *imposto territorial* -- devolvessem ao Estado parte dos benefícios que recebiam. Os impostos teriam, ao mesmo tempo, uma função corretiva e distributiva. Para justificar esta proposta a recorrência à imagem de uma sociedade feudal/romana como a européia do passado, aquela que descrevemos páginas antes, era condição *sine qua non*.¹²⁹

Sem desprezar as boas intenções do competente engenheiro, avaliemos a correspondência entre seus argumentos, as condições da sociedade pernambucana e a viabilidade de sua proposta. Nesta argumentação, partilhada com a equipe d' **O Progresso** na campanha eleitoral de 1847, a análise sobrepõe uma pressuposta vivência européia (sobretudo a francesa anterior a 1789) à situação pernambucana da década de 1840. Apesar do encanto contido tanto no projeto de reforma quanto na imagem projetada da sociedade, ambos simplificam sobremaneira a situação de Pernambuco naquele momento. Nesse sentido, a elite ilustrada não era tão desprendida a ponto de colaborar com algum projeto no qual viesse a perder; a sociedade não se compunha apenas de senhores e vassallos; as terras ocupadas pelos moradores não estavam "*incultas*" e, principalmente, o "*povo*" não concordava com seu novo lugar no contexto social, e não dispunha de meios para assumir a posição a ele destinada pelo "*progresso*". Conforme já mencionamos, as terras que porventura fossem jogadas no mercado pelo imposto territorial não estariam ao alcance nem dos moradores nem dos desempregados urbanos, exatamente devido a seu custo. Concretamente, o imposto territorial não seria uma solução para o desemprego urbano, além do que implicaria no desalojamento de rendeiros e moradores, empurrando-os para o trabalho assalariado, e na falência

¹²⁸ Imagem consagrada por Amaro Quintas em **O sentido social da revolução praieira**. R. de Janeiro, Civ. Brasileira, 1967; e na Introdução da mencionada publicação fac-símile d' **O Progresso**; e por Vamireh Chacon, **Ob.Cit.**

¹²⁹ **O Progresso**, T. II, 1847, p. 549-550.

dos médios e pequenos proprietários existentes, plantadores de algodão, cana, mandioca, criadores de pequenos rebanhos, já estabelecidos em boa parte das terras mencionadas. A suposta “*feudalidade territorial*” -- sem dúvida inspirada em alguns proprietários remanescentes do período colonial que ainda controlavam áreas originadas das antigas sesmarias -- incluía uma gama bastante variada de lavradores do norte e centro da província, justamente aquelas áreas que seriam prejudicadas caso se desse prioridade à estrada da Escada. Ao invés de dividir a propriedade, o imposto territorial terminaria por concentrá-la nas mãos daqueles investidores de maiores posses, o pequeno grupo que teria chances de investir na remodelação dos engenhos.

Por isso, os proprietários que seriam prejudicados pelo projeto Vauthier/Barão da Boa Vista mostraram-se mais claramente em 1848, ao pegarem em armas para defender sua “*liberdade/propriedade*” na Revolta Praieira. Possivelmente, Vauthier, e outros redatores d’**O Progresso**, pessoalmente se empenharam numa política que idealizava o sucesso dos grandes engenhos do sul, os quais teriam seus maquinismos remodelados, ou mesmo transformados em engenhos centrais, semelhantes àqueles que estavam sendo instalados naquele momento na Louisiana, em Martinica e Guadalupe.¹³⁰ Imaginavam também uma forma de pequena propriedade representada pelos lavradores fornecedores de cana para os engenhos centrais; e a constituição de um mercado de trabalhadores livres. Toda esta remodelação econômica e social se faria em detrimento de outras culturas e formas de propriedade existentes. Possivelmente, Vauthier idealizava, no futuro, uma sociedade equilibrada resultante de um processo complexo e contraditório: num primeiro momento, a concentração da propriedade e do poder e, posteriormente, sua distribuição entre a elite ilustrada e uma vasta camada de pequenos proprietários, uma nova “*classe média*”. Todavia, no presente, a equipe de engenheiros e da Revista atuava a serviço do partido conservador, e seu projeto nasceu como parte do programa eleitoral daquele partido.

¹³⁰ Entre 1843 e 1846, foram construídos os primeiros engenhos centrais nas colônias francesas. Foram montados com recursos de companhias de acionistas ou por grandes proprietários associados ao fabricante francês de aparelhos processadores do açúcar Derosne & Cail. Justamente em 1843, o governo conservador de Francisco do Rego Barros, o barão da Boa Vista, havia encomendado um exemplar destas máquinas para uma primeira experiência na província. Todavia, a compra foi anulada no ano seguinte pela administração praieira. MARSON, I. A. - **O império do progresso**, cap. 3; SCHNAKENBOURG, C. - *La crise du système esclavagiste. 1835-1847*. IN: *Histoire de l'industrie sucrière en Guadeloupe aux XIXe. e XXe. siècles*, tomo I. Paris, Editions Harmattan, 1980. Alguns proprietários de maiores posses e ousadia haviam começado a instalar as primeiras máquinas a vapor em seus engenhos, a exemplo de Domingos de Souza Leão, senhor do engenho Caraúna em Jaboatão que em 1836 foi o pioneiro neste tipo de empreendimento. GOUVEIA, Fernando Cruz - **O partido liberal no Império. O Barão de Vila Bela e sua época**. Brasília, Senado Federal, 1986, p. 22; EISENBERG, Peter L. - **Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco. 1840-1910**. trad. João Maia. R. de Janeiro/Paz e Terra; Campinas/UNICAMP, 1977.

O traço concentracionista deste projeto se expressou mais uma vez nas alterações promovidas nos métodos de execução das obras públicas, que deveriam se transformar numa das frentes de luta contra a “feudalidade”, quer dizer, contra os atuais arrematantes dos serviços do Estado. O sistema de execução por arrematações -- no qual a confecção das estradas era entregue a vários pequenos empresários que se responsabilizavam pela construção de “lanços” -- começou a ser substituído pelo sistema de administração.¹³¹ Pelo novo método, os trabalhos ficariam a cargo do Estado e sua equipe de engenheiros e batalhões de trabalhadores livres. Seriam financiados por sociedades de investidores nacionais ou estrangeiros, aos quais o Estado reembolsaria com os lucros gerados pelos próprios investimentos, no caso das estradas, por pedágios. Foi testado em obras urbanas -- no Teatro, encanamentos de água, nos reparos de pontes -- e Vauthier, alegando sua eficiência, esperava estendê-lo às estradas provinciais.

A generalização do sistema de administração e dos batalhões de trabalhadores livres representaria um rude golpe para os senhores de engenho e lavradores que atuavam como arrematantes, pois perderiam uma importante fonte de renda, quer por serem afastados daquele tipo de negócio, quer por se verem obrigados a utilizar homens livres nas tarefas até então desempenhadas por seus escravos disponíveis nos períodos de entressafra. Ao comentar, nos Relatórios entregues à administração provincial, a opção pelo trabalho livre, enfatiza que pretendia exigir que os arrematantes também empregassem um certo número de assalariados. Porém, tal exigência era inviável nas pequenas empreitadas dado o custo destes trabalhadores. Vauthier mesmo já havia percebido que os homens livres só se sujeitavam a prestar serviços nas obras públicas, desde que bem remunerados, de modo que apenas os grandes investidores, ou o Estado, poderiam arcar com as despesas desta opção:

*“A administração provincial ordenara que fosse substituído o trabalho escravo pelo livre e isto realizou-se com alguma dificuldade pela falta de uso que tinham os homens livres de se sujeitarem a certos trabalhos braçais. Foi até necessário aumentar muito o preço dos jornaes para convidar esses homens ao trabalho”.*¹³²

A própria Repartição de Obras Públicas ainda não generalizara o uso do trabalho livre, preservando significativo contingente de escravos. É possível que a adoção do assalariamento nas obras fosse, de imediato, um expediente hábil para afastar os arrematantes (e abrir espaço para as

¹³¹ *Relatório do Engenheiro em Chefe da Província de Pernambuco de 20.2.1843. Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, 3(5):272-274, 282-287.

companhias) e, juntamente com eles, os pequenos fornecedores e os mestres de obras locais; da mesma forma que as estradas restringiram as oportunidades de trabalho para tropeiros, muladeiros e barqueiros no transporte do açúcar e de mercadorias, e o imposto territorial inviabilizaria a permanência de moradores e rendeiros nas terras disponíveis dos engenhos. A preocupação em moralizar e civilizar a “feudalidade” tinha como reverso a constituição e disciplinarização dos braços “livres”.¹³³

O posicionamento de Vauthier frente a escravidão e o trabalho livre era no mínimo contraditório. Ao mesmo tempo que se propunha dar colocação aos “ociosos” — aqueles que, segundo comentário no seu *Diário* “passavam horas em frente de suas casas, aparentemente sem nada fazer”¹³⁴ — retirava a ocupação de outros homens e “liberava escravos” para aumentar a produção de açúcar nos engenhos.¹³⁵ A demonstração mais evidente desta contradição se exteriorizou em sua vida privada. Enquanto defendia a formação de batalhões de trabalhadores livres nas obras públicas, sua serraria trabalhava com cativos e sua casa era servida por escravos, conforme se pode perceber pela relação de bens que colocou em leilão quando deixou Pernambuco. Dela constavam “alguns escravos de ambos os sexos”.¹³⁶

Talvez, justamente as qualidades progressistas de Vauthier possam auxiliar na compreensão deste aparente paradoxo. Homem prático, eficiente e, sobretudo econômico, uma vez no Brasil, logo se apercebeu que o trabalho de escravos, sobretudo os domésticos, era mais lucrativo do que o dos criados assalariados que se ofereciam nos jornais, ou dos escravos de ganho disponíveis nas ruas, e que sem ele não era possível “ganhar dinheiro honestamente”.¹³⁷ Então, assim como Koster no início do século, e todos os outros proprietários, concluiu que a origem da propriedade, da riqueza e do poder no Brasil repousava sobre a exploração do trabalho escravo. Recorrer a escravos para amealhar sua riqueza particular não foi um problema, nem para sua consciência, nem para suas convicções liberais progressistas ou mesmo *socialistas*, nem para seu propósito de construir aqui uma sociedade mais equilibrada, até porque a escravidão era, sem dúvida um mal, porém,

¹³² *Relatório* de 1845, citado por FREYRE, G. - *Ob.Cit.* p. 200.

¹³³ MARSON, I.A. “Trabalho Livre e Progresso”. *Revista Brasileira de História*. 4(7):81-93, 1984.

¹³⁴ VAUTHIER, L.L. - *Diário*..p. 51.

¹³⁵ *Relatório*..16.9.1846, p. 182; FREYRE, G. - *Ob.Cit.* p. 176.

¹³⁶ *Diário de Pernambuco*, 10.II.1846; FREYRE, G. - *Ob.Cit.* p. 110.

¹³⁷ Sobre a marcante presença dos negros de ganho em Recife, lembramos o depoimento de Koster. Todavia, na corte, ela era ainda mais expressiva. ALGRANTI, L.M. - *O feitor ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822*. R. de Janeiro, Vozes, 1988; KARASCH, M. - *Slave life in Rio de Janeiro. 1808-1850*. Princeton, Princeton University Press, 1987.

também e, certamente, fundamento da pequena propriedade da “*classe média*”, na qual eles mesmos quiseram se incluir.

“Antigo Regime, Feudalismo, Servidão e Escravidão”: O Abolicionismo e a reforma/revolução da monarquia

“A política(...) tem lados ainda indefinidos que confinam com a arte, a religião e a filosofia, isto é, para falar a linguagem hegeliana, com as três esferas em que se manifesta o espírito do mundo”.(Joaquim Nabuco, *Minha Formação*)¹³⁸

No livro *O Abolicionismo*, de 1883, e nas *Conferências* proferidas durante a campanha eleitoral de 1884 no Recife, o jornalista e ex-deputado pelo partido liberal de Pernambuco, Joaquim Nabuco de Araujo, reinstrumentalizaria os termos do argumento, e muitas das proposições mencionadas anteriormente por Koster e *O Progresso*, para construir um projeto de *reforma/revolução social* da monarquia e da sociedade imperial que pressupôs uma absoluta incompatibilidade entre o liberalismo e a escravidão. Neles, a revolução social se confundiu, necessariamente, com a extinção do cativeiro.

Impossibilitado de atuar no Parlamento - devido à derrota sofrida nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1881 - e cumprindo um “exílio voluntário” na Inglaterra, Nabuco então participava de uma campanha pela abolição da escravidão no Brasil, com prazo marcado e sem indenização para os proprietários de escravos. Nesta circunstância, preparou o livro e publicou-o em Londres contando com o apoio da Anti-Slavery Society, a tradicional associação anti-escravista inglesa que desde o início do século combatia o tráfico e a escravidão nas colônias americanas, britânicas ou não, e com a qual Nabuco passara a se relacionar mais estreitamente desde 1880.¹³⁹ A

¹³⁸ NABUCO, J.. *Minha Formação*. p. 78.

¹³⁹ Estas ocorrências são referenciadas por Nabuco em *Minha Formação* e por seus mais importantes biógrafos a saber: NABUCO, Carolina - *A vida de Joaquim Nabuco*.; VIANA FILHO, Luís - *A vida de Joaquim Nabuco*. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1952 ; GOUVEIA, Fernando C. - *Joaquim Nabuco - entre a monarquia e a república*. Recife, Massangana, 1989. O African Institute criado em 1807, ao qual Koster estivera relacionado, tornar-se-ia, em 1823, a Anti-Slavery Society, ou em sua denominação completa a Society for the Mitigation and Gradual Abolition of Slavery. Em 1831 ela se desdobraria no Agence Comitee, órgão que remunerou profissionais para

preparação do livro teve por objetivos mais evidentes: nuançar a idéia muito difundida na Europa e nos Estados Unidos, de que a escravidão no Império era mais “branda” do que em outras áreas da América¹⁴⁰; aglutinar políticos brasileiros de todos os partidos – republicanos, conservadores e liberais – simpatizantes da abolição do cativeiro, em torno de um idealizado partido abolicionista que deveria sustentar “a causa” no Parlamento para apressar o fim da escravidão; fundamentar e divulgar o movimento junto à sociedade de maneira a reforçar o trabalho da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, por ele fundada em setembro de 1880 no Rio de Janeiro.

Para justificar a necessidade de abolir a escravidão sem ressarcimento aos proprietários de escravos, e demonstrar aos republicanos que “a grande questão para a democracia brasileira não era o regime monárquico e sim a escravidão”, Nabuco, somando razões veiculadas na fala de políticos brasileiros contra a escravidão desde a independência, e do movimento abolicionista internacional em toda sua história, delineou uma imagem gigantesca para ela. Tornou-a, simultaneamente, um instinto, exteriorizado nos sentimentos de maldade do senhor e bondade do escravo; um crime contra a lei do império e a moral; e uma relação social. Nesse último significado, ela transfigurou-se num imenso “monopólio”- do trabalho, da terra, do comércio, da indústria, do Estado – capaz de integrar todos os problemas da sociedade monárquica, e representativo de inúmeros episódios da história universal, em especial referentes ao império romano e ao antigo regime europeu. Em decorrência de todos estes atributos a *Escravidão* assumiu várias configurações: tornar-se-ia, ao mesmo tempo, uma personagem de um drama universal, uma

mobilizar apoio popular em favor da abolição da escravidão nas colônias britânicas, aproveitando a ampla movimentação política que acompanhou as reformas constitucionais de 1832, no interior das quais se integrou. Dessa forma, o Bill que aboliu a escravidão nas possessões inglesas em 1833, e entrou em vigor em 1834 foi aprovado no bojo destas reformas. Resolvida a questão da escravidão na Inglaterra, em 1839, a associação passou a denominar-se British and Foreign Anti-Slavery, para atuar internacionalmente contra o tráfico e a escravidão, quando intensificou contato com abolicionistas norte americanos, franceses, espanhóis e mais tardiamente, brasileiros. Seu traço mais característico em todo seu percurso foi o de encaminhar a questão pelas vias parlamentares, aproveitando outras mobilizações e canalizando o apoio de correntes abolicionistas diversas. COSTA, E. V. da – *Coroas...*; TEMPERLEY, H.- *Ob. Cit.* cap. 1; AZEVEDO, C. M.M. de – *Abolitionism in The United States and Brazil*, cap. 1.

¹⁴⁰ Informa-nos Célia M. de Azevedo que ainda em 1867, durante a Conferência de Paris contra a escravidão, a imagem do cativeiro brando praticado no Brasil – lançada por Koster no início do século e reiterada por outros estrangeiros, a exemplo dos reverendos R. Walsh e Daniel P. Kidder, (*Notices of Brazil in 1828 and 1829*; e *Sketches of Residence and travels in Brazil embracing Historical and Geographical Notices of the empire and its Several Provinces*. Philadelphia, Sorin & Ball, 1845, 2v.) e pelos abolicionistas norte-americanos, ainda vigorava entre os participantes e mesmo entre abolicionistas brasileiros. Durante o encontro, apenas uma fala destoou deste consenso, a do anarquista Elisée Reclus. AZEVEDO, A.M.M.- *Abolitionism*.p. 28-30;88-96; 137;144;152.

"pintura" e um "fato histórico"¹⁴¹. Conciliando tradição e progresso, Nabuco urdiu, numa mesma tela, ciência, arte e política.

Política, história e arte: a confecção da *Escravidão* e do *Abolicionismo*

*"Assim como a palavra Abolicionismo, a palavra Escravidão é tomada neste livro em sentido lato. Esta não significa somente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a soma do poderio, influência, capital, e clientela dos senhores todos; o feudalismo estabelecido no interior; a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado enfim, se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática, em cujas senzalas centenas de milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regime a que estão sujeitos (...) Quando emprego a palavra escravidão, sirvo-me de um termo compreensivo, -- como é por exemplo em França, a expressão Antigo Regime -- dos resultados de nosso sistema social todo, o qual é baseado sobre a escravidão".*¹⁴²

"O traço todo da vida é para muitos um desenho de criança esquecido pelo homem, mas ao qual ele terá que se cingir sem o saber(...) Estive envolvido na campanha da abolição e durante

¹⁴¹ Na concepção aferida à esta expressão por Lucien Febvre ao considerar a percepção "historizante" do fato: um "gancho", "fabricação" do historiador, capaz de acolher e conferir organicidade e inteligibilidade a inúmeros dados, eventos, e informações originalmente desarticulados. Mas Nabuco, inspirado em exemplos de políticos liberais ingleses, também associaria à concepção positivista traços românticos, direcionados à sensibilidade do leitor. O mesmo estilo de discurso em forma de drama, onde se trava um combate entre duas forças de teor moral, utilizado por Nabuco, é reconhecido por Peter Gay nas peças de oratória e no texto historiográfico do político abolicionista e reformista inglês Tomas Macaulay. GAY, P.- **O Estilo na História**. p.103-106. Tal estilo, dirigido especialmente aos sentimentos, era uma prática da política instituída desde o antigo regime, e dada sua eficácia, reinstrumentalizada neste outro momento da monarquia e, também, posteriormente: "Les moyens, les supports utilisés pour communiquer les sentiments politiques sont multiples. Sous la monarchie absolue, les arts étaient particulièrement sollicités (la littérature, le théâtre, la peinture, la numismatique, l'architecture), comme les mises en scène populaires (les défiles, les fêtes, les rituels). À ces moyens traditionnels, les techniques modernes de communication de masse ont notamment ajouté le rôle des images comme canal de transmission des affects politiques." ANSART, Pierre - "Les Passions Politiques" IN: Politique et Pouvoir. **Encyclopaedia Universalis**. Paris, 1968; p.1254; ver também do mesmo autor: **La Gestion des Passions Politiques**. L'Age d'Homme. Lausanne, 1983. Os séculos XVIII e XIX assistiram a um cultivo sem precedentes dos sentimentos, particularmente da compaixão, com fins políticos: "O homem de letras -- célebre ou obscuro --, o moralista, o político, o educador, o legislador, todos testemunham um interesse marcante pelas sensibilidades e pelos deveres de cada um: edificar homens, moralizá-los, governá-los, instruí-los, levá-los a desejar as leis, aceitá-las, submeter-se a elas, significará doravante insuflar emoções e incitar sentimentos; e, ainda mais, despertar certas disposições psicológicas, encorajar certas formas de sensibilidade, suscitar e cultivar sentimentos com fins políticos. entre eles, a compaixão conhece, no século XVIII, uma importância crucial". HAROCHE, C.- **Ob. Cit.** p. 145. A incorporação da questão social na política - tema privilegiado para a exploração dos sentimentos - a partir das revoluções do séc. XVIII, é analisada por ARENDT, H.- **Ob. Cit.** especialmente cap. 2:

¹⁴² NABUCO, J.- **O Abolicionismo**. 5a. ed. Petrópolis, Vozes, 1988. p. 28; "Conferência no Teatro Politeama". IN: **Conferências** p. 243.

*dez anos procurei extrair de tudo, da história, da ciência, da religião, da vida, um filtro que seduzisse a dinastia; vi os escravos em todas as condições imagináveis; mil vezes li A Cabana do Pai Tomás, no original da dor vivida sangrando; no entanto, a escravidão cabe toda em um quadro inesquecido da infância, em uma primeira impressão, que decidi, estou certo, do emprego ulterior da minha vida".*¹⁴³

Então, nos textos de Nabuco, a *Escravidão* assume a figura de um ser vivo, dotado de comportamento e de atributos humanos, morais, jurídicos e políticos, e protagonista de um drama vivido pela humanidade desde sempre¹⁴⁴. Seu primeiro significado, e o que exerce maior impacto sobre o leitor ou o ouvinte, é aquele que a transformou numa relação instintiva "*bárbara e má*" da qual o escravo era *uma vítima indefesa*" e uma criatura que vivia sob o domínio quase absoluto do senhor. O escravo era um "*refém*", um "*oprimido que não sentia ódio e que foi capaz de suportar 300 anos de escravidão sem ter sua alma azedada por ela*"; um ser que possuía a "*consciência adormecida*", "*o coração resignado*", "*a esperança morta*", um "*órfão do destino*" que "*só tem de seu a morte*", e uma classe sem direito algum (de desobedecer, de ter asilo inviolável) que sofria penas já abolidas, como os "*açoites e a tortura*". A natureza da *Escravidão* no Brasil, em 1883, era a mesma havia 300 anos e estava intrinsecamente relacionada aos sentimentos e atributos morais do senhor e do escravo: violência/crueldade, benevolência/bondade, ou passividade/bondade e agressão/crueldade. Preocupado em negar qualquer especificidade à escravidão praticada no Brasil e em incluí-la numa prática universal, identifica estes sentimentos como característica de todos os seres bárbaros, porque presas de seus instintos:

*"(...) e não é mais branda do que em qualquer outro país da América. Se ela assim parece, é porque os escravos aqui são mais resignados, pois o limite da crueldade do senhor está na passividade do escravo porque desde que a passividade cesse a crueldade aparece".*¹⁴⁵

¹⁴³ NABUCO, J. *Minha Formação*, p. 182.

¹⁴⁴ Em 1870, quando finalizou o curso de Direito em Recife, inspirando-se num processo em que defendera um escravo responsabilizado por dois assassinatos, Nabuco escreveu uma peça intitulada "A Escravidão" num estilo forense que explorou especialmente a faceta histórica e jurídica da instituição sem destacar os traços dramáticos. A imagem da escravidão presente nesta obra é substancialmente diversa daquela projetada n' *O Abolicionismo*. O projeto original deste texto previu três atos: o crime, a história do crime e a reparação do crime. Entretanto, o autor só concluiu os dois primeiros e a obra permaneceu inédita até 1949, quando foi publicada pela revista do I.H.G.B. Uma segunda edição comemorativa foi feita em 1988. NABUCO, J.- *A escravidão*. Compilação de José Antonio Gonçalves de Mello; apresentação de Leonardo Dantas Silva; prefácio de Manuel Correia de Andrade. Recife, Fundaj/Ed. Massangana, 1988. TASINATO, Célio R.- *Política e Escravidão: o projeto emancipacionista de Joaquim Nabuco em A Escravidão (1870)*. Monografia de Bacharelado. Depto. de História - IFCH-UNICAMP, março de 1999.

¹⁴⁵ *Idem, ibidem*, pgs. 39-50 *passim*.

Mas, a *Escravidão* era também uma relação social perversa tanto para o escravo quanto para o senhor já que o escravo poderia, em situações de desespero, transformar-se num agressor. Dessa forma ambos eram vítimas da *Escravidão*, “dois tipos contrários mas no fundo os mesmos”. Ao conferir à *Escravidão* o estatuto de uma relação dotada de moralidade que regia a vida daqueles que a praticavam, Nabuco suaviza a avaliação do comportamento dos senhores concretos, deslocando a responsabilidade moral dos efeitos desta relação para uma figura colocada acima deles e que era “um estado violento no qual não pode deixar de haver uma explosão. Ela expõe continuamente o senhor ou os seus agentes e tenta o escravo ao crime”. Por isso, não estava entre os objetivos abolicionistas insuflar os escravos, para não expor a classe mais influente e poderosa do Estado - cujo esclarecimento e salvação era o grande objetivo do texto - à “vindita bárbara e selvagem de uma população mantida ao nível dos animais e cujas paixões, quebrado o freio do medo, não conheceria limites(...) É a escravidão que é má e obriga o senhor a sê-lo”.¹⁴⁶

Agregando traços jurídicos a esta relação, Nabuco tomou-a, por várias razões, um “crime”: era uma ilegalidade perante o direito internacional, a legislação brasileira, a ética e as práticas econômicas liberais. Assim, o tráfico no continente africano – a origem da *Escravidão* no século XIX - constituía um “contrabando de sangue”, uma “perversidade” e um atentado contra o direito que é a base da sociedade civilizada, “resultado” das conquistas do homem e da civilização na sua longa evolução. Tal evolução, agora chegada ao ponto em que a *Escravidão* fora banida de todas as nações civilizadas do mundo ocidental – uma vez que fora superada nos Estados Unidos e mesmo quase vencida em Cuba – cobrava que o Império, solitário na prática desta instituição, também a abolisse:

“De fato, a *Escravidão* pertence ao número das instituições fósseis, e só existe em nosso período social numa porção retardatária do globo que escapa por infelicidade sua à coesão geral. Como a antropofagia, o cativo da mulher, a poligamia, a escravidão é um fato que não pertence ao estágio a que chegou o homem(...) A escravidão é hoje no Brasil o que era em 1862 nos Estados do Sul da União, o que foi em Cuba e nas Antilhas, o que não pode deixar de ser, como a guerra não pode deixar de ser sanguinolenta: isto é bárbara como a descreveu Charles Sumner”.¹⁴⁷

Se a legislação brasileira fosse cumprida, a *Escravidão* já teria sido superada. Pela lei de 7 de novembro de 1831 (que decretou a ilegalidade do tráfico), todos os africanos chegados ao Brasil a partir daquela data deveriam ser declarados livres; portanto, a grande maioria dos cativos aqui existentes estavam ilegalmente privados da liberdade. Além da ilegalidade da origem, a *Escravidão*,

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 39-40; 103.

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 89.

naquele momento, tornara-se uma ilegalidade do ponto de vista da propriedade, pois a maior parte dos escravos então existentes já haviam cumprido um tempo de trabalho suficiente para ressarcir seus senhores e, portanto, tinham direito à alforria, ou, feita as contas, pouco faltaria para terem este direito. Por isso os proprietários de escravos já deveriam ter-se preparado para esse desfecho desde 1871. O que se assistia então era, invariavelmente, à prática de um crime, a “usura”. Conforme bem demonstrara Shakespeare no *Mercador de Veneza*,¹⁴⁸ tratava-se de um crime porque os senhores pagavam literalmente com carne humana – a do escravo – os juros exorbitantes cobrados por agiotas inescrupulosos que financiavam a lavoura do Império. Nestas circunstâncias, o escravo “remia”, injustamente, os problemas do “sistema da escravidão”, o único responsável pela escravização dos senhores às hipotecas, e aos Correspondentes:

“Pense entretanto a lavoura, faça o agricultor a conta dos seus escravos; do que eles efetivamente lhe custaram e do que lhe renderam, das crias que produziram – descontando os africanos importados depois de 1831 e seus filhos conhecidos, pelos quais seria um ultraje reclamarem uma indenização pública – e vejam o país, depois de grandes e solenes avisos para que descontinuassem essa indústria cruel, não tem o direito de extingui-la, de chofre, sem ser acusado de os sacrificar.

*Se eles não conseguem remir as suas hipotecas, pagar suas dívidas, a culpa não é dos pobres escravos, que os ajudam quanto podem, e não devem responder pelo que o sistema da escravidão tem de mau e contrário aos interesses do agricultor. Dê cada senhor hoje uma papeleta a cada um dos seus escravos, inscrevendo na primeira página, não já o que ele custou – somente este processo eliminaria metade da escravatura legal – mas o que vale no mercado, e lance ao crédito desse escravo cada serviço que ele preste; dentro de pouco tempo a dívida estará amortizada. Se alguma coisa o escravo lhe ficar restando, ele mesmo fará honra à sua firma, servindo-o depois de livre; tudo o que não for isso, é usura e a pior de todas, a de Shylock, levantada sobre a carne humana e, pior do que a de Shylock, executada pelo próprio usurário.”*¹⁴⁹

Por sua vez, a lei de 28 de setembro de 1871, pela qual “o governo brasileiro fez o mundo acreditar que a escravidão havia acabado no Brasil”, poderia ter garantido, entre outros direitos, a

¹⁴⁸ Trata-se de uma das comédias de Shakespeare, na qual ele explora a atuação de quatro personagens (Antônio, Bassânio, Shillock e Pórcia), que se enredam num intrincado jogo de intriga e poder pautado pela astúcia das inversões. Num primeiro plano, estão Bassânio e Antônio, virtuosos e unidos por estreita amizade que contrastam com Shillock, personificação da usura e da ganância pelo dinheiro. Para socorrer o amigo Bassânio, Antonio assina um contrato com Shillock, um agiota, que estipula não exatamente uma cobrança acrescida de juros, mas uma punição estranha. Caso a soma não fosse paga na data combinada, Shillock terá o direito de retirar uma libra de carne de Antônio, da parte do corpo que for de seu agrado, punição que acaba frustrada pela astúcia de Pórcia “Dividindo a riqueza em duas formas distintas, o juro e o lucro, Shakespeare consagrou nessa obra um antagonismo próprio de seu tempo, a que corresponderiam éticas e espertezas opostas.” Uma análise do sentido desta comédia, que aponta a redefinição do conceito de riqueza na época do Renascimento aparece em MARSON, Adalberto - “Colombo e o encanto do Ouro”. *Humanidades* – América, 500 anos. Edunb. 2(8):169-177.

liberdade a todos os filhos de escravas nascidos depois da lei. Porém, a primeira determinação nunca fora respeitada, e a segunda, devido a suas “imperfeições”, desvirtuara-se completamente. Assim, conclui Nabuco, a *Escravidão* no Brasil continuava existindo como sempre existira; ela não só não acabara como não mudara com a lei, a causa não estava vencida: a alforria e o resgate pela emancipação existiam para poucos, particularmente diante da grande valorização dos escravos existentes, em virtude da abolição do tráfico. Permaneciam a mortalidade de escravos, o número de africanos em cativeiro, a caçada aos negros fugidos, a educação dos ingênuos na escravidão, a existência dos “*ergástulos agrários*” e os anúncios nos jornais. A Constituição não se ocupara dos escravos, por isso eles continuavam fora da lei. A maior “*chaga*” da escravidão era a “*violação da lei*”, a existência de toda uma sociedade vivendo à sua revelia, obrigando os estadistas a criarem meios de validar os africanos escravizados ilegalmente, a reduzir reféns estrangeiros à escravidão e de torná-los propriedade legítima.¹⁵⁰ E tudo isso para atender à avidez de traficantes astutos e imorais e a uma classe influente e poderosa do Estado, identificada com proprietários do sul, “*a democracia escravagista de S. Paulo*”:

*“É curioso que os senhores, que exercem esse poder ilimitado sobre seus escravos, consideram uma opressão intolerável contra si a mínima intervenção da lei a favor destes. A resistência que a lavoura opôs à parte da lei de 28 de setembro que criou o direito do escravo de ter pecúlio próprio e o de resgatar-se por meio deste, prova que nem essa migalha ela queria deixar cair de sua mesa. Os lavradores do Bananal, por exemplo, representando pelos seus nomes a lavoura de S. Paulo e dos limites da província do Rio, diziam em uma petição às Câmaras: ‘Ou existe a propriedade com suas qualidades essenciais, ou então não pode decididamente existir. A alforria forçada, é a vindita armada sobre todos os tetos, a injúria suspensa sobre todas as famílias, o aniquilamento da lavoura, a morte do país’” (...)*¹⁵¹

A escravidão praticada por estes “lavradores” desafiava a lei, o Estado e a cidadania:

*“(...) É a posse, o domínio, o seqüestro de um homem – corpo, inteligência, forças, movimentos, atividade que só acaba com a morte. Como se há de definir juridicamente o que o senhor pode sobre o escravo, ou que este pode sobre o senhor? Em regra o senhor pode tudo(...); é monopólio da terra, do Capital e do trabalho, um Estado dentro do Estado, cem vezes mais forte do que a própria nação”.*¹⁵²

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, p.157-158. Nabuco se refere à prática do pagamento das hipotecas que recaíam sobre a lavoura, especialmente nas províncias do norte, com bens móveis dos quais, os escravos e o gado, eram os mais valiosos. Trataremos dessa questão no 4º capítulo.

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, pgs. 45-101, *passim*.

¹⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 89. Inúmeras são as vezes em que Nabuco referencia a lavoura do sul.

¹⁵² *Idem, ibidem*, p. 98, 34.

Enquanto monopólio da terra, a *Escravidão* deu origem à grande propriedade territorial com “trabalhadores enclausurados” e “proletários sem um pedaço de terra”, dependentes e miseráveis, verdadeiros “servos da gleba”. Além disso, esgotou o solo, criou uma população de “nômadas”, aviltou o trabalho, estiolou as vilas do interior, criou uma riqueza estéril - porque reaplicada em escravos e no luxo - e efêmera, e impediu o desenvolvimento da indústria e do progresso. A escravidão montara um sistema que arruinava economicamente o país:

*“O caráter da sua cultura é a imprevidência, a rotina, a indiferença pela máquina, o mais completo desprezo pelos interesses do futuro. A ambição de tirar o maior lucro imediato com o menor trabalho possível, qualquer que seja o prejuízo das gerações seguintes. O parcelamento feudal do solo que ela instituiu, junto ao monopólio do trabalho que possui, impede a formação de núcleos de população industrial e a extensão do comércio no interior. Em todos os sentidos foi ela, e é, um obstáculo ao desenvolvimento material dos municípios: explorou a terra(...) queimou, plantou e abandonou; consumiu os lucros na compra de escravos e no luxo da cidade; não edificou escolas, nem igrejas, não construiu pontes, nem melhorou os rios; (...) não fomentou nenhuma indústria, não empregou máquinas, não concorreu para o progresso da zona circunvizinha”.*¹⁵³

Ainda, atrofiou o comércio, ao torná-lo dependente dos “Correspondentes” e dos proprietários de escravos. “Agentes da escravidão”, os Correspondentes “compram tudo o que ela lhes oferece e vendem-lhe tudo o que ela precisa”. Sua hegemonia não abria horizontes para o país, não criava indústria nem consumidores; não desenvolvia as cidades; rejeitava o progresso; tornava o comércio servo de uma classe, a dos proprietários de terras, especialmente os produtores de café:

*“Escravidão e indústria são termos que se excluíram sempre como escravidão e colonização. O espírito da primeira, espalhando-se por um país, mata cada uma das faculdades humanas, de que provêm a indústria: a iniciativa, a invenção, a energia individual; e cada um dos elementos de que ela precisa: a associação de capitais, a abundância de trabalho, a educação técnica dos operários, a confiança no futuro(...) O grande comércio nacional não dispõe de capitais comparáveis aos do comércio estrangeiro, tanto de exportação como de importação, ao passo que o comércio a retalho, em toda sua porção florescente(...) é praticamente monopólio de estrangeiros(...) porque é a escravidão que impede o comércio a retalho de ser em grande parte brasileiro. Em relação ao comércio, a escravidão procede desta forma: fecha-lhe, por desconfiança e rotina, o interior, isto é, tudo o que não é capital da província(...) O comércio(...) é o manancial da escravidão, e o seu banqueiro. Na geração passada, em toda a parte, ele a alimentou de africanos(...); muitas das propriedades agrícolas caíram em mãos de fornecedores de escravos; as fortunas realizadas pelo Tráfico(...) Os principais fregueses do comércio são os proprietários de escravos(...) o café é sempre rei nas praças do Rio e Santos, e o comércio faltando a indústria e o trabalho livre, não pode servir senão para o agente da escravidão, comprando-lhe tudo o que ela oferece e vendendo-lhe tudo o que ela precisa(...)”*¹⁵⁴

¹⁵³ *Idem, ibidem*, p. 120.

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 129-130

Do monopólio da terra, do trabalho e do comércio decorreu o monopólio social da escravidão. Ela moldou a sociedade sem ordem e com o desenvolvimento retardado, formada por “algumas famílias transitoriamente ricas e dez milhões de proletários.”¹⁵⁵ O desenvolvimento social do Brasil fora o oposto ao ocorrido nos Estados Unidos. Lá a escravidão não afetara a constituição social porque “manteve a parte superior do organismo intacta” e os negros ficaram fora da sociedade. Aqui, todavia, ela fora mais hábil e não desenvolvera a prevenção de cor, nem “uma divisão fixa de classe”. No dia seguinte à alforria, o escravo tornava-se um cidadão como qualquer outro, podendo mesmo comprar escravos, casar com livres, criando assim uma “confusão de classes, um caos étnico”, uma “síntese nacional” que “degradou as classes”.¹⁵⁶ Impediu a formação de pequenas propriedades e de uma “classe média”. Tornou lavradores e moradores “proletários”, sem “independência de ordem alguma vivendo ao azar do capricho alheio”; não consentiu na formação de classes operárias; fez crescer artificialmente o contingente de empregados públicos e tornou-os “servos da gleba do Estado”; dificultou a formação de uma verdadeira aristocracia, pois “a aristocracia territorial não é nem aristocracia do dinheiro, nem de nascimento, nem de inteligência, nem de raça”; e neutralizou as forças sociais: cooptou a Igreja, degenerou o patriotismo (“ser patriota é ser escravagista”), repeliu a imprensa e a escola, e impediu a emergência da opinião pública.¹⁵⁷

A escravidão e seus “ergástulos agrários”, “um Estado dentro do Estado”, impusera ao Império “as finanças da escravidão”, consagradoras de um monopólio usufruído por uma minoria, que se apoiava “em quatro pilares carcomidos”: a apólice do governo, a dívida externa, o câmbio baixo e o papel-moeda. Eram os responsáveis pelo “déficit colossal” do governo e por um sistema extorsivo de impostos que arruinava a lavoura, o comércio, o artesanato e, principalmente, a monarquia, porque escravizava ela mesma e toda a nação a um grupo de proprietários de escravos e “Correspondentes” que dominava os Clubes da Lavoura:

“Quanto à riqueza, já vimos que a escravidão arruinou uma geração de agricultores, que ela mesma substituiu pelos que lhes forneciam os escravos(...) a atual geração não tem sido mais feliz. Grande parte dos seus lucros foram convertidos em carne humana, a alto preço e, se hoje, uma epidemia devastasse os cafezeiros, o capital que a lavoura toda do Império poderia apurar para novas culturas havia de espantar os que a reputam florescente(...) A escravidão produziu, como sistema financeiro, um orçamento colossal, muito superior às nossas forças, e que se apoia

¹⁵⁵ NABUCO, J.- “Segunda Conferência no Teatro Santa Isabel”, I.II.1884. IN: **O Abolicionismo. Conferências e Discursos Abolicionistas**. S. Paulo, IPÊ, 1949. p. 271.

¹⁵⁶ NABUCO, J.- **O Abolicionismo**. p. 126-127.

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*, pgs. 138-139, *passim*.

sobre quatro pilares, cada qual mais carcomido: a apólice que nunca se amortiza, a dívida externa que se agrava com o câmbio, o papel moeda que sempre se deprecia, e um déficit colossal e crescente que nada pode encher".¹⁵⁸

Por todos estes compromissos, a *Escravidão* desvirtuara o liberalismo e a monarquia parlamentar, e engendrara uma "paródia de democracia", uma "nação sem povo" e sem vontade nacional. Degenerou os partidos, tornando-os veículos de interesses e ambições pessoais de uma "casta de senhores". Fez do sistema representativo um "enxerto de formas parlamentares num governo patriarcal", onde ministros, senadores e deputados vivem subjugados pelo poder pessoal do Imperador absoluto "como o Czar e o Sultão". Era isso o que efetivamente ocorria, embora o monarca estivesse no centro de um governo moderno e provido de todos os órgãos superiores, como o Parlamento. Mas, dadas as circunstâncias ele acabava se tornando "um Primeiro Ministro Permanente do Brasil". Assim, no seu sentido mais abrangente, a *Escravidão* era um monopólio do trabalho, da terra, do capital e do poder, "uma instituição que forma um Império dentro do Império", que colocava sob seu domínio a propriedade e a riqueza, a lavoura, a nação o Imperador e o Estado. Era o sucedâneo nacional do Antigo Regime.

"Não há muito que se fala no Brasil em Abolicionismo e Partido Abolicionista. A idéia de suprimir a escravidão, libertando os escravos existentes, sucedeu à idéia de suprimir a escravidão, entregando-lhe o milhão e meio de homens de que ela se achava de posse em 1871 e deixando-a acabar com eles. Foi na legislatura de 1879-80 que, pela primeira vez se viu dentro e fora do Parlamento um grupo de homens fazer da emancipação dos escravos, não da limitação do cativeiro às gerações atuais, a sua bandeira política, a condição preliminar da sua adesão a qualquer dos partidos. (...) "

O Abolicionismo é, assim, uma concepção nova em nossa história política, e dele, muito provavelmente, como adiante se verá, há de resultar a desagregação dos atuais partidos. Até bem pouco tempo a *Escravidão* podia esperar que a sua sorte fosse a mesma no Brasil que no Império Romano, e que deixassem desaparecer sem contorsões nem violência. (...) O Abolicionismo é um protesto contra esta triste perspectiva, contra o expediente de entregar à morte a solução de um problema, que não é só de justiça e consciência moral, mas também de previdência política."¹⁵⁹

¹⁵⁸ *Idem, ibidem*, pgs. 138-139; 34; Segunda Conferência no Teatro Santa Isabel, Recife. 1º de novembro de 1884 IN: *O Abolicionismo. Conferências e Discursos Abolicionistas*...p. 273. A ligação entre escravidão e monopólio foi inspirada em Augustin Cochin, que considerava a escravidão "um dos privilégios assegurados pelas metrópoles às colônias" e "pedra principal do pacto colonial". COCHIN, A.- *L'Abolition de l'Esclavage*. Font de France, Ed. Désormeaux, 1979, p. 228. A primeira edição é de 1861.

¹⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 27-28.

No texto d' *O Abolicionismo*, Nabuco propôs que a desconstrução da Escravidão não deveria ser resolvida pelo movimento natural da história, como acontecera no Império Romano, ou deixada ao alvedrio estrito dos proprietários de escravos. Também, não seria preciso recorrer à situação extrema de uma guerra civil como acontecera nos Estados Unidos ou à desorganização do trabalho nos engenhos e fazendas, como pretendiam grupos abolicionistas que promoviam manifestações nas cidades e já agiam nas senzalas. Nem se deveria esperar que as rebeldias escravas que haviam se intensificado nos últimos anos, especialmente nas áreas de produção cafeeira, em virtude da transferência de escravos do norte, da formação de grandes plantéis e do rigor do trabalho escravo.¹⁶⁰ Ou seja, para evitar uma “guerra servil”, a “insurreição” e a “incitação ao crime”, dever-se-ia intervir pacificamente na história para abreviar o tempo de vida da Escravidão e promover reformas a serem conduzidas por mãos preparadas e no lugar adequado. Por isso, *O Abolicionismo*, contrapondo-se a outros encaminhamentos para a “questão servil”, se constituiu num projeto de reforma e de emancipação da nação do monopólio da escravidão, uma “segunda independência”, a ser realizada por um partido político, no âmbito do Parlamento, por meio de leis. Nesse sentido, a campanha abolicionista não se dirigia aos escravos:

A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma cobardia inepta e criminosa e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa (...) A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais (...) a emancipação há de

¹⁶⁰ A questão servil já vinha sendo encaminhada, e o processo de trabalho escravo profundamente transformado, de outras formas. Às vezes respeitando-se os direitos à alforria garantidos aos escravos pela lei de 1871. Outras, preservando os direitos de propriedade dos senhores, quando se concedia a manumissão contratada, ou seja, sob condição de prestação de serviços por tempo determinado. Estes haviam sido procedimentos previstos pelo próprio Nabuco no texto d' *A Escravidão*, texto inacabado escrito em 1870. Outras ainda, em virtude da pressão dos escravos, ou pela força (fugas e revoltas) ou pelas brechas da lei, com o assessoramento dos “curadores”. EISENBERG, P.- *Homens Esquecidos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990; COSTA, Emília V. da - *Da Senzala à Colônia*. 3ª. ed. S. Paulo, Brasiliense, 1989; AZEVEDO, Célia M.M. - *Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites do séc. XIX*. R. de Janeiro, Paz e terra, 1987; CHALHOUB, Sidney - *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. S. Paulo, Cia das Letras, 1990; MACHADO, M.H.- *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. R. de Janeiro/Ed. da UFRJ; S. Paulo/EDUSP, 1994; *Crime e Escravidão. Trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas. 1830-1881*. S. Paulo, Brasiliense, 1987; MATTOS, Hebe M.- *Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade na sociedade escravista. Brasil século XIX*. 2ª. ed. R. de Janeiro, N. Fronteira, 1978; GOMES, Flávio dos S.- *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no R. de Janeiro. séc. XIX*. R. de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993; AZEVEDO, Elciene - *Orfeu de Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de S. Paulo*. Campinas, EDUNICAMP/CECULT/FINEP, 1999; CARVALHO, Marcus J.M.- *Liberdade. Rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*. Recife, Ed. Universitária -UFPE, 1998.

*ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras(...) A propaganda abolicionista é dirigida contra uma instituição e não contra pessoas. Não atacamos os proprietários como indivíduos, atacamos o domínio que exercem e o estado de atraso em que a instituição que representam mantém o país todo.”*¹⁶¹

Ela procurava sensibilizar os eleitores diretos qualificados pela Lei Saraiva de 1881, ou seja, os proprietários que tivessem renda a partir de 200 mil réis anuais¹⁶², em especial os eleitores do 2º distrito de Recife, pelo qual Nabuco concorreu ao cargo de deputado geral. Pretendia convencê-los de que a abolição imediata da escravidão desmobilizaria o poder de uma minoria de proprietários de escravos que se beneficiava de um “*do monopólio e das finanças da escravidão*”. Ainda pretendia explicar a eles que da abolição do cativeiro resultaria uma reforma social, uma “*revolução pacífica*” ou uma nação pacificada de cidadãos disciplinados e morigerados “*uma pátria comum, forte e respeitada, os membros agora em conflito todos em comunhão com os outros e consigo mesmos: os escravos que agora estavam fora do grêmio social; os senhores, agora atacados como representantes de um regime condenado; os inimigos da escravidão; e a massa inativa da população, vítima do monopólio da terra e da maldição do trabalho.*”¹⁶³

Pretendeu esclarecer também que a atuação do Abolicionismo projetar-se-ia no presente e no futuro. No presente, empenhava-se na promulgação de duas leis. A primeira, urgente, de emancipação dos escravos existentes, uma concepção *nova* de abolicionismo que sucedia a “*idéia de suprimir a escravidão entregando-lhe um milhão e meio de escravos de que ela se achava de posse em 1871 e deixando-a morrer com eles*”. A emancipação dos escravos promoveria também a libertação dos senhores uma vez que a escravidão lhes propiciava uma riqueza “*efêmera*”, subordinada aos correspondentes e aos traficantes. Além disso, libertaria os próprios investidores, aos quais abrir-se-iam empreendimentos no comércio e nas indústrias “*naturais*” – no caso de Pernambuco, o açúcar. E o próprio Estado, asfixiado pelos encargos dos empréstimos feitos na Europa para bancar o alto custo das “*finanças da escravidão*”. Em discurso proferido em 16 de novembro de 1884, no bairro da Madalena, falando aos “*ricos*” do Recife, Nabuco considerou:

Falo hoje, no bairro da riqueza do Recife(...) Seja-me permitido dizer que essa riqueza não parece digna de entusiasmo ou admiração a quem contemplou a riqueza dos povos livres(...)Mas, desde que fiz referência ao bairro aristocrático do Recife, devo dizer que são os homens ricos do

¹⁶¹ NABUCO, J.- *O Abolicionismo*, pg. 39-42.

¹⁶² BRUNO, F.V. ed.- *O Parlamento e a evolução nacional, 1871-1889*. Brasília, Senado Federal, 1979. v. 6 p.168-9; (Problemas Institucionais –Reformas Eleitorais); COSTA, E.- *A Legislação Eleitoral Brasileira*. Histórico, comentários e sugestões. Depto. de Imprensa Nacional, 1964, p.37-53.

¹⁶³ *Idem, ibidem*, p. 92.

país os que mais deveriam auxiliar o movimento abolicionista, porque são os que mais interesse têm, interesse material está visto, em dirigir – e para dirigi-lo é preciso estar disposto a acelerá-lo – aquele movimento. (...) Acredito ter estudado com a maior atenção e a máxima profundidade que a minha inteligência permite o orçamento do Império, e penso que temos chegado a uma situação financeira sem remédio. É triste ser forçado a admitir tal conclusão (...) Vós vos queixais da situação da província! Mas essa situação não é mais do que o resultado da situação geral do império, que absorveu todas as economias e todos os recursos do povo e não deixou às províncias uma só fonte de rendimento, porquanto o próprio manancial está esgotado. O país chegou ao extremo da sua força taxativa; os impostos não podem ser aumentados. O nosso orçamento tomou proporções colossais, que assentam, como eu já disse, sobre estes quatro pilares carcomidos: a apólice, a dívida externa, o papel moeda, o déficit. Como podeis remediar semelhante situação? (...) A que meio recorrer? Ao papel-moeda? Seria depreciar ainda mais o crédito, a firma, a moeda do Estado. A apólice? Já se começou a desconfiar de que a apólice não é tão seguro emprego de capital como parecia, além de que se compreende que o Estado não pode continuar neste papel de sugar, por meio de apólices, todas as economias da produção para desperdiçá-las, em vez de deixar que elas sejam aplicadas a melhorar as condições do nosso solo, a beneficiar o interior e a desenvolver as indústrias. O que resta a um país nessas condições é uma política ousada, mas severa, e sobretudo consciente, dirigida por uma bússola invariável através de todas as correntes. (...) porque com a escravidão toda a fortuna e prosperidade tem caráter provisório, é social e moralmente instável”¹⁶⁴

A segunda lei, uma decorrência da primeira, foi apenas insinuada no livro, e mais divulgada nos comícios populares em Recife – no caso, o bairro S. José, núcleo de pequenos proprietários, funcionários públicos e artesãos. Tratava-se de uma lei agrária, uma lei de “*democratização do solo*”, que determinaria um “*imposto territorial*” a ser estabelecido sobre as terras incultas, de forma a obrigar seus proprietários a negociá-las. Tal expediente possibilitaria a pequena propriedade e, em decorrência dela, uma “*classe média*” de lavradores de cana fornecedores dos engenhos centrais. Por sua vez, o trabalho, liberto da escravidão, viabilizaria uma classe operária e um mercado de consumidores. Esta “*lei agrária*” e o imposto nela imbricado promoveriam uma “*democracia rural*” no estilo pensado pelo abolicionista André Rebouças, reforma social que, sem violência, se transfiguraria numa revolução:

“Vêde também que forças nós criamos! (...) vêde que ressuscitamos o espírito público e que o país estremece de esperança como nas vésperas de uma segunda independência (...) Conservar o que? O que é que neste país não carece de reforma radical? (...) O período atual não é de conservação, é o de reforma, tão extensa, tão larga e tão profunda que se possa chamar revolução; de uma reforma que tire este povo do subterrâneo escuro da escravidão onde ele viveu sempre, e lhe faça ver a luz do século XIX. Sabeis que reforma é essa? (...) é uma lei de abolição que seja também uma lei agrária (...) Não sei se todos me compreendeis e se avaliais até onde avanço neste momento levantando pela primeira vez a bandeira de uma lei agrária, a bandeira da constituição de uma democracia rural, este sonho de um grande coração, como não tem maior o Abolicionismo, esse profético sonho de André Rebouças.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 25.

Pois bem, senhores, não há outra solução possível para o mal crônico e profundo do povo senão uma lei agrária que estabeleça a pequena propriedade, e que vos abra um futuro, a vós e vossos filhos, pela posse e pelo cultivo da terra. Esta congestão de famílias pobres, esta extensão de miséria – porque o povo de certos bairros desta capital não vive na pobreza, vive na miséria – estes abismos de sofrimento não tem outro remédio senão a organização da propriedade da pequena lavoura. (...) O que pode salvar a nossa pobreza não é o emprego público, é o cultivo da terra, é a posse da terra que o Estado deve facilitar aos que quiserem adquiri-la, por meio de um imposto territorial(...) Senhores, a propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como faz honra aos poderes do Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões, - a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é complemento da outra. Acabar com a escravidão não basta; é preciso destruir a obra da escravidão”(...) ¹⁶⁵.

Além destas realizações mais imediatas, havia outra maior, a do futuro; “apagar os efeitos de um regime, que há três séculos é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores”, assim como para os milhares de proletários que viviam à sua órbita. Seria um trabalho de regeneração do corpo atrofiado da nação, de construção da “igualdade social”, particularmente para os “proletários”, por intermédio da fórmula “liberdade e trabalho”. Aos “proletários” do campo - lavradores e rendeiros - o Abolicionismo acenava com a pequena propriedade; aos moradores, o trabalho livre na produção dos produtos “naturais” da província, ou seja nos engenhos centrais. Aos da cidade, os “artistas”, ofereceu a liberdade do trabalho, o acesso à instrução técnica, isto é, a possibilidade de conformar uma “classe operária”. Procurando projetar esta classe como a mais importante para o futuro da nação e a de sua preferência, e dissuadir os artistas da idéia classicamente veiculada por eles de que seus interesses estariam contemplados com leis que nacionalizassem o comércio a retalho, tarifas que protegessem a indústria nacional, e acesso ao funcionalismo público, comentou num *meeting* especialmente à eles direcionado:

“É por isso que vos repito, se eu tivesse que escolher uma classe com a qual devesse identificar a minha candidatura, não procuraria nem os proprietários do solo a quem chama – lavoura; nem os descontadores de safras, a quem chamam – o comércio; nem os empregados públicos, que representam a enfermidade nacional por excelência; nem as profissões científicas(...) escolheria, sim, o insignificante, o obscuro, o desprezado elemento operário, porque nele está o gérmen do futuro de nossa pátria(...) Pensou-se muito tempo entre os artistas do Recife, que a nacionalização do comércio a retalho produziria o milagre de espalhar entre eles a abundância. Não há maior erro. Qualquer restrição à liberdade de comércio só teria o efeito de arruinar este país.(...) afastar o estrangeiro estabelecido, repelir o capital, criar um privilégio para alguns brasileiros à custa da comunhão toda, quem pensaria hoje em cometer tal suicídio? Mas a

¹⁶⁵ NABUCO, J.- “Discurso num meeting popular no Bairro de S. José, Recife. IN: Conferências...p. 285. “Discurso num ‘meeting’ popular no Bairro de S. José”. Recife, 5.11.1884. IN: Conferências, p. 284-285.

nacionalização do comércio não deixa de ser um ideal patriótico uma vez que seja realizada naturalmente, por meio da livre concorrência, pela vitória da atividade, do espírito mercantil, da solidez do crédito, do comércio nacional.(...) começarei por dizer-vos francamente que não acredito na proteção das tarifas.(...) A proteção que promete reclamar é outra, e quase que toda indireta. As indústrias a que devemos entregar-nos são as indústrias naturais do país, aquelas em que o estrangeiro não possa competir conosco(...) criado o mercado de salário no país, aberta a terra ao pequeno cultivador, nascendo os centros locais, começando-se a destruir o estigma lançado sobre o trabalho, o progresso das artes acompanhará a transformação do país e elas crescerão com ele(...)

Do que vós precisais é principalmente de educação técnica (...) é tempo de pensarmos na educação do operário de preferência à educação do bacharel. É tempo de cuidarmos do nosso povo, e pela minha parte, pelo menos, não pouparei esforços para que o Estado atenda a esse imenso interesse do qual ele parece nem ter consciência! É essa dupla proteção que vos prometo promover; a primeira, leis sociais que modifiquem as condições de trabalho, como ele se manifesta na escravidão, e façam da indústria nacional a concorrente vitoriosa da estrangeira em tudo que for seu legítimo domínio, e a segunda, o que o Estado vos deve e tem tardado demais a vos dar: a educação de cidadãos e de artífices".¹⁶⁶

Falando para negociantes, profissionais liberais, proprietários urbanos e empregados do comércio nas *Conferências* proferidas no teatro S. Isabel e no Monte Pio Pernambucano, rebateu a tese de que o Brasil necessitasse de uma imigração subsidiada, em especial de chineses, considerando que havia um contingente de trabalhadores nacionais que deveria preencher a lacuna deixada pela abolição da escravidão:

"Vêde bem, senhores, nós temos hoje de dez a doze milhões de habitantes, população que vai sempre em aumento e cujos descendentes, entregue ela a si mesma, serão um dia cem milhões. Pretende-se que essa população tem certos vícios, acusam-na de indolência, de incapacidade para o trabalho contínuo, de indiferença pela propriedade e não sei o que mais, e disso concluem que a salvação do Brasil está na importação em larga escala de uma raça que trabalhe sem intermitência (...) Quem já viu o problema dos defeitos de uma raça ser solvido pela importação de outra? (...) Não, senhores, o recurso da imigração é muito importante, mas é secundário a perder de vista comparativamente a este outro: o de vincular ao trabalho, o de transformar pelo trabalho, a nossa população toda. Se ela não trabalha é porque não pode ou porque não quer e a nossa tarefa é fazer que ela queira e que ela possa, criando a emulação que lhe falta, se é que ela não quer, destruindo os obstáculos -- quaisquer que sejam -- que se lhe opõem, se é porque ela não pode. (...) A liberdade sem o trabalho não pode salvar este país da bancarrota social da escravidão nem tampouco merece o nome de liberdade; é a escravidão da miséria."¹⁶⁷

Mas a tarefa mais ambiciosa do *Abolicionismo*, assim como fora a de Koster e a d' O Progresso, se condensava num programa político-pedagógico de reeducação da elite política,

¹⁶⁶ Idem, "Discurso aos Artistas do Recife" IN: *Conferências*, p. 369,372-373.

¹⁶⁷ Idem, "Primeira Conferência no Teatro Santa Isabel", Recife, 12.10.1884; e "Discurso no Monte Pio Pernambucano", 9.11.1884, IN: *Conferências*...pgs.254,292.

visando a sua recondução à prática do “*verdadeiro liberalismo*”. Embora ainda não constituísse um partido, “*era tão só uma agitação*”, já obrigava conservadores, liberais e republicanos a revisões significativas. Aos liberais, conseguiu “*por a descoberto os alicerces mentirosos do liberalismo entre nós*”, particularmente na forma como vinha sendo concebido, e que se exteriorizara exemplarmente na política que promovera os clubes da lavoura e as “*finanças*” da escravidão, do ministério Sinimbu – ao qual Nabuco fizera insistente oposição¹⁶⁸. E a um grande número de republicanos, convencera de que sua obrigação mais urgente não era “*mudar a forma de governo com o auxílio de proprietários de homens mas que a elevação dos escravos a homens era tarefa que precedia toda a arquitetura democrática*”, cabendo a eles auxiliar a monarquia a solucionar a questão da escravidão.¹⁶⁹

Em Conferência proferida no Teatro Santa Isabel, em 16 de novembro de 1884, justificou suas posições independentes em relação ao partido que o elegera em 1878 e ao gabinete liberal de Sinimbu. Esclareceu sua discordância com a política deste gabinete, que se voltara essencialmente para a “*crise da lavoura do sul*” - apoiando a criação de bancos hipotecários, a imigração chinesa e a abolição gradual. Ainda explicou que sua atuação em favor do *Abolicionismo* no Parlamento em 1879 e 1880 fora uma demonstração de seu compromisso com os fundamentos universais do liberalismo -- *liberdade e nacionalidade* -- que haviam orientado sempre os estadistas, homens que tinham “*a vista longa do futuro*”. Então, para descrever estes fundamentos, associou numa única imagem, todas as situações – e especialmente personagens/estadistas - do passado, onde pôde reconhecer o *instinto/sentimento* de liberdade/nacionalidade inscrito numa bandeira liberal universal, para instrumentalizá-lo na luta pela libertação do *monopólio da escravidão*:

“(...) só me isolei do partido para ficar fiel às idéias desse mesmo partido(...); não se pode imaginar outro ministério mais oposto a tudo que constitui o liberalismo e o espírito democrático moderno(...) A liberdade realizada pode ser um benefício e envolver a felicidade de um país, mas o que torna um povo livre é somente a aspiração pela liberdade, é o instinto, o sentimento que faz com que ele se esforce e tudo sacrifique para adquiri-la e conquistá-la. Um partido liberal que perde esta aspiração sente fugir-lhe a vida, é um organismo que sobrevive às suas funções, então os seus elementos ativos, como se viu com os que foram engrossar o Partido Republicano(...) Senhores, a bandeira liberal é a mesma em todos os países, com a divergência natural que há entre o grau de civilização de cada um(...) A bandeira liberal tem tido na história grandes

¹⁶⁸ *Idem*, “Terceira Conferência no Teatro Santa Isabel”. Recife, 16 de novembro de 1884, p.293-347. Nesta longa conferência, Nabuco prestou contas de sua atuação parlamentar como deputado pelo Partido Liberal de Pernambuco, no período de 1879-1880. Explicitou, também, as razões de suas discordâncias com setores mais conservadores do Partido, representados na gestão Sinimbú, assim como seu apoio a Saraiva e Dantas e sua adesão e atuação no movimento abolicionista no período de 1880-1884. Trataremos do desempenho parlamentar de Nabuco no cap. 4.

¹⁶⁹ *Idem*, *O Abolicionismo*, p. 31.

*transformações(...) mas ela é ainda a mesma bandeira que Péricles arvorou no Pnyx, a mesma que os Gracos levantaram no Forum; é a bandeira da Reforma; do Édito de Nantes; (...) dos direitos do Homem. Em um país que luta pela sua independência, é a bandeira da nacionalidade; em um país que já chegou a grande desenvolvimento, é a bandeira das liberdades políticas(...) É a bandeira senhores, da emancipação dos servos na Rússia, assim como é a bandeira de Washington defronte os muros de Richmond. Em nosso país foi a bandeira da Inconfidência, a bandeira de 1817, a bandeira do Ipiranga, a bandeira do Ato Adicional, até que hoje volta a ser de novo a bandeira da Constituição.*¹⁷⁰

Universal e eterno porque pertencente aos domínios da natureza, o “instinto/sentimento” liberal também se amoldava ao “*grau de civilização*”, ou à historicidade de cada nação. Dessa maneira, as Constituições liberais não deveriam ser imóveis como as “*catedrais góticas*” ou as “*Tábuas da Lei*”. Pelo contrário, assim como a natureza, precisavam ser maleáveis e capazes de incorporar as transformações cobradas pelo progresso:

*“A Constituição é formação natural como o solo, onde camadas sucessivas se depositam (...) sujeito a eterno movimento e onde os erros que passam ficam sepultados sobre as verdades que nascem(...); ela é um grande mecanismo liberal, um maquinismo dotado de todos os órgãos de locomoção e de progresso, um organismo vivo que caminha e se adapta às funções diversas que em cada época tem necessariamente de produzir”.*¹⁷¹

Por tais motivos, a Constituição brasileira poderia integrar a “*reforma/revolução social*” descentralizadora. Nos comícios, Nabuco especifica os termos da reforma política a ser feita na Constituição. Ela permitiria mudanças que fariam com que os ministérios representassem os partidos; o governo fosse efetivamente de Gabinete e não do presidente do Conselho; os grandes negócios do Estado fossem decididos em conferência de ministros e não em despacho imperial; o eixo parlamentar passasse pela Câmara e não pelo Senado vitalício; as províncias se vinculassem federativamente à União; e que, finalmente, fossem implantadas a eleição direta (com o sufrágio estendido a todos os alfabetizados e com maior representação das grandes cidades), a liberdade religiosa e a emancipação dos escravos sem indenização, em um prazo estipulado. Tudo isso resultaria no fim do “*monopólio escravista*”. Todavia, as reformas políticas só se concretizariam se precedidas de *reformas sociais* – no caso, a abolição da escravidão – nas quais estavam os pré-requisitos das verdadeiras mudanças políticas. Nesse sentido, para desautorizar as ações diretas e violentas, assim como Koster e O Progresso, Nabuco cindiu política e sociedade, e reconceituou a política, para restringi-la à lei e à atuação parlamentar. Desapontado com a composição

¹⁷⁰ Idem, “Terceira Conferência no Teatro Santa Isabel”, 16.II.1884 IN: *Conferências* p.294, 297, 302-304.

¹⁷¹ Idem, *ibidem*, pgs. 299-300.

majoritariamente escravista do Parlamento, resultante das eleições já organizadas segundo a reforma eleitoral de 1881, comentou:

*"Em tal regimen[da escravidão] o que conseguem reformas políticas? Muitas têm sido tentadas, algumas feitas; mas com que resultado? As reformas políticas exprimem em nosso país, cinquenta anos de esperanças populares atraídas. Fez-se, por exemplo, uma reforma eleitoral, elevando-se o censo, no intuito de obter uma manifestação mais sincera e mais verídica da vontade nacional; e o resultado foi que o Parlamento converteu-se num verdadeiro Congresso Agrícola; foi que, por alguns lugares dados às cidades que representam a inteligência e a intuição nacional, cem foram dadas em penhor à escravidão, entregues ao monopólio territorial.(...)Pela reforma eleitoral se quis afastar da política a magistratura, e ela tornou-se mais política do que nunca. Tudo isso mostra que entre nós as reformas políticas não têm base e portanto, não têm razão de precedência, e que as reformas de que imediatamente necessitamos são reformas sociais que levantem o nível do nosso povo, que o forcem ao trabalho, e dêem em resultado o bem estar e a independência que absolutamente não existem e de que nenhum governo ainda cogitou para a nação brasileira."*¹⁷²

Moldado de acordo com os princípios clássicos da bandeira liberal, *O Abolicionismo* assumiu um duplo significado. Enquanto prática universal, dava continuidade à obra de grandes estadistas da história -- Péricles, os Gracos, Lutero, os revolucionários franceses, Washington -- e da história do Brasil -- os Inconfidentes, os revolucionários de 1817, os Andradas, Evaristo da Veiga -- no compromisso de construir a nação. Todavia, tinha também uma missão histórica particular, cobrada pelo progresso: a regeneração da monarquia parlamentar no Brasil. Para isso, dispunha-se a uma intervenção imediata e pacífica na história para abreviar o tempo de vida da *Escravidão* - que, se deixada esgotar-se naturalmente, adentraria o século XX - e realizar uma profunda reforma política, desagregando os partidos existentes para criar um forte e efetivo Partido Liberal. Foi justamente esta missão de "estadista" que o impeliu a construir e lançar no debate político, nas eleições de 1884, um contundente *drama*, no qual se encenou a luta entre os dois gigantes *atos/personagens*: *O Abolicionismo* e *A Escravidão*.

Política e método : a instrumentalização da Escravidão e do Abolicionismo

"Quando emprego a palavra escravidão, sirvo-me de um termo compreensivo, -- como é por exemplo em França, a expressão Antigo Regime -- dos resultados do nosso sistema social todo, o qual é baseado sobre a escravidão.

(...) Mas nós representamos o espírito novo, espírito hoje tão profundamente radicado na sociedade brasileira como estava antes da Independência: o espírito da emancipação política (...)

¹⁷² *Idem*, "Primeira, Segunda e Terceira Conferências no Teatro Santa Isabel"; "Terceira Conferência no Teatro Santa Isabel", IN: *Conferências ...*, p. 256, 272-273; 303-304.

esse espírito que, quando os Inconfidentes foram abatidos em Minas, levantou os revolucionários de 1817 em Pernambuco, e quando estes subiram ao cadafalso inspirou triunfalmente os Andradas em S. Paulo. Sim, senhores, o sentimento abolicionista está hoje tão enraizado no espírito e no caráter do nosso povo como estava então o espírito da independência nacional.¹⁷³

Neutralizando o significado do tempo enquanto movimento, Nabuco transformou *A Escravidão*, numa personagem recorrente do drama humano universal; num “fato” condensador de múltiplas ocorrências dispersas no tempo e no espaço; e, também, numa “pintura”, ou seja, numa imagem imóvel. Para isso, tornou-a, simultaneamente, atributo da natureza humana – um instinto bárbaro – e um repetitivo episódio da história da humanidade, reconhecido no *Antigo Regime* (sinônimo de feudalismo, servidão, e monopólio) vivenciado na França, Rússia, Itália, Estados Unidos, e no Brasil; e nos impérios grego e romano e suas instituições – o latifúndio, a escravidão, a aristocracia/oligarquia, a plebe/povo. Para “pintá-la”, confundiu inúmeras figuras tanto aquelas criadas por Columela (também utilizadas n’ *O Progresso*) e inscritas na sentença “*Latifundia perdidere Italiam*”, quanto os traços da “pintura” projetada por Mommsen, sobre o mundo antigo. Incluindo a escravidão brasileira neste imenso quadro¹⁷⁴, potencializou a universalidade da Escravidão:

“Para qualquer lado que se olhe, esses efeitos foram os mesmos. *Latifundia perdidere Italiam*, é uma frase que soa como uma verdade tangível aos ouvidos do brasileiro (...) Diz-se que o Brasil é um país novo; sim, é um país novo em algumas partes, virgem mesmo, mas em outras é um país velho; há mais de trezentos anos que as terras foram primeiro devastadas, as florestas abatidas, e plantados os canaviais. Tome-se Pernambuco, por exemplo, onde no século XVI João Pais Barreto, fundou o morgado do Cabo(...) Onde quer que se estude, a escravidão passou sobre o território e os povos que a acolheram como um sopro de destruição. Ou se a veja nos ergástulos da antiga Itália, nas aldeias da Rússia, nas plantações do Estado do sul, ou nos engenhos e fazendas do Brasil, ela é sempre a ruína, a intoxicação e a morte(...). Assim foi em toda a parte. ‘Como os rios brilham com cores diferentes, mas a cloaca é sempre a mesma’, escreve Mommsen estudando a invariável pintura da escravidão antiga, ‘assim a Itália, da época ciceroniana, parece a Helas de Políbio e, mais ainda a Cartago do tempo de Aníbal, onde, exatamente do mesmo modo, o regimen onipotente do capital arruinou a classe média, elevou o negócio e a cultura da terra ao maior grau de florescimento, e por fim produziu a corrupção moral e política da nação’. É essa mesmíssima instituição, carregada com as culpas da História toda, que, eliminada da Ásia e da Europa, esmagada na América, proscrita pela consciência humana e em vésperas de ser tratada por ela como pirataria, se refugia no Brasil e nos suplica que a deixemos morrer naturalmente, isto é, devorando, para alimentar-se, o último milhão e meio de vítimas humanas

¹⁷³ Idem, “Conferência no Teatro Politeama”. IN: *Conferências...* p. 228, 243.

¹⁷⁴ Sobre a sensação de poder imbricada na pintura, Merleau-Ponty comenta: “La peinture réveille, porte à sa dernière puissance um délire qui est la vision même, puisque voir c’est avoir à distance, et que la peinture étend cette bizarre possession à tous les aspects de l’Être, qui doivent de quelque façon visibles pour entrer en elle.” MERLEAU-PONTY, Maurice – *L’Œil et l’Esprit*. Préface de Calude Léfort. Paris, Gallimard, 1964, p. 26-27.

que lhe restam no mundo civilizado(...) Atenas, Roma, Virgínia, por exemplo. foram, tomando uma comparação química, simples misturas nas quais os diversos elementos[senhores e escravos] guardavam as suas propriedades particulares; o Brasil, porém, é um composto, do qual a escravidão representa a afinidade causal. (...) Entre nós a escravidão não exerceu toda a sua influência apenas abaixo da linha romana da libertas; exerceu-a, também, dentro e acima da esfera da civitas (...) Assim foi em toda parte." ¹⁷⁵

Também o *Abolicionismo* foi projetado como instinto/sentimento atributo eterno constitutivo da natureza humana, porém, avesso da Escravidão, foi identificado com a razão, a argúcia, a cultura, a liberdade, a nação; e encenado com imagens/circunstâncias e personagens recolhidas da história universal – da Antiguidade, da Idade Moderna e Contemporânea, e da história da nação. Sua inserção no universo da natureza humana e da humanidade concedeu a Nabuco a liberdade de buscar no passado propostas para confeccioná-lo como figura de retórica, quadro, fato e personagem, para, então, retomar proposições e argumentos clássicos do ideário liberal.

A luta pelo progresso, pela construção/regeneração da nação, pelo *laissez-faire* e contra o monopólio e a escravidão, são temas encontrados em muitas falas desde o final do século XVIII. Por sua vez, a lei agrária, o imposto territorial, a pequena propriedade, a reeducação pelo trabalho e a reforma revolução aparecem em diferentes momentos e falas de políticos brasileiros do século XIX. ¹⁷⁶ Na verdade, o autor procurou, em momentos distintos da história universal e da nação argumentos e propostas que, separados de seu contexto de origem, foram recriados para dar vida a um projeto inédito, intrincado na política da década de 1880. Neste passado, ficou privilegiada a política pernambucana entre os anos de 1840 e 1850, momento em que o juiz José Thomaz Nabuco de Araujo, atuou intensamente no partido conservador. Ali estavam já sistematizadas, idéias que se tornariam recorrentes no debate político: a “*política de conciliação*”, a proposta de supremacia da Câmara sobre o Senado, o sufrágio universal, a crítica à centralização e ao monopólio da aristocracia/oligarquia sobre o Estado, o princípio do federalismo e a proposta de “*completar*” a independência brasileira; o empenho em divulgar o verdadeiro liberalismo, o *laissez-faire*, a crítica

¹⁷⁵ “ ”. **Idem, O Abolicionismo**, p.122- 123, 127; 165-166.

¹⁷⁶ Embora em suas epígrafes e em referências textuais n' **O Abolicionismo**, Nabuco só mencione os Andradas, Evaristo da Veiga e Cristiano Ottoni, as fontes e situações históricas nas quais estas proposições aparecem são muito mais amplas e incluem políticos liberais e conservadores do Império, além de memorialistas do final do XVIII e início do XIX. Por exemplo, as propostas de reforma da grande propriedade territorial via *lei agrária*, a insistência na reeducação pelo trabalho e a crítica à escravidão, são temas recorrentes, por exemplo, em Luís dos Santos Vilhena, Henry Koster (conforme já expusemos), François de Tollenare, Saint Hilaire e outros. Por sua vez, o *imposto territorial*, foi motivo de discussões parlamentares pelo menos desde o período

aos correspondentes, a lei agrária, o imposto territorial, a formação da classe média, a reeducação política das elites e dos proletários, a idéia de construir um partido que, superior aos existentes, estivesse preocupado tão somente com a nação e o “bem comum”.¹⁷⁷ Ainda, o tema mais contundente-- a proposta de uma reforma/revolução - era, em 1840, disputado tanto pelos liberais/praieiros, quanto pelos conservadores, conforme teremos oportunidade de verificar, mais adiante, no cap. 3.¹⁷⁸ Todavia, Nabuco incluiu neste tema uma proposição específica de seu presente, não tocada na década de 1840 – a abolição do cativeiro, o mais imediato possível e sem indenização, proposta que imaginou poder “conciliar” adeptos de todos os partidos. Para isso, ele transformou a abolição da escravidão no “verdadeiro” sentido da *reforma/revolução social*, minimizando outras significações estabelecidas e conquistadas no passado instrumentalizado, a exemplo daquelas propostas apresentadas por Koster e pelo **Progresso**.

Evidentemente, naqueles momentos já transcorridos, tais proposições serviram a outros conteúdos da “revolução” que foram concretizados, tais como a abolição do tráfico de escravos e a promulgação da Lei de Terras, metas que Nabuco ignorou (a Lei de Terras) ou atenuou (a abolição do tráfico). Foi esse “esquecimento” e mais alguns outros que tornaram a escravidão e a sociedade brasileira imagens petrificadas no tempo. A uniformização do tempo vivido e o ocultamento dos ganhos já obtidos no passado pelo projeto liberal -- a emancipação política, a superação da legislação que restringia o acesso à propriedade e à sua circulação, e mesmo as vitórias contra a escravidão¹⁷⁹ -- foram medidas ditadas pela necessidade de agigantar o tema -- convertendo-a na

regencial; motivo da Revolução Farroupilha, SPALDING, W.- *A Epopéia Farroupilha*. R. de Janeiro, B. do Exército, 1963); e, conforme vimos, argumento essencial do projeto d’ **O Progresso**.

¹⁷⁷ Conforme vimos, o projeto reformista conservador emergiu nas eleições pernambucanas de 1846, 1847, 1848, e ficou magistralmente registrado nas páginas da Revista **O Progresso**. Houve intercâmbio de matérias entre esta Revista e o jornal **O Lídador**, redigido por Nabuco de Araújo. Eles atuaram juntos a serviço do Partido Conservador nas campanhas eleitorais de 1846 a 1848. Posteriormente, quando da reforma do Partido Liberal em 1868, o próprio Nabuco de Araújo se encarregaria de amalgamar todas estas proposições e transforma-las na bandeira do novo Partido Liberal. Porém, nos dois momentos, 1848 e 1868, ninguém tocou no tema da abolição da escravidão, sem indenização. Este seria, em 1883, o toque pessoal de Nabuco. Uma análise detalhada da atuação de Nabuco de Araújo e dos liberais pernambucanos neste período foi apresentada em MARSON, I.A.- *O Império do Progresso*. S. Paulo, Brasiliense, 1987.

¹⁷⁸ MARSON, I.A.- “Entre a ‘vertigem’ e a razão: representações da revolução na política pernambucana, 1838-1850”. *Revista Brasileira de História*. S. Paulo 10(20):173-210; mar.ago.1991.

¹⁷⁹ Em 1822, a supressão da Lei de Sesmarias, tornou as terras antes pertencentes à Coroa disponíveis aos cidadãos brasileiros, que ocuparam-nas rapidamente. Em 1834, aboliu-se a Lei dos Morgados, ato que franqueou os bens das grandes famílias a todos seus herdeiros diretos. Em 1850, a Lei de Terras procurou regularizar as posses que haviam se constituído a partir da Independência. Das restrições coloniais, uma ficara em pendência, sobretudo por interesse dos médios e pequenos proprietários, justamente aquela que mantinha a propriedade da terra e de seus produtos a salvo das hipotecas. Contra ela bradaram os conservadores em 1840; os grandes

origem de todos os problemas da sociedade brasileira e comprovar uma revolução irrealizada e uma nação inexistente.

Todavia, o mais eficiente recurso utilizado na confecção da *Escravidão* foi fazer da luta *Abolicionismo versus Escravidão* um drama histórico, uma epopéia trágica, como por exemplo, a epopéia hebraica,¹⁸⁰ que os abolicionistas associados a Nabuco encenaram na imprensa, na tribuna e nos comícios, e que lhes conferiu projeção nacional e internacional. As duas personagens deste drama universal foram corporificadas no texto d' **O Abolicionismo**, por imagens recolhidas na literatura (ela se espelhou no *Minotauro*, na *Medusa*) no imaginário romântico (ele é o *dia*, ela a *noite*) e na moral (ele é o *bem* ela o *mal*).¹⁸¹ Neste drama, os escravos, os "proletários" e a nação se transfiguraram em vítimas indefesas, reféns que só se rebelam em atos esporádicos e desesperados, seres passivos, "órfãos do destino", oprimidos por déspotas maus, egoístas e degenerados. E os abolicionistas -- liberais autênticos -- projetaram-se como homens civilizados, dotados de razão e argúcia, piedosos, dedicados a uma grande causa: "acordar" serenamente os

proprietários e negociantes no Congresso Agrícola do Recife em 1878 e Nabuco em 1883-85. Com relação à escravidão, embora aponte a importância das medidas tomadas contra ela, Nabuco minimiza os resultados da Lei que aboliu o tráfico (1850); da Lei de 28 de setembro de 1871, e especialmente das alforrias particulares obtidas por pecúlio ou por condição, que se avolumaram a partir de 1871. Ver EISENBERG, Peter - "Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX" IN: **Homens Esquecidos**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1989.

¹⁸⁰ NABUCO, J.- **O Abolicionismo**, p. 280-281. Em 1875, Nabuco já havia escrito um outro drama histórico. Relembrando este episódio, comentou as relações entre a política e a arte: "(...) desde fins de 1875, entreguei-me à composição de um drama, em verso francês, cuja factura me absorveu durante mais de dois anos. A idéia do meu drama era o problema da Alsácia-Lorena. Isso revelara bem o fundo político da minha imaginação. A política (...) tem lados ainda indefinidos que confinam com a arte, a religião e a filosofia, isto é, para falar a linguagem hegeliana, com as três esferas em que se manifesta o espírito do mundo". NABUCO, J.- **Minha Formação**. Introdução de G. Freyre. Brasília, UNB, 1963. p. 78. Sobre as mediações entre literatura e política, ver também o cap. 15, p. 126-127, além de inúmeras passagens ao longo do texto.

¹⁸¹ *Idem*, **O Abolicionismo**, p. 148; **Conferências...** p. 261. A referência a fontes literárias acontece muitas vezes. n' **O Abolicionismo** menciona **A Cabana do Pai Tomás**, de Mrs. B. Stowe (p. 47); **A Tragédia do Mar**, de Castro Alves, (p. 77); **O Mercador de Veneza**, de Shakespeare, (p. 46). Refere-se ainda ao "**Naufrágio da Medusa**", pintura de Géricault (p. 77). Figuras do imaginário romântico abrem **O Abolicionismo**:

"Il fait jour dans votre âme ainsi que sus vos fronts

La nôtre est une nuit où nous nous égarons". (Lamartine, **Toussaint Louverture**). Pierre Ansart nos adverte sobre a importância do uso das metáforas na política, sobretudo na dramatização e transmissão das emoções: "Les métaphores ont été, de longue date, reconnues comme des moyens éminents dans la transmission des émotions.(...) Ces métaphores participent efficacement à la dramatisation des événements et, si elles ne sont pas prises à la lettre par les participants, elles diffusent néanmoins les fantasmes propices à l'intensification des réactions". ANSART, P.-**Ob. Cit.** p. 1254. Sobre a dimensão conservadora do imaginário romântico relembramos ROMANO, Roberto - **Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo**. S. Paulo, Brasiliense, 1981.

senhores e os escravos, emancipar todos os cativos do Brasil, cumprindo um “*mandato*” que a raça negra e o “*espírito do tempo*” - o progresso - lhes havia conferido.¹⁸²

“Infelizmente, senhores, nós lutamos contra a indiferença que a nossa causa encontra entre essas mesmas classes que deveriam ser nossas aliadas e que a escravidão reduz ao mais infeliz estado de miséria e dependência (...) Por acaso os homens de cor, filhos e netos de escravos (...) têm aderido ao nosso movimento com a dedicação e a lealdade que era de esperar dos herdeiros de tantos sofrimentos? Não! Eles não se atrevem a fazer causa comum com os abolicionistas e muitos são encontrados do lado contrário!”

*Tomemos uma grande classe, os moradores do campo, os que vivem espalhados pelo interior em pobres cabanas, os homens livres que trabalham em terras alheias. Dão eles sinal algum de compreender o alcance desta propaganda? (...) Não senhores, eles não compreendem que o abolicionismo é o começo da propriedade do lavrador (...) Não é conosco, os que levantamos o grito de -- abolição -- que se unem essas vítimas impassíveis do monopólio territorial; é com os outros que levantam o grito de -- escravidão -- da escravidão que as esmaga sem que elas o saibam porque as comprime desde o berço (...)”*¹⁸³

Quem seriam as vítimas do monopólio escravidão? Para os abolicionistas, toda a sociedade era vítima *inconsciente*, inclusive a minoria de proprietários de escravos que gerenciava as suas finanças. Por isso *O Abolicionismo* se dirigia a todos os partidos, oferecendo uma alternativa para superar este monopólio, capaz de combinar harmonicamente as necessidades de todos. O ponto de partida seria a abolição imediata da escravidão, sem indenização, cobrança do *espírito do século* e da nação exaurida.¹⁸⁴ Mesmo porque não havia o que e como ressarcir: os proprietários já haviam sido devidamente recompensados e o Estado, esgotado pelos interesses da *Escravidão*, não dispunha de recursos. A supressão do cativo promoveria uma “revolução” econômica e social, necessária à sobrevivência da monarquia e da nação. No reverso da redenção dos cativos colocava-se a desmobilização da hegemonia do Estado na economia e o poder do grupo privilegiado que se

¹⁸² NABUCO, J. *O Abolicionismo*. p. 35, cap. “O mandato da raça negra”.

¹⁸³ *Idem*, “Primeira Conferência no Teatro Santa Isabel”, IN: *Conferências ...* p. 253.

¹⁸⁴ “Senhores, a emancipação imediata com indenização é uma tolice. Não temos meios para preencher o nosso déficit anual: onde é que iremos buscar 300 ou 600 mil contos para resgatar os escravos? Eu disse uma vez ao sr. Saraiva: ‘Não me oponho a que vós, se fordes Governo, indenizeis a cada senhor de escravo com uma apólice de conto de réis, mas acho que seria iludir a boa fé dos proprietários. Tais apólices não seriam pagas’. Como lançar semelhante peso sobre os ombros da sociedade brasileira? Entretanto proclamado o direito de indenização, os escravos, para serem livres, teriam que esperar que as finanças do Brasil se consertassem? Eles podem viver muito tempo; mas não viverão tanto que vejam as finanças da escravidão restauradas.” *Idem*, “Segunda Conferência no Teatro Santa Isabel”, IN: *Conferências*, p. 276-277.

beneficiava desta intervenção – os correspondentes, os senhores de engenho e os fazendeiros de café. A liberação da produção promoveria os capitais particulares e o trabalho e estes estimulariam muitas atividades produtivas na agricultura, no comércio, na indústria. Aos capitalistas oferecer-se-iam oportunidades de investimento independentes da ingerência do Estado; aos agricultores, comerciantes e donos de pequenas indústrias, recursos a juro acessível para agilizar negócios e melhorar suas fábricas e lavouras; aos artistas, a valorização e ampliação do trabalho e a formação profissional que os transformaria em verdadeiros operários; aos lavradores, agora submetidos aos senhores de engenho, a garantia de contratos avalizados pelos engenhos centrais; a renteiros, moradores e desempregados urbanos, o acesso à pequena propriedade da terra, ou o trabalho assalariado na lavoura.

Poderia o *Abolicionismo* efetivamente atender a todas as *vítimas* da escravidão? Era esta a solução que elas estavam aguardando? A harmonia do projeto, assim como sua possibilidade de efetivação, começam a ser problematizadas por outros traços: sua plasticidade diante das circunstâncias, e a maneira fragmentária como ele foi apresentado, tanto para os eleitores no final do XIX quanto para o pesquisador que hoje o analisa. Dessa forma, as soluções concretas que compõem o programa abolicionista não aparecem juntas, expostas com objetividade, nem num mesmo texto, nem numa mesma circunstância da campanha eleitoral abolicionista de 1884: no livro, na conferência ou no *meeting*. Pelo contrário, ou são tratadas genericamente, ou vão sendo desdobradas, gradativa e separadamente, dependendo do interlocutor imediato, primeiro no livro e depois a cada um dos pronunciamentos diante dos eleitores do Recife. Tal evidência sugere que estas soluções resguardavam problemas e que seu poder de convencimento provinha, justamente, de sua fragmentação. A dificuldade de associação das propostas pode ser testemunhada nas contradições existentes nas suas determinações específicas. A primeira, referendando o mais genuíno dos fundamentos liberais, visava suprimir os privilégios de um monopólio sobre o trabalho e a terra e estimular a livre concorrência e, somada ao cancelamento do sistema de apólices, restringir a presença do Estado na economia. Mas, ao recusar a indenização, implementava um confisco da propriedade privada, procedimento inédito na resolução da questão servil¹⁸⁵, pois a Inglaterra, a França e mesmo Cuba haviam encontrado formas de ressarcir os proprietários. Apenas nos Estados Unidos, em virtude da guerra civil, não fora providenciado nenhum expediente para cobrir os custos da emancipação. Já a lei agrária tinha um sentido também inaceitável para os

¹⁸⁵ A emancipação com indenização era um tema discutido de forma sistemática no Império pelo menos desde 1867 e fora estabelecida nas decisões da Lei de 28/9/1871. GEBARA, A. – "Evolução da Legislação Civil e o problema da indenização" IN: SMERECÁNYI, T. e LAPA, J.R.do A. (org.) *História econômica da independência e do império*. S. Paulo, HUCITEC/FAPESP, 1996

princípios liberais. Ao impor um tributo sobre a propriedade da terra, para impelir seus legítimos proprietários a negociá-las, franqueava a interferência do Estado no direito de usufruto da propriedade. Portanto, tais medidas dificilmente poderiam convencer, especialmente aos proprietários, público preferencial do Abolicionismo.

A opção por este interlocutor revela-se na parcimônia com que Nabuco tratou nesta campanha da referida lei agrária e do imposto nela imbricado. Dessa forma, no livro - um texto dirigido diretamente aos políticos e aos proprietários, no qual se projeta exclusivamente a preocupação em resolver “o cativo” dos senhores às “*finanças da escravidão*” - o imposto é referido em dois momentos rápidos. No primeiro - numa nota de rodapé, no capítulo XIV - Nabuco, falando dos efeitos da escravidão sobre o território, trata das origens da grande propriedade e informa o leitor que uma Comissão de proprietários da Bahia, reunida para sugerir soluções para a crise da lavoura naquela província, propôs o imposto como forma de aproveitar melhor a terra ociosa obtida pelo sistema de sesmarias.¹⁸⁶ Na segunda - no cap. XVII - quando, procurando dissipar os receios e consequências dos proprietários em relação ao *Abolicionismo*, considera ineficientes os encaminhamentos para a crise da lavoura ditados pelo “*monopólio da escravidão*”, quer dizer, pelos fazendeiros do sul. Então condenou as sugestões da Comissão designada pelo Parlamento em 1874, que previam a criação de bancos hipotecários com capital externo - para financiar os engenhos centrais e os produtores de café, que teriam seus empréstimos avalizados pelo Estado e pelos plantéis de escravos. Nabuco considerou que tais bancos oneravam inutilmente a nação em benefício de indivíduos que não estavam sendo competentes na tarefa de extrair os lucros possíveis da grande propriedade; ou seja, não estavam sendo capazes de fazê-la render adequadamente. E recusou a idéia de que a lavoura precisasse temer o trabalho livre:

“Há quinze anos que se nos descreve de todos os lados a lavoura como estando em crise, necessitada de auxílios (...) Em 1875 numa lei, a de 6 de novembro, autorizou o governo a dar garantia nacional ao Banco estrangeiro - nenhum outro poderia emitir na Europa - que emprestasse dinheiro à lavoura mais barato do que o mercado monetário interno. Para terem fábricas centrais de açúcar, e melhorarem o seu produto, os senhores de engenho precisaram que a nação as levantasse sob sua responsabilidade. O mesmo tem-se pedido para o café. Assim com o dinheiro a juro barato e engenhos centrais, a chamada grande propriedade exige fretes de estrada de ferro à sua conveniência, exposições oficiais de café, dispensa todo e qualquer imposto direto,

¹⁸⁶ Reproduz trecho de um Parecer da uma comissão nomeada em 1874 para estudar o estado da lavoura da Bahia, assinado em primeiro lugar pelo barão de Cotegipe: “O antigo e vicioso sistema de sesmarias e do direito de posse produziu o fenômeno de achar-se ocupado quase todo o solo por uma população relativamente insignificante, que o não cultiva nem consente que seja cultivado. O imposto territorial é o remédio que a comissão encontra para evitar esse mal, ou antes abuso, que criou uma classe proletária no meio de tanta riqueza desaproveitada”. Acrescenta Nabuco, essa classe proletária é a grande maioria da nação. *Idem, O Abolicionismo*, p. 113..

imigração asiática e uma lei de locação de serviços que faça do colono alemão ou inglês, ou italiano um escravo branco.(...)Se a agricultura, hoje, não dá rendimento para a amortização da dívida hipotecária, e não há probabilidade de que em tempo algum a lavoura, com o presente sistema, possa libertar os seus escravos sem prejuízo, não há vantagem alguma para o Estado em que a propriedade territorial continue em mãos de quem não pode fazê-la render, e isso mediante a conservação por lei de um sistema desacreditado, de seqüestro pessoal. A lavoura, quer a do açúcar, quer a do café, nada tem que temer do trabalho livre. Se hoje o trabalho é escasso; se a população livre, válida e desocupada, que já se calculou, em seis províncias somente, em cerca de três milhões de braços, continua inativa; se o próprio liberto se recusa a trabalhar na fazenda onde cresceu; tudo isso é resultado da escravidão(...)Tudo nessa transição, tão fácil havendo boa inteligência entre o país e a lavoura, como difícil resistindo ao fato consumado, depende de nossos agricultores. Se a escravidão não houvesse, por assim dizer esgotado os recursos do nosso crédito; se a guerra do Paraguai(...) não nos tivesse murado o futuro por uma geração toda; nada seria mais remunerador para o Estado do que ajudar por meio de seu capital a rápida reconstrução de nossa agricultura. Auxílios à lavoura para outro fim, diverso da emancipação – para mobilizar e fazer circular pela Europa, em letras hipotecárias, como o pretendia a lei de 6 de novembro de 1875, a propriedade escrava – seria além de um plano injusto de socorros à classe mais favorecida à custa de todas as outras, complicar a falência da lavoura com a do Estado, e arrastá-los à ruína. Nem 'auxílios à lavoura' pode significar em um país democratizado como o nosso e que precisa do imposto territorial para abrir espaço à população agrícola, um subsídio à grande propriedade, com o desprezo dos pequenos lavradores que aspiram a possuir o solo onde são rendeiros(...)'¹⁸⁷

O imposto territorial, medida concretizadora da lei agrária, só foi tratado com clareza na campanha eleitoral, no texto já citado, no *meeting* realizado na praça S. José do Riba-Mar, no dia 5 de novembro de 1884, quando o candidato falou aos eleitores daquele bairro bastante populoso, composto majoritariamente de assalariados urbanos, funcionários, pequenos comerciantes, artistas¹⁸⁸. Noutros pronunciamentos, no teatro S. Isabel, e mesmo no comício aos artistas, referencia genericamente a pequena propriedade. E, no encontro realizado poucos dias depois na passagem da Madalena, bairro da “riqueza” do Recife, empenhado em demonstrar que os abolicionistas não eram comunistas, acusação a eles lançada pelos conservadores, o orador testemunhou o compromisso do abolicionismo, antes de tudo, com a propriedade e com os capitalistas. Isto podia ser comprovado tanto no esforço de conquistar para o escravo a propriedade de si mesmo, de maneira a formar um proletariado que “só precisa de ter trabalho”, quanto na convicção da impraticabilidade do conjunto das proposições abolicionistas. Nesse sentido, o imposto territorial e a lei agrária, assim como outras medidas, ficavam subordinados à vontade da nação que, antes de qualquer outro passo, deveria libertar-se do monopólio da escravidão e, depois, desdobrar outras reformas.:

¹⁸⁷ *Idem, O Abolicionismo*, p.133,158-159.

"Qual é o princípio do comunismo? É a negação da propriedade individual. O que é a escravidão? É a negação da propriedade a mais individual que exista no mundo – a propriedade de si mesmo.(...) O que nos pode salvar, mas que me parece um remédio impraticável, seria uma política firme e perseverante, que consistisse em restringir as despesas públicas primeiro, exceto a da amortização da dívida, e depois em aplicar ao aumento de produção as sobras da produção, em criar indústrias, em variar os nossos produtos coloniais e sobretudo em empregar no trabalho rural toda a população inativa, privada do trabalho e para o gozo da qual nós devêramos reconquistar a terra de que a escravidão fez um monopólio, por meio de um novo imposto territorial que é a necessidade da situação – o imposto territorial.

Mas essa, senhores, é uma política financeira que não depende só do governo, mas da nação; que o Parlamento não pode decretar, porque sois vós mesmos que a podeis por em prática, e para a qual o Estado teria que concorrer menos com uma lei de orçamento do que com grandes reformas sociais. Nessa política há imenso interesse para o proletariado – porque ele só precisa de ter trabalho – mas há também imenso interesse para o rico, para o capitalista, porque a continuar este estado de coisas, em breve as apólices em que eles depositam tanta confiança não valerão mais do que o escravo, essa outra ilusão fatal, esse outro abismo em que desaparecem tantas fortunas.

Longe, portanto, de serem comunistas, são os abolicionistas os que querem salvar da riqueza pública aquilo que ainda pode ser salvo, os que querem manter o crédito do Estado, e evitar a bancarrota, que será inevitável se não houver uma reação em nossos costumes e em nossa política, se o Estado não abandonar completamente o caminho de aventuras e de indiferença em que entrou por causa da escravidão."¹⁸⁹

A contradição/inviabilidade patente no projeto abolicionista para a concretização da pequena propriedade, denotando seu estrito traço de programa eleitoral, se evidenciou novamente num pronunciamento feito pelo candidato aos comerciantes do Recife no dia 28 de novembro de 1884. Nele Nabuco destacou a importância da emancipação dos escravos para criar condições mais seguras para os financiadores da lavoura. Ressaltou que, quebrando-se o "*monopólio territorial*" da escravidão, ao mesmo tempo valorizar-se-ia a terra – garantia das hipotecas agora inócuas - e viabilizar-se-ia, com o seu parcelamento, a pequena propriedade fornecedora de cana, mediante contrato, para os grandes engenhos centrais. Todavia, pensando-se concretamente, a conciliação proposta dificilmente poderia convencer todos os eleitores, na medida em que os possíveis interessados nesta pequena propriedade, os atuais lavradores ou, especialmente, os rendeiros, futuros fornecedores dos engenhos centrais, conforme sugeriu Nabuco nos *meetings* e no livro, não teriam, certamente, como pagar seu custo, nem dos trabalhadores livres nem da própria terra¹⁹⁰.

¹⁸⁸ GOUVEIA, Fernando Cruz – Joaquim Nabuco: entre a monarquia e a república. Recife, Massangana, 1986.p.161.

¹⁸⁹ NABUCO, J., "*Discurso na passagem da Madalena*", 16 de novembro de 1884. IN: *Conferências*, p. 350,354.

¹⁹⁰ Inspirando-se no depoimento apresentado no Congresso Agrícola do Recife de 1878 por um representante de lavradores de engenho, o sr. Vítor Sá Barreto, que expôs os prejuízos a que estavam sujeitos os rendeiros fornecedores de cana dos grandes engenhos, em virtude da falta de contratos e por uma partilha desigual dos lucros, Nabuco ressaltou mais esse efeito da escravidão:

Além disso, os contratos que já vinham sendo propostos pelos poucos engenhos centrais que se instalavam na província – de propriedade de companhias inglesas - não haviam agradado aos fornecedores de cana porque ofereciam um preço muito baixo pela matéria prima.¹⁹¹

Então coloca-se uma questão: quem poderia usufruir desta pequena propriedade? A liberação da terra não favoreceria ainda mais os já grandes proprietários? A quem a proposta poderia interessar? Possivelmente apenas aos financistas, nacionais ou sobretudo estrangeiros, que naquele momento dispunham de recursos para financiar engenhos centrais viabilizados pelo progressivo endividamento e as sucessivas falências dos médios e pequenos engenhos. Por isso, o candidato insistiu na segurança que o rompimento do “monopólio da escravidão” poderia significar para os financiadores da lavoura. Referindo-se à insegurança do capital investido em escravos enquanto recurso avalizador dos empréstimos feitos pelos senhores ao comércio, comentou:

“É isso porventura o que quer o grande comércio de açúcar do Recife? Não vê ele, não sente ele que a emancipação traria pelo menos o resultado de destruir essa incerteza e de criar uma situação estável quando não trouxesse, o que afirmamos trará, um aumento do valor da terra, o que dará desde logo base mais segura à dívida hipotecária, e uma vez adquirindo valor a terra arável, o parcelamento se faria rapidamente, aparecendo a pequena propriedade do lavrador –

“Uma classe importante, cujo desenvolvimento se acha impedido pela escravidão, é a dos lavradores que não são proprietários, e, em geral dos moradores do campo ou do sertão. Já vimos a que se acha, infelizmente, reduzida essa classe, que forma a quase totalidade da nossa população. Sem independência de ordem alguma, vivendo ao azar do capricho alheio, as palavras da Oração dominical: *O pão nosso de cada dia nos daí hoje* têm para ela uma significação concreta e real. Não se trata de operários, que expulsos de uma fábrica, achem lugar em outra; nem de famílias que possam emigrar; nem de jornaleiros que vão ao mercado de trabalho oferecer seus serviços; trata-se de uma população sem meios, nem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como uma ocupação servil, sem ter onde vender os seus produtos, longe da região do salário(...) e que por isso tem que resignar-se a viver e criar os filhos, nas condições de miséria em que se lhe consente vegetar”. **Idem, O Abolicionismo**, p. 127-128.

¹⁹¹ Na safra deste ano de 1884 deveriam funcionar os primeiros engenhos centrais da Central Sugar Factories Company Ltd, e da North Sugar Factories of Brazil Ltd., companhias inglesas às quais havia sido concedido o direito de instalar conjuntamente 21 engenhos centrais na província. Estas concessões enfrentavam obstáculos para sua implantação, uma vez que os produtores de cana haviam dificultado - exigindo preços compensadores - a formalização de contratos de fornecimento de matéria prima, descontentes com a remuneração oferecida pelas companhias. GRAHAM, R.- **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. 1850-1914**. S. Paulo, Brasiliense, 1973. p.155-165; EISENBERG, P.- **Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco. 1840-1910**. R. de Janeiro/Paz e terra; Campinas/Unicamp.1977. p. 111-120; WANDERLEY, M. Nazaré Baudel – **Capital e Propriedade Fundiária**. R. de Janeiro, Paz e terra, 1979, p. 40-47; RAMOS, Pedro – **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. S. Paulo, Hucitec, 1999, p. 56-60; ANDRADE, Manoel Correia de – **História das Usinas de Açúcar em Pernambuco**. Recife, Massangana/Fundaj, 1989, p. 30.Trataremos dos conflitos entre fornecedores e os engenhos centrais no cap. 4

forma natural da cultura da cana hoje que a iniciativa dos grandes engenhos centrais está determinando a divisão do plantio e do fabrico?"¹⁹²

O projeto de constituição da pequena propriedade fundamentado apenas na certeza de que a abolição da escravidão e o imposto territorial (a ser criado) destruiriam o "*monopólio territorial*" se complica quando tomamos conhecimento de outros encaminhamentos contemporâneos ao de Nabuco visando o mesmo objetivo. Pensamos mais especificamente no caso da Sociedade Central de Imigração, fundada em 1883 no R. de Janeiro. Acreditando que a grande propriedade escravista tinha seus dias contados, quer pela extinção natural da escravidão, quer pelos lucros declinantes dos produtos de exportação, esta Sociedade - composta majoritariamente por profissionais liberais, engenheiros, jornalistas, comerciantes exportadores - defendeu o incentivo a pequenos proprietários imigrantes. Então, priorizou o incentivo do governo imperial, que providenciaria parte dos recursos para as passagens, tendo em vista o objetivo de fixar imigrantes europeus de algumas posses. Certamente conscientes das dificuldades das duas medidas centrais do projeto abolicionista, os membros desta Sociedade -- embora críticos pertinazes da escravidão e do latifúndio, e em sua maioria também colaboradores da Sociedade Brasileira contra a Escravidão criada por Nabuco em setembro de 1880 -- enfatizaram outras alternativas que não dependessem da supressão imediata da propriedade escrava e do imposto territorial, a exemplo da proteção do Estado à pequena propriedade agrícola concedida aos imigrantes e, sobretudo, ao privilegiamento da pequena agricultura à indústria.¹⁹³

O compromisso das proposições de Nabuco com a pequena propriedade também se torna mais nebuloso quando retomamos o projeto no qual o discurso do candidato se baseou. Trata-se do plano para construção de uma "*democracia rural*" articulado pelo engenheiro André Rebouças, braço direito de Nabuco na Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Em artigos publicados na imprensa em 1875, e reunidos em livro em 1883 -- no mesmo época d' **O Abolicionismo** - Rebouças criou um plano de "*centralização agrícola e industrial*" baseado na fundação de "*engenhos, fazendas e fábricas centrais*" para o processamento dos principais produtos agrícolas

¹⁹² NABUCO, J., "Discurso no Largo do Corpo Santo", Recife, 28/11/1884. IN: **Conferências**, p. 362.

¹⁹³ A Sociedade fundada no R. de Janeiro em 1883, funcionou até 1891, e teve como principais organizadores os imigrantes alemães Karl von Koseritz, Hermann Blumenau, Hugo Gruber, os militares de origem francesa, Alfredo d'Escagnolle Taunay, e Henrique Beaurepaire Rohan. A instauração da república e o sucesso da imigração subsidiada mas, de trabalhadores livres para as fazendas de café, extinguíram as razões de ser da associação. Sobre esta Sociedade ver o artigo de HALL, Michael -- "Reformadores de classe média no império brasileiro: a Sociedade Central de Imigração". **Revista de História**. 103:147-171, 1976.:

do Império (cana, café, fumo e algodão), inspirado na experiência dos engenhos centrais egípcios e antilhanos (de Martinica e Guadalupe), e das fábricas de açúcar de beterraba européias. Tais empresas se constituiriam dentro dos mais genuínos princípios do *laissez-faire*: seriam implantadas por companhias de acionistas que associariam investidores e produtores, ou por proprietários muito ricos que poderiam bancá-las sozinhos. Além disso, seriam financiadas predominantemente com capital estrangeiro aqui realizados ou angariados na Europa, especialmente ingleses, premiados com juros garantidos pelo governo imperial. Rebouças considerou este o melhor procedimento para a mobilização de recursos uma vez que evitaria a emissão de papel moeda, expediente com o qual não concordava. Estas empresas proporcionariam uma especialização da produção, pois separavam a lavoura da indústria, a primeira entregue a pequenos produtores – no caso do açúcar, ex-senhores de engenho, lavradores, arrendatários e colonos emancipados ou imigrantes; e a segunda, às companhias comanditárias, responsáveis pelas fábricas. Entretanto, o sucesso deste empreendimento demandaria a abolição da escravidão, medida primordial para incentivar a vinda do capital necessário, criar colonos produtores, e reeducar, pela liberdade e pelo trabalho, tanto os proprietários quanto os emancipados.¹⁹⁴

A proposta de Rebouças seria cativante se não dependesse de três pré-requisitos. Diferentemente de Nabuco que pensava, através do imposto territorial, impelir os proprietários a venderem ou arrendarem parcelas de terra, o loteamento das grandes propriedades territoriais no plano de Rebouças foi deixado no âmbito da decisão dos senhores de engenho “*assaz ricos, filântropos e providentes*”. Eles emancipariam seus escravos e dividiriam suas terras em lotes a serem vendidos, arrendados, ou aforados aos libertos e a colonos nacionais e estrangeiros. Ainda, as associações que envolviam majoritariamente investidores estrangeiros, principalmente ingleses, já vinham atuando no Império em várias modalidades de empreendimentos, por ex. nas estradas de ferro e outras obras públicas, porém, com desempenho insatisfatório. Por visarem lucros rápidos,

¹⁹⁴ Rebouças, amigo pessoal do Imperador, professor da Escola Politécnica da Corte, e um engenheiro bem sucedido que participou, juntamente com seu irmão Antonio, de muitos empreendimentos públicos e privados no Império ligados a capitais ingleses, especialmente estradas de ferro e obras portuárias, a exemplo da construção das docas da Alfândega, Pedro II, Cabedelo, Maranhão, Pernambuco e Bahia; do Caes Orléans e do Rio Grande do Sul – foi o tesoureiro e financiador mais expressivo da Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Ainda, praticamente sustentou a associação durante as viagens e estadias de Nabuco na Inglaterra em 1881, 1882-1884 e 1886. REBOUÇAS, A. – **Agricultura Nacional**. Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática. Rio, Lamoureux, 1883; NABUCO, J.- **Minha Formação**, p. 199-204; VERISSIMO, Tte. Cel. Ignácio J. - **André Rebouças através de sua autobiografia**. R. de Janeiro, José Olympio, 1939. p. 192-193. Sobre a “modernização” portuária no segundo reinado e a participação de engenheiros ingleses e de Rebouças, ver: HONORATO, Cezar T.- “O Estado Imperial e a modernização portuária” IN: SMERECSENYI, T. e LAPA, J.R.do A.- (org.) **História econômica da independência e do império**. p.175

acabavam satisfazendo-se com os juros garantidos pelo governo, razão pela qual a maioria delas não havia cumprido seus compromissos, experiência que Rebouças conhecia bem tanto nas obras públicas que intermediou quanto em empreendimentos particulares. E, por fim, destas associações de acionistas, consagradoras de uma política monetária de orientação metalista implantada pelo Visconde de Itaboraí desde a década de 1860, só poderiam participar grandes proprietários, e estes preferiam atuar sozinhos, já que tinham meios para fundar as fábricas, terras para produzir a cana, e trabalhadores livres disponíveis. Por todas estas razões, a projetada “*democracia rural*” tinha poucas possibilidades de efetiva realização.¹⁹⁵

Fragmentos de falas proferidas nos comícios desta campanha eleitoral indicam a sintonia de Nabuco com Rebouças. Mas, com relação às prioridades, os dois abolicionistas tinham preferências. Rebouças pensou um “centralização agrícola e industrial” para vários produtos, privilegiando o café, o algodão e o fumo, na medida em que considerava o açúcar um empreendimento já em declínio devido à concorrência internacional, o qual, portanto, deveria restringir-se às áreas mais propícias. Enquanto isso, a meta final do projeto de Nabuco parece ter sido a promoção da indústria açucareira, quer dizer, dos engenhos centrais, enquanto empreendimentos de iniciativas individuais ou de sociedades anônimas financiados por capitais nacionais, ou mais provavelmente, estrangeiros, a exemplo das companhias inglesas que tentaram se estabelecer em Pernambuco em 1882 e às quais chegou a prestar serviços como advogado.¹⁹⁶ Neles, os pequenos proprietários, ou seja, um grande número de lavradores - integrado inclusive por senhores de pequenos e médios, ou mesmo grandes engenhos falidos ou sem autonomia, com a abolição da escravidão - seriam fornecedores de cana; e os trabalhadores livres, substitutos dos escravos, operários da lavoura ou da fábrica. Ainda, enquanto os membros da Sociedade Central de Imigração se inspiravam em experiências européias que haviam promovido a pequena propriedade - sobretudo a da França - Rebouças e Nabuco espelhavam o futuro do Império no exemplo dos Estados Unidos e, especialmente, da Inglaterra. E Nabuco, particularmente, sonhava, naquele momento, com as províncias do norte emancipadas pioneiramente da escravidão - fato que já vinha

¹⁹⁵ Sobre o desempenho das companhias britânicas, e as vicissitudes das empresas dos Rebouças ver GRAHAM, R.- **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil - 1850-1914**. Sobre os muitos empreendimentos tentados pelo engenheiro ver VERISSIMO, Tte. Cel. Ignácio J.- **Ob. Cit.**

¹⁹⁶ Respectivamente a North Brazilian Sugar Factories Ltd e a Central Sugar Factories of Brazil Ltd. Estas companhias, assim como outras estabelecidas na Bahia e no Rio de Janeiro contaram com financiamentos da Casa Rothschild, negociados com intermediação do ministro brasileiro em Londres, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, barão de Penedo, amigo pessoal dos Rothschild e ex-chefe e conselheiro de Nabuco, amizade de família reforçada quando de seu desempenho como secretário da Legação Brasileira em Londres, em 1877-78. Nabuco também prestou serviços ao sócio inglês de Rebouças em vários empreendimentos. GRAHAM, Richard - **Ob. Cit.**, p.166-172. NABUCO, J.- **Minha Formação**, cap. 10-13.

ocorrendo - e dotadas de indústrias “naturais” e competitivas. E para a “*democracia escravagista do sul*”, imaginava um destino semelhante àquele dos confederados norte-americanos.¹⁹⁷ Dessa forma, em seu projeto, o proletariado – a classe com quem declarou, no pronunciamento aos artistas, mais identificar sua candidatura-¹⁹⁸ deveria imperar sobre a pequena propriedade; e os industriais – face gêmea do proletariado, imperar sobre toda a sociedade.

A origem dos textos, nasceram como projeto, no interior de um acirrado confronto entre conservadores, liberais e republicanos, na disputa pela primazia de encaminhar a solução para a “*questão servil*”¹⁹⁹; e para a regeneração ou superação do regime monárquico. A configuração literária – um drama-pintura e um fato – sintomática da confecção da Escravidão como uma figura

¹⁹⁷ Inúmeras vezes, no livro, o autor referencia os Estados Unidos, particularmente para demonstrar aos proprietários de S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro que, a exemplo do que ocorrera nos estados americanos do sul, a abolição trouxera progresso e prosperidade. E, insiste, os paulistas não seriam os “*yankees*” do Brasil, porque aqui não havia “*yankees*”; prefere acreditar mais nas outras províncias do sul: “Com S. Paulo dá-se um fato particular. Apesar de ser S. Paulo o baluarte atual da escravidão, em S. Paulo e nas províncias do sul ela não causou tão grandes estragos; é certo que S. Paulo empregou grande parte do seu capital na compra de escravos do norte, mas a lavoura não depende tanto quanto a do R. de Janeiro e a de Minas Gerais da escravidão para ser reputada solvável. Tem-se exagerado muito na iniciativa paulista nos últimos anos, por haver a província feito estradas de ferro sem socorro do Estado, depois que viu os resultados da estrada de ferro de Santos a Jundiá; mas, os paulistas não são, como foram chamados, os yankees do Brasil, o qual não tem yankees – nem S. Paulo é a província mais adiantada, nem a mais americana, nem a mais liberal de espírito do país; será a Louisiana do Brasil, não o Massachusetts – não é menos certo que a província, por ter entrado no seu período florescente no fim do domínio da escravidão, há de revelar na crise maior elasticidade do que as suas vizinhas. No Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande, a imigração européia infunde sangue novo nas veias do povo, reage contra a escravidão constitucional, ao passo que a virgindade das terras e a suavidade do clima abrem ao trabalho livre, horizontes maiores do que teve o escravo”. NABUCO, J. **O Abolicionismo**, p.115.

¹⁹⁸ “É por isso que vos repito, se eu tivesse que escolher uma classe com a qual devesse identificar a minha candidatura, não procuraria nem os proprietários do solo a quem chamam – a lavoura; nem os descontadores de safras, a quem chamam comércio; nem os empregados públicos (...) escolheria sim, o insignificante, o obscuro, o desprezado elemento operário, porque está nele o gérmen do futuro da nossa pátria(...)”. *Idem*, “Discurso aos artistas do Recife”. Campo das Princesas, 29.11.1884. IN: **Conferências**, p. 367 e 369.

¹⁹⁹ Célia Marinho de Azevedo aponta Nabuco como fundador de uma periodização predominante na historiografia sobre o processo de abolição no país; como um dos responsáveis pela fixação da imagem do Brasil com “*um paraíso racial*” e, sobretudo, como criador de um processo de abolição essencialmente parlamentar, em contraste com outras posições “*mais radicais*”. Cf. “*Abolicionismo e memória das relações sociais*”. **Estudos Afro-Asiáticos** 26:5-19, set. 1994, p.8 e 15. Em *O Plano e o Pânico*, Maria Helena Machado assinala o ano de 1880 como momento de início de movimentos urbanos mais expressivos, dentre eles a *Revolta do Vintém*, nos quais a participação popular chama a atenção, e de movimentos abolicionistas no campo. Cf. MACHADO, M.H.- **O Plano e o Pânico – Movimentos sociais na década da abolição**. Ainda, Célia Marinho de Azevedo explicita que, na província de S. Paulo, a partir de 1881, começam a aparecer “sinais mais insistentes de apoio popular à causa dos escravos.” cf. AZEVEDO, C.M.de – **Onda Negra, Medo Branco – O negro no imaginário das elites do século XIX** p. 200 e ss; COSTA, Emília V. da – **Da Senzala à Colônia**, parte III.

de retórica. A maneira versátil e fragmentada como as proposições do projeto abolicionista foram utilizadas, adaptando-se ao público ouvinte de cada momento, ou seja, ora acentuando, ora minimizando os temas da pequena propriedade e da lei agrária. A determinação de Nabuco de se projetar como um “*reformador social*” espelhando-se em estadistas europeus do presente - Bismarck, Cavour e, sobretudo, Disraeli²⁰⁰ e o desempenho de Gladstone na *questão irlandesa*,²⁰¹ A recuperação do exemplo de políticos abolicionistas ingleses do passado - Thomas Buxton, William Wilberforce e Thomas Babington Macaulay, que entenderam a causa abolicionista como uma conquista necessária para o fortalecimento da supremacia britânica no mundo, e, que para concretizá-la, aproveitaram o potencial de outras mobilizações, a exemplo do movimento cartista.²⁰² E, especialmente, a recusa de muitas das “*vítimas da escravidão*” em aceitar a remissão

²⁰⁰ “Vede, senhores, - em outros países, na Inglaterra e na Alemanha, por exemplo, as reformas sociais estão tomando o passo às reformas políticas. O que é que Bismarck está fazendo na Alemanha para chamar a si a democracia? Está se ocupando da sorte dos operários, está promovendo leis que estabeleçam o regime da justiça nas relações das diversas classes. E o que está fazendo Gladstone na Inglaterra? Depois dessa lei agrária, que vinculou ao solo da Irlanda os antigos rendeiros, está se ocupando de melhorar a sorte dos operários de proporcionar-lhes bem estar, de dar à pobreza habitações dignas de entes humanos, de desenvolver enfim uma legislação humana e humanitária que dê alguma satisfação real a isso que se chama por ironia a soberania do povo!”. NABUCO, J.- “*Segunda Conferência*”... IN: **Conferências**, p.273.

²⁰¹ NABUCO, J.- “*Conferência no Teatro Politeama*”, IN: **Conferências**...p. 237-238. Ao longo do século XIX, a “*questão irlandesa*” pesou enormemente na política interna britânica. Na década de 1870, além dos movimentos pela autonomia (*Home Rule*) e pela desoficialização da Igreja Anglicana, os nacionalistas haviam fundado a “*Liga Agrária*”, que reivindicava leis que permitissem aos rendeiros vender as terras de propriedade formal dos ingleses e lhes garantissem igualdade de direitos. Nas suas várias passagens pelo Ministério, Gladstone conseguiu que o Parlamento aprovasse algumas dessas reivindicações, como o fim da Igreja oficial e a indenização aos rendeiros em caso de desalojamento de suas terras. Fracassou, porém, nas duas vezes em que encaminhou a proposta de autonomia: em 1886, com a rejeição da Câmara dos Comuns, o que provocou a divisão do Partido Liberal e a derrota nas eleições; e em 1893, com a desaprovação da Câmara dos Lords, o que levaria à radicalização dos nacionalistas irlandeses em torno do partido “*Sinn Féin*”. Gladstone vinha recebendo muitas críticas, e dentre elas a de manipulação eleitoral, feita por Marx e Engel. Além do apoio incondicional e do particular interesse que manifestavam pelos nacionalistas irlandeses (porque viam na sua luta o cerne das contradições que poderiam derrubar as “*classes dirigentes*” na Inglaterra), Marx e Engels sempre criticaram as manobras de Gladstone, por usar a questão irlandesa para fins eleitorais, como se vê na carta de Marx a Kugelman de 6.4.1868. “*A questão irlandesa predomina aqui até agora. Tem sido explorada por Gladstone e companhia, apenas, é claro, para obter novamente o poder, e, sobretudo, para ter um lema eleitoral nas próximas eleições (...)*”. MARX, K. e ENGELS, F.- **Selected Correspondence**. 2a. ed. Moscou, Progress Publishers, 1965. p. 203.

²⁰² Howard Temperley ressaltava a habilidade da Anti-Slavery Society em aproveitar a mobilização popular existente na Inglaterra na década de 1830, no sentido de incluir nela a reivindicação pelo Bill que abolia a escravidão nas colônias. Refere-se ainda à criação, nesse momento, do Agency Committee, instituição com profissionais pagos para atuar em favor da abolição nos movimentos populares em toda a Inglaterra. Por sua vez, Emília Viotti da Costa destaca a importância que a abolição do tráfico e da escravidão assume no discurso de Macaulay. Elas legitimavam a superioridade cultural e moral dos britânicos, essencial na estratégia liberal de impor a supremacia sobre os negócios econômicos e políticos das áreas coloniais. Em discurso feito em 1824 na Society for the Mitigation and Gradual Abolition of Slavery Throughout the British Dominion,

proposta pelos abolicionistas. Todas estas evidências sugerem que *O Abolicionismo*, em seu conjunto, se constituía num magnífico argumento político, fundamentado em problemas efetivos enfrentados pela sociedade e pela monarquia, mas também engendrado para embates eleitorais dos quais se esperava ampliar a bancada abolicionista no Parlamento para viabilizar e privilegiar determinadas modalidades de empreendimentos, a exemplo daqueles que promoviam os investimentos ingleses. E inspiram indagações: poderia efetivamente contentar a todos? quem seriam os protagonistas reais da expressão monopólio/finanças da escravidão? Quem pagaria seu custo?

A “indiferença” dos filhos e netos dos escravos, dos moradores, dos lavradores, e as dificuldades enfrentadas pelos abolicionistas em geral na Corte e por Nabuco em particular nas eleições de 1884 a 1886 em Recife, especialmente junto às bases do partido liberal, composta em sua maioria por pequenos e médios de proprietários de engenho, são um primeiro indício de que seu programa - apesar do inegável ganho moral e humano pressuposto na supressão da escravidão, objetivo dos escravos e de outras parcelas da sociedade - não resolvia a contento a questão do elemento servil. Isto porque resguardava um custo que faria outras “vítimas” além dos fazendeiros do sul.

Estariam os “proletários” e os “senhores” de Pernambuco de acordo com o papel a eles reservado na nação, para os primeiros a compulsão ao trabalho e aos segundos, em sua maioria, o lugar de fornecedores de cana para os grandes engenhos centrais? O lamento de Nabuco e o comportamento concreto dos personagens insinuam que não. Falando pelos pequenos e médios proprietários do norte - categoria social inexistente nas representações instrumentalizadas por Nabuco para a sociedade brasileira - em artigos no *Jornal do Recife* e pronunciamentos no Congresso Agrícola, Henrique Augusto Milet demonstrou que a “*casta de senhores*” era muito mais complexa do que o *Abolicionismo* concebia. Defendeu as “*finanças da escravidão*” - os correspondentes, a propriedade escrava, o papel-moeda, as apólices do governo, e o subsídio do Estado - para que estes proprietários pudessem arcar com os custos do trabalho livre, organizar engenhos centrais enquanto cooperativas de agricultores e, assim, preservar sua propriedade. Por sua vez, moradores e rendeiros negaram-se, por três vezes ao longo do século XIX, a aceitar o

Macaulay comentou: “Seu império mais poderoso é o de sua moral, sua língua e suas leis; suas vitórias mais orgulhosas, aquelas que obteve sobre a ferocidade e a ignorância; seus troféus mais duradouros, aqueles que erigiu no coração das nações civilizadas e libertas. O forte sentimento moral do povo inglês - seu ódio à injustiça - sua disposição de fazer todos os sacrifícios em vez de participar do crime; esses têm sido há muito sua glória, sua força e sua segurança.”. Apud COSTA, E. V..- *Coroas*....p.. 47; TEMPERLEY, .H.- *British Antislavery*..p. 14-16.

avanço do “progresso” inscrito em programas conservadores do passado e rememorados no projeto de Nabuco. Em 1851, no *Ronco da Abelha*²⁰³ repeliram decretos imperiais que obrigavam o censo e o registro de nascimentos e óbitos, temendo que -- diante da recente abolição do tráfico -- o Estado os recrutasse para desempenhar o trabalho na lavoura até então executado por escravos. Em 1875, na *Revolta do Quebra Quilos*²⁰⁴ investiram contra as determinações que alteravam o sistema de pesos e medidas e os regulamentos que barravam seu acesso às feiras. Ainda, na *Revolução Praieira* (1848-1849), proprietários de pequenos e médios bangüês e seus rendeiros e moradores recorreram às armas e enfrentaram uma guerra civil para negar, conforme veremos no cap. 3, justamente, o programa d’ *O Progresso*, que já preconizava propostas depois reinstrumentalizadas por Nabuco n’ *O Abolicionismo*.²⁰⁵

Todavia, além dessas dissonâncias, é importante lembrar a recusa, na vida real, dos principais personagens da luta *Abolicionismo* versus *Escravidão*. Os escravos, ao longo da história da escravidão, com suas negociações e resistências cotidianas, dentro e fora da lei; e nas ações de liberdade, nas revoltas no campo e nas manifestações urbanas, teimosamente destoaram da “passividade”²⁰⁶ e do martírio que seu papel lhes conferia. E os signatários do “monopólio escravagista”²⁰⁷, quer atuando no Parlamento quer viabilizando a política imigratória e negociando a abolição da escravidão, da qual o próprio Nabuco participaria, certamente contestaram as imagens da “casta de senhores” e a “inércia” a eles impingida no grande drama encenado n’ *O Abolicionismo*.

²⁰³ MARSON, I. A. - *O Império do Progresso*. p. 415 e ss.

²⁰⁴ MILET, H.A. - *Os Quebra-Quilos e a crise da lavoura*. Recife, Jornal do Recife, 1876; MARSON, I.A. - “Performances...” p. 23-25. SOUTO MAIOR, A. - *Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império*. S. Paulo/Ed. Nacional; Brasília/INL; Recife/ IJNPS, 1978.

²⁰⁵ MARSON, I.A. - *O Império do Progresso*.

²⁰⁶ As imagens clássicas criadas por Nabuco para a escravidão vêm sendo revisitadas no Brasil por historiadores e sociólogos desde a década de 60. Desenvolveu-se, assim, uma historiografia da escravidão, que desde aquela época vem fazendo revisões sucessivas destas imagens a exemplo de: QUEIROZ, S. R. - Ob. Cit.; COSTA, Emília V. da - *Coroas...Da Senzala ...* AZEVEDO, C.M. - *Onda negra, medo branco*; MACHADO, M.H. - Ob.Cit.; LARA, S.H. - *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do R. de Janeiro (1750-1808)*. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1988; ALGRANTI, L.M. - *O Feitor Ausente*; SCHWARTZ, S.B. - *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1988; CHALHOUB, S. - *Visões da Liberdade*; REIS, J.J. e GOMES, J.F.(org.) - *A liberdade por um fio*. S. Paulo, Cia das Letras, 1997; MATTOS, Hebe M. - *Das cores*; AZEVEDO, E. - *Orfeu...* WISSEMBACH, M. Cristina C. - *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos forros em S. Paulo(1850-1880)*. S. Paulo, HUCITEC/História Social USP, 1998. Há que se anotar ainda as inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado ainda sem publicação realizadas em diversas universidades brasileiras e estrangeiras.

²⁰⁷ BRESCIANI, M. S. - *Liberalismo: ideologia e controle social (um estudo sobre S. Paulo entre 1850-1910)*. Tese de Doutorado. S. Paulo, FFLCH-USP, mimeo; e “*Repenser le marché du*

O significado astucioso destas figuras foi insinuado por Nabuco pelo menos num momento de sua campanha eleitoral de 1884. Na Terceira Conferência proferida no Teatro S. Isabel, no dia 16 de novembro -- ao finalizar uma longa prestação de contas sobre seu desempenho parlamentar entre 1879 e 1880, que se pautou pela de oposição ao Partido Liberal que o elegera, e pelo envolvimento com o abolicionismo no Brasil e na Europa -- Nabuco procurou justificar os avanços do movimento no Brasil que já marcava vitórias significativas com a abolição da escravidão no Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul. Então recorreu a um revelador recurso de retórica, gesto que desempenhava com maestria, para minimizar/valorizar a responsabilidade dos militantes do abolicionismo e dissolver os compromissos específicos da grande causa também com o imperialismo britânico. Num gesto ambíguo de falsa modéstia, atribui a expansão da popularidade da campanha ao "*espírito do tempo*" ou seja, a todos e a "*Ninguém*" mas, também, à atuação dos líderes, dele em particular. Para isso espelhou as vitórias abolicionistas no golpe desfechado pelo herói Odisseu [Udeis/Ninguém] contra o gigante Polifemo, configurando-as como a vitória da astúcia e da razão contra a barbárie. Odisseu impusera uma múltipla derrota ao gigante -- cegando, eximindo a si e aos companheiros da responsabilidade do ato, e evitando a vingança dos cíclopes. Da mesma forma, no caso da vitória do abolicionismo, "*Ninguém*" deveria ser responsabilizado pelos prejuízos da emancipação, decorrência que possibilitaria, ao término do processo, uma "*conciliação*", entre todos os envolvidos. Este seria o objetivo último do *Abolicionismo*:

"Apresento-me aos vossos sufrágios, com a minha carreira toda diante dos vossos olhos. Acreditai-me que me sinto altamente recompensado. Eu cheguei à única posição que podia tentar-me: a de simples particular que é escutado por todo o país. Na Câmara ou fora da Câmara, no Brasil ou na Europa, julgo pertencer hoje a um Parlamento maior e mais alto que a Assembléia Geral, o Parlamento da opinião(...) Não viso nesta questão da emancipação glória pessoal. Permitti que eu vos repita o que disse a respeito em S. Paulo: 'Há na Odisséia, disse eu, um episódio que pode servir de parábola, a nós abolicionistas. É Ulisses dizendo a Polifemo que se chamava Ninguém, e depois o Cíclope com a pupila abrasada, atroando os ares com os gritos da sua cegueira e respondendo aos gigantes que lhe perguntavam quem lhe causara tais sofrimentos e lhe arrancava tais clamores no sossego da noite divina: 'Foi Ninguém. Se não é ninguém, respondiam os cíclopes, se estás só, não te podemos valer contra o golpe com que Júpiter te fere!'. Senhores, não é nenhum de nós que mata a escravidão, é o espírito do nosso tempo, e por isso o nome verdadeiro do Abolicionismo é Ninguém; e eu não quero outro para mim nesta causa. Sim senhores, o que eu desejo é que depois da luta terrível entre abolicionistas e escravocratas a emancipação seja realizada entre as alegrias da nação unida, e que nós todos, como os atenienses

para conciliar as divindades inimigas, levantemos no lugar da discórdia o altar do Esquecimento".²⁰⁸

Em *Um Estadista do Império*, Nabuco recuperaria o pressuposto *feudalismo, latifúndia, servidão* bem de acordo com a configuração d' *O Progresso*, ou seja, sem incluir a "escravidão". Entretanto, na análise da revolta da Praia, não fez qualquer menção à Revista, nem ao seu projeto de *reforma/revolução social*, tão próximo em suas proposições daquele veiculado por *O Abolicionismo*. Muito pelo contrário, o argumento *feudalismo, latifúndia, servidão*, foi lembrado apenas para delinear a mais severa e desencantada imagem das revoluções vivenciadas nas décadas de 1830-1840. Mais ainda, para tecer um libelo de acusação contra as revoluções jacobinas em geral e contra a Praieira em particular. Foi com esse intuito, de restabelecer uma sentença, que Nabuco submeteu os depoimentos de Armitage e Ottoni – descartando as considerações positivas que eles haviam feito sobre os acontecimentos de 1831 no sentido da fundação da nação - e debelou sumariamente o texto de Timandro.

Conforme vimos, responsabilizou a herança dos monopólios do Antigo Regime, o feudalismo, os *latifúndia*, a servidão, pelo fomento das revoluções jacobinas do império, das quais o 7 de abril e, especificamente, a Revolução Praieira haviam sido o exemplo mais acabado. Apoiando-se nos escritos do pai,²⁰⁹ historiou detalhadamente os acontecimentos de Pernambuco e criou uma interpretação para a revolta da Praia que a tornou o modelo mais elaborado da revolução

²⁰⁸ NABUCO, J.- "*Terceira Conferência no teatro S. Isabel*". Recife, 16/11/1884. IN: *Conferências*, p. 345. Analisando o episódio do embate entre Ulisses e Polifemo, Olgária Matos comenta: "Odisseu tem como raiz Udeis, que significa em grego ninguém(...). Os cíclopes são gigantes de um único olho no meio da testa, o que significa que eles desconhecem a tridimensionalidade do espaço, desconhecem o universo da cultura. Ulisses havia sido advertido por Circe de que não deveria amanhecer na ilha dos Cíclopes para não ser por eles atacado. Porém, sua curiosidade faz com que imagine um estratagema para poder explorar a ilha sem correr risco de vida. Embriaga Polifemo e, enquanto este se encontra adormecido, fere seu olho, cegando-o. Polifemo desperta com a dor, gritando 'Udeis me feriu'. Os demais cíclopes acorrem, mas quando ouvem, 'ninguém me feriu' recolhem-se novamente, como Ulisses havia calculado. Portanto, uma vez consolidada esta racionalidade astuciosa, Ulisses ganha este nome." MATOS, Olgária – "A melancolia de Ulisses: a dialética do iluminismo e o canto das sereias" IN: CARDOSO, S. et alii – *Os sentidos da paixão*. S. Paulo, Cia. Das Letras, 1986. p. 144, 156; sobre esta leitura do mito grego ver também ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. – *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido A. de Almeida. R. de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.

²⁰⁹ Especialmente, *Justa Apreciação do domínio Praieiro ou História da dominação da Praia; e As Eleições para Senadores em Pernambuco*. Recife, Tip.União, 1847.

entendida como desordem, imaturidade e despreparo: identificou-a com aspirações políticas dispares, mescla de republicanismo e socialismo, e estabeleceu suas origens numa intrincada gama de motivações, dentre as quais o *feudalismo* vigente em Pernambuco, tese apresentada por Nabuco de Araújo, teve um significado essencial.

Um dos principais ataques da Praia era contra o 'feudalismo' dos senhores de engenho. Forte na capital, ela sentia dificuldade de avançar no interior, fechado pela grande propriedade, a cuja sombra viviam as pequenas povoações, semeadas em suas cercanias; daí a guerra que ela movia à grande propriedade, superior à justiça pública. Nesse ponto a invasão Praieira era uma imposição necessária; depois viria, ou não, a reconstrução democrática; o essencial desde logo a conquista do interior pela lei. Tanto na Justa Apreciação como na tribuna da Câmara, em 1843, Nabuco de algum modo o reconhece. Ele não contesta o benefício dessa campanha, lastima somente que os atos não correspondam às palavras e que de uma obra social de vasto alcance se faça uma estreita perseguição partidária. Em 1843 ele enumerava entre as causas do estado violento e excepcional de Pernambuco e outras Províncias do Império essas influências do interior, que têm por timbre proteger a certo número de indivíduos que as cercam e são instrumentos de seus caprichos e vinganças. Essas influências ... sempre existiram, mas adquiriram força com a fraqueza do poder [na Regência], fraqueza que resulta das leis que a evolução nos legou. Em 1847, diante dos atos de intervenção enérgica com que Chichorro assombrou as influências do interior, o escritor do partido da Ordem... não ataca a intervenção, mas o modo e o espírito partidário:

*'Falais do feudalismo dessa família e dizeis que os membros dela encastelados em suas propriedades eram inacessíveis à autoridade pública, mas esse feudalismo, esse espírito altivo e arrogante que quer sotopor a autoridade pública, ou dominar, ou despreza-la, é só próprio e exclusivo a alguns Cavalcantis? Não, mil vezes não. Esse espírito anti social, absurdo e perigoso é um vício radicado entre os proprietários do interior de Pernambuco, e quiçá do Império, é um vício que nasceu da antiga organização e que as nossas revoluções e civilização ainda não puderam acabar. Não eram somente alguns Cavalcantis que nutriam este espírito, senão muitos outros.. Esse espírito anti-social, ou esse feudalismo, como chamais, vós o teríeis atacado radicalmente rendendo dest'arte um importante serviço ao país, se dominados pelo patriotismo...vós tivésseis aproveitado da revolução que causastes na sociedade com o vosso triunfo e dominação...Mas, não. Excitastes essas idéias generosas para carrear a popularidade e para triunfar, mas ao depois e na prática tendes respeitado e consolidado esse feudalismo dos vossos, e só combatido o dos adversários...' "*²¹⁰

O poder da feudalidade territorial, na qual Nabuco de Araújo incluiu tanto alguns conservadores quanto os próprios praieiros, fundamentava os abusos que estimulavam as paixões e instintos constitutivos do comportamento das massas favorecendo a atuação dos demagogos. Foi a conjunção destes fatores que fizeram explodir o *movimento social*, o "turbilhão popular violento, indiferente a leis e princípios", e despótico, característico da democracia. Retomando o que comentamos no primeiro capítulo, a Praieira foi a

²¹⁰ NABUCO, J. *Um Estadista do Império*. p. 63. A citação de Nabuco foi retirada do opúsculo de Nabuco de Araújo, *Justa Apreciação do Partido Praieiro ou História da dominação da Praia*, texto de 1847.

*"queixa de uma população adiantada de instintos contra sua triste condição, mais que um movimento político, foi um movimento social, uma guerra contra os portugueses que monopolizavam o comércio nas cidades e os senhores de engenho que monopolizaram a terra no interior."*²¹¹

A herança do Antigo Regime também estava na origem do oportunismo, da *"inexperiência política"* e do radicalismo - sinônimo de barbárie - dos praieiros, assim como de seu sucesso político na província. Chegara ao poder em Pernambuco graças à manobra palaciana junto à facção áulica, e ali fizera uma administração truculenta que revolvera a província, colocando-a num estado revolucionário. Na gestão de Chichorro da Gama (1845-1848), a Praia fizera uma completa inversão administrativa e, aproveitando-se dos conflitos originados no *feudalismo* ainda presente em Pernambuco, pela violência, alterou os costumes, obrigando rendeiros e moradores a votarem contra seus *"patronos naturais"*, com quem, na maioria das circunstâncias, tinham uma relação antiga e estável. Neste episódio, o autor recorreu, uma vez mais aos escritos de Nabuco de Araújo:

*"Foi tal o terror que se incutiu na população que os moradores dos engenhos, -- que desde tempos imemoriais têm considerado aos senhores de tais propriedades como seus sustentáculos e protetores, que não sempre tido para com estes um justo respeito reverencial ... esses homens, dizemos nós que se uniam aos senhores de engenho pela força do hábito, pela influência dos costumes antigos, pelos laços de gratidão, antes quiseram votar com a polícia que os aterrava do que com os seus patronos naturais que os sustentavam...A polícia destruiu assim a justa relação que existia entre os proprietários dos engenhos e os seus moradores, alterou os costumes, e só produziu males, porque tais homens não podem mais ficar nos engenhos, que atraíram de certo modo".*²¹²

Além da truculência, sintomática de uma política *"feudal"*, a imaturidade da Praia se expressou também em sua falta de organização. Embora fizessem proclamações monarquistas, aliaram-se a conhecidos políticos republicanos -- Borges da Fonseca, por exemplo -- e adotaram um programa impraticável, que conciliava *"o preconceito vulgar e retrógrado da nacionalização*

²¹¹ *Idem, ibidem*, p. 75.

²¹² *Idem, ibidem*, p. 65. Neste caso Nabuco recolheu um fragmento do opúsculo **As eleições para senadores**, pg. IX. Nesta passagem, uma vez que queria destacar tão somente o ato de força da Praia, Nabuco de Araújo, diferentemente do trecho citado no início desta análise sobre **Um Estadista...**, conferiu um sentido *positivo* às relações entre moradores e senhores de engenho, sentido que Nabuco também preservou. Pode-se perceber, então, que as relações *feudais* assumem significados diferentes de acordo com as circunstâncias e os interesses do autor (tanto Nabuco de Araújo quanto o historiador Joaquim Nabuco). Quando se trata de avaliar as relações entre os senhores e o Estado elas são negativas; quando se refere aos dependentes (no enfrentamento com os praieiros), tornam-se, dependendo das situações, até positivas.

*do comércio a retalho, com a republicana e socialista reivindicação do trabalho como garantia de vida para os cidadãos brasileiros”.*²¹³

Esta versão sobre a Praieira, além de registrar sua recusa das revoltas aparentadas à violência e manipuladoras dos instintos das massas, jacobinas e republicanas explicitou, e reiterou, o desfecho a ela conferido pelos dois administradores da província -- o presidente Tosta e o juiz Nabuco de Araujo. Todavia, para chegar a esta configuração, Nabuco privilegiou precisos testemunhos, em especial os escritos de seu pai, e a versão criada pelo Chefe de Polícia da Província, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, que historiou o movimento no livro *Chronica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849*.²¹⁴ E “debelou” ou adaptou outras fontes e outras leituras dos acontecimentos, a exemplo daquelas veiculadas n’ **O Progresso** e no **Libelo do Povo**, que propuseram outras revoluções ou apresentaram outros significados para as revoltas experimentadas em 1848. Como compreender estes procedimentos?

Até aqui apontamos os motivos mais evidentes: condenar o jacobinismo e reiterar as decisões do pai. Mas, certamente, depois da análise d’ **O Abolicionismo**, podemos indicar outras. A exclusão da figura da “escravidão” no argumento utilizado para justificar as origens da Praieira – quando seria uma lembrança pertinente, por tratar-se do texto de um autor abolicionista que já utilizara o argumento à exaustão anteriormente; e o “esquecimento” da de reforma/revolução social inscrita no programa do **Progresso** – com sua crítica aos *latifundia* e sua proposta de lei agrária – permitiram ao autor atribuir um sentido revolucionário e inovador exclusivamente para o projeto d’**O Abolicionismo** e nele estabelecer a verdadeira revolução liberal, tornando-o, em substituição à independência e ao 7 de abril, um marco na história da nação. Ou seja, ao mesmo tempo, criou um novo sentido para a “verdadeira” revolução – ela se confundiu com o ato de abolir a escravidão, sem ressarcimentos - e desqualificou outros movimentos inscritos no passado.

Mas, para fazê-lo, Nabuco submeteu alguns depoimentos, debelou outros, e ocultou significados das revoluções vividas. Desse encaminhamento resultou o “fato” que confundiu a revolta da Praia com outras rebeldias também desvalorizadas, na confecção do qual o historiador reproduziria os mesmos procedimentos de método já praticados na tessitura da escravidão. Nosso objetivo, nos capítulos que se seguem é justamente interrogar estas intervenções praticadas pelo

²¹³ *Idem, ibidem*, p. 72.

²¹⁴ MELO, J.M.Figueira de – *Chronica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849*. R. de Janeiro, Typographia do Brasil de J.J. da Rocha, 1850. A 2ª edição foi publicada pelo senado Federal em 1978.

historiador, retomando a complexidade das circunstâncias históricas que deram origem aos dois grandes “*atos*” confeccionados por Nabuco, a Revolução Praieira e a Escravidão. No terceiro capítulo vamos considerar a batalha de revoluções emergente em 1848 em Pernambuco. E no quarto, o confronto de opiniões sobre as “*finanças da escravidão*” e sobre o encaminhamento dos engenhos centrais.

Capítulo 3: O domínio sobre a memória : Nabuco e a Praieira

"...Em vez de dissertarmos sobre o abstrato e de traçarmos no papel limites bem delineados, coloquemo-lo diante das realidades. E apliquemos o bom método: compliquemos o que parece simples." Lucien Febvre.¹

A ascensão do gabinete Olinda a 29 de setembro de 1848, testemunhando a finalização de um período no qual os liberais haviam atuado com destaque na Corte; a suspensão dos trabalhos da Câmara dos Deputados a 5 de outubro encerrando as atividades parlamentares daquele ano e indicando uma próxima dissolução; e a designação do político conservador Herculano Ferreira Pena para presidir Pernambuco, foram eventos que sinalizaram uma inversão política no Império em geral e na Província em particular, e a eclosão da guerra civil na qual se hostilizaram conservadores(*guabirus*) e liberais (*praieiros*).² Assentados nos cargos de poder em 1845 e organizados, desde maio de 1848, pela Sociedade Imperial, os praieiros haviam se preparado militarmente nas vilas mais importantes para enfrentar uma revanche conservadora e suas indeclináveis demissões. Nesse sentido, a partir desta data, quando o predomínio liberal na Corte começara a declinar e o partido perdera o controle sobre a administração provincial, haviam mobilizado forças policiais (delegados, subdelegados e contingentes de polícia), coronéis da Guarda Nacional e seus batalhões (inclusive rendeiros e moradores de engenhos), acantonando-os nas propriedades de membros importantes do partido, em geral os próprios comandantes das tropas arregimentadas; estocado armas e munição, e se preparado para resistir às demissões, impedindo a posse das autoridades recém-nomeadas pela administração provincial. O objetivo imediato deste procedimento era preservar os comandos de polícia e da Guarda Nacional nas vilas, de forma a garantir a vitória nas eleições para vereadores e juizes de paz que realizar-se-iam a 19 de novembro de 1848 e, com ela, o controle sobre o processo de qualificação dos eleitores que escolheriam os

¹ FEBVRE, L.- *Combates pela História* IN: MOTA, C.G. (org.) **Febvre. História**. Trad. Adalberto Marson, Paulo de S. Oliveira e Maria Elisa Mascarenhas. S. Paulo, Ática, 1978. p. 7, 109.

² *Guabirus* e *Praieiros* foram designações que os membros dos partidos conservador e liberal, respectivamente, receberam na disputa política partidária em Pernambuco. Mais adiante elucidaremos as razões destes termos.

deputados nas próximas eleições para a Câmara, cuja dissolução era tida como certa, e também os novos representantes da Província para o Senado.

O desafio praieiro levou o presidente a transferir o esperado escrutínio para 17 de dezembro e a colocar em prática um plano para debelar rápida e vigorosamente as oposições associando a tropa de linha (requisitada com antecedência nas províncias vizinhas), os efetivos da Guarda Nacional fiéis ao nova administração, além de forças particulares, medida que resultou em alguns combates violentos. Acuados, os desafiantes ampliaram seus objetivos e transformaram as resistências isoladas em guerra aberta. No final de novembro, os deputados do Partido hipotecaram publicamente seu apoio aos correligionários; os grupos combatentes se reuniram para formar colunas mais numerosas e organizadas; e o “*movimento*” divulgou um programa de reformas políticas afinadas com “*as luzes do século*”, a serem promulgadas por uma Assembléia Constituinte, visando um alargamento da representação parlamentar, em especial no Senado, assim como garantias de sua efetivação.

O adiamento *sine die* das eleições provinciais determinado a 9 de dezembro; o crescimento das forças do governo com a chegada de tropas da Bahia e de Alagoas; a vitória dos resistentes ante os efetivos governamentais no combate de Cruangi (a 20 de dezembro) e a queda do presidente Pena (substituído por Manoel Vieira Tosta, defensor de uma repressão mais drástica), cobrou a reorganização das forças praieiras num exército capaz de sustentar uma luta de maiores proporções. Exigiu, também, o envolvimento dos deputados no comando desta guerra, de maneira a conferir “*uma direção conveniente a ela*”, evitando possíveis radicalizações defendidas por um pequeno contingente de republicanos agregados às tropas do norte, liderados por Borges da Fonseca. As divergências internas aos resistentes se exteriorizaram claramente no final de dezembro, quando dois documentos vieram a público divulgando suas proposições. Enquanto o jornal oficial do partido, o *Diário Novo*, propunha como “*Bandeira do Movimento Liberal*” reformas para a “*regeneração da Província e do Império*”, destacando as práticas administrativas descentralizadoras e ampliadoras da representação política, um *Manifesto* da coluna do norte, reivindicava medidas mais contundentes, o “*voto universal, a extinção do Poder moderador e do direito de agraciar*”, ou seja, significativa intervenção no regime monárquico, no sentido de sua “*republicanização*”.³

³ A expressão foi utilizada por Teóphilo Ottoni na *Circular dedicada aos senhores eleitores de senadores pela província de Minas Gerais*, que abordamos no primeiro capítulo. OTTONI, T.-Ob.Cit. 2ª ed. Revista do IHGB Tomo LXXVIII. R. de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916.

todos os meios e recursos constitucionais. O partido praieiro, porém, tem dado provas estrondosas de sua imensa maioria; da força e energia, que lhe resulta da dedicação e valor de seus partidários, e do apoio e simpatias de quase toda a população.

Em 1844 venceu quase completamente a eleição de deputados; em 1845 venceu a eleição de senador...Os deputados tinham consciência da força invencível do partido; ia abrir-se a campanha eleitoral, e eles contavam com a certeza da vitória; em tais circunstâncias recorrer às armas era suicídio...A revolta era o terror dos deputados e anelo dos que a provocaram..

A liberdade e a vida são direitos naturais do homem, e foi para os garantir que ele se reuniu em sociedade e criou o poder público. A defesa natural é um dever sagrado, pois que o suicídio é um crime. Os homens mais gravemente ameaçados em suas vidas, alguns já tinham sido procurados em suas casas, tomaram armas, não para agredirem o governo, e sim para se defenderem. Que outro recurso lhes restava? Representarem ao governo? Já o tinham feito, era o mesmo governo que armava e municiaava seus inimigos mais rancorosos para os exterminar. Emigrar? Mas tinham uma obrigação santa de protegerem suas famílias e propriedades.

Nunca aprovamos, nem aprovaremos a revolta como princípio, mas se há alguma justificável, é a de Pernambuco, que teve por base o dogma da defesa natural....”⁹

Também invocando procedimentos dos conservadores num passado mais longínquo, devolveu a acusação: provocadores de revoltas e agitadores tinham sido os *guabirus* durante o período da administração praieira, quando recorreram a todos os meios para atrapalhar o curso pacífico do trabalho do presidente Chichorro da Gama: agitação popular nos comícios (*meetings*); ataque violento da imprensa denegrindo a atuação da Praia; anulação pelo Senado (por duas vezes, em 1846 e 1847) da escolha imperial que recaía sobre dois nomes praieiros mais votados na Província, Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França; e resistência armada. Para Sabino, a anulação das eleições, particularmente as de 1847, fazia parte de um premeditado plano conservador para derrubar o gabinete liberal, pois a elas se seguiu uma revolta armada em Pernambuco, a Sedição de Lages, levada a cabo entre janeiro e abril de 1848 e debelada pelo governo praieiro. Portanto, seu depoimento vai assim desvendando a ascensão *guabiru* ao poder como um golpe articulado no qual foram utilizados os mesmos instrumentos e as mesmas práticas agora apontadas para inscrever os praieiros na acusação de rebeldia e ameaça à integridade do Império: agitação popular, uso da resistência armada, enfrentamento da autoridade pública:

“O partido, denominado guabiru, desde que desceu do poder, viveu sempre vida de frenética agitação, de torpe difamação. Ainda temos presentes esses ofícios, em que o mais ínfimo agente de polícia, sendo demitido, cobria de impropérios o presidente da província, e se arrogava a glória do martírio; conservamos em memória esses artigos selvagens, em que se insinuava como um ato de patriotismo o assassinato do presidente, déspota a quem hoje se imputa o crime de não Ter feito recrutamento.(...) A última eleição de senadores (1847) foi tempestuosa: todas as idéias subversivas foram apregoadas; todos os meios revolucionários empregados; nada se poupou, que pudesse conduzir a população a excessos e delírios. Foi nessa ocasião que se manejou a alavanca dos meetings; esta lembrança, aliás, aplaudida aqui na corte pelas folhas correligionárias, nasceu

⁹ MELO, U. S. P. de – *Ob.Cit.* 2^a ed. Brasília, Senado Federal, 1978. p. 39-42; 68.

*do partido baronista; levou-se o povo às praças públicas para falar-lhe a linguagem das paixões ardentes, e perante a ele vomitar injúrias, calúnias e insultos atrozes contra o governo e seu delegado".*¹⁰

Porém, o texto de Sabino não vinha responder apenas à acusação do crime de rebelião formulada pelos conservadores. Sua versão dos fatos, insistindo na tese da *revolta espontânea em legítima defesa*, problematizou outra leitura liberal, a interpretação que os *luzias*¹¹ divulgaram na Corte, ainda em 1849, num panfleto de grande repercussão, *O Libelo do Povo*, de autoria do deputado Torres Homem, o Timandro, que analisamos no capítulo 1.¹² Com argumentos diferentes dos de Sabino, Timandro, conforme abordamos, justificou a *Revolução Praieira*, instrumentalizando-a na campanha do Partido Liberal (liderado pelos *luzias*) contra o ato de dissolução da Câmara ocorrido a 19 de fevereiro. Inscrevendo-a num longo processo de luta da nação (iniciado em 1822) contra a tirania, no sentido de consolidar sua independência, o movimento se tornou parte do percurso de um genérico Partido Liberal, símbolo de ideal plenamente associado a anseios *populares e democráticos*, e legitimado por ser um sucedâneo das revoluções liberais contra o absolutismo na Europa. Timandro exacerbou a crítica à monarquia absoluta européia, com seu direito divino dos reis e suas cortes artificiais, reconstituindo particularmente a história (em tom de farsa) da Casa de Bragança, para demonstrar que o período regencial, especialmente o governo Feijó, fora o ápice da liberdade e democracia. Nesse fundo histórico, a resistência da Praia seria, então, uma *revolução liberal latu sensu*, própria das aspirações do tempo, uma resposta ao abuso do poder imperial e da Corte manietados pelos defensores do absolutismo. Ainda, uma tentativa de desmascaramento da monarquia constitucional praticada no Império, pois ela se constituía ora, numa "*comédia de mau gosto*", quando o poder moderador intervinha nos ministérios e no desempenho da Câmara; ora num "*drama sanguinolento*", quando os cidadãos, reagindo às interferências inconstitucionais dos Príncipes, recorriam às armas e eram violentamente reprimidos. Com esse objetivo, o movimento da Praia, ao tornar-se um dos episódios do embate entre a *prerrogativa real e a soberania popular* que vinha se desenrolando desde a independência (ocorrera em 1822, 1824, 1831, 1837, 1842), se mesclou a todas as lutas liberais do passado, suas reivindicações se confundiram com os itens do programa liberal e sua estratégia de luta armada se

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 39-40.

¹¹ Alcinha dos liberais no sul, particularmente referente a paulistas e mineiros, integrantes da revolução Liberal de 1842; seus principais líderes eram, naquele momento, Teófilo Ottoni e Torres Homem.

¹² HOMEM, F. S. Torres – "*O Libelo do Povo*" IN: MAGALHÃES JÚNIOR, R. – *Três Panfletários do Segundo Reinado*. S. Paulo, Ed. Nacional, 1956, p. 45-126.

igualou à *rebelião* de S. Paulo e Minas Gerais ocorrida em 1842, entendimentos que Urbano Sabino procurava, justamente, neutralizar.

Diante do impacto da dissolução da Câmara, da exclusão dos liberais nas eleições de 1849 e dos escritos de Sabino e Timandro, os conservadores se viram na contingência de expor a sua versão da *revolta/rebelião/revolução*, missão avocada pelo ex-chefe de polícia Figueira de Melo que, em 1850, apresentaria a interpretação mais detalhada sobre a guerra civil, *A Crônica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849*.¹³ Valendo-se da farta documentação que reunira no processo, o autor reconstituiu minuciosamente a história do conflito armado, para tecer um libelo em sua defesa e de seus correligionários, procurando divulgar e legitimar as razões da condenação dos acusados e as medidas que a administração conservadora empregara para debelar a “*rebelião/revolução de caráter popular*” (entendida negativamente), enquadrando no Código Penal a acusação insinuada anteriormente por Maciel Monteiro.

Num recado prévio ao leitor, o ex-chefe de polícia explica os motivos que o levaram a escrever a *Crônica*: rebater e destruir as acusações de usurpação atiradas por Urbano Sabino contra ele e seu partido. Para fundamentar a legitimidade de sua narrativa, valer-se-ia de procedimentos “científicos”, destacadamente a “*recuperação da história*” (através da cronologia e dos documentos) e o “*bom senso dos leitores*” na interpretação das provas oferecidas. Ambos seriam capazes de projetar um relato “*imparcial e fiel*” dos acontecimentos, posto que isento de compromissos partidários. Desse relato, a rebelião deveria sair “*desmascarada*” em seus propósitos anárquicos e revolucionários, derrubando todos os argumentos de Sabino e as alegações dos rebeldes. Método e política foram imbricados, para isentar o autor e construir uma obra ao mesmo tempo acusadora e relato “*fiel e imparcial dos fatos*”:

“Procuramos contar nela os fatos da rebelião pela ordem cronológica, tanto quanto isso era compatível com a clareza, que julgamos indispensável em tais assuntos (...) Finalmente entendemos, que devíamos ser curtos em reflexões sobre os fatos da rebelião, ou porque o bom senso dos leitores as supriria facilmente, ou porque os mesmos fatos, apresentados em sua ordem histórica, mostrariam o nenhum fundamento da revolta em seus princípios, a fraqueza de seus meios, o perigo de suas aspirações, e os incalculáveis males que traria ao Império, se o espírito revolucionário triunfasse.(...)”

Eis a origem da rebelião de Pernambuco; dessa rebelião, que tanto sangue derramou, que tantas desgraças causou, que tantos crimes cometeu, que tantas propriedades destruiu, que tanto dinheiro fez despendar, que tantas lei violou, que tantos pernambucanos expatriou, que cobriu o

¹³ MELO, J. M. Figueira de – *Crônica da Rebelião Praieira (1848 e 1849)*. 2ª ed.. Brasília, Senado Federal, 1978.

país de luto, e que finalmente fez retrogradar a província por espaço de muitos anos na carreira de sua prosperidade(...)

Expor fielmente o que se fez, de uma parte para acoroçoar, armar e justificar a revolta praieira, e da outra para a desmascarar nos seus motivos, vencer, aniquilar nos seus meios, e mostrar a inexequibilidade de seus fins será o objeto desta história, que nos propomos a escrever sem o menor espírito de partido, com os olhos fitos somente na verdade, fundado nos fatos de que fomos testemunhas, e nos inúmeros documentos impressos ou manuscritos extralidos das fontes particulares e dos arquivos públicos.(...)”¹⁴

A própria disposição do relato quer demonstrar (“desmascarar”) não somente que aconteceu uma *rebelião* mas também que esta se confunde com *revolta e revolução*, não mais pensada como recurso político das classes proprietárias para a obtenção de reformas constitucionais, e sim um movimento destruidor da riqueza, da propriedade e da prosperidade, comprometido com os interesses das classes desprovidas de ilustração e riqueza. Para isso, o autor também retomou a história do Partido da Praia desde sua origem, de forma a apresentar os “rebeldes” como homens apegados ao poder, -- seu único cabedal -- incapazes de realizar o jogo partidário de revezamento dos partidos e de assumir uma derrota política cedendo “naturalmente” o lugar aos novos vencedores e, principalmente, membros de um grupo que desenvolvia como prática costumeira uma política sistemática de resistência à autoridade, às leis, às instituições. Figueira de Melo (associando com astúcia as falas originalmente dissonantes da acusação no julgamento, de Maciel Monteiro e de Timandro) recuperou no passado o comportamento de um partido sempre o mesmo, composto de aliados dos rebeldes de Minas Gerais, defensores da anistia e, com ela, da rebeldia, conspiradores, agitadores, revolucionários e subversores da hierarquia instigadores das “*classes baixas da sociedade*”, cujas reivindicações haviam encampado e cujos procedimentos haviam instigado e incorporado. Além do liame com as “*classes inferiores e a desordem*” como procedimento político, a resistência e a instigação praieira poderiam ser reconhecidas ainda com maior intensidade na “*política de facção*” que a administração do partido concretizara na Província. A Praia havia se apossado de forma absoluta dos cargos políticos, militares e policiais e se recusado a entregá-los aos sucessores de Chichorro da Gama, impedindo-os de governar e criando uma situação de caos só comparável ao momento da Revolução Francesa. Sendo a resistência um traço característico da atuação praieira, a *rebelião* foi uma decorrência “natural”, prevista, planejada, para enfrentar as transformações que fatalmente ocorreriam com a ascensão dos conservadores ao poder em setembro de 1848, e uma ação política montada para impedi-los de exercerem o poder legitimamente conquistado e a que tinham direito, pelo movimento “*natural da alternância de partidos*”. O empenho de remontar o nascimento do Partido da Praia, destacou seu compromisso com essas

classes identificadas com um conceito da *revolução* que remetia à “*anarquia e desintegração do Império*”. Assim, recursos formais e a projeção de uma origem idealizada para a Praia, executaram a destruição da obra de Sabino:

“Foi na Província de Pernambuco, principalmente, que estas tristes idéias começaram a ter maior voga e desenvolvimento. Os jornais da oposição, nascida em 1842, por motivos de simpatia com a rebelião de S. Paulo e Minas, limitando-se a princípio à censura dos atos do Governo Provincial, bem depressa(...) passaram a guerrear os cidadãos mais respeitáveis pelas suas relações, riqueza, cargos saber e probidade; a exaltar todo o espírito de resistência, como um direito e dever da parte de seus correligionários; a apregoar as máximas mais perigosas e anti-sociais; a açular o ódio dos nacionais contra os estrangeiros, principalmente os portugueses; a fazer-lhes conceber esperanças de que um dia seriam estes expelidos do comércio e das profissões mecânicas(...) a inocular nas classes baixas da sociedade, não o nobre sentimento da igualdade perante a lei, mas o sentimento do orgulho, pelo qual se julgavam ter os direitos, que somente dão a ilustração, os serviços e as virtudes(...) como consequência necessária e infalível destes manejos, resultou que a Província se dividisse em dois partidos; que a um deles estivessem ligados, por mútua atração, todos os proprietários, negociantes e capitalistas; todas as classes ilustradas; todos os primeiros empregados da Província; e que ao outro, guardadas algumas exceções (quase sempre efeito da ambição, de interesse, ou da ilusão), aderissem as classes inferiores e ignorantes da população, que julgando-se deserdadas dos bens sociais, ou oprimidas por leis tirânicas e ofensivas dos seus supostos direitos nutriam no coração os sentimentos de ódio, de inveja e de vingança contra as classes superiores no mais elevado ponto de exaltação.

“(...) A leitura atenta, que fizemos dessa produção, [a obra de Sabino] convenceu-nos que ela não é mais do que o espelho, em que se reflete os violentos e apaixonados artigos dos jornais oposicionistas publicados durante essa fatal luta(...) essa produção não respeita a verdade dos fatos, inverte datas e faz juízos inteiramente parciais(...)”¹⁵

Por ser parcial, e inverídico, sob argumentos falsos e explicações que mascaravam o projeto de seu partido, o texto de Sabino não merecia respeito. O êxito da crítica de Figueira de Melo pegou o ponto falho da outra interpretação, a falta de fundamentação de uma tese que não convencia porque eivada de erros cronológicos e juízos explícitos. Daí a oportunidade de ensinar um exemplo de como construir um texto político sem demonstrá-lo, pela obediência à cronologia ordenadora dos acontecimentos, porém, uma cronologia inventada, na medida em que alinhou num primeiro momento, todos os episódios comprovadores da agressão do opositor e, em seguida, os procedimentos de defesa do escritor; pela comprovação em documentos escolhidos a dedo, e a inserção de poucos, porém estratégicos, comentários. Alicerçada em tais recursos, a acusação passada no relato ganhava uma autenticidade e capacidade de convencimento cujo trunfo decisivo era a *prova*, a documentação de que Urbano não dispunha em abundância. Segundo o próprio Figueira de Melo, seria esta justamente a diferença alcançada pela historiografia moderna sobre a

¹⁴ Idem, *Crônica da Rebelião Praieira (1848-1849)* p. xxxi-xxxii, 12-13. MARSON, I.A. - *O Império do Progresso*. 119-144.

historiografia antiga (que exemplifica em Quintiliano), o embasamento em provas documentais abundantes para uma interpretação fiel dos ‘*atos*’. Efetivamente, a propalada objetividade do historiador era a transposição de normas e procedimentos do chefe de polícia na armação do processo-crime, dois papéis desempenhados bem a vontade. As duas obras se assemelham: as provas são reunidas e articuladas minuciosamente de maneira a comprovar fatos, cuja identidade está em si mesmos, e visando induzir os jurados/leitores a concluir “*livremente*” segundo a tese da acusação.

As imagens da *rebelião/revolução* projetadas por Figueira de Melo sobre a atuação praieira em Pernambuco seriam retomadas e reelaboradas com mais sofisticação, em 1855, no panfleto *Ação, Reação, Transação, duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*, escrito pelo jornalista e deputado conservador Justiniano José da Rocha, que analisamos no capítulo 1.¹⁶ Para esclarecer os leitores em geral e os políticos em particular sobre o conteúdo, o significado, a conveniência e a possibilidade da “*verdadeira transação*” como estratégia política, ou em outros termos da política de conciliação proposta pelo Marquês de Paraná, Rocha, inspirando-se e respondendo ao texto de Timandro, faz uma reconstituição da história política Império até aquele momento enquanto “*um estudo refletido da história, [fundamentado] na ciência do político demonstrada*”. Nesse sentido, disciplinou e periodizou os acontecimentos submetendo-os a duas leis – uma de “*ação-reação*”, que tornava esta história resultado de um processo cíclico e inevitável de luta “*instintiva e eterna*” entre os princípios da “*ação democrática e da reação monárquica*, ou entre a *autoridade e a liberdade*”; e outra do “*progresso*” que imprimiria a este ritmo a possibilidade de algum avanço, quando a luta *ação-reação* fosse substituída pela “*moderação e racionalidade*” da transação.

Tal processo já havia concretizado, entre 1822 e 1855, três períodos: um de “*luta e triunfo da ação democrática*” (1822-1836), ou do predomínio da “*revolução/anarquia* –do qual haviam resultado a independência, a Constituinte, a revolta de Pernambuco de 1824, a revolução de 7 de abril e as rebeliões regenciais. Outro, de hegemonia da “*reação monárquica*” e debelamento da “*revolução/anarquia*”(1837-1851) quando se desconstruiu a obra da democracia consubstanciada nos termos do Ato Adicional de 1834. Participaram dessa desconstrução: a Maioridade, a lei de interpretação do Ato Adicional; a reconstituição do Conselho de Estado; a reativação do poder Moderador; a reforma do Código do Processo, da Guarda Nacional e a compressão das revoluções liberais de 1842 e 1848. E um terceiro no qual abria-se a possibilidade de transação (1852-1856),

¹⁶ MELO, J.M.F. de – *Crônica*...p.2-3; xxix.

senal de maturidade, ou de superação do predomínio das paixões na política e do círculo vicioso da luta *ação/reação*.

Para Rocha, o período de hegemonia da *reação* se completou apenas em 1851, pois o “*poder estava muito forte para aceitar imposições da democracia*”. A inexperiência política e falta de conhecimento para perceber esta exigência histórica explica o insucesso das tentativas de reformas liberais visando o equilíbrio entre *ação e transação* tentadas pelo gabinete Paula Souza, e das rebeliões de 1842 e 1848. Impulsionados pela “*vertigem revolucionária*” dos movimentos europeus, pela impaciência das paixões típicas da imaturidade política, os liberais praieiros ignoraram a negociação, a razão pública e os recursos da Constituição “*que não fora feita para ser eterna*” e estava preparada para acolher a lição da experiência e a lei do progresso. Preferiram recorrer às armas para atingir seus objetivos:

“(…) O partido liberal não teve fê em si, nem confiou no futuro; quis tudo apressar, e tudo comprometeu; quis evocar as paixões da revolta, e teve de exagerar suas pretensões, a fim de dar arras a essas paixões(…)”.¹⁷

Com esta consideração, Justiniano reiterou um conceito de revolução que já apresentara nos comentários sobre a Confederação do Equador e do 7 de abril. A revolução é sinônimo de violência, despotismo, predomínio da paixão sobre a razão, ignorância da “*ciência do político*” demonstrada pela história; ato ameaçador da nação, próprio de homens despreparados para o exercício do poder. Diante dela, qualquer procedimento de contenção se justificaria, mesmo as mais drásticas medidas tomadas pela reação monárquica contra os liberais em 1842 e 1848.

Mas, a interpretação mais recorrente na historiografia sobre a “*revolta, insurreição, rebelião, revolução*” do Partido da Praia, conforme vimos, seria criada no final do século por Joaquim Nabuco n” **Um Estadista do Império**, versão que conciliaria todos os procedimentos, atributos e denominações aventados anteriormente, sobretudo pelas leituras de Figueira de Melo e Justiniano José da Rocha, para caracterizar as ocorrências que conformaram a guerra civil pernambucana. A narrativa e interpretação desta guerra, conforme já explicitamos, constituiriam um capítulo importante no texto de **Um Estadista**.¹⁸

¹⁶ ROCHA, Justiniano José da – “Ação Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade” política do Brasil”. IN: MAGALHÃES JÚNIOR, R.- **Ob.Cit.** p. 163-218.

¹⁷ **Idem, ibidem**, p. 205.

¹⁸ Intitulado “A luta da Praia”. Nele os acontecimentos recebem várias denominações entendidas como sinônimas: *revolta praieira, revolução de 1848, revolução de Pernambuco, revolução pernambucana e revolução praieira*”.

Retomando o que mencionamos nos capítulos anteriores, e que rememoramos aqui para o leitor, fundamentando-se nos escritos de Nabuco de Araujo,¹⁹ a exposição priorizou, quase que exclusivamente, a atuação praieira no período que antecedeu a guerra civil de 1848. No texto, a “revolução” – inscrita no “movimento praieiro” se definia pela presença de “*alguns atributos próprios da democracia: a força de um turbilhão popular*” (violência, indiferença a leis e princípios); “*despotismo*” (incapacidade de conviver com a diferença e empregar meios muito mais enérgicos do que as resistências exigiam; embriaguez pelo excesso de autoridade, todas características do jacobinismo); uma “*reação instintiva*” contra a triste condição originada nos abusos praticados por indivíduos privilegiados em seus direitos. Nesse sentido, a revolução da Praia seria um “*movimento político e, principalmente, social*” – originara-se nas paixões e instintos constitutivos do comportamento das massas (no caso a população de Pernambuco) instigadas por demagogos – as lideranças praieiras; e nos excessos das classes “*que se servem das delongas da lei para preservarem seus privilégios...os portugueses que monopolizaram o comércio nas cidades e os senhores de engenho que monopolizavam a terra no interior*”, abusos habilmente explorados pelos políticos praieiros.

A “revolução” progredira, por um lado, devido aos “erros” do Partido Praieiro na orientação do movimento: ele “*não tinha disciplina*” --congregava monarquistas e republicanos e seus chefes não dominavam seus correligionários, tanto que os deputados tiveram que “*promover uma guerra que não desejavam e não controlavam*”; por outro, devido à “*moderação*” com que o gabinete Olinda administrou, de início, a revolta. Errara o ministério de 29 de setembro que, “*por medo e finura*” não enviara para a Província, logo no início do rompimento, um homem forte e de “*prestígio nacional*”(como Honório Hermeto ou Caxias) e só dissolvera a Câmara dos Deputados em fevereiro de 1849, quando poderia tê-lo feito em setembro de 1848.

Arrolando as razões do insucesso da revolução da Praia, Nabuco aponta a ausência de ajuda de outras províncias. Ainda, o apoio “*nos equívocos da prática liberal jacobina*” -- a impaciência em aguardar a sua vez na sequência dos partidos prevista no jogo parlamentar; a facilidade com que, quando aliados do poder recorriam às revoluções; o hábito de copiar as experiências estrangeiras, inspirando-se, neste caso, na proclamação da República na França e no “*fermento socialista*”. Menciona também, a “*falta de um pretexto ou de um princípio por causa do qual fosse legítimo ensangüentar a província*”; até porque “*o efeito da revolução de fevereiro na França estava gasto*”.

¹⁹ ARAUJO, José T. Nabuco de – Artigos d 'O Lidador. Recife, Typographia de M. Figueiroa de Faria, 1845-1848. As eleições para senadores em Pernambuco; e Justa apreciação do partido

E lembra ausência de coesão das lideranças do partido liberal (não se entendiam) razão porque o partido se esfacelou e não conseguiu impedir, em setembro de 1848, a queda do gabinete Paula Souza e “*fazer frente à cerrada falange conservadora*”. Todas estas limitações foram atribuídas à “*inexperiência política e o radicalismo*” dos praieiros, procedimentos resultantes de sua origem e trajetória singular.

Nabuco então explicita as origens desta singularidade. A Praia nascera de uma cisão interna ao partido liberal pernambucano e, por seu jacobinismo político e falta de identidade com os liberais históricos de Pernambuco, Minas e S. Paulo, nunca conseguira participar dos ministérios liberais. Chegara à presidência de Pernambuco pela intervenção da política palaciana manipulada pela facção áulica, e ali fizera uma administração truculenta que revolvera a província colocando-a num estado revolucionário. Na gestão Chichorro da Gama (1845-48), para consolidar seu poder, fizera uma completa inversão administrativa e, pela violência, alterara os costumes obrigando rendeiros e moradores a votarem contra seus senhores tradicionais com quem tinham uma relação antiga e justa. Ainda, embora fizessem proclamações monarquistas, aliaram-se a conhecidos políticos republicanos (Borges da Fonseca, por exemplo) e adotaram um programa impraticável, que conciliava “*o preconceito vulgar e retrógrado da nacionalização do comércio a retalho, com a republicana e socialista reivindicação do trabalho como garantia de vida para os cidadãos brasileiros*”.

A versão “conciliadora” de Nabuco, que criou uma interpretação na qual todos os termos referentes à guerra civil foram contemplados, embora revistos em seus sentidos originais, fundou o fato “*Revolução Praieira*” e imperou soberanamente sobre sua memória, impondo, a historiadores de tendências divergentes, senão opostas, a interpretação mais severa, desencantada, e compacta sobre os acontecimentos. Tal realização sugere algumas indagações. Como foi possível confundir/conciliar, com credibilidade e eficácia, os termos *movimento/revolta/rebelião/revolução* de cunho *republicano jacobino e socialista*, à revelia das orientações praieiras antes, durante e após a guerra? Por que transpor as proposições “*socialistas*” de uma publicação ligada ao partido conservador e, também, a Nabuco de Araújo, no caso *O Progresso*, para o programa da Praia? Por que relegar ao esquecimento os vínculos do juiz com a Revista? Como foi possível amalgamar a Praia com seu inimigo histórico, o jornalista Borges da Fonseca, e juntar muitas propostas numa única revolução? Afinal, é preciso lembrar que os liberais, durante o conflito, haviam evitado expressões comprometedoras em seu programa, ao se referirem ao recurso às armas e recusaram

enfaticamente a sentença do julgamento. Ainda, as mais importantes lideranças da Praia, os deputados Nunes Machado, Félix Peixoto de Brito e Urbano Sabino, haviam adentrado a política pelas mãos do partido conservador (portanto, eram dissidentes deste partido) e, ao longo de sua trajetória, reiteradamente, procuraram marcar sua originalidade em relação aos *luzias*, protestando seu repúdio às “revoluções e à *anarquia*”; seu apego à ordem e respeito à monarquia constitucional. Mais, devolveram aos conservadores o epíteto de “*conspiradores e revolucionários*” e denunciaram seu envolvimento com a “*agitação popular*” e com resistências armadas e “*sedições*”. O aclaramento das dissonâncias existentes entre e a imagem da “*Praieira*” elaborada por Nabuco e os pronunciamentos dos réus incriminados na *rebelião/revolução* passa, certamente, por uma retomada dos passos dos contendores pernambucanos desenvolvidos entre 1842 e 1848. Ela é essencial para o desvendamento da tessitura do *fato* “*Revolução Praieira*”.

Uma batalha de revoluções

“(...)A tradição de todas as gerações mortas oprime como num pesadelo o cérebro dos vivos. É justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se à si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada.(...)Karl Marx.”²⁰

Uma coalisão dominou o cenário político pernambucano de 1837 a 1842. Reunidos, liberais e conservadores, cidadãos de diferentes posições na sociedade— bacharéis, senhores de engenho, produtores de algodão e comerciantes —encabeçados os primeiros pelos Cavalcantis e os segundos pelos Rego Barros, resolveram “*sua oposição em conchavos familiares*”²¹ e se engajaram na “*política de reorganização e do futuro*” - uma verdadeira *revolução* pacífica que substituiu a “*vertigem revolucionária*” signatária das paixões - proposta pela administração do conservador Francisco do Rego Barros. Tal política previa a remodelação dos meios de transporte (a construção de estradas ligando o interior ao porto do Recife, a reestruturação urbana da capital) e, sobretudo, a

²⁰ MARX, K.- “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. IN: **Manuscritos Econômicos e Filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José A. Giannotti. Trad. de José Carlos Bruni...(et al.)2ª ed. S. Paulo, Abril Cultural, 1978. p. 329.

²¹ CASTRO, Paulo Pereira de – “A experiência republicana: 1831-1840” IN: HOLANDA, S.B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. T. II, v. 2, p. 58.

reeducação política dos votantes primários (artesãos, caixeiros, soldados, funcionários públicos, rendeiros e moradores) no sentido de evitar *sedições* como as que haviam ocorrido em 1831, 32 e 33 no Recife. Dentro deste parâmetro, mãos competentes (particularmente engenheiros e bacharéis) dariam continuidade à “*revolução da independência*” na direção do aperfeiçoamento “*material*”- promovendo as mudanças técnicas requisitadas pelo progresso – e “*moral*” da Província, encarando a “*civilização*” dos cidadãos dados à “*vertigem revolucionária*”, ou presa fácil das “*paixões*”²². Ainda em 1842, a permanência do barão da Boa Vista na presidência e a eleição de uma chapa única de deputados gerais e provinciais demonstraram que a coalisão estava de pé.²³

Porém, o sentido autoritário e centralizador do projeto logo se explicitaria, cobrando um preço mais alto do que a reeducação dos votantes primários. Ele acabou por atingir também direitos e privilégios de parte significativa dos proprietários, já que o círculo de competentes, ou “*notabilidades*” como foram chamados, era restrito a um grupo de pessoas próximas ao presidente da província. Assim, parentes e correligionários mais chegados de Boa Vista dominaram delegacias, cargos na magistratura e na tropa; uma equipe de engenheiros franceses chefiados por Louis L. Vauthier monopolizou e reformou a Repartição de Obras Públicas, e negociantes de grosso trato (muitos de origem portuguesa) e grandes senhores de engenho abocanharam os negócios mais rentáveis, particularmente as obras públicas. Em outras palavras, o progresso inscrito no projeto civilizador premiaria poucos e a remodelação nele contida favoreceria aos grandes senhores, em condições de bancar mudanças nas técnicas de produção de açúcar, ou aos grandes investidores com capitais suficientes para financiar o Estado. Em seus resultados mais imediatos, a política de “*reorganização e do futuro*” marginalizou senhores de engenho, comerciantes e plantadores de algodão de posses mais modestas -- a quem foi questionado o direito de propriedade sobre terras devolutas ocupadas nas últimas décadas e de participação na concorrência e execução das obras públicas - e bacharéis recém introduzidos na política pelos próprios conservadores (em especial os deputados gerais Urbano Sabino, Nunes Machado e Peixoto de Brito) preteridos no exercício dos cargos eletivos e da magistratura.²⁴ A emergência de um grande número de descontentes com a administração de Rego Barros cindiu a coalisão entre liberais e conservadores na província, e deu origem, em fins de 1842, ao Partido Nacional de Pernambuco ou Partido da Praia,²⁵ que aproximou

²² O *Argos Olindense*. Pernambuco, Typ. Fidedigna de J.N. de Mello, n. 5-8, 25.8-5-9 1838.

²³ O *Guarda Nacional*, Typ. Imparcial de L.I. Ribeiro Roma, 20/1/1843.

²⁴ MARSON, I.A.- *O Império do Progresso*..cap. 3.

²⁵ O apelido foi criado pelos conservadores devido à ligação do partido com os comerciantes da Rua da Praia -e ao fato de seus jornais, inclusive o *Diário Novo*, órgão oficial do partido, serem impressos na Typographia Imparcial de Luís Inácio Ribeiro Roma também localizada neste local. O

proprietários de engenhos e negociantes afastados dos negócios oferecidos pelo Estado; ex-deputados conservadores discriminados, e alguns políticos "*liberais históricos*", a exemplo do monsenhor Muniz Tavares e do comerciante Rego Monteiro. Dessa forma, a Praia se tornaria uma dissidência inusitada do Partido Liberal de Pernambuco, chefiado por Holanda Cavalcanti, pois suas lideranças haviam tido vínculos essenciais com os conservadores – a defesa da Lei de Interpretação do Ato Adicional; a Reforma do Código do Processo; a defesa incondicional da Monarquia e da Constituição; e a recusa de procedimentos políticos considerados "*jacobinos*", como, por exemplo, a recorrência às armas quando houvesse ameaça a direitos e propriedades. Sua presença adensaria a disputa política na Província, questionando com contundência a antiga associação liberal – conservadora.

O novo partido tinha diante de si uma tarefa árdua: em Pernambuco vencer a máquina policial e judiciária montada por remanescentes da antiga coalisão Rego Barros e, na Corte, criar um espaço próprio (na Câmara e no Senado), competindo com os tradicionais representantes do partido liberal pernambucano de Holanda Cavalcanti. Portanto, apenas com medidas originais, em termos de programas e estratégias, conseguiria desempenhá-la com sucesso. Por outro lado, qualquer proposição do partido deveria pautar-se por dois princípios já então profundamente absorvidos pela elite proprietária: o respeito à lei, ao Imperador e à Monarquia e a desconfiança com relação aos votantes primários. Entre a exigência de criatividade e as limitações políticas, os deputados Nunes Machado, Peixoto de Brito e Urbano Sabino só puderam retomar e recriar a política de "*reorganização e do futuro*", tornando-a menos restritiva e, particularmente, um instrumento de luta contra a coalisão liberais conservadores. Do projeto dos bacharéis que propuseram a Reforma do Ato Adicional preservaram quatro pontos essenciais: a positividade da lei ante a "*vertigem*" revolucionária; a negação da violência; a circunscrição da política à mãos competentes; e a crença no progresso e o respeito à lei, ao Imperador e à Monarquia.

A defesa da lei foi o princípio mais recorrente da tática praieira, e já se destacou no ato de fundação do partido, cujo objetivo primordial era fazer uma "*oposição constitucional*" ao governo Boa Vista e, posteriormente, apropriar-se dos cargos de poder por meio de eleições legítimas. Dessa maneira, a Praia pensava ocupar todos os lugares essenciais, desde as deputações gerais e senatoriais até os postos policiais e judiciários. A força eleitoral seria, portanto, a arma mais importante do partido e, para vincar este traço legalista e, especialmente, sua diferença com o

objetivo da designação era desqualificar socialmente os membros do grupo, uma vez que a Rua da Praia era tradicionalmente um ponto do comércio de carne seca.

passado, divulgou amplamente seu “repúdio” às revoluções e singularidade em relação aos liberais de S. Paulo e Minas, recém-rebelados:

“A oposição de Pernambuco detesta revoluções, que sempre trazem consigo terríveis conseqüências e não pretende adotar as idéias da Revolução de Minas Gerais e Sorocaba (...) a oposição condena mesmo os princípios de Sorocabanos e Mineiros, e jovem como é, não desconhece quanto devemos fazer por sustentar a Monarquia, o trono do Sr. D. Pedro II, e o governo justo (...) Somos inimigos tanto do despotismo como da anarquia; um partido poderoso não projeta revolução(...) Nós temos o número a nosso favor, temos a opinião e o desvelo do povo, temos as principais autoridades do nosso lado, que interesse teríamos em perder todas as vantagens no meio da confusão e da desordem?”²⁶

E foi, paradoxalmente, no ato de negar a revolução que inauguraria uma estratégia inovadora que, no dizer dos adversários “revolveria a província de cima a baixo”²⁷. O número conferia legitimidade à atuação do partido e ele se confundia justamente com o amplo apoio dos votantes primários urbanos, arregimentados por meio de um arranjo inédito e pouco transparente: a somatória de interesses inconciliáveis. A Praia adicionou a seu programa a defesa da nacionalização do comércio a retalho, a crítica ao recrutamento e à penetração portuguesa nos pequenos negócios, tradicionais reivindicações de artistas, caixeiros e pequenos comerciantes desde a independência. E, mais ainda, agilizou a participação disciplinada destes eleitores em *meetings*, demonstrações públicas de apoio ao partido, sem dúvida uma das razões do crescimento praieiro nas eleições de 1844 e, posteriormente, de sua desgraça, uma vez que essa aproximação tornou verossímil a confusão do partido com “as classes baixas da população”, acusação lançada por Figueira de Melo. A massa de cidadãos ganhava novamente as ruas de Recife (já o fizera em muitas outras circunstâncias, a exemplo de 1817, 22, 24, 31 e 33), só que sem autonomia, ensaiada pelas lideranças partidárias; assim, além de garantir o número de votos que conferia vitória do partido nas urnas, pressionava os locais de votação, fazia manifestações de apoio ou repúdio aos atos do governo central e, principalmente, impressionava os adversários conservadores tão habituados aos arranjos de bastidores ou ao manejo das representações legislativas.

A astuta, dúbia e perigosa manobra praieira, acionando os votantes primários nos *meetings*, projetava um significado contraditório. Ao mesmo tempo que transparecia a imagem de indivíduos instrumentalizados, testemunhava força, legitimidade e aparente *igualdade*. Dentro da primeira

²⁶ O *Guarda Nacional*, 9.12.1842; *Diário Novo*. Recife, Typ. Imparcial de L.I.Ribeiro Roma, 16.9.1844.

²⁷ ARAÚJO, J.T. Nabuco de – *Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*.

percepção, os eleitores primários apenas exteriorizavam a grandeza numérica do partido, fazendo volume nas eleições e nos espetáculos de rua. Por isso, foram chamados jocosamente pelos adversários de “*os cinco mil*”, apelido que incorporaram; ao invés de se apresentarem na luta com seus próprios rostos, recebiam máscaras de representação: fantoches apropriados das lutas heróicas do passado morto.²⁸ Mas o número aqui tinha outra conotação: também transmitia força e legitimidade através da unidade e da igualdade. A força e o volume se metamorfoseavam em poder e se impunham nivelando todos os membros do grupo criando um conjunto indistinto, abrindo a possibilidade de se visualizar, pelo menos por alguns instantes, uma ampla cidadania que envolvia todos os presentes na manifestação: senhores de engenho, comerciantes, artesãos, caixeiros, soldados da tropa de linha, funcionários públicos, assalariados, pescadores, biscateiros e escravos.

O estratagema praieiro foi um sucesso. Aliado a outras manobras, faria com que em agosto de 1845 o Partido Nacional de Pernambuco dominasse não apenas os cargos políticos (representações nas Câmaras) mas também a Presidência da Província (devida também à sua aproximação com a facção áulica na Corte) e com ela (segundo a regulamentação da Lei de Interpretação do Ato Adicional) os postos policiais (chefia de polícia, delegacias e subdelegacias) assim como os militares (Comando de Armas e cargos na tropa de linha e na Guarda Nacional), promovendo uma inversão geral na administração jamais experimentada por Pernambuco. E este sucesso faria com que o partido seguisse adiante e explorasse ainda mais os recursos do exercício da lei e da representação da “*igualdade*” no prosseguimento de seu projeto remodelação “*pacífica e legítima*” da Província que se configurou, efetivamente, numa “*invasão do poder*”. Não se contentou em afastar os adversários dos cargos policiais: dispôs-se a desmoralizá-los publicamente e politicamente. Assim, algumas ex-autoridades (especialmente delegados e sub-delegados próximos a Rego Barros) foram não só destituídas de seus cargos, mas tiveram contra elas processos movidos pelos novos delegados praieiros que acusaram-nas de crimes infamantes: chefiar quadrilhas de desordeiros e assassinos e contrabandear e roubar escravos. A comprovação dos delitos foi feita, dentre outros procedimentos, por exemplo, pelo vasculhamento dos engenhos *Monjope*, do cel. João Cavalcanti e

²⁸ “*Os cinco mil*” foi uma denominação espelhada num momento da história de Atenas em que “*uma conspiração abolia a democracia*” e o poder passava a ser exercido por uma oligarquia de proprietários, os “*Quatrocentos*”. Este regime pretendeu ser a expressão política de “*cinco mil cidadãos*” qualificados para servir por suas posses e qualidades pessoais; efetivamente “*O governo dos cinco mil não foi mais que uma proposição*”, porque os Quatrocentos “*governaram com plenos poderes da maneira que lhes pareceu melhor e convocariam os “cinco mil” quando lhes parecesse conveniente*” o que não foi concretizado nenhuma vez. TUCÍDIDES – **História da Guerra do Peloponeso**. Brasília, UNB, 1982, p. 413-414. Ao recorrer a Tucídides para escolher a expressão, os conservadores pensavam exatamente em criticar a aliança Praia/votantes primários, denunciando a tutela e o engodo praieiro sobre estes eleitores e o caráter oligárquico da administração liberal.

Pindoba, do cel. José Maria de Barros Barreto, e pela apreensão de inúmeros escravos roubados. Para fugir aos processos instaurados pelas autoridades praieiras, os acusados precisaram deixar a província. Mas, retornaram em 1848, quando, na inversão política que devolveu o poder aos conservadores, foram designados para substituir os praieiros, momento privilegiado para uma esperada retaliação, uma das possíveis razões da resistência praieira em nome da “*defesa das vidas e propriedades*”, apresentada por Sabino.

A absorção da violência no interior da prática política legalizada possibilitou punir politicamente os adversários conservadores (*guabirus*²⁹), pensar uma revolução dentro da lei e, a associação política, viabilizou controlar os “*cinco mil*” com segurança a tal ponto que o partido pode divulgar um projeto comum com os votantes primários. Ele previa mudanças estruturais na sociedade pernambucana – com a expansão de uma ampla “*indústria nacional*” e, a longo prazo, a superação da escravidão – e em seus objetivos solucionaria, a um só tempo, tanto as reivindicações dos senhores de engenho e comerciantes praieiros quanto os prementes problemas que afligiam os “*cinco mil*”, destacando a concorrência portuguesa no comércio e no artesanato. Uma série de quatro artigos publicados entre 1º e 8 de dezembro de 1845 no *Diário Novo*, denominados “*Os nossos artistas*”, analisou as origens do desemprego de artistas e caixeiros nacionais e arrolou soluções: a marginalização e ruína destes cidadãos deviam-se à uma política baseada em “*teorias falazes*” (o *laissez-faire*) cuja prática aniquilava o comércio nacional em benefício do estrangeiro, desfalcando a nação de capitais necessários para gerir a si mesma e proporcionar ocupação a seus filhos. Juntas, a liberação da entrada de produtos estrangeiros e o franqueamento de sua venda a retalho a qualquer nacionalidade tolhiam no nascedouro uma “*indústria nacional*” – por exemplo o estabelecimentos de fábricas de tecidos de algodão -- e impediam a criação de empregos quer no processo de produção, quer de comercialização dos produtos nacionais, e a emergência de possíveis consumidores. Por isso, convinha proteger a “*indústria nacional*” com taxas alfandegárias e, principalmente, não privilegiar, como vinha sendo feito até então, a agricultura de exportação:

“(...)Aqui mesmo em Pernambuco tivemos uma fábrica de tecidos de algodão, e o que foi feito dela? Acabou-se depois de inúmeros gastos, porque o governo não a protegeu como devia; e o resultado foi, que podendo ter hoje esse gênero de indústria em que se empregassem muitos brasileiros, ficamos continuando a comprar por alto preço aos estrangeiros tecidos de algodão.

²⁹ *Guabirus* ou *baronistas* foram expressões jocosas criadas pela Praia para designar os correligionários do Barão da Boa Vista, Francisco do Rego Barros. Incluíam o tradicional grupo conservador da província e seus aliados liberais (a ala de Holanda Cavalcanti) que não apoiara a dissidência praieira. Os termos procuram traduzir os traços impingidos aos conservadores – tratava-se de *ladroes ilustres*, uma vez que o *guabirú* é uma ratazana de grande porte.

E não seria por ventura uma vantagem muito grande para Pernambuco e para todo o Brasil a existência dessas fábricas? Não daríamos com elas extração ao nosso algodão? Não pouparíamos todo custo da mão-de-obra que ficando no país alimentaria grande número de brasileiros, que se tornariam outros tantos consumidores de outros gêneros do país?

(...) O Brasil é um país agrícola; aí está a agricultura para ocupar todos os braços – mas releva advertir, que por ser um país agrícola não se segue que todos se possam aplicar à agricultura, desviando-se daqueles trabalhos a que se tem aplicado, em cujo aprendizado tem gasto tempo, e para que tem adquirido alguma habilitação. O Brasil é um país agrícola, mas é também onde são empregados quase exclusivamente na agricultura braços escravos(...); como condenar o artista a receber 320 ou 480 réis por dia e dar aos estrangeiros condições melhores; seria um processo desnatural; tornar a sociedade mãe de estranhos e má madrastra de seus membros(...)

(...) Cumprir remover todos os impostos onerosos, proteger os artefatos nacionais e por direitos de entrada sobre os estrangeiros... e reservar aos nacionais o comércio a retalho fonte de tantos lucros (...).³⁰

Esta análise tornou comuns origens e soluções das dificuldades da elite do partido e dos “cinco mil”; todavia, as questões vividas por tais parceiros nem sempre coincidiam com esta leitura, demonstrando que a explicação praieira foi, particularmente para os “cinco mil”, mais uma expressão de retórica a viabilizar um acerto político do que uma proposta sensível aos anseios de artistas, caixeiros e pequenos comerciantes: o trabalho previsto no projeto praieiro não se identificava exatamente com aquele que os interessados reivindicavam, uma vez que, enquanto defendia o trabalho assalariado na fábrica, os artistas lutavam pela preservação do pequeno negócio e da oficina, ou seja, direitos e formas de propriedade inscritas no passado.

Na verdade, a especial atenção dada ao desemprego foi apenas um argumento articulado a outra preocupação importante: a defesa de novos investimentos que acolhessem os proprietários impossibilitados financeiramente de assumir a custosa (e incerta) remodelação dos engenhos e absorver o declínio de preços do açúcar e do algodão no mercado internacional.³¹ Então, o revolvimento “ordeiro e legítimo” da sociedade pernambucana proposto pela Praia, privilegiava os senhores de engenho, produtores de algodão e comerciantes, futuros capitães de uma modesta “indústria nacional” pensada à imagem e semelhança das fábricas inglesas e o aproveitamento dos artistas e outros trabalhadores como assalariados e consumidores. Eis porque os praieiros não se

³⁰ *Diário Novo*, 2 e 8.12.1845.

³¹ Conforme já mencionamos, nas propriedades açucareiras das Antilhas inglesas e francesas, e em mesmo em Cuba, os engenhos já vinham introduzindo gradativamente, com sucesso, nas fábricas maquinário a vapor, e outras inovações técnicas, especialmente nas possessões inglesas onde a escravidão havia sido abolida em 1833. E na Europa a produção do açúcar de beterraba, já configurada no sistema industrial, se expandia. EISENBERG, P.- *Ob. Cit.* p. 63.; FRAGINALS, M.M.- *O engenho*, vol 1, p. 216-219.; SCHNAKENBOURG, C.- *La crise du système esclavagiste. 1835-1847. IN: Histoire de l'industrie sucrière en Guadeloupe aux XIXe. e XXe. siècles.* tomo I. Paris, Éditions Harmattan, 1980. cap.7.

empenhariam na expulsão dos portugueses (como queriam os “*cinco mil*”), já que a presença imigrantes em Pernambuco beneficiaria o projeto industrial, fosse ele de produtos concorrentes dos ingleses fosse de remodelação dos engenhos³². A partir destes dados esclarece-se a desatenção dos deputados praieiros com as representações de artistas que em 1844, 45 e 47 se dirigiram à Corte exigindo um encaminhamento imediato da questão portuguesa, assim como a relutância do partido em apresentar na Câmara propostas concretas reivindicando o comércio a retalho e o artesanato para os nacionais.³³

Assim, o sentido político mais importante deste projeto não se situava na parceria com os “*cinco mil*”. Ele tinha um interlocutor e uma função maiores: propunha-se enfrentar o plano dos conservadores que privilegiava a agricultura de exportação e a transformação técnica dos engenhos e que previa decisiva intervenção do Estado na importação de aparelhos de refino Derosne & Cail³⁴, na contratação de técnicos, na legalização da posse de terras devolutas, na construção de estradas que cortassem a região nobre dos engenhos (Ipojuca e Escada), na liberalização das importações e na remodelação das práticas financeiras provinciais. Tais investimentos, todavia, não estavam ao alcance da grande maioria dos proprietários praieiros, o que levou à montagem de uma proposta alternativa contrapondo a defesa da “*indústria nacional*”, especialmente para os algodões produzidos na província, a diversificação da produção agrícola (por exemplo a introdução de novas culturas como o chá e a amoreira para a produção de seda) do protecionismo alfandegário, dos direitos de posse sobre terras devolutas recentemente ocupadas e ainda não legalizadas, e de uma política mais democrática de arrematação das obras públicas.

³² A idéia ganhava vigor naquele momento devido à finalização dos tratados comerciais com a Inglaterra e a recente promulgação da tarifa Alves Branco “A tarifa fiscal Alves Branco (1844) fixa taxas de 20 a 60% para os produtos de importação; cerca de 2.000 desses produtos relacionados na tarifa estão sujeitos a uma taxa alfandegária de 30%; os demais pagam de 20 a 60%, especialmente as bebidas e os artigos têxteis, esses últimos taxados em 30%”. RENAULT, D. – *Indústria, Escravidão, Sociedade*. R. de Janeiro/Civilização Brasileira; Brasília/INL, 1976. MANCHESTER, Alan K. – *Preeminência Inglesa no Brasil*. S. Paulo, Brasiliense, 1973. p.226;

³³ O compromisso da Praia com a constituição de um mercado de trabalho livre nos centros urbanos evidenciou-se ainda mais no *Diário Novo* que, ao reproduzir artigos do *Morning Chronicle* de Londres, acentuou as vantagens do trabalho livre e as virtudes do trabalhador disciplinado (formado em escolas especializadas) substituto exemplar do rebelde aprendiz de oficina; ainda divulgou orgulhosamente a vitória da Londres das fábricas e da opulência sobre a Londres da mendicância “*moléstia essencial dos povos civilizados*”. *Idem*, 1^o e 3.12.1845.

³⁴ A empresa francesa Derosne & Cail, fabricante de “aparelhos aperfeiçoados” no processamento da beterraba e da cana, vinha promovendo, desde 1842, com o apoio do governo francês, e associada com banqueiros franceses e grandes produtores de Martinica e Guadalupe, uma experiência com engenhos centrais nestas ilhas, em Cuba e no México. Entretanto, o bom desempenho destas empresas dependia da suspensão dos métodos antigos de produção, ou seja dos bangüês, para que seus proprietários se tornassem fornecedores de cana das fábricas

Portanto, os projetos, além de excludentes, não podiam prescindir da participação do Estado, daí uma disputa empenhada e decisiva pelo domínio exclusivo dos cargos de poder. Ou seja, sob a negação da revolução como “*vertigem*” e violência física, vivia-se um enfrentamento de propostas que, uma vez concretizadas, redundariam numa transformação de grandes proporções nas práticas de reprodução e acumulação da riqueza assim como nas relações de trabalho. Não foi por acaso, portanto, que o tema da revolução – embora transfigurado em *reforma* – tenha dominado o debate político e tenha circulado entre os partidos e programas políticos e emergido, ao mesmo tempo, como negatividade e positividade.

Esta relação contraditória com uma revolução que se quer concretizar mas que não pode ser assumida oficialmente senão como “*reforma legislativa*” instituiria a astúcia e a representação como estratégia política necessária na luta política partidária pernambucana. Elas provinham da contingência de se ocultar – nas dobras da fala do bem comum, na defesa da nação e da conciliação – os reais interesses exclusivistas e individualistas dos partidos e perpetuar a reprodução da política representativa prevista no regime monárquico constitucional. Seguindo este objetivo, a partir de 1844 (desde que a Praia introduzira a aliança política com os “*cinco mil*”) a atenção de praieiros e guabirus se deteve na conquista do apoio dos votantes primários para neutralizar “*constitucionalmente*” o adversário e revolucionar as práticas políticas econômicas que reproduziam a riqueza e poder dos correligionários, o que só poderia ser feito em detrimento dos concorrentes e dos parceiros. Assim, a *revolução*, tanto praieira quanto conservadora, encaminharia a redefinição da empresa agrícola, a superação (em algum momento) da escravidão e a organização do mercado de trabalho livre, expropriando, por um lado, os direitos dos adversários e, por outro, as posses e a liberdade de caixeiros, artistas e pequenos comerciantes. Diante deste quadro, uma questão essencial se coloca: como e por que os “*cinco mil*” se envolveram neste jogo?

Na verdade, artesãos, caixeiros, soldados e os pequenos comerciantes nacionais, devido às restrições constitucionais e financeiras, não tinham muitas alternativas de participação política senão negociando com outros grupos. Não contavam com quadros que preenchessem os requisitos para assumir cargos eletivos na Câmara e no Senado nem subvencionar órgãos de imprensa.³⁵ A

centrais. Além disso, cobrava a extinção da escravidão, medida concretizada nas Antilhas francesas, pouco tempo depois, em 1848. SCHNAKENBOURG, C. - *Ob. Cit.* p. 210-230.

³⁵ Ao candidato a um cargo eletivo na Assembleia Geral exigia-se a renda de 400 mil réis por bens de raiz, e ao Senado 600 mil. Os jornalistas ligados aos “*cinco mil*” eram funcionários públicos de terceiro escalão, com poucos rendimentos e famílias numerosas que, quando detidos pelo crime de abuso de imprensa, subsistiam graças à ajuda de amigos.

circulação, intermitente, de periódicos que defenderam seus interesses – **O Nazareno**, **O Tribuno**, **O Regenerador Brasileiro** e **A Voz do Brasil** -- dependeu de alianças com os partidos maiores, e todos os jornalistas ligados aos “*cinco mil*” – Borges da Fonseca, Borges Mendes, Inácio Bento de Loiola, João Baptista de Sá e Jacinto M. Severiano da Cunha – se aproximaram, em algum momento, da Praia ou dos baronistas. Borges da Fonseca recebeu apoio dos guabirus para manter a tipografia Nazarena e Loiola e Borges Mendes foram subvencionados pela Praia e, nos momentos mais difíceis, seus jornais chegaram a ser impressos nas tipografias dos outros partidos.

Este orbitar e depender dos grandes grupos partidários, reconhecido em várias circunstâncias, impediu ligações duradouras entre os porta-vozes dos “*cinco mil*” e muitas vezes acarretou rompimentos tempestuosos. Assim, nas eleições de 1844, enquanto o **Regenerador** (de João Baptista de Sá) sutilmente impelia seus eleitores para a chapa praieira, o **Nazareno** (de Borges da Fonseca, inimigo histórico da Praia até novembro de 1848, em cuja administração chegou a ser aprisionado por duas vezes) divulgava os candidatos conservadores, e este descompasso provocou um afastamento entre seus redatores.³⁶ As folhas ligadas aos “*cinco mil*” apareciam em período de eleições, momento em que seus criadores, disfarçando a impossibilidade de uma candidatura própria numa falsa modéstia -- alegam despreparo para o desempenho das funções parlamentares, apesar do traquejo político expresso nos textos -- propagandeiam nomes dos grupos oficiais. Dessa forma, as reivindicações dos eleitores primários, particularmente a defesa da nacionalização do comércio a retalho e a crítica à imigração, só alcançaram a Assembléia Geral em representações levadas por deputados ou falas emprestadas aos grandes partidos.

Todavia, apesar de circularem ao redor de conservadores e liberais, os porta-vozes dos pequenos proprietários sempre fizeram questão de apregoar uma posição independente e de pertencerem a um genérico partido “*verdadeiramente nacional*”.³⁷ Em algumas circunstâncias, teceram pesadas objeções tanto aos praieiros quanto aos guabirus, demonstrando-os como homens sem princípios, interessados apenas em vantagens individuais e adeptos de manobras escusas, e se apresentaram como “*únicos*” defensores desinteressados dos “*direitos e interesses do povo*” e da regeneração da nação

³⁶ **O Regenerador Brasileiro**. Nazaré da Mata, Typ. Nazarena de Antonio Borges da Fonseca, 6.9.1844. Excetuando o período em que integrou o exército liberal (nov. 1848-março 1849), Borges foi sempre adversário das lideranças praieiras, posição que registrou em sua autobiografia, **Manifesto Político; Apontamentos de minha vida e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Mello**. Recife, Typ. Commercial de G.H. Mira, 1867.

³⁷ **O Regenerador Brasileiro**, 17.7.1844;; **O Foguete**. Nazaré da Mata, Typ. Nazarena, 6.9.1844. **A Voz do Brasil**. Recife, Typ. d'A Voz do Brasil, 16.6.1848.

“...e não nos importamos com as brigas dos aristocratas: praieiros e baronistas briguem lá na disputa do poder, a nós só nos cumpre trabalhar pelo bem do gênero humano(...) Não vos iludais: nós que não pertencemos a nenhum dos lados, estamos mais habilitados a calcular e reconhecer as forças de cada um de vós, e pois ouvi-nos(...) Pernambuco não tem tido oposição de princípios, e só interesses pessoais(...)”³⁸

Além de “regeneradores da nação” consideravam-se também os mais lúcidos analistas dos problemas do Império e arautos das soluções pertinentes e, deste lugar, apontaram a grande questão brasileira: a hegemonia estrangeira em geral e portuguesa em particular na política e nos negócios. Os portugueses seriam responsáveis por todas as dificuldades dos brasileiros pois, ao dominarem cargos e recursos financeiros, corromperiam os “inexperientes” e, às vezes, “corruptos” representantes da nação, levando-os a promulgar leis nocivas à maioria dos cidadãos. Tal foi o caso da lei que permitiu aos portugueses a adoção da nacionalidade brasileira, abrindo-lhes cargos e negócios; as leis do juro convencional e de ancoragem que oprimiram todos aqueles que viviam da agricultura ou que dependiam de empréstimos periódicos para seus negócios ou sua sobrevivência; e as leis que liberaram a colonização estrangeira e as importações e que possibilitaram uma verdadeira invasão de imigrantes e de produtos europeus, restringindo as oportunidades de trabalho para os cidadãos nacionais e franqueando terras e o comércio a estrangeiros.³⁹

Como reverter este impasse e resolver a dramática situação de todos os brasileiros, desde artesãos e funcionários públicos até os agricultores? “Regenerando a nação” construindo para ela a “independência” efetiva através de uma Constituição que realmente preservasse os direitos nacionais. E qual a maneira de atingir tal objetivo? Elegendo cidadãos competentes, responsáveis e, principalmente, “patriotas”. Ou seja, o voto seria o primeiro e mais adequado caminho, e a opção por ele poderia indicar que os “cinco mil” haviam incorporado o essencial do projeto dos bacharéis: lutar dentro da legalidade e com homens preparados. Sem dúvida, a preservação deste princípio, assim como a defesa de alguns objetivos parcialmente comuns com os praieiros – como a abolição do *laissez-faire* e uma genérica crítica ao “estrangeirismo” - seriam liames explicativos da popularidade da Praia junto aos “cinco mil”. Porém, contraditoriamente, o traço que mais os aproximaria dos dois partidos provinciais emergiu noutro lugar: na intenção de recorrer à “vertigem revolucionária”, ou à violência das armas quando elas se tornassem o único recurso de legítima defesa e de conquista de “foros e garantias”:

³⁸ O Regenerador Brasileiro, 17.7. e 4.10.1845.

³⁹ Assuntos exaustivamente tratados por O Regenerador Brasileiro, O Foguete, A Voz do Brasil, O Nazareno e O Tribuna; os dois últimos redigidos por Borges da Fonseca e impressos na Typ. União (dos conservadores) a partir de 1847.

"(...)Tínhamos findado a redação do artigo precedente, quando aparece a noticia de haverem assassinado nosso amigo, o honrado e virtuoso sr. Francisco Carneiro Machado Rios: perdemos inteiramente a razão, e tornamo-nos matéria puramente combustível e inflamável(...)Tão bárbara nova foi logo desmentida, mas como não seria fatal, a Ter-se verificado! Quem conteria o povo no seu primeiro impulso! (...)O justo com o injusto, o culpado com o inocente, tudo se confundiria no desenvolvimento do rancor popular! (...) He mister que todos vós vos interesseis para que o povo não se lance nas ondas de um movimento qualquer, que no estado de desespero e fome ele vos aniquilardá(...) quer baronistas quer praieiros. E não penseis que as vossas – paciência, resignação – serão mais ouvidas(...) se é preciso que corra sangue brasileiro, uma revolução sempre foi o meio mais moral, e permitido, do que o punhal, do que o tiro atrás do pau(...)

*Quem atentamente perscrutar as disposições do honrado povo pernambucano, conhecerá que ele não se ilude com tanta facilidade como outrora, e tanto mais nos convencemos desta verdade, quanto sabemos que estão resolutos se necessário for, a ferro e fogo, reivindicarem seus direitos há tanto tempo conculcados. Não há, ou quase não há um só pernambucano livre, que não esteja prevenido, pelo menos com uma clavina, e cinquenta cartuxos embalados e para que isto? Para em último caso fazerem uso destas armas, a fim de conquistarem seus foros e garantias (...)"*⁴⁰

Assim como na fala praieira de 1848, a revolução aqui apresentada guarda certa ambigüidade, aparecendo, ao mesmo tempo, como razão (um ato em favor de direitos legítimos inscritos na política civilizada) e desrazão (exercício de violência física, negação da política). Porém, marcando sua individualidade, os "cinco mil" fizeram inversões fundamentais: sobrepuseram a "vertigem" à razão e demonstraram-se dispostos a usá-la quando julgassem necessário, independentemente do comando de seus possíveis aliados. Com esta ameaça viabilizaram, a partir de 1844, negociações com a Praia e também com os baronistas. A participação dos "cinco mil" no jogo político provincial se explica, portanto, pela dependência dos grandes partidos e, também, por seu efetivo poder de barganha, fundado tanto no apoio numérico nas eleições quanto na ameaça à ordem e à propriedade que diziam representar. Ocupados em sua luta particular e na representação de uma "oposição constitucional", praieiros e guabirus terminaram enredados nas artimanhas da lei e passaram a depender daqueles mesmos cidadãos que planejavam reeducar. Neste momento, entre 1844 e 1848, os "cinco mil" praticamente se tornaram o fiel da balança na política pernambucana e foram cortejados e até imitados. Se, até 1847, os políticos "civilizados" procuraram banir a "revolução", enquanto recurso às armas, no ano seguinte, acabariam por reconhecê-la como expediente legítimo.

⁴⁰ O Regenerador Brasileiro, 4.10.1845 e A Voz do Brasil, 27.6.1848.

A bem sucedida invasão do poder promovida pelos praieiros obrigou os baronistas a reverem radicalmente seus procedimentos. De posse dos cargos provinciais – desde a presidência até os comandos da Guarda Nacional – a Praia inviabilizou o projeto conservador demitindo e desmoralizando, cancelando empreendimentos da Repartição de Obras Públicas, da Tesouraria Provincial, interferindo nas Inspeções do Açúcar e do Algodão, nas arrematações dos impostos e repondo práticas financeiras antigas que afastaram os grandes investidores, cancelando empreendimentos já em andamento, importantes na modernização dos engenhos, como a vinda do aparelho de refino Derosne e Cail e a contratação de técnicos estrangeiros. Diante deste quadro, não restou aos conservadores senão aceitar as regras do jogo e enfrentar a Praia com suas próprias armas, por exemplo, revertendo o apoio dos “cinco mil”. Nesse sentido, três periódicos atuaram nas eleições de 1846, 47 e 48 (quando seriam renovadas as representações na Câmara e escolhidos dois senadores por Pernambuco): o *Diário de Pernambuco*, *O Lídador* e a Revista *O Progresso*.⁴¹ Além disso, também promoveriam *meetings* na campanha eleitoral, decisão que permitiu ao Recife assistir o Barão da Boa Vista (Francisco do Rego Barros) e outras “notabilidades” aparecerem em público ao lado do proscrito porta-voz dos “cinco mil”, o jornalista Borges da Fonseca.

Empenhada em desfazer a imagem de homens “retrógrados” insensíveis aos problemas de seu tempo, em especial à questão social, impingida aos baronistas pelos praieiros, *O Progresso* esmerou-se em divulgar seu respeito à presença das massas na política, à irreversibilidade das conquistas liberais e, particularmente, seu entusiasmo com o *laissez-faire* e com o progresso técnico, instrumento de criação de uma nova era de prosperidade e felicidade geral:

*“(...)Não discutiremos se é com justiça ou não, mas o certo é que os povos não deixam facilmente que se lhes roube as liberdades que uma vez possuíram, e toda tentativa feita neste sentido ministra armas terríveis aos descontentes e facciosos(...)Em política, assim como em qualquer outra coisa, não se restaura o passado: assim, aqueles que sonham com a cabeça voltada para o que já foi, dêem lugar à humanidade que passa, se não querem, que ela os esmague na marcha em que vai(...)Em verdade, quem há aí que ainda se lembra da guerra como princípio político?—alguns loucos ou alguns soldados ambiciosos! Não, a paz é decididamente o voto do XIX século; o arado e o tear despedaçaram a espada, o vapor substituiu, como força motora, a máquina de pulmões de ferro que trabalha para a felicidade dos homens(...) as velhas barreiras nacionais desmoronam-se, e o caminho de ferro que as despedaça ao passar por cima delas, anula o espaço e confunde os povos (...)É esta prática radiosa de progresso pacífico que queremos instaurar entre nós e que será a legenda da nossa bandeira”.*⁴²

⁴¹ A redação de *O Lídador* ficou a cargo de Nabuco de Araújo; *O Progresso* reuniu, conforme vimos, um grupo de intelectuais recém demitidos pela administração praieira, dentre eles os engenheiros Louis Léger Vauthier e Henrique Augusto Millet e o professor do Liceu Provincial Antonio Pedro de Figueiredo. MARSON, I. A. - *O Império do Progresso*, cap.4.

⁴² *Idem*, t. I p. 8, julho de 1846.

“O fim da política, tomando esta palavra na sua acepção mais elevada, é a ciência da organização social e tem como único alvo a realização da felicidade dos indivíduos”. E no que consiste a felicidade? Conforme já apontamos, recorrendo a Fourier, responde: na satisfação dos desejos e prazeres, ou conforme denominou a economia política, organizar o acesso às riquezas e ao consumo. A felicidade dos homens e a dos povos dependia, portanto, de uma relação equilibrada, harmoniosa entre, produção, distribuição e consumo das riquezas. As origens do *“sofrimento social”* estavam justamente no desequilíbrio, na *“anarquia”*, na falta de organização entre estes três atos. Tal *“desordem”* engendraria o isolamento ou uma guerra aberta entre os produtores e seu total descompromisso com as necessidades que deveriam prover. Assistia-se, então, à emergência de forças imensas sem emprego ou empregadas de modo improdutivo; uma divisão profunda entre as *“classes que gozam ociosas e as que trabalham quebrantadas pela miséria; operários sublevados contra as máquinas que os privam de trabalho e capitalistas que se coalizam para lhes rebaixar os salários”*. Mas, **O Progresso** não considerava que o avanço técnico fosse o responsável pela miséria das massas, conforme apregoavam os próprios operários. Segundo a Revista, ela se originava na falta de organização e na persistência de monopólios e privilégios que embaraçavam a livre circulação e a distribuição das riquezas. Pelo contrário, a técnica e o *free trade* permitiriam a produção abundante de riquezas e sua circulação e distribuição por todas as nações; a construção de uma verdadeira *“humanidade”* farta, unida e moralizada.

43

Uma vez demonstrado o compromisso com as mais recentes conquistas políticas e técnicas dos povos, a Revista explorou suas afinidades com os anseios dos *“cinco mil”* destacando a discordância com a forma como se processava a disputa política no Império, onde *“infinitas discussões sobre as garantias políticas dos cidadãos”* a nada levavam ou apenas promoviam interesses de uns poucos ambiciosos.⁴³ Ainda, a necessidade de se constituir um Estado desvinculado de liames partidários e preocupado apenas com o bem comum; e, mais, seu esforço em encontrar soluções para a falta de trabalho que atingia os cidadãos de pequenas posses. Depois, marcou sua superioridade ante à Praia e aos *“cinco mil”*, apresentando uma solução para o

⁴³ *Idem*, t.1, p. 176-209, *passim*, ag.-set. 1846. A presença de Fourier, Saint Simon Lamartine e Lamennais em textos da Revista faria com que alguns autores, provavelmente inspirados na menção de que poder-se-ia reconhecer na *Revolução Praieira* *“o fermento socialista”* feita por Joaquim Nabuco, interpretassem **O Progresso** como uma fala opositora aos conservadores e, conseqüentemente, próxima da Praia. Ver as obras citadas de A. QUINTAS, e V. CHACON. Todavia, quando Nabuco se referiu aos *“compromissos socialistas”* os remeteu ao programa de Borges da Fonseca. NABUCO, J. **Um Estadista**. p. 72.

⁴⁴ *Idem*, t. I, p. 296, outubro de 1846.

desemprego: alojar na agricultura, como pequenos proprietários, artistas, caixeiros e demais cidadãos em dificuldades, de forma que constituíssem uma “*classe média*” imune aos apelos facciosos e disposta a respaldar o Estado. Assim, a um só tempo, se resolvia uma questão econômica e política, e tudo isto com reformas legislativas, ou seja, dentro da lei, através de um *imposto territorial* que obrigaria os proprietários de terras ociosas a vendê-las. Relembremos o argumento já mencionado no cap. 2:

*“Ora, só se conhecem três fontes, donde possam dimanar as classes médias: o comércio, a indústria e a agricultura. Mas o comércio atualmente ocupa e torna já improdutivos muito maior número de indivíduos(...) A grande indústria, numa terra tão pobre como a nossa, de capitais e de conhecimentos científicos, e onde o juro do dinheiro é tão elevado, se não pode criar senão fazendo-se que um imposto terrível pese sobre os consumidores: e quanto à pequena indústria, ela se acha sobrecarregada, e se queixa de concorrência. Logo, resta a agricultura. Ora, para que a agricultura possa dar lugar à criação rápida de uma classe média, é mister que os indivíduos pouco abastados possam obter terras e cultivá-las(...) condições que hoje não existem, porque os senhores de engenho ou de fazendas se recusam obstinadamente a vender qualquer porção destas terras(...) Para derribar, o poder de oligarquia de proprietários territoriais(...) não há senão um meio, que é obrigá-los a vender ao povo terras que lhes são inúteis; e para conciliar semelhante necessidade com o direito absoluto de propriedade(...) não há outro meio senão o estabelecimento de um imposto territorial, proporcional à superfície possuída por cada um (...)”*⁴⁵

Por que teriam escolhido esta proposta? Porque ela, ao apresentar uma alternativa aparentemente viável para o desemprego, rebatia também as acusações de despotismo feitas pela Praia aos conservadores e desautorizava a guerra dos “*cinco mil*” contra os portugueses. A crítica d’*O Progresso* à “*feudalidade territorial*” sobrepujou a interpretação que os praieiros projetaram da “*oligarquia*”, pois além de ampliar historicamente a questão remetendo-a a um passado “*imemorial*”, dissolveu o compromisso exclusivo da família Rego-Barros/Cavalcanti com o *despotismo/feudalismo* e incorporou os proprietários praieiros à esta feudalidade despótica, manchando sua imagem de partido moderno: ele não trouxera nada de novo e, pelo contrário, apenas substituíra, com desvantagem, a ordem anterior. Na verdade, os praieiros apareceram, tão somente, iguais ou piores que seus antecessores

“(...) Pelo que toca à opressão das massas pelo despotismo, que de certo não é de ontem, e tem profundas raízes na Província, onde ele existe, por assim dizer, desde tempos imemoriais, ainda nem se lhes descarregou o primeiro golpe.

Quanto à outra variedade de despotismo, que subordina interesses públicos aos de uma oligarquia poderosa: que é que se há feito para destruí-lo? Ao despotismo de uns substituiu o despotismo de outros; e, como a oligarquia de hoje tira grande parte de sua força da autoridade de

⁴⁵ *Idem*, t.I, 298-99, outubro de 1846.

*que se acha revestida, ela oferece ao público menos garantia de estabilidade em favor da ordem atual de cousas, o que recompensa a vantagem que ela por outro lado pode apresentar, no ser pouco menos déspota, porque é mais fraca e isolada e, se por um lado tem menos poder que a sua predecessora, para impor leis ao governo, por outro exige dele um apoio muito mais enérgico, e despesas mais consideráveis, à custa do orçamento provincial. Assim, não achamos que o estado atual seja preferível ao passado; apenas os déspotas hão mudado de nome".*⁴⁶

Desmascarada a obra e imagem dos adversários, os conservadores aprofundaram sua crítica ressaltando a incompatibilidade entre os objetivos da Praia e dos "cinco mil": o protecionismo à indústria nacional apenas tornaria mais difícil a situação dos assalariados, conforme já vinha ocorrendo na Inglaterra, Alemanha e França. As barreiras alfandegárias, medidas artificiais que protegiam produtores de mercadorias tradicionalmente adquiridas de outras nações, obrigavam "as indústrias naturais destes países" a colocarem seus produtos a preços muito baixos no mercado internacional, medida possível apenas mediante a redução dos salários dos trabalhadores destas indústrias. Neste sentido, o protecionismo era essencialmente nocivo aos antigos investidores, aos assalariados e ao Estado:

"E o que foi que resultou, para estas três nações [Inglaterra, França e Alemanha], das suas tarifas de alfândegas elevadas, e destas medidas chamadas protetoras da indústria nacional? A atividade produtora achou-se deslocada sob regime inteiramente artificial; toda a indústria era protegida, e em consequência os seus produtos tanto mais encarecidos; assim, como as indústrias especiais ao clima e solo se achavam sem proteção alguma, foram obrigadas, para que se lhes aceitassem os produtos nos mercados estrangeiros, onde os esperavam enormes direitos, abaixar os preços de tal sorte, que lhes foi necessário fazer contínuas reduções no ténue salário do trabalhador(...) Em suma, muito hão sofrido as indústrias naturais destes países: as classes operárias se acham reduzidas à mais terrível miséria(...)

*(...) é [preciso] prevenir a opinião pública contra os desastrosos efeitos que podem produzir [o emprego de direitos alfandegários] como meio de proteger a indústria. E isto é tanto mais necessário, quanto há entre nós um partido económico, em que desgrazadamente vemos figurar todos os nossos ministros da fazenda e grande número dos nossos senadores e deputados, e o qual pretende naturalizar todas as indústrias, por meio de tarifas e proibições, sem dar-se ao trabalho de saber se tais indústrias, entre nós, acharão condições favoráveis, se os tempos estão maduros, para que elas sejam introduzidas e se as nossas indústrias naturais, as de que vamos vivendo, obrigadas a pagarem as custas dessas naturalizações imprudentes, não sofrerão a ponto de perigarem gravemente; vindo a ser comprometida, em consequência de uma ambição prematura, a riqueza e o futuro do Império de S. Cruz (...)"*⁴⁷

Mais do que detectar suas afinidades com os "cinco mil", a Revista destacou a habilidade dos conservadores em diagnosticar e solucionar as questões políticas e sociais da província. Assim, se eles reiteravam a ligação desemprego/concorrência portuguesa, **O Progresso**, apropriando parte da

⁴⁶ Idem, t.I, 296, outubro de 1846.

⁴⁷ Idem, t.I, 258-9, 260-61; novembro de 1846.

argumentação praieira, desviava a acusação para a “*feudalidade territorial*” e insistia numa solução assentada na agricultura; na redefinição da propriedade agrícola estaria a origem da “*classe média*” e na remodelação da “*indústria natural*” de Pernambuco (dos açúcares e algodões) se encontraria uma resposta rápida para o desemprego e para a crise da lavoura.

Tal como no projeto praieiro, esta explicação ocultava outras intenções: o tema do desemprego era um recurso para introduzir os interesses dos grandes proprietários pois, ao mesmo tempo que parecia oferecer o caminho a contento dos interessados para a questão social, desautorizava as colocações da Praia e dos “*cinco mil*” e, principalmente, viabilizava o projeto conservador. A defesa da “*indústria natural*” e da colocação das “*terras ociosas*” no mercado eram meios para a expansão física e a modernização técnica dos engenhos já poderosos e organização de novas unidades com o capital disponível em mãos de grandes investidores de Recife. O imposto territorial obrigaria os proprietários de menores posses a negociar parte de suas terras com quem as pudesse adquirir. E, com certeza, os “*cinco mil*” não estariam entre os novos proprietários, pois o custo destas terras próximas ao litoral as colocaria muito acima de suas possibilidades.⁴⁸ Ou seja, concretamente, o projeto “*classe média*” assim como anteriormente o projeto “*defesa do artista nacional*” não passavam de argumentos na disputa pelo apoio dos votantes primários.

Mas, apesar da competência da fala conservadora, do crescimento da popularidade dos candidatos baronistas, do sucesso dos *meetings* e, mesmo das cisões internas ocorridas no partido da Praia, os guabirus não foram bem sucedidos nas eleições para deputados e senadores em 1846 e 1847, seja porque o governo praieiro acionou os recursos da lei a seu favor (particularmente a força policial) seja porque a armadilha oculta no discurso conservador não passou despercebida. Então, diante da perspectiva de assistir dois praieiros (Antonio Pinto Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França) se assentarem vitaliciamente no Senado, o partido conservador de Pernambuco radicalizou suas proposições. Por um lado encenou mais uma aproximação com os “*cinco mil*” propondo, em setembro de 1847, um tímido projeto de disciplinarização da presença portuguesa em Pernambuco – estipulando um arranjo pacífico para legalizar os estrangeiros ali estabelecidos e concedendo um tempo (6 meses) àqueles que decidissem sair do Império.⁴⁹ E, por outro, apoiando o Senado em suas prerrogativas e disposição de anular as eleições pernambucanas, passou a ameaçar o governo

⁴⁸ O alto custo das terras próximas ao litoral já havia sido apontado pelo viajante inglês Henry Koster no início do século. KOSTER, H.- **Viagens ao Nordeste do Brasil**. S. Paulo, Ed. Nacional, 1942, p. 438-443. Mesmo **O Progresso** admitiria em 1847: “Se possuídes 30 ou 40 contos de réis, então podereis comprar um engenho mas, se sois pobre e quiserdes arrendar algumas jeiras de terra, não achareis”. T. I, 635, 24.9.1847.

⁴⁹ **O Progresso**, t. II, 637, 24.9.1847.

praieiro com uma “revolução” ou uma resistência armada em defesa do regime monárquico representativo, caso ele fosse colocado em risco pela inabilidade e inconsequência de um “povo criança” e pela ambição de homens inescrupulosos:

“ Em teoria não pode haver concepção mais sublime do que o regime monárquico representativo; esse meio termo entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, esse regime em que todas as verdadeiras e legítimas influências sociais são atendidas no grau de sua importância, em que tudo se equilibra para evitar o domínio de um(...) É como um relógio complicadíssimo e admirável de regularidade, de exatidão(...) daí, porém, esse relógio a uma criança e perguntai-lhe daí a alguns minutos que horas são! (...) O relógio do menino tornou-se um montão de fragmentos, de rodas quebradas, de parafusos inúteis, uma coisa sem nome nem préstimo. O regime representativo, entregue a um povo criança, transforma-se em coisa sem nome e sem préstimo, que não é governo, é anarquia, que não é monarquia, nem república, nem aristocracia(...) é corrupção e podridão.(...) O regime representativo entregue a um povo criança, transforma-se em coisa sem nome e sem préstimo, que não é governo, é anarquia, que não é monarquia nem república, nem aristocracia (...) é corrupção e podridão.

Temos fé que, sem revoluções e por meios justos e legais, se pode restabelecer a pureza do governo representativo, e afugentar as nuvens que ora embaciam o horizonte político; mas, se não tivéssemos estes recursos, e se o governo representativo ficasse para sempre falseado entre nós, antes mil vezes a revolução com os seus estremecimentos, o absolutismo com seu cetro de ferro, a República com as suas desordens; antes tudo isto, do que a continuação do despotismo brutal da hidra de mil cabeças que nos desfruta, nos oprime, e mais cedo ou mais tarde trará o total aniquilamento da império de Santa Cruz”.⁵⁰

Pela primeira vez desde a ascensão regressista de 1838, os conservadores recorriam a uma prática que havia sido banida oficialmente da política legalista de seus membros. Entre novembro de 1847 e maio de 1848, ao mesmo tempo que o Senado enfrentava a Câmara e o Imperador anulando pela segunda vez as eleições para senadores processadas em Pernambuco, organizaram uma resistência no engenho Lages do cel. José Pedro Veloso da Silveira. Acuados, os “*baluartes da ordem*” foram assumindo publicamente a violência como expediente legítimo, de início timidamente (nos episódios de Lages o partido não se comprometeu abertamente) porém, em agosto de 1848, diante da perspectiva de uma fusão entre a Câmara e o Senado para solucionar a questão das eleições pernambucanas, divulgando-a sem reboços:

“(...) se o partido dominante efetuar o seu intento e reformar violentamente o Senado, esta violação da constituição trará como consequência inevitável, o desmoronamento do Império, e Pernambuco e as províncias vizinhas se aproveitarão, ainda que mais para diante formem com as outras províncias do Império um novo pacto, reservando para si a independência administrativa(...) Existe, pois, grande irritação nos espíritos: e a miséria, os ódios políticos e enfim a desesperação e desengano acerca da Corte vão preparando as coisas para um rompimento,

⁵⁰ O *Lidador*, 15.12.1847 e 1º 3.1848.

*embargado apenas pelo respeito que ainda se consagra à idéia de legalidade. Assim, traga o vapor do sul a notícia de uma revolução na Corte, e o grito de independência ecoará em todos os ângulos da província".*⁵¹

Nesse momento podemos apreender o significado particular da revolução conservadora. Identificava-se com a resistência armada de cidadãos proprietários, sem qualquer mobilização popular a não ser a incorporação de rendeiros, moradores e lavradores dos engenhos envolvidos, para fazer frente às manobras palacianas e parlamentares dos liberais que desautorizavam os direitos constitucionais do Senado, resistência que, no limite, poderia romper com o Império. Em outros termos, exatamente a configuração tomada pela resistência da Praia em 1848, ou seja, os conservadores impingiram ao adversário o conceito de seu próprio procedimento de meses antes.

Que circunstâncias teriam impellido a revolução conservadora sair a campo, superando sua opacidade e o estatuto de reforma e tema do discurso político, tão necessários à política enquanto representação, para assumir o caráter de tragédia, de enfrentamento físico e até de negação da nação, conquistas maiores da sociedade burguesa? Sem dúvida, uma conjuntura onde seriam firmadas decisões significativas e definitivas, tornando essencial o controle do poder. Num primeiro plano, decidiam-se normas para o futuro dos proprietários ligados à indústria açucareira – o *laissez-faire* imposto pelo Bill Aberdeen e a superação do tráfico de escravos. Num segundo plano, a revolução experimentada em fevereiro, em Paris, dominava o cenário político internacional sugerindo alternativas impensadas; e, num terceiro plano, vivia-se um momento de indefinição política no Império (testemunhado pelo suceder de gabinetes) em que estavam em jogo decisões fundamentais: onde se localizaria o ponto vital do poder (no Senado, na Câmara ou no Imperador) e qual deveria ser o grupo hegemônico, se os liberais ou os conservadores. Neste embate, os conservadores insistiam na preservação dos direitos do Senado (particularmente o poder de decisão sobre as eleições e a vitaliciedade de seus membros); e os liberais propunham maior poder para o Imperador ou uma fusão Senado/Câmara ou, ainda, reformas no Senado.

Diante destas circunstâncias, a revolução como ameaça impôs-se como arma mais eficiente para aqueles que estavam fora do poder (como sempre havia ocorrido com os “cinco mil”) ou prestes a perde-lo. Assim, se a possibilidade de intervenção no Senado pressionou os conservadores a revelarem *a sua revolução*, a perda gradativa de espaço político dos liberais (com a queda do gabinete Alves Branco, em março de 1848; e do gabinete Paula Souza, em setembro do mesmo ano)

⁵¹ O Progresso, t. III, 894 e 900, 31.8. e 15.9.1848.

levaria a Praia a contrapontuar com uma “*outra revolução*”, mais “*autêntica*” e eficiente contra seus adversários.

Os primeiros sinais da resistência praieira aconteceram em maio de 1848, quando o ministério Macaé deflagrou uma inversão política em Pernambuco, colocando em risco o poder da Praia. Demissões de autoridades policiais fizeram com que a resistência armada, que até então tinha acontecido nos engenhos conservadores, passasse para as fileiras praieiras. O chefe de polícia demitido, Antonio Afonso Ferreira, ordenou a delegados e subdelegados que não entregassem seus postos, retivessem armas e resistissem⁵². Além disso, proprietários ligados ao partido, juntamente com o jornalista Abreu e Lima, fundaram, a 19 de maio de 1848, a Sociedade Imperial Pernambucana, entidade civil que passou a organizar os correligionários em toda a Província, sob uma rígida hierarquia e obediência quase militares.

53

Até aqui, o desafio da Praia parecia reproduzir a “*revolução conservadora*”: um confronto entre proprietários. Porém, ela somou a este meio de pressão a mobilização dos “*cinco mil*” no Recife, que apoiaram o partido em troca de um projeto de nacionalização do comércio a retalho; de proteção ao trabalho nacional e isenção de serviços da Guarda Nacional para os caixeiros, finalmente apresentado por Nunes Machado na Câmara a 3 e 9 de junho:

“Par.1. Artigo único: É privativo do Cidadão Brasileiro o comércio a retalho. O governo marcará um prazo razoável, depois do qual não poderão continuar as casas estrangeiras que vendam a retalho, atualmente existentes.

Par. 2 – Artigo 1º As casas de negócios, de qualquer gênero que sejam nacionais ou estrangeiras, a se abrirem de novo, só obterão licença tendo pelo menos um caixeiro brasileiro.

*Artigo 2º: Ficam isentos do serviço da Guarda Nacional os caixeiros brasileiros”.*⁵⁴

Valendo-se deste expediente, a Praia conferia maior projeção à sua revolução; ao mesmo tempo que obtinha demonstrações públicas da força do partido, tomava a situação pernambucana, pelo menos em aparência, similar às ocorrências de fevereiro em Paris, garantindo à sua estratégia a credibilidade de uma experiência já vivida. A eficácia da artimanha praieira pode ser avaliada a 17 de junho, quando Recife recebeu, pela segunda vez, a notícia da anulação das eleições senatoriais e os guabirus não puderam comemorar, paralisados por uma ruidosa manifestação dos “*cinco mil*”.

⁵² Circular do Chefe de Polícia Antonio Afonso Ferreira de 26.4.1848. IN: MELO, J.M.Figueira de – *Crônica da Rebelião Praieira*. p. 161-2.

⁵³ *A Barca de S. Pedro*. Recife, Typ. Imparcial de L.I.Ribeiro Roma, 29.7.1848.

Assim como em 1845, a Praia imobilizava os baronistas. Mas, desta vez, eles estavam preparados para questionar rápida e publicamente o artifício adversário, expondo a impraticabilidade da *revolução* ameaçada, tanto porque a Praia não pensava efetivamente em levá-la às últimas consequências, quanto porque Recife não imitava Paris. Nesta determinação, os conservadores provocaram artificiosa e controladamente a “*convulsão social pressentida*” pelos praieiros.

A ocasião própria surgiu a 26 de junho com um “*incidente corriqueiro*”: um estudante do Liceu (sobrinho de uma autoridade praieira) teve uma altercação com um caixeiro português de um armazém de carne seca da Rua da Praia, que terminou num pequeno confronto em que o caixeiro acertou o estudante com um peso de ferro. Professores e alunos intervieram e a ocorrência parecia encerrada quando, depois de algum tempo, correu a notícia que o rapaz havia morrido (alguém chegou até a dobrar os sinos), o que deu origem, por instigação de provocadores, à formação de grupos de manifestantes que depredaram as casas de comércio de portugueses, ferindo muitos comerciantes e chegando a matar pelo menos duas pessoas.⁵⁵

A polícia do Recife, então ainda sob o controle da Praia, procurou agir com cautela, primeiro porque parte da tropa de polícia, ao invés de reprimir, passou a participar das depredações e, também, por não querer ferir o prestígio do partido junto aos “*cinco mil*”. Mas, não conseguiu debelar os protestos que recrudesceram depois que a multidão passou a ser insuflada por Borges da Fonseca que, da janela da cadeia pública (onde cumpria pena por crime de imprensa, determinada por autoridades praieiras) discursava e até distribuía uma proclamação impressa exortando os “*cinco mil*” a defender seus direitos, a desautorizar a família real e a construir no Brasil o “*regime popular*” já em vigência na Europa.⁵⁶

A entrada em cena de Borges e da cavalaria – o primeiro exortando e a segunda reprimindo – testemunharam a presença do dedo conservador nos episódios. Os guabirus haviam solicitado ao presidente da província em exercício (o vice-presidente Malaquias de Aguiar) a mobilização da tropa de linha, já que a polícia não pudera controlar sozinha a “*ameaça à vida e propriedades dos cidadãos*”. Quanto à atuação de Borges, ela só pode acontecer com o auxílio dos baronistas, a quem ele estivera ligado nas eleições de 1847 e de quem recebera apoio quando de sua prisão e

⁵⁴ A Barca de S. Pedro, 23.6.1848; A Voz do Brasil, 21.6.1848.

⁵⁵ MELLO, Félix Cavaicanti de Albuquerque – *Memórias de um Cavalcanti*. S. Paulo, Ed. Nacional, 1940, p. 60.

⁵⁶ Publicada n' O Lídador, 4.7.1848.

julgamento em fevereiro de 1848. Foi por interferência dos conservadores junto ao presidente, que Borges teve acesso à multidão e, muito provavelmente, as proclamações distribuídas em 26 e 27 de junho, foram providenciadas com antecedência e impressas na Typografia União, local de impressão dos jornais guabirus e, também, d 'O Tribuno, folha redigida pelo jornalista preso. Ou seja, com a ajuda de Borges da Fonseca, de alguns provocadores e, principalmente, da anterior mobilização praieira junto aos "cinco mil", os baronistas montaram a representação, e a desmoralização, da "convulsão social" brandida pelos liberais.

A farsa conservadora se tornaria tragédia para os praieiros, pois os protestos iniciados às 10 horas da manhã, além de depredações e morte, teriam outros desdobramentos: duas ásperas proclamações que atingiram duramente o Imperador e o regime monárquico constitucional; uma embaixada que coagiu o presidente em exercício a tomar medidas contra os portugueses; a demissão do comandante de armas e, sob a instigação de Borges e do jornal **A Voz do Brasil**, uma representação extremamente agressiva que, a 27 de junho, adentrou a Câmara Provincial e intimou-a a determinar a saída dos portugueses da Província dentro de 15 dias. E, no final do mesmo dia, a entrada em cena da tropa de linha e da Guarda Nacional, sob a chefia conservadora, para controlar as últimas depredações e selar a derrota política da Praia, denunciando-a como conivente com a turba depredadora e incompetente na agilização dos meios repressivos que a Província tinha a seu dispor.

De imediato, num só golpe, a armadilha baronista atingia os liberais de Pernambuco e o ministério Paula Souza em três flancos: desautorizou o partido junto aos proprietários, acusando-o de planejar e dirigir um movimento revolucionário de cunho popular, mancha difícil de ser negada uma vez que, há longo tempo, a Praia apregoava aos quatro ventos a inevitabilidade de uma "convulsão social" e proclamara seu compromisso com os "cinco mil". Ainda, arruinou os vínculos do partido com os votantes primários que assistiram a polícia praieira tentar a todo custo desmobilizar e depois, atuando ao lado da tropa de linha, aprisionar e recrutar. E, principalmente, conseguiu demonstrar a pequena possibilidade de reprodução dos acontecimentos franceses no Brasil: qualquer perigo de uma "convulsão popular" poderia ser controlado apenas com os recursos provinciais:

"(...) foi uma experiência em prol da monarquia, uma prova de fidelidade da tropa, um protesto contra as funestas previsões de repercussão dos movimentos europeus, manifestados no nosso parlamento. A experiência foi tanto maior, quanto de um lado se empregaram todos os esforços e incitamento para fazer que o povo, e a tropa desvairassem no sentido dessa repercussão, e do

*outro, senão uma traição, ao menos apareceu o desânimo, e o abandono do selvagem, que na frase do sr. Paula Souza, quebrou os remos da canoa e entregou-se à Divina Providência".*⁵⁷

Mas as decorrências do golpe se prolongariam nos dias seguintes, com prejuízos ainda maiores para os praieiros. Na sua tentativa desesperada de limpar o nome do partido junto aos proprietários, as lideranças tiveram que projetar com maior transparência seu entendimento da *revolução*. Em sua melhor configuração, ela não passava de um drama a ser vivido no âmbito das instituições representativas (a Câmara e o Senado) por personagens que imitavam a Roma antiga (senadores, deputados e o Imperador), no qual os cidadãos concretos que corporificavam os “cinco mil” participariam como espectadores. A *revolução* apareceu então como um espetáculo formalizado, etapa inevitável de um processo histórico tão mecanizado quanto o movimento dos ponteiros de um relógio controlado pela providência divina:

“(...)A nossa opinião é que devemos preparar-nos para este lance da fortuna, para essa quase certa peripécia do drama, que se está representando no Rio de Janeiro(...)vêde esta luta de gladiadores na Câmara dos Deputados, e o circo onde se ostenta à vista do Senado Brasileiro como o de Roma presenciava o combate em tempo dos Imperadores; (...)Entretanto Pernambuco, nossa pátria, passivo e mudo contempla tudo isto como se assistisse à representação de uma tragédia(...)preparai-vos, a luta é inevitável(...)

*Se pelos meios ordinários é impossível uma reforma radical da nossa administração política, segue-se, necessariamente, que temos de fazê-la por meios violentos, e fora do alcance das vias ordinárias. Estes meios não podem ser outros senão uma revolução. Quem a fará? Se for feita pelo povo, teremos em primeiro lugar a anarquia, depois a guerra civil que acabará numa ditadura militar!!!(...)Só um meio achamos eficaz e prudente, uma válvula de salvação para evitar a explosão iminente de uma tremenda revolução. Qual será ele? É que o Imperador, imitando o atual rei da Prússia, como ele se coloque à frente do povo, estude suas necessidades, ouça os clamores, e faça a revolução, organizando o país de maneira estável, sólida e permanente.(...) seria loucura rematada qualquer idéia de repressão ou de compressão, porque a explosão seria mais violenta e destruidora(...) as civilizações têm seus progressos, suas crises e seus regressos. Ninguém pense que pode fazer parar o relógio do tempo, onde nenhum mortal põe o dedo: ninguém o atrasa ou adianta.*⁵⁸

Ressalte-se o caráter dramático e, principalmente, retórico da revolução redescoberta pela Praia e sua aproximação com a proposta conservadora pois, nela a história ficou também delegada à competência das elites proprietárias e dos governantes. O “povo” do projeto praieiro não passaria de mero figurante disciplinado, obediente e fiel a seus representantes, uma categoria a ser construída pela ação reeducadora da Sociedade Imperial, que “*vê com escárnio a palavra República*” e que não se identifica com as “*idéias exageradas da revolução francesa*”. Ele não se confundia com “o grupo

⁵⁷ *Idem*, 4.7.1848.

⁵⁸ A Barca de S. Pedro, 11.7.1848.

de amotinadores que se arrogou o título de povo, ameaçando a Assembléia se não definisse as suas loucas pretensões:

*" (...) Repelimos inteiramente do povo pernambucano o fato do dia 26; não se confunda o povo com aqueles grupos que vimos na rua da Praia e no pátio do Colégio; não, pelo amor de Deus, não foi o povo, nem houve a esse respeito o menor sentimento popular, conquanto haja entre a população e os portugueses ódios e agravos desde a independência (...) "*⁵⁹.

E o "mea culpa" do partido se acentuaria a partir de fins de setembro de 1848 quando a notícia das jornadas de junho em Paris chegaram ao Império. Cada vez mais veementemente a Praia proclamaria sua "inimizade à anarquia" e "rogaria a Deus para que ela não poluísse a nossa capital, nem se aproximasse de nossa província" embora mantivesse firme a posição de resistir a qualquer "compressão" conservadora:

*" (...) Representamos com certeza a maioria da província, somos um partido eminentemente popular; e por isso o que mais interesse tem nos negócios que dizem respeito ao povo; neste caso não devemos suportar nenhuma compressão, para ela donde partir; porém, quando isto acontecer, o que Deus não permita, ainda assim a reação deve ser moderada e decente quanto nos permitam as circunstâncias delicadas em que nos achamos. (...) "*⁶⁰

E foi dentro destes limites que colocou em campo sua resistência quando, em novembro de 1848, perdeu todos os cargos policiais e militares. As autoridades praieiras demitidas, instruídas pela Sociedade Imperial, arregimentaram a Guarda Nacional e os destacamentos policiais fiéis à Praia e, também, rendeiros, moradores, lavradores e agregados dos engenhos. Do Recife vieram poucos combatentes recrutados a soldo ou acompanhando Borges da Fonseca, que, colocado em liberdade pelos conservadores, à última hora aderiu à revolta, já pensando em capitalizá-la em favor de sua causa, assim como fizera em junho com a oportunidade oferecida pelos baronistas. Ou seja, "os cinco mil", aparentemente a grande força física da Praia, não estiveram presentes na guerra senão pela contraditória participação de Borges da Fonseca, embora providencial para configurar o crime de rebelião.

Assim, poderíamos dizer que a resistência praieira acabou por tornar-se mais tímida que a reação dos conservadores, na medida em que não pode sequer assumir-se como "revolução", afinal, desde setembro, a expressão retomara seu sentido comprometedor. A luta dos operários de Paris criara um novo significado para o drama encenado pela burguesia, e fez com que no Império os liberais não

⁵⁹ Idem, 3.7.1848 e Diário Novo, 13.7.1848.

⁶⁰ A Barca de S. Pedro, 16.10.1848,

investissem mais na “*convulsão social*” como ameaça, nem quando caiu o gabinete Paula Souza ou quando Araújo Lima decretou o recesso parlamentar, na verdade um golpe contra a Câmara. Assim, a Praia definiu, cuidadosamente, seu movimento como revolta de cidadãos feridos em seus direitos e que se propunha, num primeiro passo, preservar os cargos de poder e fazer as eleições e, posteriormente, reivindicar a convocação de uma Assembléia Constituinte para *reformular* a Constituição. Da mesma forma, os conservadores chamaram-no *rebelião*, quer porque fosse o crime político mais grave previsto no Código Penal e punisse satisfatoriamente, quer porque eles mesmos preocupavam-se em apagar seu envolvimento com qualquer imagem da revolução no passado.

Sem dúvida, os partidos pernambucanos tinham vivido um momento escorregadio que os conduziu quase à destruição comum; todavia, tal destruição não esteve em nenhum momento ligada à ameaça concreta da “*vertigem revolucionária*”, sinônima de “*barbárie*” dos “*cinco mil*”. Tanto pela repressão sofrida – prisões e recrutamento – quanto pelo desencanto com a “*convulsão social*” arruinada pelos baronistas, e com a Praia, depois das ocorrências de 26 e 27 de junho. Mas, sobretudo, porque os liberais nunca pensaram em convocá-los para a luta armada e eles mesmos nunca se dispuseram a envolver-se profundamente “*com as brigas dos aristocratas*”. Dessa maneira, os “*cinco mil*”, conforme o planejado drama praieiro, assistiram quietos a luta entre os “*cidadãos*” proprietários.

Mas, além de todas estas considerações, resta ainda uma questão: até que ponto os “*cinco mil*” do Recife estavam efetivamente dispostos a acionar a “*vertigem revolucionária*”? Até que ponto a contundente ameaça à ordem e à propriedade expressa no tom dramático de seus textos não configurava também uma expressão de retórica, um eficiente instrumento de pressão política?

Além da imobilidade dos pequenos proprietários urbanos durante a guerra praieira e, especialmente, no ataque à cidade do Recife e da incorporação disciplinada de Borges da Fonseca ao exército liberal, outras evidências respaldam estas dúvidas. Assim, o jornal de Inácio de Loiola, a **Voz do Brasil**, chamou aos acontecimentos de 26 e 27 de junho, “*desordens*” e aos manifestantes mais agressivos “*chusma de réus de polícia*”, procurando desvincular dos “*cinco mil*” a ameaça à ordem e à propriedade – ele que pouco antes mencionara a existência de armas entre o povo para punir aqueles que desrespeitassem seus direitos; e mais, denunciou a presença dos conservadores nas ocorrências:

*"(...) os acontecimentos de 26 e 27 de junho foram provocados por uma facção ladra, assassina e perversa que privada do exercício do poder, trama por todos os meios reabilitar-se(...) mandaram seus cães perpetrar atentados(...) chegando a maldade a tanto, que mesmo a Assembléia Provincial não escapou de seus golpes, porque para ali mandaram uma chusma de réus de polícia, envoltos no meio do povo, para insultarem os Deputados Provinciais"*⁶¹

Ainda, as proclamações preparadas por Borges da Fonseca e responsável pelo recrudescimento e direcionamento das manifestações, referem-se ao "povo" como "pacífico, respeitador dos direitos de todos", "solidários com os representantes oficiais", e partidário da força apenas "quando ameaçado na justiça que julga ter direito ou defrontando-se com a perda da Pátria".⁶² Ou seja, mesmo nas mais radicais contestações, procuraram preservar direitos inscritos na lei, a qualquer custo. Porém, o vestígio mais instigante pode ser apreendido na disposição dos conservadores de correr o risco de encenar uma "convulsão social". Sem dúvida, a grande astúcia conservadora foi perceber que a revolução como "vertigem" ou "anarquia" não passava de um drama, não somente para os praeiros mas, também, para os "cinco mil". Nas reações populares ocorridas naqueles últimos anos, é difícil reconhecer o caráter de "barbárie", a destruição e depredação da propriedade em grandes proporções presentes nas cenas transportadas da revolução francesa, conforme alegaram Figueira de Melo, Justiniano J. da Rocha, e Nabuco.

Nas campanhas eleitorais de 1844,⁴⁷ e 48, vimos os "cinco mil" participarem da disputa político partidária, dentro da lei. Dessa forma, representações e petições foram enviadas à Corte, com recursos recolhidos entre os próprios interessados, em sua maioria, proprietários de pequenas oficinas, casas de comércio, caixeiros e funcionários públicos. Explicitaram seu protesto participando das eleições e votando com o partido que lhes oferecia maiores vantagens e chances e, mesmo no 26 e 27 de junho, as depredações que ocorreram estiveram ligadas aos provocadores – ali colocados exatamente para manchar qualquer manifestação que partisse dos "cinco mil" – conforme explicitou Inácio de Loiola; e o movimento terminou em petições e na formação de comissões para negociar com as autoridades policiais, o presidente e a Assembléia Provincial. Entende-se, então, por que o *Lidador* se desdobrou em demonstrar que não aconteceria a "convulsão social" ameaçadora de vidas e propriedades pernambucanas, especialmente dos conservadores, certamente levando em conta não só que a província dispunha de meios para uma repressão exemplar mas,

⁶¹ *A Voz do Brasil*, 4.7.1848.

⁶² *O Lidador*, 4.7.1848. O jornal conservador, narrando os episódios de junho de 1848, publicou os panfletos criados por Borges durante os acontecimentos.

também, que os praieiros seriam os primeiros a abafá-la e os “cinco mil” se esmerariam em demonstrar descompromisso com os depredadores e a “*vertigem*”, sinônimo de “*barbárie*”.

Evidentemente, o esforço dos peticionários em protestar objetivos “*pacíficos*” de cidadãos que queriam ver seus direitos já inscritos na Constituição respeitados, não excluía o apelo à violência, como legítima defesa, até porque o conflito se originara de intenso e truculento processo de espoliação destes direitos recentemente conquistados com a independência, ou mesmo remanescentes do período colonial. Nesse sentido, os manifestantes eram pequenos proprietários, ou uma já existente “classe média”, vítimas justamente do “*laissez-faire*”, um projeto concentrador da riqueza em pleno curso, e estavam engajados numa luta pela preservação de posses que lhes garantiam o estatuto de homens livres e cidadãos, franqueando-lhes o acesso à participação política como votantes primários, estatuto que eles pretendiam ampliar. Para os artesãos, tratava-se da sua propriedade – o direito de conservar a oficina e o trabalho arruinados pela penetração de mercadorias estrangeiras ou por investidores portugueses; para os caixeiros, o a garantia de empregos no comércio; para os funcionários públicos a preservação do trabalho. Sua violência, caso ocorresse, tinha o mesmo significado da resistência de outros proprietários praieiros e guabirus, ou seja, fundamentava-se num dos mais importantes princípios do liberalismo – o direito à defesa da vida e da propriedade. Logo, o “*turbilhão popular*” temido e relegado aos instintos aparentados à “*barbárie*” por Nabuco, não poderiam voltar-se arrasadoramente contra uma instituição que procuravam justamente resguardar – a propriedade privada de bens, sinônimo de sua própria condição de humanidade e cidadania. Nesse sentido, foi a propriedade, o elo que mediou as alianças e para todos, avalizou a recorrência à revolução.

*“Porque enfim, os fatos...E a que denominam vocês fatos? ...Pensam acaso que eles são dados à história como realidades substanciais que o tempo escondeu de modo mais ou menos profundo, e que se deve simplesmente desenterrar, limpar e apresentar à luz do dia aos nossos contemporâneos?...Um historiador que se recusa a pensar sobre o fato humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses fatos, como se não fossem de sua fabricação, como se não tivessem sido escolhidos por ele, em todos os sentidos da palavra escolhido – é uma ajuda técnica. Que, pode, aliás, ser excelente. Mas não é um historiador.”*⁶³ Lucien Febvre.

⁶³ FEBVRE, Lucien – *Ob.Cit.* p.105-106 ; uma instigante reflexão sobre o “*fato histórico*” é feita por VESENTINI, C. A.- *A Teia do Fato*. S. Paulo, Ed. Hucitec/ História Social USP, 1997.

Embora o tema da revolução tivesse assumido múltiplos significados, transitado agilmente entre os grupos políticos pernambucanos, e se transformado no argumento mais importante de todos os projetos políticos que emergiram na década de 1840, no texto de Nabuco ele foi creditado, única e exclusivamente, a um genérico Partido da Praia, signatário da revolução exemplar (no sentido negativo) vivenciada no Império. Que recursos de método possibilitaram ao historiador construir tal entendimento da guerra civil pernambucana?

Em primeiro lugar, a escolha discriminadora, das fontes por ele autorizadas, e de episódios específicos da história de Pernambuco em geral e da Praia em particular que, articulados pelo historiador, delinearam os contornos desta “revolução” exclusivamente, “*republicana, jacobina com matizes socialistas, simples ondulação de um movimento que começara em Paris*” e, pressuposto nesta escolha, o esquecimento de outras ocorrências, tais como os compromissos praieiros com o partido conservador, o envolvimento deste último com qualquer prática ou parceiro político que lembrasse o tema da revolução. Por isso, Nabuco não explorou, por exemplo, a origem da deputação praieira, suas críticas à rebelião de S. Paulo e Minas, os principais pontos do programa da Praia e dos conservadores, as relações entre os “*guabirus*” e Borges da Fonseca, o envolvimento do partido conservador na sedição de Lages, com a Revista **O Progresso** ou, ainda, suas responsabilidades nos episódios de junho de 1848, quando demonstraram que a Província não devia temer uma “*convulsão social*” pois “*Recife não imitava Paris*”. Também não acompanhou o desempenho ordeiro dos “cinco mil” ao longo da década.

Em segundo, a articulação dos acontecimentos selecionados, conforme um critério de coerência que banuiu qualquer contradição, no “*fato*” -- *A Revolução Praieira*, “*gancho*”⁶⁴ generoso capaz de dissolver eventos dissonantes, conciliar termos originalmente conflitantes (movimento, revolta, rebelião, revolução), explicitar uma trajetória praieira impecavelmente linear e, sobretudo, agasalhar todas as propostas de revolução que emergiram naquele momento, porém remetidas apenas à Praia.

Em terceiro, imitando o gesto do pai em 1849, e também apoiando-se no pressuposto de que se encontrava diante de uma sociedade estabelecida sobre o “*feudalismo, os latifúndia, e a servidão*”, ajuizou negativamente os rebeldes praieiros e a sua revolução, concebendo-os como signatários da “*barbárie*” e de instintos negadores da razão. Dessa forma, esclarece-se que um determinado

⁶⁴ A expressão foi utilizada por Lucien Febvre, **Ob.Cit.** p.105.

procedimento, ao mesmo tempo exercício da política, da ciência e da arte, já instrumentalizado na tessitura da Escravidão/Abolicionismo, permitiu a transfiguração da *revolução múltipla em única* - ao mesmo tempo, movimento, agitação, rebelião, revolta “turbilhão popular” e revolução da Praia. E, desqualificando-a, remover para outro “fato” e outro marco – a abolição da escravidão - o evento fundador da nação.

Mas, para além da preocupação de desqualificar a revolução e justificar a sentença que Nabuco de Araújo aplicou aos rebeldes assim como seu envolvimento no episódio, a configuração dada pelo historiador *ao fato revolução praieira* teve como resultado apagar vínculos do próprio projeto abolicionista apresentado em 1883, e a atuação de Nabuco na campanha contra o cativo em geral, e nas eleições em Recife em particular, com as proposições emergentes na política pernambucana na década de 1840. Assim a reconstituição da batalha de revoluções ali travada em 1848 demonstraria que aquele projeto “conciliara” idéias e procedimentos tanto dos conservadores, quanto dos liberais e dos republicanos. Dessa forma, *O Abolicionismo* emprestara da Praia e dos liberais, a proposta de supremacia da Câmara sobre o Senado, a crítica à centralização, ao Poder Moderador, e ao monopólio da aristocracia/oligarquia sobre o estado, o princípio do federalismo e a proposta de “completar” a independência brasileira além da decisiva parceria política com os “cinco mil”. Dos republicanos apreendera o voto universal. Dos conservadores apropriara o maior número de decisões: o empenho em divulgar o verdadeiro liberalismo, a defesa do *laissez-faire* e da “*indústria natural*”, o espelhamento no exemplo da Inglaterra, a crítica aos correspondentes, a lei agrária, o imposto territorial, a formação da classe média, a reeducação política das elites e dos proletários, a idéia de construir um partido que, superior aos existentes, estivesse preocupado tão somente com a nação e o “*bem comum*” e a tese do “povo-criança”. E de todos, a crítica à “*vertigem*” revolucionária.

A preocupação com o “esquecimento” destas circunstâncias explicita-se na campanha eleitoral de 1884. Os discursos proferidos lembraram inúmeras vezes o movimento de 1817 mas não se referiram a 1848. Qual seria a possível razão deste cuidado? Certamente, devido ao desempenho de seu pai nos episódios ainda recentes da guerra civil, não seria conveniente rememorar circunstâncias tão polêmicas e dolorosas afinal, a prudência política aconselhava que não se deveria “falar de corda em casa de enforcados”.

Este foi um dos problemas que estiveram na origem do “esquecimento” da Praia nos comícios da campanha de 1884 e das dificuldades enfrentadas por Nabuco desde 1878, quando pela primeira

vez pleiteou uma vaga de deputado geral pelo partido liberal de Pernambuco. Então, encontrou grande resistência, não apenas de seus esperados adversários, os conservadores mas, das bases políticas tradicionais de seu partido na província, proprietários de engenhos nas vilas do interior, muitos deles descendentes ou mesmo participantes da revolta de 1848. Estas dificuldades colocadas ao programa apresentado por Nabuco indicaram que o partido estava dividido e que, provavelmente, naquele momento, se travava uma batalha em torno da emancipação e dos engenhos centrais, confronto que o testemunho do engenheiro Milet veio confirmar.

Diferentemente de Vauthier, Milet se estabeleceu em Pernambuco como membro do imperial corpo de engenheiros. casara-se com uma filha do barão da Boa Vista e, em decorrência da herança de sua mulher, tornara-se, em 1863 senhor de um engenho que safrejava 1000 a 1500 pães de açúcar por ano. Em meados da década seguinte, Milet, assim como centenas de outros proprietários iguais a ele, conservadores ou liberais, viram seu empreendimento ameaçado pelas decorrências da Lei do Ventre Livre e da orientação liberal ortodoxa difusora do metalismo, praticada, a partir da década de 1860, por ministros ligados ao partido conservador. Desde a promulgação da Lei de 22 de agosto de 1860, gabinetes conservadores, tendo à frente políticos como o Visconde de Rio Branco, Torres Homem, Silva Ferraz e o Visconde de Itaboraí, haviam comandado políticas de saneamento das finanças imperiais de orientação metalista - visando restaurar a confiança dos credores internacionais, especialmente os ingleses - que ocasionaram, devido à escassez do crédito, períodos de profunda recessão nos negócios e grandes falências, em 1864 e 1875.⁶⁵ Embora ainda ligado aos conservadores - possivelmente por razões profissionais e familiares - mas, também, empenhado em salvar seu patrimônio, o engenheiro criticou os princípios e práticas do liberalismo econômico debatendo no **Jornal do Recife** com o governo e com outros proprietários de engenho. Seu testemunho esclarece as expectativas de agricultores de diferentes origens partidárias, segmento numericamente expressivo na sociedade das províncias do norte, e as discordâncias que eles tinham com medidas e princípios que fundamentaram o projeto abolicionista. É das divergências do partido do partido liberal com o programa abolicionista que trataremos no próximo capítulo.

⁶⁵ A esse respeito ver CALÓGERAS, J. Pandiá - **A Política monetária do Brasil**. Trad. Thomaz Newlands Neto. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1960, primeira parte. O original, em francês - **La Politique Monétaire du Brésil**, é de 1910; PELAEZ, C. M. e SUZIGAN, W. - **História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias**. R. de Janeiro, IPEA/INPES, 1976, cap. IV e V; MELO, Evaldo Cabral de - "O norte agrário e os 'auxílios à lavoura' IN: **O Norte Agrário e o Império. 1871-1879**. R. de Janeiro/Nova Fronteira; Brasília/INL, 1984.

Capítulo 4: O domínio sobre a história: Nabuco e o engenheiro Milet

“A minha única aspiração pessoal, eu viver em Londres, independente, por uma longa série de anos vai ser realizada em breve.(...) Dizem que vou ser correspondente do Jornal do Commercio. Suponho que é exato. Sem dependência do governo – livre quanto posso sê-lo – viverei feliz e esquecido na sociedade que mais aprecio, na cidade que é o centro político do mundo(...) no estudo da marcha dos povos e da circulação dos capitais, como ofício, e as letras e artes como distração. Decididamente não fui feito para o que chamam entre nós política(...)” (Carta a Barros Pimentel 8/11/1881)

*“Com efeito, quando entro para a Câmara, estou tão inteiramente sob a influência do liberalismo inglês, como se militasse às ordens de Gladstone; êsse é em substância o resultado de minha educação política: sou um liberal inglês – com afinidades radicais, mas com aderências whigs – no Parlamento brasileiro; esse modo de definir-me será exato até o fim, porque o liberalismo inglês, gladstoniano, mac-aulyano, perdurará sempre, será a vassalagem irredutível do meu temperamento ou a sensibilidade política; no entanto, depois do primeiro ensaio a feição política tornar-se-á secundária, subalterna, será substituída pela identificação humana com os escravos e esta é que ficará sendo a característica pessoal, tudo se fundirá nela e por ela.” (Joaquim Nabuco, **Minha Formação**)¹*

A insistência e as dificuldades de Nabuco em pleitear um cargo de deputado geral por Pernambuco em 1878 se explicam, numa primeira aproximação, pelo fato de seus vínculos com a província terem sido, até aquele momento, ao mesmo tempo, próximos e distantes. Por um lado, tinha ligações familiares importantes, já que sua mãe pertencia à família dos morgados do Cabo. Além disso, nascera em Recife a 19 de agosto de 1849 e vivera no engenho Massangana, propriedade de seus padrinhos de batismo, até os 8 anos. Naquela capital concluíra, em 1870, o Curso de Direito. E, sobretudo, seu pai desenvolvera na província uma bem sucedida carreira jurídica e política de deputado, ministro e conselheiro do Império e preservara estreitos contatos pessoais e políticos. Mas, por outro, a vida de Nabuco transcorrera, de 1857 a 1878, entre a Corte, a cidade de S. Paulo (onde cursou 3 anos do curso jurídico), os Estados Unidos e a Europa, particularmente a Inglaterra - país pelo qual nutria profunda admiração² - exceção apenas do ano em

¹ NABUCO, J.- **Cartas a Amigos**, vol 1. p.61; **Minha Formação**, p. 178.

² “Se eu tivesse nascido inglês, talvez detestasse a Inglaterra; mas como nasci brasileiro, adoro-a”, comentou Nabuco em carta enviada a seu chefe, o barão de Penedo, em 1878. Essa admiração pela Inglaterra seria reiteradamente lembrada nas cartas enviadas ao barão, correspondente privilegiado de Nabuco. Esta impressão seria fartamente explicitada e justificada também em

que completou o Curso de Direito. Não foi então por acaso que, logo após a morte de Nabuco de Araújo, em março de 1878 - uma das maiores lideranças do Partido Liberal na Corte - para substituir o pai no Parlamento, Nabuco tenha principiado sua carreira política justamente por Pernambuco. Porém, apesar dos vínculos políticos paternos com a província, o jovem aspirante a deputado era ali quase um desconhecido, que podia circular incógnito pelas ruas do Recife³. Foi, também, considerado um "intruso", um apadrinhado do barão de Vila Bela, o chefe liberal que, num ato de prepotência em relação aos correligionários, inscrevera Nabuco na chapa do partido para atender um compromisso com Nabuco de Araújo e sua esposa D. Ana Paes Barreto.⁴

Minha Formação. NABUCO, J. **Carta a Amigos.** Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. S. Paulo, IPÊ, 1949, v. 1, NABUCO, Carolina - **A vida de Joaquim Nabuco**, por sua filha Carolina Nabuco. 3ª ed. Americ=edit., s/d p. 133

³ Retornando da Inglaterra, em meados de abril e logo após a morte do pai, na escala em Recife, Nabuco transitou incógnito pela cidade. Até aquele momento, suas atividades políticas se restringiam à assessoria dada ao pai, no Rio de Janeiro, especialmente na confecção de artigos para **A Reforma**, órgão do partido Liberal, refutando as críticas colocadas por **A República**, jornal do Partido Republicano; ou traduzindo textos do **Anti-Slavery Reporter**, publicação da British and Foreign Anti-Slavery Society. GOUVEIA, F.C.- **Joaquim Nabuco entre a monarquia e a república.**, p.29-75; 85.

⁴ Domingos de Souza Leão, Barão de Vila Bela, senhor do engenho Caraúna em Jaboatão, foi companheiro no Curso Jurídico de Olinda de Nabuco de Araújo, Silva Ferraz, Zacarias de Goes, do Barão de Penedo e de Cotegipe. Em Pernambuco, militara no Partido Conservador ao lado de Nabuco de Araújo e de Pedro de Araújo Lima e os acompanhara na formação da liga Progressista e depois na reforma do Partido Liberal em 1868, presidindo o partido em Pernambuco, por 10 anos, até sua morte em 1879. Foi deputado geral; governou a província entre 1867-1868; foi, por pouco tempo, ministro dos Negócios Estrangeiros no início da gestão do Gabinete Sinimbu, foi também grande amigo pessoal de Henrique Augusto Milet. GOUVEIA, F.C. - **O Partido Liberal no Império: o Barão de Vila Bela e sua época.** Brasília, Senado Federal, 1986. Cap.1 e-2, *passim*. Vila Bela sabia dos problemas que adviriam com a indicação de Nabuco mas também conhecia suas potencialidades políticas, em especial a facilidade com a escrita e os dotes de oratória, este último comprovado em um episódio ocorrido 1869. Naquele momento, quando ainda estudante de direito, o agora pleiteante ao cargo de deputado, com um hábil discurso, conseguira contornar uma divisão do partido e salvar a liderança do Barão. Todavia, essas qualidades não eram suficientes para apadrinhá-lo, e Vila Bela não tinha certezas quanto ao futuro desempenho do afilhado. Escrevendo a seu primo Luís Filipe, que assumira a chefia do partido em seu lugar, comentou: "Quanto a Nabuco, não posso dizer outra coisa além do que já expus, e eu espero que hás de tomá-lo sob tua proteção. É uma carga enorme e que, sinto, não me faz bem nenhum; mas eu não posso cingir-me inteiramente nas minhas ações ao descarnado e árido interesse político meu; além disso não se trata de mim somente; o partido não se pode evitar a certo desar, repelindo o nome de um moço de um talento transcendente, filho da província, onde prestou algum serviço, sendo um deles relevantíssimo, só porque o seu pai, um grande vulto e dos mais notáveis, faleceu; (...) experimente-mo-lo; entreguemo-lo a si mesmo, abrindo-lhe a porta do parlamento; ele que se aproveite do ensejo, e procure merecer o apoio dos seus serviços, dos seus talentos". Uma primeira tentativa junto a Vila Bela, de inclusão do nome de Nabuco na chapa liberal por Pernambuco, fora tentada por Nabuco de Araújo em 1872, mas sem sucesso. *Idem*, **Joaquim Nabuco entre a monarquia e a república.** p.69, 95-96.

Todavia, a incômoda entrada, extremamente problemática para o padrinho, tinha muitas outras justificativas. As mais importantes delas se fundamentavam no fato de que o jovem candidato - que nos últimos dois anos, também por intervenção paterna, estivera fora do país, atuando como adido na Legação Brasileira nos Estados Unidos e em Londres - entrava na disputa num pleito muito concorrido, quando os liberais, depois de um ostracismo de dez longos anos de domínio conservador, retornavam ao poder⁵. Além disso, fora escolhido à revelia de antigos e importantes militantes, uma vez que sua designação preterira dois nomes a quem os liberais pernambucanos muito deviam, o Deão de Olinda, Joaquim Francisco de Faria (que apoiara a Praia em 1848 e fora, anos antes, o pivô da Questão Religiosa),⁶ e o professor da Faculdade de Direito, o Dr. Aprígio da Silva Guimarães. O descontentamento com a escolha de Nabuco pode ser medido pela publicação que apareceu no **Jornal do Recife** de 3 de setembro, nas vésperas das eleições, um "*lavre-se o protesto*" assinado por "*multos patriotas*", exortando os eleitores a votar nos nomes excluídos da chapa liberal:

*"É da dignidade e do elevado interesse político para o Partido Liberal desta desditosa província, que o brioso corpo eleitoral inclua no número dos futuros representantes ao parlamento brasileiro, os nomes dos cidadãos que tão relevantes serviços têm prestado à causa da democracia desta terra - deão Joaquim Francisco de Faria e Dr. Aprígio Justiniano da Silva Guimarães. Estes iminentes cidadãos, criminosamente postos à margem por uma estulta comissão, que apresentando sentimentos liberais que não tem, invocando princípios que não aceitam, e renegando tradições que não respeitam, não podem deixar de receber os sufrágios verdadeiros, dos legítimos liberais de Pernambuco. Faria simboliza uma das épocas mais gloriosas desta província, que a todo transe os déspotas procuram fazer esquecer(...) da falta de patriotismo da comissão dos cinco, apelamos para o independente corpo eleitoral, seja a expressão das urnas no dia 5 de setembro o mais solene protesto que pode lavar um povo livre, e que não quer ser avassalado por uma oligarquia caprichosa. Avante liberais sinceros, tiremos a máscara dos hipócritas, salvemos as prerrogativas da democracia, avante!"*⁷.

⁵ Sobre o percurso dos partidos políticos fundamentei-me em: BEIGUELMAN, Paula - **Ob.Cit.**; IGLÉSIAS, F. - "Vida Política, 1848-1868" e HOLANDA, S.B. - "Crise do Regime" IN: HOLANDA, S.B.(org.) de- **História Geral da Civilização Brasileira**. S. Paulo, Difel, t. II, vols. 3-5, 1967; e CONRAD, R. - **Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888**. Trad. Fernando de Castro Ferro. 2ª ed. R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. COSTA, E. V da - **Da Senzala à Colônia. Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 3ª. ed. S. Paulo, Brasiliense 1989.

⁶ "A Questão Religiosa, iniciada em maio de 1872, com a suspensão de ordens do deão de Olinda, Joaquim Francisco de Farias, pelo 16º Bispo de Olinda, Dom frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, que assim iniciara um movimento de conflitos religiosos entre católicos e maçons. A Questão Religiosa recrudesce em 28 de dezembro daquele ano, com a carta pastoral impedindo que filiados aos quadros das lojas maçônicas viessem a integrar o corpo de associados das irmandades religiosas, e se prolonga até 2 de janeiro de 1874, quando o bispo de Olinda é recolhido ao Arsenal da Marinha". Neste embate envolveram-se lideranças liberais de matiz republicano, entre elas José Mariano Carneiro da Cunha, proprietário da folha representativa da ala tradicional do partido liberal em Pernambuco, **A Província**. SILVA, Leonardo Dantas - **A Imprensa e a Abolição**. Recife, CNPq/ Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1988.

⁷ "Repetiam-se com freqüência nas colunas do **Jornal do Recife**, ligado aos liberais ditos históricos ou tradicionais na província, as alusões às candidaturas do Deão Faria e Aprígio

Mais ainda, Nabuco fez uma estréia eleitoral um tanto desastrosa quando, num gesto que foi interpretado por uns como imprudência e por outros como arrogância, iniciou sua breve campanha provocando inesperado tumulto numa cerimônia literária comemorativa da fundação do Curso Jurídico e da reativação do Centro Republicano, que aconteceu no teatro Santa Isabel a 11 de agosto de 1878, presidida justamente pelo Dr. Guimarães. Ao pronunciar-se - após a fala de alguns oradores partidários da república - para defender o Imperador, testemunhando seu prestígio internacional, inclusive nos Estados Unidos, problematizar a “*ilusão republicana*” e proclamar que “*a questão da democracia brasileira não era a monarquia, era a escravidão*”, Nabuco afrontou, de uma só vez, as duas alas do partido, os simpatizantes republicanos, em sua maioria acadêmicos do Curso de Direito⁸, e lideranças contrárias a um apressamento do processo de emancipação. Algum tempo depois, a 22 de agosto, indo ao extremo oposto, num ato de inusitada humildade, enviou um recado ao “*eleitorado pernambucano*”, feito por meio de uma publicação a pedido no **Jornal do Recife**, recomendando-se de forma pouco convincente para as circunstâncias - dada a complexidade das questões em jogo naquele momento - ao enfatizar “*Pernambucano de origem, sou-o também de coração*”⁹. Ainda, uma circular publicada nas vésperas da eleição, - no mesmo dia e jornal onde saía o já mencionado “*lavre-se o protesto*”, ao fazer restrições ao sistema eleitoral vigente - que acabaria garantindo a sua vitória - conseguiu atingir até aqueles que, à revelia do partido, o estavam apoiando. Além disso, embora não tocasse no tema da emancipação, fez uma crítica aberta às

Guimarães. Enquanto o primeiro já na edição de 24 de julho, advertia que o seu silêncio não autorizava ‘a aleivosia’ divulgada por algumas pessoas os falsos boatos de que ele renunciara à candidatura, o professor da Faculdade de Direito, dirigindo-se no mesmo dia ‘ao eleitorado pernambucano’ dizia que ousava aspirar a sua candidatura pela província à Câmara de Deputados. ‘Dezoito anos de serviços à idéia liberal, serviços desinteressados e até com graves sacrifícios, devem ser atenuante ao meu atrevimento’.(...) “.apud GOUVEIA, F.C. – Joaquim Nabuco entre a monarquia e a república. p. 109-111.

⁸ Informa-nos, Marc Hoffnagel, que no final da década de 1870 e, sobretudo, na de 1880, o Partido Republicano em Pernambuco teve sua composição significativamente alterada. Desde as décadas de 1830 e 1840, fora integrado, predominantemente, por artesãos e pequenos comerciantes; mas, a partir deste momento, tornou-se um partido de acadêmicos e profissionais liberais. HOFFNAGEL, M.J.- *A trajetória do movimento republicano em Pernambuco*. Comunicação apresentada no Simpósio “*A República faz Cem Anos*”. IFCH-UNICAMP, 1989; “O movimento republicano em Pernambuco”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 49. 1977.

⁹ “Ilmo Sr.. Tenho a honra de pedir-lhe um lugar na sua lista de deputados para o meu humilde nome. Pernambucano de origem, sou-o também de coração. Obrigado pela necessidade da carreira que adotei a viver fora de Pernambuco, ainda não senti afrouxar um só dos laços que me prendem a essa terra querida. Foi a nossa província que abriu a meu pai as portas do parlamento. Se tiver a honra de receber o mesmo mandato que ele, não poderei desempenhá-lo com o mesmo brilho, mas hei de inspirar-me sempre no seu espírito. Escuso neste momento de tomar qualquer outro compromisso com o partido e com o País, sendo ainda tão recente a minha grande perda”. Embora datada de 7 de agosto, quando Nabuco ainda não havia aportado ao Recife, o recado só veio a público no dia 22.apud GOUVEIA, F.C- Joaquim Nabuco. p. 96..

práticas que posteriormente denominaria as “*finanças da escravidão*”, então referidas como “*falácias econômicas ruinosas*”:

*“As condições do país, e sobretudo as do Nordeste, nunca foram mais críticas. Nós temos que fundar o governo do país pelo país para substituir o governo pessoal, que não é praticamente senão a falta de eleições verdadeiras: temos que salvar o nosso crédito do déficit que o ameaça, procurar o aumento da nossa renda, o desenvolvimento da lavoura, mas livrando o país de todas as falácias econômicas ruinosas que pretendem enriquecê-lo depressa, dar-lhe dinheiro de graça e à fartura que são em toda parte a bancarrota a curto prazo; temos enfim que aumentar em todas as classes o sentimento enfraquecido da nossa nacionalidade e despertar o amor da vida pública entre os mais diretamente interessados na sorte do país.”*¹⁰

E, dificultando ainda mais a aceitação do recém chegado, colocavam-se, além de sua origem e intervenções inusitadas, suas ligações com a Legação Brasileira em Londres, pois Nabuco ainda preservava seu cargo de Adido junto a esta instituição¹¹ e sua admiração pela Inglaterra e seus hábitos “*ingleses*”, comportamentos que municiaram fartamente as sátiras dos jornais da oposição, e mesmo dos liberais¹². A violência destas sátiras lançadas contra os hábitos do jovem candidato provavelmente se respaldava em problemas de relacionamento entre os senhores de engenho pernambucanos e os ingleses no passado e no presente. Do passado vinham as lembranças da severa

¹⁰ **Jornal do Recife**, 3 e 4 de setembro de 1878. apud **Idem**, *ibidem*, p. 111.

¹¹ Tanto que continuou prestando contas, através de correspondência regular, a seu chefe na legação, o barão de Penedo, embaixador do Império em Londres. NABUCO, J.- **Cartas a Amigos**.

¹² A imprensa adversária não deu trégua às “extravagâncias” do jovem candidato, rememorando antigos apelidos e conferindo novos, a exemplo de “*Quincas o belo*”, “*inglês*”, “*ilustre pimpolho*”. O **Tempo**, folha conservadora, saudou-o logo à chegada em 19/8/1878: “**Quincas, o belo**, o formoso, / Rapaz da moda, elegante, / Veio de terra distante / Uma eleição pleitear... / Saltou de calças bem largas / Pulseira d’ouro no braço, / Bengala de castão d’aço / e um croisé de arrastar! / diz ele que é praxe agora / Um candidato à geral / aparecer – figurino - / ante o corpo eleitoral... / Tem razão: ele que nunca / foi do eleitor conhecido / É preciso ser vestido / De maneira sem igual!... / Ah! Mas p’ra que esse disfarce, / se na sua opinião / Diz ser que é bom pernambucano / de nascença e coração?”. Uma pequena folha apresentada neste pleito, **A Tempestade**, no seu n. 1, lançado no dia da eleição, 5 de setembro, publicou versos ironizando a figura de Nabuco, intituladas “*O Filhote e o Povo*”: “Nascido p’ra qualquer coisa / P’ra viver na ilusão, / O Nabuco dentro d’alma / sente os vermes d’ambição! Chegando prazo infeliz / D’eleições, eis que lhe diz / Do orgulho a grande soma - / Vai, meu ilustre Nabuco, / Às plagas de Pernambuco / e traz de lá teu diploma / Vestido ainda de preto / Qual um abutre agoureiro / O candidato já sonha / C’um porvir altaneiro / alimentando esta idéia, / Já ele visa a Assembléia, / Já a pasta e chapéus armado / E as glórias da nobre casta / E a sua facúndia vasta / Lhe apontam o Senado / .O **Clarim**, pasquim da oposição conservadora, não deu tréguas durante a campanha eleitoral publicando insistentes versos satíricos. A 28 de setembro, no final da apuração, publicou: Nabuquinho está contente / Porque sempre conseguiu / Falando inglês tão-somente / Em qualquer parte ond’está, / qual **lord Matracoa** / **Nabuquinho está contente** / E conversa alegremente / Como assim nunca se viu, / Pois o prazer que sentiu, / quando viu-se deputado, / Fê-lo todo demudado / **Porque sempre conseguiu**”. GOUVEIA, F. C.- **Joaquim Nabuco**..., p. 95; 113-114.

intervenção contra o tráfico, que na província resultara em episódios desagradáveis¹³. E, no presente, colocava-se uma polêmica em torno do desempenho insatisfatório das companhias britânicas de estradas de ferro, e das concessões franqueadas a companhias de acionistas estrangeiros, francesas e inglesas, para a construção de engenhos centrais na província. Tais concessões – uma das soluções encontradas pelo governo imperial para resolver a “crise da lavoura” na província – havia desagradado aos senhores de engenho, tanto àqueles que pretendiam desenvolver este projeto como iniciativa individual quanto aos proprietários mais modestos que pensavam construir estas fábricas como cooperativas de fornecedores de cana.¹⁴ Entretanto, apesar de todas as restrições à candidatura de Nabuco, a fidelidade partidária e o sistema de eleições comandado pelo partido no poder na província e na Corte garantiram a aprovação do “intruso”, que, com votos das bases eleitorais de Vila Bela no interior, obteve o último lugar da deputação provincial.¹⁵

¹³ A proibição do tráfico decretada em 1850, cobrada e vigiada pela Inglaterra e defendida severamente por Nabuco de Araújo, então ministro da justiça do gabinete Paraná, resultou num incidente político que antipatizou o ministro e as lideranças do partido conservador em Pernambuco. Em 1854, o ministro insistiu na punição exemplar dos envolvidos no desembarque clandestino de escravos em Serinhaém, antigos correligionários na luta contra a Praia. Desde então, o pai do jovem candidato, fizera inimizades entre os conservadores. NABUCO, J.- *Um Estadista*, v. 1 p.169-175. MARSON, J. A.. – *O Império do Progresso*. p. 448-449

¹⁴ A lei 2687 de 6 de novembro de 1875 permitiu concessões a proprietários nacionais e companhias de acionistas estrangeiros (que mobilizassem capitais na Europa) para a construção de engenhos centrais no Brasil. Entre 1876 e 1879, três companhias estrangeiras obtiveram concessões: a Keller Co (suíça); a Fives Lille (francesa) – que, em 1876, haviam se proposto a construir em Pernambuco fábricas semelhantes aquelas que já funcionavam em Martinica e Guadalupe; e a Brazilian Sugar Factories Ltd (inglesa). Todavia, tais propostas ainda não haviam se concretizado, por falta de capital ou por boicote dos agricultores e da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, que, em contrapartida, reivindicavam do governo financiamentos para reformularem tecnicamente seus engenhos. Lei 2687 – Decreto Legislativo – 6/11/1875. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. 1875. Tomo XXIV, partes 1 e 2. Rio, Tip. Nacional, 1876. Parte 1: Atos do Poder Legislativo, p. 187-191. EISENBERG, P.- *Modernização*. p. 11-116. GRAHAM, R.- *Ob. Cit.* p. 157-160; WANDERLEY, M. Nazaré B.- *Ob. Cit.* p. 43-45; RAMOS, Pedro – *Ob. Cit.* p. 57-59; MELO, E.C.- “A açúcarocracia pernambucana e os engenhos centrais”. IN: *Ob. Cit.* p. 160.

¹⁵ Na região do Recife, Nabuco obteve apenas 58 dos 992 votos que somaria no final do escrutínio. A província era administrada neste momento pelo liberal Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda. O descontentamento dentro do partido pelo que se passou em Pernambuco nestas eleições continuou a manifestar-se após a finalização do pleito, conforme se pode depreender do comentário estampado na revista *América Ilustrada*: “por uma injustiça clamorosa, por uma ingratidão indesculpável, por uma torpeza, enfim, o Diretório Liberal excluiu da chapa oficial dois caracteres distintos, que se recomendam por seu talento, seus serviços, sua isenção de caráter e sua dedicação à causa da liberdade. O Deão Faria e o Dr. Aprígio Guimarães foram anatematizados, porque era preciso encartar-se uns filhotes, como o Dr. Joaquim Nabuco et reliqua. O futuro há de exigir severas contas daqueles que concorreram para exclusão odiosa destes dois caracteres distintos”. “A chapa dos Deputados”. Recife, 15.9.1878. *Apud* GOUVEIA, F.C.- *Joaquim Nabuco* p. 114-115.

As dissonâncias com as bases eleitorais do partido liberal em Pernambuco se adensariam justamente com a participação do deputado no Parlamento nos dois anos seguintes. Contrastando com a humildade demonstrada na campanha, Nabuco decidiu, retomando os temas da reforma consignados no Manifesto Liberal de 1868 – liberdade religiosa, reforma eleitoral e emancipação escrava - demonstrar ao gabinete Sinimbu o “*verdadeiro*” significado do liberalismo. Dessa forma, numa atitude de inteira independência em relação ao partido, compromissada com “*o futuro*”, passou a questionar o gabinete alegando que via “*uma situação liberal, um partido liberal, homens liberais, mas não vejo idéias liberais*” o que representava um desafio a seus eleitores, especialmente no que dizia respeito ao encaminhamento da emancipação escrava. Com este objetivo, fez cerrada oposição às orientações do “moderado” gabinete Sinimbu em todas as proposições que foram discutidas: a inelegibilidade dos acatólicos, a venda dos bens dos conventos, a secularização dos cemitérios e, principalmente, a política de aproximação com a China, medida que interpretou como uma passo na concretização da imigração asiática e, com ela, do prolongamento da escravidão e do “*feudalismo territorial*”.¹⁶ Embora a questão do “*elemento servil*” não tenha sido um tema especificamente colocado em pauta para discussão neste período, Nabuco - percebendo a ressonância da questão mesmo entre alguns conservadores, a exemplo do deputado baiano Jerônimo Sodré, primeira voz a tocar no assunto - o fez emergir no debate de quase todos os outros itens tratados. Então, passou a cobrar a execução dos objetivos e dos prazos prescritos na lei de 28 de setembro – da qual se colocou como “*advogado e procurador*” - e o apressamento do fim da escravidão¹⁷. Este empenho ensejou a Nabuco a oportunidade de constatar a sensibilidade de um pequeno, mas combativo grupo de deputados, de todos os partidos, para a proposta de um

¹⁶ Nabuco investiu insistentemente contra a vinda de *chins*, defendida por Sinimbu, e contra as indicações feitas pelo Congresso Agrícola realizado em 1878 pelas províncias do sul, para o qual os agricultores do norte não haviam sido convidados. Nesta crítica, contava com o apoio de todos os agricultores pernambucanos, conforme verificaremos mais adiante. Entretanto, a divergência principal e irredutível para ambas as partes estava na defesa do apressamento da abolição da escravidão. Ver **Discursos Parlamentares. 1879-1889**. S. Paulo, IPÊ, 1949, especialmente os discursos proferidos em 22/3 e 3/9 de 1879, p.6-27;60-67. Sobre as decisões do Congresso do sul: EISENBERG, P.- “A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878” IN: LAPA, José R. do Amaral (org.) – **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980.p.167-194.

¹⁷ “Senhores, a lei de 28 de setembro será perante a história a glória deste reinado; mas a lei de 28 de setembro não é tão grande por ter declarado livre o ventre escravo(...)como por ter feito da escravidão, que era um direito, um fato. Quando todas as coragens paravam, hesitantes, diante desse monumento(...) quando a escravidão era inviolável, sagrada(...) foi o grande efeito da lei de 28 de setembro reduzi-la a um fato, pedir-lhe os títulos e marcar-lhe um fim inevitável(...)O partido liberal, senhores, não se contenta todo com a lei de 28 de setembro, que é uma lei feita pelos conservadores, ainda que fosse de inspiração liberal.(...)Hoje, essa lei não nos basta. Nesse terreno, senhores, é preciso avançar ou recuar: não se pode ficar parado” **Discursos Parlamentares**. Discurso de 8.10.1879, p.79-80.

apressamento da emancipação dos escravos, questão capaz de desorganizar todos os grupos políticos. Surgia, então, a oportunidade de (re)criar um dos temas mais significativos do programa liberal na década de 1860 e, com ele, “regenerar” o lugar de comando que o partido assumira no passado, lugar ocupado pelos conservadores a partir da gestão Rio Branco, justamente pela apropriação e implementação da lei de libertação do ventre. Valendo-se de seu domínio da oratória - habilidade que o transformaria no líder deste grupo na Câmara e seu mais proeminente orador, em suas falas Nabuco lembraria recorrentemente as experiências dos impérios britânico e romano, e já delinearía imagens depois incluídas n’ *O Abolicionismo*. Nesta referência, a Inglaterra é sempre o exemplo que o Império deveria espelhar.¹⁸

No ano seguinte, já na gestão do Gabinete Saraiva, Nabuco, contando com o apoio da pequena bancada de parlamentares emancipacionistas, tentou colocar o tema em pauta, sempre perseguindo a idéia de que era preciso apressar a emancipação. Dessa maneira, insistiu num assunto desconfortável para o Chefe do Gabinete que, diante das resistências internas do próprio partido, cautelosamente privilegiara a reforma eleitoral à servil, declarando “*não cogitar*” sobre o encaminhamento da emancipação escrava. Apesar de externar sua solidariedade a Saraiva - inclusive transigindo sua opinião na questão sobre a reforma eleitoral - o desafiaria, não apenas retomando o tema como, também, solicitando urgência, na sua discussão¹⁹. Em agosto de 1880,

¹⁸ A menção das experiências britânica e romana apareceria por exemplo nos discursos proferidos em 1879 sobre o orçamento da agricultura (22/3) e sobre a reforma eleitoral (29/4). *Idem, ibidem*, p.13,20, 49. O desempenho de Nabuco como orador na defesa das reformas necessárias à monarquia e da abolição da escravidão reproduz muito da atuação de Tomas Macaulay no Parlamento Britânico nas décadas de 1830 e 1840. GAY, P.- *Ob. Cit.* p.100-103. Todavia, nas imagens projetadas sobre a Inglaterra não houve espaço para as questões sociais ali vivenciadas como, por exemplo, o desemprego - presente desde o início do século e crítico nos momentos de crise econômica. HIMMELFARB, G.- *Ob. Cit.*; HOBBSAWM, E.- *A Era do Capital. 1948-1875*. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1977, cap. 2; THOMPSON, E. P. - *Formação da Classe operária; e Tradição, Revuelta e Consciencia de Clase*; BRESCIANI, M.S. - *Londres e Paris no século XIX*, p. 7-110.

¹⁹ Ao inaugurar-se a gestão Saraiva em maio de 1880, Nabuco hipotecou-lhe apoio e, cumprindo este acordo, alterou sensivelmente sua opinião sobre a reforma eleitoral, deixando de lado a defesa da eleição direta com voto universal feita no ano anterior, para dar apoio à eleição direta com voto censitário. Em contrapartida, assim que se apresentou uma oportunidade, Nabuco se pronunciou: “com a maior franqueza eu devo desde já anunciar o solene compromisso que tenho de, enquanto ocupar um lugar na representação nacional, procurar por todos os meios apressar a hora da emancipação dos escravos(...) Quis e quero não deixar a escravidão exceder a raia de 1890(...) É possível que os vivos não me acompanhem mas acompanham-me os mortos. Acompanham-me o marques de S. Vicente, o visconde de Souza Franco e meu pai”. Diante desta declaração, e da pressão conservadora, expressa na oposição do deputado Martinho de Campos, Saraiva admitiria que o governo “*não cogitava*” em assumir a reivindicação dos emancipacionistas. Dias depois, Nabuco respondeu: (...) Não quero também que S.Ex. responda por aquilo que não pode fazer, mas assim como o nobre Presidente do Conselho está no seu papel de governo dizendo: o governo por ora não cogita dessa idéia, eu também estou no meu papel liberal

apresentaria um projeto inspirado em experiências internacionais diversas, pois combinou a indenização dos proprietários - na forma praticada pela Inglaterra e pela França - com a recente decisão espanhola para Cuba, de marcar um prazo para a finalização do cativeiro²⁰. Desse modo, estabelecia a emancipação com indenização, a proibição do comércio de escravos e, incorporando um princípio abolicionista, previa um prazo final, o ano de 1890, para a abolição da escravidão.²¹

O projeto e a atuação na Câmara abriram para Nabuco perspectivas políticas independentes do complicado apadrinhamento do partido liberal de Pernambuco. Permitiram que reforçasse suas ligações com outros emancipacionistas liberais e republicanos no Parlamento – como José Mariano, Adolfo de Barros, Sancho Barros Pimentel, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva, Gusmão Lobo e Joaquim Serra – e se aproximasse de líderes abolicionistas que atuavam na imprensa da Corte– André Rebouças e José do Patrocínio - além membros do partido conservador simpatizantes da abolição como Affonso Taunay e Henrique Beaurepaire-Rohan²², contatos que o estimularam a fundar a 7 de setembro de 1880, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão²³. A montagem de uma associação preocupada em organizar um movimento de amplas dimensões fora do Parlamento, parece ter-se fundamentado em algumas evidências que, por um lado, cobraram uma iniciativa deste teor e, por outro, sinalizaram com possibilidades de sucesso.

promovendo dentro do partido a formação de uma consciência emancipadora. (...) (...) sessão de 18/5/1880. NABUCO, J. **Discursos Parlamentares**. p.28-38; 85-100. NABUCO, Carolina – **A vida de Joaquim Nabuco**, p.95,98.

²⁰ A Inglaterra em 1833-34 e a França em 1848 haviam decidido pela abolição com diferentes modalidades de indenização e a prática do "patronato", um período de "preparação para a liberdade" de tutela dos senhores sobre os ex-escravos; a Espanha, em lei de janeiro de 1880, decidira pela emancipação datada sem indenização, para oito anos após a lei, período em que os escravos continuariam prestando serviços a seus proprietários. TEMPERLEY, H.- **Ob. Cit.** cap. 2 p.19-41 ; COSTA, E. V. – **Coroas**, p. 409; COCHIN, A.- **Ob. Cit.** p. 125-135; SCOTT, Rebeca J. – **Emancipação Escrava em Cuba. A transição para o trabalho livre – 1860-1899**. R. de Janeiro/Paz e Terra; Campinas/Ed. da UNICAMP, p. Cap. V, p. 125-135.

²¹ NABUCO, J.- **Discursos Parlamentares**, de 24/8 a 4/9 de 1880. p. 119-156.

²² NABUCO, J.- **Minha Formação**, p. cap. 21, **A Abolição**, p. 193-208; NABUCO, C.- **Ob.Cit.** cap. 3. **passim**.

²³ Informa-nos R. Conrad que a Sociedade fundada por Nabuco, e seu mensário **O Abolicionista**, veio atuar ao lado de outros grupos abolicionistas, a Associação Central Emancipadora (de José do Patrocínio e Nicolau Moreira) e do grupo organizado por José Ferreira de Menezes em torno do jornal **Gazeta da Tarde**. Embora tenha incorporado nos textos de imprensa muitos dos argumentos de seus companheiros na campanha contra a escravidão (a exemplo da expressão "*A escravidão é um roubo*", emprestada de Patrocínio, que por sua vez se inspirara em Proudhon) a associação dirigida por Nabuco teve atuação mais restrita e moderada, preocupando-se com o trabalho parlamentar e a divulgação internacional. CONRAD, R.- **Ob. Cit.**, cap. 10.(**Ação e reação: Os Abolicionistas**), p. 185-199. Em **Minha Formação**, Nabuco menciona o trabalho conjunto das duas "igrejas" abolicionistas, a sua "igreja moderada", da qual faziam parte André Rebouças Joaquim Serra, Barros Pimentel, Gusmão Lobo, Rui Barbosa, e a "igreja em frente", revolucionária, na qual integra José do Patrocínio, Ferreira de Menezes, Nicolau Moreira, e João Clapp. p. 196-198; 207-208.

Nesse sentido, depois da decisão cubana de suprimir o cativo em janeiro de 1888, o Brasil tornara-se o único país a manter a escravidão sem um prazo definido para aboli-la. Havia, também, demonstração suficiente do apoio ao abolicionismo entre profissionais liberais urbanos. E mais, havia uma movimentação popular –já presenciada em janeiro de 1880 no Motim do Vintém – que se administrada com eficiência, assim como contribuíra para a derrubada do Gabinete Sinimbu, poderia respaldar e potencializar o projeto de emancipação²⁴. Além disso, estabelecera-se um contato entre Nabuco e o movimento abolicionista internacional através da British and Foreign Anti-Slavery Society,²⁵ que passou a promover o abolicionismo no Brasil apoiando Nabuco na viagem por ele realizada à Europa entre dezembro de 1880 e maio de 1881, antes mesmo do término do ano parlamentar.²⁶

Toda esta movimentação tornou muito problemática uma candidatura pelo partido liberal de Pernambuco nas eleições de 31 de outubro de 1881, realizadas em virtude da dissolução da Câmara

²⁴ A “revolta do vintém” eclodiu em função de uma medida impopular que estabeleceu um imposto sobre o transporte urbano, tomada pelo Gabinete para atenuar dificuldades orçamentárias. Durante alguns dias a capital assistiu confrontos entre manifestantes, e a polícia, sendo os primeiros liderados pelo político republicano Lopes Trovão. Uma comissão parlamentar, integrada por deputados e senadores liberais e republicanos - Silveira da Motta, Almeida Rosa, Antonio Marcelino Nunes Gonçalves, Leôncio de Carvalho, Baptista Pereira, Saldanha Marinho, e Joaquim Nabuco - interveio atuando como negociadora entre os manifestantes e o governo. Estas ocorrências foram utilizadas como argumento na crítica da oposição à política do Gabinete e terminaram provocando a queda de Sinimbu e demonstrando o potencial político dos movimentos populares na Corte. GRAHAM, Sandra L.- “O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro em 1880. *Revista Brasileira de História*. 10(20):211-232, mar.ag.1991; COSTA, Emília V. – *Da Senzala à Colônia*. p. 418-420; CONRAD, R.- Ob. Cit. p. 185-189.

²⁵ A aproximação parece ter acontecido por iniciativa da própria associação anti-escravista britânica, quando parabenizou Nabuco pela denúncia feita contra a empresa de mineração inglesa S. João d'El rey Mining Company, pelo fato dela ter ignorado cláusulas do contrato de arrendamento de escravos, feito pela companhia em 1845. Pelo acerto, os maiores de 21 anos deveriam ser libertados dentro de 14 anos e os menores ao completarem 21. Nabuco denunciara o abuso em discursos proferidos a 26/8 e 30/9 de 1879 e movera, juntamente com outros abolicionistas, um processo contra a companhia exigindo a liberdade dos escravos envolvidos e o pagamento dos salários atrasados. Felicitado pela Anti-Slavery, enviou carta em resposta a 8/4/1880, passando a partir de então a manter correspondência ou contatos regulares até 1888. NABUCO, J.- *Discursos Parlamentares; Cartas aos Abolicionistas Ingleses*. Org. e apresentação de José Thomaz Nabuco. Recife, Fundaj/Ed. Massangana, 1985. p. 43-81.

²⁶ Nesta viagem, esteve em Portugal, Espanha e Inglaterra, onde foi recebido com honras pelas sociedades anti-escravistas sediadas em Lisboa e Madri. Nabuco comentou seu engajamento na causa abolicionista, o sucesso da empreitada e explicitou os objetivos da viagem nas cartas ao barão de Penedo, de janeiro a março de 1881 e na Terceira Conferência proferida no Teatro S. Isabel do Recife, em 16.11, quando da campanha eleitoral de 1884. Neste último momento, relatou toda sua atuação no Parlamento nos anos de 1879 e 1880, defendendo-se da acusação de traição ao partido liberal e inimigo do país devido às suas ligações com o movimento abolicionista internacional. NABUCO, J.- *Cartas* p.40-45 ; *Conferências*, p.314-330. NABUCO, Carolina – *A Vida de Joaquim Nabuco*, p.133-138.

em maio daquele ano. Então, possivelmente contando com a projeção obtida em sua atuação parlamentar e com a fundação da Sociedade, e esperando eleger-se com o apoio dos abolicionistas do Rio de Janeiro, Nabuco candidatou-se pelo 2º Distrito da Corte, mas, sem êxito.²⁷ Deste pleito, já regulamentado pelas normas da reforma eleitoral aprovada na gestão Saraiva, e dos escrutínios que aconteceriam nos anos seguintes, resultariam - para surpresa daqueles que a haviam implantado - Câmaras estreitamente comprometidas com a emancipação gradual, fato que marcaria o refluxo (entre 1881 e 1886) do movimento abolicionista, como que a sinalizar que a escravidão certamente avalizava os direitos do novo eleitorado²⁸. Este desfecho eleitoral levaria Nabuco a um "exílio voluntário" em Londres onde, pela insistentemente solicitada intercessão do barão de Penedo, assumiu várias atividades. Tornou-se correspondente do **Jornal do Comércio** do Rio de Janeiro; escreveu para o **La Razón** de Montevidéu e, para completar o insuficiente rendimento de 80 libras mensais que recebia por seu trabalho de jornalista, dada sua familiaridade com a legislação brasileira, prestou assistência jurídica a companhias inglesas que se estabeleciam em Pernambuco para instalar engenhos centrais, cujos contratos haviam sido intermediados pelo barão de Penedo²⁹. Nessa última atividade, que lhe rendia, segundo Carolina Nabuco, aproximadamente, mais 25 a 30

²⁷ O candidato estava ciente das dificuldades para uma reeleição, tanto por Pernambuco quanto pela Corte, temores várias vezes mencionados a Penedo, entre junho e setembro, e confirmados em outubro em 1881. A incerteza de sua situação, e a necessidade de encontrar um outro meio de subsistência, uma vez que a opção pelo apressamento da emancipação cobrara a demissão do cargo diplomático e dificultava o exercício da advocacia no Rio de Janeiro, levaram Nabuco a comentar com o amigo e ex-chefe sobre seu desejo de trabalhar como advogado em empresas inglesas na própria Inglaterra, ou na Austrália e Nova Zelândia. E a preveni-lo de que iria precisar contar com a influência do embaixador para obter a almejada colocação. "O que me faria grande prazer era ter um interesse permanente e fixo em Londres por forma a ter de lá voltar sempre. A minha ambição não é grande, mas é inútil dizer-lhe que nada abaixo de 70 libras por mês me serviria, o que não lhe parecerá excessivo". NABUCO, J.- **Cartas**, p. 47-57.

²⁸ "Ao instituir a eleição direta, a lei Saraiva a restringe aos que já são eleitores, ou seja, possuem a referida renda líquida de 200\$000. Assim, uma enorme massa (a dos votantes) sem a capacidade econômica requerida para integrar o corpo de eleitores é simplesmente excluída do processo eleitoral, sob a alegação de sua escassa independência. Além disso, era estabelecido o círculo de um deputado.(...)como resultado da consulta eleitoral feita em seguida da lei Saraiva, emergiu um quadro de permanente instabilidade parlamentar, com deputados governistas dissidentes tendendo a unir-se à minoria adversária(...)". BEIGUELMAN, P. - **Joaquim Nabuco...** p. 21; e **Formação Política do Brasil**, vol. 1, p.127; BRUNO, F.V. ed.- **O Parlamento e a evolução nacional**, v. 6, p. 168-69; COSTA, E.- **A Legislação Eleitoral Brasileira**, p. 37-53.

²⁹ Dadas suas ligações com os Rothschilds - era amigo pessoal do barão Natan de Rothschild, um frequentador assíduo de Grosvenor Gardens, endereço da Legação Brasileira em Londres e residência do embaixador - Penedo foi o intermediário na negociação de seis empréstimos para o governo imperial junto a banqueiros ingleses, e na instalação de empresas de várias modalidades, desde bancos até estradas de ferro e engenhos centrais em várias províncias, pelas quais obteve comissões que somaram 200 mil libras esterlinas. Considerando a rede de relações de Penedo, entende-se a insistência de Nabuco em solicitar a sua ajuda na busca de trabalho. GRAHAM, R.- **Ob.Cit.** p156-157.; MENDONÇA, R.- **Ob. Cit.** 289-304.NABUCO, J.- **Cartas**, p.47-57.

libras mensais, prestou atendimento à Central Sugar Factories, firma britânica que tinha fábricas de açúcar no Egito e que agora também investia na província. Neste período de permanência na Inglaterra, ainda realizaria pesquisas no Museu Britânico para o livro **O Abolicionismo**, publicado em Londres em 1883, texto que preparou a argumentação da campanha eleitoral de 1884.

Entretanto, a idéia de “exílio” divulgada pelos biógrafos³⁰ não tem respaldo nas cartas escritas por Nabuco entre abril e dezembro de 1878³¹. Nelas o missivista comenta que se considerava deslocado na política e que seu desejo era estabelecer - se em Londres para desenvolver atividades ligadas ao jornalismo, à advocacia, e à produção de livros. A derrota eleitoral de 1881 viria, portanto, confirmar a possibilidade de retornar à Inglaterra, embora, neste outro momento, possivelmente devido ao envolvimento com o abolicionismo, Nabuco já tivesse modificado um pouco a opinião desencantada sobre a política e preferisse, caso fosse possível, permanecer na Corte. Em carta a Penedo datada de 8 de junho de 1881, comentou:

*“Incerto é o resultado da eleição, devo pensar no que hei de fazer se não for eleito, e tenho pensado seriamente em ir estabelecer-me em Londres. Os motivos que tenho para não ficar no país, no caso de uma derrota eleitoral, são muito fortes, e os que tenho para não aceitar cargo ou comissão do governo, pelo menos por agora, são óbvios. Sendo assim, eu iria para Londres por minha conta e risco procurar a vida. Suponho que se eu abrisse um escritório de advocacia tanto para informação sobre a legislação brasileira como para ocasionalmente tratar em Londres de questões do Brasil, e se tivesse o seu apoio e o seu auxílio - além do de seus amigos e das companhias aí estabelecidas - faria para viver, ocupando-me ao mesmo tempo de outros objetos, como as consultas e a vida de meu Pai e a impressão de dois ou três livros que tenho em mente, sem falar num jornal que eu poderia fundar para o Brasil - útil a todas as classes”.*³²

A decisão de não depender do governo seria reiterada em carta de 21 de junho, ao saber do encargo obtido por Penedo para atuar como correspondente do **Jornal do Commercio**: *“Depois da atitude que tomei na Câmara a respeito da emancipação e da relação em que me acho colocado para com essa reforma não poderia aceitar emprego público - sem perder minha liberdade de ação. (...)”*. Porém, Nabuco não parece ter encarado a ida para a Europa como um “exílio”, pelo menos no momento da partida. Em carta a seu amigo Barros Pimentel datada de 8/11/1881, comentou:

“A minha única aspiração pessoal, eu viver em Londres, independente, por uma longa série de anos vai ser realizada em breve.(...) Dizem que vou ser correspondente do jornal do Commercio. Suponho que é exato. Sem dependência do governo - livre quanto posso sê-lo - viverei feliz e

³⁰ NABUCO, C.- **Ob.Cit.** p. 149; GOUVEIA, F.C.- **Joaquim Nabuco...** p. 120-140, **passim**.

³¹ NABUCO, J.- **Cartas**, p. 22-29.

³² **Idem**, **ibidem**, p. 47-48.

*esquecido na sociedade que mais aprecio, na cidade que é o centro político do mundo(...) no estudo da marcha dos povos e da circulação dos capitais, como ofício, e as letras e artes como distração. Decididamente não fui feito para o que chamam entre nós política(...)*³³

A partir de agora, fazendo o contraponto entre as falas de Nabuco e do engenheiro Milet, procuraremos esclarecer melhor as resistências externadas pelos eleitores da província às proposições de Nabuco - tanto no pleito de 1878 quanto nos seguintes de 1884, 85, 86 e 87 - e as possíveis ressonâncias de seu projeto nos partidos pernambucanos. E, também, interrogar as imagens por ele divulgadas sobre as “*finanças da escravidão*” e a “*casta de senhores*” responsáveis pelo “*feudalismo territorial*”. Enquanto Nabuco, recorrendo a figuras de retórica, delineou a sociedade monárquica a partir do argumento feudalismo/*latifúndia*/*servidão*/*escravidão*, Milet, profundamente envolvido com questões práticas colocadas pela produção açucareira, questionaria este esquema. Preocupado em esclarecer as origens e buscar soluções para a “*crise*” enfrentada pela lavoura nas províncias do norte, especialmente pelos plantadores de algodão e modestos senhores de bangüês, embora confirmando a especificidade do Brasil e os problemas decorrentes da herança da escravidão, recusaria as configurações presentes n’ **O Abolicionismo** e nas **Conferências**. Seu depoimento demonstra a “*revolução social*” por que passava a província, decorrente da política financeira de orientação metalista desenvolvida pelos gabinetes conservadores entre 1868 e 1875, e das transformações resultantes da Lei de 28 de setembro de 1871, que juntas haviam desorganizado o trabalho e exaurido o crédito, especialmente para os agricultores de poucos recursos. Exprime, além disso a batalha travada em torno da fundação dos engenhos centrais, que instalou uma intensa competição entre os senhores de engenho, fragmentando os interesses desta classe e antagonizando, grandes e pequenos; a complexidade da escravidão; o estreito envolvimento dos produtores de açúcar com uma competitiva economia internacional; e as perdas que o projeto abolicionista, em sua defesa do *laissez-faire*, do metalismo, da não intervenção do Estado e da abolição imediata do “*monopólio*” da escravidão sem indenização, significaria para contingentes significativos da sociedade pernambucana.

Com este objetivo, vamos explorar agora a polêmica sobre a “*crise da lavoura*” no Império desenvolvida pelo engenheiro e senhor de engenho em defesa dos bangüês mais modestos,

³³ *Idem, ibidem*, p. 60-61.

discussão continuamente retomada e enriquecida, à medida que seus interlocutores se ampliaram. Milet polemizou inicialmente com gestões conservadoras do governo imperial - em artigos publicados, em 1875 e 1876, no *Jornal do Recife*, debatendo a revolta do *Quebra Quilos* e o *Parecer* de 1874 elaborado por uma Comissão Parlamentar designada no final da gestão Rio Branco para sistematizar solicitações levantadas junto aos agricultores. Em seguida, discutiu, ainda em 1876, com outros proprietários da província de Pernambuco, no mesmo jornal, discussão reafirmada no Congresso Agrícola do Recife, realizado em 1878. E, ainda, apresentou suas considerações sobre a crise econômica que atingia as grandes “nações manufadoras” e os “países fracos” perante economistas europeus, no Congresso do Havre, em 1877, onde apresentou uma *Memória* cujo conteúdo questionava a eficácia das práticas da ortodoxia liberal, em especial do *free trade*, para as economias das nações mais “fracas”.

Dessa maneira, entendemos os escritos de Milet como peças argumentativas representativas da opinião e das reivindicações de pequenos investidores, agricultores e senhores de engenho de modestos recursos que, naquele momento, entre 1868-1878, conforme veremos, não dispunham de representação no Parlamento, situação que a Lei Saraiva viria reverter, em parte, a partir de 1881. Assim, seus artigos integraram um embate decisivo com emissários da Câmara, com financistas e outros proprietários, e mesmo com o projeto de Nabuco. Nesse embate, o engenheiro e o segmento de proprietários que representava³⁴ saíam derrotados, desfecho que a hegemonia dos engenhos centrais e das usinas sobre a produção de açúcar – estabelecidos como iniciativa individual ou companhias de investidores - viria evidenciar. Seus textos, depois reunidos em livros, desenharam

³⁴ Em pronunciamento feito a 3.10.1880, o deputado provincial Morais Pinheiro estimou a população de Pernambuco em 844.000 habitantes dos quais 90.000 eram escravos e 252.000 livres urbanos (de 14 cidades). Dentre a população livre, 2.500 eram grandes proprietários (agrícolas e pastoris); 7000 eram pequenos proprietários e 20.000 eram “proletários”. *Anais da Assembléia Provincial*, Recife, Typ. Universal, 1882. *O Diário de Pernambuco*, folha conservadora e porta-voz dos proprietários de maiores posses, avalia a classe de senhores de engenho em 2000 produtores, certamente excluindo os senhores das empresas menores, pejorativamente chamadas de “engenhocas”. “*Sucinta notícia sobre a indústria da Província de Pernambuco, organizada com o fim de completar a informação das riquezas exploradas e peculiares à Província, pela Comissão agenciadora de produtos para a Exposição Brasileiro-Alemã no Rio Grande do Sul em 1881*”, *Diário de Pernambuco* de 6 a 20 de outubro de 1881. apud MELO, José Gonçalves de – *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste*. Vol. 1, p. 85. Peter Eisenberg relaciona, para 1873, 1500 proprietários de engenho, possivelmente, inspirado nos dados do *Diário de Pernambuco*. O autor estima que na região de Escada, área privilegiada da mata úmida e onde se localizavam os engenhos mais poderosos, “(...) os engenhos com menos de 3 mil hectares constituíam 85% das propriedades canavieiras, mas compreendiam apenas 30% das terras cultiváveis. Assim (...) o tamanho mediano dos engenhos(...) não passava de 995 hectares(...) Bem menores eram outros 55 sítios produtores de gêneros alimentícios, que não iam além de 350 hectares cada um.” Muitos destes últimos se tornariam engenhos até a

um projeto político em favor de uma “*classe média*”, que fracassou, em decorrência, também, do sucesso das proposições abolicionistas. Embora ambos, Nabuco e Milet, estivessem, aparentemente empenhados neste mesmo objetivo, na consolidação de uma “*classe média*” sustentáculo de uma monarquia forte e moralizada, seus projetos não só diferiam como se excluía. Enquanto Nabuco estabeleceu que constitua uma categoria social a ser criada a partir da quebra do “*monopólio da escravidão*” e do desmantelamento de uma genérica “*propriedade territorial*” e uma “*casta de senhores*”, fortalecida pela escravidão e inexpugnável em seus feudos, verdadeiros “*ergástulos agrários*”, Milet sustentaria que os prováveis integrantes desta “*classe média*”, em certa medida embrionária, precisavam, no presente, do amparo do Estado na preservação de um patrimônio já amealhado, e de medidas políticas e econômicas diversas, quando não opostas, àquelas contidas no projeto abolicionista que se delinearia poucos anos depois.

Meu entendimento da obra de Milet destoa da leitura feita por Gadiel Perruci e Evaldo Cabral de Melo³⁵, autores que também estudaram os escritos do engenheiro. Eles os compreendem como representativos de uma elite proprietária uníssona filiada ao partido conservador, que Perruci designa “barões do açúcar”, classe que no Congresso Agrícola do Recife de 1878 teria vivido seu “canto de cisne”; e Melo chama “açucarocracia”, um segmento de produtores que, desde 1850, atuou num contínuo embate com a política imperial gerenciada segundo os interesses dos cafeicultores. Entendo o testemunho de Milet como evidência de oposições - responsáveis inclusive por reordenações político-partidárias - que contrapuseram, pelo menos, três grupos de agricultores na disputa pelo encaminhamento dos engenhos centrais. O primeiro, muito restrito, reunia proprietários de muitos engenhos que tinham condições de bancar individualmente as fábricas; o segundo, mais expressivo, composto por proprietários menos poderosos que apenas associados aos financistas nacionais poderiam realizar o empreendimento ou introduzir melhoramentos técnicos em suas fábricas; o terceiro, agregava pequenos produtores - proprietários de um único engenho de pequena capacidade de produção - que precisavam do auxílio do Estado para organizar as fábricas como cooperativas de produtores. Dessa disputa, resultariam a derrota e falência da grande maioria dos pequenos bangüês, ou no dizer do engenheiro, uma “revolução social”. Acompanhem, portanto, as polêmicas de Milet.

década de 1880. EISENBERG, P. L. - **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco – 1840-1910**, p. 115.; 151.

³⁵ PERRUCCI, G. - “O canto de cisne dos barões do açúcar” IN: **Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife**. p. I-XLI.; MELO, E.C., - **Ob. Cit.**

A “revolução social” do engenheiro Milet.

Entre os meses de outubro de 1874 e janeiro de 1875, as províncias de Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas vivenciaram uma série de episódios de revolta popular nos quais pequenos negociantes do interior e homens livres pobres se rebelaram contra as novas taxas impostas à venda de produtos nas feiras (o imposto do chão), o novo sistema de pesos e medidas, e as reformulações estabelecidas no recrutamento para o Exército e a Marinha. Os rebelados invadiram coletorias, cartórios e câmaras municipais, incendiaram seus arquivos e destruíram os novos pesos e medidas. O movimento, denominado popularmente de Quebra Quilos, foi severamente reprimido pelas tropas do governo que, em represália, torturaram e recrutaram indiscriminadamente.

O Quebra Quilos foi rapidamente instrumentalizado pelos grupos políticos que disputavam o poder no Império. Os conservadores, então no governo, apressaram-se em responsabilizar a oposição liberal e os jesuítas pelas ocorrências e seus desdobramentos, e interpretaram a revolta como “*desordem*” e “*movimentos sediciosos*” de caráter político e religioso que tinham por objetivo desestabilizar o governo imperial, argumento que justificou a severa repressão. Por sua vez, os liberais atribuíram os episódios aos desmandos e tirania da administração conservadora e eximiram-se de qualquer responsabilidade nos acontecimentos.

Desta vez, as leituras criadas sobre a “*sedição*” não se restringiram às costumeiras acusações já incorporadas ao jogo político partidário. No primeiro semestre de 1875, o **Jornal do Recife**, folha ligada ao partido liberal, publicou uma série de artigos de autoria do engenheiro de pontes, calçadas e ferrovias e senhor de engenho Henrique Augusto Milet. Foram 7 artigos, publicados entre 1º de fevereiro e 6 de maio de 1875, que no ano seguinte foram reunidos no livro **O Quebra Quilos e a crise da lavoura**³⁶, obra dedicada ao chefe do Partido Liberal em Pernambuco, Domingos de Souza Leão, o barão de Vila Bela.

Para Milet, o Quebra Quilos era sintoma de uma profunda crise da agricultura, cujas consequências atingiam toda a população da região. Ela se confundia com o “*profundo mal estar de*

³⁶ MILET, H. A.- **O Quebra Quilos e a crise da lavoura**. Recife, **Jornal do Recife**, 1876. As citações feitas aqui foram retiradas da 2ª ed. (1987), publicada pela Global e o INL, com prefácio de Manuel Correia de Andrade. Sobre Milet ver também MARSON, I. A. - **O Império do Progresso**; e BERNARDES, D. **Ob. Cit.**

nossas populações do interior” frente ao rebaixamento dos preços dos principais gêneros de exportação (o açúcar e o algodão), que não cobriam mais os custos de produção:

*“A sedição do Quebra Quilos tem raízes profundas; nasce do mal estar de nossas populações do interior (...) e prende-se pelos laços mais evidentes à tremenda crise pela qual está passando a nossa agricultura e a das nossas vizinhas do norte e do sul, desde que a alça do câmbio, junto à falta de crédito suficiente e a juro razoável, já há tornado o preço dos nossos principais gêneros de exportação inferior às mais das vezes ao custo de produção(...) e à crise da lavoura acresce outra não menos assustadora no comércio e na parte da nossa população que, não tendo capital acumulado, depende, senão para a subsistência diária, que em grande parte tira diretamente do solo, rios e matas, pelo menos para todas as precisões da vida civilizada, dos salários que lhes pagam os agricultores(...)”.*³⁷

De acordo com o engenheiro, toda a nação estava ameaçada, pois as suas “classes laboriosas” e dentre elas a principal – a dos agricultores, fonte de recursos da sociedade e do Estado e garantia de ordem pública – corriam o risco de desaparecer juntamente com o capital que acumulara durante gerações. A demonstração clara deste trágico desfecho fazia-se notar, visto que a crise já atingia a propriedade mais expressiva desta classe: seus instrumentos de trabalho, os escravos. Viviam-se mesmo os “pródromos de uma revolução social”:

*“(...) Ora, a parte de nossa população que se entrega ao plantio da cana e fabrico do açúcar, desse açúcar de que todos nós tiramos, direta ou indiretamente, pelo menos 80% da nossa receita, acha-se, desde 1872, a braços com a mais espantosa das crises. Daquela época para cá, a imensa maioria dos engenhos não têm dado para as despesas de custeio e, por conseguinte, os senhores de engenho, rendeiros e todos nós, temos vivido em grande parte à custa do capital anteriormente acumulado pela lavoura; e com ele a classe mais interessante da população das nossas comarcas do litoral, a que ali constitui a primeira garantia da ordem pública, e que já está sob o peso iminente da desapropriação dos seus instrumentos de trabalho (...)”.*³⁸

Quais motivações teriam levado o engenheiro Milet a escrever os artigos e apresentar esta interpretação do Quebra Quilos? A questão mais imediata parece ter sido simplesmente contribuir para o esclarecimento das verdadeiras origens do “movimento sedicioso”. Todavia, sua iniciativa tinha razões mais graves, entre elas, a defesa da sobrevivência desta “classe laboriosa” alertando sobre a significação do movimento, assim como a cobrança de uma atuação mais empenhada e conseqüente do governo imperial, que não se restringisse à restauração da ordem mediante a costumeira repressão física. Era preciso indagar sobre as verdadeiras motivações da “sedição”,

³⁷ MILET, H. A. -O Quebra Quilos e a crise da lavoura.2ª ed. S. Paulo/Global; Brasília/INL, 1987,p. 30-31.

³⁸ Idem, ibidem, p. 30-31.

porque era o indício de uma ameaçadora “revolução social” cujo ponto de partida estava na “crise da lavoura”;

“Estará, porventura, com semelhante resultado [a repressão]preenchido o dever do governo? Ninguém o dirá; agora principia a tarefa mais árdua e complicada; cumpre indagar das causas da sedição e procurar remove-las; pois os povos, e com especialidade o nosso, tão obediente e respeitador da autoridade, não se levantam sem motivos reais, ao aceno de alguns agitadores de prestígio como se há querido inculcar(...)”.³⁹

Foi na conceituação da “crise da lavoura” e no apontamento de suas origens e soluções que Milet explicitou a constituição da “nação brasileira” já existente. A “crise da lavoura”- atividade sustentáculo de toda a sociedade - originava-se em três “causas”: nas equivocadas medidas econômicas estabelecidas pelo governo sob orientação conservadora; na incapacidade dos produtores de açúcar e algodão das províncias do norte de concorrer com outros produtores internacionais caso tais medidas perdurassem; e nos lucros exorbitantes que os exportadores e armazenários auferiam nos negócios do açúcar. A motivação mais próxima da “crise medonha” estava na alta do câmbio “que direta e imediatamente traz a baixa correspondente nos preços dos gêneros de exportação, mas não interfere nos custos internos da produção”. O resultado deste descompasso expressava-se nos conseqüentes prejuízos dos produtores que não conseguiam repor seus gastos e já delapidavam seus bens. A ruína da agricultura acarretava também a falência de rendeiros, lavradores, moradores, comerciantes e assalariados em geral. O quadro era tanto pior na medida que as melhorias introduzidas no fabrico do açúcar de cana em outros países e a produção do açúcar de beterraba na Europa tendiam a acirrar a competitividade nos mercados europeus e a provocar uma queda cada vez maior dos preços do açúcar do Brasil:

“O notável desenvolvimento que tomou em todo o norte da Europa a cultura da beterraba, a contar de meados do século atual, e mais que tudo, o aperfeiçoamento do fabrico quer do açúcar de beterraba na França, Alemanha e Rússia, quer da cana nas Antilhas, Mauritius, Reunião e Java, era tal em 1860, que já não podíamos competir, sem recorrer aos mesmos meios, com rivais que sabem extrair dos caldos sacaríferos uma proporção de açúcar dupla da que podemos aproveitar com os nossos processos antigos de vaporização e cozimento”.⁴⁰

Contudo, este fato não era o maior responsável pelo aprofundamento da crise pois, pelo menos desde a década de 1860, já era de domínio público a necessidade de medidas técnicas atualizadoras da fabricação do açúcar. No momento, a questão tornara-se, sobretudo, política. A situação complicara-se devido à atitude dos dirigentes do Império que, nos anos anteriores – especialmente

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 29-30.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 43.

após 1870 - procuravam resolver os problemas econômicos da nação, espelhando-se em exemplos das nações européias e, portanto, insistindo em manter uma regulamentação cambial equiparada à libra esterlina e valorizadora, exclusivamente, da moeda metálica; e promoviam contínuos aumentos de impostos para cobrir as despesas públicas e praticavam juros altos:

"Julgo ter mostrado que o cidadão brasileiro está sujeito a impostos pesadíssimos, iguais, senão superiores, aos que pagam as nações muito mais ricas e industriais, e inteiramente fora de proporção com o produto de seu trabalho, cuja quarta parte pertence aos cofres públicos; que, além de exagerados, e por tal motivo contrários ao desenvolvimento da produção nacional, alguns deles foram estabelecidos sem o devido critério: dificultam os meios de vida, pesam sobre as matérias não tributáveis num país novo (alimentos, profissões, transferência da propriedade, prédios, transporte e negócios) ou dá lugar a sua arrecadação a arbitrárias decisões, cujos abusos tornam-se insuportáveis nos lugares do Centro onde não há recursos contra o arbítrio dos lançadores (...)"

*Os agricultores ricos perderam a metade de seus rendimentos, os abastados vão gastando o capital antes acumulado; os mais, já alcançados com a praça, vêm chegar com ansiedade o dia inevitável em que os juros de 15% a 20% ao mês terão absorvido o valor total dos seus instrumentos de trabalho (...)"*⁴¹.

No caso dos agricultores, além da alta do câmbio e dos impostos, um outro motivo acentuava suas perdas: os lucros dos exportadores e armazenários que interferiam diretamente no rebaixamento dos preços dos gêneros de exportação. Demonstra que, muitas vezes, e com frequência nos últimos anos, apesar de os preços nos mercados europeus permanecerem estáveis, no Recife baixavam vertiginosamente:

"Entretanto, o preço do Recife não é o preço dos mercados importadores; entre um e outro dá-se uma diferença que oscila entre 30 a 60%, e representa as despesas de embarque no Recife, o frete, os impostos gerais e provinciais, os lucros do exportador e, finalmente, as despesas e lucro do armazenário.

Dessas diversas verbas, cuja importância total é descontada do valor do açúcar em Londres, Marselha ou Hamburgo, para constituir o preço que cá recebem os produtores, algumas há que estão fora do nosso alcance; outras, porém, são tais que sobre elas pode o governo influir direta ou

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 59. Dada a escassez de crédito, e ao fato de não disporem de bens avalizadores de empréstimos diretos – pois possuíam poucos escravos – os proprietários modestos dependiam de intermediários (os Correspondentes) e pagavam juros muito mais elevados do que os agricultores do sul. Enquanto os cafeicultores, por terem maior oferta de recursos para empréstimos, pagavam de 10 a 12% ao ano, em Pernambuco as taxas sobre o capital emprestado ficavam entre 18 e 24%. Evaldo Cabral de Melo atribui a escassez de crédito à política monetária estabelecida com a lei de 28/8/1860, que teria centralizado as emissões no Banco do Brasil e os recursos advindos da supressão do tráfico na praça do Rio de Janeiro. Melo, E.C.- *Ob. Cit.* p.96-100; Lei n. 1083 – de 22/8/1860 – Contendo providências sobre bancos de emissão, meio circulante e diversas companhias e sociedades. *Colecção de leis do Império do Brasil*, 1860. Tomo XXI. Parte L. Rio Typ. Nacional, 1860, p. 28-36. Sobre os efeitos desta lei nas atividades econômicas, em particular nas falências, ver CALÓGERAS, O.- *Ob. Cit.*, p. 135-140; PELAEZ, C.M. e SUZIGAN, W.- *Ob. Cit.* p. 114-120.

indiretamente, como os impostos, o frete, as despesas de embarque e, finalmente, a porcentagem do exportador e do armazenário. Ora, esta última verba, é de supor seja a que mais concorre para as variações de preço; pois, a não ser assim, não seria possível explicar como é que, sem se ter verificado aumento nas despesas das praças estrangeiras, nem nas de cá, e permanecendo os preços quase inalterados nos mercados consumidores, de outubro a dezembro do ano próximo passado, o açúcar bruto que se vendia em outubro por 2\$160 (...) baixou, sucessivamente, em novembro e dezembro a 2\$000, 1\$900, 1\$800, 1\$700 e, finalmente, 1\$500, isto é, a pouco mais de metade do valor que obtinha na mesma época nas praças de Marselha e Liverpool."⁴²

Avaliação de Milet: os fundamentos da crise tinham origem em determinações políticas. Ou dito de outra forma, a queda dos preços – exteriorização mais imediata desta crise, não devia ser creditada a razões técnicas, e sim a medidas políticas e problemas internos como câmbio, juros, impostos e lucros dos exportadores. Consequentemente, sua solução dependia de uma mudança nesta orientação, que fabricava a falência dos produtores, ou, em outros termos, da vontade política do Parlamento e das decisões do governo imperial. Passou, então, a sugerir as medidas necessárias à superação da crise, ou para a reversão da *"revolução social"*, imprescindíveis para a conservação da nação. Encaminhamentos político-econômicos de curto e longo alcance resolveriam os males das *"três classes da sociedade que sofrem presentemente em grande escala os efeitos da crise: artífices das cidades e assalariados do campo, os comerciantes e os agricultores"*.⁴³

A curto prazo, para os artesãos e assalariados em geral, acenou com a oferta de trabalho em obras públicas com salários iguais aos pagos, antes da crise, pela iniciativa privada, e com a moderação nos impostos assim como nas formas de arrecadação:

*"(...) sobram ao governo os meios de aliviar-lhes os sofrimentos, pois para isso basta espalhar em salários uma quantia que se aproxime daquela que sob a mesma forma costumava derramar, em tempos normais, a iniciativa individual hoje paralisada; moderar e tornar menos vexatórias na arrecadação as taxas que pesam mais diretamente sobre ela [sobre esta parte da população] (...) suavizar o maior vexame na percepção de impostos (...) suprimir ou moderar aquelas imposições que mais incorrem na animadversão popular; habilitar os governos geral e provinciais com meios precisos de encetar as obras públicas que ofereçam trabalho aos braços temporariamente desocupados, e estimular no mesmo sentido os esforços individuais"*⁴⁴.

Para o comércio, reivindicou a redução dos juros e a oferta de crédito do governo. Os recursos deveriam provir de apólices ou títulos – uma circulação fiduciária – com rendimentos e resgate controlados, de forma a não se transformarem em moeda corrente e incorrer em desvalorização, conforme já acontecera em experiências anteriores:

⁴² Idem, ibidem, p. 61-62.

⁴³ Idem, ibidem, p. 62.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 63.

"Pelo que toca ao comércio, cujos sofrimentos não são menores, pois, além da crise local, acha-se num período de contração que necessariamente deveria seguir à expansão tomada no fim da guerra do Paraguai, a providência que requer o seu estado e que, indiretamente, muito aproveitaria a lavoura, é a redução a 6% do juro do dinheiro; redução que não é impossível de obter, mas que exige o concurso do legislativo, pois para isto é mister criar, ao lado do atual meio circulante, uma circulação fiduciária que hoje não existe (...) [é preciso] a criação de títulos do governo cujo resgate deve ser controlado para não se tornarem moeda corrente senão, perde-se o controle sobre eles".⁴⁵

A abertura de crédito, fora da esfera de controle dos grandes financistas, era a providência imediata que atenderia também aos agricultores porque viabilizaria a obtenção de recursos a juros acessíveis para introduzir "melhoramentos" que atualizariam tecnicamente o fabrico do açúcar. A introdução de novos maquinários possibilitaria o crescimento da produção e, conseqüentemente, a diminuição dos custos. Milet dedicou parte significativa de sua exposição para explicar as modificações técnicas rápidas que os senhores de engenho poderiam introduzir caso tivessem acesso ao crédito governamental. Preocupou-se em criar um projeto, "uma medida transitória", capaz de prolongar o máximo possível a vida útil dos bangüês que ainda dispunham de escravos e boiada, uma alternativa que permitisse aos senhores de menores posses aguardar, sem perda de status social e político, a separação entre as etapas agrícola e industrial da produção do açúcar, característica dos engenhos centrais:

"A fábrica central é a solução definitiva do problema; como, porém, a fundação de 240 fábricas corresponde ao dispêndio de 120.000\$000, e não há de realizar de repente; e que, por outro lado, podemos contar ainda, por uns vinte ou vinte e cinco anos, com a permanência de certo número de braços escravos, paralelamente com as fábricas centrais, e como medida transitória, foram apresentados alguns melhoramentos nos atuais processos que não exigem a separação da parte agrícola e da parte industrial e, a primeira vista, parecem susceptíveis de serem adotados com vantagem por aqueles senhores de engenho que, dispondo de suficiente fábrica e boiada, ainda lucram alguma coisa com os preços atuais."⁴⁶

Para os engenhos que processavam mais de 1000 pães anuais, indicou a substituição "das atuais moendas por outras de quatro cilindros que dizem extrair da cana mais de 10 ou 12% de caldo"; por sua vez, para aqueles que fabricavam de 2000 a 2500 pães, aconselhou a "introdução do sistema de cozimento Wetzel", que permitiria uma alteração na receita de 25 a 30% devido à melhoria da

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 66.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 79. Milet propõe uma solução provisória para aproveitar os engenhos existentes. Porém, desde a década de 1840, ela era considerada inviável pelos defensores dos engenhos centrais. Eles argumentavam que os "mecanismos aperfeiçoados" não eram compatíveis com tais fábricas, e que o progresso técnico condenaria irremediavelmente esta modalidade de

qualidade do açúcar produzido. A implantação do “cozimento a vácuo e turbinas para purgação” foi sugerida para as safras de 3000 a 4000 pães, que possibilitariam um “aumento de 35 a 40% na receita bruta”; e o cozimento a vácuo, a evaporação triplíce e a filtração pelo carvão franqueariam um acréscimo à receita de 50 a 60%, para os engenhos de 4000 a 6000 pães. Conclui:

“Eis, portanto, a minha opinião acerca dos melhoramentos no fabrico do açúcar: o primeiro deve ser empregado em todos os engenhos; o segundo e o terceiro poderão dar bons resultados em circunstâncias especiais, na proximidade do Recife, quando aqui houver pessoal habilitado; o quarto, isto é, a fábrica central em ponto pequeno, só poderá fazer conta a quem, além dos requisitos precedentes, puder contar pelo menos com canas para 8 ou 10.000 pães anuais”⁴⁷.

Dessas considerações percebe-se que, para o engenheiro, o engenho central não era, devido aos custos, às exigências técnicas e à viabilidade econômica, uma solução acessível e aconselhável, individualmente, a todos os senhores de engenho. Por esta razão, enquanto produtor atingido pelas determinações da política econômica dos gabinetes conservadores naquele momento, propôs alternativas para resolver o impasse criado para os bangüês, cujo objetivo era, além de viabilizar a sobrevivência destes engenhos, neutralizar o projeto de engenho central aceito especialmente pelos proprietários com maiores recursos, pelos financistas e pelo governo imperial. Milet pronunciou-se contra tal projeto, porque ele não atenderia às expectativas dos proprietários e privilegiaria estrangeiros e especuladores, uma vez que previa a montagem de fábricas gerenciadas por sociedades de investidores que não tinham, necessariamente, vínculos com a agricultura e contariam com capitais e juros subsidiados de 6% ao ano, avalizados por um novo imposto de 2% a ser cobrado de todos os produtores.⁴⁸ Ou seja, a solução do governo para a “crise da lavoura

empresa. AUBRÉE, Paul - *La question coloniale sous le rapport industriel*. Paris, F. Malteste, 1841. Apud SCHNAKENBOURG, C.- Ob. Cit. p. 202.

⁴⁷ Idem, ibidem ps. 79-82.

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 60. A lei 1237 de 24/9/1864 autorizou a fundação de Bancos de Crédito Real, com capital estrangeiro ou nacional, para financiar a lavoura. Em 1875, a lei 2687, de 6 de novembro, regulamentou empréstimos para os engenhos centrais: a garantia de 7% às companhias que se propusessem estabelecer este tipo de empresa. “Durante a década de 1870 tanto o governo provincial quanto o imperial começaram a oferecer subsídios a engenhos centrais. Apesar das muitas revisões na forma de tais subsídios, entretanto, nenhum teve êxito. A Assembléia Provincial aprovou a lei 1.141, a 8 de junho de 1874, que autorizava o presidente Henrique Pereira de Lucena a promover seus engenhos centrais garantindo um lucro de 7% sobre 500 contos por engenho, por vinte anos. Iguais aos “existentes nas ilhas francesas de Martinica e Guadalupe”, os engenhos projetados produziram pelo menos 500 toneladas inglesas (454 toneladas métricas) anualmente – três vezes a produção dos engenhos tradicionais. A Keller Company, da Suíça, ganhou o primeiro contrato concedido pela Lei 1.141, em janeiro de 1875. A empresa deveria construir um engenho em Água Preta, em dois anos; assinou contratos de fornecimento de cana em abril de 1875. A empresa Fives Lille de maquinaria de açúcar francesa, recebeu concessão semelhante no Cabo, poucos meses mais tarde. O governo imperial logo correu com seus próprios subsídios aos engenhos centrais. A Lei 2687, de 6 de novembro de 1875 assegurou 7%, por vinte anos sobre 30 mil contos “às companhias que se propusessem a

açucareira", até então, colocava os instrumentos do Estado a serviço de capitais e empresários estrangeiros em detrimento da grande maioria dos produtores locais.⁴⁹

A discordância de Milet com esta proposta pode esclarecer uma das principais razões do fracasso das tentativas de fundação dos engenhos centrais como sociedade de investidores, em Pernambuco: viram-se paralisados pelo boicote dos produtores de cana que se recusaram a fornecer a matéria-prima. Por um lado, porque agricultores e empresários não chegaram a um acordo sobre o preço do produto e, por outro, porque esta experiência inviabilizaria outras configurações possíveis para os engenhos centrais⁵⁰. Na verdade, tal como Milet, os senhores dos bangüês preferiam introduzir reformas em suas próprias fábricas e continuar a produzir autonomamente, enquanto isso fosse possível. Consideravam que o engenho central deveria ser uma solução para o final do século, para quando o trabalho escravo, agora ainda disponível, estivesse extinto, e um empreendimento instituído e administrado pelos próprios produtores que gerenciariam todo o processo de produção, desde o plantio das canas à negociação do açúcar e seus derivados:

"Acrescentarei que embora os preços atuais [do açúcar] fossem remuneradores e houvesse certeza de assim se conservarem, nem por isso menos necessário se tornaria o abandono do sistema atual que, ligado como se acha à permanência dos braços escravos, há sido condenado pela lei de 28 de setembro a desaparecer com o século que está findando.

(...) A fábrica central é a solução racional do problema da lavoura do açúcar, pois salva o presente e acautela o futuro; e como proporciona ao agricultor, logo ao cortar das canas, uma quantidade de açúcar pouco superior a que ele pode hoje extrair, constitui um verdadeiro alívio para aquela interessante classe da nossa população que, além de poupar todas as despesas do fabrico e custeio dos edificios e maquinismo hoje empregados, terá tempo de sobra para tratar das canas e criar safras muito maiores (...) seria conveniente que nossas fábricas fossem fundadas

estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana, mediante o emprego de aparelhos e processos modernos". As concessões previam o levantamento de capital na Europa, uma das razões à qual se atribuiu o destas duas primeiras tentativas que não chegaram a se concretizar. Todavia, no início da década seguinte, duas firmas inglesas atuavam neste ramo, a Central Sugar Factories of Brazil Limited (SFB) e a North Brazilian Sugar Factories Limited (NBSF), que, embora tenham instalado os engenhos, não tiveram sucesso quanto ao seu funcionamento devido à falta de fornecedores de cana e mau desempenho técnico". EISENBERG, P.- *Ob. Cit.*; p. 113. **Colecção de Leis do Império do Brasil**. 1875. Tomo XXIV. Rio, Tip. Nacional, 1876. Partes 1 e 2, 187-191.

⁴⁹ O modelo de empresa previsto no incentivo do governo reproduzia a experiência francesa nas Antilhas. Ali a grande maioria das "usines centrales" foram montadas pela Companhia das Antilhas, que reuniu várias modalidades de acionistas: banqueiros metropolitanos (capital majoritário); altos funcionários do governo; 3 grandes proprietários antilhanos; 6 casas de comércio; e o fabricante das máquinas, a firma Derosne & Cail. Outras modalidades do empreendimento foram minoritárias – duas grandes usinas de particulares e 6 pequenas resultantes ou da iniciativa individual (4) ou de produtores cooperados (2). SCHNAKENBOURG. C.- *Ob. Cit.* p. 210-220

⁵⁰ Estes mesmos problemas haviam sido enfrentados na experiência antilhana. Somente foram superados após a abolição da escravidão. *Idem, ibidem*, p. 230-235.

*pelos próprios agricultores cujas canas teriam que manipular e administradas por conta deles que, destarte, gozariam de todo o produto derivado de sua lavoura".*⁵¹

Fábricas centrais como empreendimentos de grupos de pequenos produtores era o primeiro passo, e a parte mais significativa, de um ambicioso projeto de reformulação da economia das províncias do norte que articulava muitas outras realizações exigidas pela "auto-suficiência" econômica e política da nação brasileira. Tal reforma previa ainda um programa de substituição de importações através do desenvolvimento de uma indústria local sob os auspícios do Estado, que concederia "prêmios proporcionais aos valores produzidos, isenções de impostos locais e outros favores"; o incentivo à agricultura de alimentos (com a difusão da cultura do trigo, legumes e frutas nos platôs entre a Mata e o Sertão) que contaria com o compromisso do governo na compra da produção dos primeiros anos e a premiação dos agricultores; e a promoção das indústrias naturais: algodão, argila, louça, fibras, etc.⁵²

O êxito desta expansão agrícola e industrial subsidiada pelo Estado dependeria também da construção de estradas de ferro "econômicas"⁵³ que cobririam todo o território da região, particularmente da província de Pernambuco. Além do escoamento da produção, as estradas de ferro seriam instrumento fundamental para a redução dos custos de armazenamento e exportação pois permitiriam, mormente no caso do açúcar, a exportação direta, extinguindo os direitos de senhoriagem monopolisticamente usufruídos pelos armazenários e exportadores do Recife:

"(...) as fábricas centrais hão de exportá-lo [o açúcar] diretamente para os mercados consumidores, procurando embarcá-lo nos portos que mais perto ficarem das mesmas fábricas.

Assim, embora as vendas e fretamentos continuem a ser realizados em Aracajú, Bahia, Maceió e Paraíba, a navegação de longo curso irá receber os açúcares em Camaragibe, Barra Grande, Tamandaré, Porto de Galinhas, Itapissuma, Catuama, etc. desaparecendo, destarte, quase completamente duas verbas de despesa que figuram na importância nunca menor de 300 rs, por 15 quilos nos ônus com que carrega hoje o nosso açúcar, e sobem pelo menos a 400 rs. Para o que vem embarcado para o Recife.

Já hoje, muito açúcar vem do norte, e com especialidade de Goiana, já ensacado e pronto para a exportação, e passa diretamente da barça para o navio sem pagar direito de senhoriagem aos armazenários do Recife. E se, nos diversos portos de cabotagem de que acima falamos se estabelecessem casas que procedessem da mesma forma, dentro de pouco tempo, os barcos de

⁵¹ MILET, H. - *Ob.Cit.* p. 77-79.

⁵² *Idem, ibidem*, p. 70-71.

⁵³ Milet tinha sérias restrições ao plano de ferrovias implantado pelo governo imperial nas províncias do norte. Alegava que, além de custosas, beneficiariam apenas a região dos grandes engenhos. *Idem, ibidem*, p. 75-76; 90-91. Neste ponto, é importante assinalar a mudança de opinião do engenheiro com relação ao plano de construção de estradas que defendeu na década de 1840 quando integrava a equipe de Vauthier.

longo curso lá iriam carregar pois, logo que interesses importantes estivessem em jogo, o governo não recusaria a exportação direta".⁵⁴

A intenção de excluir os monopólios particulares de financistas e armazenários do processo de produção e comercialização do açúcar destacou-se na última proposição de Milet para a superação da crise da lavoura: os meios financeiros para a fundação dos engenhos centrais, vias férreas, portos e atividades do comércio em geral deveriam provir do Estado que, através da mobilização da dívida pública, seria o substituto adequado dos investidores particulares e dos bancos. Ele emprestaria capital a juros acessíveis diretamente aos agricultores e comerciantes, eliminando a intermediação dos capitalistas. Tal indicação se contrapunha diretamente à decisão do governo de fundar bancos territoriais ou hipotecários com capital europeu associado ao restrito capital local, alternativa que Milet considerava inadequada para o Brasil, pois impunha juros muito altos aos produtores de um país onde não havia poupança interna:

"Parece-me, portanto, que a não ser suficiente a mobilização dos títulos da dívida pública representados por uma circulação fiduciária cuidadosamente privada dos atributos da moeda, e sendo necessário mobilizar temporariamente outra parte do capital social, a dita mobilização não deve ser efetuada pelo intermédio de estabelecimentos bancários, cujos serviços são caríssimos, e sim diretamente pelo governo, que adiantaria os fundos precisos à fundação das fábricas centrais pelos próprios agricultores, mediante hipoteca nas mesmas fábricas e nas propriedades dos fundadores, e letras ou apólices assinadas para os pagamentos anuais. Para esse fim, far-se-ia uma emissão especial de letras do tesouro, que iria sendo gradualmente amortizada com os pagamentos anuais dos agricultores; e como, dispensada a intervenção graciosa dos capitalistas, ficaria também dispensada a dos juros, uma cota de 6% anuais, paga pelos hipotecantes, bastaria para as despesas de administração, que não podem exceder de 1%, e o resgate integral da emissão no prazo de vinte anos".⁵⁵

O propósito mais evidente de Milet ao delinear a crise da lavoura do açúcar e imbricá-la no *Quebra Quilos* foi torná-la um argumento de impacto em favor de seu programa de reformas que atenderia, mais particularmente, aos comerciantes de menores posses, aos plantadores de algodão e senhores dos bangüês. Porém, embora destaque a figura de uma nação idêntica em seus problemas e objetivos, os traços utilizados para compô-la denotam uma sociedade multifacetada em seus interesses e conformação, e extremamente competitiva porque abrigava uma gama variada de proprietários e investidores. Na origem dos artigos estava uma intensa polêmica com representantes da sociedade no governo e em órgãos de classe, com outros proprietários em torno de questões

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 88-89.

⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 93-94. A lei de 6/11/1875, que autorizou as companhias para os engenhos centrais, também abriu concessões para Bancos hipotecários - com capital levantado na Europa, para evitar a emissão de papel moeda ou de Títulos do Tesouro - com garantia de lucro de 5%,

políticas e econômicas cruciais para a remodelação do próprio Império, e com economistas que, da Europa, ditavam procedimentos ao Brasil.

Na verdade, os escritos de Milet polemizavam com proposições semelhantes àquelas defendidas por André Rebouças na imprensa da Corte. Aliás, os artigos dos dois engenheiros vieram a público no mesmo momento. Porém, enquanto os textos de Milet foram reunidos em livros ainda na década de 1870, Rebouças só tomaria esta iniciativa quando Nabuco lançou **O Abolicionismo**.

É desta polêmica entre Milet, o governo e outros proprietários, que vamos tratar, no intuito de explorar a multiplicidade de interesses envolvidos na batalha em torno dos engenhos centrais; a complexidade da sociedade pernambucana em particular e do império em geral e de seu expressivo envolvimento nas relações econômicas internacionais, para tentar compreender as resistências e os apoios que se manifestaram às proposições abolicionistas.

Milet e a Comissão Parlamentar

A crise descrita dramaticamente por Milet não era uma situação restrita à lavoura de cana e às províncias do norte. Com exceção do café e da borracha, atingia todos os outros produtos brasileiros que tinham concorrentes no mercado internacional: o algodão, o cacau, o fumo e os couros. Todavia, era mais intensa com relação ao açúcar e ao algodão porque os anos que precederam a década de 1870 haviam assistido a uma extraordinária expansão destas culturas, incentivada, por um lado pela guerra civil americana e, por outro, pela política de câmbio baixo e de emissão de papel moeda promovida pelo governo imperial durante o conflito do Paraguai. Destacadamente nas províncias do norte, os bangüês e as lavouras de algodão avançaram em direção ao interior, impulsionadas pela orientação econômica interna que tornava compensadores os preços destes produtos no mercado internacional, uma vez que eles cobriam os custos de transporte e mão-de-

obra, mesmo que as fábricas e lavouras se situassem longe dos portos de embarque e o financiamento e comercialização fossem controlados por financistas e armazenários.⁵⁶

A prosperidade durou até 1872, quando o gabinete Rio Branco, preocupado em controlar a emissão de moeda estendida, nos anos anteriores, a bancos particulares, e o *déficit* público posteriormente denunciado por Nabuco, alterou drasticamente suas práticas monetárias: estancou as emissões, estabeleceu a paridade entre o real e a libra esterlina e coibiu a liberdade de associação. O resultado destas decisões foi rápido: os financiamentos para a lavoura praticamente desapareceram; os preços dos produtos de exportação despencaram devido à elevação do câmbio; o valor dos impostos tornou-se, comparativamente, exorbitante; e os custos de produção restringiram ou chegaram a suprimir os lucros dos senhores de engenho e plantadores de algodão.⁵⁷

A política do gabinete levantou protestos em todas as províncias, principalmente naquelas que lideravam a lavoura de exportação. Diante desta reação, por solicitação do ministério da agricultura, os governos provinciais, no segundo semestre de 1874, organizaram comissões locais que foram incumbidas de ouvir os lavradores e conduzir suas queixas, reivindicações e propostas ao governo central, preocupado com seu descontentamento em relação à restritiva política econômica que enxugara as emissões e o crédito. Encerradas as discussões em nível provincial, seus resultados foram levados ao Parlamento – à Câmara e ao Senado – que, no final de 1874, constituiu uma Comissão Especial para sistematizar as interpretações sobre as origens da crise da lavoura e arrolar possíveis soluções.

Entre abril e julho de 1875, enquanto Milet redigia os artigos que comporiam o texto do **Quebra Quilos**, instrumentalizando a revolta daqueles que também haviam sido atingidos pelas novas determinações monetárias, mas não haviam sido chamados a participar das discussões dos agricultores nas províncias do norte, a Comissão Parlamentar reunia-se no Rio de Janeiro para deliberar sobre os relatórios provinciais. Assim, na sessão de 20 de julho de 1875, apresentou à Câmara um **Parecer** que sistematizou “*os meios eficazes de auxiliar a lavoura*”.⁵⁸ Tal **Parecer**, no

⁵⁶ MILET, H.A. - **A lavoura de cana de açúcar**. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife, 1881. Sobre o crescimento do número de engenhos e das exportações de açúcar entre 1866 e 1880, ver EISENBERG, P. - **Ob. Cit.** p. 42, 148.

⁵⁷ As dificuldades brasileiras expressaram uma crise internacional que se desdobrou em vários ciclos com momentos de pico (1874-5 foi um deles) e outros de abrandamento. HOBBSAWM, E. - **A era do Capital**, 65-66; 85-86.

⁵⁸ **Parecer e Projeto sobre a criação de Bancos de Crédito Territorial e Fábricas Centrais de Açúcar apresentados à Câmara dos Deputados na sessão de 20 de julho de 1875 pelas Comissões de Fazenda e Especial, nomeadas em 16 de abril de 1875**. Rio de Janeiro, Typ.

entanto, não foi subscrito unanimemente por todos os membros da Comissão, traço que revela divergências inegociáveis entre os parlamentares, tanto com relação às razões da crise, quanto sobre as proposições a serem encaminhadas. As conclusões do texto também divergiram de muitas das sugestões feitas por Milet, fato que testemunha concordâncias entre os membros dissidentes da Comissão e outros interlocutores na sociedade, apesar de suas opiniões terem sido excluídas das decisões estabelecidas nos relatórios oficiais. Foi este descompasso que levou o engenheiro a escrever novos artigos analisando e avaliando as decisões do governo, publicados no **Jornal do Recife** durante o segundo semestre de 1875 e, no ano seguinte, reunidos no livro **Auxílio à Lavoura e Crédito Real**. Retomemos o debate entre Milet e a Comissão Parlamentar.

Fundamentando-se no princípio de que a lavoura constituía a principal fonte de riqueza nacional e, por isso, lhe era indispensável a proteção dos poderes públicos, ou devia-se *“prestar-lhe justo e legítimo e conveniente auxílio e dotar o país de meios para aumentar sua receita”*, a Comissão examinou as causas que *“reduziram a lavoura ao estado em que se acha no Brasil”* apontando, em seguida, ao desenvolvimento de cada uma delas, *“os meios de remove-las”*. Considerou que *“o atraso e decadência da lavoura”* estavam relacionados a *“cinco causas”*, arroladas segundo sua importância: *“falta de conhecimentos profissionais; falta de estradas; elevados impostos; carência de braços e escassez de capitais”*.

A *“falta de conhecimentos profissionais”* foi considerada a razão mais importante do *“atraso e decadência”* da lavoura. Baseando-se em argumentos escolhidos a dedo dos Relatórios Provinciais, a Comissão Especial da Câmara concluiu que os agricultores do Império atuavam de forma *“rotineira”* devido à falta de instrução e de conhecimentos agrícolas: não praticavam a rotatividade das culturas (insistiam num mesmo produto, provocando a baixa de seu preço e o esgotamento do solo); não tratavam o solo *“com adubos e afolhamento”*; não recorriam a *“máquinas aperfeiçoadas”*. Em suma, a questão essencial era de origem técnica e comportamental - faltavam aos lavradores conhecimentos e disposição para mudar:

“(...) Não se pode esperar regeneração para a lavoura sem lhe dar instrução teórica e prática, sem se preparar chefes para os estabelecimentos rurais, administradores e prepostos devidamente habilitados com conhecimentos especiais para bem dirigir-los; sem se preparar operadores que estejam habituados ao manejo das máquinas agrícolas. A falta de instrução (luzes) profissional veda, com efeito, que o lavrador retire do solo toda a vantagem que ele pode dar”⁵⁹.

Nacional, 1875. O texto aqui reproduzido foi retirado da obra de Milet, **Auxílio à Lavoura e Crédito Real**. Pernambuco, Typ. do **Jornal do Recife**, 1876, que também publicou o **Parecer** e o **Projeto**.

⁵⁹ MILET, H.A. - **Auxílio** ... p. 102.

A superação deste problema – a prática de uma agricultura fundada no “*conhecimento experimental e empírico*”- seria possível com a imitação dos procedimentos desenvolvidos em países mais adiantados, como a França e a Inglaterra. Nesse sentido, a Comissão aconselha a vinda de agrônomos estrangeiros para estudarem o solo e a vegetação do Brasil e “*reger cadeiras de agronomia*”. Propõe ainda que o Estado subsidiasse a estada de filhos de brasileiros na Europa para que estudassem agronomia; a publicação de “*bons Compêndios*” sobre a cultura do solo, a fim de se aperfeiçoar uma agricultura puramente nacional; o ensino teórico e prático nas escolas primárias, conforme se fazia na França; a promoção de exposições agrícolas e a premiação dos lavradores mais bem sucedidos; e a divulgação de revistas que tratassem da agricultura.⁶⁰ Portanto, de acordo com os membros da Comissão que assinaram seu **Parecer**, a primeira “*causa do atraso e decadência da agricultura*” se localizava na formação e mentalidade dos agricultores que, por isso, precisavam ser reeducados de acordo com teorias e práticas agrícolas criadas por especialistas europeus. A superação da crise estava, prioritariamente, no âmbito da iniciativa individual e na reciclagem da lavoura, ambas assessoradas por algumas medidas simples propiciadas pelo Estado.

Embora concordando com algumas das colocações constantes do **Parecer** – o caráter empírico dos conhecimentos praticados pelos agricultores do Brasil, a necessidade de criação de uma “*ciência agrônômica*” nacional e a competência dos agrônomos europeus, que já podiam cristalizar seus conhecimentos práticos numa teoria – Milet usou tais argumentos para refutar as conclusões dos parlamentares no que diz respeito à idéia de que os agricultores do Império eram “*atrasados*” porque insistiam em métodos tradicionais e recusavam “*maquinismos aperfeiçoados e a agricultura intensiva*”. Levando em conta a especificidade das situações brasileira e européia e, sobretudo, a trajetória histórica e metodológica da constituição do saber praticado na Europa, assim como sua condição de senhor de engenho – experiências que conhecia profundamente - considerou que, no caso da agricultura, os conhecimentos empíricos acumulados pela tradição eram mais importantes do que as informações teóricas emprestadas de realidades diversas da brasileira, e que os conhecimentos teóricos sobre a agricultura européia haviam sido justamente inspirados em séculos de experiências. Lembrou ainda que as experiências inovadoras deveriam, devido a seus riscos, ser levadas a termo por alguns agricultores especificamente escalados para essa tarefa, e não pela grande maioria, exatamente para evitar prejuízos generalizados:

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 104.

"(...) A teoria, que muita gente confunde com conhecimento profissional, não é necessária para a aplicação de processos industriais e tão somente para aperfeiçoá-los ou substituí-los por outros melhores, tarefa que incumbe não a generalidade dos operários, e sim algumas individualidades predestinadas que, além de possuírem os conhecimentos empíricos, devem achar-se em circunstâncias que possam socorrer às despesas, sofrer os prejuízos que acarretam as experiências e inovações. Mui diminuto é, portanto, o papel que a teoria pode representar no aperfeiçoamento dos progressos agrícolas e, deve acrescentar-se que, no interesse social, não é de desejar que o geral dos agricultores entregue-se a experiências e inovações. (...)

*É com o estudo aprofundado do solo brasileiro e de sua vegetação que se poderá formar o verdadeiro agricultor do Brasil, as lições bebidas em livros estrangeiros, as observações feitas em alheio terreno, as experiências colhidas por prática de outra espécie de plantações não lhe poderão ser de grande auxílio."*⁶¹

No seu entender, outras razões, diversas da idéia de comportamento "rotineiro", poderiam explicar a resistência dos agricultores brasileiros às técnicas agrícolas européias: em primeiro lugar a "falta de capitais"; em segundo, a inadequação daquelas técnicas às circunstâncias da lavoura brasileira, particularmente a de cana. Além disso, as práticas européias não possibilitavam ao produtor de açúcar os mesmos lucros que as rotineiras:

"Se diminuto é, por ora, o auxílio que nos pode prestar a teoria agrícola, não pode ser considerada a sua falta como uma das causas do atraso da nossa lavoura; é porque os nossos agricultores conhecem pela prática os processos que a experiência de três séculos há mostrado serem os mais convenientes para o exercício da sua atividade (...) Será, porventura, por causa dela [a experiência de três séculos] que não empregamos, geralmente, no fabrico do açúcar as moendas possantes, os aparelhos aperfeiçoados hoje usados nas antigas colônias inglesas e francesas e no Egito? Não, decerto; a causa é óbvia – é a falta de capitais.

Será por causa dela que não estão ainda, geralmente, em uso nos nossos engenhos os adubos, a cultura alternante, a plantação em linha, os arados de plantar e limpar, a drenagem dos terrenos úmidos, a estabulação do gado, as irrigações, etc. Direi também que não. Se os nossos agricultores em geral ignoram a importância daqueles melhoramentos, alguns há que os conhecem perfeitamente; e se todos não os aplicam é porque, além de não disporem, as mais das vezes, os capitais suficientes, consideram, com razão, as suas fazendas oficinas das quais devem tirar o maior produto líquido; e, nas particulares circunstâncias do nosso país, contadas são as fazendas onde faz conta ao agricultor introduzir semelhantes melhoramentos.

*As nações da Europa acham-se em circunstâncias inteiramente diversas das nossas. Lá o solo é limitado, os braços e capitais abundam, daí a cultura intensiva. As fortunas feitas na agricultura [no Brasil] não foram adquiridas pela introdução dos processos aperfeiçoados; os que tentaram introduzi-los não são os que se acham nas melhores circunstâncias; e temos agricultores perfeitamente conhecedores daqueles melhoramentos e até discípulos dos Institutos Agrônômicos da Europa, que ainda conservam os métodos antigos."*⁶²

Refutando a causa essencial apontada no **Parecer** – a falta de conhecimentos profissionais – e substituindo-a por outras razões – a falta de capitais e a inadequação da agricultura intensiva às

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 11-12.

⁶² *Idem, ibidem*, p. 13-14.

condições nacionais – Milet, saindo em defesa dos agricultores, acabou por inverter a ordem de prioridades estabelecida pela Comissão (colocando a última “*causa da decadência da agricultura*” em primeiro lugar) e por desqualificar a avaliação dos parlamentares. Mais ainda, demonstrando domínio sobre a forma como a questão fora vivenciada e encaminhada na Europa, ousou aconselhar uma proposta própria para a constituição de uma “*ciência agrícola*” adequada às condições do Brasil, assim como para sua divulgação, que incorporou procedimentos apontados pela Comissão, a exemplo da experimentação de novas práticas agrícolas e da formulação de *Compêndios*, e os associou a outras medidas. Assim, sugeriu a vulgarização dos princípios gerais da Ciência mais para “*aumentar o número dos que, pelos seus ensaios e tentativas, hão de concorrer para a futura Ciência Agrônômica Brasileira, do que na esperança de progressos notáveis e imediatos nos atuais processos de cultura, que são os que em geral correspondem às nossas peculiares circunstâncias econômicas e climatológicas*”. Ainda, aconselhou a criação de estabelecimentos “*onde fossem feitos, a custa de todos, os ensaios e aplicações de que acabamos de falar e que, mui demorados, seriam entregues tão somente à iniciativa individual*”. E a vulgarização dos resultados obtidos por estes estabelecimentos ou pela iniciativa individual, por meio de *Compêndios* “*onde se ache reunido o que se sabe até hoje aplicável ao nosso solo e clima*”.⁶³ Em suma, para valorizar os bangüês e viabilizar sua sobrevivência e a de seus proprietários, Milet destacou o conhecimento empírico e a tradição, e demonstrou a possibilidade da adaptação destes empreendimentos às inovações técnicas, desde que houvesse capitais disponíveis e defendem que os riscos e ônus das novas experimentações fossem transferidos para instituições apropriadas, ou para a livre iniciativa individual, e não impostos a todos os produtores.

A “*falta de estradas*” foi a segunda “*causa*” apontada pela Comissão para explicar o “*atraso*” da lavoura, particularmente a pequena disponibilidade que os agricultores encontravam com relação às estradas de ferro. Recorrendo, uma vez mais à experiência francesa, a Comissão destacou a importância destas estradas: além de servirem como meio de escoamento dos produtos, atraíam “*para os centros industriais a parte viril dos habitantes dos campos*” e permitiam a “*redenção dos braços necessários à cultura*”, o emprego de máquinas, o estabelecimento da agricultura intensiva:

“As vias de comunicação por terra e água são pois os mais poderosos instrumentos do desenvolvimento da produção agrícola, e as estradas de ferro, que são a mais aperfeiçoada forma de viação pública, devem atrair as vistas e merecer a proteção dos poderes do Estado(...) as estradas de ferro diminuem as distâncias, facilitam imigrações, têm ao mesmo tempo a propriedade inversa de reter no campo os cultivadores que sabem aproveitar das folgas deixadas pela cultura da terra para desenvolver a pequena manufatura domiciliária, aproximando-a dos centros urbanos

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 16.

(...) [elas, as estradas de ferro] transportam máquinas que dispensam braços, permitem cada vez mais o fracionamento da terra, a transformação da cultura extensiva em intensiva(...) ⁶⁴

Uma vez estabelecida a importância da estrada de ferro, o texto passa a considerar os meios de viabilizar sua construção. Partindo do princípio de que tal empreendimento seria muito oneroso para o Estado (dado o seu alto custo e a fragilidade das finanças imperiais), aconselha que fosse entregue a companhias de investidores nacionais ou estrangeiros, aos quais o Governo forneceria incentivo e liberdade de ação. O primeiro passo na concretização desta proposta seria “*diminuir os rigores da Lei de 22.8. de 1860*”, que havia colocado sob a tutela do Governo Imperial a autorização para a fundação de associações. Nesse sentido, seria preciso conceder autorização aos presidentes das províncias para aprovar os estatutos das empresas que se dispusessem a construir estradas. A propósito do padrão técnico destas estradas, o **Parecer** sugeriu que fossem construídas com “*bitola uniforme*”, de preferência a “*bitola estreita*”, devido às seguintes razões. A uniformidade evitaria baldeações e a bitola estreita “*pouparia capitais*” e satisfaria às “*necessidades da viação em um país como o nosso, essencialmente agrícola, cuja carga dispensa a velocidade vertiginosa das locomotivas*” e cuja “*população limitada, de hábitos sedentários e pouco disposta à contínua locomoção, não fornecerá, por algum tempo grande renda às estradas de ferro*”. Em suma, as estradas de ferro deveriam voltar-se, quase que exclusivamente, para o transporte de mercadorias e produtos agrícolas. ⁶⁵

Concluindo o item, o **Parecer** defendeu o desenvolvimento da viação pública em geral e das estradas de ferro em particular, a fixação da bitola estreita, o auxílio às companhias interessadas no empreendimento através da garantia de juros a 7% ao capital investido e a instauração da liberdade de associação, que demandava a reforma, ou anulação dos dispositivos das leis de 1860 e 1873 no que dizia respeito à estas associações. Ressaltou ainda a necessidade de criação de um Plano geral de Viação para o Império pois, além das estradas de ferro, “*que são o ideal da viação aperfeiçoada, cumpre curar da abertura de estradas de rodagem e de outras vias de comunicação, inclusive municipais e vicinais*”. ⁶⁶

Milet concordou com o destaque que o **Parecer** conferiu aos meios de transporte – expressão que ampliou para *Meios de Comunicação* – no processo de produção no intuito, porém, de frisar o significado destes meios na diminuição dos custos de produção e discordar que, no caso do Brasil, eles pudessem servir para “*liberar braços*”, fracionar a terra e transformar a cultura extensiva em

⁶⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 105.

⁶⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 106.

intensiva. Pelo contrário, via “*nos melhoramentos da viação, o meio de aproveitarmos pela cultura extensiva, o trabalho gratuito da natureza numa superfície muito maior*” além do recurso para “*proporcionar a única colonização possível – a de colonos proprietários*” a quem, no seu entender, não era possível franquear terras na zona do açúcar, já plenamente ocupada, mas apenas no agreste e no sertão.⁶⁷

Embora apoiasse a decisão de urgência para a construção de um Plano Geral de Viação para o Império (compreendendo estradas, canais, rios navegáveis e portos de mar), Milet não acompanhou as proposições do **Parecer** sobre a concessão das estradas de ferro exclusivamente a companhias de investidores. Para ele, a realização das obras assim como sua exploração não deveriam ser entregues apenas a particulares. Considerou que a participação efetiva, e não meramente coadjuvante, do Estado nos empreendimentos ferroviários “*não é uma utopia e sim uma necessidade*”, pois concebia as estradas de ferro como um recurso que visava minorar as necessidades coletivas, e sobre elas só se poderia cobrar um imposto capaz de ressarcir sua manutenção. Receava que, se entregues somente à iniciativa privada, os custos dos fretes se tornariam um monopólio particular voltado exclusivamente para o lucro, conforme já vinha ocorrendo com as estradas existentes na província. Justificando porque as estradas de ferro deveriam permanecer sob a jurisdição do Estado, criticou as políticas inglesa e norte americana para as vias férreas, que considerava uma exceção, experiências avaliadas positivamente pela Comissão:

*“(...) além de ser, a determinação dos trabalhos necessários ao aperfeiçoamento da viação problema tão complexo que só pode ser resolvido por quem esteja a par de todas as necessidades coletivas e individuais, e em circunstâncias de apreciá-las devidamente, o proveito que delas resulta é tão geral que desde tempos imemoriais o uso das mesmas obras, feitas e custeadas às expensas de todos, foi sempre concedido ao público a título gratuito; e, quando sujeito a algum ônus, foi tão somente a título de imposto quando muito par custeio ou conservação de algum trabalho especial(...) Tal há sido, em matéria de estradas e pontes, a prática constante de todas as nações, desde os tempos mais antigos até hoje, com tão pouca exceções que até servem para confirmar a regra(...) e a circunstância especial de constituírem as estradas de ferro um monopólio, é mais uma razão para que o Estado não as abandone à cobiça individual, que delas se pode aproveitar para a satisfação de interesses particulares (...) Querem as Comissões voltar atrás e fazer das empresas de transporte nova espécie de feudos, isto sim que se pode chamar verdadeiro atentado ao progresso e à civilização.. A Viação é necessidade primordial e imprescindível, portanto, toca aos poderes sociais, ao mesmo título que a defesa do território, a segurança da vida e propriedade(...)”*⁶⁸.

⁶⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 107.

⁶⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 17-19.

⁶⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 22.

Resolvida a questão da competência do empreendimento, Milet se indaga: *“Poderá entre nós o poder social geral, provincial e municipal, com os recursos de que dispõe, dar conta de tão avultada tarefa com a presteza que exigem nossas circunstâncias políticas e econômicas?”* Conclui que sim, porque no Brasil o Governo era *“o senhor absoluto dos recursos do crédito nacional”*. Era não apenas a maior fonte arrecadadora de recursos como o regulador dos empreendimentos e do crédito. Propôs que o Estado incentivasse e auxiliasse a participação da iniciativa privada nestas realizações, constituindo com ela um sistema misto de parceria ou de coadjuvação. Neste sistema, os governos provinciais e municipais executariam as estradas propriamente ditas, deixando aos particulares a *“super-estrutura”*- as estações e o material rodante. Uma outra forma de incentivo e co-participação seria a garantia de juros ao capital investido pela iniciativa privada no empreendimento; ou ainda a subscrição por particulares de *“notável parte das ações que comporiam o capital da empresa, e conseqüente intervenção na sua administração”*. De todas estas formas de coadjuvação, Milet avaliou que a garantia de juros era *“incontestavelmente a pior”*, conforme se evidenciava na experiência das estradas de ferro de Pernambuco. Embora fosse a mais fácil, pois não exigia o sacrifício imediato do Governo, era a mais custosa, uma vez que os juros elevados (7%), oneravam toda a sociedade.⁶⁹

Diferindo da Comissão Parlamentar, aconselhou a abertura do crédito provincial e municipal para viabilizar a cooperação entre o Governo e os empresários, partindo do pressuposto de que não havia capitais disponíveis na província. O financiamento deste crédito far-se-ia com a própria riqueza gerada pela estrada de ferro. Porém, tal expediente só seria possível (e neste ponto concordou com o **Parecer**) se as restrições ao crédito e às associações fossem suprimidas pelo governo, com uma reforma das leis anteriormente mencionadas. O crédito provincial e municipal também garantiria a preservação dos poderes do Estado no gerenciamento das vias férreas, além de possibilitar a participação de um número maior de investidores, sobretudo médios e pequenos, nesta forma de empresa. Ela não se tornaria um monopólio dos capitalistas da província:

“Para que tal garantia seja auxílio valioso é mister criar antes de tudo o crédito provincial e municipal, e logo que existir, tornar-se-á possível a cooperação nas obras, a subvenção quilométrica, ou a participação na qualidade de acionista (...)o processo de participação me parece mui superior a todos os demais, por ser o que melhor se presta à execução das nossas estradas de ferro provinciais e municipais por Companhias Nacionais, em cuja administração os representantes das Províncias ou Municípios poderão ter influência proporcional à parte do capital fornecido pelas mesmas”.⁷⁰

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 23-24.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p.25.

Com relação ao tipo de bitola a ser empregado nas estradas, Milet discordou da Comissão, alegando que a bitola estreita não atenderia às necessidades do tráfego nas vias principais *“porque os nossos gêneros (na safra) são pesados e volumosos e exigiriam, se fosse adotada a bitola estreita nas estradas principais, uma multidão de trens que, além de aumentar muito o custeio é incompatível com a segurança do tráfego”*. Finalizando a discussão desse quesito, sugere encaminhamentos que corroboravam, apenas em parte, as conclusões do **Parecer**: o desenvolvimento de uma viação pública (principalmente estradas de ferro) e de um Plano Geral de Viação para o Império; a adoção de um sistema misto de bitolas para as vias férreas, com a bitola larga para as *“artérias principais e a estreita para as estradas de segunda e terceira ordem”*. A propósito da competência e gerenciamento das estradas, estabelece que *“as artérias principais”* deveriam ser construídas pelo governo imperial, *“autorizado para tão grande fim”* a utilizar todos os recursos possíveis de crédito; e que as estradas de *“segunda e terceira ordem”* poderiam ser implementadas por companhias nacionais, com crédito do governo (organizadas preferencialmente como companhias de acionistas), para o que seria necessário a revisão das restrições à constituição de associações privadas.⁷¹

Os elevados impostos de importação e exportação foram mencionados como a terceira causa da crise da lavoura mais por insistência das Comissões Provinciais do que por convicção da Comissão Especial da Câmara. Os pareceristas chegaram a admitir que as taxas oneravam os produtos, mas entendiam que a diminuição dos impostos provinciais e gerais sobre a exportação não era medida de grande eficácia para minorar a crise da lavoura. Seu custo unitário, distribuído entre produtores e consumidores, não era tão significativo, apesar de representar 14% dos custos de produção (9% para as taxas gerais e 5% para as provinciais). Todavia, apesar de constituir um custo diminuto quando dividido entre produtores nacionais e consumidores (nacionais e estrangeiros), tais impostos tinham importante desempenho no orçamento do Império. Procurando uma solução política de meio termo, os pareceristas propuseram a redução em 2% nos impostos gerais para o açúcar e o algodão, e de 4% em outros gêneros *“cuja produção precisa ser animada”* (o café, por ex.), corte que, fizeram questão de frisar, resultaria numa *“diminuição da renda do Estado em 1800 a 2000 contos.”*⁷²

Em compensação, no que dizia respeito aos impostos de importação, a Comissão acatou os argumentos do Inspetor da Alfândega sobre a importância de se estender aos artífices a isenção de impostos sobre suas ferramentas importadas, privilégio do qual já usufruíam os instrumentos da

⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 26-27.

⁷² *Idem, ibidem*, p. 109.

lavoura em geral e das fábricas de açúcar em particular. Considerou uma medida que, além de fazer justiça aos atuais artífices, era necessária porque os estímulos à alforria incluídos no texto da Lei de 28 de setembro de 1871, provavelmente lançariam muitos libertos no mercado de trabalho artesanal:

*"decidiu-se diminuir os impostos de importação sobre as ferramentas artesanais, concedendo a elas as mesmas isenções que capitalistas abastados e senhores de engenho obtinham quando importavam máquinas para seus empreendimentos [pagavam apenas o expediente do valor delas] (...) como obrigar-se o pedreiro, o carpinteiro, o ferreiro, etc. a pagar direitos de 30%, além dos impostos adicionais, para sua pobre ferramenta, que o ajuda a ganhar, e mal, o pão cotidiano? (...) A moderna lei de emancipação de escravos, vindo acelerar as manumissões particulares (...) vai lançar no seio da sociedade, milhares de criaturas que procurarão prover por si os meios de subsistência".*⁷³

A opinião do **Parecer** no que dizia respeito aos impostos de exportação sobre os produtos agrícolas não tinha a anuência das comissões provinciais, particularmente as da Bahia, Paraíba, Alagoas, Pernambuco e S. Paulo, que haviam considerado como graves os efeitos dos direitos de exportação quando incidiam sobre gêneros já depreciados como o algodão, o açúcar e a erva mate. Para elas, o custo desta taxa recaía sobre o lucro dos agricultores e não sobre os consumidores estrangeiros pois, para tornar o preço destes produtos mais competitivo no mercado internacional, os produtores tinham que restringir seus ganhos. Milet partilhou do posicionamento das comissões provinciais, e fez questão de apontar a discordância entre a opinião dos produtores e a do governo, reiterando que os impostos acabrunhavam os agricultores, incidiam sobre seus lucros e, na falta deles, sobre seu próprio capital, de forma que, numa circunstância de crise como aquela vivida pelas províncias produtoras de açúcar, poderiam significar a falência de muitos senhores de engenho. Neste aspecto, os impostos tornavam-se a causa primeira da crise da lavoura:

*"Reconhecem as Comissões [provinciais], de acordo com as informações colhidas em todo o Império sobre o estado da lavoura, que os impostos de exportação e alguns de importação, são deprimentes das forças da agricultura e dos operários que a servem. Por isso concluíram, obviamente, no sentido da redução, ou antes a supressão daqueles óbices ao desenvolvimento do trabalho nacional. Entretanto, a pretexto de que medidas desta ordem não são suficientes para salvar a lavoura e precisavam ser acompanhadas de auxílios diretos; que a soma da redução, subdividida pelas múltiplas parcelas que correspondem a todos os lavradores do império, caberia insignificante quota a cada um; e, finalmente, que a dita quota só beneficiaria aos compradores [exportadores] ou Correspondentes e não ao produtor do gênero, contentaram-se com a redução insignificante de 2%, já incluídos no Projeto do Orçamento de 1875-1876, adiando o mais para as Calendas Gregas(...)"*⁷⁴

⁷³ Idem, *ibidem*, p. 108.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p.108; 28.

Os agricultores não podiam esperar que a redução dos impostos fosse postergada para o futuro. As taxas cresciam, naquele momento, em 300 réis o preço de produção de cada arroba de açúcar. Além disso, a redução proposta pelo **Parecer** [2%] não tornaria estes preços remuneradores a ponto de resolver a ruínosa situação da maior parte dos senhores de engenho. Porém, considerou Milet, esta diminuição, ou melhor ainda, a redução por completo destas taxas permitiria que o açúcar pagasse seus custos e os agricultores em dificuldades pudessem esperar por um ano ou dois a fundação do crédito rural e as Fábricas Centrais anunciadas pelo Governo. Nesse sentido aconselha, empenhadamente, a redução a $\frac{1}{2}$ ou 1% dos impostos sobre todos os gêneros de exportação, excetuando o café e a borracha, que obtinham bons preços no mercado, que pagariam 5%; e a mesma redução dos direitos de importação sobre gêneros e artefatos estrangeiros indispensáveis à lavoura. Argumenta:

“(...) a supressão dos impostos não é apenas justa (...) é também necessária. Os tributos que pesam sobre o produtor dos gêneros de exportação não recaem sobre o consumidor estrangeiro [conforme acontecia com os impostos cobrados sobre os produtos importados, ou sobre o comércio, ou ainda, caso excepcional, com o café e a borracha]. Para o açúcar e o algodão, e em geral todos os outros produtos exportados, o preço nos mercados consumidores é determinado sem a audiência nossa; os tributos, portanto, saem dos lucros do agricultor, e na falta do lucro, saem do seu capital. Isso acontece com os senhores de engenho. Nisto dá-se uma injustiça flagrante, pois cada cidadão deve concorrer para as despesas públicas na proporção de seus haveres, e nunca na proporção do que produz”.⁷⁵

A “*carência de braços*” foi considerada como a quarta causa da crise da lavoura no Império, e o **Parecer** relacionou sua origem a três circunstâncias específicas. A primeira, uma decorrência da Lei de 28 de setembro de 1871, responsável pelo desencadeamento de um processo de emancipação gradual da escravatura “*que dentro de pouco tempo estaria completa*”; a segunda, as dificuldades que aborígenes, ingênuos e trabalhadores nacionais colocavam para substituir os escravos nos trabalhos da lavoura; e, a terceira, a inadequação de se recorrer aos imigrantes *chins* e *coolies*, assim como as precárias condições que o Brasil oferecia para atrair colonos europeus. Comentando os prováveis substitutos dos escravos, o **Parecer** descarta a possibilidade de se recorrer, de imediato, aos aborígenes já que “*habitados à vida nômade e possuídos de um profundo horror e instintiva repugnância ao homem civilizado*”, não se poderia esperar muito deles antes que passassem por um programa de reeducação. Também não se poderia contar significativamente com os escravos alforriados e com os ingênuos porque “*impacientes de gozar da liberdade, abandonarão os engenhos, fazendas e fábricas para tornarem-se proprietários por sua conta (quando tiverem*

⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 30-31.

*pecúlio) ou para internarem-se nas matas, vivendo na indolência, da caça e da pesca, suficientes para sua subsistência".*⁷⁶

Quanto ao trabalhador nacional, ele não poderia resolver a carência de braços por ter horror ao trabalho manual que "*o escravo desairou*" sendo, portanto, muito difícil aproveitá-los como "*cooperadores da cultura e da produção*". Por outro lado, os proprietários, despreparados porque apegados à práticas tradicionais e à rotina, não contribuíam em nada para a superação desta aversão pois monopolizavam mais terras do que podiam cultivar e se recusavam a vendê-las ou aforá-las de forma a reeducar os trabalhadores, criando vínculos entre eles e a propriedade. Estes proprietários enxergavam o agregado como um antagonista e, quando o aproveitavam, faziam-no mal: recorriam a métodos rotineiros que não melhoravam a produção, sendo que eles mesmos não conheciam as melhores técnicas agrícolas. Os pequenos proprietários, por sua vez, também seguiam a tradição e a rotina, produziam muito pouco e viviam pobremente em choupanas.⁷⁷

A partir deste diagnóstico, o **Parecer** argumentou que a vinda de colonos estrangeiros e a recorrência a "*maquinismos aperfeiçoados*" seriam os procedimentos mais condizentes com a escassez de braços e, dentre estes colonos, priorizou os europeus, elementos ideais para a criação de uma nação espelhada nas européias. Baseando-se na experiência de outras regiões, acentuou os inconvenientes da imigração asiática. Ela representava um retrocesso para qualquer perspectiva de reeducação dos proprietários assim como para a remodelação da sociedade, embora, em caso de extrema necessidade, representasse uma alternativa:

*"A ilha Reunião gastou 24 milhões de francos em 8 anos para a importação de colonos. A produção da ilha cresceu. Quanto mais, porém, não cresceria se essa importante soma fosse aplicada no aumento dos salários com que se poderia obter braços europeus, a compra de máquinas aperfeiçoadas e contratos de mestres de fábricas e de agrônomos e a criação de escolas? Não se pode, porém, desconhecer que o coolie e o chin são trabalhadores mais aptos para servirem de elo de transição do regime de trabalho escravo para o trabalho livre. Na impossibilidade de obter outros cooperadores, podem eles ser úteis ao Brasil (...) porém, deve ser escrupulosa a escolha dos asiáticos."*⁷⁸

Apesar de reconhecer no colono europeu o substituto ideal para o escravo, a Comissão elencou as inúmeras dificuldades que se colocavam para uma imigração européia na escala desejada. Registra, especialmente, o problemático relacionamento entre os imigrantes e a escravidão, uma vez que dele também resultava a desvalorização do trabalho manual. Comenta ainda que os europeus

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 110.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, p.111.

exigiam salários altos, exagerados mesmo, e o custo deste trabalho inviabilizava lucros compensadores para os lavradores brasileiros. E, por fim, arrola os impedimentos que o mercado de trabalho no Brasil colocava à imigração européia: a falta de uma legislação sobre os contratos de trabalho, as restrições da grande propriedade territorial aos arrendamentos de terras aos colonos, os inconvenientes dos contratos de parceria, a falta de instrução profissional que impedia a divisão do trabalho e a introdução de máquinas agrícolas aperfeiçoadas, uma vez que tolhia seu pleno aproveitamento.

A superação destes obstáculos que dificultavam o aproveitamento do trabalho de nacionais e europeus passava, necessariamente, por quatro medidas: desmembrar a grande propriedade territorial, para facilitar os arrendamentos e mudar o comportamento rotineiro de seus proprietários, alterando a legislação que regulamentava os direitos de herança; regulamentar contratos de trabalho; oferecer instrução agrícola profissional aos proprietários e aos trabalhadores; e introduzir máquinas agrícolas aperfeiçoadas:

*“(...) o trabalho de nacionais e europeus são os únicos com o qual o lavrador poderá contar; os únicos que podem substituir os escravos; os únicos que podem evitar o naufrágio dos engenhos e fazendas. E, para chamar à cultura o trabalhador brasileiro, já vimos o que é preciso fazer com a ação lenta do tempo e a coadjuvação dos poderes públicos. O que faremos para prender o europeu às grandes explorações agrícolas? No entender da Comissão, enquanto não se modificar, com a reforma das leis e dos costumes da sociedade, enquanto não desmembrar a grande propriedade, desmembração que será consequência necessária da legislação que rege a sucessões causa mortis, sempre arrendar a longo prazo a terra aos colonos, abandonar os contratos de parceria, melhorar o sistema de cultura, mudar o sistema econômico e disciplinar da fazenda, enquanto a instrução agrícola profissional não produzir a transformação, habilitar o lavrador com os meios necessários para aumentar a força produtiva pela divisão do trabalho, e introdução de máquinas agrícolas aperfeiçoadas”.*⁷⁹

A empresa agrícola modelar era, naquele momento, identificada com as *Fábricas Centrais*, que combinavam a divisão do trabalho com a introdução de ‘máquinas agrícolas aperfeiçoadas’ para resolver a escassez de braços, o declínio da produção, a má qualidade do produto, enfim, quase todos os problemas que configuravam a crise da lavoura no Império. Acreditava-se que elas remodelavam completamente a empresa e a produção, cumprindo dessa forma um papel, ao mesmo tempo, econômico e pedagógico. Separavam a cultura da cana do fabrico do açúcar, e suas técnicas e maquinismo, permitiam a dispensa dos escravos e a utilização de trabalhadores livres nacionais e estrangeiros, tanto na lavoura quanto na fábrica, solucionando, dessa forma, a “escassez de braços”.

⁷⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 112.

⁷⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 113.

Possibilitariam ainda um aumento da produção e um açúcar de melhor qualidade, capaz de competir nos mercados internacionais, tanto com o açúcar provindo das áreas coloniais, quanto com o europeu extraído da beterraba. Todos estes ganhos já vinham sendo comprovados por experiências realizadas nas Antilhas, na Indonésia e no Egito, assim como nas fábricas européias de açúcar. O valor do produto destas regiões duplicara no último quinquênio. Fazia-se urgente a introdução de tais processos no Império:

“O Brasil está na retaguarda do progresso, quer em relação à perfeição do processo de aplicação de maquinismos modernos, quer em relação ao estabelecimento das fábricas centrais. Ainda quando a produção açucareira aumentasse, se aperfeiçoasse (...) não poderíamos rivalizar por muito tempo com os países açucareiros, principalmente depois do desenvolvimento que tomou em França, na Alemanha, Rússia, Bélgica e Holanda, a indústria da beterraba, cujo extraordinário consumo se tem generalizado. Se a Europa não pode pois, continuar a oferecer fácil mercado ao nosso açúcar, volvamos os olhos para o Rio da Prata, que nos dará natural e vantajosa saída a esse produto, principalmente o do sul (...).”⁸⁰

Ressaltando que o fabrico do açúcar brasileiro era muito “*imperfeito e atrasado*”, pois apenas alguns engenhos, no município de Campos na província do Rio de Janeiro, haviam “*introduzido maquinismos aperfeiçoados*” e melhorado a qualidade do seu açúcar, embora “*sem rivalizar em qualidade com o produto das colônias da América do Norte, do Egito e de Java*”, o **Parecer** indica os melhores meios para viabilizar a fundação das *Fábricas Centrais* no Império. Baseando-se em relatos sobre a experiência antilhana, parte do princípio de que aqueles engenhos que fabricavam de 1000 caixas de açúcar para cima, por safra, já se constituíam em empresas que poderiam, com recursos próprios, implantar os novos maquinismos e tornarem-se elas próprias *Fábricas Centrais*. Quanto aos pequenos proprietários, deveriam deixar de fabricar o açúcar e tornarem-se fornecedores de cana para as fábricas organizadas como empresas de investidores privados, as quais seriam incentivadas pelo Governo Imperial.

Ao respaldar esta forma de encaminhamento para as *Fábricas Centrais*, a Comissão relevou resultados de um Relatório apresentado ao governo francês sobre o desempenho destas empresas na França (assinado por M. Basset) que, no caso, processavam o açúcar de beterraba. O texto do Relatório alertou os incentivadores das *Fábricas Centrais* como associações de investidores, para os conflitos que costumavam se instaurar entre os fornecedores da matéria-prima e os proprietários da empresa. A dependência dos produtores das redondezas à fábrica, os baixos preços impostos pelos fabricantes especuladores (mais preocupados com o retorno do capital investido e com o lucro rápido do que com o bom relacionamento) aos fornecedores da matéria prima; e a conseqüente

recusa destes últimos em abastecer as fábricas, processando sozinhos e artesanalmente a beterraba, haviam levado as indústrias à falência por falta de produto para abastecer as máquinas. O Relatório do especialista francês era explícito: assim como ocorrera nas Antilhas, as fábricas centrais não poderiam conviver com os bangüês. Sugeriu, então, uma forma mais harmoniosa de relacionamento entre fabricantes e fornecedores: as fábricas centrais poderiam ser associações de produtores de matéria-prima, fosse ela beterraba ou cana:

*“Acrescenta M. Basset, que os engenhos centrais não poderão lutar com o fabrico do açúcar nas próprias fazendas pois, neste caso, as despesas serão reduzidas ao mínimo e os gastos de produção hão de ser tão módicos, que os refinadores comprarão o gênero pelo preço das fábricas industriais. Termina dizendo que os engenhos centrais irritam o produtor por meio de manejos desonestos e desarrazoadas exigências; que hoje o preço da beterraba é muito mais alto, resultando que o açúcar para as grandes fábricas industriais fica hoje mais caro; que os benefícios que desta venda aufera o cultivador, não o convidam a continuar a vendê-lo, e que a única e derradeira âncora de salvação para as empresas industriais é associar os produtores às suas operações para com eles dividir os lucros”.*⁸⁰

Fundamentando-se nos resultados dos engenhos centrais antilhanos (sem considerar os problemas colocados no início de seu funcionamento), egípcios e javaneses, e nas sugestões arroladas pelas comissões provinciais, a Comissão Parlamentar ignorou as dificuldades apontadas no Relatório Basset e recomendou que o Estado incentivasse os investidores:

*“(...) tudo quanto se diz acerca do preço da beterraba lhes parece (às Comissões provinciais) sem aplicação à lavoura de cana; que, embora as empresas industriais dos engenhos de açúcar tenham caráter e fim mercantil, não deixam de prestar grande auxílio à média e pequena cultura; que o lucro da fábrica não exclui o lucro do produtor, nem lhe é incompatível, que a perfeição dos produtos das fábricas centrais, fundadas em algumas ex-colônias da América, principalmente na Martinica e em Guadalupe, o alto preço que estes produtos obtêm no mercado provam que os fabricantes são versados na ciência da fábrica; que os contratos celebrados entre os fabricantes e os fazendeiros os ressalvavam.(...) os capitais estão retraídos e desconfiados (...) e é difícil obtê-los sem a proteção do Estado, meios pecuniários para a criação dos engenhos centrais. E, no entanto, eles serão poderoso e eficaz auxílio para elevar do abatimento a produção açucareira ameaçada de extinção por falta de métodos aperfeiçoados para o fabrico. Venha, pois o estado amparar a nossa principal fonte de receita pela garantia de juros a 7% aos capitais que se empregarem nas fábricas, podendo ser estabelecida uma até três fábricas em cada província produtora de açúcar.”*⁸¹

As recomendações do Parecer sobre os engenhos centrais, associadas ao desempenho e resultado de tais empreendimentos – ou seja, eles não tiveram sucesso em virtude justamente de problemas análogos àqueles apontados no Relatório Basset – levam à conclusão que as Comissões provinciais, suggestionadas pela difícil situação dos produtores de cana e, principalmente, pelos

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 114.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p.118.

interesses dos financistas, acabaram por ignorar as reais necessidades da maioria dos agricultores, especialmente dos pequenos. Esta foi a opinião de Milet sobre as *Fábricas Centrais*, tanto no **Quebra-Quilos** quanto no texto do **Auxílio à Lavoura**. Embora reconhecesse estes empreendimentos como uma alternativa importante e urgente para solucionar a crise dos engenhos, Milet destaca os argumentos do Relatório Basset e defende o projeto para os engenhos centrais como associação de produtores, recusando a recomendação do **Parecer**. Para ele, a proposição da montagem das fábricas como empresas de investidores e a proteção do Governo a estas empresas, através da garantia de empréstimos e remuneração do capital investido a 7% ao ano, beneficiariam apenas os especuladores e os armazenários. Sem dúvida, suas restrições ao tipo de empreendimento aconselhado no **Parecer**, tanto para os engenhos centrais quanto para as estradas de ferro, visavam garantir a possibilidade de que eles fossem acessíveis, aos pequenos investidores, no sentido de preservar seu modesto patrimônio acumulado e também ampliá-lo através de uma diversificação dos negócios, cristalizando uma “*classe média*” ainda incipiente no Império:

“Naquele sistema, que é, sem dúvida, o que o Projeto de Lei quer naturalizar entre nós, os lucros fabulosos que devem proporcionar as Fábricas Centrais, e que segundo dizem, chegam a 20 e 30%, não serão para os agricultores, e sim para os capitalistas fundadores e acionistas, classe de indivíduos estranhos à lavoura, e que dest’arte, realizarão todo o lucro proveniente da transformação da nossa indústria agrícola, com mais um inconveniente, no caso de serem os capitais estrangeiros, o de serem os ditos lucros exportados com grande prejuízo para o país (...)

O verdadeiro sistema que merece todo o apoio dos poderes do Estado, é o que habilitará os senhores de engenhos a serem proprietários e administradores das Fábricas Centrais, que hão de moer as respectivas canas. Estão eles prontos a por mão à obra que os há de salvar; não podem, entretanto dispensar o auxílio direto do Governo (...)

*Quanto ao auxílio direto que o mesmo Projeto estabelece, pela garantia de 7% de juro aos capitais empregados na fundação de uma até três Fábricas Centrais em cada Província açucareira, além de não mudar dito número a devida proporção com o das que devem ser fundadas no prazo de 8 ou 10 anos, beneficiará capitais estrangeiros e especuladores”.*⁸²

No que diz respeito à “*escassez de braços*”, Milet aceitou apenas genericamente os argumentos do **Parecer**: a efetiva escassez de trabalhadores; as dificuldades de aproveitamento dos aborígenes, dos libertos e dos ingênuos; a necessidade da imigração européia e do aproveitamento dos trabalhadores nacionais e as restrições aos asiáticos – que também considerou trabalhadores muito caros e suportáveis apenas como recurso de transição do trabalho escravo para o livre. E acrescentou:

⁸² Idem, *ibidem*, p.118-119.

⁸³ Idem, *ibidem*, p. 4.

“(...) empregada em grande escala[a colonização com os chins] além do notável inconveniente da infusão de um sangue inferior, daria lugar à exportação anual de grande parte dos salários da produção, o que é insuportável do ponto de vista econômico(...)”⁸⁴

Porém, as concordâncias terminaram aí, e as diferenças começam no entendimento da própria origem da escassez de braços. Enquanto o texto parlamentar destacara os efeitos da Lei do Ventre Livre, que promoveria a emancipação gradual dos escravos, Milet periodizou outro momento e reconceituou “*escassez*”. Discordou que a Lei de 28 de setembro tivesse criado uma falta generalizada de mão-de-obra. Em primeiro lugar, porque esta “*escassez*”, para a maior parte dos proprietários, principiara em 1850 com a abolição do tráfico de escravos, fazendo-se mais sensível nos trabalhos da cultura da cana – plantio, limpeza, corte e transporte. O estancamento do tráfico fizera com que os senhores de engenho, desde aquela época, recorressem aos trabalhadores “*alugados*” para realizar estas tarefas e concentrassem seus escravos nas atividades da fábrica. Para ele, o grande transtorno trazido pela lei começava a acontecer naquele momento, uma vez que principiava a prejudicar as equipes de trabalhadores escravos da fábrica. Não porque ela alforriaria os filhos dos escravos nascidos a partir de 1871, mas porque suas segunda e terceira cláusulas incentivavam a libertação dos escravos ativos, promovendo e garantindo a manumissão conflituosa, mesmo à revelia do senhor, quando o escravo dispunha de pecúlio próprio para comprar sua liberdade, ou quando os obtivesse através da Caixa de Emancipação. Estas determinações da lei passaram, a partir de 1871, a tensionar mais fortemente a relação senhor-escravo e a desorganizar o funcionamento do engenho, uma vez que, especialmente para os pequenos proprietários, os escravos da fábrica alforriados não podiam ser substituídos facilmente por trabalhadores livres, conforme acontecera com os trabalhos da lavoura. Os trabalhadores nacionais, além de exigir salários inviáveis para os pequenos produtores, recusavam a disciplina e o ritmo do trabalho exigidos pela produção de açúcar no período da safra. Assim, a Lei de 28 de setembro começava a desorganizar a produção da fábrica, atrelando sua sobrevivência à criação dos engenhos centrais.⁸⁵

⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 35.

⁸⁵ Este efeito da Lei já fora pressentido, pelos senhores de engenho da freguesia do Una, em 1871, quando ela ainda estava em discussão no Parlamento. Ele foi mencionado no texto de uma Representação apresentada à Câmara dos Deputados em 20.7.1871, que procurou sensibilizar os Deputados para os resultados da introdução das cláusulas que franqueavam as manumissões. Cf. *Representação dos proprietários e agricultores da Freguesia de Una da Província de Pernambuco*, apresentada à Câmara dos Deputados em sessão de 20 de julho de 1871, pelo Deputado Dr. Joaquim de Souza Reis. IN: MILET, H. A. - *O Quebra Quilos* ... p. 135-136. A Lei de 28 de setembro de 1871, chamada Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, estabeleceu: ninguém mais nasceria escravo no Brasil; o direito à alforria por pecúlio, em algumas circunstâncias, mesmo a revelia dos senhores; a abolição das revogações de alforrias; e criou um Fundo de Emancipação.. Milet considerou que os dois últimos dispositivos, por permitirem a aceleração do número de alforrias e franquearem a intervenção do Estado na relação senhor-escravo, desorganizavam a “*oficina social*”, motivos que o levaram a liderar uma representação de Proprietários e agricultores

Nesse sentido, os homens livres pobres e os pequenos proprietários não estavam disponíveis para as tarefas da fábrica, ou cobravam salários altos, ou, ainda, não cumpriam a tempo e a hora as exigências do fabrico do açúcar. Assim, Milet fez severas recriminações ao Governo Imperial pela promulgação da Lei de 28 de setembro de 1871, não porque ela concedeu liberdade aos nascituros, sim pelas cláusulas que acabaram por restringir o prazo dos agricultores para adaptarem-se ao trabalho livre e pela morosidade do Estado em providenciar alternativas para a lavoura. Então, comenta com ironia:

"A Lei de 28.9.1871 não criou a situação contristadora de que trata o Parecer, pois esta datava da supressão do tráfico; só fez, pela adoção do Ventre Livre, marcar um prazo fatal, dentro do qual deve completar-se a transformação já principiada; e, pela criação do Fundo de Emancipação e mais medidas tendentes à libertação da atual geração escrava, encurtar aquele prazo, que os nossos legisladores, no filantrópico arroubo que os arrastava, acharam, ao que parece, por demais extenso.

*Dar-se-á que nisto errassem, e o prazo pouco excedente ao fim do andante século, marcado pela primeira parte da Lei para uma transformação que custou séculos às nações do Velho Mundo, já fosse escasso. Esta foi e ainda é minha opinião. Contudo, quanto menor o tempo concedido para a metamorfose é mais urgente a necessidade de facilitá-la; e já decorreram 4 anos sem que se tomasse providência alguma nesse sentido. Entretanto, a diminuição do número de braços, que no dizer da Comissão 'vão faltando em progressiva escala, deixando a cultura, os engenhos e as fazendas em abandono' é apenas devida à segunda parte da Lei de 28.9."*⁸⁶

Outra discordância significativa de Milet com o **Parecer** estabeleceu-se na maneira de conceber o aproveitamento do trabalhador nacional e do imigrante europeu na lavoura, os quais são vislumbrados no texto parlamentar como substitutos dos escravos, na forma de assalariados ou de arrendatários de terras, mais especificamente no caso do imigrante. Milet, entretanto, recomendou o aproveitamento dos nacionais como parceiros (e defendeu os contratos de parceria criticados pela Comissão), e os imigrantes como pequenos proprietários, ou como trabalhadores qualificados nos engenhos centrais, alocados nas funções de chefia. Isto porque vivera o episódio do *Quebra Quilos*, acompanhara o exemplo antilhano que resultou no desaparecimento dos banguês, ou em sua subordinação aos engenhos centrais de especuladores que monopolizaram, juntamente com os grandes proprietários, a produção do açúcar; e conhecia muito bem as exigências dos rendeiros e moradores. Sempre preocupado com a preservação das propriedades de menor porte e com a

da Freguesia de Una para demonstrar o descontentamento dos proprietários de escravos em relação aos termos da lei. Sobre o significado desta lei para a expansão das alforrias na Corte ver CHALHOUB, S. - **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. S. Paulo, Cia das Letras, 1990; e sobre a insatisfação dos senhores de escravos do oeste paulista ver CANO, Jefferson - **Escravidão, Alforrias e Projetos Políticos na Imprensa de Campinas (1870-1889)**. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1993.(mimeo).

consolidação de uma “*classe média*”, recusou-se a aceitar que a grande lavoura escravista fosse transformada numa empresa fundamentada num “*proletariado agrícola*”, porque este encaminhamento selava as possibilidades de sobrevivência dos médios e pequenos proprietários:

“(...) a grande cultura diretamente explorada por escravos e talvez amanhã por chins, não sobreviverá muito à escravidão; nem é de se desejar que se salve pela criação, aliás impossível no nosso país, de uma classe de agricultores vivendo exclusivamente de salários, de um proletariado agrícola. Com a fundação das fábricas centrais, o colono europeu poderá substituir o escravo no fabrico do açúcar, na qualidade de oficial ou trabalhador da fábrica; o nacional plantará a cana, quer nas condições atuais de parceria, quer em terras vendidas ou aforadas; e, nos gêneros de lavoura que já tomou conta, poderá ele, nas Províncias do sul e centrais, ser coadjuvado pelo europeu, que cá só pode tomar parte na lavoura concorrendo à produção agrícola ou pastoril(...) Não me parece que o arrendamento a longo prazo de terras aos colonos estrangeiros seja uma medida boa, nem suscetível de chamar para o Brasil a corrente de imigração. O incentivo da propriedade é o único capaz de trazê-los às nossas praias e, para isso, é necessário vender aos colonos, sem dependência de formalidade alguma, terras já demarcadas a proximidade de centros de consumo e exportação.”⁸⁷

Concluindo o quesito “*escassez de braços*”, Milet aconselhou o governo a encaminhar a criação, com urgência, de uma lei de locação de serviços para disciplinar as relações entre fazendeiros e trabalhadores imigrantes, muito tensas naquele momento; a demarcar as terras a serem concedidas aos imigrantes europeus; a promover os contratos de parceria “*que muitos bons resultados têm dado à cultura da cana, algodão e legumes em Pernambuco, Alagoas e na Paraíba*”; e a incentivar de modo urgente os engenhos centrais, com a concessão de crédito e apoio à associação de produtores.⁸⁸

A falta de capitais, considerada por Milet como a questão primeira da agricultura, foi a quinta causa arrolada no **Parecer** para explicar a crise da lavoura. Segundo o texto parlamentar, os agricultores encontravam-se, em sua grande maioria, endividados e impossibilitados de melhorar suas lavouras porque, sem contar com órgãos oficiais que lhes ofertasse recursos a juros acessíveis, precisavam recorrer a financistas particulares, os quais impunham exorbitantes taxas de juros:

“Consta do inquérito oficial que a lavoura está empenhada em algumas províncias, lutando com dificuldades de solver seu débito, e em outras, inteiramente destituída de recursos para tentar qualquer melhoramento. Não tendo a seu alcance banco de crédito territorial e encontrando limitado auxílio nos comerciais, obtém dinheiro de particulares que só emprestam sem hipotecas e à vista de letras abonadas no mais das vezes por duas firmas. Por isso, disse a Comissão da Paraíba, que do registro das hipotecas não se pode conhecer com exatidão a dívida da lavoura, e

⁸⁶ Idem, *Auxílio...* p. 34.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 37.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 37.

que fica iludido quem o consultasse no intuito de conhecer os compromissos dos nossos lavradores. Os empréstimos particulares são feitos por letras porque não imobilizam capitais que podem ser fornecidos pelos bancos por meio do endosso das mesmas letras (...) A faixa de juros em algumas províncias são de 7 a 12%; em outras de 18 a 24% e até em certos casos de 48 a 72%”⁸⁹.

Todas as comissões provinciais consultadas haviam-se pronunciado pela necessidade de Bancos de Crédito Territorial ou de Bancos Agrícolas, único expediente capaz de libertar os agricultores dos agiotas. Todavia, tal solução só seria possível com a intervenção decisiva do Estado no sentido de mobilizar capitais para a fundação de tais Bancos. Conclui o **Parecer**:

“Para proporcionar, portanto, à lavoura capitais que se mostram tímidos e desconfiados (ou porque não tinham a segurança necessária ou porque preferiam investir em Apólices do Governo), e convidá-los a se prestarem à fundação de nossa principal fonte de renda, é necessário a intervenção e o auxílio direto dos poderes públicos”⁹⁰.

Argumentando que o crédito territorial e agrícola na Europa (Alemanha e França) nascera “sob a proteção e auspícios do Estado”, o **Parecer** propõe a criação de Bancos de Crédito Real, com recursos da poupança interna (capitais nacionais) ou com empréstimos obtidos na Europa, a serem transformados em letras hipotecárias avalizadas pelos bens móveis e imóveis (escravos, terras e prédios) dos emprestadores e pelas rendas futuras que os empréstimos possibilitariam à lavoura. Eles financiariam a remodelação técnica da lavoura que, por sua vez, resultaria no aumento da produção e na melhoria de sua qualidade. O próprio Estado se beneficiaria, a médio e longo prazo, com estes empreendimentos, pois a revigoração da agricultura estimularia as exportações abrindo a possibilidade do governo arrecadar mais impostos, ou pelo crescimento do volume de produtos exportados, ou pela valorização de tais produtos nos mercados internacionais, o que permitiria a elevação dos tributos. Tais lucros viabilizariam, ao mesmo tempo, o ressarcimento dos emprestadores, dos financiadores e do próprio Estado:

“O empréstimo contraído pelo Estado para obter capitais (externos) que terão que ser empregados nos Bancos de Crédito Real, poderá ser pago mais tarde, quando a lavoura, livre da dívida que a onera, graças aos empréstimos que obtiver a juro barato e a longo prazo, tiver aumentado a sua produção. Então, a elevação dos atuais impostos, a criação de outros, não lhe serão pesados, e o Estado, cuja renda aumentará com os progressos da cultura, se verá largamente compensado dos adiantamentos que houver feito (...) Auxilie-mo-na [a lavoura] embora com algum sacrifício, e ela em breve nos pagará os esforços com larga e remuneradora compensação. Em vez, portanto, de constituir idéia socialista, o auxílio pecuniário do Estado em favor da lavoura, é um

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 121.

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 121.

*recurso lícito e indispensável, o qual tem sido empregado por todas as nações civilizadas, em cujo seio nasceu o crédito territorial(...)*⁹¹

Milet considerou esta proposta irrealizável. Em primeiro lugar porque o Império não dispunha de capital próprio suficiente para concretizar tais instituições de crédito. O capital disponível dos financistas estava ou aplicado em imóveis prediais (que mantinham valores estáveis) ou emprestado a juros compensadores ou, ainda, e sobretudo, investido em Apólices do Governo, que garantiam rendimento seguro de 6% ao ano. Por outro lado, as parcas economias da população, depositadas em Caixas Econômicas ou Montes de Socorros, não podiam financiar empreendimentos a longo prazo. Em segundo, porque os investidores europeus, apesar do atrativo de juros mais altos do que os praticados no seu próprio mercado (3 a 4%), oferecidos pelos países emprestadores (7%), não aceitariam conceder empréstimos destinados à emissão de letras hipotecárias sustentadas pela propriedade territorial. O motivo da negativa seria o mesmo apontado pelos financistas brasileiros para a recusa das hipotecas: as propriedades no Brasil haviam sido submetidas a sucessivos contratos de hipotecas e estavam gravadas de dívidas, não constituindo, portanto, um penhor confiável. Mais, frisa que, mesmo na Europa, os Bancos de Crédito Territorial haviam obtido sucesso parcial. Lembra que o *Crédit Foncier* (um exemplo sempre mencionado pelos defensores dos Bancos Hipotecários) concedera efetivo incentivo apenas às hipotecas prediais ou de grandes propriedades territoriais.⁹² Portanto, não franqueava empréstimos aos pequenos proprietários. E no Brasil, sem escravos, estes proprietários não teriam o que hipotecar. Argumenta:

*“nosso capital flutuante é muito reduzido (inferior a 100 mil contos) e alvo de muitos pedidos, que não me parece possível achar nas diversas praças do Império os 50 mil contos pedidos pela fundação dos projetados bancos. Contar para isso com capitais estrangeiros não passa de sonho irrealizável. Quanto às letras hipotecárias, elas não teriam aceitação na praça”.*⁹³

Dessa forma, avalia que a fundação dos bancos só deveria contar com o capital das instituições já existentes (talvez 60 mil contos), metade do governo e metade capital flutuante nacional, e com Letras do Tesouro “por ora, o único meio que tem o Estado de realizar as antecipações da receita, indispensáveis para os serviços públicos; mas, só seriam disponíveis onde as populações consentissem em recebe-lo”. Conclui:

“Nem por isso pronunciar-me-ei contra os Bancos de Crédito Real Agrícola, cuja criação já deve estar aprovada pela Câmara Temporária, e depender unicamente do Senado. Reputo-os

⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 122.

⁹² *Idem, ibidem*, p. 78-93.

⁹³ *Idem, ibidem*, p.43.

insuficientes. Não creio que possam trazer os esplêndidos resultados com que contam os seus iniciadores; admito, porém, que prestarão temporariamente à nossa lavoura serviços diretos que não são de desprezarem-se, se o Projeto, depois de se tornar Lei do Estado, não for inutilizado pelas exigências dos subsequentes regulamentos.

Desejo [na falta de cousa melhor] a criação de tais Bancos, mas não nutro ilusão alguma a respeito deles; nem os considero na altura de Salvatério da Lavoura”⁹⁴.

Uma vez destacadas as limitações das propostas do **Parecer** – resolver a falta de capitais e do crédito territorial através da criação de Bancos de Crédito Territorial e Agrícola diretamente auxiliados pelo Estado – Milet passa a explicitar suas próprias alternativas. Indaga: “*Será a obtenção de capitais possível apenas por outros meios que não sejam as Economias do trabalho Nacional ou a realização de empréstimos externos?*” Então, aponta outro encaminhamento: a emissão de Papel Moeda inconvertível, por Bancos Emissores Provinciais, devidamente autorizados pelo Governo Imperial:

“O aumento do meio circulante não se obtém exclusivamente com a importação de metal amoeável. Pode ser obtido com a emissão de papel moeda, onde o dito papel goza de confiança pública, sem o ônus dos juros a pagarem-se, e apenas com o inconveniente de não poder ser exportado; ou a emissão de Papel Fiduciário; e, ainda, em grau mais imperfeito, por emissões de papel particular a prazo certo de vencimento.

No emprego de qualquer daqueles meios resulta o aumento do que se chama impropriamente de Capital Monetário; e não é tão somente um aumento nominal, como pensam algumas pessoas que consideram o valor do dinheiro na razão inversa da sua quantidade. O aumento seria nominal se todas as riquezas que constituem o capital social fossem representadas pelo meio circulante; mas, este corresponde a uma pequena fração daquele capital.”⁹⁵

A título de conclusão geral sobre as decisões do **Parecer** – cujo texto acabou contemplando as expectativas de André Rebouças no que dizia respeito ao financiamento dos engenhos centrais e no incentivo à imigração européia – Milet, acentuando as dissonâncias entre o Brasil e a Europa a favor de seu projeto, considera que a população do Império, acostumada a “*tudo esperar dos Poderes Sociais e embotada por três séculos de escravidão*”, não estava preparada para vivenciar um regime de “*liberdade absoluta de crédito e de associação*”. Ou seja, também faz da herança da escravidão um problema, só que, lembrado em benefício de seus pares. Assim, confere a ela um sentido inverso daquele dado por Nabuco. Enquanto o abolicionista fazia da herança da escravidão um monopólio e, portanto, uma circunstância impositora da implantação do *laissez-faire*, para Milet ela inviabilizava tal prática. Assim, o encaminhamento dos problemas que a escravidão havia criado passava pela preservação do protecionismo do Estado para garantir a sobrevivência dos mais fracos:

⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 40-45.

"(...)As gerações criadas na Escravidão não sabem usar da liberdade; não têm as virtudes e os predicados indispensáveis ao cidadão; e nem pode sem perigo restituir de uma vez a liberdade completa. Precisam de demorado tirocínio; é mister gradar-lhe a liberdade como se ministram alimentos aos náufragos extenuados por prolongado jejum.

Por isso, a liberdade absoluta de crédito e associação não geraria logo entre nós os benéficos resultados, os efeitos maravilhosos que oferece ao mundo a grande República Americana; nem deixaria de trazer muitos abusos, se fosse decretada imediatamente, e tivéssemos que passar, sem transição, da compressão e restrição atual, para o regime em vigor nos Estados Unidos.

Torna-se, pois, indispensável um tirocínio; este exige tempo e como a crise atual não admite demora, a par das medidas destinadas a libertar gradualmente a iniciativa individual e coletiva, precisamos de outras, que supram temporariamente a sua ação e não podem partir senão daqueles Poderes Sociais"⁹⁶.

Saindo em defesa daqueles produtores que não tinham condições de concorrer no livre mercado com os grandes proprietários e investidores, Milet espelhou a situação deste segmento social - para ele o mais representativo da nação - à dos escravos em vias de conquistar a liberdade. A libertação destes produtores da tutela do Estado deveria ser tão gradual quanto aquela verificada no sistema de patronato praticado nas colônias francesas e inglesas ou nas alforrias sob condição no Brasil. Inspirando-se nos dispositivos da alforria condicional, defendida pela grande maioria dos proprietários de escravos, combinou em seu projeto medidas protecionistas com outras modelarmente liberais. Nesse sentido propôs a supressão imediata de impostos - "*reduzir imediatamente, a 1%, os direitos de exportação sobre o açúcar, mel, aguardente, lã em rama, o algodão, a erva-mate, couros, sebos, graxas, cacau e fumo; e os direitos de importação dos gêneros ditos livres do direito de consumo.*" Aconselhou a retirada dos entraves legislativos aos direitos de associação, facilitando as sociedades anônimas e comanditárias e a criação de Bancos Emissores nas Províncias, controlados pelo Governo, destinados a prover o capital necessário à aparelhamento dos engenhos e fundação das fábricas centrais. Sugeriu que o Governo abrisse um crédito especial de 400 contos para organizar com urgência um Plano geral de Vias de comunicação fluviais, marítimas e terrestres que abrangesse a totalidade do império; e um crédito de 600 contos para reorganizar a Repartição das Terras Públicas, incumbindo-a da organização do Cadastro Geral das terras possuídas e discriminação do domínio público e particular:

"As posses em terras devolutas posteriores à Lei n. 601 serão respeitadas. Logo depois de demarcadas, as terras devolutas que se acharem encravadas nos terrenos já aproveitados (...) serão divididas em datas, cuja dimensão será determinada pelo Governo, nunca maiores que mil braças em quadra e vendidas em hasta pública"⁹⁷.

⁹⁵ Idem, ibidem, p. 46-48.

⁹⁶ Idem, ibidem, p.58.

⁹⁷ Idem, ibidem, p.65.

No *Epílogo* do livro *Auxílio à Lavoura e Crédito Real*, organizado em outubro de 1876, Milet expressa todo seu desencanto com as medidas governistas e com a situação de “naufrágio” da lavoura. Nessa época, as recomendações do **Parecer** da Comissão da Câmara, com o qual ele tanto polemizara, haviam sido apenas reformuladas para “pior” por um substitutivo do Senado que as transformou na Lei 2687, que ficou conhecida como Lei de Auxílio à Lavoura. Considerou este substitutivo senatorial uma utopia, por criar um Banco de Crédito Real com capital estrangeiro – “o *Grande Banco Europeu Brasileiro*”. No geral avaliou que os dispositivos aprovados pelo Parlamento para auxiliar a lavoura eram lentos demais para acudir os senhores de engenho que não poderiam esperar mais do que duas safras. Tal era o caso das *Fábricas Centrais* legitimadas na forma do **Parecer**, e do “*Grande Banco Europeu Brasileiro*”.

“(…) Que anos não serão precisos para que se generalize semelhante formação: se criem 180 a 200 Fábricas Centrais. O resto do século andante não me parece prazo exagerado (...) E quem o aproveitará? Tão somente aqueles agricultores que ainda podem esperar certo número de anos; e, por conseguinte, unicamente os que estão bem montados e ainda hoje lucram alguma coisa.

*Pelo que toca ao geral dos senhores de engenho, os que têm pouca fábrica e devem na praça, fora preciso, para salvá-los com a fundação das Fábricas Centrais, que fosse, a bem dizer repentina, e abrangessem a totalidade do território onde fenece a cultura da cana, condições estas de impossível realização(...) o sr. de engenho que não pode esperar mais uns dois ou três anos, e não se acha na zona de atividade de alguma Fábrica Central, não tem alvitre melhor do que liquidar, sem mais demora, enquanto ainda pode salvar alguma coisa e procurar outro meio de vida, pois o Governo só pode oferecer medidas de alcance limitado: algum impulso às Vias de Comunicação, a redução das tarifas das Estradas de Ferro, e a fundação de meia dúzia de Fábricas Centrais (...) Ou então esperar e sofrer uma liquidação forçada, que há de deixá-los sem cousa alguma; reduzidos à miséria irão aumentar o contingente dos elementos revolucionários que já contém em avultada proporção a sociedade brasileira”.*⁹⁸

A crítica à especulação e à concentração da riqueza, que eram as grandes ameaças à preservação das propriedades de menor envergadura, originou todos os comentários de Milet ao **Parecer** de julho de 1875 e à Lei 2687: a defesa dos métodos “rotineiros”, a criação de estradas de ferro sob os auspícios do Estado, mas também abertas à sociedades de pequenos investidores; a condenação dos impostos de exportação e importação; a proposição dos engenhos centrais como associação de produtores e a veemente recusa dos Bancos Hipotecários, especialmente aqueles financiados pelo capital estrangeiro, porque penhoradores dos instrumentos de trabalho do agricultor: arados, frutos pendentes, colheitas, animais, escravos e a terra, bens, desde tempos imemoriais, inalienáveis.

⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 71.

"(...)Direi mais, os Poderes Sociais não devem em caso algum autorizar semelhantes derrogações com os princípios gerais, que desde tempo imemorial não sido reconhecidos como indispensáveis à constância da produção agrícola que serve de base às sociedades humanas.

Com efeito, pouco importa ao interesse social que as fazendas e mais mercadorias pertencentes a Pedro sejam amanhã vendidas em leilão e passem para o poder de Paulo, que há de transmiti-las aos consumidores como Pedro teria podido fazê-lo. O mesmo, porém, não se dá com os instrumentos de trabalho, escravos, boiada e instrumentos aratórios. A passagem de tais instrumentos, de um para outro dono, não se efetua sem a diminuição nos produtos, e ocasiona à sociedade, prejuízos diretos que todas as legislações têm procurado evitar, assemelhando ditos instrumentos aos imóveis e cercando-os com as mesmas garantias (é o que os juristas franceses chamam immeubles par destination). Portanto, o agricultor que tiver juízo, antes quererá pedir suprimentos ao Correspondente, que só no último caso, depois de muitas reformas de letras, chega a ponto de intentar a desapropriação, e não recorrerá aos Bancos que 'desapiedadamente' executam a letra no dia do vencimento"⁹⁹.

Mas, a Comissão Parlamentar com a qual o engenheiro debateu também tinha seus interlocutores sediados na sociedade, inclusive em Pernambuco. O discurso sistematizado no **Parecer** de 1874, modificado em alguns pontos – por exemplo na associação entre capitais estrangeiros e nacionais – encontraria apoio entre os proprietários mais poderosos da província. É o que a continuidade da polêmica de Milet nos meses seguintes e no Congresso Agrícola de 1878, revelaria.

A polêmica com outros proprietários

Em 1876, ao mesmo tempo que debateu com o Governo sobre o **Parecer** da Comissão Parlamentar, Milet iniciou uma discussão, também pela imprensa, com o governo provincial e com outros proprietários de engenho que dele discordavam. A polêmica com o governo, cada vez mais ousada nas restrições políticas, retomou temas e argumentos apresentados no ano anterior, como a crítica às práticas econômicas copiadas dos países europeus, em especial aquelas que afetavam a lavoura da cana. Procurou destacar, uma vez mais, a especificidade do Brasil em relação à Europa e aos Estados Unidos, reconceituando a “crise” econômica que se desenrolava no Império e demonstrando-a diversa daquela das nações industrializadas. Na Europa e nos Estados Unidos a questão essencial localizava-se na superprodução de manufaturados, no desemprego e na impossibilidade de ampliar o consumo, devido à desequilibrada distribuição da renda do trabalho. Mas, no Império, tinha outra configuração e era mais simples de ser resolvida por tratar-se, principalmente, de um problema político. Caracterizava-se pela falta de dispositivos legais e decisões políticas para romper a “paralisia” das atividades econômicas, sobretudo do comércio. A

origem de tal *'paralista'* poderia ser reconhecida numa orientação cambial equivocada, que insistia em manter a moeda brasileira equiparada à libra esterlina; nos impostos de exportação, nos juros altos, nas leis que restringiam o crédito e o direito de associação e controlavam a expansão das vias férreas. Portanto, tratava-se da falta de capitais para os produtores que resultava numa produção escassa e cara que, por sua vez, enfrentava um mercado internacional altamente competitivo, no qual o açúcar obtinha preços cada vez mais baixos:

"(...) Os agricultores que foram os primeiros atacados [pela crise] acham-se, com poucas exceções, nas mais tristes circunstâncias, regando a terra com o seu suor sem que de seu trabalho possam obter sequer o indispensável para manterem a si e às suas famílias. Muitos já estão fora de combate; entregaram seus bens aos respectivos credores e desapareceram de cena: grande número de engenhos estão de fogo morto. O comércio vê, a cada dia, suspensões de pagamentos, quebras, arranjos diversos com os credores; estabelecimentos que fecham-se e o martelo do leiloeiro trabalhando sem descanso.

Dos proprietários, uns tens os prédios vazios, por falta de quem os possa alugar; outros, pouco ou nada recebem de seus inquilinos. Os oficiais de ofício debalde procuram trabalho; os operários rurais da mesma forma, embora ofereçam seus braços por metade do antigo salário. Os próprios capitalistas sofrem: não acham emprego seguro para o seu dinheiro: as letras são poucas, o desconto perigoso e os Bancos de depósito não aceitam capitais com a condição de pagar juros(...)

A maior parte do Orbe civilizado está hoje sofrendo os efeitos de uma crise de origem industrial, que da América do Norte onde nasceu, foi estendendo-se a todas as nações onde se acha desenvolvida a indústria manufatora, e acarretou crise correspondente no mundo comercial(...) Entretanto, como não temos propriamente indústria manufatora cujos produtos sofrem a concorrência estrangeira no mercado nacional, nem os nossos gêneros deixam de achar compradores (...) não é à repercussão da crise geral que se pode atribuir, exclusiva, nem primeiramente o mal (embora date da mesma época). Não provém ele tampouco dos excessos de importação, que tem escasseado, nem das empresas mal combinadas e mal dirigidas que determinaram na Corte, com a imobilização e destruição de parte do Capital flutuante, os embaraços em que se viram os Bancos de depósito".¹⁰⁰

Logo, a solução para a crise do Império em geral e pernambucana, em particular, não devia ser buscada no exemplo das nações manufadoras, ou seja, nos preceitos do liberalismo ortodoxo que, naquele momento, baniu a figura do Estado no gerenciamento das atividades econômicas. Sendo de outra natureza, a crise brasileira previa soluções próprias, que combinavam a atuação do Estado em alguns campos e o incentivo à iniciativa privada em outros. Dependia apenas de decisões políticas: da liberdade de crédito, da supressão dos direitos de exportação, e da emissão temporária de papel moeda para empréstimos diretos aos senhores de engenho. Ou seja, requeria condições efetivas para viabilizar a *"iniciativa individual"* tão apregoada pelo Governo mas, contraditoriamente, por ele

⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 6.

¹⁰⁰ *"A crise do comércio e da lavoura em Pernambuco"*, artigo de 29.8.1876 que integra uma outra coletânea intitulada *Miscelânea Econômica*. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife, 1882, livro que reuniu artigos publicados em 1876 e 1877.

mesmo tolhida, sobretudo devido à farsa do sistema eleitoral praticado no Império. Na forma como eram processadas, gerenciadas pelo Poder Executivo, as eleições não exprimiam escolhas da nação, pois impediam o verdadeiro sistema representativo:

“É moda hoje gabar a Iniciativa Individual e apresentá-la como verdadeira panacéia, remédio eficaz para curar todas as nossas chagas políticas e, sobretudo econômicas. Não é, portanto, motivo de admiração vê-la apontada como âncora de salvação na medonha tempestade em que se acham hoje envolvidas as fortunas comerciais e territoriais das províncias produtoras de açúcar e a sorte de seus habitantes (...)

Poderá a iniciativa individual trazer a supressão dos ônus com que carregam os nossos produtores de açúcar e algodão, dotá-los com meios de transporte, proporcionar-lhes braços escravos e instrução profissional? Por certo que não! Poderá franquear-lhes os capitais precisos para as necessidades das vias férreas e fábricas centrais? Direi também que não; que os ditos capitais cá não existem; e para prová-lo, basta lembrar as numerosas concessões de estradas de ferro e de fábricas centrais, até hoje letra morta, a despeito da garantia de juros. Quanto ao crédito que poderia suprir aquela falta, nosso previdente Governo trancou-o, e entregou a chave ao Poder Legislativo que bem guardada a conserva.(...)

Teóricamente a objeção é peremptória e, se com efeito dependesse da Câmara Temporária, do voto dos cidadãos, se na realidade as assembleias primárias elegeassem os eleitores, e estes os Deputados, claro que a iniciativa individual acharia, por aquele lado, o campo aberto para exercer eficaz posto e indireta ação sobre os nossos destinos. Todos sabem, porém, que naquele assunto a prática muito difere da teoria; os Deputados são via de regra designados pelo Poder Executivo, que se encarrega também de fazer a efetiva designação, organizando um corpo eleitoral adrede escolhido par aquele fim(...) Portanto, nem direta, nem indiretamente, pelo exercício da prerrogativa eleitoral, completamente nulificada na prática, pode a iniciativa individual desempenhar o papel que lhe querem atribuir(...)”¹⁰¹

Assim, também fez restrições à maneira como a “iniciativa individual” vinha sendo promovida na província e no Império naquele momento e a descartou como solução para a crise da lavoura, recusando, por exemplo, um projeto provincial que propunha a substituição da cana pelo cafeeiro, que vinha sendo experimentada por alguns proprietários nas comarcas de Bonito e Taquaritinga, sob empenhado incentivo do ex-presidente da província Henrique Pereira de Lucena. Discordou vigorosamente da Diretoria da Associação Comercial Beneficente da Província (A.C.B.P.) e de alguns deputados provinciais que insistiam na criação de prêmios para os agricultores que trocassem a cana pelo café. Segundo Milet, eram “pessoas ignorantes das peculiares circunstâncias da nossa lavoura e do nosso território” que já haviam assumido a falência da cultura da cana.

¹⁰¹ “A iniciativa individual”, 29.4.1876, IN: MILET, H. A. – **Miscelânea** ... p. 1-5. As restrições de Milet ao sistema eleitoral não pressupunham reformas na legislação. Cobrava apenas uma não intervenção do governo nos escrutínios. Considerava as eleições diretas com voto universal, ou restrito aos alfabetizados - o *self-government* típico do verdadeiro sistema representativo - um procedimento ainda inadequado para o Império. Discordava também da eleição direta com voto censitário, estabelecida pouco anos depois, porque privaria do direito de participação política a

Preocupado com a sorte dos senhores de engenho, para quem tal proposta não era uma solução, insistiu:

*"(...) Cumpre reagir contra semelhante crença, que além de errônea é sobremaneira perigosa, pois tende a aumentar o desânimo dos nossos senhores de engenho, e das pessoas que deles dependem, inclusive diversos representantes do Poder Social (...)"*¹⁰²

Para justificar suas restrições à substituição da cana pelo cafeeiro, argumentou, em primeiro lugar que privilegiar um único produto de exportação nacional (no caso o café) seria dobrar-se aos princípios de especialização pregado pelo *Free Trade*, orientação adequada apenas aos países "manufatores" e não ao Brasil. Em segundo, nas províncias do norte, a adesão ao café seria um equívoco, pois ali estavam as terras mais propícias do mundo para o cultivo da cana, "as várzeas argilosas que estendem-se da praia até muitas léguas adentro", responsáveis por um produto que permitiria a "extração de 12 a 13% de açúcar, mediante processos aperfeiçoados". Em terceiro, lembrou que a cultura da cana fornecia aos habitantes da província um gênero de primeira necessidade cujo consumo não era inferior a 30 k. por cabeça ao ano e que, sobretudo, vinha pagando "mais da metade dos gêneros e artefatos" importados do estrangeiro e de outras províncias, "dando lugar a uma exportação anual pouco inferior a 20 mil contos de réis", razões que o fazem exortar e indagar:

*"(...)Facultem aos nossos senhores de engenhos capitais a juro razoável, meios de transporte econômicos como os que gozam seus concorrentes dos mais países, e dentro em pouco achar-se-ão em iguais ou melhores condições que os produtores de açúcar do resto do mundo (...)Encontrará por ventura o cafeeiro, no nosso território, condições naturais tão vantajosas e, por conseguinte, superiores às dos mais países? Só ao futuro pertence a resposta cabal e definitiva à pergunta".*¹⁰³

As restrições, entretanto, não inviabilizavam a experiência. Milet admitiu as vantagens e afinidades do cafeeiro com empreendimentos importantes para a nação: tratava-se de uma lavoura que exigia menor capital do que a cana, prestava-se, com maior facilidade, ao emprego de braços livres e produzia um gênero que, por ter um valor duplo ou triplo do açúcar, podia suportar maiores despesas com o transporte e com os impostos. Apenas, sublinhou que ele deveria ser cultivado nos lugares onde pudesse prosperar porém, sem prejuízo da produção de açúcar, pois, no futuro,

maioria dos agora votantes primários. Todavia, acabou aprovando a reforma eleitoral promulgada por Saraiva. MILET, H.- *Auxílio*...Prefácio p. 6; *Miscelânea*, Prefácio, p.VI-IX.

¹⁰² "O cafeeiro e a cana de açúcar", 12.4.1876. IN: MILET, H.A. - *A Lavoura da Cana de Açúcar*. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife, 1881. O livro reúne artigos publicados durante o ano de 1876.

¹⁰³ *Idem, ibidem*, p. 2-5.

“poderá representar importante papel e rivalizar com o açúcar”, embora não pudesse nunca tomar o lugar da cana.

As discussões com o Governo conservador sobre as medidas a serem tomadas de imediato para acudir os lavradores em dificuldades não constituíram o único tema tratado por Milet em 1876. Na maioria de seus artigos preocupou-se também em polemizar com proprietários pernambucanos que não concordavam com as suas apreciações sobre o desempenho dos engenhos e seus problemas. A polêmica envolveu outras questões práticas relacionadas aos resultados da utilização de *“aparelhos aperfeiçoados”* e de trabalhadores livres em substituição aos escravos nas atividades de plantio da cana e da fabricação do açúcar, bem como da proporção do custo dos fretes das estradas de ferro na produção deste produto.

Para fazer uma apreciação dos resultados obtidos no fabrico do açúcar com a introdução, em diversos engenhos da província, dos *“aparelhos aperfeiçoados”* - uma vez que não conseguiu fazê-lo em seu próprio engenho - Milet recorreu a uma pesquisa entre os senhores mais aquinhoados da zona da mata, pioneiros nas inovações técnicas, e construtores dos primeiros engenhos centrais da província, mais exatamente os proprietários do *Quizanga*, *Belmonte*, *S. Francisco* e *S. João da Várzea*, para quem enviou, em dezembro de 1875, um questionário indagando sobre as mudanças introduzidas e sobre seus resultados. Alguns proprietários responderam diretamente, outros não deram retorno, mas Milet conseguiu informações sobre eles através de pessoas que tinham contato com os engenhos.

A partir desta sondagem chegou às seguintes conclusões. Sobre o *Quizanga*, de José Francisco de Barros Rego, obteve dados genéricos através do fornecedor de máquinas, Sr. Alan Paterson: a fábrica foi mecanizada parcialmente e o proprietário *“não havia se arrependido”*. No *Belmonte*, do Dr. Antonio dos Santos Siqueira Cavalcante, também foi realizada uma mecanização parcial, porém mais sofisticada do que a do engenho anterior. Contudo, segundo informações obtidas através de várias pessoas que conheciam a propriedade, houve problemas. Devido à falta de pessoal habilitado na conservação do maquinário introduzido, o engenho não funcionara com regularidade, uma vez que, em razão de problemas técnicos, enfrentara interrupções na produção que haviam levado a prejuízos. O *S. Francisco da Várzea*, de Francisco do Rego Barros de Lacerda, foi quase completamente mecanizado, produzia bem e seu proprietário estava satisfeito. Enfrentara os seguintes transtornos: de início *“a falta absoluta de pessoal já prático naqueles trabalhos provocara inúmeras interrupções no trabalho”* e, mais importante, o senhor do engenho tivera que

assumir o gerenciamento da produção no lugar do mestre de açúcar e purgador, despreparados para comandar a fábrica depois de mecanizada. Embora a produção do engenho tivesse sido ampliada com relação ao sistema antigo, a partir de apontamentos fornecidos pelo proprietário, Milet refez as contas e percebeu que os lucros advindos da produção não cobriam os gastos com a instalação “*dos aparelhos aperfeiçoados*”, concluindo que o senhor do engenho teria lucrado mais “*se ainda tivesse trabalhando com as tachas do padre Labat e se não houvesse lembrado de métodos aperfeiçoados*”.¹⁰⁴

Em suma, percebe que apenas o empresário que dispusesse de capital acumulado poderia arcar com os custos do período de implantação e estabilização dos maquinismos; ainda, o sucesso só seria possível se o proprietário assumisse pessoalmente o gerenciamento da fábrica e conhecesse razoavelmente o funcionamento das novas máquinas empregadas. Em decorrência, não era uma alternativa para ser praticada por todos os senhores de engenho.¹⁰⁵

Com relação ao *S. João da Várzea*, de propriedade do Barão de Muribeca, mas dirigido também por Francisco do Rego Barros de Lacerda, as inovações técnicas nele introduzidas o haviam transformado quase num engenho central. Analisando o seu desempenho e os seus custos, Milet concluiu que, para honrar suas despesas, o engenho deveria produzir de 5 a 6 mil pães por safra – sua plena capacidade – o que significaria incorporar a cana de seus vizinhos. A fábrica, entretanto, não havia tido este desempenho: vinha realizando apenas um cozimento por dia, justamente pela falta de matéria-prima, estando com uma capacidade ociosa que apenas um grande proprietário, com recursos próprios, poderia sustentar.

¹⁰⁴ Artigo de 8.2.1876, IN: MILET, H. A. - *O Quebra Quilos*, p. 128.

¹⁰⁵ “Os custos do capital e a instabilidade do mercado também afetaram o ritmo de inovação. A lenta acumulação de ganhos do engenho tradicional, em comparação com o custo da aquisição da maquinaria moderna, impedia o senhor de engenho médio de adotar tecnologia inovadora(...)A despeito destas possíveis taxas de retorno, a maioria dos agricultores não investiu em equipamento moderno(...) Umas poucas safras más, quedas ulteriores dos preços do açúcar ou novas perdas de clientes estrangeiros poderiam arruinar o senhor de engenho empreendedor(...)”. EISENBERG, P. – *Modernização*...p. 66. [O sr. José Francisco de Paula Cavalcanti, da cidade de Goiana procurou instalar os “aparelhos aperfeiçoados” em seu engenho *Jacaré*] “(...) nada devia na praça, quando seduzido pelas máquinas a vapor empreendeu montar seu engenho, que mais ou menos ia dando conta das safras que as suas forças permitiam criar, sem o comprometimento de sua fortuna(...) O que sucedeu? Não tendo dinheiro, contraiu um empréstimo com seu correspondente para o fim de comprar e montar um vapor em seu engenho. Efetivamente o montou, mas o que resultou daí? Resultou sua ruína, de forma que hoje não se pode dele mais dizer senhor daquele engenho, mas sim feitor ou administrador do seu correspondente!”. Discurso do deputado A. Nabor, 4/9/1864. *Anais da Assembléia Provincial de Pernambuco*. Recife, Typ. Universal, 1882. p. 445.

Os testemunhos destes engenhos vinham fundamentar as considerações que Milet já divulgara em 1875: a mecanização era um recurso que só poderia ser bancado individualmente por poucos proprietários¹⁰⁶, dados os prejuízos iniciais de sua implementação – a falta de pessoal habilitado, de técnicos para manutenção das máquinas e a capacidade ociosa ocasionada, sobretudo, pela convivência com os bangüês, conforme já alertara o Relatório Basset mencionado anteriormente. Assim como na Europa, com relação às fábricas de açúcar de beterraba, os engenhos centrais não atrairiam especuladores interessados em sua exploração, ou porque concorreriam com aqueles proprietários que podiam mecanizar por conta própria os seus engenhos, ou porque os bangüês que conseguissem sobreviver inviabilizariam – pela recusa em fornecer a cana a preços baixos – a produtividade exigida para garantir rentabilidade. De qualquer forma, estabeleceu-se um debate na imprensa entre Milet e os proprietários dos engenhos mencionados, particularmente com Francisco do Rego Barros de Lacerda, um entusiasta da remodelação técnica. Enquanto Lacerda recomendava, enfaticamente, a mecanização e procurava convencer outros senhores de engenho de seu porte, Milet avaliava que o empreendimento não estava ao alcance da maioria dos proprietários de bangüês da província. E mais, o sucesso da mecanização de alguns engenhos, realizada como iniciativa individual, cobrava a extinção dos bangüês mais modestos.

Outros senhores de engenho, a exemplo do major Presciano de Barros Acioli Lins, do engenho Tinoco, em Serinhaém, e José Bezerra de Barros Cavalcanti, discordaram, no **Jornal do Recife** (10.5.1876) e na **Revista Agrícola e Comercial** (sob o pseudônimo *Agricultor Obscuro*), dos números apresentados em 1875 por Milet. Nos artigos que compuseram o **Quebra Quilos**, o engenheiro havia considerado que:

¹⁰⁶ “Os membros da oligarquia açucareira, com muitos engenhos e consideráveis rendas podiam enfrentar melhor os riscos da modernização. Francisco do Rego Barros de Lacerda começou a reequipar seu engenho S. Francisco da Várzea em 1873 e em 1874 já tinha gasto um total de 33 contos com material e mais 17 contos em transporte e instalações, O Barão de Muribeca, tio de Rego Barros, começou a modernizar seu Engenho S. João da Várzea em 1875. Foi o primeiro agricultor a adotar as caldeiras a vácuo e de efeito múltiplo. Pagou 40 contos pela maquinaria(...) além de 10 contos de frete e instalação. Os dois engenhos da Várzea, um subúrbio de Recife, desfrutavam de baixos custos de transportes.” Estes foram os dois primeiros engenhos centrais a funcionar em Pernambuco. Os maiores proprietários de engenho na Província agrupavam familiarmente entre 15 e 20 engenhos. No final do século XIX, a família de Henrique Marques Lins, Barão e Visconde de Utinga, possuía 30 engenhos localizados em Escada. Seus descendentes fundariam ali engenhos centrais e depois usinas. EISENBERG, P. *Ob.Cit.* p. 69, 151-152. O mesmo processo aconteceu em Cuba; “Os pequenos produtores não puderam industrializar-se. Os aparelhos de vácuo determinaram a ruína completa da antiga classe produtora cubana. Centenas de pequenos engenhos continuaram como antes.(...) ao chegar a década de 1860, existiam na ilha

"(...) os senhores de engenho de pouca força (menos de 20 escravos), trabalhando em lugares distantes dos portos de embarque ou estações da via férrea, ainda mesmo ocorrendo favoráveis as circunstâncias atmosféricas, sendo as limpas dadas em tempo próprio e não havendo transtorno algum na moagem, qualquer preço inferior a 2\$200 por arroba (...) deixava de ser remunerador, não dava nem para realizar as despesas gerais e especiais do agricultor e pagar os dias de serviço a 1\$000, preço que naquela época representava o jornal de um operário do serviço rural(...)"¹⁰⁷

Além disso, observou que *"devido à concorrência do açúcar extraído da beterraba"*, produzido mecanicamente *"pelos processos mais científicos"*, o açúcar brasileiro obtinha uma cotação inferior e a maioria dos senhores de engenho *"trabalhavam de ordinário no prejuízo, atenuado apenas pela posse de escravos e animais, cujos jornais não precisavam pagar"*. E que lucravam alguma coisa quando alguma calamidade diminuía sensivelmente a produção de seus concorrentes, ou quando o preço local subia em razão da baixa do câmbio. Tais senhores *"viviam atrasando-se cada vez mais com seus Correspondentes, até chegarem à liquidação forçada, que com a venda de seus últimos escravos"* tirava-lhes os *"únicos meios de vida e atirava-os na miséria"*.¹⁰⁸

Milet alegou ainda que o produtor brasileiro não tinha nenhuma influência no processo de fixação dos preços do açúcar no mercado europeu, pois a cota de Pernambuco destinada à exportação era muito pequena – 90 a 100 mil toneladas para uma importação de 3 milhões, nos quais Cuba contribuía com 500 a 600 mil e a Europa com 1.400 toneladas.¹⁰⁹ A pequena expressividade do açúcar pernambucano no mercado não lhe permitia pressionar qualquer alta de preços e, portanto, os custos dos impostos de exportação recaíam exclusivamente sobre o produtor brasileiro e não sobre o consumidor estrangeiro. Por outro lado, o preço do açúcar no mercado interno (que absorveria de 12 a 15 mil toneladas) acabava sendo ditado pelos preços de exportação, os quais dominavam os negócios. Como os valores do açúcar estavam baixos, os impostos de exportação e os fretes atingiam uma porcentagem insuportável nos custos de produção – 25% - se a arroba do açúcar ficasse cotada abaixo de 2\$200 réis. Esta porcentagem, conforme já relatamos antes, era um dos itens que acabava por inviabilizar, de imediato, a sobrevivência da maioria dos bangüês.

O major Presciano de Barros Acioli Lins e o *Agricultor Obscuro* refutaram os cálculos apresentados por Milet, insistindo que os engenhos poderiam arcar com os custos dos impostos, dos

apenas sessenta e cinco engenhos mecanizados, contra mil quinhentos e vinte e quatro de força motriz animal e semimecanizados". FRAGINALS, M.M.- Ob. Cit. vol. 1 p. 283.

¹⁰⁷ "O custo da produção do açúcar", 13.9.1876, IN: MILET, H.A. - A Lavoura... p. 6.

¹⁰⁸ Idem, ibidem, p. 6.

¹⁰⁹ A partir de 1860, a produção de Pernambuco passou a representar apenas, no máximo, 3% da produção mundial. EISENBERG, P.- Modernização ...p. 47.

fretes e do trabalho livre, contabilizando um jornal de 1\$000 réis. Instaurou-se então uma polêmica que se estenderia por todo o segundo semestre de 1876, na qual Milet desenvolveu uma longa e bem fundamentada argumentação no sentido de que a preservação da mão-de-obra escrava e a supressão dos impostos de exportação e dos fretes das estradas de ferro, colocações já integradas na discussão do *Parecer*, eram condições *sine qua non* para que a maioria dos bangüês não falisse. Esta argumentação revela-nos muito sobre a complexidade da empresa açucareira, mesmo quando modesta, e sobre o cotidiano da sociedade nas províncias do norte, sobretudo das parcelas pouco lembradas da “*casta dos senhores*”, dos “*Correspondentes*” e dos “*almocreves*”. Também nos proporciona outras imagens sobre o significado econômico e político da escravidão e dos métodos “*rotineiros*”, diversas daquelas projetadas por Nabuco n’ *O Abolicionismo, nas Conferências* e mesmo n’ *Um Estadista*. Mais do que isso, demonstra que a preservação dos escravos era vital mais para os pequenos do que para os grandes proprietários.

Milet partiu do pressuposto de que o lucro estava relacionado ao porte da empresa, ou seja, à produção do engenho, aos bens que possuía – particularmente escravos e animais – e à facilidade de embarque da produção nas estradas de ferro. Admitiu que os cálculos que apresentara não se referiam a engenhos do porte do *Tinoco* (do major Presciano), que possuía 20 escravos de serviço, boiada indispensável ao transporte da lenha, facilidade de embarque do seu açúcar e que, sobretudo, safrejava mais de 2000 mil pães (1000 da fazenda e 1000 de lavradores). Além disso, dispunha de meios próprios para o aproveitamento do mel e do retame¹¹⁰, que eram preservados para o fabrico de aguardente. Todavia, alegou Milet, essa não era a condição da maioria dos senhores, ou das propriedades, pejorativamente denominadas “*engenhocas*”, e excluídas das estatísticas das exposições industriais nas quais a província se fez representar. Estas produziam em média de 600 a 1000 pães, safrejavam sem qualquer maquinário aperfeiçoado, pagavam fretes porque estavam longe dos centros de comercialização e dos pontos de embarque, dispunham apenas de 10 escravos, pouca boiada e dependiam de trabalhadores alugados. Acentuando que os cálculos daqueles agricultores se haviam apoiado em condições especiais de produção – tempo bom, trabalho contínuo na fase agrícola (podas, colheita e transporte) e na fase industrial (moagem e secagem) - Milet repetiu sua avaliação sobre os pequenos produtores. Embora já estivessem condenados a desaparecer, em virtude do descompasso entre os custos e do preço do açúcar, ressaltou a importância do trabalho escravo para o funcionamento destes engenhos bem como sua

¹¹⁰ “Açúcar em forma de glicose que escorre pelo furo das formas de açúcar”. CANABRAVA, Alice P. - “Vocábulos e expressões usados em Cultura e Opulência do Brasil.” IN: ANDREONI, João A. (André João Antonil)- *Cultura e Opulência do Brasil*. 2ª. ed. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 19 p. 120.

impossibilidade de produzir açúcar de boa qualidade e incorporar trabalhadores livres, ou porque custavam muito, ou então por não estarem disponíveis no momento adequado para garantir a continuidade e o ritmo cobrados pela cultura da cana e a fabricação do açúcar:

"A questão já está decidida para as pequenas explorações; os preços atuais do açúcar nos mercados reguladores são tais que estas não podem continuar nem com a conservação dos braços escravos; e não há razão para crer que tais preços possam melhorar de um modo permanente (...) Só é lícito duvidar pelo que toca aos engenhos que safrejam de 1500 pães para cima; e quanto a estes digo, sem medo de errar, que só trabalharão enquanto tiverem escravatura, porque não podem contar com os braços livres nacionais, nem tampouco com a colonização, quer européia quer asiática (...)"

Os engenhos bem montados, que têm fábrica avultada e boiada numerosa, satisfazem as condições especiais de produção (trabalho ininterrupto) e fazem bom açúcar; os que são mal montados e precisam recorrer a alugados, passam por transtornos contínuos; perdem, às vezes, o tempo mais próprio para as plantações e limpas por falta de operários; o (tempo) marcado para a moagem, por falta de cortadores e amarradeiras. Deixam as canas cortadas 6 a 8 dias no campo por falta de cambiteiros; moem canas de 15 dias ou 3 semanas, mofadas e já nascidas; fazem péssimo açúcar, que não podem purgar, e dão graças a Deus se apuram 6 ou 7\$000 líquidos, por cada um daqueles pães de açúcar que dão 10 ou 12\$000 a quem, achando-se em boas condições, não está sujeito às eventualidades do trabalho livre.

Vemos hoje, quase em toda parte, os operários rurais, os cortadores e amarradores, os cambiteiros e almocreves, oferecendo os seus serviços, até por preços inferiores ao de costume; parece que sobra-nos mão de obra. Ninguém, entretanto, deve iludir-se com esta abundância repentina de braços: provêm unicamente da crise em que nos achamos, de não ter o maior número dos nossos senhores de engenho com que pagar alugados. Ainda ontem, quando os agricultores não se achavam de todo esgotados, e ainda dispunham de algum crédito, quem precisava de gente para a roçagem, limpas, corte de canas ou cambitagem, gastava dias e dias a procurá-los; muitos plantadores pobres perdiam suas canas, ou faziam mel em vez de açúcar, por não acharem quem os ajudasse, embora oferecesse alguma coisa além dos preços usuais (...) A realidade é que, em tempos normais, o salaríato rural é insuficiente para fornecer à agricultura, como se acha hoje organizada, o suprimento de braços que precisa; e, por conseguinte, seria loucura contar com ele para suprir a falta de 30 ou 40 mil braços escravos então empregados em nossos engenhos. A experiência de doze anos em que fui senhor, ou para melhor dizer, escravo de engenho, diz-me que atualmente não se pode contar como salaríato para suprimento regular de serviço braçal, a tempo e à hora, como requerem os trabalhos do campo e do fabrico do açúcar; e o raciocínio indica-se que semelhante insuficiência tornar-se-á cada vez maior à medida que desaparecerem os braços escravos (...)"¹¹¹

Milet também explica as razões da escassez de trabalhadores livres na província: a população das comarcas do litoral não era numericamente suficiente para a soma de trabalhos que a produção anual do açúcar exigia; achava-se mal repartida e o salaríato tinha poucos atrativos:

"Para o operário agrícola, o salário não é, entre nós a fonte principal à que precisa pedir o seu sustento e da sua família [diferentemente do que ocorria na Europa]; e sim o acessório, destinado a suprir as exigências da vida civilizada. Embora lhe seja custoso adquirir a propriedade do solo,

¹¹¹ "Parêntesis", (5.10.1876. *Idem, ibidem*, p. 12-14.

*como o uso da terra lhe é franqueado com liberdade, planta para si; e só trabalha alugado enquanto adquire o dinheiro indispensável às compras na vila ou povoação próxima. Acresce que a caça, a pesca, as indústrias extrativas oferecem-lhe meios de furtar-se às pesadas sujeições do salaríato(...)*¹¹²

Ainda, discordava daqueles que defendiam o recurso a “regulamentos policiais” como meio de impelir os homens livres pobres ao trabalho, pois desconfiava de sua eficiência:

*“(...) Os regulamentos policiais podem, quando muito, tornar efetiva a obrigação que corre a cada cidadão, de justificar meios honestos de subsistência; mas, nunca obrigá-lo a alugar seus braços, se tiver outro meio de vida; e estes, felizmente, não faltam (...)”*¹¹³

Com relação à imigração estrangeira, esclareceu melhor a opinião já externada no ano anterior, por ocasião da resposta ao **Parecer** da Comissão da Câmara. Recusou a imigração asiática dos *coolies* e dos *chins*, “*embora tenha a seu favor os vantajosos resultados obtidos na Indonésia e nas Antilhas*”, por representarem um perigo econômico e político para o Brasil. Do ponto de vista econômico, tinham alto custo para os agricultores e impediam a participação dos salários na composição da riqueza nacional, uma vez que os exportavam a seus países de origem. Do ponto de vista político, os asiáticos “*eram meras máquinas de trabalho*”, apresentavam um rendimento semelhante ao do escravo, sendo também mais “*inassimiláveis*” que os africanos, e eram, portanto, inadequados à formação da nação pois “*lhes repugnava fundir-se na unidade nacional*”. Além disso, já causavam problemas à ordem pública nos Estados Unidos, nação que acumulava de 100 a 200 mil *coolies*. Quanto à colonização européia, Milet considerou que os imigrantes não se sujeitariam às condições de trabalho que os engenhos requeriam. Concluiu:

“Portanto, a hipótese que serve de base aos cálculos do Major Presciano e ao Agricultor Obscuro, a de um engenho trabalhando com braços livres, não passa de utopia quando considerada aplicável ao maior número de engenhos, mesmo os que podem fabricar de 2000 pães para cima; e caso algum proprietário destemido se arriscasse a experimentar aquela forma de trabalho, e depois de habilitar-se com instrumentos aratórios, boiada e cavalaria suficiente, fizesse apelo aos braços livres, talvez pudesse adquiri-los, mas tão somente à troca de uma remuneração tal que os lucros mudar-se-iam em prejuízo, de forma alguma com o jornal de 1\$000(...) Se aqueles algarismos tivessem aplicação geral, se o maior número dos produtores de açúcar ainda lucrasse com os preços de 2\$000, 1\$000 ou mesmo 1\$600[a arroba de açúcar] não existiria crise da lavoura, nem a do comércio e não se daria a exportação de braços escravos para as províncias do sul(...) O engenho Tinoco não corresponde às características da maior parte dos engenhos da província; possui turbinas de custo inacessível aos senhores menores, que influem na quantidade de açúcar extraído e no aproveitamento do mel para a aguardente; facilidade excepcional no

¹¹² *Idem, ibidem*, p. 15.

¹¹³ *Idem, ibidem*, p. 15.

*embarque do açúcar; a maioria dos engenhos paga frete de transporte por terra e depois pela via férrea(...)*¹¹⁴

Problemas como as queixas dos agricultores contra os fretes pagos pelo transporte do açúcar, a capacidade ociosa das barcas e estradas de ferro da província, e a preferência que muitos proprietários de engenho do interior vinham dando aos almocreves no traslado de sua produção, foram temas que deram ensejo para que Milet não apenas esclarecesse as razões destas ocorrências, mas fizesse um histórico mais detalhado sobre a crise da lavoura em Pernambuco. Segundo ele, a necessidade de remodelação técnica dos engenhos já vinha colocando-se desde a década de 1860 quando a competição nos mercados internacionais se acirrara com a expansão do açúcar de beterraba e com a presença de açúcares coloniais de melhor qualidade produzidos em engenhos centrais de Martinica, Guadalupe, Cuba, Java e Egito. Contudo, circunstâncias específicas brasileiras criadas pela Guerra do Paraguai haviam estimulado a ampliação das plantações e das fábricas de açúcar – a emissão de papel moeda inconvertível, e a baixa do câmbio visando aumentar as exportações e com elas as rendas do Estado, ambas as medidas destinadas a financiar os gastos com a guerra. Com a baixa do câmbio, os preços do produto se tornaram extremamente compensadores e, com a emissão de papel moeda, houve um incremento do meio circulante e dos recursos de crédito. Dessa maneira, os engenhos se multiplicaram porém, devido ao custo, como empresas tradicionais (sem aparelhos aperfeiçoados e com mão-de-obra escrava), instalando-se, inclusive, em locais longínquos das estradas de ferro. Entre 1863 e 1871, a produção de açúcar cresceu significativamente, visto que o preço da arroba, que chegou a atingir 3\$200 réis, compensava todos os custos, inclusive o frete (12% desta valor), fazendo com as estradas de ferro tivessem um volume de carga inédito. Este quadro se alteraria substancialmente com o final da guerra, quando as emissões foram suspensas e com elas o crédito acessível desapareceu. Além disso, a alta do câmbio, que chegou a estabelecer a paridade e mesmo a superioridade com relação à libra esterlina, fez despencarem os lucros de exportação. Os preços do açúcar baixaram, chegando a 1\$600 a arroba, tornando a porcentagem paga com impostos e fretes insustentável para a maioria dos agricultores:

“Levantaram-se, pois, muitos engenhos novos e os antigos aumentaram sua produção em grande escala; cresceu a receita da Estrada de Ferro e a maré ascendente continuou até 1872, apesar da alta do câmbio. Ablata causa, tollitur effectus: aquela prosperidade fictícia, filha do câmbio baixo, devia desaparecer com ele. Em 1873 principiou a retrogradação, coadjuvada pela

¹¹⁴ “Parêntesis”(5.10.1876);e “Os algarismos do Sr. Presciano”(20.10.1876), *Idem, ibidem*,; p. 15-18. O Tinoco se tornaria um engenho central pouco tempo depois, em 1878. EISENBERG, P. *Ob.Cit.* p. 126.

continuação do movimento ascensional do câmbio, que já chegara a 25, e em fins de 1875, atingiu o par excelente.

Desde 1871, os preços dos mercados locais não correspondiam às condições em que se achavam grande número de agricultores, que animados pelos preços de 1867, plantavam canas em lugares distantes das estações, nem às do geral dos menos abastados que, já antes da guerra, se iam atrasando, e não podiam sustentar a concorrência dos nossos competidores estrangeiros. Apuravam muito menos, e entretanto, as despesas eram as mesmas, inclusive a do transporte, que representando 10 a 12% do valor do gênero quando lhes vendiam o açúcar por 3\$200 ou 3\$300, veio a ser de 25% com os preços de 1\$800 a 1\$600. Não podiam deixar de diminuir, tanto a produção como o consumo e, por conseguinte, a soma dos transportes. Por isso, a estrada de ferro, que chegara a transportar 556.000 sacas em 1872, só recebeu 447.000 em 1875(...) Portanto, ainda vigoram nas estações da nossa via férrea as mesmas taxas cuja exorbitância eu queixava-me há 12 anos(...)¹¹⁵

Conforme vimos a propósito do **Parecer**, Milet apoia a idéia de que os fretes deveriam ter seus preços rebaixados de imediato, expediente que beneficiaria 2/3 dos proprietários de engenho de Pernambuco e da Bahia, até porque considerava o valor das taxas muito alto desde o momento em que a Estrada de Ferro do S. Francisco começara a funcionar em 1857. Tão alto, que os agricultores preferiam solicitar os almocreves para transportar seu açúcar ao porto de embarque, embora os preços por eles cobrados fossem superiores aos da via férrea. Explica, então, as razões da permanência deste meio tradicional de traslado do açúcar: o resultado do trabalho do almocreve era personalizado e resultava mais lucrativo para o senhor de engenho. Ele recolhia o produto na fábrica e o depositava no local de embarque com cuidado e segurança, evitando perdas tanto na quantidade quanto na qualidade do produto transportado. Garantia, assim, nenhuma quebra na remessa e melhores preços junto aos exportadores, pois o açúcar não se desvalorizava pela absorção de umidade, o que ocorria seguramente quando se recorria às barcas. Por tais razões, o transporte direto do açúcar às costas de animais era preferível ao da estrada de ferro até 2 ou 3 léguas de distância do porto de embarque, embora o frete da mesma estrada fosse apenas 50 ou 40% do exigido pelos almocreves. De Muribeca para o Recife, era preferível o uso de animais. Além disso, o almocreve substituíra o correspondente no encaminhamento da comercialização e do embarque do açúcar e no providenciamento das encomendas dos senhores de engenho:

"Quanto ao transporte à costa de animais, vemos que o almocreve recebe o açúcar na casa de purgar, e até ajuda o ensacamento e a pesagem; leva o gênero até o armazém do comprador; vende-o; compra as encomendas do senhor de engenho; volta imediatamente com os sacos vazios e, sendo preciso, com o dinheiro da venda, dispensando a onerosa intervenção do Correspondente. Além disto, o açúcar que chega à Praça à costa de animais, obtém sempre de 40 a 60 réis (a mais) por arroba, além do preço que alcança o da Estrada de Ferro e de 160 a 200 réis mais do que os das barcas (...). Com efeito, o açúcar da via férrea, além de vender-se por menos alguma coisa,

¹¹⁵ "O frete do açúcar nas estadas de ferro de Pernambuco e Bahia" (20.11.1876). *Idem, ibidem*, p. 32-33.

*exige demoras de dias, quer na expedição da remessa, quer para a venda e volta dos sacos; não dispensa a presença de um recebedor ou correspondente; está sujeito a quebras, provenientes de sacos rotos ou descuidos, ao pagamento de um frete adicional para ir de Cinco Pontas (onde se localizava o terminal da via férrea) até os armazéns do Recife, e não constitui privilégio algum para frete gratuito dos objetos de que precisa o agricultor" (...)*¹¹⁶

Conclui, que as estradas de ferro teriam que apresentar mais vantagens para arrebatarem o frete de açúcar dos almocreves e das barcaças. Deveriam custar a metade ou 1/3 do exigido por eles e, mesmo assim, só conseguiriam sucesso nesta concorrência quando os engenhos estivessem relativamente próximos às suas estações, as distâncias a serem percorridas entre as propriedades e os portos de embarque fossem grandes e avultada a quantidade de açúcar. E estimou que, pela distância dos engenhos e pelo custo do frete na zona atingida pela estrada, aproximadamente 202 engenhos haviam deixado de utilizar seus serviços na última safra, engenhos que produziam em média 1200 sacas cada um.¹¹⁷

O diagnóstico feito pelo engenheiro e ex-senhor de engenho para a crise brasileira, destacando sua especificidade e, sobretudo, sua simplicidade frente à situação européia e americana, ganhou mais clareza na safra de 1876. Neste momento, pequenas alterações no quadro econômico foram suficientes para dar uma trégua à agonia de muitos produtores de açúcar. Uma pequena baixa no câmbio, aliada à quebra da produção do açúcar de beterraba na Europa, permitiram melhores preços e com eles criou-se um alento para o comércio e para a produção. Apesar deste alento, Milet não deixou de apontar que se tratava apenas de uma "trégua"¹¹⁸, já que as medidas essenciais cobradas pela crise latente, não haviam sido encaminhadas: a supressão dos impostos, o favorecimento das associações e do crédito que viabilizariam os engenhos centrais como empresas de vários associados e a emissão de papel moeda, indispensáveis para a mecanização de toda a lavoura:

"Se pudesse permanecer alguma dúvida acerca da íntima relação que existe entre a prosperidade da lavoura de cana de açúcar e a do comércio e toda a população, bastará o que se passa hoje debaixo de nossas vistas para abrir os olhos incrédulos. Ao estado de atonia, marasmo geral e desconfiança que imperava há poucos meses ou semanas nesta praça e na Província, cujo lamentável quadro debuxei os traços principais no Jornal do Recife de 1° de setembro p.p., sucedeu um período de extraordinária animação. Não reapareceu de certo a confiança geral, pois não são semanas ou meses, e sim anos de prosperidade que exigem os estabelecimentos comerciais ou industriais comprometidos pela crise para reerguerem-se (...) Existe sim, uma trégua; pararam os progressos do mal; os lucros diários já chegam para as despesas (...) cessaram aquelas vendas de

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 37-38.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 37-38.

¹¹⁸ Além da baixa no câmbio, medida preservada até 1885 pela administração liberal moderada que ascendera em 1878, houve uma redução de 2% dos impostos sobre a exportação do açúcar, algodão e lã do R. G. do Sul. MELO, E.C. de – *Ob. Cit.* p. 140.

escravos em grande escala, aqueles leilões contínuos de estabelecimentos comerciais(...) os negócios assumiram a sua marcha normal; as consideráveis remessas de gêneros e mercadorias estrangeiras para o interior, assim como o repentino aumento das mirradas rendas da nossa Alfândega, atestam notável aumento do consumo (...)

Entretanto, por mais animador que seja o quadro atual, cumpre não esquecer que semelhante prosperidade, devida aos males que caíram sobre os nossos rivais d'além mar, há de desaparecer com as causas temporárias a que é devida; que, embora a safra vindoura ainda tenha de principiar com preços remuneradores, por falta de depósitos provenientes da atual(que nem chega para o consumo), não é provável que tais preços persistam. Mais dias, menos dias, com os preços de 1876 voltará, com seu cortejo de desgraças, a terrível crise com que lutávamos; pois nenhum remédio há sido aplicado aos nossos males.

Com os lucros da safra atual poderão, talvez, alguns dos nossos senhores mais abastados e empreendedores, comprar e assentar a caldeira a vácuo, o gerador e as turbinas, que constituem o mais simples e proveitoso dos melhoramentos apontados no fabrico do açúcar. Este porém, só apresenta vantagem para quem safreja de 2 mil pães para cima; não exige menos de 20 contos de réis e, portanto, está fora de alcance do maior número. Hoje, como ontem, como amanhã, a salvação geral e definitiva só pode resultar de medidas enérgicas vindas do poder legislativo: supressão de tributos e óbices para melhorar diretamente os preços; liberdade de crédito, para melhorá-los indiretamente, e abrir campo par a iniciativa individual; emissão de papel moeda para, por meio de empréstimos diretos à lavoura de cana, facilitar a transformação de seu desempenho". (...¹¹⁹)

Milet e a Comissão do Congresso Agrícola do Recife de 1878

Os interlocutores de Milet, em especial aqueles que dele discordavam, mostraram-se mais claramente no encontro de agricultores que aconteceu no Recife entre 6 a 13 de outubro de 1878, meses após a ascensão do gabinete liberal presidido por Sinimbu, no qual o chefe do partido na província, o barão de Vila Bela, ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros. Descontentes com a orientação do Chefe do Gabinete (também ministro da agricultura), e decididos a desconsiderar as sugestões de um Congresso que com apoio de Sinimbu reunira, em julho daquele ano, agricultores de Minas, Rio de Janeiro e S. Paulo, os produtores das províncias do norte organizaram seu próprio encontro. Apesar de realizado por iniciativa da diretoria de suas associações de classe, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP) e a Associação Comercial Beneficente de Pernambuco (ACBP), o Congresso Agrícola do Recife acabou por integrar, por sugestão de Milet, então secretário interino da SAAP, não apenas os grandes produtores de açúcar, mas todos os

¹¹⁹ "A trégua" (20.12.1876 IN: MILET, H. A. - *Miscelânea* ...p. 27-28.

agricultores que concorriam para a praça do Recife.¹²⁰ Nele foram debatidos os sete quesitos sugeridos pelo próprio governo imperial na investigação da crise da lavoura:

- 1° *Quais as necessidades mais urgentes e imediatas da grande lavoura?*
- 2° *É muito sensível a falta de braços para manter ou melhorar e desenvolver os atuais estabelecimentos da grande lavoura?*
- 3° *Qual o modo mais eficaz e conveniente de suprir esta falta?*
- 4° *Poder-se-á esperar que os ingênuos, filhos de escravas, constituam um elemento de trabalho livre permanente na grande propriedade? No caso contrário, quais os meios para reorganizar o trabalho agrícola?*
- 5° *A grande lavoura sente carência de capitais? No caso afirmativo, é devido à falta absoluta deles no país, ou à depressão do crédito agrícola?*
- 6° *Qual o meio de levantar o crédito agrícola? Convém criar estabelecimentos especiais? Como fundá-los?*
- 7° *Na lavoura tem-se introduzido melhoramentos? Quais? Há urgência de outros? Como realizá-los?*

A iniciativa e os quesitos sugerem que o Gabinete Liberal decidira dar continuidade à investigação e ao debate sobre a “crise da lavoura” - iniciado nas gestões conservadoras que o haviam precedido, e que dera origem à investigação e ao **Parecer** de 1874 – para avaliar as razões do insucesso das medidas tomadas naquela ocasião, em especial da Lei 2687 de 1875 (“o salvatério da lavoura”) que propusera os Bancos Hipotecários e de Crédito Real com o aval de capitais estrangeiros; e revisar alguns encaminhamentos, particularmente as sugestões sobre o problema da mão-de-obra. O encontro agricultores das províncias do norte revelou que, além destes problemas, havia desentendimentos com o Gabinete Sinimbu,¹²¹ claramente visíveis no fato dos lavradores não terem sido convidados a participar das discussões realizadas no sul; de o Congresso do Recife ter sido uma iniciativa da SAAP e nas críticas que surgiram aos próprios termos dos quesitos.

Entretanto, para além das disparidades entre agricultores do norte e do sul, as Atas das reuniões, registraram uma competição interna no Congresso, que antagonizou pequenos e médios produtores e financistas associados a senhores de engenho de maiores recursos. Este último grupo, cujo

¹²⁰ A ACBP fora fundada em 1836, mas a SAAP era criação recente, de 1872, do período de dificuldades da lavoura açucareira. “Desse congresso participaram 288 pessoas, durante oito tardes, e as atas incluíram 56 comunicações. Das pessoas que participaram foi possível identificar 61% como senhores de engenho da zona da mata sul de Pernambuco, a chamada zona da mata úmida, onde se localizavam os maiores engenhos da província, e 17% como agricultores da zona da mata norte, incluindo a zona da mata seca e a área dos tabuleiros. Compareceram 25 paraibanos (14%) e uma pessoa de cada província de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Piauí”. EISENBERG, P.- “A questão da mão de obra nos Congressos agrícolas de 1878” IN: **Homens Esquecidos**, p. 169.

¹²¹ Sinimbu tornou-se empenhado defensor da imigração asiática, solução contestada pela grande maioria dos agricultores, especialmente os do norte, conforme vimos nos pronunciamentos de Nabuco em 1879 na Câmara e de Milet na imprensa.

membro mais influente foi o professor do Curso Jurídico, Antonio Coelho Rodrigues, acabou monopolizando as discussões e a Comissão nomeada pela direção da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco e, segundo Evaldo C. de Melo, instruída por Felipe de Souza Leão, sobrinho do barão de Vila Bela e chefe substituto do partido liberal naquele momento¹²². Dessa forma, a Comissão oficial falou especialmente em nome dos financistas do Recife e de proprietários de engenho que já vinham implantando alguns “*maquinismos aperfeiçoados*” em suas fábricas, a exemplo do major Presciano Acioli Lins e do *Agricultor Obscuro*, mas que não podiam dispensar financiamentos para viabilizar a montagem de fábricas centrais. Contrargumentando com o prof. Rodrigues, apresentaram-se poucos pronunciamentos isolados e, com destaque, as intervenções do engenheiro Milet. Embora fosse apenas o secretário interino da Sociedade, em razão do repentino falecimento do titular do cargo, Milet apresentou uma *Memória* que condensou as proposições que vinha externando pela imprensa em defesa dos pequenos e médios investidores, senhores de engenho e plantadores de algodão. Além disso, nos debates, revidou cada uma das respostas preparadas pela Comissão aos quesitos do governo. Nesse sentido, reeditou sua polêmica discordando diretamente do professor Coelho Rodrigues. Pode-se também notar, através das intervenções, a presença de dois outros grupos de interesses bem distintos, que fizeram poucos pronunciamentos. O primeiro, muito restrito, de proprietários muito poderosos que montaram sozinhos seus engenhos centrais, a exemplo de Francisco do Rego Barros, do barão de Muribeca e Henrique Marques Lins. Outro, representativo dos lavradores de cana que no geral concordavam, ora com a Comissão, ora com Milet. A relação de participantes do Congresso registrou, ainda, a presença do Dr. Joaquim Nabuco que, na ocasião, recém-eleito deputado, compareceu a algumas sessões, representando o barão de Vila Bela e, segundo comentário estampado no **Jornal do Recife**, participou apenas de discussões dos estatutos da associação de agricultores.¹²³

As divergências entre os proprietários da província não se externaram de imediato, nas primeiras sessões, a não ser em alguns detalhes. Por exemplo, no fato de a Comissão oficial do Congresso já comparecer com um projeto articulado que atendia os interesses de apenas parte de seus membros, e de Milet ter solicitado que o encontro incluísse a participação de todos os produtores que concorriam para a praça do Recife, e não se restringindo aos senhores de engenho. Nas primeiras intervenções, Milet, em parte com o apoio da Comissão, expressou sua crítica ao sentido que o

¹²² O autor considera que Souza Leão interferiu apenas para administrar a discussão e poupar críticas ao gabinete, do qual o tio participava. MELO, E.C. – **Ob. Cit.** p. 124-125., A questão é mais complexa. A Comissão enfrentou, por um lado, proprietários como Milet, e por outro, senhores de engenho que dispensavam financiamentos, a exemplo de Francisco do Rego Barros e do barão de Muribeca.

¹²³ **Atas do Congresso Agrícola**, p.41; GOUVEIA, F.C.- **Joaquim Nabuco**, p. 115.

governo, no seu entender, conferira à expressão “*grande lavoura*”. Assim, acentuou que o conceito exposto nos quesitos havia confundido “*a grande lavoura*” com a grande propriedade territorial, entendimento com o qual não concordava a maior parte dos agricultores do norte, uma vez que ali a “*grande lavoura*” tinha significado próprio: ela não se confundia necessariamente com a grande propriedade territorial ou apenas com a produção do açúcar:

“(...) Parece-me que no questionário do governo entende-se por grande lavoura coisa diversa do que pensou a comissão (do Congresso), e de que eu também penso; creio que o sr. Visconde de Sinimbu entendeu, que a grande lavoura era sinónimo de grande propriedade. É definição com a qual não posso me conformar. Concordo e tenho sustentado que os poderes públicos precisam proteger a grande lavoura, a grande indústria, mas não a grande propriedade territorial, o que para mim é coisa inteiramente diferente. O que aqui no norte se deve chamar – grande lavoura – não é somente a cultura da cana, mas também a do algodão; porque, se este ultimamente só tem dado lugar a uma exportação inferior a quatro mil contos, não há muitos anos, produziu mais de vinte mil; mais do que o açúcar! Ora, a produção do algodão não depende de grandes propriedades; presta-se perfeitamente à pequena e ao trabalho livre. Quanto à cana de açúcar, parece-me também que, antigamente eram necessários para o seu cultivo numerosa escravatura e grandes propriedades, atualmente não precisa mais d’essas condições ou para o futuro não precisará. A lei de 28 de setembro de 1871 tornou necessária a divisão do serviço agrícola e do fabrico do açúcar. Desde o momento em que não existir mais escravos, com as dificuldades que há no nosso país para a obtenção de braços livres a tempo e a hora, há de se estabelecer fatalmente a divisão do plantio e da colheita da cana do fabrico do açúcar. A grande propriedade deixará de ser indispensável(...)”¹²⁴

A identidade entre Milet e a Comissão terminou aí, e as dissonâncias se externariam na avaliação das respostas dadas a todos os quesitos. No debate que se travou, o engenheiro retomou as teses que vinha defendendo desde 1875. Na questão do crédito agrícola, a Comissão respondeu que havia capitais na província, o que se podia perceber pela existência de grandes somas empregadas em prédios urbanos, em títulos do governo, nas companhias anônimas ou depositados nos bancos. Também não acreditava que a carência de capitais proviesse de maus resultados obtidos pela cultura da cana, apesar de onerada por impostos excessivos, e de enfrentar pesada concorrência com o açúcar de beterraba subsidiado pelos governos dos vários países europeus. Ela não vinha apresentando prejuízos graças aos esforços de alguns proprietários que haviam remodelado suas fábricas. A aparente falta de capitais provinha de duas razões essenciais: a falta de uma legislação protetora dos empréstimos e a concorrência do Estado nos negócios. Assim, havia uma deficiência de segurança legal para o credor nos empréstimos à lavoura, e uma facilidade para o emprego dos capitais disponíveis nos títulos do governo, que pagavam um juro sem ônus de 6% ao ano, tornando-se um investimento rendoso e, sobretudo, seguro.

Para os membros da Comissão, o agricultor estava cercado de privilégios garantidos pela legislação vigente, os quais dificultavam a cobrança das dívidas e geravam incertezas quanto ao seu recebimento. E a forma de solucionar a escassez de crédito seria fazer com que o capitalista acreditasse que seu dinheiro estaria tão bem empregado na agricultura como em prédios, títulos do governo ou letras comerciais de boas firmas. A alteração da lei que regulamentava a propriedade da terra e as heranças seria o caminho básico para se chegar a esta segurança. A lei deveria facilitar a cobrança de dívidas, evitar as grandes despesas de qualquer cobrança judicial, reconhecer ao credor o direito de ser pago em qualquer execução comum (hipoteca ou partilha) em moeda corrente e não em bens, salvo se assim lhe conviesse; tornar obrigatório o registro das hipotecas sobre as propriedades para que o financiador não emprestasse sob a garantia de uma propriedade carregada de dívidas, ou seja, inexistente; tornar as escrituras de hipotecas transferíveis como qualquer outro título do governo, fazendo delas um elemento agilizador dos negócios; e estabelecer uma espécie de agência fiscal que registrasse e cuidasse da execução de hipotecas. Além disso, propuseram a criação de bancos especiais para o financiamento da lavoura (bancos rurais hipotecários), que emprestassem a juros baixos e concedessem longa amortização para os empréstimos ou, dito em outros termos, que o governo imperial estendesse aos capitalistas nacionais as concessões que havia franqueado aos investidores estrangeiros.

A Comissão, não concordava com a emissão de papel moeda por considerá-lo um empréstimo forçado que o Estado imporia a toda a sociedade em benefício de uma classe, a dos agricultores. Entendia que este procedimento era *“inconveniente e injusto”*, pois o capital necessário à agricultura deveria ser o *“capital realizado”*, ou aquele em posse dos financiadores:

*“(...) O único capital que consideramos prestável ao agricultor é, a nosso ver, o capital realizado, de cujo rendimento pretende viver o seu dono, satisfeito com receber regularmente os respectivos juros, estimando não ter necessidade de procurar-lhe novo emprego(...)”*¹²⁴

Estas medidas, fundamentadas na política do livre cambismo, tinham implicações muito importantes. Retiravam a proteção legal sobre a propriedade da terra abrindo espaço para que o capital disponível na província nas mãos dos grandes negociantes, nela fosse seguramente investido e se ampliasse. Afastavam o governo como competidor no mercado de capitais e favoreciam, através dos empréstimos a longo prazo, a expansão e o poder das grandes propriedades através da remodelação técnica dos engenhos e da supressão da concorrência representada pelos pequenos

¹²⁴ *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*. P. 129-130; 308-311.

¹²⁵ *Idem*, p. 121.

bangüês. Em suma, no seu conjunto, concorriam para a concentração da riqueza no estilo da política do *laissez-faire*, conforme vimos amplamente defendida por setores da sociedade e do governo.

Milet fez proposições dissonantes. Principiou por considerar que o crédito agrícola, na maioria dos países, tinha regulamentação diversa do crédito concedido a outras atividades, exatamente para proteger os produtores mais fracos, assim como os menores e as mulheres, das regras do capital especulador. Reiterou que não havia capitais disponíveis no Império suficientes para financiar todos os agricultores, pois o saldo de capitais ainda não imobilizados em bens inalienáveis, era irrisório. Por isso, considerou que seria necessária uma emissão controlada de papel moeda que agilizaria novas atividades. O repasse desse capital à sociedade, especialmente aos produtores mais modestos, seria efetuado por pequenos bancos comerciais, através dos Correspondentes, uma vez que o recurso ao trabalho livre, incontornável desde da Lei de 28 de setembro de 1871, e a remodelação da maioria dos engenhos não demandariam mais quantias individuais muito vultosas nem empréstimos a longuíssimo prazo, conforme ocorria até então em função da necessidade de adquirir a escravaria. Além disso, os Correspondentes, diferentemente dos bancos hipotecários, não colocavam em iminente risco a propriedade da terra e dos bens móveis. Rebateu, mais uma vez, a alternativa dos Bancos Hipotecários, pois ameaçavam os devedores de menores posses, propondo a emissão de papel moeda, no seu entender uma medida mais democrática do que dos bancos, na medida em que com ela poder-se-ia emprestar a um número maior de interessados. No seu conjunto, as proposições de Milet, destoando da ortodoxia liberal que informava as reivindicações da Comissão, implicariam permanências e mudanças nas condições legais vigentes. Não previa a suspensão da lei que protegia os devedores e a propriedade isto é, não aceitava a idéia de desamortização dos bens cristalizados pelas heranças e testamentos, dos direitos adquiridos dos proprietários¹²⁶. Também propunha que os Correspondentes continuassem a ser os intermediários

¹²⁶ Embora abolidas formalmente em 1832, continuavam vigorando, já muito precariamente, as disposições do Alvará de 21.1.1809 para a cobrança de hipotecas sobre as propriedades agrícolas, promulgadas por D. João VI com o intuito de proteger os empreendimentos agrícolas dos especuladores. Elas previam que: "(...) nenhum engenho de açúcar trabalhando, ou em estado de serviço ordinário, sendo cultivado em extensão bastante para moer e manter a escravaria, pode ser executado por dívidas. Um embargo ou sentença, executória só poderia incidir sobre 1/3 do produto líquido da produção. Os outros 2/3 eram destinados para as despesas da cultura agrícola, da administração e para subsistência do proprietário. Há, entretanto, execução, quando o débito for igual ou superior ao valor da propriedade, mas neste caso, a totalidade dos escravos, o gado, as terras e o aparelhamento geral devem ser avaliados conjuntamente e não poderão ser separados do engenho". Apesar da terra ser dada como penhor da hipoteca, não havia como executá-las, pois os débitos recaíam sobre os bens móveis das propriedades, escravos, utensílios e animais. Estas disposições criavam situações inusitadas de senhores de engenho endividados tornarem-se administradores de seus Correspondentes. Um novo código civil vinha sendo preparado justamente pelo senador Nabuco de Araújo, que, entretanto, faleceu sem ter concluído o

entre os bancos comerciais e os senhores de engenho e aconselhava que o Estado liberasse o direito de associação e extinguisse as restrições sobre os negócios de forma a estimular a fundação destas casas de financiamento, agora estreitamente vigiadas pelo governo. Milet fundamentou mais cuidadosamente idéias já apresentadas em 1875 e em 1876:

"(...) Discordo da ilustre Comissão sobre todos os pontos(...) Respondo que a depreciação do crédito agrícola não é privativa do Brasil; é fato comum, ordinário, que existe em toda parte. Não há país algum do mundo, exceto talvez a Austrália, em que o capital imobilizado na agricultura possa gozar do mesmo crédito que o móvel e concorrer com ele no uso do capital monetário temporariamente disponível. Isto provém das disposições da lei civil em vigor em todos os países desde os tempos imemoriais e destinados especialmente à proteção de certas classes de indivíduos, principalmente os menores, as mulheres, etc. para garantir os seus bens contra os desperdícios possíveis de seus tutores legais. Seria a meu ver desejável que a mesma proteção existisse para os bens móveis; principalmente, atendendo-se a que hoje o capital mobiliário, consiste em ações de companhias e apólices do Estado, e considerado valor igual ao capital fixo, ao capital em terras e prédios! Entretanto, não hesitam em propor que se acabe completamente com essa proteção. Não julgo isso admissível(...)

Acredito eu, em primeiro lugar que, em um país novo como o Brasil, o capital definitivamente disponível existe em quantidade diminuíssima, e não pode chegar a acudir as imensas precisões da lavoura. Calculo que, para transformar e melhorar o fabrico do açúcar nas províncias do norte, são precisos, pelo menos, cem mil contos. Ora, cem mil contos de réis talvez seja, pouco mais ou menos, a quantidade de capital disponível, temporária e definitivamente que existe em todo o Império (...) O que me parece é que necessitamos apelar, não só para o capital disponível definitivamente, mas para o capital que não é definitivamente disponível, para a totalidade do que se emprega atualmente em apólices, empréstimos hipotecários, descontos de letras, empréstimos a curto prazo, multiplicados pelos recursos do crédito(...)

(...) As lavouras do norte, e mesmo a do sul, não precisarão, em algum tempo, de capitais a longos prazos e condições favoráveis de amortização. Isto foi no tempo em que era necessário que o proprietário, ou o agricultor possuísem, ao mesmo tempo, o trabalho e a matéria do trabalho. Com a lei de 71, que torna indispensável a divisão do trabalho agrícola e do fabrico do açúcar, não existe mais essa necessidade. Para comprar escravatura era mister que o senhor de engenho obtivesse uma quantia avultada, e a fosse amortizando pouco a pouco; mas hoje, com o trabalho livre, ele só precisará para fundar a safra, d'uma quantidade relativamente muito pequena(...) Não é, portanto, necessário para os negócios correntes que haja crédito de mais de um ano ou dezoito meses, e, conseguintemente, torna-se dispensável, para este fim a criação de bancos especiais, dos bancos hipotecários.

A esse respeito, é opinião geral que os bancos agrícolas, como foram planejados pela lei de 1875, poderão prestar serviços à lavoura, estabelecendo hipoteca sobre os frutos pendentes e a mobília agrícola. Tais bancos existem em várias partes do mundo, e em alguns países têm prestado serviços; mas, aqui no Brasil, parece-me que não farão o mesmo; porque na Europa, por exemplo,

compromisso assumido com o governo imperial. A execução das hipotecas sobre a terra, discutida desde 1864, passou a ser cobrada mais insistentemente a partir de 1875, pois era condição *sine qua non* para o sucesso dos bancos hipotecários. Este requisito foi confirmado pelas dificuldades de captação de recursos na Europa, fato que havia inviabilizado a fundação de qualquer banco até aquele momento. Alvará 2/1/1809, que concede aos agricultores do Brasil o privilégio de não serem executados nas propriedades dos engenhos e lavouras de açúcar. *Colecção de Leis do Brasil*. 1809. R. de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, p. 16-18; KOSTER, H.- *Viagens ao Nordeste do Brasil*. p. 449; MELO, E.C.- *Ob. Cit.* p. 132.

*um lavrador que fez uma plantação de trigo pode tomar emprestado sobre esta plantação: quando chegar o tempo de colheita, pode vir o credor ou mandar cortar o trigo e levá-lo para casa. Aqui, o senhor de engenho que tomasse o dinheiro emprestado para fundar a safra, levantaria tais dificuldades que seria impossível ao credor realizar o intuito(...) Portanto, esses bancos agrícolas, emprestando sobre frutos pendentes, serão de pouco ou nenhum efeito aqui. Não digo a mesma coisa dos bancos comerciais; a minha opinião a respeito é que em tempos normais não precisamos de bancos especiais para a agricultura, mas que os bancos comerciais, desde o momento em que se acharem suficientemente desenvolvidos e espalhados, e exigirem um juro menor que o atual, podem prover as necessidades correntes da lavoura. Não há dúvida alguma que o senhor de engenho não poderá realizar diretamente empréstimos no banco, mas, fã-lo-á por intermédio de seu Correspondente, o que lhe custará talvez um, ou dois por cento(...) Os Correspondentes são muitos; uns exigem mais, outros não. Eu fui senhor de engenho doze anos, e não tenho do que queixar-me de meu Correspondente: conheço, é verdade, senhores de engenho e até parentes meus, ou de minha mulher que foram arruinados pelos seus Correspondentes. Mas isso não é regra e sim exceção; a cada um toca escolher bem!(...)*¹²⁷

A questão da “falta de braços” também foi compreendida de formas diferentes. Para a Comissão, a Província “não tinha carência de braços livres”. O problema estava na qualidade destes trabalhadores, visto que eram despreparados para o trabalho e constituíam um contingente de “vagabundos, indigentes e retirantes” inadequados para as tarefas duras e disciplinadas que o engenho cobrava:

*“(...) O trabalho faz-se na Província de um modo desanimador. Os proletários, à exceção do serviço obrigatório do exército, não vivem sujeitos a ônus algum; (...) Livres de obrigações que pesem sobre eles, entre os recursos inesgotáveis de uma natureza opulenta, amparados sempre pelo gênio caridoso da população ativa, são os proletários verdadeiro óbice aos progressos da Província, quando poderiam ser elementos criadores que expulsassem o braço escravo(...) [Por sua vez os retirantes eram] homens habituados, uns ao ócio, outros à vida pastoril, e poucos à cultura do algodão, são ineptos para o duro e fatigante trabalho da cana, que é quase o único gênero que se cultiva na zona litorânea desta Província, para a qual aflui essa gente. Por consequência, só com disposições de lei muito fortes e enérgicas se disporão ao trabalho na agricultura os poucos que por cá ficarem(...)”*¹²⁸

Os braços disponíveis deveriam passar por um processo de disciplinamento através de uma reeducação pelo trabalho em colônias militares, agrícolas, leis de repressão à vagabundagem, obrigatoriedade de residência fixa, medidas capazes de coibir o roubo, o nomadismo, a inconstância no trabalho e nos compromissos. Esse processo de reeducação atingiria também os ingênuos.

Para Milet, o problema tinha outra configuração. Para os proprietários menos importantes, em épocas normais, conforme anunciara nos artigos de 1876, ou seja, sem seca, “havia carência de braços”, mesmo de trabalhadores livres, o que prejudicava o encaminhamento das fainas agrícolas

¹²⁷ Idem, p. 122-128; 154-155. Os grifos são originais.

nos prazos adequados. Então, enriqueceu a argumentação apresentada nos anos anteriores quando polemizou com o major Presciano e com o *Agricultor Obscuro*. Além de não poderem arcar com os custos do trabalho por jornal, quando este ultrapassava 1\$000 réis, faltavam a eles recursos para atrair um número suficiente de agregados para seus engenhos:

"(...) Ora, estes [os braços livres] só os tem com facilidade os senhores de engenhos poderosos, para cujas terras afluem moradores, ao passo que eles não precisam, por terem escravos suficientes para o manejo do engenho; ou os que se acham na vizinhança d'algum povoado. O sr. de engenho pobre e mal fabricado custa a ter moradores; já porque não os pode proteger contra os possíveis desmandos das autoridades policiais, já porque não costuma fazer bom açúcar; sua moenda não espreme bem; as tachas furam-se; os dentes dos rodetes quebram e daí o prejuízo para quem está moendo; por isto, quem mais precisa de braços não os tem (...) Mesmo os engenhos contíguos à catinga, onde abundam os braços livres, só se pode contar com eles enquanto não chove; chegando a chuva, retiram-se para ir plantar seus roçados"¹²⁹

A questão da reeducação deu ensejo aos mais acalorados debates do Congresso, uma vez que a Comissão representativa dos agricultores conferiu a ela um sentido amplo que extrapolou o preparo dos braços livres. Defendendo a necessidade da remodelação das práticas agrícolas - tanto pela introdução de "*maquinismos aperfeiçoados*" quanto pela mudança da "*mentalidade*" dos agricultores - sua conclusão, assim como aquela do *Parecer* do Parlamento, estendeu a reeducação à maioria dos agricultores, em nome da superação do "*atraso*" e da "*rotina*" e através da disseminação de escolas agrícolas. Uma vez mais, Milet se insurgiu contra aqueles que acusavam os proprietários dos bangüês de "*ociosos, cultuadores da rotina, da preguiça, do luxo e sem o espírito de empreendimento*". Em discussão com o prof. Coelho Rodrigues, pôde explicitar melhor o cotidiano dos pequenos produtores, assim como sua singularidade frente a outros proprietários:

"(...) O sr. Dr. Coelho Rodrigues, de envolta com suas verdades, duras mas salutaras, que dispensou ontem às diversas classes da nossa sociedade e as quais não deixei de aplaudir quando falou do luxo e da preguiça, irrogou aos nossos agricultores uma pecha que não merecem, pelo menos não é aplicável ao maior número deles. A este respeito, falo por experiência própria, "et quorum pars magna fui!" A maioria dos agricultores levantam-se antes do dia amanhecer e trabalham sem descanso até alta noite. O luxo é para muito poucos, e ainda assim é mesquinhez se comparado ao tratamento dos grandes fazendeiros do sul do Império; os mais não têm mobília, pois para o geral dos agricultores esta não passa de algumas mesas, bancos ou tamboretas fabricados na localidade; a sua mesa regula para o jantar o xarque ou o bacalhau, a custo enviado pelo correspondente para o sustento da fábrica, e no domingo, um pézinho de carne tomado no Sábado na feira vizinha. Para o almoço e a ceia uma xícara de café com beijús, tapiocas, carás e macaxeiras, quando houve tempo para plantá-las. O pão e a bolacha são tidos por objetos de luxo (...) O luxo e a preguiça, existem, sim; mas é em cima e em baixo da escala social; entre os

¹²⁸ *Idem*, p. 243, 259, 331.

¹²⁹ *Idem*, p. 430-431, 314-315.

*agricultores são vícios excepcionais e não deve atribuir-lhes o nosso atraso e falta de economias(...)"*¹³⁰

Rebatendo, uma vez mais, as acusações de *"atraso por falta de instrução e por amor à rotina"* impingidas aos senhores de posses modestas, Milet lembrou e teceu, novamente, um conceito invertido daquele que os signatários do progresso atribuíam à *"rotina"*: ela poderia também expressar o saber inscrito na experiência, primordial no exercício dos pequenos empreendimentos:

"(...) Pode-se entender pela palavra – rotina – duas coisas diferentes: a primeira, certos processos velhos de que alguém não quer se separar, embora haja outros melhores: está é a má rotina; em segundo lugar 'e é nesse sentido que defendo – certas práticas, usos e processos adotados, em favor dos quais pronunciou-se a experiência. Para melhorar a cultura da cana na Província de Pernambuco, introduzindo os processos da agricultura intensiva, muitas experiências se têm feito e sem vantagem para os experimentadores, porque ainda não chegou a hora de introduzir tais processos. Os atuais são os que melhor correspondem às nossas peculiares circunstâncias; admitem progresso, sem dúvida, mas não sem risco para os inovadores; essa rotina é o resultado da experiência de trezentos anos (...)

Eis a razão porque disse, no dia 26 de agosto, que se por um lado era necessário que se desenvolvesse a instrução profissional; que se espalhassem largamente os conhecimentos, pelo menos rudimentais das ciências que são necessários aos progressos da agricultura, não seria para desejar que todos os senhores de engenhos quisessem introduzir melhoramentos nas suas culturas, porque o resultado seria não haver safra!

*Eu, de minha parte, fui senhor de engenho; não tinha meios de ensaiar *in totum*, os modernos melhoramentos, mas alguns que quis empregar não deram bom resultado. Entretanto, eu tinha os conhecimentos agrônômicos que se pode tirar dos livros; sabia perfeitamente, por exemplo, o que se refere às qualidades da terra para apresentar boas condições à lavoura; mas, confesso que os matutos conheciam-nas melhor pelo olho, pela natureza dos produtos espontâneos do solo, do que eu com meus ensaios e experimentações. Portanto, não admito que se diga que estamos atrasados por causa da rotina da agricultura (...)"*¹³¹

O depoimento de Milet no Congresso Agrícola do Recife é contundente: a renovação das práticas agrícolas, em grande escala, não fazia parte das possibilidades e dos anseios imediatos da maior parte dos proprietários da região, até porque, para suas pequenas empresas, era desnecessária naquele momento. Esta constatação significa que a defesa da remodelação ampla nos negócios e na produção era um projeto com comprometimento político certo. Revela também que a argumentação fundada no *laissez-faire*, na ciência, na transferência dos conhecimentos praticados na Europa e na condenação da rotina e da falta de instrução emergia como proposição política identificada com grandes financistas e proprietários, signatários, no Império, de uma orientação econômica liberal que se difundia, naquele momento, nos Estados Unidos e nas principais nações da Europa. No entanto, em sua exteriorização, nos **Pareceres e Relatórios** oficiais, aparecia generalizada à toda

¹³⁰ *Idem*, p. 130.

¹³¹ *Idem*, p. 131.

sociedade, desqualificando impondo-se sobre as solicitações de uma já existente pequena propriedade assim como daqueles que a gerenciavam. Este equívoco, assim como as ligações entre os objetivos da Comissão e uma dada prática internacional, foram explicitados e denunciados por Milet em sua participação num Congresso de economistas na França e em artigos elaborados para o **Jornal do Recife**.

A atuação no Congresso do Havre

Em agosto de 1877, Milet participou, como membro da Sociedade de Economia Política de Paris, das discussões do Congresso do Havre, que abordou a crise econômica e social então instalada na Europa e nos Estados Unidos. Além de atuar nas discussões gerais sobre o *free trade*, apresentou a Memória: *O Brasil durante a Guerra do Paraguai*.¹³² A circunstância e o tema constituíram uma ocasião privilegiada para, além de discutir a *questão social* européia e americana, divulgar a experiência brasileira e suas restrições à ortodoxia liberal, através da defesa de uma política de emissão de papel-moeda aliada à baixa do câmbio, expediente alternativo para solucionar a escassez de capitais. Com este projeto, engrossou as fileiras de críticos franceses, membros da Sociedade, contrários ao livre cambismo, então o grande assunto nos debates entre economistas da Europa e dos Estados Unidos.

Apresentada em 24 de agosto de 1877, a Memória, *O Brasil durante a Guerra do Paraguai* esclarece no *Prefácio* que seu propósito essencial era, por um lado, testemunhar junto aos economistas políticos europeus, para sua apreciação, a desastrosa aplicação dos princípios do *laissez-faire* no Império e, por outro, a viabilidade de um expediente monetário específico experimentado durante a Guerra do Paraguai. Através deste testemunho, o autor pretendeu questionar a proposição exclusiva, já aceita por muitos, de que o *free trade* se constituía numa lei econômica universal, e divulgar um novo postulado econômico: a ciência deveria respeitar as especificidades dos ambientes e situações, ou seja, os casos nacionais:

“É certo que os fenômenos de produção, distribuição e consumo que determinam o campo da observação das ciências econômicas, verificam-se, por toda parte, em virtude das mesmas leis;

¹³² “O Brasil durante a Guerra do Paraguai”, Memória lida no Congresso do Havre em 24.8.1877 e publicada em outubro de 1878. MILET, H. A. – *Miscelânea*... p. 29-44.

mas, são fenômenos essencialmente complexos, e os mais simples dentre eles, são função de tantas variáveis que as menores mudanças do ambiente alteram completamente o resultado final.

Os princípios econômicos verdadeiramente dignos do nome de leis, aqueles cuja ação estende-se por toda parte onde existem a propriedade individual e a divisão do trabalho, são em mui pequeno número; seu enunciado não exigiria uma página de impressão; ao passo que os princípios ou leis secundárias que deles dimanam e enchem os tratados de economia política, não passam de generalizações, mais ou menos racionais, induzidas da observação de fatos que dependem essencialmente do meio onde eles devem ser observados, e só representam a verdade econômica em circunstâncias análogas às que tem encontrado o observador.

Por isso, não é sem razão que num dos Congressos Científicos que verificaram-se em dias do ano passado na *Inglaterra*, um dos membros presentes dizia que 'havia para cada povo uma economia política especial'."¹³³

Partindo deste princípio, acentuou que o Brasil não poderia, tal como vinha fazendo ao longo da maior parte de sua história, imitar os atuais procedimentos econômicos “*d'além mar*”, das nações já “*adiantadas*”. Pelo contrário, precisaria estudar “*o passado*” destes países, daqueles que se singularizavam em relação à Europa, em especial os Estados Unidos, onde provavelmente encontraria exemplos mais adequados à sua situação atual. Ainda, seria importante que constituísse uma ciência econômica própria a partir de “*seu ambiente*”. Todavia, admitiu que essa alternativa não era fácil para uma nação nova que continuamente se espelhara na experiência européia, e não na norte americana:

“É verdade que os Estados Unidos, não os de hoje, que assemelham-se à Europa, mas os Estados Unidos de há cincoenta ou sessenta anos atrás, poderiam fornecer-lhe a solução de alguns problemas que se lhe apresentam; mas, na qualidade de nação latina, o Brasil tem os olhos fixos sobre a Europa Ocidental e, principalmente sobre a França, cuja língua serve de base à educação literária e científica em toda a extensão do país.”.¹³⁴

Constatada uma tradicional preocupação brasileira em copiar experiências européias, procurou explicações para este procedimento. Destacou, então, o fato de toda a instrução desenvolvida no Brasil ser de origem francesa, desde a instrução primária até as Faculdades de Direito, Medicina e Escolas Especiais, porque no Império a instrução se constituía mais um meio de ascensão social do que um recurso para solucionar os problemas políticos e econômicos. A “*imitação servil*” provinha da falta de engenho dos legisladores e administradores brasileiros, que achavam mais cômodo e simples seguir o método do **Magister Dixit**, do que buscar aplicações próprias às proposições da ciência econômica. Além disso, havia um sistema político autoritário, centralizado nas mãos do Conselho de Estado e de seus economistas oficiais que dominavam o Parlamento. O resultado de todos estes fatores era, em regra, uma adesão irrestrita e inadequada ao *laissez-faire*:

¹³³ *Idem*, *ibidem*, p. 29.

¹³⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 30.

"É pois quase exclusivamente em obras escritas em língua francesa, e de que estes Compêndios [usados nas escolas] são uma sorte de resumo, que os jovens brasileiros devem beber a instrução superior, que deles fará médicos, engenheiros, ou oficiais das armas científicas e, sobretudo, a que, com o diploma de Bacharel em ciências sociais e jurídicas, lhe abrirá não somente o acesso do foro e da magistratura, mas também a carreira política que, lá como por toda parte onde existe o regime parlamentar, é o mais curto caminho para chegar a uma alta posição social. (...) resulta dessa corrente de imitação servil que, de uma parte, os professores de economia política cantam uniformemente louvores ao Free Trade, e proclamam sem restrição o laissez-faire, laissez passer, de outra, o pessoal governamental, cuja ação prática é a única que tem importância, professa em geral idéias autoritárias, como deve acontecer num país de excessiva centralização, e constitui um grupo de economistas, a que se pode aplicar o epíteto de oficiais, porque há longos anos eles dominam o Conselho de Estado, e sua opinião é preponderante em todas as questões financeiras adotadas no Parlamento Nacional. Esta escola oficial, que não compreende o crédito senão baseado sobre o ouro em barras ou amoeado, e monopolizado pelo Estado por meio de um Banco único, análogo ao Banco de França, constitui permanente e insuperável obstáculo ao desenvolvimento da riqueza e do trabalho nacional." ¹³⁵

Em seguida, ressalta os efeitos desastrosos que a adesão ao metalismo, a monopolização do controle monetário e o estancamento de papel moeda haviam trazido para a economia brasileira. A escassez de meios creditícios paralisara os negócios impedira a exploração de milhares de hectares de terras férteis e abarrotara de pretendentes o pequeno comércio e a indústria e os empregos públicos, únicos meios de vida acessíveis à maioria da população:

"Por isso, a atitude da escola oficial, os obstáculos que ela suscita a toda veleidade de crédito, mantém o Brasil num estado que os milhões de hectares de terra férteis que possui, são por assim dizer como se não existissem e, com o número de habitantes, que não é o vigésimo do que poderia manter na abundância, sofre todos os inconvenientes d'uma população superabundante.

O pequeno comércio, as pequenas indústrias acham-se abarrotadas; para cada emprego público surgem quinze ou vinte pretendentes; e, longe de oferecer saída ao excesso das populações necessitadas da Europa, o grande Império sul-americano poderia fornecer, ele próprio, elementos de colonização interna." ¹³⁶

Para comprovar a inadequação destes procedimentos, lembra que quando a ortodoxia monetária precisou ser quebrada no Brasil, durante a Guerra do Paraguai (1865 a 1870), este quadro de crise interna foi superado. Para fazer frente aos gastos de guerra, o Governo se viu na contingência de baixar o câmbio para estimular as exportações, arrecadar impostos e emitir papel moeda inconversível, expediente que expandiu o crédito e resultou num revigoramento insuspeitado da economia. Baseando-se nesta experiência, arriscou-se a enfrentar os clássicos ditames da escola liberal

¹³⁵ Idem, *ibidem*, p. 30-31

¹³⁶ Idem, *ibidem*, p. 33.

*"Graças à sua circulação, composta exclusivamente de papel inconvertível, e aos naturais efeitos do aumento do instrumento de trocas, e da baixa do câmbio exterior, pôde o Brasil, de 1865 a 1870, não somente fazer frente às despesas de uma guerra que lhe custou, em cinco anos, perto de dez vezes a soma de seus rendimentos anuais, mas ainda desenvolver de tal sorte a sua produção, que as rendas públicas e particulares e o movimento comercial cresceram em proporção superior a 50%; um terço dos gastos de guerra foi pago pelos impostos; e as economias do país quase que têm saldado o resto, pois a dívida exterior apenas aumentou em cerca de 125 milhões de francos, menos de um décimo da despesa total. (...) Não, não é verdade que o valor intrínseco seja por toda parte atributo essencial da moeda, condição sine qua non da aceitação geral que a torna equivalente das diversas riquezas nas transações internas! Não, não é verdade que o papel moeda seja circulação fiduciária, nem que seu valor, em relação ao ouro e à prata seja invariável e inversamente proporcional à quantidade que circula! Os fatos que temos presenciado, e presenciaremos diariamente no Brasil provam o contrário".*¹³⁷

Também considerou que não era possível discutir sua tese com a "escola econômica oficial do Rio de Janeiro" porque ela não respondia senão com citações, com palavras dos "mestres da ciência". Por isto, levava suas considerações à Europa, para que fossem apreciadas por "economistas do Velho Mundo". Em seguida, justifica rapidamente o fato de não ter apresentado uma reflexão particularizada sobre o tema mais candente na Europa e nos Estados Unidos naquele momento, a questão social do desemprego, e de não tê-lo tratado com maior ênfase, até então, em seus artigos para o *Jornal do Recife*. Explica que os temas socialistas estavam em baixa no Velho Mundo, onde se vivia uma "maré do individualismo"; além disso, a questão não se afigurava, para ele, como o problema de maior grandeza na crise brasileira. Argumenta em favor de seus objetivos mais imediatos: "No Brasil, a liberdade de crédito e a supressão das peias postas pela legislação à atividade individual e ao direito de associação bastam, por ora, para abrir a todos uma estrada franca para a conquista da abastança"¹³⁸.

Adentrando o caso do Brasil, passa a delinear uma imagem "mais realista" do Império para que os economistas europeus pudessem avaliar com mais clareza suas efetivas necessidades. Partindo do pressuposto de que muito pouco se sabia sobre o país, procurou remodelar a imagem cristalizada, destacando, sobretudo, seu lugar e desempenho entre as nações e suas especificidades. Acentuou que não se tratava apenas de um colossal espaço de potencialidades, "um vasto império, dezesseis vezes maior que a França," banhado por grandes rios, dotado de todos os "climas nos quais o homem pode viver", capaz de abrigar "todos os gêneros agrícolas das zonas temperadas e tropicais", um país tranqüilo com dez milhões de habitantes regidos por uma das constituições mais "liberais do mundo" e caminhando "lentamente mas, sem retrogradar," sob a égide da monarquia

¹³⁷ *Idem, ibidem*, p. 33-34

parlamentar, na via do progresso moral, intelectual e material, o maior produtor de café e borracha e, também, o mais importante mercado de importação da América do Sul. Milet projetou traços que considerava “*mais realistas*” do “*imenso império*”. Tratava-se de um país essencialmente imbricado no mercado internacional, no qual desempenhava determinadas funções: um fornecedor de produtos agrícolas e um potencial consumidor de manufaturas. Sua economia, fundamentada na agricultura, colocava-o na dependência das nações manufadoras, uma vez que importava a maioria dos produtos que consumia. Ao contrário do que se imaginava na Europa, o Brasil “*não era nem um produtor de metais e pedras preciosas nem uma nação análoga às européias*”. Então, sempre inspirado por suas próprias motivações, e procurando partilhá-las com os economistas europeus a fim de demonstrar a importância do mercado consumidor brasileiro para as “*nações manufadoras*” - naquele momento enfrentando uma crise de superprodução e desemprego - esclarece e adverte: para que o império pudesse continuar a desempenhar estas funções, tornava-se primordial preservar sua agricultura:

(...) ignora-se, geralmente, em que condições operam-se nele a produção, o consumo e as trocas; não se tem ciência alguma de suas circunstâncias econômicas, que a maior parte da gente supõe análogas àquelas que têm sob os olhos nos países da Europa.

Nutre-se mesmo, a esse respeito as mais estranhas ilusões. Para muita gente, o Brasil é o país do ouro e dos diamantes, uma Califórnia inesgotável, enquanto na realidade é um país quase que exclusivamente agrícola, onde a exploração das minas, a procura de diamantes e metais preciosos, não têm realmente importância alguma, embora uma de suas províncias tenha o nome de Minas Gerais(...)

(...) cerca da Quinta parte de sua população habita longe das costas e das vias navegáveis e não entra, senão com contingente nulo ou insignificante no movimento geral das trocas internacionais. Eles vivem diretamente da caça e da pesca, dos frutos imediatos de seu trabalho agrícola, da criação de gado e dos produtos de uma indústria rudimentar(...) Oito milhões entram em relação com os grandes mercados do litoral, onde eles enviam a quase totalidade de sua produção e pedem à importação estrangeira a satisfação de suas precisões. Fazendas, armas, perfumarias, quinquilharias, louça, instrumentos de toda sorte, objetos de luxo e de primeira necessidade; quase tudo vem de fora, inclusive as substâncias alimentícias (farinha de trigo, bacalhau, charque, este último vindo em maior parte de Montevideu e Buenos Aires).

Esta imensa importação, que não é inferior hoje a 500 milhões de francos (180 mil contos de réis) salda-se com produtos agrícolas ou extrativos: açúcar, café, algodão, fumo e borracha, etc. e como ela corresponde às necessidades permanentes, à um consumo indispensável, ela não pode descer de certo algarismo(...) enquanto que a exportação depende da abundância das colheitas e de uma multidão de influências contingentes, que pode reduzi-la a dois terços ou menos ainda, como aconteceu com o açúcar em 1875 e 1876”.¹³⁹

A crise da agricultura no Brasil, assim como o desequilíbrio do seu comércio com o exterior verificados naquele momento, não podiam ser atribuídos apenas às circunstâncias que mediavam o processo de produção/exportação de produtos agrícolas e à importação de manufaturados e

¹³⁸ Idem, ibidem, p. 35, 37.

¹³⁹ Idem, ibidem, p. 37.

alimentos. Originavam-se também da política monetária aplicada pela “*escola do Rio de Janeiro*”, adepta fervorosa do *laissez-faire*. Baseando-se desde a década de 1850 numa orientação econômica que se espelhava no padrão-ouro, na centralização de emissões de papel bancário consignadas a um único órgão, e na paridade do real com a libra esterlina, a “*escola*” mantinha os investidores sob sua tutela, com poucas possibilidades de expandirem seus negócios. Além disso, como as reservas metálicas compradas nas praças européias eram sempre insuficientes para cobrir o volume das transações, precisou criar um padrão monetário misto, que combinava a moeda metálica com o papel moeda nacional (letras do tesouro), estimulando o entesouramento ou a exportação do restrito numerário metálico disponível no mercado. Na década de 1860, as moedas de metal valioso praticamente haviam desaparecido. As lacunas deste expediente explicitaram-se com maior clareza quando o Império necessitou de maiores ingressos para arcar com as despesas da Guerra do Paraguai. Sem condições de obter na Europa o montante exigido pelos gastos do conflito, recorreu a empréstimos internos, que honrou exclusivamente com títulos inconversíveis do Governo, e à desvalorização do real frente à libra. O momento coincidiu ainda com uma crise no comércio de produtos exportados, particularmente do algodão (em função do término da guerra americana) e do açúcar (devido à concorrência da beterraba). Todavia, os resultados do recurso pouco ortodoxo haviam sido surpreendentes: criou-se uma poupança interna, e revigoraram-se a agricultura, o comércio, e os negócios:

“Em suma, em vez de arruinar-se, como parecia inevitável, atirando no curto espaço de cinco anos, perto de 1.500 milhões de francos ou nove vezes o rendimento anual no abismo das mais improdutivas despesas, o Brasil se tinha de alguma sorte enriquecido; suas forças produtoras se haviam notavelmente aumentado; pudera economizar, e emprestar ao Governo perto de 500 milhões de francos (...) No mesmo tempo, a agricultura e as indústrias que dela dimanam se achavam no estado mais florescente (...) Como tinha podido realizar-se um fenômeno, em aparência contrário às previsões teóricas e à que indicava o simples bom senso? Como o que devia arruinar o Brasil o tinha, pelo contrário, de alguma sorte enriquecido?”

O problema é, na realidade, mais simples do que parece. O imenso desenvolvimento da atividade produtora do país e a prosperidade que dele resultou eram consequência necessária em primeiro lugar do aumento do instrumento das trocas, depois e, principalmente, de um fato (...) lá onde predomina uma circulação inconversível, uma circulação autônoma, a baixa do câmbio externo equivale a um imposto cobrado em proveito dos exportadores e, por conseguinte, dos produtores de gêneros de exportação, sobre todos os consumidores de objetos importados.(...)”¹⁴⁰

Finalizando sua *Memória*, Milet usou estes resultados para concluir que, para os países menos desenvolvidos monetária e tecnicamente do que as nações da Europa e os Estados Unidos, a emissão de uma moeda inconversível e restrita ao seu território era o melhor recurso para a superação de crises financeiras e da escassez de crédito. Não deixa de lembrar ainda que este não

era um expediente inédito, pois os países ricos no presente – Inglaterra, França e Estados Unidos – já o haviam utilizado no passado, justamente para financiar esforços de guerra:

“Esta ação dos câmbios estrangeiros, em presença de uma circulação inconvertível, me parece ser fato da mais alta importância, e que dá a chave de certos fenômenos ainda inexplicados; e, principalmente do incrível desenvolvimento que tomara a indústria e riqueza da Grã-Bretanha, sob o regime de curso forçado que reinou naquele país de 1797 a 1817 (durante a guerra com Bonaparte).

Em falta de uma solução científica da questão social, ofereço esses poucos fatos, incontestáveis e incontestados, e a explicação que deles tenho dado às meditações dos economistas do Velho Mundo, e espero que eles convirão comigo que os princípios geralmente aceitos na Europa acerca da circulação monetária não são leis absolutas; que a circulação inconvertível, o papel moeda, apresenta às vezes muitas vantagens, e que não se deve ter muito receio da corrente hoje evidente, que arrasta contra vontade todas as nações civilizadas para a constituição de circulações autônomas, e tende a reduzir os metais precisos ao papel de compensadores do balanço das contas internacionais.¹⁴¹

Além do texto da *Memória*, Milet, atuando como correspondente do **Jornal do Recife**, escreveu as *Cartas de Paris*, que apresentaram relatos dos principais assuntos abordados no Congresso. Elas revelam que, embora cristalizado em questões particulares como os tratados comerciais, o restabelecimento da roda dos enjeitados na França, ou o regime das vias férreas, o grande tema que dominou as discussões do Congresso e que preocupava governos e sociedades científicas naquele momento era o *free trade* e a orientação liberal ortodoxa da política e da economia. Nesse sentido, as *Cartas* (em número de 3) acabaram por tornar-se um minucioso testemunho dos debates sobre o livre cambismo na Europa assim como, a atuação de Milet, transformou-se numa demonstração do envolvimento e sintonia da política econômica do Império com as orientações internacionais.

Nos relatos, transmitiu aos leitores pernambucanos a imagem de que a adoção do *free trade* não era um consenso entre os economistas europeus, nem mesmo entre os ingleses e franceses. As opiniões estavam bastante divididas, e o que vinha ocorrendo com maior frequência, nas políticas econômicas dos países da Europa, era a combinação de medidas protecionistas com práticas liberadoras. A esse respeito, era muito sintomático o que ocorria na França, onde parte dos industriais era favorável à revogação dos tratados comerciais e outros se recusavam a aceitar esta orientação. O mesmo acontecia com a escolha do tipo de empresa, se privada ou pública, que deveria gerenciar as vias férreas. Chegava-se, geralmente, após muita ponderação, a um meio termo, somando-se o protecionismo e a atuação do Estado com a supressão dos tributos comerciais e o incentivo à iniciativa privada:

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 43.

"A primeira questão ventilada na sessão de economia política do Congresso do Havre, depois da leitura de meu Memorial, foi a renovação dos tratados de comércio que fizeram a França, ainda que de modo incompleto, entrar na corrente do *Free Trade* que triunfara na Grã-Bretanha com a escola de Manchester. É questão incandescente em França; pois, ao passo que as grandes províncias do sul produtoras de vinho e, em geral, as câmaras de comércio das grandes cidades marítimas e também de Paris, são partidárias da liberdade das trocas internacionais, os grandes industriais do norte, fiadores e produtores de ferro ou de carvão de pedra, pedem tarifas protetoras(...)

Mr. Rozy, professor de economia política da faculdade de Toulouse (...) pronunciou, contra o princípio dos direitos protetores, o conhecido libelo que os leitores podem achar em qualquer tratado dos economistas ortodoxos da grande escola de A. Smith e J.B. Say; mostrou que os direitos protetores, suprimindo o salutar estímulo da concorrência internacional, opunham-se aos progressos da indústria; mantinham o alto preço dos produtos protegidos, e indiretamente de todos os mais colocando, portanto, as indústrias nacionais na impossibilidade de lutar com as das mais nações nos mercados estrangeiros; elucidou a sua demonstração com vários exemplos, e levou o puritanismo a ponto de classificar – atentado contra os direitos do cidadão – o fato de obrigá-lo a comprar por 15 francos ao fabricante nacional o que o estrangeiro poderia fornecer-lhe por 10 francos.

Mr. Dubar, redator de uma folha importante do departamento do 'nord', trouxe de novo a campo a questão da proteção; pois, embora declarasse aceitar em tese o princípio da liberdade de comércio, exigia que esta fosse sábia, e atendesse, por meio de direitos compensadores, às circunstâncias de certas indústrias. Contestou ele a parte exclusiva que se queria atribuir aos tratados de 1860 no acréscimo das transações comerciais de que falara Mr. Rozy, mostrando que não era senão continuação de progressos anteriores, coadjuvada principalmente pelas facilidades e economias nos transportes resultantes das vias férreas; e que quando as nações da Europa continental procuravam proteger as suas indústrias, seria erro abrir as fronteiras da França aos produtos daquelas nações. Em suma, pedia que antes de renovar os tratados se procedesse a um inquérito acerca da posição das diversas indústrias (...).¹⁴²

Milet também ressalta que a grande repercussão das teses livre cambistas na Europa se devia ao fato de os seguidores do *free trade* serem combativos e muito atuantes nos Congressos e nas Sociedades de Economia Política, inclusive a de Paris. Eles estavam sempre presentes nas reuniões científicas e dirigiam as principais publicações, no caso da França, o **Journal des Economistes** e o **Economiste Français**. Mas, isso não significava que todos os membros da Sociedade de Economia de Paris, por exemplo, "fossem decididos apóstolos da absoluta liberdade das trocas internacionais; consideram-na um ideal cuja realização deve ter em vista as circunstâncias peculiares dos diversos países".¹⁴³

¹⁴¹ *Idem*, *ibidem*, p. 44.

¹⁴² "Cartas de Paris. Segunda Carta. 22.10.1877. *Idem*, *ibidem*, p.48.

¹⁴³ "O free trade" (30.4.1878). *Idem*, *ibidem*, p. 64. Os assuntos abordados tanto no Congresso do Havre quanto nas reuniões da Sociedade de Economia Política de Paris que Milet acompanhou, deram origem a três artigos publicados no **Jornal do Recife** no início de 1878. Foram eles: "Dos

O relato procura comprovar que suas proposições tinham sintonia junto a economistas europeus mais ponderados e prudentes, até porque o livre cambismo e outros postulados do *free trade* enfrentavam muitas restrições, em nome das especificidades das nações e das circunstâncias. Nesse aspecto, todas as intervenções de Milet no Congresso, assim como nas reuniões da Sociedade, contrastando sobremaneira com as colocações que fazia n' **O Progresso** em 1846, e com as posições de Nabuco n' **O Abolicionismo** e de Rebouças na **Agricultura Nacional**, defenderam a tese de que a livre troca internacional não cabia genericamente a todos os países. Mais do que isso, adequavam-se apenas aos mais fortes, ou seja, às nações que já dominavam um saber técnico e tinham um potencial industrial e capitais plenamente realizados, como era o caso da Inglaterra e dos Estados Unidos. Nas mãos destas nações, o *free trade* – devido às condições desiguais entre os países competidores – tornava-se um instrumento de esmagamento das nações mais fracas, o instrumento de seleção natural a favor dos mais poderosos. Assim, os mais fracos precisavam de algumas medidas protecionistas, ou de monopólios, para sobreviver:

“A luta do campo da produção é nobre, sem dúvida, e traz a barateza dos produtos; mas, para ser proveitosa para todos, é mister que haja entre os contendores uma certa igualdade de armamento; do contrário, o resultado inevitável é o esmagamento imediato dos mais fracos – a seleção natural de que trata Darwin.

Nessa luta, a arma mais poderosa é o capital que hoje, com os progressos da ciência, e emprego de máquinas, transtorna as condições naturais; dá o cetro à indústria dos tecidos de algodão a países que não produzem a fibra, e permite à beterraba, com 7 ou 8% de açúcar, lutar vantajosamente com a cana que contém 18% daquele princípio. É, portanto, mui lógico e consentâneo com os princípios, que as nações mais atrasadas, mais desprovidas de capitais, recusem a adoção do free trade. Para elas é negócio de vida ou morte.

É vantajoso, sem dúvida, comprar aos mais o que não podemos produzir por preço tão barato como eles; mas é mister ter com que pagar. Os produtos só se pagam com produtos; e a nação que deixar esmagar todas as suas indústrias pelas dos estrangeiros, terá que definhir e breve nada terá com que pagar. O Brasil hoje depende das mais nações para suprir-se de todos os artefatos que lhe são necessários, e até para a subsistência de suas populações; paga-as com meia dúzia de produtos do seu solo. Vejo nisto uma situação inteiramente anormal e perigosíssima. Um dos principais produtos que ele fornece em troca do muito que lhe trazem – o açúcar – já está ameaçado, e só se poderia salvar com o emprego de avultados capitais que lá não existem; a borracha pode ser, a qualquer hora, substituída por algum produto artificial; é mera questão de progresso das ciências químicas. Na mesma ordem estão o café e o fumo; portanto, podem aparecer circunstâncias tais que aquele país não tenha com que pagar o que hoje compra às mais nações e lhe é indispensável (...) A proteção é necessária, pois, antes mil vezes pagar os objetos mais caro, que passar sem eles por nada ter com que dar em troca. Muitas nações devem achar-se em análogas circunstâncias; e, em suma, a doutrina do free trade só é favorável aos fortes!”¹⁴⁴

sinais indicadores do empobrecimento e do aumento da riqueza das nações”; “O Free Trade”; e “As Vias Férreas”, este último de 20.7.1878.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 53-54.

Apesar de anotar a melhor adequação do *free trade* às nações adiantadas – com saber e capital abundantes e industrializadas – não deixa de fazer restrições à implantação da doutrina mesmo nestes países, pois no seu entender, o livre cambismo estava na origem da “*questão social*” ali estabelecida: do desemprego e da falência dos pequenos negócios. Assim como no interior das sociedades das nações menos adiantadas, também lá a prática dos *free trade* favorecia aos mais fortes; ou seja, na luta entre grandes e pequenos investidores, a supressão das medidas protecionistas beneficiava os mais poderosos. Tal problema constituía o efeito perverso da concentração da riqueza:

“O negócio muda de figura quando se trata da Inglaterra, da Bélgica, da França ou da Alemanha. Ali, com o progresso da ciência em todos os ramos da indústria, o papel do capital torna-se cada vez mais proeminente e tende a diminuir o número de braços ocupados, substituindo-os por máquinas. Na indústria manufatureira já é um fato consumado; é mister um capital enorme para montar um estabelecimento qualquer; a própria agricultura vai sendo invadida e no comércio, excetuando apenas os objetos de primeira necessidade, que precisamos comprar cada dia, criam-se casas imensas, com capital de muitos milhões, diante das quais desaparecem os pequenos comerciantes que não podem vender por preços tão diminutos.

*Em suma, a concorrência ou liberdade econômica tende, nos países de que acima falei, a produzir com o menor gasto possível e colocar o produto à disposição do consumidor com o **minimum** de despesa; mas, ao mesmo tempo, tende também a diminuir o número de braços ou cabeças necessárias para a produção e distribuição e, por conseguinte, o número de consumidores, pelo menos os meios que estes têm para comprar os produtos. Existe ali um círculo vicioso, que é o nó da questão social, e só pode ser sanado com a adoção de algumas modificações nas leis que em todas as sociedades modernas regulam a transmissão da propriedade por heranças.*

*A não serem realizadas tais modificações, a liberdade absoluta que reclamam os economistas puritanos da escola de Adam Smith, traz necessariamente na ordem social, o mesmo resultado que o *Struggle for life* na ordem física, isto é, a seleção natural pelo desaparecimento dos mais fracos; e como na ordem social, o principal elemento de força é hoje o capital, e o capital só tem valor pelo porcentagem que tira do trabalho dos fracos, fica aquele inutilizado pelo desaparecimento destes”.¹⁴⁵*

Diante dos efeitos perversos resultantes da aplicação do *laissez-faire*, tanto nos países ricos quanto nos fracos, Milet aconselhou, mais uma vez, soluções de meio termo: uma combinação de liberdade e proteção. Pelo menos para o Brasil, tal prática era indispensável:

“Em suma, o problema a resolver-se é nimamente complexo; e para conseguir uma solução prática, creio que é mister sair do absoluto e pedir auxílio, ao mesmo tempo, à liberdade e à proteção. Liberdade de crédito e de associação, como nos Estados Unidos para ativar o desenvolvimento da riqueza geral, e proteção temporária às indústrias primordiais, para que a vida do país não permaneça dependente exclusivamente de alguns produtos especiais sujeitos às contingências das circunstâncias atmosféricas ou de uma guerra marítima”.¹⁴⁶

¹⁴⁵ “Cartas de Paris; Primeira Carta”, 13.9.1877. *Idem, ibidem*, p. 48.

¹⁴⁶ “O free trade”, 30.4.1878. *Idem, ibidem*, p.69.

Nabuco e o engenheiro Milet

Os textos de **O Abolicionismo** e de **Um Estadista** mencionam muito parcimoniosamente Milet, embora Nabuco tivesse ouvido o engenheiro nos debates do Congresso Agrícola de 1878, consultado as Atas da reunião quando do preparo do primeiro livro, e tomado conhecimento dos artigos sobre a crise da lavoura e as questões monetárias do Império.¹⁴⁷ E não poderia ser de outra maneira, porque os pontos de diálogo entre eles se restringiam à defesa do direito de associação, à recusa da imigração asiática e do subsídio à imigração européia, além da condenação aos impostos. Discordavam em todas as outras proposições: na concepção sobre a sociedade e sobre a formação da “*classe média*”; no entendimento sobre a atuação do Estado para incentivo aos produtores; na compreensão sobre o perfil e a concretização dos engenhos centrais; na configuração da política monetária; e, sobretudo, nas concepções sobre a escravidão, o trabalho livre e os direitos dos proprietários de escravos.

As diferenças entre suas falas principiam pela maneira de conceber a singularidade da nação, as fontes de referência para regenerá-la e o caminho a percorrer. Nabuco percebia a sociedade monárquica como sucedânea do Antigo Regime, portanto feudal e bárbara em decorrência da escravidão, e tomava a Inglaterra como exemplo a ser imitado. Milet, familiarizado com o princípio da concorrência e o poder dos mais fortes, que presidia tanto o universo da natureza quanto o dos negócios, também defendeu o caráter singular da experiência brasileira, mas para recusar qualquer

¹⁴⁷ N' **O Abolicionismo**, Nabuco lembra Milet apenas para se referir aos homens livres pobres, aquela quinta parte da população que “ficava fora das trocas internacionais”, porque vivia da agricultura de subsistência, da caça e da pesca nos sertões longínquos do litoral, e que aparece em nosso texto na nota 114 deste capítulo. NABUCO, J.- **O Abolicionismo**, p. 121, 122. Por outro lado, na pg. 128 deste mesmo livro, reproduz a fala do lavrador de engenho, Antonio Vitor de Sá Barreto, cobrando contratos com os proprietários de engenhos, e remete às Atas Congresso, comprovando que as tinha em mãos. Já n' **Um Estadista**, Milet aparece citado uma única vez, (o texto remete à obra **O meio circulante e a questão bancária**, de 1875) quando Nabuco comenta que a lei de 22/8/1860. Sobre esta lei, Nabuco externa uma posição conciliadora. Admite, como Milet, que ela “matou o espírito de associação e a iniciativa individual”, mas, também considera que “coibiu abusos e a especulação criminosas” e que sem ela a crise de 1864 teria sido pior. Comenta “Ferraz, entretanto é quem tinha razão. A menor vacilação neste ponto, não só teria arrastado a queda das instituições muito mais cedo, como teria causado a anarquia financeira do país”. **Um Estadista**, vol 2 p. 335-336.

imitação das políticas liberais ortodoxas vigentes, naquele momento, na Europa ou nos Estados Unidos. A nação, em seu entender, já em processo de configuração, pressupunha um caminho próprio, possivelmente inspirado no passado dos países agora poderosos, e no qual a “autosuficiência” era estratégia de defesa na luta pela sobrevivência estabelecida no mercado internacional:

“Se o gênero humano constituísse uma só família, ou se pelo menos houvesse para as nações, como há para os indivíduos, um tribunal cujas decisões fossem por elas respeitadas e excluíssem a possibilidade da guerra, cada nação, na aplicação de sua atividade, só precisaria consultar as circunstâncias especiais de seu solo e clima, tendências naturais das populações(...)

*Achando-se, porém, a humanidade fracionada em povos ou nações, entre as quais não existe nenhum laço social, que podem a qualquer hora pedir à força bruta a solução de suas contendas, daí nasce para cada uma a obrigação, não somente de manter certo estado militar e de produzir tudo o que em caso de guerra, e por conseguinte de possível bloqueio, é indispensável à subsistência nacional e defesa do país, como também de ser o principal consumidor de seus produtos, para não serem os rendimentos públicos e particulares dependentes de consumidores estrangeiros, com os quais pode uma guerra cortar as comunicações”.*¹⁴⁸

Duas razões fundamentam a preocupação em vincar a especificidade da nação: afastar, no presente, qualquer possibilidade de imitação da história da Europa e, portanto, criar, para aquele momento, um modelo próprio para a resolução da crise da lavoura e, em particular, da pequena propriedade. A afirmação de uma identidade e historicidade próprias se impunha para fortalecer a censura ao comportamento do governo ou, mais propriamente, dos políticos que copiavam países “d'além mar”, insistindo em práticas inadequadas para resguardar os cidadãos de posses mais modestas: o metalismo como orientação monetária; a paridade com a libra como preceito cambial; a confecção da receita via novos impostos; a privatização de todas as atividades financeiras privilegiando o capital estrangeiro ou o capital nacional no financiamento de novos empreendimentos, como os engenhos centrais, as estradas de ferro ou os bancos hipotecários; a imigração estrangeira subsidiada; e a abolição imediata da escravidão sem indenização. A tais procedimentos, Milet contrapôs a preservação de alguns “protecionismos”, a intervenção do Estado na área financeira, a emissão de títulos, a criação de uma circulação fiduciária controlada e a redução dos impostos e dos juros. Conforme vimos, condenou à exaustão os defensores do *laissez-faire* ou os “aclimatadores” das “instituições estrangeiras”:

“Assim, o laissez-faire, laissez-passer, base do credo dos economistas de além mar, só traz a barateza dos produtos nos países onde a abundância de capitais e pessoal habilitado faz da concorrência uma realidade. Do contrário, e este é o caso em que nos achamos, em relação a muitas de nossas indústrias (...) só pode gerar monopólio e carestia (...)

¹⁴⁸MILET, H.- O Quebra-Quilos, p. 70.

A importação de moeda metálica, que na Europa é sinal de prosperidade (pois em regra denota o excesso de produção sobre o consumo), é hoje entre nós, o termômetro da miséria pública. E continuará a sê-lo, enquanto o trabalho escravo representando importante papel na nossa oficina social, e a falta de preços remuneradores diminuir o consumo sem trazer igual efeito sobre a produção (...)

Baseado nessas e outras considerações da mesma ordem, enunciei alguns pensamentos de ser-nos sobremaneira vantajoso queimar todos os livros vindos do velho mundo, que tratam de assuntos políticos ou econômicos, e vedar cuidadosamente a sua reintrodução, para obrigar os nossos estadistas e financeiros a estudar os problemas políticos e econômicos, com as suas peculiares circunstâncias geográficas, econômicas e até climatéricas e etnológicas (...)

(...) persisto em crer que a maior parte dos males que sofremos, e com especialidade o nosso atraso político e econômico, nascem de instituições estrangeiras que se há querido aclimatar entre nós, em detrimento dos órgãos, menos perfeitos talvez em teoria, apropriados, entretanto, ao nosso estado social, que teriam brotado naturalmente se não achassem o campo ocupado por criações exóticas".¹⁴⁹

Desse modo, no projeto abolicionista de Nabuco ressoavam, justamente, as colocações dos "aclimatadores das criações exóticas", dos críticos de qualquer forma de "monopólios" e defensores do *laissez-faire*, e da importação de ortodoxias econômicas liberais. Dificilmente, porém, poderíamos reconhecer em Milet, e em muitos agricultores que como ele haviam sido ou ainda eram proprietários de escravos, as imagens a eles imputadas no texto d' **O Abolicionismo**: obstáculos ao progresso (pela recusa a qualquer inovação), membros de uma "casta de senhores" aliados dos correspondentes, usufrutários do "monopólio da escravidão e da grande propriedade territorial" e responsáveis pelos "trabalhadores enclausurados", pelos "servos da gleba", pela "riqueza estéril e efêmera", porque reaplicada em escravos e no luxo; "rotineiros, imprevidentes, desinteressados". Conforme vimos, tanto nos artigos, polemizando com as Comissão Parlamentares, quanto nas intervenções no Congresso do Havre, ou ainda, nas sessões do Congresso Agrícola de 1878, Milet e suas considerações destoam daquelas figuras. Discutindo com clareza e fundamentação, demonstrou que as razões liberais eram um argumento político que beneficiava alguns agricultores e, sobretudo, os financistas nacionais e estrangeiros, ressaltando, com insistência, que era preciso criar investimentos que socorressem e promovessem os pequenos investidores, quer na criação de engenhos centrais e ampliação das estradas de ferro, quer na extensão e democratização do crédito. Explicitou, ainda, a racionalidade contida nos procedimentos que os defensores do *laissez-faire* designavam por "rotina". Invertidamente, interpretou-a como o resultado da experiência de três séculos de cultivo da cana e de fabrico do açúcar, indicando sua adequação à agricultura nas províncias do norte, preferencialmente para os produtores de menores posses. Para ele, as práticas então em voga na agricultura européia (a plantação em linha e limpa de canas por instrumentos puxados por animais, a irrigação, a drenagem das terras úmidas, a

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 102-103.

estrumação das terras, e a estabulação do gado) eram lucrativas na Europa, onde a terra era escassa, a mão-de-obra farta e os capitais disponíveis a baixo custo, que não se aplicavam às peculiaridades dos países novos – caso do Brasil – nos quais a terra era abundante e barata, os braços raros e os capitais muito dispendiosos:

"Assim, onde a terra é cara e os braços abundam, onde o juro do capital é cômodo, faz conta aumentar o produto bruto e, para esse fim, suprimir o descanso da terra, semear a palha da lavoura precedente, conservar a fertilidade do solo por meio do estrume ou de culturas alternantes, empregar capitais para drenar os terrenos úmidos e irrigar os que estão secos; faz conta conservar o gado em estábulos porque a renda da terra que fora necessária para conservá-lo no pasto é superior ao gasto da estabulação e sustento artificial. É o que se chama agricultura intensiva.

Pelo contrário, onde a terra é barata, os braços raros e o juro do capital elevado, o que convém é poupar o mais possível os braços e os capitais, embora seja preciso muito maior extensão de terra. Naquelas circunstâncias, convém a chamada cultura extensiva(...)

A agricultura intensiva convém aos países muito ricos e povoados onde, como na França, Bélgica, Suíça e Inglaterra, há hectares de terra para a lavoura que se vendem por 3 ou 4 contos de réis; onde o dinheiro só rende menos de 0,5% ao mês; onde os trabalhadores abundam, e o jornal agrícola é inferior na maior parte dos lugares a duas patacas da nossa moeda.

A agricultura extensiva convém aos países pobres e pouco povoados, onde a terra abunda e faltam braços, e onde o capital é caro e de difícil obtenção, como o são em geral os países novos e, incontestavelmente, o nosso. No estado atual do país, as propriedades que se prestam à aplicação de tais aperfeiçoamentos, constituem verdadeiras exceções".¹⁵⁰

Assim, no confronto que reunia, de um lado, os cultuadores do *laissez-faire* e os inovadores da agricultura e da indústria do açúcar, e de outro, os "rotineiros", "atrasados" e partidários das soluções "nacionais" (polêmica que testemunhava um significativo desacordo entre os proprietários das províncias do norte) o programa de Nabuco acabaria se identificando - principalmente por causa da abolição da escravidão imediata ou a curto prazo - mais com as necessidades dos grandes agricultores, que dispunham de trabalhadores livres e de recursos para, associados aos financistas e armazenários, implantar os "maquinismos aperfeiçoados", do que com os problemas dos pequenos e médios proprietários. Para eles, a exemplo de Milet, a única alternativa de sobrevivência estava na defesa da "rotina", da proteção do Estado, e dos engenhos centrais como associações de pequenos produtores e, sobretudo, da propriedade dos escravos ainda existentes, propriedade que compreendiam não como um "monopólio" mas como um direito adquirido, sustentação de suas modestas fábricas no presente e meio avalizador da participação nos engenhos centrais no futuro.

A sobrevivência dos bangüês e de seus senhores, até uma possível expansão das fábricas centrais nos moldes por eles requeridos, dependia, substancialmente, do crédito fornecido pelo Estado e, mais especificamente, da conservação de seu capital acumulado e instrumentos de trabalho, quer dizer,

dos poucos escravos que ainda tinham em seu poder. Dessa forma, todas as indicações de Milet para curto prazo estavam fundadas nesta condição: a preservação dos escravos existentes por mais vinte ou vinte e cinco anos, pressuposto ameaçado pelos altos custos da produção, pela solicitação das alforrias litigiosas e, particularmente, pela abolição imediata ou a curto prazo da escravidão sem indenização.

Nesse sentido, as concepções de Milet sobre o trabalho escravo eram radicalmente diversas daquelas veiculadas por Nabuco. Enquanto o abolicionista transfigurara a propriedade de escravos em crime e monopólio, Milet a propunha como propriedade privada, direito adquirido e inalienável, uma forma de trabalho ainda necessária no Brasil a ser certamente superada, mas gradativamente. A defesa desta condição *sine qua non* o tornou um combativo emancipacionista, ou proponente da extinção “gradual” da escravidão. A propriedade escrava seria preservada enquanto sobrevivessem os trabalhadores existentes, ou conceder-se-ia a alforria mediante uma indenização e com o consentimento dos proprietários. Foi, então, um empenhado adversário dos abolicionistas, e isso o levou a desenvolver -- recorrendo a argumentação de socialistas utópicos, instrumentalizada a partir de um acurado senso prático -- uma desencantada concepção sobre o trabalho em geral, e o assalariamento em particular, na forma como vinha sendo adotado na Europa e nos Estados Unidos naquele momento; assim como uma percepção também politizada da escravidão e dos africanos, tal qual era comum naquele momento no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos¹⁵¹. Negando a possibilidade do trabalho efetivamente “livre” (que considera uma utopia), substituiu o termo por “salariato”; e, desenhando uma imagem ao mesmo tempo desesperançada e indispensável do trabalho em geral, promoveu uma aproximação entre a escravidão e o salariedade, considerando-os como formas do trabalho humano, identificadas com historicidades particulares, aquele -- o salariedade -- com a Europa, e este outro -- a escravidão -- com o Brasil:

“(...) tratarei hoje do trabalho livre, ou para falar com mais precisão, do trabalho por braços livres, pois o trabalho livre, voluntário, executado sem repugnância nem constrangimento algum físico ou moral, ainda não existiu fora dos muros da Abadia de Thelême, da Cidade do Sol, do Phalanstère, dessas criações fantásticas de Rabelais, Campanella, Fourier, e mais utopistas dos tempos antigos e modernos(...)

Naquelas terras abençoadas, a cujas feições nossos estadistas querem modelar-nos, o operário não é o escravo de Fulano ou Beltrano; é escravo do capital; o feitor é a miséria e aí está a força

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 84-85.

¹⁵¹ A percepção do negro como um ser de uma raça inferior é recorrente tanto entre os escravagistas quanto entre os abolicionistas brancos, negros e mulatos de orientação iluminista, romântica ou positivista, inclusive o próprio Nabuco. Sobre a presença do racismo no Brasil e nos Estados Unidos ver AZEVEDO, Celia M.- *Obras Citadas*; COSTA, Emilia V. da -- *Da Senzala à Colônia*. p. 382-391.

pública para chamá-lo à ordem quando, por falta de trabalho ou de remuneração suficiente, ele atreve-se a perturbar com seus gritos de angústia o sossego dos privilegiados da sorte.

Tão injusto, em tese, como a escravidão direta, as castas ou a servidão da gleba e do castelo feudal, e não menos ofensivo à dignidade humana, lá onde, em razão da abundância de braços, o salário se acha reduzido ao mínimo indispensável à satisfação das necessidades primordiais e as camadas da população jazem no mais infimo grau de objeção, o chamado trabalho livre, o salariato, será porventura superior ao trabalho do escravo ou servo do ponto de vista econômico?

Sem dúvida alguma. Em lugar de 10 ou 12 horas, quando muito, de trabalho ronceiro e maquinal que se obtém do escravo, o trabalhador livre, impelido pelo látigo da miséria, em 12, 14 e até 16 horas de trabalho febril, produz 3 ou 4 vezes mais e, embora seu consumo seja muito maior, deixa maior produto líquido ao empresário ou capitalista.

É mister, entretanto, notar que dita vantagem (...) só é uma realidade onde os braços abundam, onde o operário, se não quiser se sujeitar ao salário que lhe querem dar, há de morrer de fome e frio (...). Lá onde, pelo contrário, e este é o caso em que nos achamos, os braços são raros e os meios de vida relativamente fáceis, em circunstâncias normais, o operário livre dá leis ao capital, exige salário avultado e fornece menos trabalho que o escravo.¹⁵²

Reafirmando a tese da especificidade da nação brasileira – onde os braços livres “ditam leis ao capital”- ressaltou a importância histórica da escravidão para o desenvolvimento da sociedade e também para a “civilização” dos africanos, em certa medida retomando um dos entendimentos de Koster sobre a escravidão. Essa contrapartida conferiu ao cativo o caráter de uma modalidade de contrato de trabalho e não de crime, conforme pregavam os abolicionistas, um contrato, no caso do Império, até mais vantajoso que o salariato, tanto para os empresários quanto para os trabalhadores:

“Ao trabalho escravo, tão praguejado e vilipendiado por quem dele não precisa mais, e por todos aqueles que, não tendo aprofundado a questão do trabalho, encaram a escravidão do ponto de vista de princípios abstratos de justiça, devemos tal e qual civilização a que chegamos, e que ostenta-se em suma superior à de todos os países sujeitos às mesmas condições geográficas e climáticas. Ao lucro líquido deixado por operários que, embora trabalhassem pouco, só consumiam 15 a 20% do produto bruto, devemos aquela riqueza com que nos avantajamos aos nossos vizinhos, as cidades populosas e comerciantes que esmaçam as nossas praias, e que o trabalho livre, de certo, não nos teria podido proporcionar nos três séculos e meio decorridos depois das primeiras tentativas de colonização portuguesa.

Quanto ao pretendido crime praticado sobre os africanos pelos nossos antepassados ou predecessores, não me parece que deva doer-nos a consciência (...); para o geral dos africanos importados, a escravidão no Brasil há sido passo civilizador, e a sorte que cá encontraram superior à vida animal que lá deixaram.”¹⁵³

Considerando-se superficialmente estas colocações, poder-se-ia concluir que Milet fosse um ardoroso defensor da escravidão e inimigo do trabalho livre. Todavia, a questão se torna mais complexa quando associamos este argumento às suas outras proposições. Apoiava os liberais e

¹⁵² MILET, H. A. - “O trabalho livre: estudo econômico”. *Jornal do Recife*. Typ. Do Jornal do Recife, 22.11.1875. IN: MILET, H.A. - *O Quebra Quilos*. p. 103-106.

¹⁵³ *Idem, ibidem*, p. 106-107.

acompanhando-os vinha pugnando na imprensa, desde a década de 1860, pelo direito ao ventre livre e sempre fora, desde o tempo que integrara a equipe de Vauthier, um partidário entusiasta do progresso técnico e da ciência. Em seu entender, estes eram os instrumentos que permitiriam à humanidade a libertação do fardo exaustivo do trabalho, especialmente daquele trabalho “livre” que se praticava na Europa e nos Estados Unidos e que Milet não aprovava fosse aqui implantado. Conforme vimos na discussão do **Parecer** da Comissão parlamentar, recusava a idéia de aqui formar um proletariado semelhante ao europeu e defendia a imigração com a pequena propriedade e contratos de parceria com os homens livres, de modo a criar uma sociedade amplamente estruturada sobre a média e a pequena propriedade. Por um lado, Milet, e seus pares, precisavam prolongar a existência da forma de propriedade condenável, que consubstanciava a maior parte da riqueza dos bangüês e que garantia aos seus senhores o direito à cidadania; por outro, tinham plena consciência de que a escravidão, por questões políticas, econômicas e morais, estava com seus dias contados.

“Será lícito concluir daí que sou apologista da escravidão e contrário aos princípios morais e filantrópicos que triunfaram a 28 de setembro de 1871? Não, por certo. (...) Ainda hoje sou de opinião que altas considerações de moralidade e conveniências políticas nos obrigavam a dar semelhante passo; e que não podíamos eximir-nos de marcar, pelo reconhecimento da liberdade do ventre, um termo prefixo à permanência do elemento servil. Entretanto, estou convencido que a escravidão não é um inferno e o salaríato um paraíso; que do ponto de vista econômico, a escravidão prestou-nos serviços que não podíamos esperar de outra qualquer forma de trabalho; e que o trabalho livre não nos dará tão cedo, nem o produto bruto nem o produto líquido, equivalente ao que resultava dos braços escravos; que considerada unicamente sob aquele ponto de vista, a emancipação foi prematura; pelo que, admitidas as considerações morais que a determinaram, devia ter sido limitada ao ventre livre e o projeto ministerial cuidadosamente expurgado de todos os acréscimos tendentes a precipitar a ação, já por si tão pronta e eficaz, da medida principal para a extinção rápida da escravatura, e tomadas sem demora todas as providências em ordem de facilitar a difusão do trabalho livre.”¹⁵⁴

Apesar de ter avaliado o salaríato como uma forma de trabalho inferior economicamente à escravidão, e de ter visto os operários europeus como um “perigo para a sociedade” - uma vez que suas condições materiais de trabalho eram piores que a do escravo, e os tornava “bárbaros cujas façanhas podemos avaliar pelas amostras dadas pelos comunais de Paris e cantonais de Alcoy e Cartagena” - Milet resguardou seu crédito no progresso e nos ideais utópicos. Concluiu que “o trabalho livre” ainda era “moralmente” superior ao escravo, forma imperfeita a ser superada, e etapa “imprescindível” na construção do progresso e do ideal de “Liberdade e Fraternidade” a que um dia chegaria a humanidade:

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 107-108.

"Devemos desanimar? Por certo que não; os progressos da ciência no século andante têm posto à disposição do homem civilizado máquinas que suprem muito o trabalho braçal, e entre nós não tirarão o pão do operário; por outro lado, a falta de braços livres nesta província não é tão absoluta como querem supor; haja vista a redução a que se sujeitam hoje nos salários que recebiam antes da crise e, entretanto, ainda temos que caminhar muito antes que a nossa população, tão densa quanto a da Bélgica, França ou Inglaterra, torne os nossos operários escravos do capital(...)

Triste, sem dúvida, é para o pensador essa condenação da imensa maioria dos homens ao trabalho forçado para sempre; medonho o quadro apresentado pelo proletariado europeu, desconsoladora a certeza de serem estas as condições imprescindíveis do progresso. (...) O estado atual da oficina social está, sem dúvida, longe de realizar o ideal cristão formulado na Inclita senha de 1789 – Liberdade, Igualdade, Fraternidade – achamo-nos, porém, mais perto hoje que ontem daquele ideal sublime. Injusto é o salariato como eram as formas precedentes de trabalho, como são, pela maior parte, as instituições que servem de base do Estado social; mas, moralmente, o salariato é superior à escravidão direta e à servidão da gleba e do castelo; são formas transitórias pelas quais tem que passar a oficina social para ir se aproximando cada vez mais do ideal de justiça em que cada um trabalhará na medida de suas forças e consumirá na de suas precisões". (...¹⁵⁵)

As dificuldades enfrentadas por Nabuco para obter um cargo de deputado pela província nas eleições de 1878 denotam que as idéias de Milet tinham maior representatividade junto aos eleitores do partido liberal, pelo menos até as eleições de 1886. Muitas das suas solicitações ressoam na fala com que o liberal Adolfo de Barros Cavalcante de Lacerda – um futuro abolicionista e, naquele momento, presidente da província e encarregado de Vila Bela para fazer a acolhida ao "intruso" - abriu a sessão da Assembléia Legislativa Provincial a 19/12/1878. Considerando "iníquo" o imposto recém-estabelecido sobre o tráfico interprovincial de escravos, porque subtraía rendimentos escassos e indispensáveis, especialmente para os produtores de algodão e açúcar, já em difícil situação, Adolfo de Barros, contando com a extinção gradual do cativeiro, reivindicou câmbio baixo e empréstimos para os senhores de engenho, enquanto não se instalassem os engenhos centrais, solução prevista a médio prazo:

"É ainda ao algodão e ao açúcar que devemos a possibilidade de acumular capitais, quando os preços são remuneradores (...) Os preços normais calculados sobre a mesma base [o câmbio alto a 27 o par] não são remuneradores com relação ao maior número dos senhores de engenho, e nem sequer indenizam os gastos de produção àqueles que precisam empregar braços livres(...) de então

¹⁵⁵ Idem, ibidem, p. 108-109.

[1860] para cá, muitos têm mantido as suas posições porque possuem braços escravos bastantes para todos os misteres do engenho; outros porque têm os indispensáveis para o fabrico e só precisam recorrer aos braços livres para o transporte do açúcar aos portos de embarque e coadjuvação nos trabalhos de plantação, limpas, corte e amarração de canas. Muitos outros, porém, têm desaparecido da cena, e mais seria o número desses se, como ficou notado, o câmbio da nossa moeda nacional, permanecendo abaixo do par, não lhes houvesse proporcionado uma subvenção(...) É necessário que essa lavoura se transforme, que se separe o plantio da cana do fabrico do açúcar, pois que deste modo diminuirão em longa escala os gastos de produção, e o agricultor poderá utilizar-se exclusivamente de braços livres(...) O engenho central é, pois, o remédio salvador!. Por ora, na época de transição em que nos achamos e que durará, quando muito até o fim do século presente, se deve acoroçoar e promover o emprego no fabrico do açúcar, de máquinas que, conquanto menos aperfeiçoadas que a dos engenhos centrais são menos dispendiosas e por isso mesmo melhor se acomodam às circunstâncias de grande número de lavradores(...) Não averigüei aqui se o capital existe ou não no país e em quantidade suficiente(...) exista ou não exista, o certo é que o capital não está à disposição do agricultor(...) Alguns milhares de contos emprestados aos proprietários que quizerem introduzir nos seus engenhos os aparelhos de cozimento a vácuo".¹⁵⁶

Se estas reivindicações continuassem prevalecendo entre todos os agricultores da província, fossem eles liberais ou conservadores – a abolição gradual, a remodelação lenta e generalizada dos bangüês, e os engenhos centrais para o final do século – e se fossem preservadas as proposições apresentadas por Nabuco em 1878, 1879, e mesmo n' **O Abolicionismo**, o jovem deputado abolicionista não teria chances de se reeleger por Pernambuco. Porém, quando de seu retorno nas eleições de 1884 - para concorrer pelo 1º distrito da cidade do Recife¹⁵⁷ - significativas alterações haviam acontecido no discurso e no procedimento do candidato, na situação dos partidos políticos e dos negócios do Império e da província. Por um lado, Nabuco lançou na campanha eleitoral - especialmente nas **Conferências** e nos *meetings* - uma argumentação mais contundente, que havia incorporado argumentos veiculados por parlamentares emancipacionistas de vários matizes políticos – conservadores, liberais e republicanos - com os quais conviveu no Parlamento – a exemplo de Jerônimo Sodré, José Mariano, Gusmão Lobo, Saldanha Marinho, Costa Azevedo, Adolfo de Barros, Sancho Pimentel, Marcolino Moura e Correia Rabelo. E, acima de tudo, idéias do engenheiro André Rebouças, que destacavam a defesa da pequena propriedade, à qual Nabuco acrescentou a “lei agrária”, e a formação da “classe média”.¹⁵⁸ Além disso, formara-se dentro do

¹⁵⁶ Falia com que o Exmo Sr. Dr. Adolfo de Barros Cavalcante de Lacerda abriu a sessão da Assembléia legislativa Provincial em 19/12/1878. Typ. Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1879. p.59-61.

¹⁵⁷ Aconselhado por Penedo, e por companheiros abolicionistas, Nabuco abandonou a idéia de pleitear uma vaga pelo 2º. distrito da Corte, uma vez que ali as possibilidades de sucesso eram menores, dada a concorrência com outros candidatos mais populares, a exemplo de Saldanha Marinho e José do Patrocínio. Além disso, a ascensão do Gabinete Dantas cobrava o suporte de uma combativa representação abolicionista. na Câmara, na qual Nabuco não poderia faltar.

¹⁵⁸ Adolfo de Barros, presidente da província em 1878 passaria, a partir desta legislatura, a integrar o grupo emancipacionista, juntamente com Nabuco, José Mariano e Barros Pimentel. Barros

partido liberal um grupo de políticos, ligados às províncias do norte, coeso em torno da abolição (companheiros de Nabuco na legislatura de 1879-80) e integrado por José Mariano, Adolfo de Barros e Sancho Pimentel. Por intermédio de José Mariano, líder republicano e diretor do jornal mais radical do partido liberal, **A Província**¹⁵⁹, Nabuco aproximou-se das sociedades abolicionistas da província, e dos republicanos (que o haviam “pateado”¹⁶⁰ em 1878) assim como dos remanescentes dos “cinco mil” - artistas, pequenos comerciantes, funcionários públicos - partidários fiéis de José Mariano desde o início da década de 1870, que se tornaram parceiros essenciais na campanha abolicionista. Essa aproximação tornou possível a reedição em Recife das cenas de mobilização popular nos *meetings* já presenciadas na década de 1840 durante a atuação praieira, assim como a comparação entre Nabuco e as lideranças da Praia - Nunes Machado, Peixoto de Brito, Pedro Ivo - e republicanas (Tiradentes e Tomás Antonio Gonzaga), associações que, n’ **Um Estadista** e em **Minha Formação**, Nabuco não faria questão nenhuma de lembrar.¹⁶¹

Por outro lado, o abolicionismo moderado, isto é, a abolição imediata com indenização, começava a ganhar apoio de comerciantes de médio porte e dos negociantes que se pronunciaram no Congresso Agrícola. Os primeiros estavam interessados num possível mercado consumidor que o trabalho livre poderia fundamentar arrefecendo assim a crise que afligia o comércio; os segundos estavam de olho nas oportunidades que a introdução dos “*maquinismos aperfeiçoados*” poderiam ensejar, quer para remodelar individualmente os bangüês, quer para constituir sociedades anônimas promotoras de engenhos centrais como iniciativa de grupos restritos de proprietários. As expectativas de financiadores e de proprietários haviam se renovado desde 1882, quando a política imperial passara a facilitar licenças para a organização de empresas de investidores nacionais, e as

tornou-se vice-presidente da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e, ao lado de Rebouças, substituiria Nabuco quando este se “exilou” na Inglaterra em 1882, após a derrota, em 1881, nas eleições disputadas na Corte. NABUCO, Carolina – **Ob. Cit.** especialmente o cap. 2, “A emancipação no Parlamento”.

¹⁵⁹ Informa-nos Marc Hoffnagel, na comunicação e artigo já aqui referenciados, que na década de 1880 a hegemonia dos acadêmicos da Faculdade de Direito sobre o Partido Republicano em Pernambuco fez com que os remanescentes dos “cinco mil” se agasalhassem no Partido Liberal. **A Província**, folha da ala mais radical do partido, atuava na imprensa desde 1872, fato importante na consolidação da popularidade de José Mariano, seu diretor desde a fundação até 1884 (quando eleito deputado, se estabeleceu na Corte), especialmente entre os eleitores urbanos. SILVA, Leonardo Dantas – **A imprensa e a Abolição**. Recife, Fundaj/Ed. Massangana, 1988s/p. Sobre a aliança de Nabuco com José Mariano, ver GOUVEIA, F.C.- **Joaquim Nabuco**, caps. III-VII.

¹⁶⁰ “11 de agosto – Sessão no Teatro Santa Isabel – pateado”. Dessa maneira Nabuco registrou em seu diário o tumulto na sessão literária de 11/8/1878. GOUVEIA, F.C.- **Joaquim Nabuco**, p. 103; NABUCO, Carolina – **Ob. Cit.**, p. 56; VIANA FILHO, L.- **Ob. Ci.** P. 81..

¹⁶¹ “Nabuco, o gigante novo/ que há de remir um povo/ que só aqui é cativo/ Nabuco irmão de Machado/ Tiradentes denodado/ Gonzaga, Peixoto e Ivo”. Este é o exemplo dos muitos versos publicados por O Rebate, jornal republicano e abolicionista. SILVA, Leonardo Dantas da (org.)- **A Abolição em Pernambuco**.. s/p.

lideranças liberais mais progressistas – ou os “*ingleses do sr. Dantas*” - associadas a alguns políticos conservadores passaram a investir mais na idéia de uma lei hipotecária que desamortizasse as hipotecas que gravavam a propriedade da terra ¹⁶². Tal orientação ganhara força diante das tentativas fracassadas de arregimentação de capital estrangeiro para a fundação dos bancos hipotecários, que esbarravam pelo menos em dois empecilhos: as leis inglesas e francesas proibiam que os cidadãos daqueles países fossem proprietários dos escravos, oferecidos em caução dos empréstimos dos lavradores; e temia-se que o lançamento das letras do tesouro avalizadoras dos empréstimos desvalorizassem os muitos títulos do império já em circulação nos mercados europeus¹⁶³. Ou seja, a abolição ganhava adeptos incondicionais e simpatizantes nas duas extremidades do colégio eleitoral de Recife, entre os eleitores urbanos de modestas posses, entre negociantes, que concorriam com os correspondentes no financiamento da lavoura, e mesmo entre senhores de engenho de posses medianas, não tão poderosos quanto aqueles que remodelavam sozinhos suas fábricas, a exemplo de Francisco do Rego Barros Lacerda e Henrique Marques Lins.

As alterações operadas na província em relação à receptividade do abolicionismo, que resultariam na maior popularidade da candidatura de Nabuco neste momento, podem ser reconhecidas em algumas manifestações. Na formação, em outubro de 1884, praticamente às vésperas das eleições, de uma sociedade secreta abolicionista denominada *Club do Cupim* - que passou a promover alforrias e a fuga de escravos para o Ceará - cujos integrantes estavam ligados ao comércio, ao Curso Jurídico e profissões liberais e que eram liderados pelo comerciante João Ramos e pelo Dr. José Mariano.¹⁶⁴ Também, pela emergência de falas abolicionistas no Congresso

¹⁶² A Lei 3.150, de 4 de novembro de 1882, dispensou todas as companhias de responsabilidade limitada, da autorização governamental, com exceção específica das organizações religiosas, instituições de caridade, bancos de poupança e emissões, empresas hipotecárias e imobiliárias, companhias de seguros e as dedicadas a alimentos. EISENBERG, P.- **Modernização sem mudança**. p. 98.

¹⁶³ MELO, E. C.- **Ob. Cit.** p. 117.

¹⁶⁴ Sobre esta sociedade e outras de cunho emancipacionista Peter Eisenberg comenta que “os membros do Clube do Cupim conseguiam alforrias com o consentimento dos senhores de escravos mas também mantinham suas identidades em segredo e invadiam as senzalas para estimular fugas. Também mantinham uma “ferrovia clandestina” para ajudar as fugas de escravos, disfarçá-los e ajudá-los a viajar de barco para o Ceará, onde a escravidão fora abolida em certas regiões desde 1883 e em toda a província em 25 de março de 1884. Muitas vezes, o clube remeteu grupos de vinte escravos em uma única viagem; o último grupo contrabandeado, em abril de 1888, reunia 119 escravos”. EISENBERG, P.- **Modernização sem mudança**. p. 181. Evaristo de Moraes nos informa as profissões dos principais integrantes desta sociedade. Além de José Mariano, advogado e jornalista, João Ramos, guarda-livros e comerciante; Dr. Gomes Matos, bacharel e comerciante; Barros Sobrinho, médico; Artur de Matos, jornalista e trabalhador no comércio; Numa Pompílio, dentista; Tomaz Espíuça, ator; D. Leonor Porto, costureira; Manoel Joaquim Pessoa, proprietário de barcas. MORAES, Evaristo – **A campanha abolicionista (1879-1888)**. 2ª ed. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1986. p. 191-192. Marc Hoffnagel

Agrícola do Recife, realizado em julho de 1884, por iniciativa dos Clubes da Lavoura da região de Escada. Na ocasião, ocorreram desentendimentos entre o grupo formado por agricultores contrários à abolição associados aos Correspondentes e os comerciantes apoiados por outros senhores favoráveis à abolição, que acabaram por envolver suas associações de classe, a SAAP, a ACA (dominada pelos comissários) e a ACBP¹⁶⁵. Na origem destes antagonismos estava o descontentamento do segundo grupo com o desempenho do deputado conservador Manoel Portela, em relação ao encaminhamento da lei de 4 de novembro de 1882. Portela, professor do Curso Jurídico, que atuava há vinte anos na política provincial e nas associações de produtores e comerciantes, foi acusado de “arcaico” e de favorecer os interesses dos correspondentes, armazenários e proprietários dos bangüês; e recriminado pela atuação inexpressiva em seu último mandato parlamentar, principalmente por ter feito pouco em benefício da lei que facilitaria as associações de investidores nacionais.¹⁶⁶

A mudança em relação ao abolicionismo pode ser percebida ainda pela publicação, desde o início de 1883, do jornal *A Tribuna*, folha que passou a divulgar a idéia de que o partido conservador não era um empecilho à emancipação, até porque ele assumira um compromisso com esta causa desde a promulgação da Lei Rio Branco. Embora partidário da emancipação com

aponta a presença de muitos republicanos entre os membros do Club do Cupim. HOFFNAGEL, M. - “Rumos do republicanismo em Pernambuco” IN: SILVA, Leonardo D. (org.) – *A República em Pernambuco*. Recife, FUNDAJ/Ed. Massangana, 1990 p. 170-171.

¹⁶⁵ O abolicionismo dividiu os agricultores locais. Temerosos do sucesso da emancipação sem indenização e da desorganização do trabalho mediante as fugas dos escravos, os proprietários já se organizavam localmente em Clubes da Lavoura, decididos a preservar o encaminhamento para a questão servil estabelecido na Lei de 28 de setembro de 1871. Na reunião de 1884, que teve em sua pauta um só assunto – a questão da mão-de-obra – vários abolicionistas se manifestaram e comerciantes denunciaram as manobras da SAAP para monopolizar o congresso e pretender falar, à revelia, em nome da ACBP e de toda a província. “José Adolfo de Oliveira Lima, um comerciante do Recife que mais tarde veio a construir uma usina, acusou os fazendeiros de arrogância por haverem realizado seu congresso no salão de reuniões da ACBP e terem se investido em suposta representação do comércio e da agricultura, quando só uns poucos comerciantes estavam presentes no congresso.” *Idem, ibidem*, p. 185-186.

¹⁶⁶ O *Jornal do Recife*, folha que nestas eleições assumiria a defesa moderada da candidatura de Nabuco, na edição de 5/11/ 1884 publicou artigo assinado por “Lincoln”, pseudônimo de Faelante Câmara, que comenta a atuação parlamentar do Dr. Portela, na legislatura 1881-1884: ‘Durante os quatro anos da legislatura o que fez o ilustre professor de direito? Nós vemos com desprazer que o comercialista perdeu-se, naufragou(...) qual foi a luz que o talento seo Mestre projetou sobre a questão [a lei de 4 de novembro de 1882, sobre sociedades anônimas] questão que pertencia ao estudo de sua especialidade, pois que tratava-se de uma reforma ao nosso Código comercial e a lei de 1860 sobre o mesmo assunto(...) o Sr. Portela fez figura mais do que medíocre. Não agitou uma questão séria, não pronunciou um discurso alevantado, não apresentou um projeto que contivesse uma idéia generosa e boa”. *Apud* GOUVEIA, F.C.- estudo introdutório à *Campanha Abolicionista no Recife. Eleições de 1884*. Discursos de Joaquim Nabuco. 2ª ed. Recife:FUNDAJ/Ed. Massangana, 1988.. p. XXXII-XXXIII.

indenização, o jornal divulgou o trabalho tanto das sociedades emancipacionistas que promoviam alforrias com indenização, quanto falas de políticos do presente e do passado de qualquer procedência partidária, favoráveis à emancipação ou à abolição, dentre eles trechos d' **O Abolicionismo**.¹⁶⁷ As proposições desta folha se completam na veemente recusa dos proprietários de escravos, mormente daqueles ligados ao partido, em assumir o estatuto de *escravocratas*, ou de partidários da "*política do chicote*"¹⁶⁸, argumentando que, se fossem indenizados, aprovariam a abolição imediata da escravidão. Começava a ganhar expressão entre alguns conservadores uma outra forma de indenização dos prejuízos trazidos pela desorganização do trabalho e pela perda da propriedade escrava: a reivindicação do uso do fundo de emancipação para o subsídio direto do Estado aos produtores nacionais, conforme já se praticava em relação às empresas inglesas que naquele momento inauguravam seus primeiros engenhos centrais. Em Pernambuco, tais recursos serviriam para a ampliação da remodelação técnica dos engenhos e para cobrir os custos da expansão do trabalho livre nacional.¹⁶⁹

A receptividade da candidatura de Nabuco pode ser percebida ainda pela divulgação das atividades de sua campanha na imprensa do Recife, onde ele falaria em muitos locais e para os mais variados tipos de eleitores. Apesar das pesadas críticas expressas n' **O Tempo** (conservador) contrabalançadas pelo **Rebate** (republicano), as grandes folhas moderadas de ambos os partidos – o

¹⁶⁷ Sobre o encaminhamento do abolicionismo na imprensa e sobre esta folha, ver SILVA, Leonardo Dantas – **A Imprensa e a Abolição**. Recife, CNPq/Fundaj/Ed. Massangana, 1988.

¹⁶⁸ A expressão foi utilizada por Nabuco na Primeira Conferência proferida no teatro Santa Isabel, realizada no dia 12 de outubro de 1884.. De imediato, J.J. Seabra, um dos líderes do partido conservador na Bahia retrucou da platéia: "Queremos a emancipação imediata com indenização", intervenção que interrompeu a conferência por alguns minutos. Em pronunciamentos nos dias seguintes, o orador procuraria minimizar o efeito de suas palavras, justamente porque se empenhava em ganhar apoio em todos os partidos. NABUCO, J. - **Conferências**, p. 250.

¹⁶⁹ Os produtores de cana viviam naquele momento, depois de longa espera e muitos problemas no acerto de contratos para o fornecimento de matéria prima, a expectativa do desempenho de quatro engenhos centrais- O Santo Inácio, o Firmeza, o Bom Gosto e o Cuyambuca, construídos pelas firma britânica Central Sugar Factories, que começavam a moer sua primeira safra naquele ano. Eles seriam comparados a engenhos já remodelados por iniciativa de seus proprietários, o São Francisco da Várzea, de Francisco do Rego Barros Lacerda, o S.. João da Várzea, do Barão de Muribeca, o Tinoco, do major Presciano de Barros Lins, e o Mameluco, de Antonio Marques de Holanda Cavalcanti, que vinham funcionando desde 1878. Devido à avidez de lucros rápidos, que levou a empresa a utilizar maquinário reciclado de seus engenhos do Egito, a não providenciar um eficiente sistema de transporte da cana para a fábrica e funcionários adequados, e a subestimar o valor da matéria-prima, os resultados desta experiência seriam desastrosos tanto para os engenhos da companhia estrangeira quanto para os fornecedores de cana. EISENBERG, P. – **Modernização sem mudança**, p. 114-120.

Jornal do Recife (liberal) e o **Diário de Pernambuco** (conservador) - publicaram as convocações das Conferências no teatro Santa Isabel, e noticiaram seu conteúdo e suas repercussões.¹⁷⁰

Não obstante osensível avanço da popularidade de Nabuco e da dedicação de seus aliados abolicionistas - além de José Mariano, o presidente da província Sancho de Barros Pimentel, um amigo íntimo e de longa data - ,o candidato enfrentou dificuldades e pesadas críticas. Além de ser considerado um inimigo da pátria, por difamar o Império no exterior, foi acusado de ser um dos “*ingleses do sr. Dantas*”, devido tanto às suas ligações com os políticos e homens de negócios ingleses quanto à importância de sua vitória para a sustentação do gabinete em exercício, seriamente questionado por uma Câmara anti-abolicionista.¹⁷¹ Ademais, sofreu acusações pessoais comprometedoras, como a de ter negociado os escravos recebidos em herança para financiar sua primeira viagem à Europa, e de ter sobrevivido em Londres com as gratificações pagas pelo governo, pela assessoria jurídica prestada nos negócios entre o Estado e as empresas inglesas. As dificuldades adensavam-se mais ainda pelo fato de Nabuco ser o advogado da Central Sugar e da North Brazilian Sugar nos litígios que naquele momento se instauraram entre os fornecedores de cana e os engenhos centrais destas companhias¹⁷²

¹⁷⁰ GOUVEIA, F.C.- **Campanha Abolicionista no Recife**. Estudo introdutório., p. VII-LXIII, **passim**.

¹⁷¹ As eleições que abriram a oportunidade para Nabuco voltar a concorrer por Pernambuco haviam-se colocado em virtude da dissolução da Câmara, solicitada por Dantas ao Imperador, em virtude da oposição que esta oferecera ao gabinete quando da apresentação do projeto Dantas, que introduzia o princípio abolicionista de libertar, sem indenização, os escravos sexagenários. Nabuco, recentemente chegado de Londres, passou a desenvolver na imprensa importante campanha em favor do gabinete, e dado seu desempenho na Câmara entre 1879-80, tornou-se figura indispensável no Parlamento.. Ele considerou a ascensão de Dantas como a oportunidade de “*ressurreição do partido liberal*”. BEIGUELMAN, Paula - **Formação Política do Brasil**, p. 130; NABUCO, C.- **Ob. Cit.** p.179-184.

¹⁷² Procurando diminuir os custos da matéria-prima para aumentar seus lucros, as firmas inglesas tentaram boicotar seus fornecedores, negociando a cana diretamente com os plantadores rendeiros, expediente que burlava o contrato firmado com os fornecedores. Por esta razão, e pelos prejuízos que sofreram em função do péssimo desempenho técnico destas empresas (mau aproveitamento das canas, atrasos, produção deficiente devido ao estado ruim das máquinas) os senhores de engenho entraram na justiça contra as companhias. GRAHAM, R.- **Ob. Cit.** p. 158-162. Nabuco comenta rapidamente esta questão numa carta a Penedo escrita em Londres em março de 1884. “Nos atuais contratos o senhor de engenho impediu a Companhia de tratar com os seus moradores - não pode haver nada mais contrário ao espírito da lei e ao fim dos sacrifícios a que o Estado se decidiu do que essa imposição do monopólio de alguns proprietários “. NABUCO, J.- **Cartas**, v. 1. p. 111. Comentando a identificação de Nabuco com a “classe média” inglesa e, conseqüentemente, suas restrições à classe operária, Graham revela muito sobre os negócios de Nabuco com as firmas britânicas: “Suas atitudes políticas e sociais não são nada surpreendentes, levando-se em consideração seu íntimo contato com a comunidade de homens de negócios ingleses a quem tanto admirava. De 1882-83, e novamente de 1886-7, viveu em Londres, trabalhando como advogado de companhias inglesas que tinham interesses comerciais no ou com o Brasil, recebendo, por exemplo da Central Sugar Factories of Brazil, Ltd. o ordenado mensal de 52 libras e a média de umas 10 libras a mais provenientes de ações legais de clientes esporádicos.

A vitória neste pleito foi apertada e, particularmente tumultuada. As eleições na freguesia de S. José de Ribamar - o bairro onde melhor divulgara o tema da "*lei agrária*" e onde esperava obter a vantagem necessária para a vitória, mas que também era um reduto do Dr. Machado Portela, seu adversário - terminaram numa batalha sangrenta. O local das apurações foi tomado por manifestantes que, sob a notícia de fraude contra Nabuco, para ali haviam afluído acompanhando o Dr. José Mariano, dando origem a um confronto do qual resultou a morte de dois fiscais dos conservadores. O episódio deu origem a um segundo escrutínio, no qual Nabuco foi bem sucedido, mas sua escolha seria meses depois, em abril de 1885, anulada pela Câmara que, com maioria e chefia contrária aos abolicionistas, degolaria o deputado recém eleito.¹⁷³

Impedido de assumir a representação duramente obtida, o candidato voltaria a concorrer em seguida, a 9 de junho de 1885. Desta vez, pelo 5º distrito, que reunia as freguesias do interior de Nazaré da Mata, Tracunhaém, Bom Jardim e Limoeiro, região de engenhos medianos, tradicional reduto liberal e território refratário ao discurso abolicionista. Em oportunidade aberta pelo falecimento do deputado eleito no ano anterior, Antonio Epaminondas de Melo e pela desistência da candidatura do Dr. Ermírio Coutinho, Nabuco, foi eleito com folga, perfazendo 366 votos contra 258 de seu adversário. Entretanto, nesse resultado certamente influiu a decisão determinada do Rio de Janeiro de reunificar o partido, e a interferência da chefia liberal na província, empenhada na presença de Nabuco na Câmara que decidia, naquele momento, sobre a lei dos sexagenários e a lei hipotecária. Tal contingência cobrou a renúncia do substituto natural do parlamentar falecido, o Dr. Coutinho; seu apoio irrestrito ao pleiteante abolicionista; e o consenso do partido liberal de Pernambuco em torno do nome de Nabuco.¹⁷⁴ Influíram também a extrema moderação da

O ministro brasileiro em Londres na ocasião, o Barão do Penedo, auxiliou-o bastante, chamando-o como conselheiro em casos que exigiam a presença ou ajuda legal em negócios da embaixada. Embora sendo um advogado que cobrava muito caro por seus serviços profissionais, Nabuco apreciou a experiência e tentou repeti-la em 1898. Um de seus clientes mais assíduos era Frederick Youle, irmão de um dos sócios de André Rebouças na constituição da Companhia de Docas D. Pedro II." p. 275-276. Nas cartas aparecem as duas idéias: a de que poderia atuar como agente do governo, e de que não poderia aceitar, dado seu envolvimento com o abolicionismo, este tipo de encargo. Teria sido esta a razão de Nabuco ter recusado o cargo de Diretor da Biblioteca Nacional que lhe foi oferecido em 1884. NABUCO, J. *Cartas...endereço a Penedo*, p. 47, 50, 51; a Rebouças, p. 70-71.

¹⁷³ Na apuração do primeiro escrutínio, Nabuco ganhou por 2 votos; na segunda votação, realizada em janeiro de 1885, teve a vantagem de 70 votos; os tumultos nestas eleições quase levaram Nabuco e Sancho Pimentel a um rompimento. GOUVEIA, F.C.- *Joaquim Nabuco*, p. 176-194; NABUCO, C.- *Ob. Cit.* p.208-213; VIANNA FILHO, L.V.- *Ob. Cit.* p.119-120.

¹⁷⁴ Um manifesto preparado no Rio de Janeiro, datado de 24 de maio e publicado no *Jornal do Recife* de 31 do mesmo mês tornou pública a adesão a Nabuco das duas alas do partido, divididas sobretudo em função do encaminhamento da questão servil. Assinaram-no Francisco de Carvalho

campanha, toda ela encaminhada pelo partido, pois o candidato, talvez providencialmente, não veio a Pernambuco para conduzi-la pessoalmente. Além disso, os termos da *Circular* que anunciou o programa de Nabuco - escrita no Rio de Janeiro e publicada no **Jornal do Recife** a 26 de maio - procuraram apaziguar os eleitores. Não fizeram parte da mensagem os temas polêmicos apresentados no Recife na eleição do ano anterior, como o incentivo ao capital estrangeiro, a abolição imediata sem indenização, a lei agrária e a crítica aos redutos eleitorais do interior que Nabuco, imitando os liberais ingleses, chamou de *burgos podres*. Até porque estes argumentos agora banidos da fala do candidato para não amedrontar seu novo eleitorado - composto majoritariamente por senhores de engenho e produtores de algodão - foram habilidosamente explorados pelo adversário, cujas publicações denunciavam Nabuco como '*inglês, abolicionista intransigente e inimigo da propriedade*'.¹⁷⁵ Assim, na *Circular*, o discurso do ano anterior foi reinterpretado, de forma a não configurar uma retratação; e os temas, recolocados em outras palavras, transformaram-se destacando a importância da unidade do partido, a defesa comum do liberalismo, o apaziguamento entre senhores e escravos, o desenvolvimento ininterrupto da produção, a emancipação sem a desorganização do trabalho, o princípio da inviolabilidade da propriedade da terra e a reforma servil sem confiscos:

"(...)Apresentado por um círculo agrícola, como é esse, mostrar-me-ia desde logo indigno de representar-vos se usasse de linguagem que parecesse de qualquer modo uma retratação(...) acredito mesmo que serei, se tiver a honra de merecer os vossos votos, um mandatário adiantado

Soares Brandão, José Mariano, Joaquim Tavares de Melo Barreto, Ulysses Machado Pereira Viana, Antonio Manuel de Siqueira Cavalcanti e Antonio Sigismundo Gonçalves. GOUVEIA, F.C.- **Joaquim Nabuco**, p. 216. A conciliação interna ao partido aconteceu logo após a queda do Gabinete Dantas e ascensão de Saraiva, quando, já estabelecido que a reforma servil era um processo sem retorno, cuja primazia no encaminhamento passou a ser disputada pelos dois partidos, os liberais decidiram se reunificar em torno da idéia que ela se dissociasse do abolicionismo e respeitasse, pelo menos oficialmente, a propriedade privada. Tal orientação se expressaria, tanto no consenso sobre o nome de Nabuco para representar o partido pelo 5º distrito de Pernambuco desde que ele moderasse os termos de seu discurso, quanto nos termos tímidos da Lei Saraiva-Cotegipe que seria votada meses depois, transformando a libertação dos sexagenários praticamente numa "emancipação com condições". Sobre o desempenho dos partidos no encaminhamento da reforma servil neste momento ver BEIGUELMAN, P. - **Formação Política do Brasil**, p. 132.

¹⁷⁵ "Tendes diante de vós dois candidatos - um representante da lavoura, homem de ordem que irá defender os nossos direitos, que são também os dele; o outro um inglês que só se lembra da terra em que nasceu, quando dela precisa, abolicionista intransigente e inimigo de toda a propriedade; o primeiro olha para vós outros como para seus iguais - o segundo pensa que sois uns entes desprezíveis, bestiais, cuja consciência vale muito menos do que a dos escravos(...) O Dr. Francisco de Lacerda irá representar na Câmara em prol dos grandes interesses da lavoura que são os vossos e os do país. O Dr. Joaquim Nabuco irá representar as idéias anárquicas, arrastar a nação ao abismo. Aquele é, como vós, agricultor e proprietário; este pensa como Proudhon, que a propriedade é um roubo, e quer acabar com ela, custe o que custar, que outra não é o que ele chama por eufemismo - democratizar a propriedade". **O Tempo**, 4.6.1884, apud GOUVEIA, F.C.- **Joaquim Nabuco**, p. 216-217.

em seu espírito de reforma(...) elegendo-me, não fareis mais do que proclamar a união de todos os liberais, a unidade moral do nosso partido, aceitando durante uma legislatura um representante que, quando não fosse exatamente o de vossas idéias sobre uma questão especial, seria de vosso liberalismo em todas as outras grandes reformas(...)

(...) se lerdes tudo o que tenho dito e escrito sobre o movimento, vereis que nunca fui o homem dos escravos contra os senhores, mas somente da liberdade contra a escravidão, e que para mim foram sempre os interesses supremos do país: o desenvolvimento contínuo e ininterrupto da produção e da segurança e influências sociais dos proprietários condição preliminar no presente da harmonia entre as duas raças que foram e continuam a ser as grandes fontes da população brasileira(...) moralizar não é demolir, é consolidar e desenvolver a única riqueza que entre nós é principalmente nacional e não estrangeira – a da terra. A emancipação sem desorganização do trabalho, como pedimos sempre, nós abolicionistas, alguns até propondo um estado intermédio de servidão da gleba, que eu rejeito, é o maior presente que um estadista brasileiro possa fazer em nossos dias à classe agrícola.

A justiça é com efeito a primeira necessidade de uma agricultura estável: só ela pode por um lado torná-la hereditária e perpétua, substituindo os vínculos dos antigos morgados por uma tradição benfazeja que ligue a família por gerações às terras que possui, e por outro lado produza o bem estar e a independência dos trabalhadores do solo.

Sei que se procura representar-me como o inimigo da lavoura por ter dito que a questão servil está presa a uma questão agrária; mas, nesse ponto, como ainda não disse o que quero, só posso ser acusado por opiniões que me emprestem. Direi, entretanto, que sou partidário de um sistema de medidas que sem confisco, nem violação da atual propriedade, antes pelo contrário, beneficiando-a, ponha ao alcance de todos quantos quiserem cultivar o solo entre nós, espaço bastante para se sustentarem a si e suas famílias. Nesse regime, os principais e primeiros interessados seriam os atuais proprietários, cujas terras aumentariam de valor em escala nunca vista dantes, porque eles viveriam no meio de uma população fixa próspera e crescente, com amplo mercado de trabalho e centros de indústria e comércio local, o que hoje tudo falta. Acusar-me por isso é acusar-me de querer dar valor às nossas terras, que compense largamente o valor perdido dos escravos.¹⁷⁶

Todavia, as efetivas necessidades do eleitorado liberal do interior da província, para quem foi preparada a moderação desse discurso, eram incompatíveis com os princípios básicos declarados do abolicionismo - a supressão imediata do cativo e o confisco da propriedade escrava, propostas pelas quais Nabuco voltou a pugnar, fazendo oposição ao gabinete Saraiva, nos três meses em que atuou no Parlamento, decepcionando, uma vez mais, a ala moderada do partido e seus eleitores do interior¹⁷⁷. Conforme bem expressara Milet, o significado da emancipação sem a desorganização do trabalho, adequada para a situação dos médios e pequenos proprietários de terras e escravos, inviabilizava a abolição imediata da escravidão, com ou sem indenização, uma vez que eles não poderiam prescindir nem de seus escravos nem da propriedade abundante da terra. Sem concessões muito especiais de crédito franqueadas pelo Estado, intermediadas pelos correspondentes, não teriam como levantar os empréstimos que viessem a se tornar disponíveis nos bancos hipotecários –

¹⁷⁶ "Aos senhores eleitores do 5º distrito". *Jornal do Recife*, Typ. do Jornal do Recife, 26/5/1885. .

¹⁷⁷ Eleito em junho de 1885, durante a gestão Saraiva recém-empossada, mas que teria curta duração, Nabuco novamente perderia o mandato com a dissolução da Câmara, solicitada por Cotegipe à Coroa, logo após sua posse, em setembro do mesmo ano.

solução acessível aos senhores de maiores recursos; e dessa forma, não poderiam melhorar seus engenhos e, com eles, a produção de açúcar, nem pagar trabalhadores livres. Na verdade, a terra – protegida da execução das hipotecas – e os escravos eram o único capital acumulado de que dispunham, e avalizavam os empréstimos que faziam há décadas junto aos correspondentes que lhes ofereciam condições que nenhum banco particular poderia oferecer.¹⁷⁸ Por tudo isso conclui-se que, a depender das bases agrárias do partido liberal em Pernambuco, o abolicionismo não avançaria; quer dizer, além dos “*cinco mil*”, ele só poderia encontrar apoio entre os negociantes, os proprietários com fortuna suficiente para integrar sociedades anônimas juntamente com os negociantes; e os grandes senhores de engenho que já vinham remodelando suas fábricas, tradicionais membros do partido conservador.

As condições para a aproximação com esses eleitores foram delineando-se aos poucos, sendo apadrinhadas pela política imperial, claramente comprometida com a reforma servil. Em 1882, foi facilitada a formação das sociedades anônimas, quer para construir elas próprias engenhos centrais quer para financiar estes empreendimentos, agradando particularmente aos negociantes e a proprietários com recursos para bancá-las. Em 1885 três fortes incentivos aceleraram o processo. Por um lado, o decepcionante e conflituoso resultado dos engenhos centrais de propriedade das companhias estrangeiras, que causou prejuízos e descontentamento aos fornecedores de cana e levou o governo imperial a suspender suas licenças no final de 1886; e o contrastante sucesso destas empresas quando tocadas por empresários nacionais. Por outro, a Lei Provincial de 11 de agosto de 1885 (Lei de no. 1860) – fundamentada nos recursos franqueados pela decisão sobre os sexagenários e a expectativa da lei hipotecária – abriu a perspectiva de subsídios para os agricultores mais abastados ou a companhias de investidores, acenando com a criação ou remodelação de mais engenhos. A lei provincial deu respaldo, em 1886, à fundação e afirmação do Banco de Crédito Real de Pernambuco, à construção de 7 novos engenhos centrais, assim como ao arrendamento e depois compra das fábricas montadas pelos ingleses, agora incorporadas por empresários pernambucanos¹⁷⁹.

¹⁷⁸ Sobre a importância dos escravos e das terras na caução das hipotecas, comenta P. Eisenberg: “Escravos, por sua vez, constituíam indiscutivelmente uma fonte de capital de giro dos agricultores – eles podiam ser penhorados para conseguir empréstimos, ou vendidos. Nem o gado nem a escravidão, entretanto, alcançavam os montantes necessários para a modernização dos engenhos tradicionais; além do mais, a liquidação destes ativos implicava a substituição de sua função produtiva por maquinaria ou trabalho livre, o que normalmente custava dinheiro. A terra era o ativo mais valioso do agricultor. Como ele trabalhava somente uma parte da sua terra podia, presumivelmente, levantar dinheiro vendendo, arrendando ou hipotecando ao menos a propriedade extra em desuso.”. EISENBERG, P. - **Modernização sem mudança**, p. 93,95.

¹⁷⁹ O Decreto do poder legislativo 3.272, de 5/10/1885, alterou diversas disposições referentes às execuções cíveis e comerciais, como a execução de hipotecas, porém passaria a vigorar a partir

A falência das fábricas centrais inglesas - claramente definida no final de 1886 - aliada ao bom desempenho dos engenhos centrais gerenciados por brasileiros, e as mudanças na regulamentação das empresas e do crédito, indicaram novos rumos para a remodelação da indústria açucareira e para negócios em Pernambuco. Por outro lado, a nova política de crédito estimulada pelo Estado também beneficiou a lavoura do café do oeste paulista com subsídios à imigração européia¹⁸⁰. Destes novos encaminhamentos resultaria, em 1887, um fraturamento do partido conservador, consubstanciado na parceria entre os “progressistas” Antonio Prado e o pernambucano João Alfredo Correia de Oliveira. Eles se apropriariam do projeto liberal do grupo de Dantas no encaminhamento da abolição da escravidão, sem indenização, contrapondo-se à orientação “gradualista-indenizadora” dos veteranos Cotegipe e Paulino Soares de Souza.

A vitória do abolicionismo nas eleições de setembro de 1887 pode ser creditada a três ocorrências principais: à política de financiamento da lavoura já mencionada, à cisão conservadora, ocorrida no império em geral e em Pernambuco em particular, da qual decorreu um esvaziamento da candidatura do velho político conservador Machado Portela, e à desvalorização da propriedade escrava, resultante da lei dos sexagenários e da desorganização do trabalho nos engenhos e fazendas de café, estimulada pela atuação mais incisiva dos abolicionistas e pela iniciativa escrava. Naquele

de sua aprovação, ou seja não atingiria as dívidas feitas no passado. E uma cláusula da lei que emancipou os sexagenários, com indenização plenamente satisfatória para os proprietários, destinou 1/3 dos recursos da emancipação - 25.000 contos - para financiamento da lavoura e outro tanto para a imigração. “Novo regulamento do Banco de Crédito Real.” vol. 1885. **Coleção das Leis e Decretos do Brasil**. Rio, Typ. Nacional, s/d, p. 23-26. “A Lei Provincial de no. 1860 (11/8/1885) preferiu empréstimos diretos aos agricultores em vez de retornos garantidos[conforme fora concedido aos ingleses, um lucro de 6 a 7% do capital investido] a província emprestaria dos investidores um total de 800 contos em títulos de 6 e de 7%, que o concessionário colocaria no mercado local hipotecário, só podendo transferir seus direitos aos agricultores(...) O único banco hipotecário bem sucedido no século XIX, o Banco de Crédito Real de Pernambuco, abriu suas portas no distrito financeiro do Recife em 1886(...) Os ricos negociantes Manoel João Amorim, José da Silva Loyo e Luís Duprat compunham sua diretoria.”. Entre 1884 e 1887, Pernambuco passou a contar com 13 fábricas centrais que vieram se juntar a 6 outras construídas com recursos próprios pelos maiores senhores de engenho. EISENBERG, P.- **Modernização** p. 99, 121, 127; MELO, E.C.- **Ob. Cit.** p. 131-132; BEIGUELMAN, P.- **Formação Política do Brasil**. p. 132-134.

¹⁸⁰ Desde maio de 1885, ainda no ministério Saraiva, Antonio Prado propunha que, ao invés de se investir na liberdade de escravos mais velhos, dever-se-iam utilizar os recursos do fundo de emancipação para financiar a vinda de imigrantes; em agosto do mesmo ano, já no ministério Cotegipe, ocupando Prado a pasta da Agricultura, a lei Saraiva-Cotegipe, de 28.9.1885 incorpora o apoio à imigração; em junho de 1886, distanciando-se do chefe conservador, Prado consegue que uma cota do fundo de emancipação financie passagens de imigrantes europeus; em setembro de 1877 Prado assume abertamente a postura abolicionista, enquanto se intensifica a desorganização do trabalho nas fazendas. BEIGUELMAN, P.- **Formação política do Brasil**, vol. 1, p.132-140; COSTA, E. Viotti da - **Da senzala à Colônia**; parte II, cap. 3; AZEVEDO, C. M.- **Onda Negra**, cap. III CONRAD, R.- **Ob. Cit.** cap. 16.

momento, Nabuco voltou a concorrer com seu já tradicional adversário no 1º distrito do Recife, o Dr. Portela, desta feita para finalmente vencer, com folga, apesar dos tumultos. Essa vitória contrastou com a contundente derrota sofrida no pleito anterior, em setembro de 1886, circunstância em que a nova orientação conservadora ainda não se havia colocado na Corte e na província¹⁸¹. O respaldo de segmentos conservadores à candidatura de Nabuco, em 1887, possivelmente esteve na origem de seu apoio ao encaminhamento da abolição levada a termo pelo ministério conservador chefiado por João Alfredo, atitude que Nabuco nunca conseguiu explicar a contento e que seus correligionários da ala moderada do partido liberal consideraram um “*bandeamento*”.¹⁸²

Como compreender o apoio e comando dos setores mais poderosos do partido conservador de Pernambuco à abolição? A questão é complexa e demanda muitas outras pesquisas, mas podemos levantar hipóteses. Certamente, além dos incentivos e a mencionada desvalorização da propriedade escrava, a afirmação dos engenhos centrais e, depois, das usinas cobrava a desativação dos bangüês, o que só poderia ser obtido com a execução das hipotecas e a finalização da escravidão¹⁸³, evidência facilmente percebida pela reprodução destas propriedades após a abolição. Em sete anos, entre 1888 e 1895, foram criadas trinta unidades, contra dezenove estabelecidas nos dezessete anos anteriores, ou seja entre 1874 e 1887, sendo que 14 haviam sido fundados entre 1884 e 1887. Por outro lado, para além dos subsídios obtidos, este êxito, por si só, representava o ressarcimento ampliado da perda dos escravos, porém, para um restrito número de empresários: a pequena minoria para quem a desvalorização da propriedade escrava e a supressão da escravidão sem indenização não significaram um confisco. Assim, a abolição reproduziu muitas vezes a mais a sua riqueza e, sobretudo, o seu poder.¹⁸⁴

¹⁸¹ Após a derrota, o candidato retornou à Europa, onde cumpriu a missão diplomática de solicitar o apoio do Papa para a causa abolicionista brasileira. Entre outubro de 1886 e agosto de 1887, Nabuco fixou-se novamente na Inglaterra, onde manteve estreito contato com a **Anti-slavery Society** e com Gladstone. Neste período continuou advogando a serviço das companhias inglesas que, após a suspensão de seus contratos em Pernambuco, resolviam pendências com o governo imperial. VIANA FILHO, L.- *Ob. Cit.*, p. 143-146; GOUVEIA, F.C.- *Joaquim Nabuco*, p. 274; GRAHAM, R.- *Ob. Cit.* p. 275-276.

¹⁸² A decisão de Nabuco, justificada com o velho argumento de que sua causa estava acima dos partidos, recolocou a cisão interna do partido liberal. Os moderados, reunidos no **Jornal do Recife** criticaram; os radicais n' **A Província** aplaudiram. GOUVEIA, F.C.- *Joaquim Nabuco* ... 308-320.

¹⁸³ Tal contingência também aconteceu nas experiências antilhanas de Martinica, Guadalupe, e Cuba; e já havia ocorrido, também, na década de 1830, nas possessões inglesas, as pioneiras na abolição do tráfico e da escravidão.

¹⁸⁴ Eisenberg, Wanderley, Ramos e Levine demonstram o apoio recebido por grupos de proprietários que instalaram engenhos centrais e usinas, sem deixar de lembrar a falência de muitos outros. Por outro lado, Evaldo Melo e Hoffnagel levantam dúvidas sobre os subsídios e destacam os prejuízos da abolição e a situação difícil da elite açucareira mesmo após a remodelação das fábricas. Acredito que esta discrepância tem origem na forma homogênea como

Os senhores de engenho em geral, maiores ou menores, em sua grande maioria, nunca apoiaram a abolição sem indenização, ou seja, não renunciaram a seu direito de propriedade, nem aos escravos, nem à terra. Mas, especialmente para aqueles poucos que já haviam remodelado seus engenhos ou poderiam fazê-lo, a *revolução social* pacífica, prevista no projeto abolicionista, significou uma ampliação de patrimônio, na qual nunca esteve prevista qualquer “*lei agrária*” ou a pequena propriedade divulgada na campanha abolicionista de 1884. No máximo, entre os grandes proprietários mais bem intencionados, aceitava-se uma pequena melhoria na condição dos lavradores e moradores já existentes nos engenhos. Esse desfecho fica explícito no depoimento de Francisco do Rego Barros Lacerda, senhor do bem sucedido engenho S. Francisco da Várzea, na polêmica que manteve com o Sr. Palludius (possivelmente o próprio Milet) no **Diário de Pernambuco**. Ao defender as vantagens da introdução dos “*maquinismo aperfeiçoados*”, seu discurso sintetizou com clareza a maneira como os grandes proprietários de Pernambuco decodificaram e experimentaram a “*revolução social*” abolicionista:

*“Os escravos que conservo são os que herdei e os filhos destes. Nenhum comprei nem vendi, e em boa ora tomei esta resolução, pois minhas safras aumentam todos os anos(...)Venha a emancipação mais cedo ou mais tarde e encontrar-me-á aparelhado (...)Não constante a opinião do sr. Conselheiro Sinimbu, não acredito na permanência da grande lavoura, digo mais, não desejo. A divisão do trabalho é a grande lei da produção. Pequenos agricultores e grandes fabricantes, este será o futuro da nossa lavoura. A permanência da grande propriedade sim, desejo-a; e ela é possível desde que os proprietários amoldem-se às circunstâncias. O meio, quanto à mim, é darmos garantias de estabilidade aos nossos moradores, ou aforando-lhes terrenos, ou de outro qualquer modo. A extinção do elemento servil, mais cedo ou mais tarde, foi uma das razões que me levou a mudar o sistema de fabrico do açúcar. Quis proporcionar maiores vantagens aos lavradores, lucrando eu bem mais; o resultado mostra quanto andei acertado. Já entreguei aos lavradores dois partidos da fazenda e estou pronto a entregá-los todos; quero ser mero fabricante. Não pense S. S. que, por eu ter poucos escravos, desconheço o abalo que a emancipação, se a apressarem, como muitos querem, causará, nem mesmo que eu me considere livre de sentir-lhe os efeitos: trato, e desde muito, de os minorar.(...)”*¹⁸⁵

estes dois últimos autores concebem a classe de senhores de engenho. Certamente, a grande maioria não teve acesso aos financiamentos, e perdeu, juntamente com os escravos, a possibilidade continuar a produzir. Em contrapartida, os mais poderosos lideraram as inovações, e muitos outros sobreviveram por algum tempo. Conforme menciona Eisenberg, o sucesso dos proprietários de usinas só não foi completo porque foram derrotados pela concorrência no mercado internacional. HOFFNAGEL, M.- “Rumos do republicanismo em Pernambuco” IN: SILVA, Leonardo D.(org.) – **A República em Pernambuco**. Recife, FUNDAJ/Ed. Massangana, 1990. O certo é que a abolição viabilizou novos e generosos empréstimos do governo imperial junto aos banqueiros ingleses, em 1888 e 1889. E que eles foram direcionados preferencialmente para a lavoura, com o intuito de cobrir prejuízos trazidos pela perda dos escravos. GRAHAM, R.- **Escravidão, reforma e imperialismo**. S. Paulo, Perspectiva, 1979. p. 158-159.

¹⁸⁵ **Diário de Pernambuco**, 14/9/1881. IN: **O Diário de Pernambuco e a história social do nordeste**. P. 37,47.

Oposto seria o significado da *revolução social* para Milet e seus pares. Referindo-se aos “*pródromos de uma revolução social*” – e note-se como alterou, desde os tempos da revista **O Progresso**, sua concepção sobre o significado desta expressão – ele a concebeu como migração da riqueza de uma possível “*classe média*” já se constituindo – proprietária de modestas áreas de terra e de poucos escravos – para as mãos de financistas, usurários, ou mesmo do restrito contingente de proprietários dos engenhos centrais – fundamentada na política de juros e câmbio altos, falta de financiamentos, e a abolição da escravidão – práticas concentradoras da propriedade:

*“Em suma, estamos presenciando o prólogo do drama (...) os pródromos de uma revolução social; pois, outro nome não se pode dar à substituição de uma classe da sociedade por outra na posse dos instrumentos de trabalho (...) a destruição completa do capital de nossos agricultores e comerciantes, substituídos pelos capitalistas e usurários (...) Para muitos, já chegou aquela hora aziaga. E cada vapor que segue para o sul, leva aos felizes plantadores de café os braços arrancados à nossa moribunda agricultura, ao mesmo tempo que se está preparando, sob a ação direta dos mesmos juros usurários, rápida e quase completa mudança da nossa propriedade territorial.”*¹⁸⁶

No texto do **Quebra-Quilos**, o engenheiro Milet confundiu o descontentamento das “*massas ignorantes*” com os personagens do “*drama*” vivido por sua própria classe. Sem recursos materiais e humanos, uma vez que a política liberal lhes confiscara a propriedade e os soldados ¹⁸⁷, para encetar, como a Praia havia feito no passado, uma revolta contra seus adversários – os “*capitalistas usurários*” nacionais e estrangeiros, e os proprietários dos novos engenhos centrais – Milet pugnou da única maneira possível. Associou sua tragédia à dos quebradores de pesos e medidas e registrou na imprensa seu protesto contra a política que *conciliou* os grandes proprietários da província de ambos os partidos e que efetivamente *poupou* poucos e *debelou* a maioria, que incluiu pequenos e médios senhores do norte e mesmo fazendeiros de posses significativas nas províncias do sul. Isto porque o mesmo processo político que colocou os bangüês de “*fogo morto*” fez falir produtores de café, de variadas posses, no vale do Paraíba, em Minas, no Rio de Janeiro. Ali, também, os engenhos centrais – depois usinas – e a lavoura de café tocada por trabalhadores imigrantes do oeste paulista se imporiam triunfantes.¹⁸⁸

¹⁸⁶ MILET, H. A. - **O Quebra Quilos**, p. 40; 59.

¹⁸⁷ A Lei de 10.9.1873, promulgada durante a gestão do ministério Rio Branco, aboliu a Guarda Nacional; outra de 24 do mesmo mês aboliu o sistema de recrutamento para o exército. BEIGUELMAN, P. - **Formação Política do Brasil**, vol. 1, p. 125.

¹⁸⁸ Sobre os resultados da abolição em S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais especialmente em relação aos fazendeiros de café do vale do Paraíba. FRANCO, M.S. de C. - **Homens livres na ordem escravocrata**. 1ª ed. S. Paulo, IEB, 1964; STEIN, S. - **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. R. de Janeiro. N. Fronteira, 1990.; COSTA, E. V. - **Da Senzala à Colonia**.

5. Considerações Finais: a Política com P

"...Posso, portanto, terminar aqui a história da minha formação política, e mesmo de toda a minha formação, porque das novas influências que me vão dominar no resto da vida, a religiosa já se a encontrou na infância e a das letras na mocidade. As duas lutaram em mim anos seguidos...contra a política, sempre com superioridade, até vir a abolição, que durante dez anos as relegou, como tudo o mais, a imensa distância. Extinto este grande foco de atração, nenhum outro teria o mesmo poder que elas (as letras e a religião). Ainda assim talvez tenha apenas havido entre elas e a política uma verdadeira fusão...A história é com efeito o único campo em que me seria dado ainda cultivar a política." (Joaquim Nabuco, *Minha Formação*)

"Senhores, eu não me separei de repente do partido monárquico: levei dez anos nessa lenta evolução, que me fez ceder à invencível prescrição da História.

Desde a morte de Saldanha da Gama, sentindo que as guerras civis não se repetiam ou não se davam duas vezes, procurei, por essa espécie de juízo de Deus, recolher-me ao isolamento de meus livros, e quase nenhuma relação mais tive com a direção do partido monárquico.

Nesses cinco anos fiz pela história da Monarquia muito mais do que podiam fazer, do que teriam feito todos os outros que a servem. Eu levantei os homens de Estado do antigo regime, levantei o Imperador, ao mesmo tempo, que por piedade filial, procurava cumprir um dever para com a memória sagrada de meu pai. Eu levantei o monumento que estava ao alcance de minha inteligência, de minha dedicação nas páginas da jurisprudência do império.(...)

Eu, pessoalmente nada devo à Monarquia. Eu já lhe tinha aconselhado a Abolição, que lhe deu a imortalidade; eu lhe tinha aconselhado a Federação que, estou certo iria salvá-la(...)

Essa era a obrigação que me impunha, uma vez convencido da improficuidade da restauração, convencido de que a finalidade de um ideal republicano na América destruiria, uma após outra, todas as restaurações que se tentassem. Que me restava senão aceitar os fatos(...) foi isto senhores o que eu fiz(...)" (Joaquim Nabuco, Discurso, julho 1905)¹⁸⁹

O resultado do confronto em que se decidiu a remodelação dos engenhos em Pernambuco no final do século XIX não contemplou inteiramente nem as expectativas de Milet nem as de Nabuco, uma vez que não vingaram nem os engenhos centrais de proprietários cooperados nem as empresas estrangeiras e seu batalhão de fornecedores de cana. Os engenhos centrais bem sucedidos como iniciativa individual ou como sociedades comanditárias de empresários pernambucanos logo se

SLENES, R.A.A. - "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira na província do Rio de Janeiro - 1850-1888". IN: DEL NERO, I. (org.) - **Brasil: História Econômica e Demográfica**. S. Paulo, Inst. de Pesquisas Econômicas - USP, 1986. Por outro lado, o discurso de Milet certamente faria eco em **Minhas recordações**, a autobiografia de Francisco de Paula Ferreira de Rezende. Belo Horizonte/Itatiaia; S. Paulo/EDUSP, 1988.

¹⁸⁹ *Minha Formação*, p. 260; Discurso proferido em banquete em homenagem ao embaixador Joaquim Nabuco. *Apud* GALVÃO, Sebastião V.- "Dr. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo". *RIHGB*, tomo LXXIV, parte 2. R. de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912. p. 48-49.

transformaram em usinas, ou seja, fábricas que concentraram a propriedade da terra e reunificaram as etapas agrícola e industrial do processamento da cana. E, juntamente com elas, sobreviveram, por algum tempo, os bangüês que introduziram alguns “*mecanismos aperfeiçoados*”, fato que ainda hoje desperta a atenção dos estudiosos da indústria açucareira¹⁹⁰. Todavia, enquanto das sugestões do engenheiro pouca coisa se aproveitaria e de maneira completamente modificada – por exemplo as emissões de papel moeda e a sobrevivência de alguns engenhos – muitos foram os objetivos alcançados pelo projeto abolicionista: a desamortização da terra e do trabalho, a expansão das fábricas de açúcar como iniciativa privada, a abolição da escravidão. Perderam-se, certamente, os objetivos problemáticos desde sempre para o *laissez-faire*: a pequena propriedade, a preparação do escravo para a cidadania e, resultado inesperado para o líder abolicionista, a monarquia.

Diante deste desfecho, enquanto a atuação e os textos do engenheiro Milet – assim como as versões sobre a revolução de Armitage, Ottoni e Timandro – cairiam no esquecimento, Nabuco se tornaria o mais famoso dos abolicionistas. E não somente devido ao seu desempenho pela causa no Parlamento, mas porque nos anos que seguiram à queda da monarquia ele deu prosseguimento ao seu ofício fora dos recintos oficialmente consagrados para o exercício da política. Tornou-se jornalista e historiador e nesta modalidade de prática política até se sentiu mais à vontade. Nabuco assumiu com empenho e competência tal tarefa porque para ele o liberalismo significava muito mais do que a atuação parlamentar: era uma maneira “civilizada”, ao mesmo tempo burguesa, aristocrática e européia de ser. Remetia a uma concepção de vida expressivamente politizada e “policiada”, que “conciliava” procedimentos aristocráticos (o respeito à tradição, a polidez, a obediência à hierarquia e à ordem, a recusa da violência explícita como prática civil e o culto das artes) com princípios e práticas burguesas (o cultivo da ciência, do progresso técnico, dos negócios, o domínio da natureza para a produção e acumulação da riqueza). Nesta “conciliação” o progresso imperou sobre a tradição, ou seja, as formas aristocráticas apenas vestiram, lapidaram e potencializaram as práticas originariamente burguesas. Por isso o deputado Nabuco não se encabulou em nenhum momento em defender os interesses das firmas inglesas posto que compartilhava com os liberais britânicos a idéia de que a expansão do progresso e do capital se constituíam num eficiente instrumento de civilização. Também, em nome deste entendimento, encarou com naturalidade a defesa do “*verdadeiro liberalismo*” mesmo que ele exigisse a oposição

¹⁹⁰ Robert Levine anota que em 1910 sobreviviam 1500 bangüês economicamente marginalizados. LEVINE, R.W. - *A velha usina. Pernambuco na Federação Brasileira. 1889-1937*. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1980 p. 63. A sobrevivência de um número significativo de bangüês também é mencionada por WANDERLEY, M. Nazaré B. - *Ob. Cit.* p. 40-50 e RAMOS, Pedro - *Ob. Cit.* p. 70-71.

aos gabinetes liberais, a infidelidade aos eleitores e aos partidos, a adesão ao partido conservador no episódio da abolição e o acerto com os republicanos em 1899.

Dessa forma, tinha uma concepção ampla sobre a política. Era um procedimento cotidiano interiorizado nas atitudes e uma questão de consciência e de fôro íntimo. Integrava a polidez e a civilidade dos comportamentos, o trabalho, entendido simultaneamente como atividade educadora, criadora e acumuladora da riqueza e suporte da sobrevivência, do requinte e do ócio. E compartilhava igualmente o texto criado pelo letrado e concebido como política, ciência e arte. Tal concepção liberal de civilidade e de trabalho abrigava em seu âmago um princípio essencialmente aristocrático e autoritário, pois o domínio de si – marca de ilustração e de superioridade – justificava o direito de domínio dos outros¹⁹¹, especialmente sobre os bárbaros. Nesse sentido, ao definir a sua leitura da “Conciliação”, reeditou o princípio da tradição clássica do poder imperial presente no poema de Virgílio, que aconselhava “poupar os submissos e debelar os soberbos”.¹⁹²

Assim como Koster e a revista **O Progresso**, Nabuco acreditava que a condução do Estado e da história era missão dos verdadeiros estadistas. Isto porque eram homens civilizados e, a exemplo dos políticos ingleses e dele mesmo, haviam aprendido a governar a si mesmos e, portanto, adquirido o direito de governar aos outros. Então, igualando o ofício de historiador ao do homem de governo, o historiador administra a história a partir de um princípio político e para cumprir uma missão. Seu texto re(elabora) o passado para torná-lo uma representação, uma fantasmagoria cativante, integrada por “fatos” e personagens articulados num enredo quase sempre dramático para ensinar os indivíduos no presente e no futuro. Sua forma artística teve o poder de falar à imaginação e aos sentimentos dos leitores de seu tempo e aos pósteros, traço que garantiu sua hegemonia sobre os áridos escritos contemporâneos criados pelos engenheiros. No desempenho deste ofício, fruto do trabalho e da inteligência (do estudo, da disciplina, da reflexão), bem como da sensibilidade

¹⁹¹ Explorando as contradições intrínsecas à concepção de civilidade e polidez apresentadas por Norbert Elias em “O Processo Civilizador”, comenta Claudine Haroche: “Nas regras de civilidade e polidez, Elias vê a possibilidade e o meio de reafirmar uma ética do comportamento de si em relação a outrem. Detém-se pouco sobre o fato de que as regras de civilidade são formas que não só entravam a violência, mas às vezes a acompanham. Elias não se mostrou, portanto, sensível à dimensão paradoxal da reserva e da postura. Ora, esse é um dos aspectos, parece-nos, com base no qual podemos prolongar e aprofundar o componente antropológico e político da reserva: é necessário considerar o fato de se controlar, de respeitar os outros, mas também o de dominar o outro. Poder exercido sobre si como condição necessária do respeito a outrem; mas ao mesmo tempo, poder exercido sobre si como elemento indispensável do governo sobre os outros”. HAROCHE, C.- *Ob. Cit.* p.137-138.

¹⁹² “Poupar os submissos e debelar os soberbos”. *Eneida*, 6, 853. VIRGILE – *Éneide*. Textes établies par Henri Goelzer. 12^e ed. Paris, Le Belles Letres, 1966..

artística, exercita um domínio sobre as fontes, sobre o tempo, sobre os homens e sobre a memória. Nesta concepção do ofício do historiador, política, ciência e arte estão necessariamente imbricadas.

Assim, o testemunho do abolicionista é uma demonstração da responsabilidade, versatilidade e engenho de uma concepção de política e de história. Orador brilhante, hábil no improviso, e autor de memoráveis discursos no Parlamento e fora dele - construídos e encenados como peças de retórica que alinharam, lado a lado, num completo descompromisso em relação ao tempo, figuras do presente, do passado, da história e da ficção, capazes de arrancar aplausos mesmo dos adversários mais ferrenhos e sensibilizar políticos e intelectuais pósteros¹⁹³ - obteve pleno sucesso na "representação de seu papel" de abolicionista. Porém, suas outras "causas" - a regeneração da monarquia, a transformação dos escravos em cidadãos, e sua carreira política - fracassaram: o regime foi abolido, a família real banida e, com ela, a atuação do promissor político monarquista assumiria outras configurações. Afastado do palco do Parlamento, Nabuco, passaria a exercer a política como historiador e literato, escrevendo artigos em defesa da monarquia para o **Jornal do Comércio**, textos que posteriormente constituiriam suas obras **Balmaceda**, **A intervenção estrangeira**, e **Minha Formação**. Também, realizaria a pesquisa nos arquivos do pai, da qual resultaria seu mais importante trabalho político e historiográfico, **Um Estadista do Império**.¹⁹⁴

¹⁹³ Conforme se pode perceber nos trechos reproduzidos neste trabalho, os discursos de Nabuco no Parlamento, assim como suas falas de campanha, seus escritos na imprensa e seus trabalhos de história, ainda impressionam pela erudição, a habilidade de associar circunstâncias e personagens reais e fictícios, resultando num impacto para o ouvinte e o leitor. Seus discursos, invariavelmente, terminavam, à revelia do Regimento da Câmara, em aplausos, situações que ficaram registradas tanto nos Anais do Parlamento quanto no depoimento e artigos dos jornais. Entre seus biógrafos, o testemunho mais expressivo deste desempenho foi registrado por sua filha, Carolina Nabuco, ao comparar a retórica de Nabuco de Araújo e a de seu filho: "O pai, respeitador das tradições, fora essencialmente um homem de partido, atento aos laços que o prendiam a correligionários e amigos, cheio de autoridade, ouvido religiosamente. O filho, jovem, sem responsabilidade, sem outra importância senão a do talento e da notoriedade que ganhou era independente de todos, disposto a incompatibilizar com os chefes. O pai, excluindo a fantasias dos seus discursos sólidos como monumentos e abrilhantados apenas pela clareza de uma inteligência luminosa, contentava-se, em matéria de ornamento com alguma citação em latim, ou uma necessária referência histórica. O filho, enchendo os seus de imagens em que transporta os seus ouvintes para a antiguidade, para a literatura de todos os países, para a arte ou a ciência, às vezes citando versos, mostra-se juvenilmente deslumbrado ainda com tudo que aprendeu e julgou belo. Certa vez, essas digressões merecem-lhe a ironia do ministro da fazenda, que era então Afonso Celso(...) 'Peço licença ao nobre deputado por Pernambuco para deixar em paz Schiller, Carlos V, Felipe II, Gambetta, mortos e vivos... para tratar somente do objeto em discussão'(...) Ob. Cit. p. 71-74.

¹⁹⁴ NABUCO, J.A. **Balmaceda**. R.J., Typ. Leuzinger, 1895; **A intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada**. R.J. Typ. Leuzinger, 1896; **Um Estadista do Império; Nabuco de Araújo, sua vida suas opiniões, sua época**. R.J./Paris, H. Garnier livreiro e editor, 1897-99: 3 vols.

Das obras que produziu exercitando a política como arte, a mais expressiva é **Minha Formação**, autobiografia precoce publicada em 1900 quando Nabuco tinha 50 anos. Nele o autor não apenas retomou o debate político como tornou mais transparentes suas concepções sobre o exercício da *Política*. Embora considere no *Prefácio* deste último livro que: “...*A política não foi a minha impressão dominante ao traçar estas reminiscências...Eu já me achava então fora dela*”,¹⁹⁵ frase que levaria muitos estudiosos a enquadrá-lo tão somente como *Memória* ou *Autobiografia*, suas considerações contrastam com a história e o conteúdo do texto. Seus capítulos foram compostos numa das circunstâncias mais decisivas para a causa monárquica no Brasil, quando, depois da intensa perseguição enfrentada nos anos que se seguiram à proclamação da república, se revigorava pela organização do partido monarquista.¹⁹⁶ Quanto a seu conteúdo, trata de questões e acusações políticas espinhosas, do presente e do passado, enfrentadas pelos monarquistas em geral e por Nabuco em particular, nos anos que se seguiram ao 15 de novembro: quais as razões para a perseverança na opção monárquica? que havia sido o movimento abolicionista? quais as responsabilidades deste movimento na queda da dinastia e da monarquia? o que significaria ser efetivamente um liberal? quais as possíveis mediações entre o liberalismo, a monarquia e a república? entre a política e a história? no que consistia o exercício da verdadeira Política? Nesse aspecto, o texto de **Minha Formação** é bastante elucidativo do significado da política para Nabuco; de seu trânsito da política parlamentar para o desempenho historiográfico; dos vínculos entre a prática da política e a história, ou das mediações entre política e método.

Na rememoração dos acontecimentos vividos para responder outras questões mais imediatas (re)constrói circunstâncias - seu percurso político-intelectual - e temas tratados no passado, “*a monarquia*”, “*a república*”, “*a revolução*”, “*o movimento abolicionista*”, “*a escravidão*”, o argumento “*feudalismo, latifúndia, servidão, escravidão*”. Reitera princípios e método já praticados nos discursos parlamentares, n’ **O Abolicionismo**, nas Conferências, nos *meetings*, nos artigos na imprensa, e n’ **Um Estadista**. Dentre eles, ressaltam-se a compreensão da história como um drama que aborda o percurso da humanidade entre a barbárie e a civilização, e uma evolução espelhada na trajetória de vida dos seres vivos; a determinação de “poupar os submissos e debelar os soberbos”; e a avaliação da sociedade a partir do argumento feudalismo, *latifúndia*, servidão, escravidão.

Ao justificar sua opção pela monarquia, associando natureza e história, explicita que a convivência com a monarquia inglesa e a república norte-americana, aliada a seus vínculos

¹⁹⁵ NABUCO, J.A. M.F. p. 4.

hereditários com o “*espírito liberal*” (herdados do pai) deu o último retoque em sua formação política. No final deste processo, que se estendeu entre 1869 e 1879, pôde concluir que a monarquia era, naquele momento, o regime que melhor permitia o exercício do “*verdadeiro liberalismo*”, pois configurava o mecanismo mais perfeito para o desfrute da liberdade e da igualdade, contemplando, dessa forma, a característica que o republicanismo parecia ter como seu traço mais importante. Além disso, porque a monarquia franqueava a possibilidade de exercer a política na sua forma mais larga e nobre, a *Política com P*, digna da memória, aquela que, inspirada por um ideal universal, imune ao tempo, extrapolava partidos e nações, e tinha como objetivo solucionar problemas da humanidade. Foi esse modelo de política que o teria direcionado para o abolicionismo.

*“... não mais o dilettantismo, mas a paixão humana, o interesse vivo, palpitante absorvente no destino e na condição alheia; na sorte dos infelizes; aproveitar a minha vida em qualquer obra de misericórdia nacional...Era preciso que o interesse fosse humano, universal; que a obra tivesse o caráter de finalidade, a certeza, a inerrância do absoluto, do divino, como têm as grandes redensões...Tal interesse só podia ser o da emancipação...”*¹⁹⁷

O engajamento na “*grande causa*” abolicionista marcaria o início da segunda fase de sua formação política (1879-1899). Sobre as origens deste engajamento apresenta três grandes “*influências*”: a já mencionada experiência do liberalismo inglês (“*sentia-se como se militasse sob as ordens de Gladstone*”), as motivações de seu liberalismo hereditário (em destaque o exemplo do pai) e as imagens da escravidão que trazia de sua infância no engenho Massangana. Dentre elas prioriza o exemplo da prática política liberal de seu pai, embora admita que só tenha tido uma ampla compreensão desta influência posteriormente, quando preparava sua biografia. Em 1879, a presença paterna fora “*puramente instintiva*”. E nessa prática liberal instintiva destaca dois princípios: a certeza de que havia necessidade de se fazer concessões ao progresso; e o de que era preciso ter a ousadia de enfrentar as instituições e adaptar-se aos fins, sem deixar periclitar o interesse social maior por causa de uma doutrina ou aspiração. Reconhece tais princípios nos argumentos criados pelo senador Nabuco de Araújo para os grandes eventos políticos dos quais participara: a “*Conciliação*” de 1853, a reforma do júri popular nos crimes que envolviam o contrabando de escravos (1855) e a redação do projeto que se converteu na lei de 28 de setembro de

¹⁹⁶ Sobre a atuação dos monarquistas após o 15 de novembro ver JANOTTI, M.L. *Os subversivos da República*. S. Paulo, Brasiliense, 1986.

¹⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 174.

1871 (a Lei do Ventre Livre). Nessa medida, o autor colocou-se como o “*continuador da obra do pai*” na causa da abolição.¹⁹⁸

A terceira influência, a identificação humana e perene com os escravos, Nabuco busca num momento perdido do passado, em reminiscências da infância que reuniu no capítulo mais poético e conhecido de **Minha Formação**: *Massangana*. Nestas lembranças, alterou o radicalismo e o gigantismo conferido tanto para a “*casta de senhores*” quanto para “*a escravidão*”, cristalizados nas imagens d’ **O Abolicionismo** e nos discursos da campanha eleitoral de 1884. Agora, mais condescendente com a escravidão, retomou o argumento na forma utilizada por Koster no início do século, momento em que ainda não se colocava uma relação negadora absoluta entre liberalismo e escravidão. Nesse sentido, rememorou duas formas de escravidão: uma, a do “*jugo cruel*”, fixada na imagem do escravo que, maltratado pelo senhor, suplica ao menino de engenho que :

*“...o fizesse comprar por minha madrinha para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele ,dizia-me, o castigava e ele tinha fugido com risco de vida. Foi este o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição com a qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava.”*¹⁹⁹

A outra, a do “*jugo suave, orgulho exterior do senhor, mas também orgulho íntimo do escravo*”, assistida por ele no *Massangana* de sua madrinha D. Rosa Falcão de Carvalho, e presente nas propriedades do norte administradas durante gerações seguidas, com o mesmo espírito de humanidade, por uma “*aristocracia de maneiras*” que tinha pudor com relação ao lucro, aristocracia inexistente nas fazendas do sul:

*“...Nessa escravidão da infância não posso pensar sem um pesar involuntário...Tal qual o pressenti em torno de mim, ela conserva-se em minha recordação como um jugo suave, orgulho exterior do senhor, mas também íntimo do escravo, alguma coisa parecida com a dedicação do animal que nunca se altera porque o fermento da desigualdade não pode penetrar nele. Também eu receio que essa espécie particular de escravidão tenha existido somente em propriedades muito antigas, administradas durante gerações seguidas com o mesmo espírito de humanidade, e onde uma longa hereditariedade de relações fixas entre o senhor e os escravos tivessem feito de um e outros uma espécie de tribo patriarcal isolada do mundo. Tal aproximação entre situações tão desiguais perante a lei seria impossível nas novas e ricas fazendas do sul onde o escravo, desconhecido do proprietário, era somente um instrumento de colheita. Os engenhos do norte eram pela maior parte pobres explorações industriais, existiam apenas para a conservação do estado de senhor, cuja importância se avaliava pelo número de seus escravos. Assim, também se encontrava ali, com uma aristocracia de maneiras que o tempo apagou, um pudor, um resguardo em questão de lucro próprio das classes que não traficam.”*²⁰⁰

¹⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 165-166.

¹⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 184.

²⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 186.

Após o explicitação das razões de sua dedicação pessoal à causa dos escravos, passa a avaliar as condições do sucesso do movimento abolicionista. Então, prioriza um significado e uma origem para ele: a abolição imediata da escravidão sem indenização, encaminhada por estadistas – Dantas, Antonio Prado, João Alfredo – acompanhados por outros políticos da Câmara – Jerônimo Sodré, ele mesmo, Joaquim Serra dentre outros. Eles haviam sabido canalizar para o Parlamento uma aspiração da sociedade brasileira, sintomática de um movimento de caráter universal, determinado pela inevitabilidade do tempo. Assim, discriminando e engrandecendo atuações particulares, e minimizando responsabilidades, ressaltou a participação dos políticos, o estágio de desenvolvimento da humanidade, o empenho da sociedade brasileira, a anuência dos senhores de escravos:

*“o sentimento de ser a última nação de escravos humilhava a nossa altivez de país novo; a fraqueza e doçura do caráter nacional, ao qual o escravo tinha comunicado sua bondade”; (...)*emancipavam os seus escravos, em vez de se unirem para linchar os abolicionistas, como o fariam os criadores do Kentucky ou os plantadores da Luisiânia.²⁰¹

Uma vez deflagrado do Parlamento, o abolicionismo recebera o apoio de quase toda a nação, circunstância que testemunhou sua sintonia com o movimento natural da história e o tornou obra de todos. E aqui lembramos, embora Nabuco não mencione, de “Ninguém”²⁰². em particular Tinha sido um compromisso que podia ser reconhecido pela propaganda nos jornais, no Parlamento, nos *meetings*, no púlpito, nas sociedades que promoviam fugas em massa dos escravos; nos proprietários que alforriavam em grande escala; na ação política dos estadistas, na atuação dinástica.²⁰³ Poderia ser comparado a “um sistema fluvial do qual se conhecem as nascentes, o volume de água, o estuário”. Mas, também, empenha-se em destacar nele a atuação de muitos políticos no Parlamento os quais criaram fatos que não podiam ser esquecidos. Discordando da versão de que o início do movimento fora responsabilidade do “elemento popular” na imprensa,

²⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 193-194.

²⁰² Esta figura de retórica foi reiteradamente retomada por Nabuco em seus pronunciamentos, especialmente quando se referia aos líderes do abolicionismo. Informa-nos Carolina Nabuco sobre seu provável primeiro registro escrito. Aconteceu no jornal *A Época*, publicação de poucos números, de 1875 (logo depois que Nabuco, então um jovem escritor, retornou de sua primeira viagem à Europa) publicação de 4 números que escreveu juntamente com Machado de Assis. O pseudônimo foi providencial para artigos de crítica a partidos e autoridades. “Machado de Assis assina os seus escritos (contos, crônicas) como *Manassés*, Nabuco conduz a parte política sob o pseudônimo *Ninguém*, sem se afastar do tom picante e espirituoso que o jornal exige. Cingindo-se ao estilo de farsa, crítica as carreiras e os atos dos ministros com a malícia jocosa, por vezes cruel, de um colegial exuberante.”.. NABUCO, C. – *Ob. Cit.* p. 42-43.

²⁰³ NABUCO, J. – *Minha Formação*, p. 194.

contrapõe que ele realmente começara no Parlamento.²⁰⁴ Ao finalizar sua avaliação sobre o tema, comenta uma questão espinhosa: o comprometimento do 13 de maio na queda da dinastia e da monarquia. Transferindo compromissos, aponta o caráter da sociedade e as responsabilidades do clero. Conclui que a abolição aconteceu no Brasil da única forma que poderia ter ocorrido: sobre a *"influência do espírito revolucionário"* já que a sociedade não fora preparada moralmente para ela. A abolição só poderia ter sido diferente -- sem causar dano à monarquia -- se fosse *"uma obra de caráter moral de longo alcance, feita do altar, pregada do púlpito, perseguida de geração em geração pelo clero e pelos educadores."*²⁰⁵

Embora *"universal e inevitável,"* a abolição foi também um movimento de caráter restrito, *"humanitário e social"* - e nessa lembrança simplifica o alcance das aspirações originais d' **O Abolicionismo** enquanto projeto político. A abolição empenhou-se apenas na supressão do cativeiro, não se preocupou com os *"acidentes políticos e até revoluções"*. Dos participantes deste episódio, apenas a raça negra teria desistido de sua liberdade para poupar o trono, dada a sua generosidade natural longamente testemunhada na escravidão, e sua incapacidade de perceber os rumos necessários da história. Nem os abolicionistas e monarquistas, nem a própria Princesa que fizera o 13 de maio, recuariam da decisão que havia tomado, porque se tratava de uma missão histórica e de uma causa da humanidade. Dessa forma, o abolicionista realizara a política dos grandes estadistas, auxiliando os Braganças a cumprir sua brilhante missão histórica de construir a *"identidade"* da nação: a primeira geração fizera a independência; a segunda consolidara o Império; e a terceira concretizara a abolição da escravatura:

²⁰⁴ "...isto não é apurar a data dos primeiros escritos abolicionistas de cada um; os meus, por exemplo, datam da Academia...É reivindicar para a Câmara, para o Parlamento, a iniciativa que se lhe tem querido tirar nesta questão, dando-se ao elemento popular republicano...Foi o movimento popular talvez que mais tarde incubou o germe parlamentar, não o deixando morrer nas sessões seguintes, mas o germe foi parlamentar, que o **liber generationes** começou em 1879, com Jerônimo Sodré, é o que se pode demonstrar com os próprios documentos..." Sem deixar de vincar o lugar de onde partira, no seu entender, a iniciativa do movimento -- o Parlamento -- procura nuançar a *"questão da iniciativa"*, considerando que *"sobretudo a idéia está no ar e o espírito do tempo o agita por toda a parte"*. Também, não deixa de marcar as diferenças internas aos grupos abolicionistas, assim como a proeminência e dedicação de alguns políticos, a seu ver fundamentais para o sucesso da abolição. Nesse sentido, faz menção especial a Joaquim Serra, Gusmão Lobo, José do Patrocínio e aos estadistas Dantas, Antonio Prado e João Alfredo. *Idem*, *ibidem*, p. 195, 197, 199, 208

²⁰⁵ "...A abolição poderia ter sido uma obra de outro alcance moral se tivesse sido feita do altar...Infelizmente, o espírito revolucionário teve que executar em poucos anos uma tarefa que havia sido desprezada durante um século...A política é a arte de escolher as sementes; a religião, a de lhe preparar o terreno....O movimento contra a escravidão no Brasil foi um movimento de caráter humanitário e social antes que religioso; não teve a profundidade moral da corrente que se formou, por exemplo, entre os abolicionistas da Nova Inglaterra. Era um partido composto de

"...A impressão quando se olha da altura da posteridade, da história, é que o papel nacional da dinastia tinha sido belo demais para durar ininterruptamente...Não há tão extensos espaços de felicidade nas coisas humanas; o surto prolongando-se traria a queda desastrosa. Essa dinastia só teve três nomes. O fundador fez a independência... seu filho funda a unidade nacional...Por último, sua filha renuncia virtualmente o trono para apressar a libertação dos últimos escravos...Cada reinado, contando a última regência da Princesa como um embrião de reinado, é uma nova coroação nacional; o primeiro, a do Estado; o segundo, a da nação; o terceiro, a do povo...A tendência do meu espírito é colocar-se no ponto de vista definitivo...Deste 15 de Novembro não é uma queda, é uma assunção...Decerto o exílio do Imperador foi triste, mas também foi o que deu à sua figura a majestade que hoje a reveste...Não, não há assim nada que me faça olhar para a fase em que militei na política com outro sentimento que não seja o de uma perfeita gratidão...Não devo à dinastia nenhuma reparação; não lhe armei uma cilada; na humilde parte que me coube, o que fiz foi acenar-lhe com a glória, com a imortalidade, com a perfeição do seu traço na história..."²⁰⁶

Ao longo de sua vida, Nabuco definiu várias configurações para a política. A política pequena dos políticos de profissão, restrita à obediência aos partidos e às disputas menores que os envolviam. A política da *"cavalaria andante dos princípios e das reformas"* com *"suas lutas de partidos, meetings populares, sessões agitadas da Câmara, tiradas de oratória, emoções da tribuna e popularidade"*. E a *Política* com P, que encenava episódios do *"drama humano universal"*.²⁰⁷ A primeira nunca o teria atraído, daí sua preferência pela Inglaterra e por uma atuação independente em relação aos partidos no Parlamento, e restrições à *polity* norte-americana. A segunda, ele a teria praticado intensamente na campanha abolicionista e, embora a tivesse experimentado por pouco tempo, colheu dela todas as glórias que poderia retirar. A terceira presenciara no Parlamento inglês e depois no Brasil em episódios notáveis, na abolição da escravidão, na expulsão do Imperador, na Revolta da Armada, na causa monárquica. Mas, nos últimos dez anos abordados em suas memórias, descobriria uma outra possibilidade para o exercício da *Política*; a arte das letras metamorfoseada em história. A prática desta modalidade de política significara o final de um confronto que se desdobrara ao longo de toda a sua vida:

" Desde a Academia, a literatura e a política alternaram uma com a outra, ocupando a minha curiosidade e governando as minhas ambições. Nos primeiros anos o amor à política teve o predomínio; com a viagem à Europa em 1873, passou este para a literatura e, este meu período literário, começou então, dura até 1878, quando entro para a Câmara..."²⁰⁸

Nos anos de 1870 tentara a poesia religiosa e depois o drama histórico em versos, mas não fora bem sucedido

elementos heterogêneos, capazes de destruir um estado social levantado sobre o privilégio e a injustiça, mas não de projetar sobre outras bases o futuro edifício ..." Idem, ibidem, p. 209-210.

²⁰⁶ Idem, ibidem, p. 212-213.

²⁰⁷ Idem, ibidem, p. 33-34, 258.

*"...O fato é que não possuo a forma do verso, na qual a idéia se modela por si mesma donde sai com o timbre próprio da verdadeira rima, que nenhum esforço pode imitar..."*²⁰⁹

A queda do Império pusera fim à sua carreira no Parlamento. Voltou-se, então, para a causa monárquica e foi na busca de argumentos justificadores desta causa que se aproximara mais estreitamente da história. Ela o havia levado a refletir e escrever sobre **Balmaceda**, a **Revolta da Armada** e sobre a perfeição da monarquia como regime de governo. Foi desta última reflexão que nasceu a maior parte dos artigos que constituiriam **Minha Formação**.

O empenho pela causa monárquica o teria levado também a desenvolver uma meticulosa pesquisa sobre a história da monarquia no Brasil, da qual resultou o livro **Um Estadista do Império**, objetivo planejado desde o primeiro "exílio" em Londres, e agora certamente concretizado sob novas motivações. A aproximação da história transfigurada, ao mesmo tempo, em criação literária e trabalho político tinha ligações antigas, as quais Nabuco rememora no livro. Relembra os ensinamentos do Barão de Tautphoeus, seu preceptor de infância; os grandes historiadores do século XIX - Macaulay, Mommsen, Ranke, Taine e Burckardt -- e os conselhos de Ernesto Renan em 1873, após avaliar seus poemas históricos.²¹⁰ Entretanto, as motivações mais recentes provinham da luta política desenvolvida pelos monarquistas nestes difíceis anos que se seguiram à proclamação da República e ao domínio dos republicanos jacobinos.²¹¹ Procurado por antigos correligionários que haviam aderido ao novo regime, Nabuco enfrentava acusações²¹² e questões difíceis, de teor político e moral, que o aproximaram da religião, da filosofia e da história. A abolição, causa pela qual tanto se empenhara também no sentido de reformar a monarquia, seria

²⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 59.

²⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 68. Em 1875 já havia escrito um drama histórico. Relembrando este episódio, comentou as relações entre a política e a arte "...desde fins de 1875, entreguei-me à composição de um drama, em verso francês, cuja factura me absorveu durante mais de dois anos. A idéia do meu drama era o problema da Alsácia-Lorena. Isso revelara bem o fundo político da minha imaginação. A política...tem lados ainda indefinidos que confinam com a arte, a religião e a filosofia, isto é, para falar a linguagem hegeliana, com as três esferas em que se manifesta o espírito do mundo." *Idem, ibidem*, p. 78. Retomou o drama histórico em **O Abolicionismo**, só que desta vez em prosa.

²¹⁰ "Renan me dera o conselho que transmito à nova geração: de entregar-me a estudos históricos..." *Idem, ibidem*, p. 72.

²¹¹ JANOTTI, M.L. - **Os subversivos da república**; ver também QUEIROZ, S. R. - **Os radicais da República: ideologia e ação - 1893-1897**. S. Paulo, Brasiliense, 1986.

²¹² "...seu aliado dos tempos abolicionistas, José do Patrocínio acusa-o na *Cidade do Rio* de falta de patriotismo como os monarquistas que antepõem a monarquia à pátria" NABUCO, J.C. - *Ob. Cit.* p. 14-15; em 15.9.1895, o almirante Jaceguai o concita para servir a República, em carta aberta a ele dirigida denominada *O dever do momento*, e publicada no *Jornal do Comércio*. Nabuco responde com o opúsculo *O dever dos monarquistas*, texto do mesmo ano, onde retrucou: "...o dever dos monarquistas sinceros, quando mesmo a monarquia estiver morta, seria morrer politicamente com ela..." VIANA FILHO, L. *Ob.Cit.* p. 217.

o episódio responsável pela queda da dinastia, da monarquia e pelo exílio do Imperador? Seria correto abandonar a causa monárquica, conforme muitos haviam feito? Haveria algum vínculo necessário entre a monarquia parlamentar e o exercício do liberalismo? O que significaria efetivamente ser liberal e patriota?

As respostas encontrou-as seguindo uma inspiração literária, ou seja, imitando o herói Enéas em sua viagem ao mundo dos mortos para ouvir os ensinamentos do pai sobre o futuro do império de Roma. Nabuco reeditou o personagem estudando os documentos do arquivo particular de Nabuco de Araújo para recuperar seu desempenho político e o dos outros estadistas liberais ou conservadores também mortos (Rio Branco, Zacarias de Góes, Pimenta Bueno, Souza Franco e outros); e preparando a biografia do pai e, conjuntamente com ela, ouvindo os conselhos de todos os outros políticos que com ele conviveram. E estas conclusões ele as inseriu ao longo da narrativa de **Minha Formação**. No primeiro capítulo, acentuou a importância da raiz hereditária de seu liberalismo e ilustrou-a com o exemplo do pai, ressaltando, particularmente, sua audácia revolucionária e lucidez política ao romper com o partido conservador e redimensionar o partido liberal. Outras ousadias de Nabuco de Araújo foram igualmente lembradas no capítulo *Meu Pai*; o engajamento na *Conciliação* e na confecção da lei de 28 de setembro. Todas elas haviam se fundamentado na certeza de que para que se possa concretizar os princípios liberais efetivos “há necessidade de se fazer concessões no sentido do progresso e de que é preciso ter a ousadia de enfrentar instituições e adaptar-se aos fins, e não deixar periclitar o interesse social maior por causa de uma doutrina ou aspiração.”²¹³

Tal determinação definia um verdadeiro estadista liberal. E Nabuco identificou desempenho semelhante na decisão de Thiers e de seus contemporâneos de abandonar a monarquia (por tanto tempo defendida) em favor da República exercida com moderação, encarando tal decisão como uma medida cobrada justamente pela sobrevivência da pátria. Tais atitudes surpreendentes, porém realistas e conseqüentes, em nome de uma nobre causa, haviam garantido a presença destes expoentes do liberalismo na história.

O minucioso acompanhamento das possíveis mediações entre republicanismo e monarquia, assim como das circunstâncias que levaram antigos monarquistas franceses a apoiar a República de 1871, destacaram-se tanto na memória de Nabuco quanto no texto de **Minha Formação**. Estes acontecimentos retornaram de forma mais contundente quando em 1895 a república brasileira

²¹³ NABUCO, J.A. - *M.F.* p. 159, 162.

assumiu contornos mais amenos, acenando com possibilidades insuspeitadas nos anos jacobinos, e a república burguesa se consolidou na França. E recolocava-se uma dúvida já sepultada no passado: ser liberal significaria necessariamente ser monarquista?

Procurando explicações e argumentos, Nabuco vasculhou detidamente a trajetória de seu pai e de outros estadistas do Império desde os anos da Regência até a década de 1880, assim como os liames entre a monarquia e a república. E chegou a resultados providenciais para uma adesão bem fundamentada à república, e afinada com sua consciência, os quais resumiu no último capítulo de **Minha Formação**: o compromisso essencial dos liberais não os prendia ao regime monárquico, porque seu dever maior era a preservação da pátria:

*"...Por outro lado, durante os anos que trabalhei na Vida de meu pai a minha atitude foi insensivelmente sendo afetada pelo espírito das antigas gerações que criaram e fundaram o regime liberal que a nossa deixou destruir...O que eu respirava naquela vasta documentação não era um espírito monárquico inconcebível, bastando como uma religião...A monarquia para aquelas épocas de arquitetos, pedreiros e escultores políticos incomparáveis, era uma bela e pura forma, mas que não podia existir por si só; o interesse, o amor, o zelo, o fervor patriótico deles dirigia-se à substância nacional, o país; sua vassalagem ao princípio monárquico era apenas um preito rendido à primeira das conveniências sociais...Para tais homens, verdadeiramente fundadores, um terremoto poderia subverter as instituições, mas o Brasil existiria sempre, e à sua voz seria forçoso acudir...Eles não estabeleceram nunca o dilema entre a monarquia e a pátria, porque a pátria não podia ter rival."*²¹⁴

Nabuco redigiu este capítulo especialmente para finalizar o livro, ou seja, em 1899 quando, optando pela "*pátria, pela nação e pela humanidade*", rompia com os monarquistas, aceitava um cargo oferecido pelo governo Campos Sales e deixava de ser um monarquista "*platônico*" para tornar-se um republicano atuante. Sem dúvida, com esta obra, oferecia uma resposta - ao mesmo tempo política, moral e artística a seus correligionários de véspera, com quem rompera por discordar de sua adesão aos incivilizados métodos jacobinos para restaurar a monarquia²¹⁵ - à altura da *Política* com P, afinada com

²¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 256-257.

²¹⁵ Em 1899, aproveitando os problemas enfrentados pelo governo Campos Sales, assim como os republicanos jacobinos afastados do poder, os monarquistas se decidiram pela política do "quanto pior melhor", ou seja, pela conspiração e revolução contra o governo. Nabuco, que sempre manteve um distanciamento do grupo monárquico, atuando à sua maneira na imprensa, recusou esta estratégia, pois ela contrariava sua concepção da política e do liberalismo. E, rompendo com o partido monarquista, aceitou a missão diplomática de representar o Brasil na questão da Guiana Inglesa. Sua adesão à república provocou veementes protestos dos aliados de véspera; rompimentos definitivos com correligionários, como foi o caso de João Alfredo; e grande repercussão na imprensa. Explicando-se com Eduardo Prado, um amigo antigo e também um monarquista com concepções muito semelhantes às suas, comentou: "desde a tal fundação da liberdade aqui separei-me, isolei-me. Hoje estou me retirando mesmo desta posição, porque minha consciência me impede o uso de explosivos, mesmo sob a forma de idéias, mesmo por simples

seus princípios e sua consciência. E para os historiadores, os juizes que mais considerava.²¹⁶ Assim, tanto **Um Estadista** como **Minha Formação** foram, à maneira do liberalismo de Nabuco, homenagens à tradição e à monarquia já superada pelo progresso, e uma adesão à vocação republicana da América. Portanto, as asas do artista não estavam chumbadas no passado²¹⁷. Pelo contrário, estavam firmemente fixadas no presente, a serviço da república aristocrática dos fazendeiros empreendedores e europeizados de S. Paulo, e dos civilizadores capitais da tradicional Inglaterra e da jovem república norte americana.²¹⁸

processos de insinuação, e eu não encaro mais indiferentemente hipóteses de guerra civil, revolução, golpes de Estado, etc." Carta de Joaquim Nabuco a Eduardo Prado. R. de Janeiro, 3.1.1899. Coleção particular de Olynto Moura. **Apud JANOTTI, M. de Lourdes M.- Os subversivos da república**, p. 171-172.

²¹⁶ Rememorando os ensinamentos que devia a seu preceptor o Barão de Tautphoeus, comenta: "...me habituei a considerar o juízo do historiador como o juízo definitivo, o que importa, afinal, e por isso aquele que se deve desde logo visar. Não pode haver maior revolução para o espírito do que essa, de colocar-se espontaneamente em frente do solitário juiz de biblioteca do futuro e não dos juizes sem número da praça pública do momento atual. O juízo da multidão que hoje nos eleva ou deprime, esse representa a poeira da estrada". **Idem, ibidem**, p. 247-248.

²¹⁷ Ao analisar o texto de Maquiavel, Lefort faz restrições àqueles que interpretam a recorrência a figuras do passado exclusivamente como reverência. E aponta a importância deste procedimento na proposição de uma política modificadora do presente: "Estes críticos não compreendem que não há nada de mais vivo, de mais presente em uma sociedade do que a relação que mantém com as imagens do passado, que o pensamento e a ação política se nutrem dos exemplos que ela se dá e que não há empreitada mais audaciosa, mais inovadora e mais perigosa do que fazer tremer as fundações de uma tradição (...) Não há por que se admirar, em consequência, que Roma e Tito Lívio sejam o que sejam (...) não são indivíduos reais no sentido em que o entende o historiador, são elementos simbólicos que fazem a armação de um mundo". LEFORT, C.- **Ob. Cit.** p. 164.

²¹⁸ Nabuco partilhava muitas concepções sobre o liberalismo com os republicanos paulistas, em especial com os mais aristocratizados, a exemplo dos Prados e sua 'entourage'. Sobre os projetos civilizadores dos republicanos paulistas: BRESCIANI, M. Stella - **Liberalismo e Controle Social**. Tese de Doutorado. S. Paulo, FFCH-USP, 1976. (mimeo); "As voltas de um parafuso". **História; Cadernos de Pesquisa**. n. 2. S. Paulo, Brasiliense/AUPHIB, 1978, p.7-20; BLANCO, Silvana M.B.- **República das Letras: discursos republicanos na província de S. Paulo.1870-1889**. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1995.(mimeo). Sobre os negócios que envolveram a elite paulista e os empresários ingleses ver: GRAHAM, R.- **Grã-Bretanha...** cap. 2: Café e ferrovias. p.59-78. SAES, Flávio A.M.- "Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em S. Paulo, 1870-1900" IN: SMERECSÁNYI, T. e LAPA, J.R. do A.- **História econômica da independência e do império**. p. 177-196.

6. Fontes e Bibliografia

6.1. Fontes Impressas Consultadas

6.1.1.Documentação Oficial

Annaes da Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco. Recife, Typ. Universal, 1882 (sessões de 1861-1880).

Annaes da Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco. Recife, Typ. Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1889. (sessões de 1883 a 1889).

Annaes do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados (Sessões de 1878-1888), Rio de Janeiro, Typ. de H.J. Pinto, 1889.

Collecção das Leis do Brazil de 1809. Rio, Imprensa Nacional, 1891.

Collecção das Leis e Decretos do Império do Brazil. Tomos XXI, XXIV. Rio, Imprensa Nacional, 1860, 1875, 1885

Relatórios dos Presidentes da Província de Pernambuco. Recife, Typ. Imparcial, 1844-1848

Relatórios dos Presidentes da Província de Pernambuco. Recife, Typ. de Manoel Figueiroa de Faria e Filhos, 1849-1863; 1871-1889.

Relatórios dos Presidentes da Província de Pernambuco. Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1864-1870.

Relatórios do Comando de Armas, 1849. **Revista do Arquivo Público**. Recife, Imprensa Oficial, 3(5): 307-700, 1º e 2º sem de 1948.

Parecer e Projeto sobre a criação de Bancos de Crédito Territorial e fábricas centraes de assucar apresentados à Câmara dos srs. Deputados na sessão de 20 de julho de 1875 pelas Comissões de Fazenda Especial nomeada em abril de 1875. Rio, Typ. Nacional 1875.

6.1.2. Livros

ANDREONI, João Antonio (Antonil) - **Cultura e Opulência do Brasil**. 2ª. S. Paulo, Ed. Nacional, 1967.

ARAUJO, J.A.- Nabuco de -**Um Estadista do Império; Nabuco de Araujo, sua vida suas opiniões, sua época**. R.J./Paris, H. Garnier livreiro e editor, 1897-99. 3 vols.

– **O Abolicionismo**. Londres, Typ. de Abraham Kingdon, 1883..

.- **Minha Formação**. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, 1900..

ARAUJO, J. T. Nabuco de - **As eleições para senadores em Pernambuco**. Recife, Typ.União, 1847.

ARAUJO, J. T. N. de- **Justa apreciação do partido praieiro ou história da dominação da Praia**. Recife, Typ. União, 1847.

ARMITAGE, J.- **História do Brasil** desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada a vista de documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey. 2a. ed. B. Horizonte-Itatiaia; S. Paulo-EDUSP, 1981.

BRAGA, O. M.. – **Bibliografia de Joaquim Nabuco**. Rio, INL, 1952.

BURTON, R. F.- **Explorations of the Highlands of the Brazil**, with a full account of the gold and diamonds mines, also, canoeing down 1500 milles of the Great river São Francisco, from Sabará to the sea. By captain Richard Francis Burton, F.R.G.S., London, Tinsley Brothers, 1869. 2 vols.

COSTA, J.S. Maciel et alii – **Memórias sobre a Escravidão**. Intr. De Graça Salgado. R. de Janeiro, Arquivo Nacional/Fundação Petrônio Portella/Ministério da Justiça, 1988.

FONSECA, Antonio Borges - **Manifesto Político**; Apontamentos de minha vida e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Mello. Recife, Typ. Commercial de G.H. Mira, 1867.

HOMEM, F. S. T.- O Libelo do Povo IN: MAGALHÃES JR, **Três Panfletários do Segundo Reinado**, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956.

KOSTER, H. -**Viagens ao Nordeste do Brasil**.(Travels in Brazil). 2a, ed. Trad. E Prefácio de Luiz da Câmara Cascudo. Recife, Secretaria da Educação e Cultura, 1942.

LISBOA, J. da Silva - **Memória dos benefícios do governo del Rei D. João VI**. 2a.ed. R. de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940.

- “Carta a Domingos Vandelli, diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, 18.10.1781”. **Anais da Biblioteca Nacional**, 32(1910).

MELLO, Félix C. de A. – **Memórias de um Cavalcanti**. S. Paulo, Ed. Nacional, 1940.

MELO, J.M.Figueira de – **Chronica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849**. R. de Janeiro, Typographia do Brasil de J.J. da Rocha, 1850.

MELO, J. M. Figueira de – **Crônica da Rebelião Praieira (1848 e 1849)**. 2ª ed.. Brasília, Senado Federal, 1978.

MELO, Urbano S. P. de – **Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco**. R. de Janeiro, Typographia do Correio Mercantil, 1849.

MILET, H. A.- **O Quebra Quilos e a crise da lavoura**. Recife, Jornal do Recife, 1876.

.-**O Quebra Quilos e a crise da lavoura**.2ª ed. S. Paulo/Global; Brasília/INL, 1987.

- **A Lavoura da Cana de Açúcar.** Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1881

- **Miscelânea Econômica.** Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1882.

- **Auxílio à Lavoura e Crédito Real.** Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1876.

NABUCO, J - **Minha Formação.** Introdução de Gilberto Freyre. 5ª ed. Brasília, Ed. da UNB, 1963.

- **O Abolicionismo. Conferências e Discursos Abolicionistas.** S. Paulo, IPÊ, 1949.

- **Cartas a Amigos.** S. Paulo, IPÊ, 1949. 2 vols.

- **Discursos Parlamentares.** S. Paulo, IPÊ, 1949. 2 vols.

- **O Abolicionismo.** Intr. de Marco Aurélio Nogueira. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1988.

- **Um Estadista do império: Nabuco de Araújo – sua vida, suas opiniões, sua época.** 2ª ed. S. Paulo/Cia Ed. Nacional; R. de Janeiro/Civ. Brasileira, 1936, 2 v.

- **A Polêmica Alencar/Nabuco.** Org. e intr. de Afrânio Coutinho. 2ª ed. R. de Janeiro/Tempo Brasileiro- Brasília/ Ed. UNB, 1978.

- **Campanha Abolicionista no Recife.** Eleições de 1884. Recife:FUNDAJ/Ed. Massangana, 1988.

- **Cartas aos Abolicionistas Ingleses.** Org. de José T. Nabuco. Recife, FUNDAJ/Ed. Massangana, 1985.

OTTONI, T. B.- **Circular dedicada aos senhores eleitores de senadores pela província de Minas Gerais.** Prefácio de Basílio de Magalhães. 2a. ed. **Revista do I.H.G.B.** Tomo LXXVIII (2a. parte) R. de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916.

REBOUÇAS, A.- **Agricultura nacional.** R. de Janeiro, A.J.Lamoureaux, 1883.

REZENDE, F. de P. – **Minhas recordações.** Belo Horizonte/Itatiaia; S. Paulo/EDUSP, 1988.

ROCHA, J.J. da - **Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade.** IN:MAGALHÃES JR, **Três Panfletários do Segundo Reinado**, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956. p. 161-218.

SAINT-HILAIRE, A. - **Viagem à Província de S. Paulo.** S. Paulo/EDUSP-Martins Fontes., 1972.

- **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e S. Paulo.** B. Horizonte/Itatiaia; S. Paulo/EDUSP, 1974.

SANTOS, Luís G. - **Memórias para servir à história do Reino do Brasil.** B. Horizonte/Itatiaia; S. Paulo/EDUSP, 1981. 2 vols.

TOLLENARE, L. F. - **Notas dominicais** tomadas durante a viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Trad. de Alfredo de Carvalho. Prefácio de Manuel de Oliveira Lima. **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano.** Recife, vol. XI-XII, n. 61 e 62, 1904-1905.

Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife - outubro de 1878. Introdução e notas de Gadiel Perruci. Ed. Fac.Similar Comemorativa do Primeiro Centenário - 1878-1978. Recife, Fundação Estadual do Planejamento Agrícola de Pernambuco, Out. 1978.

VAUTHIER, L.L.- **Diário Íntimo do Engenheiro Vauthier, 1840-1846.** Prefácio e notas de

Gilberto Freyre. R. de Janeiro, Serviço Gráfico do ministério da Educação e Saúde.
- Relatório do Engenheiro em Chefe da Província de Pernambuco de 20.2.1843.

Revista do Arquivo Público de Pernambuco, 3(5):272-274, 282-287.

VILHENA, Luís dos S. - **Notícias Soteropolitanas**.. Notas de Braz do Amaral.2a.ed.

Bahia/Imprensa Oficial, 1922. 2 vols;

6.1.3. Jornais

A Barca de S. Pedro. Recife, Typ. Imparcial de L.I.Ribeiro Roma, .1848.

A Voz do Brasil. Recife, Typ. d'A Voz do Brasil, 1847-1848.

Diário de Pernambuco. Recife, Typ. de M.F. de Faria, 1844-1848,

Diário Novo. Recife, Typ. Imparcial de L.I.Ribeiro Roma, 1844-1848..

O Foguete. Nazaré da Mata, Typ. Nazarena, 1844.

O Guarda Nacional, Typ. Imparcial de L.I.Ribeiro Roma,20/1/1842-1844.

O Progresso. Revista Social, Litterária e Científica. Pernambuco, Typographia de M.F. de Faria, 1846-1848.

O Regenerador Brasileiro. Nazaré da Mata. Typ. Nazarena de Antonio Borges da Fonseca, .1844.

2. Bibliografia Citada

2.1. Livros, Teses e Capítulos e Livros

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M.-- **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad.

Guido A . de Almeida. R. de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.

ALGRANTI, L.M.- **O Feitor Ausente**. Petrópolis, Vozes, 1988.

- **Honradas e Devotas. Mulheres da Colônia**. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sul. 1750-1822. R. de Janeiro/José Olympio; Brasília/Edunb, 1993.

ANSART, P.- **La Gestion des Passions Politiques**. L'Age d'Homme, Lausanne, 1983.

ARENDT, H.- **Da Revolução**. Trad. José Roberto Miney. Brasília/Ed. da UNB; S. Paulo/Ática, 1988;

AZEVEDO, C.M.de – **Onda Negra, Medo Branco** – O negro no imaginário das elites do século XIX. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

- BACZKO, B.- **Lumières de L'Utopie**. Paris, Payot, 1978.
- BEIGUELMANN, P.- **Formação Política do Brasil**. Teoria e Ação no Pensamento Abolicionista. S. Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967. 2 vols.
- **Joaquim Nabuco: Política**. S. Paulo, Ática, 1982.
- BENEDETTI, - **A reforma da Província Carmelitana Fluminense (1785-1800)**. Tese de Doutorado. FFCL-USP, 1987.(mimeo).
- BENJAMIN, W.- **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. S. Paulo, Brasiliense, 1985.
- BETHELL, L.- **A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1969**. R. de Janeiro/ Ed. Expressão e Cultura; S. Paulo/EDUSP, 1976.
- BLANCO, S.B.M.- **A República das Letras**. Discursos republicanos na província de S.Paulo. 1870-1889. Campinas, UNICAMP, 1995.(mimeo)
- BLOCH, M.- **Os Reis Taumaturgos**. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra. Trad. Júlia Mainardi. S. Paulo, Cia. das Letras, 1993.
- **La Société Feodale**. Paris, Ed. Albin Michel, 1940.
- BOURGET, Marie Noelle – “L’exploratore” IN: VOVELLE, M.- (dir.) **L’Uomo dell’Illuminismo**. Bari, Ed. Laterza, 1992. p. 283-352.
- BRESCIANI, M. S. - **Liberalismo: ideologia e controle social** (um estudo sobre S. Paulo entre 1850-1910). Tese de Doutorado. S. Paulo, FFLCH-USP, mimeo.
- BRUNO, F.V. (org.) **O Parlamento e a evolução nacional, 1871-1889**. Brasília, Senado Federal, 1979.
- BURY, J.- **La Idea del Progreso**. Madrid, Alianza, 1971.
- CALÓGERAS, J. Pandiá – **A Política monetária do Brasil**. Trad. Thomaz Newlands Neto. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1960,.
- CANO, Jefferson – **Escravidão, Alforrias e Projetos Políticos na Imprensa de Campinas (1870-1889)**. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1993.(mimeo).
- CARNEIRO, E. – **A Insurreição Praieira (1848-1849)**. R. de Janeiro, Conquista, 1960.
- CARVALHO, M.J. de – **Liberdade, rotinas e rupturas do escravismo no Recife. 1822-1850**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1998.
- CASTRO, Paulo Pereira de – “A experiência republicana: 1831-1840” IN: HOLANDA, S.B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. T. II, v. 2.
- CHACON, Vamireh – **História das idéias socialistas no Brasil**. R.. de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- CHALHOUB, S.- **Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**.

- S. Paulo, Cia das Letras, 1990.
- COCHIN, A.- **L'Abolition de l'Esclavage**. Font de France, Ed. Désormeaux, 1979.
- CONRAD, R.- **Os últimos anos da escravidão no Brasil. 1850-1888**. Trad. Fernando de Castro Ferro. 2ª ed. R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, E.- **A legislação eleitoral brasileira**. Dep. de Imprensa Nacional, 1964.
- COSTA, E. V da – **Da Senzala à Colônia**. 3ª. ed. S. Paulo Brasiliense, 1989.
- **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. S. Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue**. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. S. Paulo, Cia das Letras, 1998.
- DEBRUN, Michel – **A conciliação e outras estratégias**, S.Paulo, Brasiliense, 1983, p. 15
- DIAS, M. O. L.da S.– “A interiorização da Metrópole”. IN: MOTA, C.G. (org.)- **1822: Dimensões**. S. Paulo, Perspectiva, 1972.
- **O fardo do homem branco**. Southey, historiador do Brasil. S. Paulo, Ed. Nacional, 1974.
- CHRÉTIEN, J.P. – L’expansion coloniale. Les grands etats à la conquête du monde. IN: FERRO, M.- (org.) **Comprendre les faits du XXe. siècle**. Paris, Marabout ,1977.
- EISENBERG, P. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- “Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX” IN: **Homens Esquecidos**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1989.
- “A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878” IN: LAPA, J.R.do A.- **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ELIAS, N.- **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungmann. R. de Janeiro, Zahar, 1994. v.1.
- FALCON, Francisco J.C.- **A época pombalina e a monarquia ilustrada**. S. Paulo, Ática, 1982;
- FAORO, R. - **Os Donos do Poder**. Formação do patronato político brasileiro. P.Alegre, Ed. Globo, 1958.
- **Existe um pensamento político brasileiro?** S. Paulo, Ática, 1994.
- FEBVRE, L. Combates pela História .IN: MOTA, C.G.. (org.) **Febvre, História**. trad. A .Marson, P. de Salles Oliveira e M. Elisa Mascarenhas. S. Paulo, Ática, 1978.
- FERRAZ, Socorro – **Liberais & Liberais: Guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife, Ed. Universitária, UFPE, 1996.
- FRAGINALS, M.M.- **O engenho**. Complexo açucareiro cubano. S. Paulo, HUCITEC/Ed. da UNESP, Brasília/CNPq, 1989, 2v.

- FRANCO, M.S. de C.- **Homens livres na ordem escravocrata**. 1ª ed. S. Paulo, IEB, 1964.
- FREYRE, G.- **Um engenheiro francês no Brasil**. R. de Janeiro, Liv. José Olympio, 1940.
- **Sobrados e Mucambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 3ª. ed.R. de Janeiro, José Olympio, 1961.
- GAY, P.- **O estilo na história**. Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. Denise Bottmann. S. Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- GOMES, F.dos S- **Histórias de quilombolas**. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro. Séc. XIX. R. de Janeiro, Arquivo Nacional, 1983.
- GOUGES, O.- “Déclaration des droits de la femme”. IN: **Oeuvres**. Apresentação de Benoîte Groult. Paris, 1986.
- GOUVEIA, F.C. – **O Partido Liberal no Império: o Barão de Vila Bela e sua época**. Brasília, Senado Federal, 1986.
- **Joaquim Nabuco: entre a monarquia e a república**. Recife, Massangana, 1986.
- GRAHAM, R.- **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. 1850-1914**. Trad. Roberto M. de Almeida. S. Paulo, Brasiliense, 1973.
- **Escravidão, reforma e imperialismo**. Trad. Luiz J. Caio. S. Paulo, Perspectiva, 1979.
- HAROCHE, C.- **Da palavra ao gesto**. Trad. Ana Edite Montoya e Jacy Seixas. Campinas, Papirus, 1998.
- HIMMELFARB, G.- **La idea de la pobreza. Inglaterra a principios de la era industrial**. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1988.
- HOBBSBAWM, E.- **A Era das Revoluções**. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- HOBBSBAWM, E.- **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. S. Paulo, Forense, 1986.
- HOLANDA, S.B- “Do Império à República”. **História Geral da Civilização Brasileira**. S. Paulo, Difel, 1972. tomo II, vol 5.
- IGLÉSIAS, F.- “Reações e Transações”. IN: HOLANDA, S.B.-(org.)- **História Geral da Civilização Brasileira**.– Brasil Monárquico. S. Paulo, Difel, 1972, vol 3, Tomo II;
- HOFFNAGEL, M.J.- “Rumos do Republicanismo em Pernambuco” IN: SILVA, Leonardo D. - **A República em Pernambuco**. Recife, Ed. Massangana, 1990. p.158-175.
- JANOTTI, M. de Lourdes – **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador**. S. Paulo, Ática, 1977.
- **Os subversivos da República**. S. Paulo, Brasiliense, 1986.

KARASH, M.- **Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850**. Princeton, Princeton University Press, 1987.

LARA, S.H.- **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do R. de Janeiro (1750-1808)**. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LEFORT, C.- **As Formas da História**. Trad. L.R.Salinas Fortes e Marilena de S. Chauí. S. Paulo, Brasiliense, 1983.

- **Pensando o político**. Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade. trad. Eliana M.Souza. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

LEVINE, R.- **A velha usina: Pernambuco na Federação Brasileira: 1889-1937**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

LIMA SOBRINHO, A .B. - **A Revolução Praieira**. (Conferência realizada no Instituto histórico Brasileiro), Recife, Imprensa Oficial, 1949.

LYRA, Maria de Lourdes Viana - **A Utopia do Poderoso Império**. Portugal e Brasil: bastidores da política - 1798-1822. R. de Janeiro, Sette Letras, 1994.

MACHADO, M.H.- **O Plano e o Pânico - Movimentos sociais na década da abolição**. S. Paulo-EDUSP; R. de Janeiro-Ed. da UFRJ, 1994.

- **Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas**. 1830-1888. S. Paulo Brasiliense, 1987.

MANNHEIM, K.- **Conservatism**. A contribution to the sociology of knowledge.N.York/London. Routledge &Kegan, 1986.

MANCHESTER, Alan K. - **Preeminência Inglesa no Brasil**. S. Paulo, Brasiliense, 1973

MARSON, I.A - **Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político**. S. Paulo, Moderna, 1980.

- **O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco - 1842-1855**.S. Paulo, Brasiliense, 1987.

-“O engenheiro Vauthier e a modernização de Pernambuco no século XIX: as contradições do progresso”. IN: BRESCIANI, M. Stella M.- **Imagens da Cidade. Séc. XIX e XX**. S. Paulo, ANPUH-Marco Zero-FAPESP, 1994.p. 35-60.

- O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica” IN: FREITAS, Marcos C. de (org.)- **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. S. Paulo, Contexto/USF, 1998, p. 73-102.

MARX, K.- “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. IN: **Manuscritos Econômicos e Filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José A . Giannotti. Trad.de José Carlos Bruni...(et al.)2ª ed. S. Paulo, Abril Cultural, 1978.

- MARX, K. e ENGELS, F.- **Selected Correspondence**. 2a. ed. Moscou, Progress Publishers, 1965
- MATOS, Olgária – “A melancolia de Ulisses: a dialética do iluminismo e o canto das sereias”IN:
CARDOSO, S. et alii – **Os Sentidos da Paixão**. S. Paulo, Cia. Das Letras, 1986.
- MATTOS, H. M.- **Das Cores do Silêncio**. Os significados da liberdade na sociedade escravista.
Brasil. Séc. XIX. R. de Janeiro, N. Fronteira, 1981.
- MATTOS, I.M.- **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. 2ª. ed. S. Paulo,
HUCITEC, 1990.
- MELO, E.C. de –**O Norte Agrário e o Império: 1871-889**. R. de Janeiro/ N. Fronteira;
Brasília/INL, 1984;
– “Pós-fácio – Um livro elitista”. **Um Estadista do Império**. R. de Janeiro, 5ª. ed.
Topbooks, 1997
- MELO, José Gonçalves de – **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste.,1840-1889**. Recife, s/d 2 v.
- MENDONÇA, R.- **Um Diplomata na Corte da Inglaterra**. O Barão de Penedo e sua época. S.
Paulo, Ed. Nacional, 1942.
- MILL, H.T.- e J. S. - **La igualdad de los sexos**. Guadarrama, 1973;
- MOLINA, Sandra R.- **(Des)obediência, barganha, confronto: a luta pela sobrevivência da
Província Carmelitana Fluminense – 1780-1835**.Tese de Doutorado. IFCH-UNICAMP,
1998.
- MORAES, Evaristo – **A campanha abolicionista (1879-1888)**. 2ª ed. Brasília, Ed. da Universidade
de Brasília, 1986.
- MOTA, C. G. - **Nordeste, 1817. Estruturas e Argumentos**. S. Paulo, EDUSP/Perspectiva, 1972,
- NABUCO, C. – **A vida de Joaquim Nabuco, por sua filha Carolina Nabuco**. 3ª ed.
Americ=edit., s/d
– **A vida de Joaquim Nabuco**. R. de Janeiro, José Olympio, 1958.
- NASCIMENTO, L.- **História da Imprensa em Pernambuco.(1821-1954)**. Recife, UFPE, 1969,
4v.
- NISBET, R.- **O conservadorismo**. Lisboa, estampa, 1987.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio – **As desventuras do liberalismo**. Joaquim Nabuco, a monarquia e a
república. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1984
- NOVAIS, Fernando A .- **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (177-1808)**. S.
Paulo, HUCITEC, 1979.
- PELAEZ, C.M. e SUZIGAN, W.- **História Monetária do Brasil**. Análise da política,

- comportamento e instituições monetárias. R. de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.
- OLIVEIRA, Cecília H.L. de Salles – “Política e memória histórica: Gonçalves Ledo e a questão da Independência”. IN: BRESCIANI, M.S. et al.(org.) **Jogos da Política: imagens, representações e práticas**. S. Paulo, ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1992. p. 153-170.
- PERRUCCI, G.- **A República das Usinas**. Um estudo de história social e econômica do Nordeste. 1889-1930. R. de Janeiro, Paz e terra, 1978.
- POLANYI, K.- **A Grande Transformação**. As origens da nossa época. R. de Janeiro, Campus, 1980.
- PRADO JR, C. - **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. S. Paulo, Brasiliense, 1942.
- QUEIROZ, S. R, - **Os radicais da República: ideologia e ação - 1893-1897**. S.Paulo, Brasiliense, 1986.
- **A escravidão negra em S. Paulo**. S. Paulo, Ed. Nacional, 1973.
- QUINTAS, Amaro – **O Sentido Social da Revolução Praieira**. R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- REIS, J.J. e GOMES, J.F.(org.) - **A liberdade por um fio**. S. Paulo, Cia das Letras, 1997.
- ROMANO, Roberto - **Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo**. S. Paulo, Brasiliense, 1981.
- **Corpo e Cristal. Marx Romântico**. R. de Janeiro, Ed. Guanabara Dois, 1985.
- RAMOS, P.- **Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil**. S. Paulo, HUCITEC, 1999.
- RENAULT, D.- **Indústria, Escravidão, Sociedade**. R. de Janeiro, Civ. Brasileira, 1976.
- RUDÉ, G. e HOBSBAWM, E.- **Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra no início do século XIX**. trad. Marco A. V. Pamplona e M. Luiza da S. Pinto. R. de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- SCHNAKENBOURG, C.- La crise du système esclavagiste (1835-1847) IN: **Histoire de l'industrie sucrière en Guadeloupe aux XIXe. e XXe. siècles**. Paris, L'Harmattan, 1980.
- SAND, George - “Au membres du comité central” IN: **La Femme au 19ème Siècle**. Org. Nicole Priolland, Liv. Levi, 1983;
- SCHWARTZ, S.B.- **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. S. Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- SEMMEI, B.- **The rise of free-trade imperialism**. Cambridge, 1970.
- SCOTT, R.J.- **Emancipação Escrava em Cuba**. A transição para o trabalho livre, 1860-1899. R. de Janeiro/Paz e Terra; Campinas/Ed. da UNICAMP, 1991.
- SILVA, Leonardo Dantas (org.) – **A Imprensa e a Abolição**. Recife, CNPq/ Fundação Joaquim

Nabuco/Ed. Massangana, 1988.

SLENES, R.A.A. - "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira na província do Rio de Janeiro – 1850-1888". IN: DEL NERO, I. (org.) - **Brasil: História Econômica e Demográfica**. S. Paulo, Inst. de Pesquisas Econômicas –USP, 1886.

SMERECÁNYI, T. e LAPA, J.R.do A.(org.) – **História Econômica da Independência e do Império**. S. Paulo, HUCITEC/FAPESP, 1996.

SMITH, A. - **A Riqueza das Nações**: investigações sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz J. Baraúna. S. Paulo, Abril Cultural, 1983. Vol I, Livro II: A diversidade do progresso nas diferentes nações.; cap. I, p.328-329.(Col. Os Pensadores).

SOUTO MAIOR, A.- **Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império**. S. Paulo/Ed. Nacional; Brasília/INL; Recife/ IJNPS, 1978.

SPALDING, W.- **A Epopéia Farrroupilha**. R. de Janeiro, B. do Exército, 1963.

STEIN, S.- **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. R. de Janeiro. N. Fronteira, 1990.

TASINAFIO, C. R. **Política e Escravidão**: O projeto emancipacionista de Joaquim Nabuco em A Escravidão (1870). Monografia de Bacharelado. Campinas, UNICAMP, 1999

TAYLOR, Barbara - **Eve and the New Jerusalém**: socialism and feminism in the nineteenth century.Panthéon Books, 1983.

TEMPERLEY, H.- **British Antislavery, 1833-1870**. Columbia, Un. South carolina Press, 1972.

THOMPSON, E.P.- **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Trad. Denise Bottman. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 3 vols..

- **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase**. Barcelona, Ed. critica, 1979.

TUCÍDIDES – **História da Guerra do Peloponeso**. Brasília, UNB, 1982.

WISSENBACH, M.C.C.- **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Escravos forros em S. Paulo (1850-1880). S. Paulo, HUCITEC/História Social-USP, 1995.

VERISSIMO, I.J.- **André Rebouças através de sua autobiografia**. R. de Janeiro, José Olympio, 1939.

VESENTINI, C. A.- **A Teia do Fato**. S. Paulo, Ed. Hucitec/ História Social USP, 1997.

VIANA FILHO, L.- **A vida de Joaquim Nabuco**. S. Paulo, Martins/Brasília/INL, 1973.

VIRGILE – **Éneide**. Textes établies par Henri Goelzer. 12ª ed. Paris, Le Belles Letres, 1966.

WANDERLEY, M.N.B.- **Capital e Propriedade Fundiária**, suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. R. de Janeiro, Paz e terra, 1979.

WEISS, John H. "Les changements d'ingénieur en France de 1800 a 1850" IN: THÉPOT, André

(org.)- **L'Ingénieur dans la Société Française**. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1985.

WRIGHT, A.F.P.de A.- **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil. 1808-1850**. S. Paulo/ Ed. Nacional; Brasília/INL, 1978.

2.2. Artigos

ANDRADE, Manoel C. de -Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro IN: **Estudos Econômicos** 13(1):71-83

AZEVEDO, C. M. M.-“Abolicionismo e memória das relações sociais” .**Estudos Afro-Asiáticos** 26:5-19, set. 1994.

BERNARDES, Denis A . M.- “Economia, Civilização e Progresso”: **Idéias**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. 5(1):131-154, jan-jun.1998.

BRESCIANI, M. S. M.- “Repenser le marché du travail libre dans le Brésil du XIX^e. siècle”. **Genèses**. Paris, 9:120-137, octobre 1992.

- “O anjo da casa”. **Primeira Versão**. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1991, n. 29.

- “Carlyle: A revolução francesa e o engendramento dos tempos modernos”.

Revista Brasileira de História 10(20):101-113, mar.ag.1990.

- “Da perplexidade política à certeza científica: uma história em quatro atos”.

Revista Brasileira de História12(23-24):31-54.set./91-ag.92.

- “O cidadão da república”. **Revista USP** 17:122-135. mar.-mai.1993.

BOSI, Alfredo -.”A Escravidão entre dois liberalismos” **Revista Estudos Avançados**. S. Paulo/USP. 2(3):4-39, set-dez. 1988.

CUNHA, M. C. da – “On the Amelioration of Savery”. **Slavery & Abolition**. 3(11): 368-398, dec. 1990.

FRANCO, M. S. de C. – “Organização social do trabalho no período colonial”. **Discurso**, 8:1-45. 1978.

.- “All world was America: John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico”. **Revista USP**. 17:30-53.

- “Universidade e Modernização”. **Revista USP** 39:18-37, set./nov. 1998.

- “Teologia, adeus”. **Folhetim**. Folha de S. Paulo, 8/6/1986.

HALL, M. – “Reformadores de classe média no império brasileiro: a Sociedade Central de

Imigração". **Revista de História**. 103:147-171, 1976

HOFFNAGEL, M.J.- "O movimento republicano em Pernambuco, 1870-1889": **Revista do Inst. Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. 49:31-60.1977.

JANOTTI, M.L.M.- A Falsa Dialética. **Revista Brasileira de História**. S. Paulo, 2(3):3-17, mar. 982.
 - "Três mulheres da elite maranhense". **Revista Brasileira de História**. 16(31-32):225-248, 1996

LEITE, M. M. - "Espaço Feminino - 1800-1850": **Anais do Museu Paulista**, 30:227-240, 1981.

LYRA, M. de Lourdes V. - Memória da Independência: marcos e representações simbólicas". **Revista Brasileira de História**. 15(29):173-206.1995.

MARSON, A. - "Colombo e o encanto do Ouro". **Humanidades – América**, 500 anos. Edunb. 2(8):169-177.

MARSON, I.A.- "Entre a 'vertigem' e a razão: representações da revolução na política pernambucana, 1838-1850". **Revista Brasileira de História**. 10(20):173-210; mar.ago.1991.

- "Liberalismo e escravidão no Brasil: Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na (re)criação do progresso. **Revista USP**. 17: 103-113.março-maio 1993.

- "Trabalho Livre e Progresso". **Revista Brasileira de História**. 4(7):81-93, 1984.

- "O cidadão-criminoso: o engendramento da igualdade entre os homens livres e escravos durante o segundo reinado". R. de Janeiro, **Estudos Afro-Asiáticos**, 16:141-156, março 1989.

- "Política, Ciência e Utopia: a Revista O Progresso e a re(criação) da monarquia constitucional no Brasil (1846-1848)". S. Paulo, **Revista Brasileira de História**, 23-24:99-110, 1994.

- "Performances da Nação Liberal no Brasil do século XIX: o projeto do engenheiro Milet para a crise da lavoura açucareira nas Províncias do Norte". Belo Horizonte, **Varia Historia**, 13:5-25, jun. 1994.

- "Imagens da condição feminina em 'Travels in Brazil' de Henry Koster". Campinas, **Cadernos Pagu**. (4):219-242, 1995.

- "Feudalismo e Escravidão: representações da sociedade pernambucana no 'Travels in Brazil' de Henry Koster". **Clio. Revista de Pesquisa Histórica da UFPE**. 16:83-109. 1996.

- "Minha Formação: autobiografia, política e história". S. Paulo, **Revista Brasileira de História**, 33(17):78-97, 1997.

- "Política e Memória: a revolução Praieira e suas fontes". **Idéias**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, 5(1): 75-130 jan/jun.1998.(Dossiê Revolução

Praieira).

MONZANI, Luís R.- "Cabet e os limites do discurso utópico". **Folhetim**, 15.4.1984.

PERROT, M - "A mulher no espaço público". **Revista Brasileira de História**. 9(18),:9-18. ago.set. 1989.

ROMANO, R.- "O sublime e o prosaico. Revolução contra reforma". **Revista Brasileira de História** 10(20):39-62, mar./ag.1990.

SCHWARZ, Stuart B.- "The plantations of st. Benedict: The Benedictine Sugar Mills of Colonial Brazil". **The Americas**. XXXIX:1-22.july, 1982